







Ministerio da Marinha

Os Nossos Almirantes

PELO

Almirante, reformado

Henrique Boiteux

Socio correspondente dos Institutos Historicos e Geographicos do Pernambuco, do Ceará, de Sergipe, da Bahia, de S. Paulo, do Paraná e de Santa Catharina

Reviver factos de passado glorioso para que se não gastem e fiquem esquecidos nos embates e estrepitos de vida quotidiana; é cuidar da segurança do futuro: Esta missão compele não sómente nos mestres de escolas, como aos officiaes: uns têm o imprescindivel dever de preparar a educação moral do povo, os outros a da força armada da Nação. - H. B.

Os governos que se descuidam de preparar os meios de defesa e de repressão ao nível dos perigos exteriores e interiores que os possam ameaçar, perecem. Uma nação que perde suas virtudes militares, fica á mercê dos seus inimigos. — Shutzemberger, publ. francez

QUARTO VOLUME



IMPRENSA NAVAL

Rio de Janeiro

1921



Ministerio da Marinha

Os Nossos Almirantes

PELO

Almirante, reformado

Henrique Boiteux

Socio correspondente dos Institutos Historicos e Geographicos de Pernambuco, do Ceará, de Sergipe, da Bahia, de S. Paulo, do Paraná e de Santa Catharina

Reviver factos de passado glorioso para que se não gastem e fiquem esquecidos nos embates e estrepitos de vida quotidiana e cuidar da segurança do futuro. Esta missão compete não sómente nos mestres de escolas, como nos officiaes: uns têm o imprescindivel dever de preparar a educação moral do povo, os outros a da força armada da Nação. — *H. B.*

Os governos que se descuidam de preparar os meios de defesa e de repressão ao nível dos perigos exteriores e interiores que os possam ameaçar, perecem. Uma nação que perde suas virtudes militares, fica á mercê dos seus inimigos. — *Shutzenberger, publ. francez*

QUARTO VOLUME



IMPRENSA NAVAL

Rio de Janeiro

== 1921 ==

1123

90859L

9685w

U.4

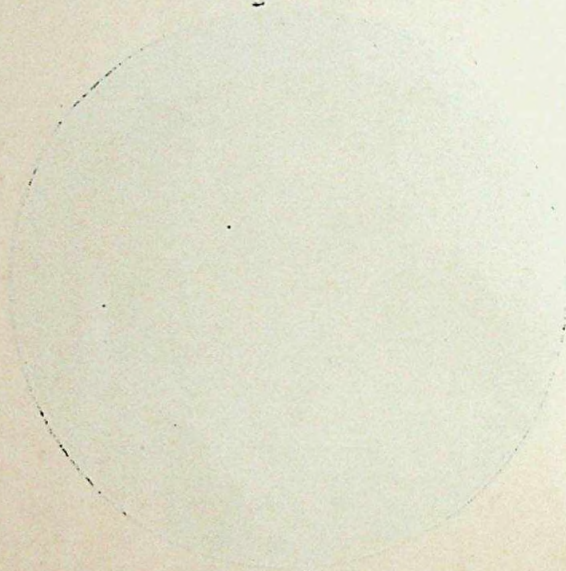
INDICE

	Pags.
1.º — Joaquim Marques Lisboa (<i>Marquez de Tamandaré</i>).....	1
2.º — Guilherme Parker.....	135
3.º — Pedro Ferreira de Oliveira.....	153
4.º — Augusto Manoel Leverger (<i>Barão de Melgaço</i>).....	213
5.º — Bartholomeu Hayden.....	243
6.º — Santiago Subrá.....	265
7.º — João Pedro de Carvalho.....	279
8.º — Guilherme Eyre.....	289
9.º — Luiz Antonio da Silva Beltrão.....	303
10.º — Manoel Francisco da Costa Pereira.....	307

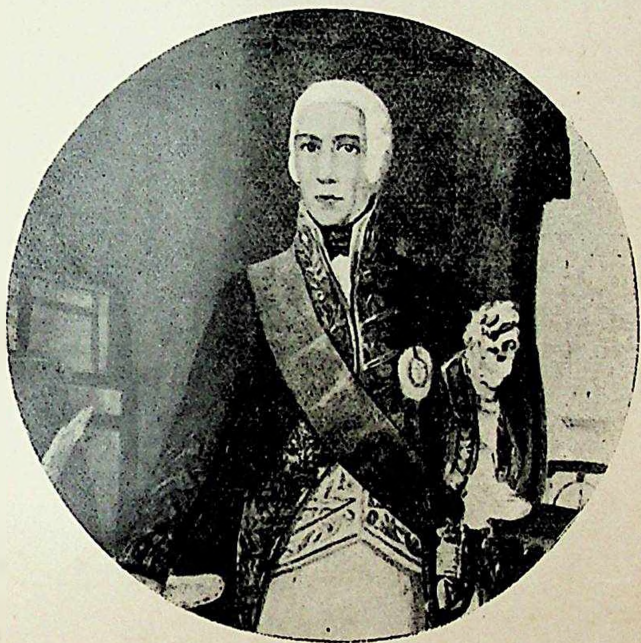


2° VOLUME

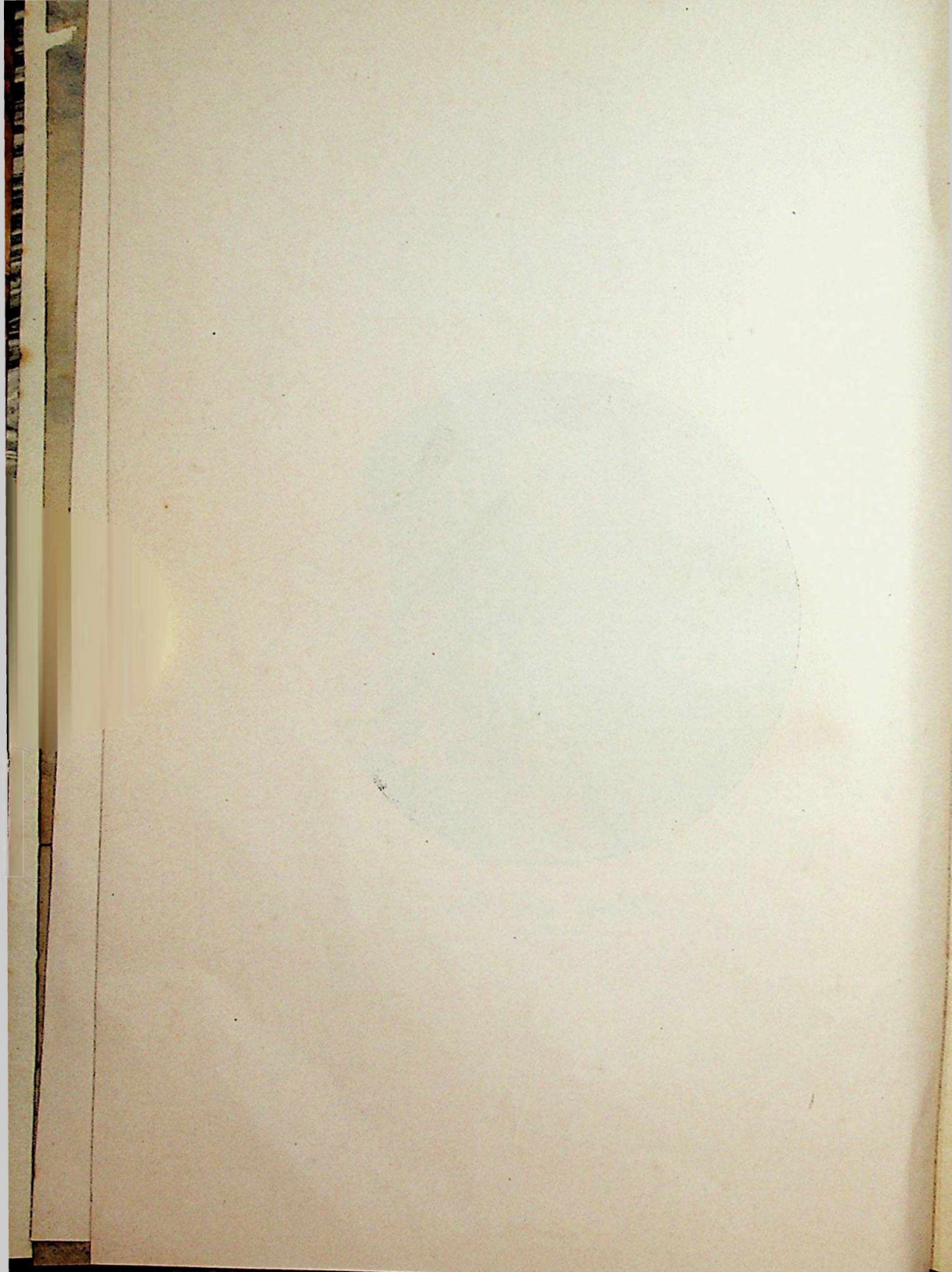
José Maria d'Almeida



THE
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF NATURAL HISTORY
AND
ZOOLOGY
OF THE
CITY OF NEW YORK



Barão de Bagé
2.º Vol.



Publicações do mesmo autor

Annita Garibaldi (A heroína brasileira).
Descripção e uso de um Escaphandro Photographico.
Instrucções nauticas para a entrada da bahia de Guaratuba.
Madeiras de construcção do E. de Santa Catharina.
Descripção e uso de uma Regoa Cryptographica.
Quadros muraes contendo as ephemerides navaes (24 quadros).
Santa Catharina na Marinha.

27 fasciculos contendo as biographias. (1.ª série).

- I — O Capitão de mar e guerra Nepomuceno de Menezes.
- II — O Capitão-Tenente Francisco Pereira Machado.
- III — O Almirante Jesuino Lamego Costa (Barão da Laguna).
- IV — O Capitão-Tenente José Lamego Costa.
- V — O Capitão de Mar e Guerra Manoel de Oliveira Paes.
- VI — O Capitão-Tenente Trajano Augusto de Carvalho.
- VII — O Almirante Francisco Cordeiro Torres e Alvim (*Barão de Igua-temy*).
- VIII — O Almirante José Marques Guimarães.
- IX — O Primeiro Tenente Alvaro Augusto de Carvalho.
- X — O Coronel de Engenheiros João de Souza Mello e Alvim.
- XI — O Primeiro Tenente Miguel de Souza Mello e Alvim.
- XII — O Capitão de Mar e Guerra José Maximiniano de Mello e Alvim.
- XIII — O Primeiro Tenente Emilio Augusto de Mello e Alvim.
- XIV — O Primeiro Tenente José Ignacio da Silveira.
- XV — O Capitão-Tenente Hyppolito de Simas Bittencourt.
- XVI — O Segundo Tenente honorario José Francisco Alves Serpa.
- XVII — O Segundo Tenente Damasco Pinto de Araujo Corrêa.
- XVIII — O Segundo Tenente Domingos Moreira da Silva.
- XIX — O Segundo Tenente Antonio José da Silva.
- XX — O Segundo Tenente João da Silva Fernandes.
- XXI — O Piloto Francisco de Salles Cardoso.
- XXII — O Almirante José Pinto da Luz.
- XXIII — O Segundo Tenente José de Jesus.
- XXIV — O Piloto José Poluxeno da Silva.
- XXV — O Segundo Tenente Luiz Antonio de Andrade Costa.
- XXVI — O Capitão de Mar e Guerra Quintino Francisco da Costa.
- XXVII — O Capitão de Corveta João Velloso de Oliveira.

Ineditos

Manual do marinheiro artilheiro.
Evoluções de artilharia de desembarque.

a Publicar

Os Barrigas verdes. (Memoria historica).
Genesis historica do nosso atraso.
Republica Catharinense (Historia da).

Publications de l'Institut

1. *Revue de la situation de la France*
2. *Revue de la situation de l'Algérie*
3. *Revue de la situation de la Tunisie*
4. *Revue de la situation de la Libye*
5. *Revue de la situation de l'Égypte*

6. *Revue de la situation de la Syrie*
7. *Revue de la situation de la Palestine*
8. *Revue de la situation de la Jordanie*
9. *Revue de la situation de l'Irak*
10. *Revue de la situation de l'Iran*

11. *Revue de la situation de l'Afghanistan*
12. *Revue de la situation de l'Azerbaïdjan*
13. *Revue de la situation de l'Arménie*
14. *Revue de la situation de la Géorgie*
15. *Revue de la situation de la Turquie*

16. *Revue de la situation de la Grèce*
17. *Revue de la situation de la Bulgarie*
18. *Revue de la situation de la Roumanie*
19. *Revue de la situation de la Hongrie*
20. *Revue de la situation de la Pologne*

21. *Revue de la situation de la Tchécoslovaquie*
22. *Revue de la situation de la République tchèque*
23. *Revue de la situation de la Slovaquie*
24. *Revue de la situation de la République de Pologne*
25. *Revue de la situation de la République de Slovaquie*

OS NOSSOS ALMIRANTES

PELO

ALMIRANTE, REFORMADO

Henrique Boiteux

QUARTO VOLUME

Os Nossos Almirantes

Biographias publicadas :

1ª volume — Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Rodrigo Antonio de Moraes de Lamare. Lord Cochrane (Marquez do Maranhão). Rodrigo José Ferreira Lobo. Luiz da Cunha Moreira (Visconde do Cabo Frio). Theodoro Alexandre de Beaurepaire. João Pascoe Grenfell.

2ª volume — Rodrigo Pinto Guedes (Barão do Rio da Prata). Miguel José de Oliveira Pinto. Manoel Antonio Farinha (Conde de Souzel). Diogo Jorge de Brito. Braz Cardoso Barreto Pimentel. José Maria de Almeida. Paulo José da Silva Gama (Barão de Bagé). Francisco Antonio da Silva Pacheco. Tristão Pio dos Santos. David Jewett. João Taylor. Jacintho Roque de Senna Pereira.

3ª volume — James Norton. João Antonio de Oliveira Bottas. Joaquim Raymundo de Moraes Lamare. João Baptista Lourenço e Silva. Frederico Mariath. Francisco Rodrigues de Lima Pinto. José Thomaz Rodrigues. Desiderio Manoel da Costa. Joaquim José Pires. Fernando José de Mello. Manoel de Siqueira Campello. Francisco de Assis Cabral e Teive. Miguel de Souza Mello e Alvim. José Ignacio Maia. Pedro Antonio Nunes. Faustino José Schültz. José Pereira Pinto. Antonio Joaquim do Couto. José Bernardino Gonzaga. Felis Joaquim dos Santos Cassão. Augusto Wenceslão da Silva Lisboa. Francisco Maria Telles. Francisco Bibiano de Castro. Jorge Broom. José Joaquim Raposo. Joaquim Martins.

Os Nossos Alunos

Os alunos da escola são os filhos dos pais e mães que vivem em nossa cidade. Eles são os futuros cidadãos e líderes da nossa comunidade. É importante que eles tenham uma boa educação e sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento do nosso país.

Os alunos da escola são os filhos dos pais e mães que vivem em nossa cidade. Eles são os futuros cidadãos e líderes da nossa comunidade. É importante que eles tenham uma boa educação e sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento do nosso país.

Os alunos da escola são os filhos dos pais e mães que vivem em nossa cidade. Eles são os futuros cidadãos e líderes da nossa comunidade. É importante que eles tenham uma boa educação e sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento do nosso país.



Joaquim Marques Lisboa

Almirante e Marquez de Tamandaré

Joaquim Marques Lisboa

Marquex de Tamandaré
Almirante

Filho legitimo do Segundo-Tenente honorario Patrão-Mór FRANCISCO MARQUES LISBOA e d. EUPHRASIA JOAQUINA DE AZEVEDO LIMA, nasceo no Estado do Rio Grande do Sul, na então villa do mesmo nome, em 13 de dezembro de 1813.

Em consequencia do aviso de 4 de setembro de 1813 expedido pelo marquez de Aguiar, ministro da marinha, substituto do Conde de Anadia, communicava em 20 de janeiro do anno seguinte, D. Diogo de Souza, capitão general da Capitania do Rio Grande do Sul haver concedido licença, por seis mezes ao Patrão-mór da Barra daquella provincia 2.º Tenente honorario Francisco Marques Lisboa, cargo esse que vinha exercendo desde 1808, "para seguir para o Rei de Janeiro, onde iria tratar de suas dependencias".

Em sua companhia levou Francisco Marques Lisboa seu filho Manoel Marques, nascido em Porto Alegre para matricular-o na Academia de Marinha, o que conseguiu fazer-o, como aspirante á guarda-marinha em 5 de março de 1814. Promovido a guarda-marinha em 10 de dezembro de 1815, no anno seguinte foi habilitado a fazer exame do 2º anno.

O guarda-marinha que apenas contava dezeseite annos, pelo seu character altaneiro e independente, cheio de brio e extremamente cioso de sua nacionalidade, não consentia de seus companheiros, na quasi totalidade filhos da metropole, a minima offensa á sua patria e qualquer affronta nem de leve soffria.

Tão altivo proceder valeo-lhe a expulsão da Academia de Marinha, por Aviso de 8 de Janeiro de 1817.

Para Pernambuco no meio de seus conacionaes, de armas na mão, foi protestar contra a prepotencia dos metropolitanos.

Depois tomou parte na guerra da independencia, batendo-se com inaudito valor contra as tropas do general Madeira que persistiam na posse da Capital da Bahia; salientou-se nos combates de Pirajá (8 de novembro de 1822) e Itaparica (7 de janeiro de 1823), ás ordens do general Pedro Labatut.

Nessa campanha adquirio Manoel Marques o sobrenome de *Pitanga*, não só por acompanhar o profundo sentimento de nativismo que se apoderou então dos brasilienses que, para mais acentuarem o paiz de origem, addicionaram um nome que lembrasse um producto da flora, fauna ou accidente topographico do nosso paiz, como pela predileção de tal fructo; o de Pitanga lh'o fora dado pela celebre heroína da independencia d. Maria Quitéria de Jesus, a mesma que alistada como soldado no exercito libertador, pela sua indomavel coragem nos combates,

pela sua força phisica alliada a uma conducta digna de uma senhora da mais fina educação, tornou-se o idolo dos soldados, qu eem a vendo empunhar a bandeira da nossa nascente nacionalidade, seguiam-na delirantes á victoria.

O decreto de 20 de agosto de 1823 concedeo a esta heroína as honras, soldo e a gratificação integral do posto de alferes e o imperador D. Pedro 1º quando visitou aquella capital, de seu proprio peito tirou a insignia do *Cruzeiro* e collocou-a no peito da joven bahiana, sagrando-a assim pelo seu valor, heroismo e patriotismo.

Interessantes pormenores de sua vida bem como seu retrato nos dá Milady M. Graham em sua obra *Journal of Voyage to Brasil* (Londres 1824).

Veio a idéa a d. Quiteria de alcunhar Manoel Marques, de *Pitanga*, porque durante o cerco da cidade de São Salvador pelas tropas nacionaes ao mando do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, mais tarde visconde de Pirajá, apaixonado aquelle por fructos da *pitangueira*, aproximava-se diariamente das linhas portuguezas, que não cessavam de lhe fazer fogo, e tranquilamente colhia e comia os fructos de uma dessas arvores situadas nas proximidades da praça assediada

Ao rebentar em Pernambuco a revolução de 1824, da qual resultou a ephemera, porem gloriosa "Republica do Equador" abraçou Manoel Marques o partido do presidente Manoel Carvalho Pais de Andrade. Como Major encarregado da defeza do porto de Tamandaré a 8 de junho de 1824 á frente de seus caçadores, desalojou uma força contraria que havia desembarcado de bordo do brigue "Bahia", tomando-lhe muita munição e viveres. No dia 2 de setembro porém, atacada a villa de Tamandaré pelas forças ás ordens do brigadeiro Lima e Silva destacadas da Barra Grande, logo aos primeiros tiros cahio mortalmente ferido o intrepido major Marques, que poucos momentos depois sobreviveo aos seus companheiros.

Veremos como este facto se reflectio mais tarde na vida do nosso biographado.

A voz levantada em 1732 no Conselho Ultramarino de Lisboa pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa em favor do Brasil para a minoração dos oppressivas, iniquas, abominaveis e tyranicas vexações em que viviam seus filhos não teve echo; servio certamente para despertar as medidas que com redobrado rancor se deveriam pôr em pratica contra a engeitada terra que o acaso déra a Portugal.

Os conceitos expendidos por aquelle conselheiro em sua consulta dirigida ao rei são de honrar a sua visão de estadista, pois em menos de um seculo, tiveram plena confirmação.

Não se arreceiou aquelle ministro em dzier que "quando vassallos aborrecendo o governo presente pelas violencias com que são tratados, ou descuido ou desprezo, ou pelas contribuições e encargos com que são vexados, desejam livrar-se da obediencia do principe a quem servem e melhorar de fortuna na de outro, cuja benevolencia possam conciliar com o beneficio de se lhe sujeitarem a lhe entregarem um Estado rico... porque não temos forças para nos oppormos ás nações maritimas da Europa, nem no Reino, nem no Brasil e certamente aquelles vassallos, summamente descontentes do governo de Portugal e o aborrecem com grande excesso "os povos do Brasil estão gravemente tributados, e havendo-lhes crescido de poucos annos a esta parte, de dez por cento na alfandega todos os seus generos, que são — assucares e tabacos —, se achão tão carregados neste reino, que absolutamente se dão por perdidos, e o seu commercio de todo arruinado.

"A este encargo tão grande, se ajuntou de novo a contribuição de sete milhoes para as despesas dos casamentos de Suas Altezas; e esta quantia é tão excessiva que nunca nem a metade della coube nos cabedaes da nação portu-

guezia, por mais urgentes que fossem as necessidades; nem os portuguezes souberam nunca pronunciar sete milhões, nem lhes veio ao pensamento podessem contribuir com essa quantia, ainda em muitos annos.

"E por esse modo se despovoará o reino e em poucos annos virá a ter o Brazil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino; e bem se deixa ver que posto em uma balança o Brazil e na outra o reino, ha de pezar com grande excesso mais aquelle que este; e assim a maior parte e a mais rica não soffrerá ser dominada pela menor, mais pobre; nem a este inconveniente se lhe poderá achar facil remedio."

Valeo, de facto, semelhante aviso para que tres annos depois se iniciasse em 1 de julho, em Minas Geraes a cobrança do imposto de capitação (quatro oitavas de ouro por cabeça) de cujo só eram isemptos os menores de 14 annos, não empregados na mineração ou trabalhos peçados.

Em um periodo de 16 annos até 1751, quando foi substituida, rendeo a capitação 2.066 arrobas, nove marcos, tres onças e quatro oitavas de ouro que naquelle tempo a 1\$500 réis a oitava importou em doze mil seis centos e noventa e quatro contos, quatrocentos e dez mil réis.

A essa gravame que tomou outra modalidade (quintos), veio o imposto *voluntario* para reedificação de Lisboa, estabelecido por um decennio, mas que perdurou porém 60 annos. A primeira remessa foi de 1.130:705\$366, producto dos dois periodos de arrecadação.

A pretexto de se ter incendiado o real palacio da Ajuda mais uma vez foi prorogado o famoso subsidio voluntario; pois quando em 1766, terminado o periodo, reclamaram as camaras contra a arrecadação,, oppôz-se porém o governador, declarando que sem ordem expressa de sua magestade fidelissima e sem que a *benignidade regia* o permitisse de modo algum poderia cessar o subsidio:: accentuou elle a *imprudencia de semelhante idéa e que seria glorioso representarem a el-rei estarem promptos para continuarem com o sobre-dito subsidio e com tudo mais que fosse preciso e a Real Clemencia julgasse necessario*.

Dois annos depois, dizia o governador ás camaras "que lhes fazia essa rogatoria, com autoridade soberana, pois que o muito alto e poderoso El-Rei Nosso Senhor D. José, se achava residindo em uma barraca de campo, e que sendo-lhe necessario mandar fabricar um palacio onde residisse, esperava que os povos de Minas, como bons e fieis vassallos, concorressem com o subsidio voluntario para a dita obra. E assim foi prorogado e modificadas as taxas para mais.

Antes, em outubro de 1758 appareceo a subscrição para o resgate de seiscentos portuguezes captivos em Argel. Em 29 de novembro mandou carta regia aos governadores que exigissem um *donativo* ou *contribuição* voluntaria ás camaras municipaes para a continuação da guerra. Em 5 de Janeiro de 1795 o alvará que mandou sob barbaras penas extinguir todas as fabricas existentes no Brazil e queimar todos os teares, como já havia mandado destruir os engenhos de assucar e prohibido o cultivo do algodão, da vinha, da oliveira, do arroz, o emprego do sal do paiz e restringindo o plantio do trigo, como tambem que fossem arrecadadas as arvores que produzissem pimenta da India, cravo, canella, etc. Havia prohibido a venda de navios para a colonia e a proffissão de marinheiro aos filhos della, a de ourives e outras.

Em 6 de abril de 1804, determinava em carta regia aos governadores para que convocassem os povos e lhes expuzessem as afflictivas condições da monarchia e os convessem de soccorrel-a com dinheiro. Só na Capitania de Minas produziu 252:000\$000 e em tanto penuria estava ella que em outubro seguinte determinava o Conselho Ultramarino ao governador de Minas que remettesse a quantia de mais de cem contos de réis que já se achava arrecadada e recolhesse o mais que fosse arrecadado de *donativos voluntarios* para a despeza do Estado.

Independentemente dessas draconianas extorsões existiam outras sob todas as fórmias que um fisco sem limites excogitava com o firme e decidido proposito de anniquillar qualquer sentimento de liberdade ou progresso.

Sob o jugo destas continuadas extorsões vivia a vilipendiada colonia quando por fim em 1808 veio a familia real portugueza expatriada, acompanhada de um enxame de mais de quinze mil coripheus, em busca de abrigo em seu seio.

Sentio bem depressa a colonia a desillusão dos promettidos beneficios com a estadia da familia real. O sulco que começou a abrir-se entre ella e a corte tornou-se manifesto. Cada dia que se passava, contava-se uma nova exigencia fiscal. "Esta (a colonia) diz Rocha Pombo, sentio logo o pezo daquelle enxame de ociosos, cuja voracidade se ceiva na fortuna dos povos. Para manter o luxo e a ostentação de toda aquella fidalguia insaciavel, foi necessario alem de augmentar impostos, lançar mão de recursos e expedientes excepçoes com que se ia aggravando, sem medida e de modo assustador o futuro do paiz.

"Por outro lado vinham as malversações de toda a ordem; a delapidação das rendas publicas pelo proprio pessoal do fisco; e, enfim a protecção escandalosa dada aos inglezes a tal ponto que estes chegaram a annullar todos os concurrentes na navegação e no commercio".

A penuria e a desolação em que se achou Portugal depois de assolado pelas tropas invasoras encontrou echo na colonia; reinões e colonos abriram-se em liberalidades. As subscrições correram por todas as capitancias afim de soccorrerem as milhares de familias que ficaram sem tecto nem pão. Não serviram de motivo as vexações a que estavam submettidos os filhos da Colonia para que seus corações, sempre bondosos, não accudissem a desventurada terra de seus paes". Portugal, diz o conselheiro Pereira da Silva, extorcia-se, no entanto, na maior penuria e miseria com os estragos e ruinas causadas pela guerra. Parecia que todos os males se despenhavam sobre os seus habitantes. Dos campos emmigravam as populações para as villas e destas os grandes centros onde se suppunha que existissem mais recursos; das cidades maritimas vinham para o Brazil, aqui espalhando-se pelos portos, pelas praias, pelas ruas, implorando a caridade e supplicando esmolas. Ninguém em parte alguma do Brazil, poupava-se ao dever de acudir-lhes em soccoro. Abriam-se pelos moradores de todas as localidades listas de subscrições pecuniarias para ser o seu producto applicado em auxilio dos infelizes portuguezes, quer dos que ainda residiam no reino, quer dos que procuravam asylo no Brazil. Remetteram-se por varias vezes para os portos de Portugal comboios de navios carregados de milho, trigo, feijão, arroz, farinha de mandioca e carnes salgadas que lá se distribuiam pelas familias necessitadas. O governo por seu lado coadjuvou os esforços expontaneos do povo augmentando as remessas de mantimentos e enviando até salitre do Brazil destinado as fabricas de polvora de Lisboa; assim como quina e medicamentos aos hospitaes do reino. Designou egualmente a somma de 1.920.000\$000 reis tirada no espaço de 40 annos dos rendimentos das Capitancias da Bahia, Pernambuco e do Maranhão (24 da Bahia, 16 de Pernambuco e 8 do Maranhão) para soccorros que cumpria prestar em Portugal a quantos malaventurados quizessem reedificar suas choupanas destruidas, obter sementes e gado necessarios ás lavours e restaurar as fabricas arruinadas e as aldeias incendiadas.

Aos portuguezes que de lá se escaparam e chegaram ao Brazil e requeriam alimentos e trabalho, nem o governo nem os particulares se recusavam a amparar, de modo que nada lhes faltasse, pagando o Brazil assim, e com usura de certo, os anteriores beneficios que de Portugal recebera.

Determinou o governo que dos arsenaes do reino lhe fossem dirigidos os artifices que se não pudessem lá empregar, com passagens pagas, afim de no Brazil poderem exercer seus officios."

A emigração de portuguezes continuára em larga escala, e longe de mandar o governo distribuir terras entre os que se amontoavam em varios pontos do littoral sem terem o que fazer — *ordenava que em todas capitánias onde apor-tassem ou permanecessem fossem sustentados pelas autoridades e empregados nos cargos que vagassem.*

Mal havia o Brazil cicatrizado as feridas de Portugal começou a sentir o travo da ingratidão d'aquelles que tão carinhosa e festivamente haviam recebido agasalho e que em sua mesa orçamentaria haviam tomado assento como verdadeiros luculllos. Organizados os serviços com extraordinario apparatus de empregados, para mantel-os, foram absorvidas todas as verbas destinadas ao des-envolvimento dos mesmos, apesar de incessantemente augmentarem os tributos.

A promoção geral feita no exercito e na armada logo ao chegar ao Rio de Janeiro a corte real, encheo o quadro de officiaes superiores e generaes, chegando a ultima corporação a ter em 1821, para um quadro de 595 officiaes superiores e subalternos 43 officiaes generaes, como se houvesse crescido a marinha ao quadruplo: muito ao envez, os navios ainda existentes foram abandonados nos ancoradouros, onde apodreciam á falta de material para reparal-os, porque não existiam verbas para adquiril-o.

Os officiaes gneraes e superiores accomodados em verdadeiras sinecuras burocraticas, mais entorpeciam a marcha da velha e carunchosa engrenagem que movia o serviço naval, o qual cessou completamente de funcionar desde que o principe D. Carlos, nomeado almirante general da esquadra, metteo-se a querer vasal-o em moldes, que a sua inexperiencia, ignorancia da profissão e pretenção, desconheciam.

Logo que se estabeleceo a corte no Rio de Janeiro foi tomada o regente de pruridos guerreiros contra a França e de intervenção nos dissidios entre as colonias hespanholas e sua metropole.

Começou pela conquista de Cayenna, para o que coube a capitania do Pará preparar a expedicção em homens e material.

Para municiamento foi facil, pois determinou ordem regia ao governador da capitania do Rio Negro que "fintasse todos os annos os habitantes dos districtos de qualquer classe na terça parte da farinha para fornecimento dos armazens reaes, que produzissem as roças de mandioca, que cada um tivesse, cuja finta seria sobre a avaliação. "Para o numerario recorreo-se ás costumadas subscripções.

Com o concurso dos inglezes que haviam tomado Portugal a sua tutela, as tropas nacionaes por terra venceram a resistencia dos francezes na Guyanna.

Pelo auxilio maritimo pagou D. João aos inglezes, não só pecuniariamente como ainda lhes deu pelo tratado de 19 de fevereiro de 1810 o commercio do Brazil em condições perpetuas e inmutaveis; passou este desde então a ser commercialmente colonia daquelles.

Das intrigas entre D. João, de uma parte, e de outra sua mulher D. Carlota Joaquina, cujo proceder por demais licencioso tornava-se odiada, em relação a politica a seguir com as colonias castelhanas, só resultaram vantagens para os inglezes; seu ministro no Rio de Janeiro, Lord Strangford, soube tirar bello partido. Perdida a primeira partida, renovou-a D. João e de accordo com Herrera e Alvear, mandando buscar tropas aguerridas em Portugal. E ainda uma vez para iniciar a campanha teve que se recorrer a subscripção no Rio Grande para prover as tropas da metropole do necessario, enquanto os nacionaes atirados nas fronteiras das Missões, até de carne careciam.

Diz Rocha Pombo: Não era possivel que os brasileiros supportassem passivamente todos estes gravames. Dentro em pouco era a corte mais uma excrescencia incommoda e penosa, do que a portadora de era nova com que se tinha illudido as populações de todas as provincias. Póde datar-se da ultima e definitiva expulsão dos francezes (retirada de Massena em 1810) o começo da exacerbação de animo entre reinões e filhos do paiz.

"Emquanto se julgaram aqui profugos sem patria, tudo esperando da terra que os acolhia, foram aquelles apaniguados do erario disfarçando o seu desdem pela população indigena, como quem se concilia prudentemente com a propria irremediavel desgraça. Quando se soube, porem, que Portugal estava livre dos francezes, começaram a mudar; com ufania das victorias, foi o velho orgulho, até alli abatido, agora revivendo.

Em vez de refugiados passaram a considerar-se senhores, e a não ver mais na terra senão como um logar de exilio e castigo que por pouco se supportaria. Com isso já não dissimulavam menoscabo, e mesmo aversão por um paiz sem lustre e gente sem nobreza... Por sua parte, não se deixam affrontar de nada disso os brasileiros. Grandes motivos já tem elles de orgulho para rebater com desprante á altaneiria daquelles que se mostravam commovidos enquanto pediam hospitalidade, e que tendo agora livre outra vez a patria: de que se tinham exilado, consideravam o Brazil como um degredo que os humilha".

D. João, por insinuações de Tayllerand, querendo coroar-se rei de Portugal, dos Alvares e do Brazil, para poder ter voto no Congresso de paz de Vienna, encheo-se de furia quando em 1817 officiaes brasilienses, no Recife, protestaram contra a grosseria com que eram tratados pelos seus companheiros d'armas metropolitanos. Fel-os pagar bem caro o futuro rei o gesto d'aquelles officiaes e dos pundonorosos filhos do Brazil que haviam dado braço forte ao ideal nacional consubstanciados em Felippe dos Santos e em Tiradentes, os martyres.

A chamma liberal levantada patenteou que antes de chegar a Portugal o incendio que havia de destruir o despotismo, já lavrava intenso no solo brasiliense e que não levaria muito a raiar a suspirada independencia.

Aproveitave-se o partido da independencia, para mais infiltrar-se nas brechas abertas pelos embates das correntes liberaes geradas tanto no paiz como em Portugal para o esboroamento da monarchia absoluta.

Queriam os portuguezes a continuação de D. João no Brazil enquanto a maioria dos brasilienses instava pela sua retirada, deixando porém o seu primogenito d. Pedro, á testa do governo; chegou mesmo o senado da Camara, servindo de intermediario ás representações das provincias, a solicitar para que deferisse o rei o pedido.

Os proprios *portuguezes estabelecidos no Brazil* em contrariedade ao manifesto feito pelos portuguezes europeus ás cortes estrangeiras e em fórmula de embargos ao decreto de 7 de março de 1821 diziam: Que a mudança e estabilidade da monarchia portugueza para o Brazil foi tão antigamente prognosticada que consta dos nossos autores portuguezes e das chronicas do Sr. Rei d. João 3º que dividindo as terras do Brazil em capitánias, quando as dava, disse: Que as dispunha para estabelecimento de um grande imperio... Que sendo desde então abandonadas as terras do Brazil ao acaso e a Providencia esta as tem feito subir ao grão de prosperidade em que se acham, sem soccorro do Estado ou da metropole de Portugal, que antes procurou sempre abatel-o e anniquillal-o, prohibindo-lhe todas as fabricas e manufacturas, e permittindo-lhe somente a mineração e os engenhos de assucar pela precisão que tinha delle e do oiro e não querendo que negociasse com outra nação... Que foi sempre tão conservado este ciume de Portugal para com o Brazil que até chegou ao ponto de se mandar arrancar as plantações das drogas do Oriente, que para elle tinha passado, e as de algodão, demolindo-se todos os teares e não se consentindo nelle familia ou casa opulenta, nem homem de genio ou talento, que eram logo chamados a Portugal... Que os portuguezes aqui estabelecidos, os indios e os negros defenderam a terra contra os intrusos sem soccorro de Portugal e até contra convenios do proprio Rei com os inimigos.

Impaciente o partido brasiliense com os expedientes postos em pratica pelos conselheiros do rei para que não realisasse a partida, nos cafés, diz G. de Carvalho, nas lojas da rua Direita e da Quitanda e nos quarteis commentava-se em termos desairosos ao soberano a sua obstinação em não partir. Embarcaria?

O facto de se apparelharem os barcos não significava na realidade que largassem ferros. Podiam ali apodrecer. Quem assegurava que não metteriam nelles D. Pedro e outras pessoas desagradaveis ao governo? O unico meio de fazer partir é empurrar-o para bordo, porque o homem não anda senão a toque de caixa. A toque de caixa deixou Portugal, a toque de caixa deu a Constituição, só a toque de caixa tomará caminho da Europa. A ditos semelhantes, transmitidos ao governo por informantes seguros, succediam avisos de que ia estalar um motim dentro de tres dias para estimular o desventurado d. João VI a sahir barra fora.

Realisou-se por fim a partida da familia real e com ella mais de 4.000 pessoas, levando tudo quanto lhes foi possivel. Partiram-se assim os ultimos elos que ligavam as duas partes do reino. Coube a d. Pedro, incitado pelos patriotas o desfecho, isto é a proclamação da independencia. Para consubstancial-a, tornava-se necessaria a expulsão das tropas fieis ás Côrtes Portuguezas empenhadas em escravisar de novo o Brazil.

Comprehenderam desde logo os mentores de nossa nacionalidade de que só seria conseguido o fim almejado, uma vez adquirido o predomínio maritimo; nesse sentido foram dirigidos todos os esforços.

Soube a nação corresponder ao apello. Dos destroços dos velhos navios abandonados por inserviveis, qual salamandra, fez a alma nacional surgir uma força naval sufficiente para affrontar e medir-se com a antogonista. As subscrições corridas, o auxilio prestado pela mulher brasiliense que levou suas joias para augmentar o numerario, sobraram para compra de outros navios. Com elles levantou-se o poder que iria de vez destruir o predomínio lusitano em nossa terra. Para tripulal-os acudiram á convite de toda parte officiaes e marinheiros, principalmente inglezes e francezes.

Cheio de enthusiasmo pela causa santa que o abrasava o jovem Joaquim Marques Lisboa, não attendeu a outro chamado, senão o da voz de sua patria e por isso empenhou-se para ter embarque na esquadra que em breve iria levar ás forças da metropole, concentradas no porto da Bahia, a affirmação da vontade de um povo que queria ser livre.

Contando apenas desestis annos obteve licença para embarcar-se nella em 4 de março de 1823; apresentou-se á bordo da fragata "Nitheroy", do commando do capitão de fragata João Taylor, na qualidade de voluntario, isto é, de praticante a piloto, como assim eram chamados os que a bordo procuravam o ensino nautico.

No dia 3 de abril vio elle fazer-se de vela a nossa esquadra composta de "Pedro I" capitanea, arvorando o pavilhão de Lord Cochrane, nomeado nosso primeiro almirante, fragata "Ypiranga", corvetas "Maria da Gloria" e "Liberal", brigue "Guarany" e brigue escuna "Real Pedro", deixando de fazel-o na mesma occasião a "Nitherohy" por não ter ainda completa a sua guarnição.

Dois dias depois de chegada da esquadra ás costas da Bahia, a 29 de abril a ella se lhe reuniu a "Nitherohy".

No dia 4 de maio navegavam os nossos navios ao rumo W 4SW, soprando vento moderado de leste e mar chão, quando foi dada á vista a esquadra portugueza numerando os seguintes navios: Náo "D. João VI" (capitanea) de 88 canhões e 750 homens, arvorando o pavilhão de chefe de divisão João Feliz Pereira de Campos; "Constituição", de 56 canhões e 350 praças, "Perola", de 44 canhões e 250 homens, "Dez de Fevereiro", de 26 canhões e 180 praças, "Restauração" de 24 peças e 160 homens, "Regeneração" de 22 canhões e 160 homens; charruas "Activa", de 23 canhões e 160 praças; "Princeza Real", de 22 peças e 100 praças, "Calypso", de 22 canhões e 180 praças, lugar "S. Gualter" de 2 peças e 180 homens, brigue "Audaz", de 18 peças e 150 homens; escuna "Príncipe do Brazil", de 22 canhões e 80 praças e finalmente sumaca "Conceição Oliveira", de 6 canhões e 50 praças.

Emquanto manobrava a esquadra inimiga, com gallardia avançava a nossa em linha de fila na seguinte ordem: "Pedro I", "Ypiranga", "Nitherohy", "Maria da Gloria", "Liberal", "Real Pedro" e por boreste da linha, como repetidor de signaes o "Guarany".

A esquadra inimiga formada em duas columnas, em ordem de combate tinha a certeza de esmagar a nossa, atacando unicamente a não "Pedro I"; era esse o proposito.

Bem sabia Lord Cochrane que sómente com a superioridade da direcção tactica do combate poderia operar de modo a tornar-se preponderante no ponto decisivo, pois quanto a superioridade material quantitativa e qualitativa das forças, essa pertencia ao contendor.

A responsabilidade politica e militar que pezavam sobre si faziam-no comprehendere que não poderia expor os navios confiados a sua guarda a uma derrota, facto que se acontecesse, seria um verdadeiro desastre para a collimação de nossa independencia.

Afeito a combates, onde tinha aprendido a resolver no meio delles as soluções, ia tentar a fortuna em condições de inferioridade em que estava: depois de ter avaliado da formatura e manobra do inimigo, pois com o desenvolvimento excessivo das forças contrarias, tornando-se portanto difficil a utilização de todas, poderia o nosso almirante conseguir aquillo que em terra seria impossivel.

A presença da nossa esquadra nas aguas da Bahia era por si só um elemento que tolhia a liberdade de acção da frota inimiga embora mais forte. Tendo determinado os pontos fracos que nas formaturas em columnas ou profundas são a cauda e tambem o flanco, não hesitou o nosso almirante em mandar içar o signal de *Preparar para o combate*, e então a bordo da "Nitherohy" participou o jovem Marques Lisboa do fremito que produzem as grandes sensações quando o seu commandante fazendo reunir a guarnição a ella se dirigio com palavras cheias de ardente amor pela causa que havia abraçado, concitou a todos em manter bem a gloria do Brazil e de seu Imperador. Tiveram todos nessas incisivas palavras do seu bravo commandante, a benção da honra que os havia de tornar dignos e benemeritos da patria.

Desde pela manhã procurava o nosso almirante aproximar-se do inimigo que sempre se afastava, sem duvida com o proposito de estender suas linhas e envolver a nossa.

O nosso almirante que não perdia de vista a formatura do inimigo, comprehendendo o seu intento e antes que executasse o plano, percebendo uma abertura na linha contraria que lhe permittia separar os quatro navios da cauda da columna, ao achar-se a "Pedro I" a menos de meio alcance do "Principe do Brazil" e pelo seu travéz, arribou em cheio, a cortar a linha entre a "Constituição" e a charrua "Prinzeza Real". Nesse momento recebeu elle toda a bateria, que foi respondida de ambos os bordos contra os navios proximos. Já contava o nosso Almirante com a primeira presa, pois tão proximo da charrua se achava que os laizes das vergas do seu navio quasi tocavam a do inimigo e pela buzina intimava-o a que se rendesse; do contrario a metteria a pique quando se deu a bordo a inaudita traição de se negarem á manobra e fazer fogo alguns marinheiros portuguezes, sem duvida de ante-mão industriados no Rio de Janeiro para a pratica dessa empreitada, visto como já tinha dito em manifesto publico o chefe portuguez Madeira que bastava atacar a não "Pedro I" para que o resto da esquadra se entregasse.

O fiel de artilharia, o escoteiro e um cabo encarregados da passagem de cartuchos haviam fechado as portas dos paíões e declararam peremptoriamente que d'ali não mais sahiria polvora para atirar contra portuguezes. Dominados pela energia da officialidade e marinagem nacional foi conjurado o perigo; escapou-se porém a presa.

Tendo-se aproveitado desse amortecimento de fogo, avançaram a "Calypso" e a "Dez de Fevereiro"; tiveram porém de fugir às bordadas inteiras que lhe despejaram a "Nitherohy" e a "Maria da Gloria", bem como a "Ypiranga". Foi falho o concurso dos demais, "Liberal", "Rcal Pedro" e "Guarany", querendo os da "Liberal" passar-se para o inimigo, porque caso identico ao da "Pedro I", nelles se passaram.

Dura foi a lição em confiar n'aquelles que só por mero interesse se tinham offerecido prestar serviços contra a sua propria patria. Tarde n'elles havia accudido o sentimento patriotico.

Nesse memoravel combate que abateo de vez o prestigio luzitano no Brazil, recebeu Marques Lisboa o seu baptismo de fogo.

Tendo-se retirado o almirante com a esquadra para o morro de São Paulo, onde fez sua base de operações afim de expurgar seus navios do máo elemento nella existente, que remetteo para o Rio de Janeiro, a bordo da "Ypiranga" passou o melhor pessoal da "Nitherohy" para bordo de "Pedro I", entrando nesse numero Marques Lisboa e João Nepomuceno de Menezes, tambem como elle voluntario, e em companhia de "Maria da Gloria" foi estabelecer bloqueio á esquadra inimiga recolhida ao porto da Bahia.

Estava assim firmada a nossa preponderancia naval sobre a portugueza. Nos pertencia desde então a primazia no ataque.

Na audaciosa tentativa do nosso almirante de entrar durante a noite no porto da Bahia, acompanhado pela "Paraguassú" e "Maria da Gloria" e atacar no ancoradouro a esquadra inimiga apreendeo Marques Lisboa o que pôde o arrojo e a decidida vontade de vencer, que é atacar o inimigo e não esperar por elle.

Embora sem proveito material, devido a circumstancias de vento e maré, teve o almirante o moral, qual o de decidir o inimigo a abandonar o porto.

Tendo mandado depois disso regressar o Almirante os officiaes e praças para bordo da "Nitherohy", pois deviam todos estar preparados ao primeiro signal para a caça ao inimigo, voltou Marques Lisboa a seu navio e sob ás ordens de João Taylor e do illustrado e bravo brasileiro, o capitão-tenente Barroso Pereira, ia compartilhar da brilhante epopéa descripta por aquelle navio, perseguindo o inimigo até a foz do Tejo.

Picando a retaguarda portugueza já dispersa e apresados muitos transportes e navios onerarios sahidos a 2 de julho, iniciou a sua faina o commandante João Taylor, confiado na sua guarnição, composta agora de tripulantes na sua maioria nacionaes e de inglezes. Avistando o commandante da "Nitherohy" a não capitanea inimiga, duas fragatas, tres corvetas, um bergantin, nove galeras e uma sumaca, delles se aproximou para vigiar-lhes os movimentos, pois constava que pretendiam ir para o Maranhão, segundo as ordens das Côrtes Portuguezes, conforme se certificára pelo registro feito á sumaca "S. José Triumpho", a qual foi mandada para o Rio de Janeiro.

Cavalgando a verga do velacho do seu navio, onde fizera seu posto de observação, enquanto nos cestos de gavea vigiavam os voluntarios Marques Lisboa e Menezes, de oculo em punho não perdia um só movimento dos navios inimigos, o ousado commandante Taylor. Percebendo em certa occasião o intento delles mais os cerrou, para mostrar-lhes que impunemente não se atreveriam a mudar de rota; para exemplo, satisfazendo o anceo de sua guarnição, para com elles medir-se, mandou forçar de vela e percorrendo a linha inimiga, cortou-lhe a proa e depois descendo a contrabordo, ao chegar a altura do "S. Gualter" despejou-lhe a bateria; se não repetio essa façanha era porque assim lhe ordenava a prudencia em vista das condições em que se achava seu navio, falto de velame e mantimentos.

A 12 de julho na altura do Ceará por uma embarcação enviou ao governo local uma proclamação dando aos habitantes a boa nova do abandono da Bahia.

A 7 de agosto aprisionou o transporte "Grão Pará", que conduzia 270 soldados e depois de ter deitado ao mar seus canhões e feito assignar por passageiros e officiaes um termo de prisioneiros de guerra, concedeo que seguissem o seu destino, isto para não desfalcar a fragata de pessoal para tripular a presa.

A 19, usando de estratagemas para isso a bandeira ingleza, cousa bem permittida, conseguiu obter agua na ilha das Flores e cinco dias depois fez rumo a Lisboa.

Nesse trajecto, debaixo as baterias inimigas, aprisionou successivamente os hiates "Alegre", "Correio de S. Miguel", "Esperança", "Vigilante" e "Bom Successo" e brigue "União". A 8 de setembro cahiam em nosso poder os hiates "S. José", "Provincia", a galera "Nova Amazonas" e depois o hiate "Paquete de Setubal" em o qual mandou o commandante Taylor embarcar todos os prisioneiros feitos nas presas anteriores para que seguissem para Lisboa, dando-lhes liberdade.

Depois de tantos feitos sem que ousasse navio algum inimigo impedir-o no seu arrojo, a 12 de setembro mostrou a bellonave brasiliense as cores de sua bandeira nas costas portuguezas para que todos se podessem certificar de que uma nação nova havia surgido, separada por completo da antiga metropole.

De regresso, ainda foram aprisionados os hiates "Santo Antonio", "Triumpho" e "Herminia", escuna "Emilia" e brigue "S. Manoel Augusto". Arribou a ilha de S. Nicolão para fazer aguada; ao fazer-se de vela apanhou formidavel temporal que por pouco não fez submergir o navio, sendo preciso para salvá-lo picar o mastro da mezena e deitar ao mar alguns canhões.

A 9 de novembro, cheios todos de grande alegria, dava fundo a lendaria "Nichterohy" no porto da Bahia. Tinha Marquês Lisboa nessa epopeia que enche de orgulho a nossa marinha como factor principal da nossa independencia e unidade, prestado o seu concurso com entusiasmo juvenil, tirando della ensinamentos que mais tarde, como mentor, poz em pratica para maior brilho e grandeza da terra que o vio nascer e para a qual só teve dedicações extremas, não excedidas.

Coube-lhe o agradecimento votado pelas Camaras. Ao chegar ao Rio de Janeiro, já não pesava nos destinos do Brazil a acção dos filhos do paiz. Os adhesistas sentindo que lhes ia fugir a presa de tantos annos e onde commodamente haviam fruido vantagens que não mais lograriam, acercaram-se do imperador e no seu voluvel espirito incutiram-lhe a reacção. Posto fóra do poder José Bonifacio, a alma creadora do nosso resurgimento marítimo, sobre essa força essencial que deveria conter as velleidades da ex-metropole para restabelecer o seu predomínio, incidiram as perseguições. Era preciso alijar pelo desgosto e por toda a sorte de affrontas, os officiaes que tinham acudido ao nosso apello, para que os adhesistas os substituíssem.

Arredados do governo os verdadeiros patriotas, pôstos a caminho do exilio José Bonifacio e outros, passou a direcção politica do paiz ás mãos dos aulicos do imperador. Desse grande grupo fizeram parte Villela Barboza, o futuro marquez de Paranaguá e Severiano da Costa, o emissario de d. João VI, depois marquez de Queluz.

Escolhidos á propósito para acceitarem as clausulas estabelecidas por Portugal e por este entregues ao seu tutor a Inglaterra, para o reconhecimento da nossa independencia, ficou estabelecido: 1.º *Cessão de hostilidades da parte do Brazil contra os navios portuguezes.* 2.º *Restituição de todas as propriedades portuguezas injustamente confiscadas.* 3.º *Não intentar-se ataque algum as colonias que continuarem a ser fieis a Portugal.* 4.º *Demissão de todos os subditos inglezes empregados pelo governo do Brazil.*

Dirigida a nossa esquadra como estava por officiaes inglezes tornava-se necessario vencer o maior obstaculo opposto aos reacconarios. Esmagar o poder marítimo que o patriotismo brasiliense havia levantado e com elle quebrado as ferrenhas garras que Portugal havia lançado sobre a nossa patria, era o meio propicio para dar cumprimento á ultima das clausulas acima citadas.

A começar por Lord Cochrane, que desde logo sentio o peso da má vontade dos governantes, seguiu-se o Capitão de Mar e Guerra João Taylor, odiado por ter perseguido a esquadra portugueza desde as costas da Bahia até a fôz do Tejo, onde foi mostrar a nossa bandeira; João Grenfell por ter obstado que o Pará continuasse colonia luzitana e a quem se quiz attribuir os morticínios dados naquella provincia. Esses e outros mais, soffreram as sanhas dos renegados, os quaes depois passaram a exercer o seu odio sobre os filhos do paiz, sempre por elles sobrepujados.

A's muitas picardias feitas ao Primeiro Almirante, posto esse que lhe fôra conferido, logo que entrou ao nosso serviço, facto que exarcebou os adhesistas para desgotal-o depois de ter sido galardoado com um voto de agradecimento pelas Camaras Legislativas, com a gram-cruz do Cruzeiro, conselheiro de Estado e com o titulo de marquez do Maranhão, tratou-se de limitar os poderes e pre-rogativas de que gozava; foi baixado o decreto de 19 de janeiro de 1824 que mandou que não mais fossem admittidos *voluntarios* que não tivessem o curso de marinha. Era um meio para não serem admittidos filhos do paiz no serviço naval.

Tratava-se de preparar a esquadra afim de seguir para Pernambuco. Esse acto veio desferir sobre Marques Lisboa profundo golpe, pois ia-lhe fechar as portas da carreira que abraçara com tanto amor e na qual já tanto se distinguira. Se faltou-lhe apoio dos homens do governo para recompensal-o de seu ardor juvenil e patriótico, encontrou porém de sobra na justiça daquelles com quem servira. Não teria certamente o amparo da parte do ministro da marinha de então, Villela Barboza, embora nascido no Rio de Janeiro, creado e residente em Lisboa e deputado as côrtes Portuguezas em 1821, o homem que não teve pejo de em discurso que tinha vergonha de ter nascido no Brazil e que era tal a sua raiva que estava prompto, posto que velho, a marchar ainda que fosse com a espada na bocca para castigar os degenerados brasileiros que queriam a separação e obrigar a voltar a salutar união com Portugal; do homem que não foi alheio á deportação os Andradas e confabulação com o commandante da "Luconia" para entrega dos mesmos a Portugal. Estava a lhe dever José Bonifacio pelo merecido desprezo com que tratava homens de seu quilate, isto desde a constituinte portugueza.

Ao chegar a fragata "Nichterohy" ao Rio de Janeiro, teve Marques Lisboa ordem de desembarque em fevereiro de 1824 e foi frequentar a Academia de Marinha, onde matriculou-se no primeiro anno do curso.

Ao preparar-se como dissemos a esquadra que deveria seguir para Pernambuco levando tropas afim de dominar o espirito nacional prevenido contra o proceder dos homens que se haviam apossado do governo para realisar o interesse de familia com o menosprezo do nacional, na falta de officiaes subalternos, não se esquecco Lord Cochrane do jovem Marques Lisboa, para que tivesse embarque na Capitanea "Pedro I"; solicitou para isso essa permissão.

A Villela Barboza tal pedido servio de pretexto para fazer sentir ao almirante, a quem não deixava escapar oportunidade para acicatal-o, a necessidade de não admittir como voluntario pessoa alguma que não tivesse os estudos da Academia de Marinha, como determinava o decreto citado. De seu lado, Lord Cochrane, que não se fazia esperar na resposta a qualquer lance, para que não ficasse de pé a insinuação, retrucou nos seguintes termos: "Fui honrado do officio de V. Ex. participando-me a vontade de S. Magestade Imperial que não admitta pessoa alguma que não tenha o estudo da Academia e que Guardas-Marinha não tendo os estudos, não se podem promover a gradação de officiaes, cujas ordens hei de obedecer, como é de meu dever; porem seja-me permittido propor a consideração de V. Ex. como Ministro da Marinha, para que como conselheiro de S. Magestade Imperial suggira á consideração Imperial a impossibilidade de achar officiaes subalternos, assim qualificados, tanto como a difficuldade de se formarem marinheiros".

Devêras, se não houvessem officiaes senão os que estudaram em qualquer Academia, eu tambem ficaria excluido e não creio que haja um só official inglez ao serviço de S. Magestade Imperial que assim fosse educado.

“Permitta em dar a minha opinião que a melhor Academia de Marinha é um navio de guerra, um respeitavel e habil lente onde se combina a theoria em a pratica que ahi se devem explicar — *Cochrane e Maranhão*”.

Ao proprio Imperador intercedeo Lord Cochrane para que fosse attendida a supplica do jovem filho do Brazil, denegado pelo seu ministro da marinha, dizendo-lhe: — *Magestade, aquelle senhor será o Nelson brasileiro*.

Foi por fim consentido o embarque de Joaquim Marques Lisboa em 25 de Julho á bordo da não “Pedro I” e a 2 de agosto de 1824, zarpava do Rio de Janeiro, levando com destino ao porto de Jaraguá, em Alagoas, um corpo expedicionario de 1.200 homens que ao mando do general Lima e Silva, deveria operar contra os revolucionarios pernambucanos; chegado a 13 e a 16 concluido o desembarque, fez rumo o almirante para o porto do Recife, onde chegou a 18, tendo procurado antes do emprego da força, por meios suasorios o restabelecimento da ordem. Ao primeiro ataque á cidade do Recife assistio Marques Lisboa.

Depois de pacificada a provincia de Pernambuco, seguiu para o norte até ao Maranhão onde tambem imperava a anarchia. N'esta provincia tomou parte no desarmamento das forças que o Presidente Bruce havia armado afim de combater os opposicionistas ao seu governo. Sabendo Lord Cochrane que no Pará intentava o conego Baptista Campos, de nóvo revolucionar a provincia, seguiu Marques Lisboa fazendo parte da força composta de cem praças ao mando do 1º tenente Clarence, afim de guarnecer o brigue “Januaria”, ali construido. Regressou ao Maranhão, tornando á “Pedro I”.

Depois da partida de Lord Cochrane para a Europa na “Ypiranga”, regressou ao Rio de Janeiro.

Não vendo seus serviços premiados, seu irmão José Marques Lisboa, como seu procurador, em fins de 1825 dirigio ao imperador o seguinte requerimento: Senhor — Diz Joaquim Marques Lisboa, que tendo-se offerecido em 1823 para servir como voluntario na Armada Nacional e Imperial, dignou-se Vossa Magestade Imperial deferir á sua supplica, ordenando-lhe que se apresentasse a João Taylor, para servir a bordo da fragata que então commandava, com a promessa de o promover a official de Patente logo que o mesmo Commandante informasse bem de seu aproveitamento, intelligencia e conducta, como é constante pela sua inclusa nomeação. Tendo o supplicante servido tanto debaixo das ordens do 1º almirante, como do dito Commandante Taylor, com a maior aptidão, como bem prova a Attestação adjunta, que dos mesmos obtivera, desembarcou nesta Côte por ordem superior quando se desarmou a Fragata “Nichterohy”, a cujo bordo se achava; e movido pelos mais ardentes desejos de habilitar-se devidamente para prestar maiores serviços ao Estado, requereo e obteve immediatamente licença para matricular-se no 1º anno Mathematico e no de Apparelho da Academia Imperial dos Guardas-marinha, cujas aulas frequentou sempre com a maior assiduidade e constante applicação, como consta da Attestação annexa do respectivo Director, até que, á requisição do 1º almirante recebeu ordem de embarcar a bordo da não “Pedro I”; não sendo por isso possivel completar o dito 1º anno, por cujo motivo se acha ainda com a mesma graduação de voluntario, apesar de não ter deixado depois da sua nomeação de empregar-se effectivamente no serviço de Vossa Magestade Imperial e ter dado repetidas provas de poder servir dignamente como Official.

A vista do exposto, Augusto Senhor, recorre pois o Supplicante a inexgotavel bondade e munificencia de Vossa Magestade Imperial para que haja por bem promover-o ao Posto de 2º Tenente, em attenção aos serviços que tem tido a felicidade de prestar, e as honrosas Attestações de que é portador, e sobretudo visto achar-se nas circunstancias para isso exigidas pela sua mencionada nomeação; portanto

“Pede a Vossa Magestade Imperial se digne attender benignamente á sua supplica. Como Procurador, *José Marques Lisboa*.”

Mandado ao capitão de mar e guerra João Taylor para informar o requerimento supra, dirigio este ao Ministro da Marinha o seguinte officio: — Já tive a honra de fallar a Vossa Ex. a favor do voluntario Joaquim Marques Lisboa o qual soube adquirir a estima do 1.^a Almirante, a minha e a de todos os seus superiores. O zelo, coragem e aptidão que este jovem Official Braziliense mostrou no serviço da Marinha foi visto por todos com prazer e admiração; e posso assegurar a V. Ex., debaixo da minha palavra de honra, que quando desembarcou da Fragata “*Nichterohy*”, em consequencia de sua grande e constante applicação, elle se achava habilitado sufficientemente para conduzir uma embarcação a qualquer Parte do Mundo.

Os meus chronometros estavam lhe confiados.

Resta-me pois, Ex. Sr. supplicar a V. Ex., visto achar-se o dito voluntario auzente, embarcado a bordo da Náo “*Pedro I*”, se digne attender benignamente á sua supplica; o que solicito com o unico fito de ver promovido um official de verdadeiro merecimento e que, como já disse na Attestação que lhe passei, promette para o futuro fazer honra á Marinha deste Imperio.

Tenho a honra de ser de V. Ex. *João Taylor*.

Não errou na sua prophecia o illustre official, o heroico commandante da “*Nichterohy*”; elle que, sósinho se atreveo a perseguir a esquadra luzitana desde ás costas da Bahia até a fóz do Tejo, ensinou aos filhos do Brazil e principalmente aos jovens que sob suas ordens serviam, como se deveria escrever a historia de nossos feitos navaes.

O Aviso de 2 de dezembro de 1825 veio dar satisfação ao anhelos do jovem Marques Lisboa, pois foi nomeado Segundo Tenente em comissão e logo em seguida depois de ter feito os exames exigidos foi promovido a Segundo Tenente effectivo por decreto de 22 de janeiro de 1826. Teve ordem de embarque na fragata “*D. Paula*” que da Bahia devia seguir para o Rio de Janeiro.

Assim aos dezoito annos de idade como official iniciava o futuro marquez de Tamandaré, a sua brilhante carreira naval, tendo desde logo para campo de suas façanhas o estuario do Prata, onde eram reclamados os nossos esforços para destruir a ultima trama preparada pela solercia de d. Alvaro de Macedo, o commandante das tropas portuguezas de occupação. Havia preferido este entrar em accordo com o governador de Buenos-Ayres d. Bernardino Rivadavia, o propugnador tenaz das ideas unitarias e dictatorias, auxiliado por Moreno, para a entrega da Cisplatina, antes que esta continuasse unida ao Brazil.

Declarada a guerra ás Provincias Unidas do Prata em consequencia dos auxilios que prestavam ao sublevados da Cisplatina, para o campo de acção seguiu o segundo tenente Joaquim Marques Lisboa.

Compunha a esquadra bloqueadora disposta em 3 divisões, dos seguintes navios: Corveta “*Liberal*”, de 22 canhões e 150 praças, commandada pelo capitão de fragata Antonio Salema Freire Garção. Nella içava o seu pavilhão o Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo; corvetas “*Itaparica*” e “*Maceió*”, a 1.^a de 22 canhões, commandada pelo chefe de divisão Diogo Jorge de Brito e a 2.^a de 18 canhões, commandante capitão de fragata Antonio José de Carvalho. Brigues “*Caboclo*”, “*Real Pedro*” e “*29 de Agosto*”, todos de 18 canhões, commandados respectivamente; pelo segundo tenente Francisco Pires de Carvalho, capitão-tenente Frederico Mariath e primeiro tenente Jorge Rodgers Gliddon; brigues “*D. Januaria*” de 14 canhões, commandante segundo tenente Francisco Borges, “*Rio da Prata*”, de 10 canhões, commandante segundo tenente José Lamego Costa; brigue-escuna “*Pará*”, de 8 canhões, commandado pelo segundo tenente José Antonio França Ribeiro; barca-canhoneira “*Leal Paulistana*”, de 6 canhões, commandada pelo segundo tenente Antonio Carlos Ferreira; escunas “*Liberdade do Sul*”, “*Conceição*”, barca n. “*8*”, cada uma com um rodizio e

commandadas respectivamente pelos segundos tenentes José Francisco Regis, Thomaz Thompson e Wencesláu da Silva Lisboa e finalmente a lancha "Montevideana".

Vigilante, ao largo de Buenos Ayres, não entregue a olhos de marinheiro consumado e dirigida por guerreiro feito, cumpria a nossa esquadra a sua missão de bloqueio, quando, ao amanhecer do dia 9 de Fevereiro, foi avistada em linha de fila, amuras á bombordo, sahindo do ancoradouro dos Poços, a inimiga sob o mando do almirante Guilherme Brown; constava dos dezoito seguintes navios, superiormente apparelhados e guarnecidos, com artilharia de alcance superior a nossa: corveta "25 de Mayo", de 28 canhões e 200 homens de guarnição commandada pelo capitão Parker e içando o pavilhão do chefe. Brigues, "Congresso" e "Republica", de 18 canhões e 120 praças cada um, tendo por commandantes Bartolo Mason e Roberto Beizely; "Belgrano" de 16 canhões e 80 praças; "Balcarce", de 14 canhões e 80 praças, commandante Juan Cerruti; escunas "Sarandy", de 7 peças e 80 praças, commandante Warns, "Pepa", de 3 peças e 60 praças e sob ás ordens dos valentes commandantes Rosales e Espora, 12 barcas-canhoneiras armadas cada uma com um rodizio de 24 e que constituíam duas divisões.

Estando como estava a nossa esquadra fundeada muito proxima dos bancos, fez signal para — *suspender* — o vice-almirante Rodrigo Lobo, agora cheio de orgulho pelo apoio que encontrava no ministerio, esquecidos os governantes do que praticára elle em Pernambuco contra os filhos do paiz, que tão promptamente tomara por patria. Em gavéas, com amuras á bombordo, velejaram para ganhar barlavento durante uma hora. As 7.10 m. atopetou novo signal o capitanea para *Amurar papafigos e caçar joanetes*. As 10 horas visaram de bordo dando começo a caça ao inimigo. "*O almirante lembra a gloria da nação neste dia e espera que todos se batam com o mais decisivo valor*"... Logo em seguida foi desfraldado — *Atacar o inimigo logo que cada um poder*. Como mais veleiras a "Liberal", "Itaparica" e o "29 de Agosto" se avisinharam da "25 de Mayo", do "Congresso", "Belgrano" e "Republica" e durante uma hora e um quarto sustentaram nutrido fogo. Os brigues inimigos assim atacados sentindo que não podiam arrostear fogo dos nossos, arribaram e se puzeram em fuga, deixando a sua capitanea entregue a nosso alvo e a sua isolada resistencia. Nesta occasião fez o nosso almirante signal para que a 3.ª divisão atacasse as barcas inimigas e lhes cortasse a retirada; percebendo a manobra puzeram-se em fuga para o porto, obrigando o capitanea a retirar-se da acção, a qual continuou ás 5 horas, quando de novo os nossos conseguiram acercar-se dos fugitivos. Haviam conseguido a "Liberal" e a "29 de Agosto" cortar a prôa da "25 de Mayo" e do "Congresso" e em duello se conservaram até as 6 ½ da tarde quando cessou o canhoneio.

Tivemos n'este combate, morto o commandante do "29 de Agosto" pela ultima bala lançada pela "25 de Mayo", quando perseguida de perto e mais o mestre da "D. Januaria" e um marinheiro, e feridos dous marinheiros da "Maceió" e um da "D. Januaria".

A "Itaparica" teve o seu commandante e o tenente Antonio Joaquim de Souza feridos. Como avarias, teve a "Liberal" o mastarô da gata desarvado, um rombo no costado e algum massame cortado. A "Itaparica" teve uma bala no gurupés, vergas rendidas, cabos cortados.

As perdas e avarias do inimigo foram occultadas muito propositalmente; pode-se avaliar do empenho em occultar-as pelas diversas fontes de registro. Brown nas Accionales Navales dá 4 mortos, 7 feridos e não se refere ás avarias; no entretanto a parte official só menciona um morto e quatro feridos. *A Gaceta Mercantil* n. 683 de 11 de Fevereiro d'aquelle anno, diz que foram 12 entre mortos e feridos, quando *El Correo Nacional* e *El Mensajero Argentino*, ambos jornaes da epoca, dizem que foram seis mortos e quinze feridos.

Esses jornaes pediam a seus leitores que enviassem fios de linho para os curativos; o que parece ser mais avultado o numero de feridos.

Tão cobardemente se portaram os commandantes de alguns dos brigues inimigos que nas "Acciones Navales" diz Brown "*La conducta de los commandantes del "Belgrano", "Republica" e "Sarandy", fue tan notable en ambas acciones que muchos suppusieron un sinistro designio contra el jefe"*.

Depois deste combate virou de bordo a nossa esquadra e foi fundear cntre os bancos Ortiz e Chico.

Rodrigo Lobo não soube tirar partido da vantagem obtida nesses primeiros encontros. Seos antecedentes asseguravam a falta de qualidades inherentes a um chefe, e suas falhas costumava lançar sobre hombros alheios. A parte que se segue é a prova do que avançamos.

"III. e Ex. Sr. Tenho o prazer de levar a presença de V. Ex. que no dia 9 de Fevereiro tivemos dois combates com os inimigos um pouco serios, á vista da Colonia e de Buenos-Ayres e as disposições e medidas que tomei para bater o inimigo. V. Ex. verá pela relação que remetto que é a copia do caderno dos quartos durante os dois combates, acompanhada esta da parte do commandante desta corveta o Capitão de Fragata Antonio Salema Freire Garção, e o resultado foi pôr em retirada o inimigo sem que eu lhe podesse tomar alguma das embarcações, o que sempre esperci, mas a pouca pericia de varios commanantes que nunca viram fogo nem tão pouco commandaram quartos á bordo de navios de guerra, e se acham agora commandando embarcações, fez com que eu não tivesse o prazer de tomar senão todos, uma parte, pois jamais terá havido combate naval em que o General fosse obrigado a fazer tantos signaes como os que constam da relação que remetto; e portanto a victoria consta de ter batido o inimigo a ponto de que foi obrigado a retirar-se; e julgo que com bastante avaria.

Tenho tambem a lamentar a pouca pericia dos nossos artilheiros, que é raro aquelle que sabe fazer uma pontaria, e isto e não se ensinar a atirar ao alvo nos exercicios de ensino; tenho tambem a sentir que uma grande parte das carretas das peças são mal construidas, assim como as portinholas das embarcações, porque ha alguma que estando á barlavento do Inimigo se lhe não pode fazer fogo, e tendo eu conhecido por experiencia este defeito estou-o remedgando da fôrma que posso.

Eu teria sumo prazer em me conservar a vista de Buenos Ayres por algum tempo, para mostrar que fui senhor do mar em que se deram os dois ataques, mas não o pude fazer por não ter uma confiança decisiva em todos os commandantes que se acham debaixo de minhas ordens pela pouca experiencia que tem de semelhante serviço á vista do Inimigo, e portanto receei que este em reparando os seus damnos podia voltar com mais força do que a que trouxe, e eu ser obrigado a retirar-me, porque não tenho embarcações em que possa contar, se não esta corveta e a "Itaparica" e todas as mais tiveram suas faltas; portanto fui obrigado a vir estacionar o bloqueio de Buenos Ayres a Leste dos Bancos Ortiz e Chico, com as embarcações seguintes, as tres corvetas e quatro bergantins, e mandei para a Colonia, o Brigue "Real Pedro", brigue-escuna "Pará", escuna "Liberdade do Sul" e escuna "Conceição" e para Martim Garcia a barca "Leal Paulistana", a barca n. "8" e a lancha "Monteviediana" e mandei alli reunir a frotilha de Uruguay para defender a ilha de Martim Garcia, e eu me conservo no bloqueio á leste dos ditos bancos até V. Ex. me mande duas fragatas e uma commandada pelo capitão-tenente Grenfell, outra para commandar o capitão de fragata Couto, e estas devem trazer-me pelo menos seis peças por banda de calibre 18, pois todas as embarcações do inimigo tem artilharia de alcance como V. Ex. verá das cartas que lhe remetto e eu por experiencia o sei, e seria bom que me mandasse outro brigue e commandado pelo capitão-tenente Bartholomeu Hayden e que traga tambem algumas peças de alcance, do contrario não conte V. Ex. com

bom resultado do cruzeiro a favor de Sua Magestade Imperial; os inimigos vão comprar outra Galera para armar, e já deram ordem para fazer mais barcas e estão a espera de doze lanchões de Santa Fé.

Logo que eu tenha aqui as embarcações que peço e em se recolhendo a corveta "Maria da Gloria", torno a voltar a Buenos Ayres e não terei então o menor receio de expôr as Forças que me são confiadas; e se V. Ex. não attender ao que lhe communico de certo os inimigos conhecendo a pouca pratica dos commandantes que tenho debaixo das minhas ordens tenham logo que possam, vir fazer o bloqueio a Montevidéo e eu screi vergonhosamente obrigado a meter-me dentro do porto, aonde não posso ter recurso algum tanto para mantimentos como para aguarda uma vez que o porto esteja bloqueado; e quando se me dê o que respondo pelo resultado, para gloria do Imperio, que é todo o meu interesse, e as Forças que peço devem vir quanto antes, porque o Inimigo não se descuida como se tem visto na promptificação das embarcações que apresentou no dia do combate.

E' do meu dever recommendar a Sua Magestade Imperial todos os meus officiaes e guarnição assim como os da Corveta "Itaparica" debaixo das ordens do Chefe de Divisão Diogo Jorge de Brito que se chegou com valor decisivo ao fogo inimigo, e tenho a satisfação que em geral as guarnições estão com decisivo no ataque e faltando-lhe somente a mola real, para os dirigir, qual é a dos Commandantes serem todos novos, e sem experiencias; e é por esta razão que eu peço os Commandantes acima mencionados; eu de alguma fórma desculpo aos ditos commandantes, não somente por serem novos, mas tambem por serem as embarcações pequenas e com pouca artilharia de alcance, *mas não os posso desculpar em não atacarem melhor as Barcas inimigas que pelo menos cinco ou seis deviam ser tomadas*; contudo não aponto estas faltas para Sua Magestade Imperial os castigar porque entre elles ha alguns que de certo hão de vir a ser bons Officiaes e somente fiz menção de todas as faltas para que não seja nada occulto a V. Ex.

"Um dos motivos que tambem me fez retirar de Buenos Ayres foi a ver se encontrava em Montevidéo as Charruas que vieram com a fragata "Imperatriz", porque pretendia armar uma, tirando da Fragata a artilharia da tolda, para ter uma embarcação de respeito e que posa dar costado a Fragata dos inimigos.

"Tenho de lamentar a perda do 1.º tenente João Rodrigues Glidon. Commandante do Bergantim "Vinte e nove de Agosto" o qual foi morto pelo ultimo tiro que lhe atirou o inimigo, dando-lhe uma bala no peito, e a bordo do Brigue Escuna "Januaria" morreu o Mestre e um marinheiro ferido gravemente. Na corveta "Macció", houve um marinheiro morto e dois feridos levemente.

"Devo dizer a V. Ex. que o Bergantim "Caboclo" e o Bergantim "Rio da Prata" foram nulos nos dois combates e portanto preciso de dois Commandantes para elles, se bem que o do "Rio da Prata" pôde vir a ser bom official, mais por agora é muito rapaz, e pode commandar outra embarcação ligeira das que devem chegar do Rio Grande, e o mesmo o do "Caboclo" por não ter se não a qualidde de bom Piloto e nada entenda do serviço pertencente á Marinha de Guerra, pois nada sabê se não fallar muito e permita-me V. Ex. que lhe lembre para commandar este Bergantim o Capitão Tenente Francisco Rabello da Gama, e para commandar aquelle, um official irmão do Capitão-Tenente Bartholomeu Hayden que ha pouco tempo veio de Inglaterra para entrar no nosso serviço; este Official tem servido na Marinha Britanica, e tenho delle boas informações.

"Lembro tambem a V. Ex. para ser empregado aqui o Capitão de Mar e Guerra Raymundo Delamare, Official de quem faço toda a confiança. Deus Guarde a V. Ex. muitos annos. Bordo da Corveta "Liberal". Ill. Ex. Sr. Visconde de Paranaguá. *Rodrigo José Ferreira Lobo*. Vice Almirante."

O nosso almirante para justificar o seu proceder de abandonar a linha

de bloqueio junto aos bancos, para encostar-se a navios de grande calado, deixou-se ficar com as tres corvetas e quatro brigues e determinou que seguissem para a Colonia do Sacramento o "Real Pedro", "Pará", "Liberdade do Sul", e "Conceição" e com a "Leal Paulistana" e a lancha "Montevideana" reforçou a flotilha do Uruguay, concentrada por sua ordem junto a Martim Garcia.

Fracccionada assim a sua força, deixava o nosso almirante ao inimigo toda a liberdade de acção; vinha elle com tal proceder ao encontro dos fins visados pelo seu antagonista, que era ousado e sabia aproveitar-se, mais do que elle, das faltas commettidas.

Isto deu em resultado o ataque, Colonia do Sacramento, o qual graças a estoica defesa do brigadeiro Jorge Rodrigues, auxiliado pelas guarnições dos navios alli destacados, servio para bem alto erguer o nosso brio, tido em tão pouca monta pelo almirante Rodrigo Lobo, que não acudio ao chamado dos defensores d'aquelle ponto fortemente atacado, senão depois de saber que nenhum mal lhe poderia vir e ainda assim deixou que o inimigo escapasse.

Deve-se-lhe ainda o abandono da ilha de Martim Garcia, pois ordenou que a frotilha do Uruguay descesse para a Colonia; esse erro reflectio-se mais tarde e bem amargo para as nossas forças navaes.

A 15 de Março chegava a Colonia a frotilha do Uruguay trazendo a guarnição de Martim Garcia e deste modo vinha o Segundo Tenente Marques Lisboa para campo mais aberto.

Em consequencia dos erros commettidos nas operações de guerra pelo Almirante Rodrigo Lobo, determinou o governo que o mesmo se recolhesse ao Rio de Janeiro afim de, em conselho de guerra, responder por elles. Deu-lhe substituto no Chefe de Divisão Diogo Jorge de Brito. Havia porém este official partido para o Rio de Janeiro afim de tratar-se de ferimentos recebidos quando chegou a ordem.

Foi em consequencia nomeado o Almirante Rodrigo Pinto Guedes. Em chegando a Montevideo, deu nova organização á esquadra com os navios recentemente chegados. Em quatro divisões foi ella dividida.

Para capitanea da 2ª divisão, a fragata "Nichterohy" sob o mando do intemerato Capitão de Fragata James Norton, passou o Segundo Tenente Marques Lisboa em 20 de Maio de 1826, isto é quatro dias depois da posse do novo almirante. Esta segunda divisão naval da esquadra tinha por missão formar a linha interior do bloqueio, enquanto a primeira formava a externa ou do largo.

Tres dias depois de estarem os nossos navios á postos, pelas 2 horas da tarde, foi avistada a esquadra inimiga a sahir do porto. Vinha Brown apalpar a resistencia que se lhe ia oppôr.

Norton, sempre ardoroso e tendo por principio que a victoria é de quem primeiro ataca, aproveitando-se do vento fresco de SE que então soprava, velejou com sua divisão em busca dos navios ao mando de Guilherme Brown. Este percebendo o intento do adversario, que talvez desconhecesse a sua tactica tantas vezes empregada, coseo-se com os bancos, para assim impedir que os nossos navios de maior calado, tivessem liberdade de manobra. Por esse motivo as corvetas "Maria da Gloria" e "Itaparica", embora arrastado no fundo, e os brigues "Caboclo", "Independencia ou Morte" e 29 de Agosto", de menor calado, fustigaram o inimigo, obrigando-o a entrar no porto. A' espreita ficou a nossa divisão até o dia 24, quando suspendeo para comboiar algumas embarcações que se destinavam á Colonia do Sacramento, depois do que voltou a fundear a meio canal, entre aquella praça e Encenada para bem fiscalisar ambas as margens do estuario.

Festejava-se em Buenos Ayres o anniversario da independencia argentina; seus navios empavezados haviam dado as salvas do estylo. Quiz Norton que esse spectaculo fosse mais solemne; ordenou por isso a sua divisão que se fizesse de vela para cruzar. As 3 horas estando proximo da Ensenada aproou para Buenos Ayres. Vendo o inimigo, por sua vez que poderia mais abrihantar a festa com um feito heroico, acceitou o desafio. Para attrahil-o ao largo, onde houvesse agua bastante para livre manobra, mandou o nosso chefe orçar para leste, virando depois de bordo. Logo que se julgou Norton em posição conveniente, ordenou virar promptamente de bordo. Os navios inimigos ás 4 horas carregando o traquete e a vela grande abriram fogo contra a "Nichterohy". Esta em rapida manobra virou em roda, metteo em cheio sobre a capitanea inimiga a "25 de Maio" e foi-lhe despejando bordadas successivas; acudiram os brigues "Independencia", e "Congresseo" e a escuna "Rio da Prata" ao seu capitanea, porém, diante do impeto do valoroso commandante da "Nichterohy", tiveram que arribar. Fez então esta signal aos nossos para que executassem sua manobra no que foi logo seguida pela "Itaparica", "Caboclo" e "Independencia ou Morte". Sob o constante fogo dos nossos, depois de meia hora de combate abandonou a lucta a "25 de Maio", seguida apenas pela "Balcarce" e "Sarandy", que a protegiam, para chorar a perda de um piloto e seis mariuheiros mortos e sete feridos, segundo as partes officiaes argentinas.

N'esse combate não passou despercebido ao chefe Norton o comportamento do Segundo Tenente Marques Lisboa, pelo seu ardor combativo que mais ir-se-ia avivar nos dias 11 de Junho e 29 de Julho.

Fundcada e 2.^a divisão naval appareceo-lhe no dia 7 de Junho a seis milhas por barlavento em frente a ilha Hornos a esquadra inimiga que havia sahido na vespera comboiando alguns transportes para a Banda Oriental.

Percebendo-os por sua vez o Capitão de Fragata Senna Pereira, commandante da 3.^a divisão, sahio-lhe ao encontro com suas canhoneiras, o mesmo fazendo o commandante Norton.

Vendo o almirante Brown taes disposições, virou de bordo e procurou o ancoradouro, deduzindo como deixou escripto *que este gran numero de buques se havia concertado para algum intento decisivo, resolveu prudentemente entrar em Los Pozos.*

Não pôde o nosso chefe realizar o seu intento devido a circumstancia do vento lhe ser contrario.

Deram fundo os nossos á entrada do porto ás 4 horas da tarde. No interior delle deu fundo Brown e na entrada do canal que só tinha tres quartos de milha, entre o banco de Camarones e o da Rada interior, despoz seus navios, com regeiras passadas, na formatura de meia lua ou crescente. Foi Norton com a sua e a terceira divisão fundear em Quilmes.

No dia 11 de Junho, tendo vento propicio, ao romper do dia fez signal a ambas divisões para velejar; para auxiliar as ronceiras barcas-canhoneiras da 3.^a divisão, teve necessidade de mandar rebocar as piores e assim, só ao meio dia, achou-se nas Balisas exteriores, isto é, no ante-porto. Para conseguir approximar-se do inimigo que o esperava, diz elle em sua parte: "mandei a minha lancha sondar pela prôa, e continuei com esta fragata (a "Nichterohy") até chegar a distancia de tiro de bala do inimigo, que estava fundcado em linha e com as regeiras passadas; a falta d'agua para a fragata me obrigou a dar fundo, assim como a corveta "Maria da Gloria"; as mais embarcações seguiram, fiz signal de atacar o inimigo e o fogo principiou; passei immediatamente á bordo da corveta "Itaparica" (que demanda 14 pés d'agua) e continuei nella até que quasi tocando o fundo fui obrigado a virar. As corvetas "Liberal" e "Maceió", os brigues "Pirajá", "29 de Agosto", "Independencia ou Morte" tiveram que fazer o mesmo.

Deixei a "Itaparica" e passei á bordo do "Caboclo" e de lá á bordo da escuna "D. Paula", onde estava o Sr. Jacintho, para combinar com elle atacar o inimigo com as embarcações pequenas; porém vindo que parte dellas se achavam atrazadas e sotaventadas, julgamos que o exito, era, ao menos duvidoso e portanto mandei as embarcações de pouca agua dar caça a barlavento ao resto da esquadra de Buenos Ayres, que apparecia vindo das ilhas Hornos, atravessando o banco das Palmas. O pouco andar das barcas fez ainda infructifero esse ataque, e apesar de bastante fogo, de uma e outra parte as embarcações entraram em Buenos Ayres; durante esse tempo, as canhoneiras inimigas que estavam fundeadas, julgando provavelmente que esta fragata estava encalhada (quando dei fundo, a cathedral de Buenos Ayres) demorava ao SW 4 ½ S., distancia de 3 milhas) aproximaram-se á remos e fizeram algum fogo, porém foram obrigadas a retirar-se. A noite mandei reunir e incorporar as nossas forças e fui dar fundo com ellas nas Balizas interiores na distancia de 2 ½ a 3 milhas do inimigo. No dia 12 pela manhã consultei com o Sr. Jacintho e os commandantes das embarcações maiores, Beaurepaire, Grenfell, Hayden e Eyre e estavam de unanime opinião que não se podia atacar o inimigo na posição que tinha tomado".

Norton a quem o almirante Brown, não perdoava de lhe ter feito fugir de frente de Montevidéo e de sahir-se mal em todos os intentos levados contra elle, de seu lado punha todo o empenho em contrariar o irlandez em seus designios.

Desatisfeito com o acontecido em 11 de Junho, pois não lhe deu proveito a grande distancia que o separava do contendor, esperou melhor oportunidade para mostrar ao seu antagonista que a famosa accion de 11 de Junio transformado pelos platenses em renhido combate que com forças muito inferiores havia Brown repellido os *brasileiros*, teria o seu desfecho.

Vendo o chefe Norton retida no porto durante quarenta e oito dias a esquadra inimiga e que não se animava a sahir, propositalmente, com a sua divisão reduzida, veio no dia 29 de Julho dar fundo nas Balizas interiores, o que fez ás 11 horas.

Ao chefe inimigo apresentou-se occasião azada para reaver o seu prestigio perante os seus. A bordo da "25 de Mayo" reuniu os commandantes e expoz-lhe o seu plano de combate, qual o de sahir ao anoitecer com toda a esquadra para cortar a nossa linha, envolver a vanguarda entre dois fogos e batel-a por partes, antes que pudessem acudir os navios mais fortes da retaguarda.

Para a sahida em caso de necessidade as canhoneiras rebocariam os navios maiores e assim foi feito. Diz o Capitão-Tenente Lucas Boiteux, na sua obra "*A Marinha de Guerra Brasileira nos reinados de D. João VI D. Pedro I*". As 10 ½ horas da noite, com fresca brisa de nordeste a capitanea inimiga passou pela nossa divisão, que o Almirante Guedes enfrequecera propositalmente para conseguir a sahida de Brown. Os navios bloqueadores eram 14, dez da 2.ª divisão e 4 da 3.ª fragata: "Nichterohy" de 38 boccas de fogo, commandada pelo Capitão-Tenente Parker, com o pavilhão de Norton; corvetas "Liberal", de 22 canhões sob o commando do Capitão-Tenente Bartholomeu Hayden, "Itaparica", de 20 canhões commandado pelo Capitão-Tenente Guilherme Eyre, "Maceió", de 20 canhões commandada pelo Capitão-Tenente José Ignacio Maia; brigues "Caboclo", de 1 canhões commandado pelo Capitão-Tenente João Pascoal Grenfell, "29 de Agosto", de 18 canhões, commandado pelo Primeiro Tenente Raphael José de Carvalho, "Pirajá", de 18 canhões commandado pelo Primeiro Tenente David Carter; escunas: "Conceição" de 4 canhões commandada pelo Segundo Tenente Thomaz Thompson, "D. Paula", de 4 canhões, commandada pelo Segundo Tenente Antonio Leocadio de Oliveira, "Itaparica" de 1 canhão commandada pelo Segundo Tenente Agnello Petra de Bittencourt, escuna "Leal Paulistana", de 8 canhões commandada pelo Segundo Tenente Antonio

Carlos Ferreira, com o distinctivo de Sena Pereira: hiatos "9 de Janeiro", de 2 canhões commandado pelo Segundo Tenente Germano Maximo de Souza Aranha; "12 de Outubro", de 2 canhões commandado pelo Segundo Tenente Roberto Steel e "7 de Março", de 3 canhões commandado pelo Segundo Tenente Francisco de Paula Osorio.

"Ao sahir o almirante inimigo abalroou a escuna "D. Paula" que com a escuna "Conceição", ambas à vela, guardavam a sahida. Feito o signal convenconado entre os nossos, rompeu o fogo e começou a perseguição com amuras a bombordo. A "25 de Mayo", reconhecendo que era apenas seguida pela escuna "Rio de la Plata", commandada por Leonardo Rosales, conseguiu arribar e reunir-se aos outros navios que se haviam sotaventado. Ao executar esta manobra foi tenazmente canhoneada pelo "Caboclo" e outros. Como a escuridão da noite não permittisse reconhecer perfeitamente os navios adversarios, a "Nichteroy" que navegava em gaceas, ao chegar a altura de Punta Lara atravessou a gata e fez o signal — *União* — para os nossos navios.

"Ao amanhecer do dia seguinte 30 de Julho achavam-se reunidos na altura de Punta Lara a "Nichteroy", e "Maria da Gloria", de 30 peças commandada pelo capitão-tenente Theodoro Alexandre de Beaurepaire que accidentalmente veio tomar parte na lucta, "Itaparica", "Maceió", "Caboclo", "Pirajá", "29 de Agosto", "Leal Paulistana", mais distanciada; a leste encontrava-se a "Liberal" e a sotavento quasi de cascos alagados, os demais navios brasileiros.

"A barlavento dos nossos estavam ancorados os navios inimigos, corveta "25 de Mayo", de 36 canhões, commandada por Thomaz Espôra. Arvorava o pavilhão do Major General Brown; barca "Congresso", de 18 canhões, commandante Fischer; brigues "Independencia", de 22 canhões commandante Bathurst; "Republica", de 16 canhões commandante Clark; "Balcarce", de 14 canhões, commandante Nicoláu Jorge, "Oriental Argentino", de 13 canhões, commandante Pedro Dautant; escunas: "Sarandy", de 9 canhões commandante, José Maria Pinedo, "Pepa", de 1 canhão commandante Dandreys e mais nove canhoneiras que se achavam distanciadas.

"A's 6 $\frac{1}{2}$ horas da manhã puzeram-se as duas esquadras em movimento com pequena brisa, navegando os nossos com prôa a les-sueste a contra-bordo da linha inimiga.

"O brigue "Pirajá" collocado entre as duas linhas iniciou o combate mandando uma valente bordada aos argentinos.

"Os nossos continuavam a avançar e depois de ganharem barlavento viraram por d'avante e, em rapida e acertada manobra, cortaram a linha inimiga, aproveitando a occasião em que esta virava em roda e procurava orçar com amuras a boréste.

"Batida de perto pelos fogos da "Nichteroy" e "Caboclo" a capitanea inimiga mettu em cheio e deitou a fugir.

"Deante deste resultado os outros navios inimigos se apavoraram, fugindo o "Congresso" para Punta Lara, seguido de perto pelo "Republica". O "Independencia" e o corsario "Oriental-Argentino", perseguidos pelos nossos, fizeram força de vela e conseguiram alcançar os *Pozos*.

"Os cavardes abandonaram assim impunemente a "25 de Mayo" á furia da nossa artilharia. A "Nichteroy" e a "Maria da Gloria" metteram a capitanea inimiga entre dois fogos e a crivaram de balas, seguidos de perto pela "Liberal" e "29 de Agosto", mais veleiros e de maior calado. A "Leal Paulistana" veleira escuna, seguia na esteira da corveta inimiga batendo-lhe a pópa com seus pequenos canhões. O "Caboclo" foi obrigado a suspender a caça, pois teve o seu bravo commandante gravemente ferido. A "Liberal", de pouca marcha, distanciava-se aos poucos; a "Itaparica" no ataque que

levára aos brigues inimigos, desarvorára do mastaréo do velacho; o "Pirajá", por sua vez manobrára desastradamente ficando fóra do campo da lucta. Eram 10 ½ da manhã e o combate proseguia encarniçado. A capitanea inimiga, desarvorada, fugia a bom fugir, perseguida sempre de perto pela "Nichteroy", "Maria da Gloria", "29 de Agosto" e "Leal Paulistana".

La carniceria espanta — narra um escriptor argentino — *Apenas hay brazos para retirar los muertos y los heridos de que estan sembrados los puentes que, rebozando de sangre, principian ya a derramal-o por los embornales.*"

Repentinamente o "28 de Agosto" abandona a caça; era ferido gravemente o seu denodado commandante.

A "Sarandy", dando um nobre exemplo de heroismo; procura auxiliar a sua capitanea que, tendo arribado tudo e já com vento péla alheta procurava refugio nos bancos, onde a "Maria Gloria", já tendo tocado no fundo, não pôde continuar na caça.

A "Maceió" e o "29 de Agosto", faziam força de vela, na perseguição dos brigues inimigos. Não podendo os nossos continuar a perseguir a almiranta inimiga, que só velejava com o traquete, o velacho e a rebecca por se ter mettido entre os bancos, esta pôde escapar, sendo cercada pelas canho-neiras e foi encalhar no banco da Ciudad. Alguns vasos inimigos na precipitação da fuga foram encalhar no banco de Camarones.

Eram 11 horas quando o chefe Norton fez signal de suspender a caça e de reunião. A "25 de Mayo", ficou reduzida a tão misero estado que nunca mais pôde sahir, sossobrando, pouco depois, vergastada por um pampciro.

Tivemos neste renhido combate além de pequenas avarias, a lamentar os ferimentos dos commandantes João Pascoal Grenfell, a que perdeu o braço direito e Raphael José de Carvalho e do Segundo Tenente James Taylor official da "Nichteroy", ao todo 6 mortos e 24 feridos segundo parte official do Almirante Guedes.

A perda que os nossos adversarios tiveram no pessoal não é bem conhecida, diz o Barão do Rio Branco. Sabe-se apenas que foi muito grande a bordo da "25 de Mayo". O "Correo Nacional" de Buenos Ayres disse no dia 1 de Agosto: "por las relaciones particulares parece que no excede de 30 muertos e 70 heridos. O "Mensagero Argentino" (3 de Agosto) e o British Packet" (n. 1 de 4 de Agosto) reduziram a 48 os mortos e feridos, mas, depois este ultimo (n. 46 de 17 de Junho de 1827) dava outros algarismos (55 mortos e feridos). Segundo outras versões tiveram elles 136 mortos e 156 feridos.

Brown, nas "Acciones Navales diz: La perdida de "25 de Mayo" en esta accion fué la del piloto Lapslay e 14 hombres muertos, contando-se 23 heridos, entre elles el capiatan Espóra; de estes cuatro succumbiram".

Depois do combate cahio tão forte pampciro que a nossa esquadra foi obrigada a fundear, em frente e bem perto de Buenos Ayres.

A senhora do chefe Norton, D. Elisa Bland, que de Montevidéo viera visitál-o, apreciou todo o combate no convez da "Nichteroy" com uma calma extraordinaria.

Foi esta a communicação do chefe argentino ao seu governo sobre os combates, de 29 e 30 de Julho: Exmo. Sr. Provocados para sahir temos batido mas não rendido o inimigo; permitta V. Ex. informar que os navios da Nação estão livres. E me sensível assegurar que são *muitos os mortos e feridos*; e entre os ultimos o meu Capitão Espóra. A "25 de Mayo" está completamente destróçada; far-se-ha uma lista dos mortos e feridos e se enviará com a promptidão possivel Sou etc.

O comportamento do Segundo-Tenente Marques Lisboa nesses combates foi de tal ordem que no dia seguinte a este ultimo, foi nomeado para commandar a escuna "Constança".

Emquanto com ardor se batiam os nossos marujos para incorporarem definitivamente a Cisplatina ao Brazil, dando-lhe limites naturaes que o porizem a salvaguarda de exigencias descabidas e direitos á navegação, pelo Paraná e pelo Paraguay em seu curso superior, onde da mesma forma era ribeirinho, os nossos políticos esphacelavam o prestigio delles.

Mais agentes inconscientes da Inglaterra e dos proprios argentinos, muitos dos nossos politicos na sua exaltação partidaria, procurando vingar-se da politica pessoal do Imperador, contribuíram para o enfraquecimento da guerra.

Succedendo-se no poder com frequencia e com oppostas orientações, não era levada a guerra com o mesmo ardor afim de chegar a termo, Repetia-se entre nós o que havia dito Euripides: *Quos vult perdere jupiter dementat prius.*

Desse proceder aproveitava-se o governo de Buenos-Ayres para sustentar a guerra maritima por meio de corsarios; estes protegidos pelas exigencias dos Estados Unidos, Inglaterra e França relativamente ao seu commercio e fraqueza do nosso ministro das Relações Exteriores satisfazendo-os, em desacordo com o ponderado pelo nosso almirante, campeavam pela nossa costa trazendo em sobresalto o nosso commercio marítimo e por consequencia contribuindo ainda mais para que a paz fosse feita, nas condições em que foram estabelecidas, com desprestigio de nossa vitalidade.

Vamos aqui consignar, tirado da Obra "*Campas Navaes Argentinas*", mandada publicar pelo governo argentino em homenagem aos feitos de sua marinha, a seguinte lista dos corsarios que no curso do anno de 1826 até meiado do seguinte obtiveram carta do governo das Provincias Unidas do Prata para piratear pelas nossas costas. Partiram do porto de Buenos Ayres: "El Terror", "Congreso", "Sarandy", "Ayacucho", "Pechincha", "Belgrano", "El Oriental", "El Gaucho", "El Exterminador", "Junin", "El Pampero", "El Patricio", "El Independiente", "El Serrito", "Buenos Ayres", "Montevideo", "El Fructuoso", "Ranquel", "Republica", "El Pangaré", "El Tchuesche", "El Tandil", "El Volcan", "Las Damas" Argentinas", "Republica del San Pablo", "Republica del Equador", "Republica de Janeiro", "La Destrucção", "El Tigre", "El Leon", "El Elefante", "El Gato", "El Vencedor", "El Republicano", "El Maule", "El Talcahuano", "El Valparaiso", "El Callao", "Fructuoso Rivera", "Porteno", "Rafael Heras", "25 de Mayo", "Rincon de Las Gallinas", "Maipú", "Chacabuco", "San Pedro", "Cordova", "Entre Riano", "Mendocino", "San Juanino", "Salteno", "Sucre", "Bolivar", "Moreno", "Cartelli", "Vieytes", "Paloma", "Aguila", "Cuervo", "Galvarino", "Montezuma", "Correntino", "San Martin", "Santafecino", "Limeno", "Quiteno", "Mexicano", "Pampa", "Dos Amigos", "Paraná", "Liberal", "La Mar", "Rio de La Plata", "Carolina", "Elvira", "Especulacion", "Casualidad", "Atrevido del Sul", "Rescatador", "Venganza", "Astucia", "Rayo", "Flora", "Fuerte", "Castigo", "Roma", "Grecia", "Cerro Largo", "El Lavalleja", "Hijo de Mayo", "Oriental Argentino", "La Gaviota", "Oriental", "Buenos Ayres", "Montevideo", "Argentino", "Rincon", "Presidente", "Constitucion", "Americano", "Maldonado", "Uruguay", "Miguelite", "Canelones", "Durazno", "Professor Bandarra", "Uria", "Hijo de Julio", "Republicano Argentino", "El 21 de Setembro", "Estrella del Sur", "Felix", "Cometa", "General Brow", "Union Argentina", "General Mansilla", "Recompensa", "Margarita", "Chacabuco", "Sin Par", "Vencedora", "Argentina", "Ituzaingo", "Vencedor de Ituzaingo", "General Brown", "Salado", "El Presidente", "La Presidencia", "El Republicano", "Chacabuco", "Las Piedras", "Suipacha", "Tucuman", "Maipú", "Sarandy" etc. Ha nomes repetidos como por exemplo "Buenos

Ayres", um pertencente a Aguirre outro a Prudent; "Monte Vidéo" dos mesmos amadores; "General" Brown" um pertencente a Tomas e outro a José Luiz Lobo; "Chacabuco" tres, um de Aguirre, Lezica e Cesares respectivamente.

Esses exemplos aprendidos por Marques Lisboa, serviram-lhe para mais tarde orientar-lhe o espirito; como tambem aprendeo *in loco* a tactica que posteriormente teve de applicar, como responsavel, commandante de nossas forças navaes.

Com verdadeira intuição comprehendendo que quando o diplomata larga a penna deve o almirante empunhar a espada. A guerra tambem tem sua politica em cujos meandros não pôde nem deve immiscuir-se o diplomata porque ella é o producto das locubrações de homens que se dedicaram a realisação de um problema transcendente, perfeitamente estabelecido.

No commando da escuna "Constança" não descansou o jovem commandante, pois ainda não contando vinte annos lhe foi confiado tão importante cargo e de tanta responsabilidade; no serviço de bloqueio naquellas paragens, tão cheia de escolhos e além disso, batida nas invernias por violentos pampeiros, difficeis de serem arrostados por navios de porte, Marques Lisboa, se houve sempre com gallardia na sua pequena "Constança".

Dia a dia ia crescendo o seu arrojo e mais se affirmando o conceito que delle fizera o seu primeiro commandante e agora chefe de divisão João Taylor.

Tendo o almirante Pinto Guedes recebido ordens para mais apertar o bloqueio e dar mais actividade ás operações navaes, tratou de aprestar-se para dar-lhes tão prompta, quanto favoravel execução.

A insinuação feita em 1825 pelo nosso agente diplomatico em Buenos Ayres, o homem que sabia ver e avaliar dos factos, o capitão-tenente Falcão da Frota, não a havia accitado o almirante Rodrigo Lobo então commandante das nossas forças navaes. A comprehensão sagaz d'aquelle oppunha-se o orgulho do enfatuado e inculto almirante, conservado a testa da esquadra unicamente pelo capricho e politica imperial em paga de serviços a politica que então seguia o imperador, mais preocupado com seus interesses do que com o nacional.

Assim na occasião azada deixou o nosso almirante de apossar-se de Nueva Murcia, na Patagonia, onde contávamos com apoio, perdendo-se assim vantagens politicas e militares. Reconhecendo, porém tarde, o Almirante Pinto Guedes, a grande conveniencia da occupação do referido porto tratou de levar a effeito um reconhecimento ao mesmo. Lá se achavam varios corsarios inimigos, muito delles em reparos das avarias soffridas em refregas contra os nossos navios, tanto nas nossas costas como no estuario do Prata. Para aquelle porto levavam não só as embarcações que aprezavam, como o producto de suas rapi-nagens, donde por terra conduziam a Buenos Ayres, na impossibilidade de fazel-o pelo mar. Era uma base de operações no Atlantico, constituida devido a incuria de Rodrigo Lobo.

Ao conhecimento do almirante Pinto Guedes chegou que se achavam em reparos no Rio Negro a corveta "Chacabuco", do commando de Jorge Bytnon, "Hijo de Julio", de James Harris, "Hijo de Mayo", de M. Bibois, "Oriental-Argentino", de Pedro Dutant e sumacas apresadas "Bella-Flor", "Chiquinha" e "Imperatriz", resolveo por isso enviar uma expedicção naval áquelle porto com o fim de destrui-los, se possivel fosse.

Sob ás ordens do capitão de fragata James Shepherd, arvorando o seu distinctivo na corveta "Duqueza de Goyaz", de 20 canhões, em meados de Fevereiro de 1826, largaram do porto de Maldonado a corveta "Itaparica" de 20 canhões, commandada pelo capitão-tenente Guilherme Eyre e brigues escunas "Escudeiro", de 5 canhões e "Constança" de 6 canhões, aquelle sob o commando do capitão-tenente Luiz Clemente Poutier e este do segundo tenente Joaquim Marques Lisboa. O total de praças embarcadas era de 654 homens.

Depois de nove dias de viagem apresentou-se a nossa divisão em frente a barra do rio Negro; coube á "Constança" a incumbencia de approximar-se da costa e reconhecer a passagem, o que foi executado com toda a gallardia pelo jovem official, já marinheiro e proecto militar.

Percebendo os habitantes e pessoal dos navios que alli se achavam o intuito dos nossos, reunio-se á guarnição de um pequeno forte levantado á entrada da barra, e no dia 27, pelas 9 horas da manhã, quando investiram os nossos navios, tocados por brisa SE, tendo na vanguarda a "Escudeira", vigoroso fogo rompeu sobre elles.

A' "Escudeira" seguia-se a "Itaparica" que foi despejando bandas intirras, e logo em seguida o capitanea, a qual infelizmente, de maior calado, tocou em um banco logo na entrada, abrindo largo rombo.

Percebendo tal desastre, manobrou com maestria Joaquim Marques Lisboa; de tal modo se houve e com tal presteza acudio que conseguiu salvar 280 homens da guarnição da corveta, ainda assim pereceram 38.

Apezar deste desastre foi forçada a barra e arrazado o fortim que não resistio á metralha dos nossos. Os defensores sob ás ordens do coronel F. Pereyra retiraram-se para o interior, para a villa del Carmen, onde já se haviam feito fortes.

Acreditando o commandante Shepherd em informações que não lhe deviam merecer credito, imprudentemente quiz, sem ouvir ponderações, dar fim a sua commissão, malfadada desde o começo.

Contrariado com o máo tempo reinante que já lhe disfizera por completo, nove dias depois, o casco de sua capitanea, decidio levar um ataque á villa, seguindo por terra, com quasi a totalidade das guarnições dos navios.

Não levou em conta o commandante da expedição que a ausencia no porto dos navios buscados, poderia ser estratagemas, sendo bem possivel estarem elles em recantos ignorados, á espreita de melhor occasião para se fazerem valer e que nestas condições, deixar os nossos navios desguarnecidos á mercê de um audacioso ataque, não era senão um erro grave.

Determinado o pessoal de desembarque, cerca de 300 homens da melhor gente, não quiz o commandante Shepherd prescindir da pessoa de Joaquim Marques Lisboa; determinou que o commando da "Constança" fosse exercido interinamente pelo segundo tenente Joaquim José Ignacio.

Sem conhecimento do terreno que ia trilhar, sob a inspiração de vaqueanos peitados, pôz-se em marcha a expedição e no dia 7 de Março pela madrugada investiram os nossos sobre a posição inimiga.

Recebidos por uma forte guerrilha enquanto com ella tiroteava, uma outra foi-se estabelecer no morro da Caballada, flanqueando os nossos. Pagou logo com a vida o seu erro o commandante Shepherd, ao afoutamento de se adiantar com um grupo de marujos. Substitui-o no commando o capitão-tenente Eyre, o qual comprehendendo que nada mais tinha a fazer do que retirar-se, deu para isso as ordens; os argentinos, que já haviam flanqueado os nossos, percebendo a retirada e para mais difficulta-la, deitaram fogo ás macéguas dos campos, e desde então com encarnecimento e ardor começaram a picar a rectaguarda da nossa gente. Envolto em denso pó, estonteado pela densa fumarada que os suffocava, batiam-se entretanto com furia, procurando abrir caminho e proteger a retirada. Sem esperanças de reforços; sedentos e extenuado; depois de muitas horas de arduo combater e já tendo perdido 41 homens, rendeo-se o commandante Eyre, para não sacrificar todo o pessoal. O segundo tenente Marques Lisboa foi digno e bravo auxiliar de seus chefes, e com esse desastre não se lhe abateo a coragem. Conduzidos para a villa Del Carmen, alli tiveram conhecimento os nossos do desgraçado fim dos nossos navios. Enquanto em terra eram as nossas forças dizimadas, os corsarios no rio tomaram a si a conquista d'elles.

Cahindo primeiramente sobre o brigue escuna "Escudeiro" que fazia a vanguarda, tiveram de se haver com a bravura do Primeiro Tenente Poutier, o qual a frente de seus reduzidos marinheiros, soube honrar a bandeira que os cobria; só depois que tombou exangue com um braço partido e o peito aberto pela metralha inimiga é que foi o pavilhão nacional arriado. Do "Escudeiro" passaram os ataques á "Constança", tripulada unicamente com deseseis homens. Seu commandante interino, fez-se de vela, descendo rio a baixo em busca da "Itaparica", encalhou porém. Atemorisada a guarnição, pretendeo um marujo inglez arriar a bandeira, mas o gesto desse infame foi contido por uma cutilada que o prostou, desferida pelo futuro visconde de Inhaúma. Teve a "Constança" apezar da defeza na proporção de sua guarnição a mesma sorte do "Escudeiro". A defeza dos nossos navios ia fraqueando á proporção dos successos dos inimigos. A "Itaparica", por sua vez encalhada, estava em mãos de imbelles; não tinha em seu bojo almas de heroes, antes a pusilamidade e o vicio predominavam naquelles que deviam dar o exemplo. No mais forte navio maior fraqueza manifestou-se; tres officiaes, dois delles embriagados, David Carter e Gore Ouzeley, e um poltrão, o piloto Pecuario que encerrou-se no camarote, depois de levemente ferido, abandonaram o posto de honra que lhes fôra confiado.

Foi esse o maior desastre que experimentou a nossa marinha durante toda a guerra, pois perdemos quatro navios, um delles naufragado, 29 canhões, 7 bandeira, 38 homens afogados, 41 mortos em combate e 579 prisioneiros, destes 200 estrangeiros alistaram-se nas fileiras inimigas, os restantes, brasileiros, foram, como de costume, encarcerados e mettidos nos porões dos navios.

Servio esse desastre para pôr mais uma vez em relevo as qualidades de animo do Segundo-tenente Marques Lisboa.

Pretendendo os argentinos conduzir os prisioneiros brasileiros para o rio Salado, onde tinham depositos e officinas de reparos de seus navios, transportaram para a bordo do brigue "Anna" 93 delles, mettendo-os no porão, e no dia 16 de Agosto fizeram-se ao mar. Comboiavam o "Anna", as corvetas "Chacabuco" e "Itaparica", esta já baptisada com o nome de "Ituzaingo". O "Escudeiro" havia tomado o nome de "Patagones" e a "Constança" o de "Juncal".

A bordo do "Juncal", onde se achava desde logo avaliou Marques Lisboa do partido que poderia tirar das circumstancias: dispunha de homens com os quaes poderia contar e em numero sufficiente; vindo-lhe á mente a posse do navio avaliou da marcha do navio em relação aos comboiadores e quando julgou o momento propicio deu o signal de revolta. Tão promptamente foi executado o plano que não se aperceberam os navios da escolta. De posse do "Anna" continuou a navegar em conserva até que estando em posição de desfechar rumo, o fez, para Montevidéo. Apezar da perseguição tenaz que lhe moveram os comboiadores, a 29 de Agosto, naquelle porto se apresentou com os demais officiaes ao almirante. Foi mandado embarcar na corveta "Maceió".

O nobre e heroico feito de Marques Lisboa não teve por parte do almirante a maior conta, naturalmente porque não fôra praticado por um filho das lusas terras, d'onde elle era oriundo, ou então com o desastre succedido, obscureceo-se no seu espirito a justiça a praticar.

Ao apresentarem-se os evadidos ao almirante e inteirado este do desastre, remetteo os que julgou culpados para o Rio de Janiro, fazendo-os acompanhar de apreciações que muito os desabonavam.

O almirante já, irritado pelo que se tinha dado no Juncal e agora em Patagones, de momento não ponderou o quanto era de mais severo o seu prejulgamento, sem ter ouvido a defeza; teve por isso de modificar o seu juizo posteriormente, senão na totalidade ao menos quanto a um dos officiaes, como vamos ver.

Taes desastres echoaram dolorosamente no Rio de Janeiro, onde a opposição governamental, aproveitando-se delle descarregou sua colera sobre o almirante e mais accentuou os seus desejos de concluir a guerra.

O officio que dirigio o almirante Pinto Guedes então Barão do Rio da Prata continha os seguintes topicos "... Alem do Capitão-Tenente Raphael Wright, mando tambem esses indignos cobardes da corveta "Itaparica", e da escuna "Constança", donde Sheperd (sic) tinha tirado o Lisboa sem razão. Sobre elles escreverei mais miudamente; são indignos.

O Carter embebedou-se (e em que occasião). Já se tinha comportado mal em 30 de Julho do anno proximo passado; tem muita força, será bom para carregar; os outros são ainda mais criminosos, porque não estavam bebados; foram fraquissimos. O Pecuario deu-se por ferido e mettu-se no camarote com uma beliscadura no braço.

Joaquim José Ignacio deu tres ou quatro tiros e fugio com a "Constança" desamparando a "Escudera" cujo commandante é o odio dos inimigos; ninguém mais valoroso. De raiva elles o tem incommunicavel; é o Primeiro Tenente Poutier, que se não fugisse aquelle Segundo Tenente (dos tres nomes proprios) não o tomavam e tudo estaria salvo.

"Que differença destes fracos aos da Barca Grenfell. Elles fizeram o seu dever no encontro que tiveram com os corsarios".

Completava o officio a seguinte nota "Os officiaes que vieram da Patagonia os mando seguir para o Rio de Janeiro por não ter meios de os metter em Conselho de Guerra: parecendo não obstante que as suas conductas os faz indignos de entrarem em promoção emquanto não derem provas Que a isso os habilite".

Da corveta "Itaparica" 1.º Tenente Joaquim Agostinho Pecuario. Quando Eyre foi destruir a battria ficou commandando, e por ter uma beliscadura em um braço deu-se por doente e fez-se metter no camarote.

1.º Tenente David Carter, dizem que se embebedou, e nada fez, era o immediato do "Pecuario".

2.º Tenente Core Ouseley, fez o mesmo que o antecedente; está arruinado deste e outros vicios: á vista inculca pouca duração. Pelos motivos expostos acima é que a corveta não se defendeu.

Escuna "Constança" — Sheperd tirou delle o 2.º Tenente Lisboa e tanto este como o Piloto inglez mereciam o conceito de bons. Metteu o 2.º Tenente Joaquim José Ignacio, que estando com o brigue escuna "Escudera" quando foram atacados, apenas fez tres ou quatro tiros e fugio querendo abrigar-se á "Itaparica", que a esse tempo ainda estava trabalhando para desencalhar; mais encalhando antes de chegar á ella foi tomada, e foi a causa de o ser o brigue-Escuna "Escudera". Bordo da Fragata "Piranga", 2 de Setembro de 1827. *Barão do Rio da Prata*.

Em resposta a este officio teve o seguinte: "Sua Magestade o Imperador Inteirado pela Relação que V. Ex. me remetteu em data de 2 do mez proximo findo, do indigno comportamento dos Primeiros Tenentes Joaquim Agostinho Pecuario e David Caster e dos Segundos Tenentes Gore Ouseley e Joaquim José Ignacio que ficaram prisioneiros na Patagonia donde vieram ultimamente para essa Esquadra.

...Ha por bem que V. Ex. faça publicar na mesma, não só que estes Officiaes e todos os outros que se acharem em identicas circumstancias, estão em Sua Imperial presença reputados como fracos e cobardes, devendo portanto procurar meio de desfazer tão desfavoravel conceito, mas tambem que aquelles cuja conducta briosa tem chegado ao Imperial conhecimento, merecem o maior elogio, e se tem tornado dignos de Imperial consideração.

O que participo a V. Ex. para sua intelligencia e execução. Deus Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1827. Marquez de Maceió.

Ainda sobre o mesmo assumpto em 27 de Dezembro dirigio ao ministro da marinha o seguinte officio explicando os motivos pelos quaes deixava de mandar submitter a conselho de guerra, os referidos officiaes: "Difficil cousa me parece fazer conselho de guerra com a Legalidade que a Lei manda aos tres officiaes que na Patagonia se comportaram mal. Os factos são publicos, mas as provas difficeis. Percurario havendo recebido no braço um axe á passagem da bateria do Rio Negro, deu-se por doente e metheu-se no camarote. Carter que o substituiu no commando não se defendeu; e Joaquim José Ignacio que o Sheperd encarregou do commando da Escuna "Constança", em vez de defender a "Escudera", velejou para onde estava a corveta "Itaparica", encalhou antes de lá chegar e foi tomada.

E' facil fazer as accusações e achar testemunhas para legalizar o corpo de delicto; mas como se hão de tirar as que os Réos quizerem dar em sua defeza, e que umas ficaram prisioneiras e outras terão sahido em navios estrangeiros? Afinal cahiremos em falta da defeza que a Lei permite aos Réos. Tudo acabará em nada, e elles terão de requerer despachos com ante datas. Já ficaram fóra de uma Promoção; pois não sejam despachados sem darem provas dem ellhor conducta.

A autoridade publica impedirá que se chame a este expediente, de injusto e arbitrario. Por ora ponho-os a servir até que V. Ex. delibere. Quanto a mim o conselho nestas circumstancias, vae ser a favor dos Réos. Bordo da Fragata "Principe Imperial" 27 de Dezembro de 1827. *Barão do Rio da Prata.*

Concordou o governo imperial com o alvitre nos seguintes termo: "Em resposta particular ao officio de V. Ex. n. 301, Sua Magestade o Imperador Accede e Concorda com a opinião de V. Ex. respeito aos Officiaes, cuja conducta quer na Patagonia quer no Uruguay, ou enfim no geral serviço, ha sido culposa, mas que faltam os elementos necessarios, para com a formalidade que a Lei requer, se lhes prove crime, isto é. Concorda o Mesmo Augusto Senhor em que taes individuos sirvam debaixo de ordens, e não sejam contemplados em Promoção, até que por melhores accões expiem e façam deslembrar sua anterior conducta. Deus Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 1828. *Diogo Jorge de Brito.*

Em defeza do Segundo Tenente Joaquim José Ignacio sempre se manifestou o nosso biographado; para antepôr ao juizo que fez o Almirante Barão do Rio da Prata, justo é que transcrevamos o que d'elle fez e fazia o mais tarde Marquez de Tamandaré "Não farei mais que repetir o que constantemente tenho dito sempre que tem occorrido fallar nas desgraçadas expedições que em 1827 se fizeram á Patagonia".

O Capitão de Fragata James Sheperd, comandante da 1.^a expedição, depois de haver perdido a "Duqueza de Goyaz" á entrada do Rio de Negro e de estar inactivo dentro do rio ignorando que nelle houvessem forças navaes inimigas e vendo-se contrariado pelos ventos e correntezas que se oppunham á viagem de nossas forças até a villa "Del Carmen" resolveu desembarcar o maior numero de praças que pudesse armal-as com espingardas, para com ellas marchar sobre a dita villa e apoderar-se da fortaleza e embarcações mercantes que estivessem no porto.

Nesse sentido deu elle suas ordens, e eu como commandante da escuna "Constança" tive de as cumprir; sendo esta a razão porque ás 2 horas da manhã do dia 7 de Março de 1827 entreguei interinamente o commando daquella Escuna ao Conselheiro Joaquim José Ignacio, então 2.^o Tenente, com só 16 praças disponiveis e estas mesmas por não haver espingardas para as armar, pois todas as que haviam tinham sido destribuidas pela gente de desembarque.

A fatal decepção porque passou o Capitão de Fragata Sheperd quando ao chegarmos a villa "Del Carmon" vio ser a nossa força hostilizada por cinco embarcações inimigas, lhe fez conhecer a imprudencia que havia commetido em se ter aventurado á empreza de marchar sobre aquella villa sem preciso conhecimento dos seus recursos de defeza; e, reconhecendo a grave falta que que commettêra deixando desguarnecidos as Escunas "Constança" e "Escudera" resolveu a retirada de nossa força para tentar com ellas defender as escunas se elles pudessem chegar antes das embarcações inimigas.

Sheperd morreu aos primeiros tiros das guerrilhas inimigas, sendo logo substituído pelo Capitão-Tenente Guilherme Eyre que effectuou a retirada o mais acceleradamente possível; mas assim mesmo imprópria, pois apenas chegamos a avistar nossas Escunas quando já lhe não restavam meios de defeza, e eram preza do inimigo, muito superior em numero de navios, artilharia e guarnições.

Todas as praças que pertenceram a essa expedição sabem do valor que o Conselheiro Joaquim José Ignacio secundou os esforços do Primeiro Tenente Poutier, commandante da "Escudera", repellido o ataque do inimigo, e que mesmo depois de se ter rendido a "Escudera" S. Ex. correu na Escuna de seu commando rio abaixo, tentando reunil-a á corveta "Itaparica", ancorada a nove milhas de distancia. As praças desse tempo sabem igualmente que, tendo-se aterrorisado a pouca guarnição que tinha a Escuna, algumas praças pediam que se rendessem ao inimigo, e que um marinheiro ousou arriar a bandeira no que foi impedido por S. Ex. que sobre elle atirou uma cutilada.

"Havendo porem encalhado a Escuna, e sendo abordada pelas forças inimigas, coube ao Conselheiro Joaquim José Ignacio a sorte de ser prisioneiro de guerra, com a triste mais gloriosa circumstancia para S. Ex. de, ainda depois de vencido querer um official inimigo mata-lo por haver S. Ex. acutilado o marinheiro que tentou arriar a bandeira.

"Quando em principio de Setembro de 1827 me apresentei ao Exmo. Sr. Almirante Barão do Rio da Prata, e que elle exprobandos varios incidentes que concorriam para a perda da expedição, me fallou em desabono do mesmo Conselheiro, fiz conhecer áquelle Almirante, a cuja memoria tributo respeito e gratidão, o engano em que estava, talvez por falsas informações, mostrando-lhe quanto ellas contrastavam com as que devia do Vice-Almirante Rodrigo Lobo e do Chefe de Divisão Diogo Jorge de Brito, bem como dos mais officiaes sob cujas ordens o Sr. Joaquim José Ignacio tinha servido e dos Officiaes seus camaradas que por S. Ex. tinham muita consideração e estima.

"Pareceu-me que minhas informações haviam conseguido attenuar as prevenções de que se achava possuido o Almirante, sem duvida por falsas informações.

"Tudo o que venho de expôr tem sido por mim muitas vezes repetido como no começo disse, e é verdade por mim presenciada e saiba etc".

Tendo tido o nosso Almirante informações pelos officiaes escapos de que por terem visto, existiam na bahia de San Blas diversos navios em fabrico e entre elles a galera portugueza "Conde da Ponte", aprisionada em 29 de Novembro de 1826 pelo corsario "Oriental-Argentino", deliberou mandar ao local uma divisão naval.

Para compôr esta divisão escolheu para Capitanea a corveta "Macció", de 18 canhões, cujo commando foi dado ao Capitão Tenente Alexandre Reid brigue "Independencia ou Morte" de 14 canhões commandado pelo Capitão Tenente Francisco Clare e brigue "Caboclo" de 12 canhões do commando do Capitão Tenente Guilherme James Inglis. Para commandante da divisão foi escolhido o Capitão de Fragata Guilherme Eyre. Como vimos na "Macció" se achava embarcado o Segundo Tenente Marques Lisboa.

Contractados os praticos para aquella perigosa costa, foram elles embarcados e diga-se para esclarecimento do que succedeo, que vivia na cidade de Montevideo um irmão do almirante Brown, encarregado de transmittir áquelle chefe inimigo, todos os movimentos de nossa esquadra e que apesar de provas contra o seu proceder continuava pacifica e publicamente a exercer o seu mister sem que as autoridades militares disso se preoccupassem, porque como inglez que era bem protegido se achava.

Desde a sahida que teve logar em 16 de Setembro, começou a ter mão tempo a divisão; apesar disso porém fazendo força de vela, no dia 20, procurou entrar na bahia de San Blas, quando ainda distantes sete milhas da Punta Rubia, encalharam no banco Colorado a "Maceió" e o "Independencia ou Morte". As rapidas medidas postas em acção fizeram-as fluctuar e pela madrugada do dia seguinte fundearam em 4 braças d'agua.

Desconfiado o commandante Eyre do valor dos praticos, estava resolvido a regressar a Montevideo, conforme as instrucções recebidas para que se retirasse no caso de não confiar nelles, ou por qualquer motivo imperioso que a isso o obrigasse, foi porém vencido em conselho, pois, declarou o commandante Francisco Clare que seu pratico se havia responsabilizado, empenhando sua propria cabeça, levar o navio com toda a segurança ao porto determinado.

A vista de semelhante declaração, narra a parte official, que em data de 29 de Novembro de 1827 recebeu o nosso almirante do proprio commandante Eyre, a principio supposto morto, "Excellentissimo. Pelo Capitão Inglis do "Caboclo" V. Ex. terá tido noticia da desgraçada perda da Corveta Brasileira "Maceió" e do Brigue "Independencia", tudo pela inteira ignorancia dos praticos.

"Eu tenho de testemunhar a V. Ex. a minha grande magoa pela perda que o Brazil acaba de ter debaixo do meu commando e muito mais assim havendo eu recebido este commando da pessoa de V. Ex. e apesar de eu estar persuadido que por mais bem combinada que seja qualquer expedição contra qualquer logar ou navio, quando acontece esta ficar frustada por alguma causa infeliz ou imprevista, sempre a opinião se inclina a lançar parte da censura sobre o Commandante em Chefe que a ordenou, todavia no caso presente é de meu dever assegurar a V. Ex. que houve toda precaução da minha parte para que a expedição tivesse um mais feliz resultado; o que V. Ex. reconhecerá pela seguinte narração.

O Capitão Inglis terá informado a V. Ex. de todas as occurrencias previas á esta infeliz perda e portanto não direi sobre ellas e só sim relatarei os particulares desta desgraça.

No dia 20 sendo bom tempo, pela primeira vez depois que estávamos na costa, havendo toda a probabilidade de continuação do mesmo bom tempo, fiz força de vela para entrar na barra de S. Braz na conformidade de sua ordem de tomar ou destruir a "Condença da Ponte"; quando nos achávamos a sete milhas da Ponte Rubia tanto a Corveta como o Brigue "Independencia" tocaram no banco Colorado, mas achando-se o mar macio e havendo boa brisa felizmente nos podemos safar sem experimentar prejuizo algum o que me fez perder toda a confiança do meu Pratico e portanto formei a resolução de não fazer mais tentativa alguma para entrar mas sim de voltar para V. Ex., e portanto passei logo a fazer signal para os Capitães do "Caboclo" e de "Independencia" para os informar das minhas intenções, mas elles pareceram julgar que seria mais facil entrar.

Na sua volta de bordo a "Independencia" fez signal de querer fallar e o Capitão Clare chamou á falla e disse que tinha a bordo um Pratico que se obrigava a perder a cabeça se elle não nos levasse para dentro, e a minha resposta foi que eu reflecteria sobre o caso e que me resolveria na seguinte manhã.

Na madrugada de vinte e um ordenei ao commandante da "Independencia" que suspendesse que eu o seguiria. Antes disso havia eu chamado o meu pratico á minha camara e lhe havia perguntado se elle se atrevia a metter os navios dentro; que eu não desejava que elle fizesse tentativa a menos que elle se sentisse perfeitamente capaz de a desempenhar e que eu muito preferia que dissesse que não podia.

A sua resposta foi que não havia o menor risco e que elle podia metter os navios dentro sem o menor perigo; á vista disso bordejei; pouco depois fiz signal para os navios se prepararem a fundear e pouco depois para dar fundo, o que nós fizemos em quatro braças d'agua.

Fiz então signal para que o bote da "Independencia" viesse receber o meu pratico para ir deitar uma boia a Sul e pelo meio do baixo para depois entrar elle no canal para nos fazer signal para seguir ou a bombordo ou a estibordo ou de se fundear, no caso de elle achar pouca agua.

A baleeira foi a bordo do "Caboclo" e depois veio a meu bordo com os capitães de ambos os brigues para representar sobre a demora.

Eu lhes disse que eu não arriscaria a passagem até que estivesse postas as boias, depois do que me faria de vela.

Despachei logo o meu pratico na baleeira e mandei os capitães para bordo de seus navios em um dos meus botes pequenos; suspendi e naveguei com a proa para a baleeira que já a este tempo tinha o signal em cima e tinha posto a sua boia; depressa nós fomos achando em pouca agua; quando a "Independencia" tocou estávamos em tres braças e na distancia de dous terços do cabo de estibordo d'aquelle brigue, mas alliviando para o vento sobre estibordo, nós também tocamos, o bote com o pratico achava-se a uma milha e meia de distancia, elle tinha passado por cima do banco todo sem fazer sonda alguma e deitou a boia do outro lado do mesmo banco em seis braças d'agua.

Immediatamente deitei fóra o ferro para rebocar e espiar, e quando elle estava á pique os oveins arrebutaram.

A isto mandei a lancha a bordo do "Caboclo" buscar o ferro pequeno e fui lá pessoalmente e intimei ao capitão Inglis para que por forma nenhuma arriscasse o "Caboclo" e que se afastasse mais para fóra em mais agua, visto que a maré não tardava a principiar a vasar.

Passei depois para a bordo da "Independencia" para rever o estado em que ella estava.

No tempo que cheguei a bordo da corveta, a lancha tinha voltado com o ferro de espiar do "Caboclo", tirei-o logo, mas a maré tendo vasado não havia possibilidade alguma de levantar a os escoveins até a proxima preamar; e eu sabia que se viesse mais vento ambas as embarcações tinham inevitavelmente de se perderem.

Pelo que mandei chamar o capitão da "Independencia" e lhe dei ordem para destruir a sua embarcação e para mandar a sua embarcação para bordo do "Caboclo"; a este momento fallou-se de bordo da "Independencia" para me dar parte de que ella estava enchendo-se de agua e fazendo-se em pedaços.

O capitão Clare voltou ao seu navio; depois vi ambos os botes da "Independencia" cheios d'agua e andando para o lado do mar.

Então embarquei-me em um bote pequeno e encontrei a minha lancha na qual me metti e fui para debaixo da popa da "Independencia" afim de salvar o resto da equipagem e não tendo official a bordo capaz de mandar em meu logar e sabendo que a salvação da minha gente dependia inteiramente da conservação dos botes, levei o capitão Clare, seus officiaes e quatorze homens de manobra e trouxe-os para bordo da "Macció" julgando que seriam de grande utilidade para manter ordem a meu bordo e conservar a minha gente em seu juizo, mas poucos minutos depois que elles tinham estado a meu bordo, o

Capitão Clare com o resto de seus officiaes requereu que lhe fosse permitido voltar para bordo do "Caboclo", dizendo que não podiam ser de utilidade alguma á bordo da corveta.

Eu disse-lhes que fossem e dei-lhes o cutter do navio, mandando nelle ao mesmo tempo todos os officiaes civis da corveta.

No bote do "Caboclo" mandei quantos braços inuteis eu tinha a bordo e que coubesse no bote; esse bote nunca mais voltou. O melhor cutter voltou mais desertou logo depois para a *Condeça da Ponte*.

Achei-me nesta circumstancia só com o bote pequeno e com a lancha, vento fresco, de terra. o navio batendo muito, enquanto que as ondas encostavam o navio a praia e as ondas o iam cobrindo.

Eu tinha tres ancoras promptas para o caso em que a embarcação nadasse, como unico expediente para a salvar.

Pelas dez horas e meia mandei o pratico no bote pequeno para sondar entre nós e a praia; e no caso de não haver agua para o navio nadar era minha intenção procurar fazer jangadas a bordo para salvar a vida da gente, da qual a maior parte a este tempo se achava perfeitamente embriagada, apesar de todas as precauções que tinha tomado para impedir.

Pouco antes da 11 desci para a camara para tomar algum refresco, achando-me muito cansado e então ouvi rachar-se o cadaste e ficava sendo claro que não tardava a desmanchar-se.

Immediatamente subi a tolda para ver se o piloto voltava e achei que elle nem sequer tinha ido e que estava pela popa fóra, preso a um cabo.

Perguntei-lhe se elle tinha sondado; elle respondeu-me que sim, a barlavento, e que havia agua bastante, mais elle não sabia se havia fundo entre nós e a terra, pelo que lhe ordenei que encostasse ao navio para eu ir com elle, mas quando estava embarcando elle saltou para fóra e a força das ondas empurrou o bote a alguma distancia do navio, elle estava cheio dagua; depois de esgotar fallei para o navio, e disse ao Sr. Bernardino, immediato do navio, que tivesse o piloto prompto para elle embarcar quando eu encostasse; mas quando eu assim fiz, tornou-se o bote a encher-se dagua. Passando eu a bombordo chamei o bote que via pela popa, para que nos viesse tomar.

Julguei ser algum bote do "Caboclo" mas achei que era a lancha que tinha desertado do navio cheia de soldados.

Alcancei e tratei de me encostar, mas achei que descaliamos a cada momento em virtude da corrente forte que nos encostava ao Norte.

Eu fallei-lhes e lhes disse que arriassem uma boia para mim, elles responderam-me que o navio se achava cheio dagua; eu não tinha pois alternativa alguma senão conservar a prôa da lancha virada para as ondas durante toda a noite e no dia subsequente a 1 hora da tarde cheguei a bordo da "Condeça da Ponte". Soprava então vento muito forte para se poder mandar auxilio algum á corveta, mas pela noite adiante andaram dois botes que salvaram perto de 30 homens, outros escaparam nas pranchas do navio já a luz do dia. Em todo se salvaram 83 pessoas.

O "Independencia" fez-se em pedaços ás 9 horas da noite de 21 e a "Maceió" partiu-se em duas partes na noite de 22.

Depois de termos desembarcado removeram-nos para a Patagonia, e poucos dias depois o capitão Reid e eu fomos mandados a bordo da escuna "Constança" e trazidos para aqui onde fomos postos na cadeia publica junto com ladrões e malfeteiros".

Tal o fim da expedição mandada á costa da Patagonia, tão fatidica para nós. A não ser o pessoal que se salvou no "Caboclo", e cerca de cinquenta perecidas afogadas, setenta e oito marinheiros e soldados, o chefe Eyre e o Capitão Tenente Reyd ficaram prisioneiros.

No dia 29 de Outubro chegou a Montevidéo o "Caboclo" tendo então o nosso almirante a triste nova da fatalidade que perseguia os nossos navios mandados áquella costa.

Dos naufragos da "Macció" se contavam o 2.º Tenente Marques Lisboa, 1.º Tenente da brigada de marinha Theotônio da Silva, 2.º cirurgião Manuel José de Queiroga, commissario João Antonio de Amorim, escrivão José da Cunha Coutinho, seis marinheiros, oito soldados e tres creados.

Ao chegar a Montevidéo teve o 2.º Tenente Marques Lisboa a agradável comunicação de haver sido, em data daquelle mez, promovido ao posto de 1.º Tenente.

Nomeado pelo almirante Pinto Guedes para embarcar na fragata "Príncipe Imperial" em 19 de Novembro, por pedido do chefe Norton, apreciador do character e bravura de Marques Lisboa, já no dia 6 de Dezembro, teve occasião desta vez de presenciar como seu chefe procedia.

Havia sahido a divisão composta do "Príncipe Imperial", barca "Grenfell" (capitanea) e escunas "Paula", "Rios" e "Bella Maria" a comboiar dezoito embarcações mercantes, quando nas proximidades de Punta Lara, ao pôr do sol, foram avistadas duas embarcações inimigas que foram reconhecidas como sendo o brigue-barca "Congresso" e "Independencia", ex-"Harmonia dos Anjos". O primeiro, o melhor navio argentino, commandado pelo atrevido francez Fournier, armado com 20 canhões e o segundo, tomado na altura de Santa Catharina, agora armado com seis peças de grosso calibre e ao mando do norte americano John Bap. Thurner.

Emquanto ficaram sob a guarda da "Príncipe Imperial" e da escuna "Rios" os navios comboiados, com os demais, pôz Norton cerco aos inimigos, perseguindo-os durante toda a noite, até que pela manhã seguinte deu-lhes o tiro de honra. Foram ambos incendiados; para bordo trouxe Norton 35 prisioneiros, dos quaes 24 mortalmente feridos.

Não poderia continuar em serviço subalterno quem dera tantas provas de valor á bordo dos navios em que servira, quando outros cuja fé de officio não apresentavam taes predicaes estavam no posto de commando. Argumentava-se com a pouca idade do joven official e pezava tambem o ter nascido no Brazil, mas muito antes já havia provado que o valor não está na razão da naturalidade. Veio por isso o anno de 1828 tornar-se mais propicio á Marques Lisboa.

Nomeado para commandar a escuna "Bella Maria" em 29 de Abril, justamente um mez depois, ia o bravo official dar mostras do acerto de sua nomeação.

De regresso a uma arriada ás costas do Rio Grande o brigue escuna "Ocho de Febrero" (ex-"Januaria") armado agora com seis canhões de calibre 12 e quatro de calibre 8, guarnecido com 79 homens, sob o commando do valente official argentino major Thomaz Espôra, já desfalcado da sua companheira "Union", aprisionada anteriormente, quando ás 8 horas da manhã do dia 29, já no estuario do Prata ao levantar-se a cerração abalroou-se com a nossa divisão de bloqueio ao rio Salado e sob as ordens do intrepido Capitão de Mar e Guerra João Antonio de Oliveira Bottas, e heróe de nossa independencia na Bahia.

Perseguido pelos nossos procurou tirar partido do pouco calado de seu navio e por isso metteu-se o commandante Espôra por pouco sobre os bancos, acossado pela metralha e foi encalhar no baixo de Aregui, no Tuyú, proximidades do cabo de S. Antonio, julgando assim poder escapar.

Da divisão porém fazia parte a pequena escuna "Bella Maria", cujo commandante, navegando naquellas paragens, as conhecia como um verdadeiro pratico e naquelle local foi buscar o inimigo, onde tambem encalhou. Contemplaram então os demais navios, por dez horas, o duello travado entre dois

bravos, ambos audazes, ambos valentes e dignos um do outro. O ardor com que os dois filhos do continente americano se bateram, dignificavam as nacionalidades a que pertenciam; basta dizer que só depois de ter esgotado suas munições, a "Ocho de Febrero", pois disparou 900 tiros, é que se deu por vencida.

Na manhã do dia seguinte arriava a "Ocho de Febero" a bandeira que tão heroicamente havia defendido o seu commandante Thomaz Espôra, cuja espada, bem como a de seu immediato Antonio Toll, foram entregues á Marques Lisboa.

Apresentado o illustre commandante argentino ao chefe João de Oliveira Bottas, não deixou este de carinhosamente receber áquelle a quem Brown considerava uma das mais brillhantes espadas, e ainda fazendo allusão ao nome de ambos, disse-lhe "Até que afinal tenho *espôras* para as minhas *botas*".

O almirante Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata, *sympathizando com la intrepidez de Espôra, ó admirado por la abnegacion com que permaneciò al lado de sus heridos prisioneros*, isto affirmado por um escriptor argentino, deu-lhes bem como ao seu immediato, a liberdade sob palavra de honra. Era que as regras do cavallerismo já se aninhavam no coração de um povo que apesar de não ter a ainda a cultura de outros mais adiantados, comprehendia a sua missão social.

Tendo que soffrer reparos a "Bella Maria" recolheu-se ao porto de Montevidéo, onde depois de breve descanso achou-se que official de tanto merito não podia estar senão em effectivo serviço, como era seu desejo. Foi então nomeado em 22 de Junho para commandar a escuna "Rio da Prata".

A guerra já se achava no seu declínio; exausto o governo das Provincias Unidas do Prata, só tinha esperanças na mediação offerecida pelo governo inglez, por sua vez interessado no final da contenda.

Lord Ponsomby no Rio de Janeiro não descansava. De nossa parte os politicos, mais preocupados com a politica interna do que com a externa, procuravam meios de chegar a termo; o proprio Imperador que ás carreiras tinha ido ao Rio Grande do Sul com o fito de animar com a sua presença o espirito da população para a guerra, voltára em consequencia da inesperada morte da imperatriz; era porém sua maior preocupação o que se passava em Portugal, onde seu irmão D. Miguel regente, havia expoliado do throno sua sobrinha e promettida esposa. Foram por isso distrahidas forças navaes das operações de guerra para mister de assegurar o throno a filha de D. Pedro.

Fez seu ultimo esforço o almirante argentino. Não encontrando elle mais apoio no governo, apelou directamente para o patriotismo do povo, conseguindo assim recursos para a acquisição de alguns navios, taes como a galera franceza "Mandarim" que foi armada com o nome de "General Dorrego", o brigue "Alliester" que tomou o nome de "General Rondeau" e a escuna "Argentina" a antiga "Hydra".

Com estes pretendia fazer uma sortida. Sabedor deste facto mandou o nosso almirante postar as nossas divisões de bloqueio a leste do banco Chico.

Protegidos pela esquadilha de Brown no dia 14 de Agosto fizeram-se ao mar taes navios, commandados por experimentados corsaristas, cujas proezas lhes davam cartas de mestres; commandava o principio o francez Soleil, o segundo o famigerado John Coe e o ultimo Grainville, todos da confiança de Brown.

Nesse dia desceram o rio até a Enseada onde deviam separ-se; ficaria a a esquadilha na Punta Lara, para caso fosse necessario vir em soccorro delles.

Como escuta da nossa esquadra se achava a escuna "Rio da Prata" quando ás sete horas da noite de 23 percebeo a approximação do inimigo e sem detença, da presença do inimigo, o seu commandante Marques Lisboa, deu aviso por meio de um foguetão.

Ao rumo indicado fizeram-se de vela os nossos, isto é, SE 4 S, e durante toda a noite, seguindo-os de perto, indicou o *Rio da Prata*, por meio de foguetes o rumo seguido. Ao amanhecer o dia 24, ameaçava forte pampeiro, cuja aproximação já se fazia sentir pela violência do vento que aumentava sempre, levantando grossas e alterosas vagas, nem todos os navios haviam conseguido forçar de vela, quanto era o desejo de seus commandantes, devido ao calado. A fragata "Ypiranga", a capitanea, passara dez horas arrastando-se sobre o banco com cutellos e varredouras fóra e apesar do vento rijo não alcançava deitar de 4'5 por hora, lavrando com a quilha o fundo do mar.

Coube assim á escuna "Rio da Prata", mantendo a sua posição, perseguir de mais perto a "General Dorrego", seguindo-lhe a "Bertioga", commandada por Jorge Broon e o brigue "Caboclo" por James Inglis.

Logo que foi iniciada a perseguição abandonaram o campo da luta o "General Rondeau" e a "Argentina". Em campo ficou a corveta "General Dorrego" que com honra se houve, não deixando de responder o fogo de nossos navios, cujas pontarias eram muito prejudicadas pelo incessante galeio devido a agitação do mar.

Em corrida, descesseis horas consecutivas, se bateram com extraordinario denodo; vendo-se por fim o commandante Soleil isolado, com a mastreação desarvorada, a maior parte da guarnição ferida, que tinha dado provas bastantes de que sabia bater-se e que a honra da bandeira estava salva, ás 4 horas da tarde resolveo dar por findo o sacrificio.

Teve ainda que soffrer o tiro de graça o seu navio, pois confiado em sua estrella preferindo morrer a entregar-se, havia mandado pregar a bandeira e portanto, para arrial-a foi empregado maior tempo para a execução.

A gloria do dia coube ao Primeiro Tenente Marques Lisboa.

Tres dias depois deste combate, obtinha o ministro inglez no Rio de Janeiro a assignatura da convenção preliminar de paz, tornando independente a Cisplatina.

Ractificada esta convenção pelo Imperador a 30 de Agosto de 1828 o foi pelo Governador das Províncias Unidas, D. Manuel Dorrego em 29 de Setembro.

Terminada a guerra não contava Marques Lisboa no ministerio da marinha quem olhasse para seus serviços. Não podia aspirar recompensa de quem antes lhe negára; era senhor da pasta da marinha o marquez de Paranaguá.

Continuava de estação em Montevidéo uma divisão naval brasiliense sob o commando do capitão de fragata Jacintho Roque de Senna Pereira que tinha a missão de liquidar os pontos estabelecidos pela convenção de paz; dessa divisão continuava a fazer parte a escuna "Rio da Prata", sob o commando do 1.º tenente Marques Lisboa.

Em vista do que se estava a passar em Buenos Ayres, mandou aquelle chefe que seguisse para aquella Capital a dita escuna afim de prestar auxilios, se necessarios fossem aos nossos concidados, e receber os prisioneiros da passada guerra que reclamados, estavam a contragosto, servindo no exercito argentino.

Depois desta commissão, novamente na tarde de 16 de Fevereiro de 1830 seguiu para o mesmo porto. Navegando no dia seguinte entre os bancos Ortiz e Chico, divisou duas embarcações encalhadas, uma no cabeço noroeste do banco e outra na costa sul, entre Magdalena e a Atalaia.

Tendo conseguido o primeiro safar-se, o mesmo não se deu com o segundo que se achava em criticas condições, necessitando de prompto soccorro. Não se demorou o 1.º tenente Marques Lisboa em prestal-o naquella mesma tarde, embora com risco de seu navio; a grande corrente das aguas para oeste impediam-no porém, sendo obrigado a ancorar com dois ferros para não ser lançado sobre o baixo Chico.

No dia seguinte foi mais feliz; favorecido por uma aragem de N. O. velejou donde se achava ancorado, conseguindo a uma hora da tarde fundear proximo ao brigue. Em escalor com o seu immediato dirigio-se para bordo e com supresa vio que o mesmo se achava abandonado e tudo em completa desordem.

Sem mais detença ordenou o salvamento do que poderia fazer fazendo transportar para seu bordo as mercadorias encontradas, no que empregou a sua guarnição até as 7 ½ horas da noite.

As 5 horas da tarde vio chegar de terra um bote com cinco homens que disseram pertencer a guarnição do brigue, que se chamava "Brilhante", navegando sob a bandeira napolitana e que tinha por capitão d. Miguel Castellanos. Convidados a auxiliarem no transporte dos salvados a isto se negaram, retirando-se, sem contudo deixar de levar para terra algumas caixas com vinho. Haviam dito que o Capitão se achava na Enseada onde fôra em busca de embarcações para o salvamento.

Tendo retirado de bordo 25 caixas de azeite doce, 81 de licor, 40 caixas de agua da Colonia, dez de conservas, seis de vinho, tres com redomas com santos, 45 pares de botinas para senhoras e 140 estampas, deixou para o dia seguinte continuar o serviço de salvamento, pois teve de, em consecuencia de ameaça de máo tempo, ir fundear no canal.

Durante a noite saltou o vento para ESE, o que obrigou a fazer-se de vela seguindo para Buenos Ayres, onde chegou pela tarde e depois de entender-se com o nosso consul fez entrega dos salvados á alfandega daquella cidade.

Este bello proceder do Primeiro Tenente Marques Lisboa valeo as seguintes palavras escriptas do ministro do exterior argentino d. Thomas Guido: "El Gobierno ha mirado con la mayor satisfacion este acto de generosidad del Comandante de la Goleta; tanto mas recommendable quanto que los auxilios fueran prestados bajo un tiempo barrascoso, y en lugar que no podia dar-los sin eminente peligro; por estas consideraciones ha ordenado S. Ex. al infrascripto dé al prescitado Comandante las gracias mais expressivas por el intermedio del Sr. Consul, assegurando-le que el Gobierno tendra siempre mui presentes sus buenos officios a tan distinguida y honorifica comportacion. El infrascripto despues de cumplir gustozo ordenes de S. Ex. aprovecha esta oportunidad para reiterar al Snr. Consul los protestos de su particular consideracion. Assig. *Tomas Guido*."

Em contraposição, o capitão do navio, não estando no seguro parte da carga, pretendendo além disso encobrir a sua barataria, quiz tornar responsavel Marques Lisboa não só por isso, como pela perda do navio, reclamando do nosso governo indemnisações de prejuizos e damnos.

Contraprotestou o nosso official contra o capitão do brigue, que assim queria pagar o bem recebido com uma negra odiosidade.

Tal conhecimento tinha adquirido Marques Lisboa da navegação do estuario do Prata, que quer de noite, quer de dia, com cerração ou não, navegava naquellas paragens civadas de bancos e alfaques, quer soprasse o pampeiro, quer fraca brisa. O primo era o seu guia e por elle sabia com justeza onde se achava. Era verdadeiro pratico daquellas paragens.

Em 25 de Maio de 1830, tendo sciencia o capitão de mar e guerra Francisco Bibiano de Castro, substituto do capitão de mar e guerra Senna Pereira no commando da divisão naval do Rio da Prata que estava prestes o rompimento de hostilidades entre os partidos *Federal* e *Unitario*, fez seguir para Buenos Ayres a escuna "Maria da Gloria", isto por haver o general Paz, reunido perto de mil homens, tendo a maior parte das Provincias a seu favor.

Sempre em actividade estava Marques Lisboa, pois muito tinham que fazer os navios da nossa divisão, ora em Payssandú, Colonia do Sacramento, tanto mais que existindo embora socego em Montevidéo, Fructuoso Ribeiro reunia

gente e em Payssandú já havia imposto contribuições de guerra, tanto pecunias como em gados; pretendia este caudilho como diziam, dissolver a Assembléa Constituinte e instalar outro governo. Lavallega de seu lado reunia forças; ambicionavam ambos o poder.

Este ultimo cujo partido era menor dominava na cidade enquanto o primeiro contava com a gente da campanha; d'ahi a necessidade de vigiar o socego dos nossos concidadãos em grande numero estabelecidos n'aquelle estado.

Com a chegada em julho da Constituição approvada pelo nosso governo, deu-se a reconciliação entre ambos, desapparecendo os cuidados de perturbação da ordem.

Tendo determinado o nosso governo que os mantimentos para a nossa esquadra estacionada no Rio da Prata seriam fornecidos de Santa Catharina, a 16 de Julho fez-se de vela para aquella provincia a escuna "Rio da Prata" afim de transportal-os, o que fez rapidamente.

Desembarcou da escuna "Rio da Prata" em 28 de Abril de 1831.

Nomeado novamente commandante dessa escuna por aviso de 14 de Junho do 1831 isso depois dos successos que levaram D. Pedro I a abdicar, dando assim remate a sua politica e por perdida a partida que pretendeo jogar contra os interesses brasileiros. Achava-se em Pernambuco, quando a 14 de Abril de 1832, rebentou no Recife a revolta denominada *Abrilada*, dirigida pelo coronel Francisco José Martins, e pelo major José Gabriel de Moraes Meyer, ambos á frente do batalhão 53 e parte do 54. Tendo estes dois batalhões se apoderado do forte de Brum, cuja guarnição se passou para os revoltosos, isto das nove para as dez horas da manhã, pouco depois cortaram a ponte do Recife.

Emquanto o tenente coronel José Joaquim Coelho, mais tarde o general Barão da Victoria, auxiliado pelo capitão Carapeba commandante do 54 batalhão de milicias, reunia uma columna de assalto, com esta e com grande numero de ex-soldados do extinto 17; o Intendente de Marinha ordenou que a escuna "Rio de la Prata", do commando de Marques Lisboa se collocasse em frente á Alfandega e a barca "Pirajá" se postasse defronte do Arsenal, promptas ao ataque. As duas horas da tarde rompeo o fogo contra o trapiche e o caes da mesma Alfandega occupados pelos facciosos.

Batidos nesse ponto foram fazer-se fortes no convento da Madre Deus donde com a artilharia que haviam tirado dos fortes do Brum e do Burac alvejavam á "Rio da Prata" e "Pirajá".

Ao romper do dia 16, recommçou o fogo para logo depois cessar, visto ter içado a bandeira branca o forte do Brum e atacados pelas forças ao mando do tenente coronel Coelho de um lado e pela columna vindo de Olinda, composta principalmente de estudantes do curso juridico, foram massacrados pela população os revoltosos, perecendo mais de 60.

Teve Marques Lisboa á bordo do seu navio, dois mortos e doze feridos; a "Pirajá", teve um ferido.

Em 17 de Abril de 1833 desembarcou da escuna "Rio da Prata". Nomeado para embarcar na fragata "Bahiana" por aviso de 7 de Junho desse anno nesse navio se conservou até 24 de Dezembro quando delle desembarcou

Nomeado para commandar o brigue "Cacique", por aviso de 14 de Fevereiro de 1834, sahio do Rio de Janeiro em 18 de Abril.

Tendo sido mandado reprehender pelo Aviso de 6 de Maio desse anno pelo não cumprimento do alvará de 7 de Janeiro de 1797, sendo commandante da escuna "Rio da Prata", alvará esse que dizia respeito a escripturação de fazenda á bordo dos navios de guerra e onde se determinava que nas escotilhas dos paíões de mantimentos houvessem tres chaves, uma em mão do immediato outra na do official de fazenda e outra na do escrivão.

Ao ter conhecimento de semelhante censura pediu immediatamente exoneração do commando, desembarcando em 23 de Junho e por não se conformar com semelhante reprehensão pediu conselho de guerra para se justificar, o que lhe foi concedido por aviso de 1 de Agosto desse mesmo anno.

O Conselho Supremo Militar de Justiça por sentença de 3 de Dezembro julgou-o sem criminalidade alguma e por aviso de 17 do mesmo mez, em ordem do dia do Quartel General da Marinha foi publicada essa sentença, determinando o mesmo aviso, que em vista da justificação ficasse de nenhum effeito o de 6 de Maio, do mesmo anno.

Estava satisfeito o brio do pundonoroso official, porém ferido o orgulho da autoridade que o mandou censurar.

Tendo reclamado o exercicio do commando em que se achava, foi nomeado por aviso de 10 de Março de 1835 para commandar a escuna "Rio da Prata"; não aceitou porém tal commando fundado em ter deixado de commandar um navio de cathegoria superior, para se defender de uma accusação que lhe fôra reconhecida injusta, deveria voltar ao exercicio do cargo que então exercia; por essa razão dois dias depois foi exonerado do commando que não chegou a exercer.

Por Aviso de 21 de Março foi mandado embarcar na corveta "Principe Imperial", ex-"Baltimore", e em 3 de Abril nomeado para commandar novamente o "Cacique". No dia 6 de Abril desembarcou da "Principe Imperial" e no dia 18 desse mesmo mez seguiu para a provincia do Pará e lá assumio o commando no dia 20 de Junho.

A revolução que rebentára no Pará no dia 7 de Janeiro de 1835 havia triumphado com o assassinato do presidente da provincia Bernardo Lobo de Souza, do commandante das armas Joaquim José da Silva Santiago, do commandante das forças navaes capitão de fragata James Inglis e de muitos outros pelos partidarios de Francisco Pedro Vinagre e do tenente-coronel de milicias, Felix Antonio Clemente Malcher, este aclamado presidente a aquelle commandante das armas.

Este successo não era mais do que o fructo da anarchia politica reinante em todo o Brazil, provocada pela versatilidade de caracter de D. Pedro I, auxiliado por seus asseclas que pretendiam fazer voltar o Brazil a antiga fórma de Reino-Unido. De facto, D. Pedro depois de ter lisongead por todos os meios o espirito nacional para vingar seu pae do liberalismo que, máo grado, havia entrado em Portugal, uma vez conseguido o seu intento, comprehendendo que havia compromettido o seu interesse pessoal n'aquelle reino. Para readquiril-o era portanto necessario voltar face a todas as promessas feitas com tanta retumbancia aos filhos do Brasil, agora desilludidos e desconfiados.

Levantaram-se em todas as provincias violentos protestos contra semelhante orientação, infelizmente não na mesma hora, porque nellas ainda não existia o espirito de solidariedade nacional; havia sido abafado de longa data com extraordinario cuidado pelos metropolitanos com a creação das antigas capitánias, de governos autonomos e sem a menor ligação juridica, commercial e politica entre ellas.

Representada no entretanto no exercito, explodio em occasião necessaria, apontando ao mystificador o caminho da sua verdadeira patria, o mesmo que, de accordo com o conde de Arcos, fizera tomar a seu pae, D. João VI.

A unidade de vistas surgida naquella occasião, que em um só elo deveria predominar no paiz, ligando todos os brasilienses, exvahiou-se novamente devido á paixão partidaria dominante em alto gráo, em momento que mais della se precisava para organização da nação.

Solapada pelos interessados do antigo predomínio, perdêra a consistencia e por isso procuravam os politicos o apoio de grupos que na occasião se lhes afiguravam fortes e representantes do ideal nacional.

A' primeira conquista porém, o interesse pessoal buscava destruir os auxiliares e assim se succediam as luctas, não por ideias, mas sim para satisfação de orgulho egoista. Tal deu-se no Pará entre Vinagre e Malcher. Pretendeu o segundo logo depois da victoria desfazer-se do primeiro que o ofuscava com a popularidade adquirida entre a tropa e as camadas baixas. Sabedor Francisco Vinagre, commandante das armas, de que premeditava seu emulo mandar prendel-o, revoltou-se acolhendo-se ao Trem de guerra, que lhe foi franqueado por seus partidarios, e d'ahi atacou o Castello defendido por guardas e marinheiros da flotilha, obrigando assim Malcher a procurar refugio á bordo de um dos navios della.

Durante todo o dia e noite continuou a combater-se entre os fortes de terra e os navios que consistiam em uma corveta, um brigue, tres escunas e um hiate, quasi todos em estado de pouca efficiencia.

Cessou a lucta por interferencia dos officiaes de marinha, para que fosse celebrado um armistício entre os chefes politicos no interesse nacional, e fossem convocados os cidadãos mais qualificados da cidade afim de decidir-se a quem deveria ser entregue a presidencia.

No dia 21 de Fevereiro reunido o Conselho e logo que foi conhecido o resultado da convocação "*que continuasse Francisco Vinagre como presidente da provincia até que se apresentasse quem fosse nomeado pela Regencia em nome do Imperador*", rompeo inesperadamente o fogo entre os dois partidos. Batidos foram os partidarios do Tenente-Coronel de milicias Gama Malcher e os marinheiros que defendiam o Castello, sendo obrigados a recolherem-se á bordo, bem assim Malcher que se refugiou á bordo da escuna "*Bella Maria*". Mandado transferir este para a fortaleza da Barra afim de seguir para o Rio de Janeiro, foi assassinado pelo pessoal de Vinagre, logo ao desembarque da dita escuna.

Desde então comprehendeo Vinagre que não poderia contar com o apoio dos officiaes de marinha. Tendo ascendencia sobre o Capitão de Mar e Guerra Cypriano Ribeiro, intendente de marinha, no intuito de enfraquecer a frotilha, mandou desarmar navios e substituir commandantes. Protestaram os officiaes e pediram auxilios ao presidente do Maranhão. Subordinados os commandos das armas e o commando de navios e forças navaes aos presidentes das provincias, eram estes senhores absolutos; assim eram os militares manejados pelos governantes na satisfação de seus designios; veio d'ahi a intromissão do elemento militar na politicalha infrene que se desenvolveo por todo o Brazil e que por fim deu em resultado ser a propria força armada victima della. Hoje servindo a uns contra outros, tinham amanhã que soffrer a má vontade d'aquelles que antes haviam combatido.

Chegada ao Rio de Janeiro a noticia das occurrencias no Pará, em fins de Março foi mandada preparar uma divisão naval que sob ás ordens do chefe João Taylor deveria conduzir o novo presidente e commandante das armas o Marechal Manuel Jorge Rodrigues.

A 20 de Abril seguio na fragata "*Campista*", precedida já pela escuna "*Rio da Prata*" e em seguida a esta deveria partir a corveta "*Regeneração*". Nessa occasião, por aviso de 3 de Abril de 1835 foi nomeado o Primeiro Tenente Marques Lisboa para commandar o brigue "*Cacique*" que se achava no Pará, desembarcando tres dias depois da "*Principe Imperial*" onde se achava, e como vimos.

Pretextando Vinagre apparentar legalidade mandou proceder eleição da Assembléa Provincial, declarando outrosim que entregaria o governo que interinamente exercia ao cidadão que maior numero de votos reunisse.

Nesse interim chegavam do Maranhão a fragata "*Imperatriz*", commandada pelo Capitão-Tenente Pedro da Cunha e o brigue "*Constança*" conduzindo seiscentas praças.

Longa troca de officios se estabeleceu entre o commandante da fragata e Francisco Vinagre para fazer com que o governo fosse entregue ao Dr. Angelo Custodio, o membro mais votado da Assembléa.

Accedee por fim Vinagre apparentemente. Ao mesmo tempo que mandava convidar aquelle cidadão que se achava em Cametá a vir assumir o governo, preparava-lhe uma emboscada em caminho, e se não fosse a coragem dos officiaes e guarnição das lanchas de guerra mandados para protegê-lo, teria certamente sido victima da insidiosa trahição.

Procurou o Dr. Angelo Custodio, de bordo da "Imperatriz" fazer com que Vinagre cumprisse o promettido; vendo que era em vão, de accordo com o commandante Pedro da Cunha, resolveu empossar-se á força; para isso foi combinado um desembarque.

Ao amanhecer do dia 12 de Maio, começaram do Castello a fazer disparos de fuzilaria sobre a fragata e ás 9 horas foram assestadas peças de artilharia nas embocaduras das ruas que confrontavam com os navios. Um desses tiros matou um marinheiro da "Imperatriz", fazendo com que a guarnição accudisse ás peças, e sobre o Castello e outros pontos donde partiam a provocação, fosse feito vivo fogo, respondido do mesmo modo. Observado que as fortificações de terra tinham sido desamparadas, as lanchas adredes preparadas largaram da fragata e dos brigues "Constança" e "Cacique" conduzindo marinheiros, soldados de artilharia de marinha e guardas nacionaes, commandadas pelo 1.º Tenente Raphael Mendes de Moraes, 2.º Tenente Elisiario A. dos Santos, futuro Barão de Angra e Ferreira da Veiga.

Debaixo de viva fuzilaria, vencendo á força de remos a distancia que ia dos navios, abordaram a ponte da Alfandega, donde desta e dos edificios contiguos, os molestavam sem cessar. Desembarcados, avançaram galhardamente contra as peças que foram logo tomadas, enquanto outros abrindo caminho, apezar das granadas e vivo fogo de fuzilaria feito das janellas e dos telhados foram ter a palácio, repellido os facciosos, embora com perdas. Com afoiteza seguiam os marinheiros, julgando-se apoiados pelos guardas nacionaes; com surpresa porem viram que estes os tinham abandonado e feito causa com os insurrectos. Para maior desastre o major commandante mandou tocar retirada e assim soffreo uma verdadeira derrota a expedição, obrigada a um embarque atropellado e fustigada pelo fogo do inimigo; que retomando as peças abrio nutrido fogo sobre os navios e lanchas.

As perdas experimentadas foram de um official morto, o piloto da "Constança"; dois outros e um guarda-marinha feridos gravemente; desses mais levemente além de dois marinheiros mortos, 86 feridos e nove extraviados.

Não podendo se conservar no porto os navios, suspenderam e foram fundear na bahia de Santo Antonio.

Alli os foi encontrar a 19 de Julho o novo chefe Taylor, na fragata "Campista", acompanhado da corveta "Regeneração" e dos brigues escunas "Patagonia" e "Moderado". A 21 suspendeo elle e foi com toda a esquadra fundear em frente a cidade, onde se apresntou Francisco Vinagre para fazer entrega da provincia ao Marechal Rodrigues. Esse acto de Vinagre não foi mais que nova felonía, pois para o Acará, havia-se retirado levando toda a artilharia seu irmão Antonio, acompanhado dos partidarios daquelle, onde se fortificaram.

Passados poucos dias foi a Villa de Vigia atacada e sujeitos a toda sorte de barbaridades os seus habitantes.

Sabendo-se que Francisco Vinagre não era estranho ao succedido, foi elle preso com 200 partidarios seus e recolhidos a bordo da velha corveta "Defensora".

Exigio o irmão de Vinagre a soltura de Francisco, caso contrario arrasaria a cidade á ferro e a fogo.

Sem força bastante pediu o marechal o concurso das corvetas portugueza "Elisa" e ingleza "Race-Horse" para defeza de seus nacionaes. No dia seguinte á chegada ao Pará, isto é a 20, assumio o 1.º Tenente Marques Lisboa o commando do "Cacique" e nesse navio ia prestar relevantes serviços, que muito iam augmentar o conceito em que já era tido embora a contra-gosto, porque por falta de recursos dados ao Marechal Rodrigues e ao Chefe de Divisão João Taylor, ia assistir seus concidadãos serem alvos das balas de forças estrangeiras desembarcadas com o nosso consento. Era realmente doloroso. Estamos bem certos de que se naquelles chefes, embora cheios de serviços á nossa patria, houvesse nelles o instincto nacional, teriam procurado chegar a um accordo, para que tal ultrage não se dêsse. Essa nobreza foi posto em pratica mais tarde no porto do Rio de Janeiro, nos tristes successos de 1894, quer da parte do governo, quer da parte dos rebeldes.

No dia 14 de Maio Antonio Vinagre realisou sua promessa, investindo a cidade á frente dos rebeldes. Desembarcadas as nossas forças que ainda existiam a bordo, bem como as dos navios estrangeiros citados empenhou-se a lucta.

Sob o commando do Capitão de Fragata Guilherme Eyre e Jorge Mawson travou combate a nossa força contra os "*cabanos*", assim denominados os rebeldes. Logo aos primeiros tiros cahio o commandante Eyre gravemente ferido e em seguida o Primeiro Tenente Murphy e o Capitão Jeronymo Rodrigues, filho do presidente, mortalmente feridos; ambos falleceram pouco depois.

Ganharam vantagens os *cabanos* approximando-se do Trem onde acastelaram-se nas casas visinhas.

Lá estava Marques Lisboa a incitar os seus bravos marinheiros. Emquanto se combatia nesse ponto, contra outro pelotão de *cabanos*, perto do palacio, empenharam-se o batalhão de caçadores vindo do Maranhão, soldados de artilharia de marinha e alguns voluntarios. Batalhava-se em toda a parte com furia. Foram desalojados de suas posições os rebeldes; uma peça foi-lhes tomada pelo guarda-Marinha José Ricardo de Abreu. Pelas seis horas da tarde cessou um pouco o fogo começado ás 10 ½ da manhã.

Apenas amanheceo o dia 15, de novo rompeo o fogo, continuado sem interrupção, soffrendo as tropas legaes a decoberto a fuzilaria dos *cabanos* entricheirados nas casas circundantes ao largo das Mercês.

Contra o portão do Arsenal e do Quartel arremeteram no dia 16 os *cabanos* com furia nunca vista e já se empenhavam em arrombal-os quando sobre elles cahio um furacão de metralha lançado pelos navios que os puzeram em debandada. Não desanimaram porém, e para as proximidades do palacio voltaram-se; ahi se achava o presidente rodeado para mais de 400 mulheres e crianças em angustiosa posição. Apesar da morte de Antonio Vinagre não arrefeceram os combates que foram até o dia 22 a noite, quando foi julgado prudente evacuar a cidade, repartindo-se por todos os navios as familias que haviam pedido protecção, para evitar serem victimas das crueldades dos *cabanos*.

Na reunião effectuada em palacio, presentes a ella os officiaes mais graduados do exercito e da armada, expôz o chefe Taylor, depois de ouvida a opinião dos commandantes dos navios da esquadra e bem assim as dos das corvetas portugueza e ingleza a necessidade dessa retirada, em vista de já haver nove dias que se sustentava uma defeza vigorosa sem colher vantagem alguma; que elle chefe, pessoalmente e o commandante da fragata "Campista" Jorge Mawson, tinham ido muitas vezes aos pontos onde havia fogo encorajar os voluntarios, não tanto a entrar nelle, como a sustentarem os pontos qua se ganhava com vidas e sangue, comquanto fossem elles commandados por officiaes de marinha e tropa, assim mesmo os desamparavam, de maneira que por nove dias se esteve na desgraçada alternativa de ganhar e perder posições.

"Que haviam armado cerca de 500 voluntarios que tinham recebido armas com entusiasmo, mas que não appareciam e, que á despeito das ordens, fugiam para o mar em montarias e canoas, levando as armas.

"Que as corvetas estrangeiras presenciando este escandaloso e cobarde procedimento, tinham sustado o desembarque de suas forças, não devendo sacrificall-as enquanto aos proprios nacionaes não importava o estado da cidade.

"Que o presidente só podia contar com 80 voluntarios bravos e capazes, mas que este numero era insufficiente para acudir aos pontos necessarios e defender o palacio, unico alvo dos rebeldes, porquanto dos marinheiros e tropa achavam muitos mortos e feridos.

"Que os rebeldes estavam senhores do quarteirão do palacio, do lado de leste, e seu fogo já prohibia a communicação com o governo e o mar".

Approvado unanimemente este parecer, foi confiado o serviço de embarque ao Primeiro Tenente Marques Lisboa, o qual com galhardia se desempenhou delle, começando pelo transporte dos feridos que ainda se achavam em terra, depois das familias e por ultimo do presidente.

A força que guarnecia o Trem e que sustentou e repellio tres ataques dos rebeldes, foi conduzida pelas embarcações da fragata ingleza e por alguns escaletes nossos, sob o mando do proprio chefe João Taylor.

Contentou-se a esquadra em bloqueiar os rebeldes fundeando entre a fortaleza da barra e a do Pinheiro. Durante esses nove dias de incessante peleja perdeu a força naval 33 mortos, 65 feridos e 15 extraviados.

Os pontos da provincia que ficariam com a legalidade eram Cametá, Igarapé Mirim, Abaeté e ilha de Marajó; nesta trabalhavam os rebeldes para chama-la ao seu partido. O interior todo estava com os *cabanos*; mantinha-se tranquillo o Amazonas. Em consequencia o chefe Taylor dividio a força naval do seguinte modo: as fragatas "Imperatriz", "Campista", corveta "Regeneração" e "Defensora", esta pontão de prisioneiros, bloqueiando a cidade em conjuncção com as baterias do forte da Barra; entre Cametá, Breves e ilha da Conceição ficaram o brigue "Cacique" sob o commando de Marques Lisboa e as escunas "Independencia" e "Mandurucú;" para Igarapé Mirim foi a escuna "Bella Maria"; a "Guajará" para Tapajoz e a "Rio da Prata" para o porto de Sant' Anna, na ilha de Marajó.

Perdidas as posições que possuíam os legaes nesta ilha, retirou-se em novembro a "Rio da Prata" como tambem a "Bella Maria" de Igarapé Mirim, onde um official da guarda nacional, por trahição, entregou a povoação aos *cabanos*. Desses desastrosos successos só era culpado o governo central, pois nenhum auxilio mandou dos muitos promettidos; só teve o marechal presidente o irrisorio contingente composto de seis soldados. Então, como sóe acontecer, ao marechal Rodriques e ao chefe de divisão João Taylor foram imputadas todas as culpas dos reveses e por isso exonerados, nomeando-se para substituil-os o brigadeiro Andréa e o capitão de mar e guerra Mariath.

Apezar dos poucos recursos de que dispunha o chefe João Taylor, pelo rigoroso bloqueio mantido, havia conseguido paralisar o incremento dos revolucionarios, abatendo-lhes o animo pelo esforço de seus commandados. Assim, é que a 10 de Março, tendo os *cabanos* se aventurado a atacar Cametá foram completamente repellidos. Informava o presidente: "Em Cametá tudo vac bem; as expedições arranjadas pelo benemerito juiz de paz, o padre Prudencio José das Mercês Tavares, de accordo com o activo e intelligente 1.º tenente Marques Lisboa deram os melhoes resultados".

E' preciso consignar mais um acto que muito depõe contra a anarchia reinante e do pouco caso que faziam os governos estrangeiros do nosso governo. Eduardo Nogueira Angelim proclamado pelos rebeldes presidente da provincia e comandante das armas, depois da morte de Antonio Vinagre, nesse character recbeo e foi recebido officialmente pelo commandante de uma divisão naval

ingleza, que ali fôra pedir reparações pelo facto de haverem os *cabanos* committido um verdadeiro crime de pirataria contra um brigue inglez, roubando o carregamento do mesmo, constante de armamento encomendado pelo governo imperial, depois do assassinato de toda a tripulação.

Havia chegado ao Pará o general Andréa, sahido a 31 de Dezembro do Rio de Janeiro com a expedição que o devia acompanhar composta do brigue "Januaria", onde embarcou o presidente, brigue-escuna "Dois de Março", escunas "Pelotas", "19 de Outubro", "Porto-Alegre" e "Rio Grandense" todos com lotações em excesso para supprir as baixas nos navios estacionados em Belém, seguiram a estes navios a 10 de Janeiro os transportes "Industria" e "Jupiter" levando tropa. Demandou esta força naval o porto do Recife, onde feitos os reparos de que necessitavam os navios velejaram todos para o Pará, onde chegaram em fins de Março e principio de Abril, justamente um anno depois de haverem os officiaes da força naval alli estacionada se opposto á ordem de Francisco Vinagre que mandava desarmar a corveta "Defensora", e quaesquer outras que fossem contrarias aos interesses da nação.

Aproveitando-se o General Andréa, de accordo com Mariath da situação abatida em que se achavam os rebeldes, determinou, agora que dispunha de força, que, fossem os navios distribuidos, segundo o criterio do commandante das forças de mar, pelos diversos pontos occupados por aquelles.

Depois da tomada de Oyeras a 1 de Agosto de 1836, achava-se o brigue "Cacique" em Cametá, pois os rebeldes haviam retomado aquella villa vinte dias depois.

A 17 de Setembro, pelas 11 horas da manhã, o brigue "Brasileiro" sob o commando do Primeiro Tenente Rose veio reunir-se áquelle brigue, fundeando no rio Oyeras, trazendo um esforço á guarnição de 18 homens da Guarda Policial de Belem e algumas munições para proteger qualquer tentativa que fosse possivel sobre a villa do mesmo nome.

A's 10 horas da manhã do dia 19, o Primeiro Tenente Rose tendo obtido de Marques Lisboa o auxilio de uma lancha e de um escaler guarnecido, com 30 marinheiros, commandados respectivamente pelos Primeiros Tenentes José Thomaz Sabino e Segundo Tenente Hermenegildo da Cunha Ribeiro, fundeou em frente a villa, onde uma grande multidão de *cabanos* se mostrava resoluta e animada á defeza. Tomando posição, começou o brigue o bombardeio e que durou duas horas. Depois de destruir a trincheira em que se apoiavam os rebeldes iniciou o desembarque. Avançaram em direcção á praia a lancha e o escaler do "Cacique" e as do "Brasileiro", apezar do mortifero fogo de fuzilaria e de uma nuvem de flechas despejadas pelo inimigo; ao chegarem em terra, não foram porem seguidas pelos igaritês que deviam conduzir os voluntarios vindos de Cametá. Estavam os rebeldes bem abrigados por estacadas de muritizeiros, de cinco pés de altura e dessas trincheiras de palmeiras desafiavam o assalto. Retiraram-se os nossos levando oito mortos e deseseis feridos.

Coube no dia seguinte a direcção do ataque ao Primeiro Tenente Marques Lisboa, o qual no "Cacique" se approximou, ordenando o fogo contra a villa. A's duas horas da tarde formadas todas as igaritês em linha, commandada cada uma dellas por um official e postadas nos flancos a lancha e o escaler do "Cacique", a um signal partiram na mesma ordem, desembarcando a gente em um ponto onde mais derrocado fôra o intrincheiramento pelos tiros de canhão. São os primeiros a desembarcar o Segundo Tenente Hermenegildo e o piloto William Erving. Os *cabanos*, em grande numero acodem ao ponto atacado, travando-se renhido combate. Conduzidos pelos seus officiaes dão os marinheiros o exemplo aos voluntarios, que desta vez cheios de coragem secundam o esforço e em pouco tempo se assenhorearam da villa. Tivemos dois mortos e 38 feridos, inclusive o immediato e o piloto do brigue "Brasileiro". Perderam os rebeldes 15 mortos, levando innumerous feridos.

O commandante Rose mandou deitar fogo ás trincheiras da villa, mas o vento, que n'essa conjectura, soprava com violencia, propagou as chammas até ás casas da povoação, no geral cobertas de palha e toda ella ficou incendiada.

Foi a tomada de Oyeras um golpe mortal para os *cabanos*, pois d'ahi em diante nada mais tentaram com vantagem.

Estando o "Cacique" com falta de mantimentos e não tendo o General Andréa meios de envial-os, determinou que viesse recebê-los.

Fez-se de vela o commandante Marques Lisboa, de Cametá, onde se achava, depois da tomada da villa, onde devido ao efficaz auxilio de suas embarcações e guarnição, foi levado a effeito o ataque projectado e tomada a povoação de assalto, apesar de defendida por mais de 800 homens de guarnição. Teve a força legal a perda de 20 mortos e 81 feridos. Poucas horas depois navegando em quatro braças d'agua, sentio que seu navio havia chocado em um escolho qualquer, talvez em algum tronco de arvore, preso ao fundo do rio. Sem detença manobrou para virar de bordo, afim de evitar que pelo rombo, devido a pressão, não penetrasse demasiada agua; em poucas horas porem tal era a quantidade d'agua que invadira o porão que outro recurso não teve senão o de mandar passar uma camisa, feita com uma das velas, pois nem sequer uma de sobresalente possuia; atalhou deste modo o veio d'agua. Assim avariado procurou local apropriado e encalhou o seu navio.

Tendo conhecimento o General Andréa desse successo ás 9 horas da noite pelo commandante de uma corveta ingleza, que tendo ido de passeio até Cametá, presenciara o facto, auxiliando com sua gente, na occasião de escorar o "Cacique" quando foi encalhado e que trouxe o recado verbal de Marques Lisboa.

Pelo paquete "Primeiro de Abril" mandou o General Andréa levar soccorros, fazendo dias depois seguir a escuna "Rio Grandense" que chegára de Muaná com os mantimentos.

Antes porem da chegada dos soccorros, Marques Lisboa, com os proprios recursos de bordo, pondo em acção a sua nunca desmentida actividade e lucidez de espirito, já se achava o "Cacique" á nado, e prompto a receber a roda de proa. Ao communicar tal facto ao ministro da marinha dizia o General Andréa: "Hé sempre digno de louvor este 1.º Tenente Lisboa; ou seja pelo serviço já prestado em outras Provincias, ou seja pela conservação de tranquillidade em Cametá; ou seja combinando-se e projectando a segunda tomada de Oyeras, ou seja enfim trabalhando com todas as suas forças com immensa habilidade na salvação do seu brigue".

Realmente Marques Lisboa, sempre bem humorado, pelos seu bom coração, coragem, bravura e alto espirito de justiça, grangeara o respeito e amizade de todos e ganhára grande popularidade entre os habitantes dos pontos em que se achou seu navio naquella provincia.

Conta-se que nos seus lazeres, disputava com os caboclos, emeritos nadadores, a travessia á nado d'aquelles rios; nadando com um só braço enquanto com o outro fóra d'agua segurando diversas armas vencia, não raro, impetuosa correntezas.

Como desporto haliéutico lhe era favorito a caça aos jacarés e nelle não lhe levavam a palma em façanhas os indigenas; com elles concorria á caçada pelo processo por elles usado, o qual consistia em affrontar dentro d'agua os amphibios com uma pequena haste aguçada em ambos os extremos, presa a meio por uma longa beta. Esta haste que o caçador empunhava horisontalmente ao enfrentar o amphibio, era a unica arma empregada. Na occasião em que abria as mandibulas o jacaré para abocanhar o braço que era apresentado á sua voracidade, dava o caçador uma brusca rotação na haste e ahi estava a agilidade e presença de espirito, afim de que ao fechal-as a encontrasse verticalmente. Penetravam deste modo os extremos ponteagudos da haste em

as formidaveis tenazes e mais se cravam com a pressão feita pelo crocodilho raivoso para tritural-a. Assim preso era levado á margem do rio.

Emerito nadador, cheio de audacia, o Primeiro Tenente Marques Lisboa, comprazia-se muitas vezes em mostrar a seus subordinados que o perigo não lhe intibiava o animo e ainda quanto valia o prestigio adquirido sobre homens que só consideram o valor pessoal como condição primordial da existencia. Era por isso adorado entre aquella inculta gente. Foi no rio Tocantins em Cametá, que teve a dita de salvar de morrer afogado seu dilecto amigo o 1.º Tenente Francisco Manoel Barroso, o futuro irmão d'armas barão do Amazonas. De outra feita estando a banhar-se no mar um marinheiro de seu navio, que foi envolvido por enorme polvo, elle sempre altruista lançou-se a agua arrancou o seu subordinado dos tentaculos do cephalopode.

Promovido ao posto de Capitão-Tenente por decreto de 22 de Outubro de 1836, continuou no Pará até 28 de Julho do anno seguinte, quando deixou o commando do "Cacique" por doente; no palhabote "Brasilia" com outros officiaes veio de passagem.

Ao chegar a Bahia no dia 11 de Novembro de 1837 o referido palhabote logo que se aproximou da Fortaleza do Mar foi intimado por uma lancha e um escalor armados a fundear junto ao Arsenal e obrigado seu commandante a mandar desenvergar o panno, desembarcar a guarnição, excepto os officiaes da lotação e passageiros, Capitães Tenentes Joaquim Marques Lisboa e João Maria Wandenkolk, Primeiros Tenentes Felipe José Pereira Leal e Hermenegildo Barboza.

Souberam então que a tropa, povo bahiano, guardas nacionaes e policiaes (como reza a acta do dia 7) reunidos no forte de S. Pedro, em vista das necessidades publicas, as bem conhecidas más intenções do governo central, que a todas luzes procurava enfraquecer as provincias do Brazil, e tratat-as como colonias, com mcnoscabo notavel de sua dignidade e cathegoria, deliberam adoptar: Art. 1.º — A provincia da Bahia fica inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro e considerada Estado livre e independente, pela maneira porque for confeccionado o pacto fundamental que organizar a assembléa constituinte que deverá desde já ser convocada, procedida a eleição dos eleitores na capital e ao mesmo tempo proceder-se por toda a provincia á eleição dos eleitores, que elegerão nova assembléa para desenvolver as bases apresentadas pela primeira. O numero de deputados será de 36 conforme a declaração feita. Art. 2.º — O Sr. Innocencio Rocha Galvão é o nomeado para presidir o Estado, e na sua ausencia aquelle que fôr directamente eleito. Do commando das armas porem fica encarregado o Sr. Major do terceiro corpo de artilharia Sergio José Velloso, elevado á Coronel effectivo e brigadeiro graduado em attenção aos relevantes serviços por elle prestados etc.

Havendo o presidente da provincia e o commandante das armas abandonado a capital e se embarcado no brigue-barca "29 de Agosto", indo fundear na barra apesar do fogo das fortalezas. Por ultimo retiram-se os contingentes de marinheiros que haviam desembarcado daquelle e do brigue "Treze de Maio" indo este fundear junto aquelle apesar do fogo feito pelo forte da Gambôa, de ordem do vice-presidente rebelde para que não se movesse sem sua autorisação *porquanto o povo e tropa tinham unicamente proclamado a independencia da provincia e sua elevação a Estado soberano.*

Servio este accidente para Marques Lisboa revelar-se o homem de acção que sempre foi e de resoluções promptas.

Embora com sua saude seriamente compromettida e livre por parte dos revolucionarios de continuar em outro navio sua viagem para o Rio de Janeiro, não se aproveitou o Capitão-Tenente Marques Lisboa dessa circumstancia para se eximir de prestar os seus serviços.

Sabedor de que em terra e por ordem do commandante da força naval se encontrava o 1.º Tenente José Moreira Guerra, o qual, muito embora fiel e dedicado à causa da legalidade, estava coagido a contemporisar com os rebeldes até que encontrasse meios de recolher-se a um dos navios, mandou propor-lhe para ambos se apossarem de uma canhoneira, a n. 1, armada e guarnecida pelos insurgentes, com dois rodízios e 60 homens.

Não se furtou á arriscada empreza o 1.º Tenente Moreira Guerra. A hora apazada dirigio-se sósinho Marques Lisboa para bordo da canhoneira, visto não ter comparecido seu companheiro de empreitada, o qual a contra-gosto assim procedeo por não se ter podido afastar do local em que se achava, devido a vigilancia exercida sobre elle.

Recebido a bordo pelo piloto que a commandava, com todo o sangue frio declarou Marques Lisboa que por ordem do governo vinha assumir o commando. Perplexo e confuso o piloto diante do tom firme do ousado official, lh'o fez entrega sem a menor opposição. Nessa occasião chegava á bordo o Primeiro Tenente Moreira Guerra dizendo que vinha assumir a immediatice; havia conseguido furtar-se ás vistas das sentinellas. Sem tardança ordenou Marques Lisboa suspender, o que foi feito. Ao passar junto do forte do Mar, em poder dos rebeldes, interpellado onde ia, declarou que em serviço de policia, por ordem do governo republicano. Fôra do alcance das baterias foi tranquillamente e com pasmo de todos fundear junto aos demais navios, incorporando assim a canhoneira ás forças legaes.

Depois de cumprido esse relevantissimo serviço Marques Lisboa, cada vez mais adoentado, sabendo do presidente que este não pretendia levar a effeito nenhuma operação contra os revolucionarios sem que reunisse os reforços esperados, pediu permissão para seguir para o Rio de Janeiro, onde se apresentou ao Quartel General em 9 de Dezembro, ainda doente.

Depois de restabelecido apresentou-se ao Quartel General em 19 de Fevereiro, sendo então mandado embarcar na corveta "Regeneração", para servir na Divisão Naval estacionada na Bahia. Continuava a lucta naquella provincia, como flamejava no Rio Grande do Sul o fogo revolucionario. Mal extinto em um ponto do Brazil resurgia em outro, e se amorteceo durante cincoenta annos, foi para lavar de uma só feita em todo o paiz, destruindo por completo o germen monarchico que á força fôra transplantado para a America. A nossa terra que tudo acceita e reproduz com altos beneficios, em todos os tempos repudiou esse principio social.

Ao chegar o Capitão-Tenente Marques Lisboa a Bahia, foi para tomar parte nas operações que iam ter logar para a posse da Capital daquella provincia. No dia 13 de Março quatro lanchas haviam largado de bordo da fragata "Principe Imperial", levando alem das respectivas guarnições, mais quinze homens de reforço cada uma, para auxiliarem a força do exercito no ataque ao forte de Monteserrate.

Ao tentarem porem o desembarque em frente áquelle forte, foram repellidos por vivissimo fogo de artilharia e fuzilaria. Ainda assim se conservaram até ao amanhecer diante das posições inimigas á espera de reforços, soffrendo renhido fogo do Forte do Mar e das fortalezas de Monteserrate, Conceição e Lagartixa. Emquanto as forças de marinha distrahiam com este ataque a attenção dos revolucionarios, as forças de terra avançando pelo lado do Noviciado, apoderam-se depois de prolongado tiroteio do forte de Lagartixa. Coube a vez do Forte de Monteserrate cahir em mãos das forças navaes no dia 15; uma força de 114 praças com quatro escaleres da fragata "Principe Imperial", corveta "Regeneração" e brigue "Tres de Maio", partindo do primeiro, a capitanea da divisão naval, auxiliar o ataque contra aquelle forte, que as quatro horas da tarde se rendeo.

Lavrava na cidade o incendio, no caes da Cal, na Preguiça, em frente ao estaleiro, proximo a ladeira da Conceição e no alto da cidade.

No dia 16 foram tomados os ultimos reductos dos revolucionarios e assim terminou a *Sabinada* nome por porque foi conhecida aquella revolta, proveniente do Dr. Sabino Vieira, alma do movimento.

Entregaram-se ás forças navaes imperialistas a escuna "Cabocla" que foi baptisada com o nome de "Desceis de Março" e o palhaborde "Brasilia", navios estes que os revolucionarios haviam armado e que se conservaram ao abrigo das baterias de terra.

Para o commando da canhoneira "Desceis de Março" foi nomeado o Capitão-Tenente Marques Lisboa, em cujo commando se conservou até 18 de Maio desse mesmo anno, quando foi desarmada. Quatro dias depois, por aviso do ministerio da marinha foi nomeado para servir na flotilha do Rio Grande do Sul, seguindo desde logo para aquella provincia na escuna "Legalidade" aonde desde 1835 se batalhava pelos principios liberaes. A escuna "Legalidade" foi adquirida em 8 de Abril de 1836 por 2:400\$000 a Marcos Alves Pereira Salgado, em Porto Alegre, quando ainda no estaleiro, pelo vice-presidente da republica Rio Grandense, e que depois fôra tomada.

Ao chegar ao Rio Grande, assumio em dez de Junho o commando da canhoneira n. 13 que outro navio não era senão a escuna mercante "Virgilio" que apresada, foi depois adquirida por 8:500\$000 em 18 de Maio de 1837 no Rio Grande a Antonio Correa de Mello; tomou o nome de "Guahyba".

Ia Marques Lisboa entrar em acção contra seus comprovincianos, muitos delles seus parentes e amigos que haviam abraçado os ideaes republicanos proclamados em 20 de Setembro de 1836; teria necessariamente como militar brioso de cumprir ordens que fariam sangrar o seu coração. Devido, talvez a este facto deu parte de doente; desembarcou no dia 12 de Julho seguinte, transportando-se em navio mercante para o Rio de Janeiro, onde a 20 do mesmo mez deu parte de prompto.

Tinham os nossos navios estacionados em Montevidéo a seu cargo vigiar a costa; manter continuado cruzeiro, afim de que não recebessem os republicanos sul-rio grandenses auxilios que seus agentes forneciam e ainda assegurar um serviço de correios entre o chefe da estação naval e o commandante das forças navaes que operavam no Rio Grande e com o proprio governo central. Mais se tornou necessaria a vigilancia depois que por Decreto de 1 de Setembro de 1838 facultou o governo republicano o armamento de corsarios a todos os filhos do Estado e estrangeiros, quer no mar, quer no interior das lagoas dos Patos, Mirim e rios.

Sem commissão ficou o Capitão-Tenente Marques Lisboa até que por nomeação de um de Março de 1839 foi nomeado para commandar o brigue-barca "29 de Agosto".

Ha sobre o Capitão Tenente Marques Lisboa, no jornal official da Republica Rio Grandense *O Povo*, n. 10 de 24 de Outubro de 1838, a seguinte referencia em a secção as Noticias diversas. "Neste momento somos informados por pessoa fidedigna que houveram na Galegalidade (sic) do Rio Grande as mudanças seguintes: Para general commandante das armas o muito conhecido Sr. Andréa Seára. Para commandante em chefe da esquadrilla, o Sr. Marques Lisboa, irmão do Benemerito Major Pitanga".

Sem duvida alguma resultou essa noticia do pedido de exoneração que havia feito o chefe Grenfell do commando das forças navaes em operações naquella provincia, depois de ter anniquilado as forças navaes republicanas, desgostoso por não terem sido approvados seus actos em relação a pacificação da mesma, que com tanto acerto procurou obter, devido ainda a guerra que lhes moviam os interessados no prolongamento da lucta, que outros não eram senão os reaccionarios de todos os tempos.

Achava-se Marques Lisboa em Montevideo quando teve ordem para deixar o commando e regressar ao Rio de Janeiro, o que fez a 21 de Julho desse mesmo anno em navio mercante. Chegado que foi teve no dia seguinte a

nomeação para commandar o brigue "*Tres de Maio*" e conjunctamente o das forças navaes na então provincia do Maranhão.

A lucta entre *bemtevis* e *balaíos* naquella provincia havia posto á tona o fermento das anteriores, oriundas das más administracções. Em alli chegando o Capitão Tenente Marques Lisboa, com vigor começou a dispôr os parcos recursos de que dispunha para evitar que a capital fosse atacada, havendo requisitado outros para manter o prestigio da autoridade.

A 22 de Dezembro sahiram do Rio de Janeiro o brigue "*Beranger*" com tropa e petrechos de guerra e a barca á vapor "*São Sebastião*", com o Coronel Lima e Silva e muitos officiaes com destino ao Maranhão; acossados por ventos contrarios, foram ter, o brigue, á Montevidéo e a barca á vapor á Victoria, donde esta depois de tres dias sahio para a Bahia e Pernambuco; ao chegar porém ao Rio Grande do Norte, ao entrar a barra, bateo em uma pedra. Dez dias depois sahio de Pernambuco o brigue "*Guararapes*", comboiando uma escuna com tropas e alli recebendo mais cem praças da provincia seguiu o seu destino a 28 de Fevereiro de 1840 e chegava a São Luiz.

O Capitão de Fragata Marques Lisboa, promovido a este posto por decreto de 15 de Maio, contando porém antiguidade de 2 de Dezembro do anno anterior, não dava descanso aos rebeldes, trazendo-os em apertado bloqueio.

Por fim tendo noticia em 10 de Novembro que um dos chefes, Raymundo Gomes com 450 homens marchava para a margem direita do rio Miunã, com o intento de apossar-se da villa do Rosario, apenas guarnecida por 250 homens da legalidade, ao mando de um Major, sem demora ordenou a partida para aquelle ponto da canhoneira n. 6 e da lancha "*Parahyba*".

A's 11 horas da noite do dia seguinte chegaram ao destino e pela manhã ás nove horas já se preparava Marques Lisboa para o ataque aos rebeldes quando dois parlamentares a elle vieram, pedindo-lhe que não o fizesse antes do meio dia, pois iam persuadir seus homens para a rendição. A's 11 $\frac{1}{2}$ percebendo-se que procuravam os insurgidos burlar a promessa, pois foram vistos transpôr o rio, ordenou então Marques Lisboa que fossem atacados pelo Capitão Pernambucano, que foi com a sua companhia desembarcar na margem direita, enquanto os da margem esquerda o eram pelo Capitão Marques de Castro. Completa foi a victoria.

Ao chegar ao Maranhão o Coronel Luiz Alves de Lima, o futuro duque de Caxias a 4 de Fevereiro de 1840, nomeado presidente e commandante das forças em operações na provincia em substituição do Capitão de Engenheiros Manuel Felizardo de Souza e Mello, desde logo poz em acção o seu genio militar, organizando a "*Divisão Pacificadora do Norte*".

Em o commandante Marques Lisboa, tambem futuro marquez de Tamandaré, teve elle para secundal-o o homem de valor energico, activo e criterioso que não encontrava obstaculo para vencer. Delle se poderia dizer o que disse o primeiro na sua proclamação ao assumir a presidencia "mais militar do que politico, eu quero ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre nós existem. Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da paz, condição da riqueza e prosperidade dos povos e confiando na Divina Providencia, que tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós tudo o que fôr mister para a nossa santa causa".

E tinham ambos bastante razão para mais confiarem na Divina Providencia do que nos recursos que debalde esperavam e que lhes proporcionaria o governo central, pois, mais preocupado com os debates politicos que antecederam a maioridade e com a guerra civil que alastrava pelo Rio Grande do Sul e Santa Catharina, desdenhava aquella, que por ter sido olhada como insignificante, degenerou, pelo fracasso das melhores deligencias postas em pratica por presidentes e chefes militares, em horroroso banditismo que trazia em consternação cidades e villas, estacando todo o progresso d'aquella provincia e das suas limitrophes.

De accordo com Marques Lisboa, foi estabelecido na villa de Itapicuru-Mirim com os novos recursos um deposito central de munições e viveres, para facilmente attender os outros pontos e um hospital, tudo bem intrincheirado.

Em apertado bloqueio e constante vigilancia trazia a força naval todo o interior da bahia de S. Marcos bem como o littoral e pontos accessorios dos rios e barras.

A 10 de Maio de 1841 de surpresa atacaram 300 rebeldes o ponto das Car-nahubeiras no rio Parnahyba, conseguindo tomar as trincheiras á nossa gente que constava apenas de cem praças, obrigando-as a procurar refugio em uma casa, onde intrincheirados por muito tempo oppuzeram tenaz resistencia. Felizmente a canhoneira alli armada e guarnecida pela gente da escuna "28 de Julho", do commando do Capitão Tenente Martinus Hannibal Boldt, chegou a tempo de fazer muito fogo, com que forçou os rebeldes ao abandono da posição occupada dando lugar a que a nossa força cobrasse suas posições e fizesse debandar os assaltantes. Muito se distinguio o piloto José Raymundo de Farias, commandante da canhoneira e toda a sua guarnição pelo valor e acerto com que se houveram no combate.

De um officio dirigido em 5 de Março de 1840 ao ministro da marinha o chefe de divisão Jacintho Roque de Senna Pereira pelo brigadeiro Lima e Silva, consta: "Aproveito esta occasião para levar a conhecimento de V. Ex., que o Capitão Tenente Joaquim Marques Lisboa, commandante das forças navaes nesta provincia merece particular attenção de V. Ex., pelo zelo, actividade e bons serviços prestados á causa Publica, não sendo menos digno de recompensa os que aqui servem a S. M. Imperial, do que aquellos que no Rio Grande do Sul são premiados, e a justiça e equidade de V. Ex., recom-mendo este digno official e todos aquellos que merecerão a honesta menção do meu antecessor".

Pacificada a provincia em 19 de Janeiro de 1841, nella continuou o com-mandante Marques Lisboa; em 11 de Junho desse anno se apresentou ao Quartel General de Marinha.

Nomeado para commandar a corveta "Dois de Julho" por aviso de 17 de Novembro de 1841, teve o de commandante das Forças Navaes no Rio da Prata, por aviso de 18 de Dezembro seguinte em cujo navio seguindo para o seu destino, assumio o commando em 10 de Janeiro de 1842.

Lavrara ainda a lucta no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Lá o facho revolucionario allumiava. Muito preocupava ao nosso governo as fomentações que orientaes e argentinós insuflavam no Rio Grande do Sul. O Dictador Rosa de sua parte, que desejava tirar proveito da desgraçada contenda com que Oribe de um lado, e Fructuoso Rivera do outro intervinham, ameaçava o Brazil e tratava de abrir operações sobre o Rio Grande, contando talvez com a cooperação de chefes brasilienses; não entrava elle em conta com o patriotismo dos mesmos os quaes comprehendendo a cilada, pela bocca de David Canabarro, o prestigioso chefe republicano a resposta que tanto despeitou a Rosas de que ... a continuação de uma guerra tal, seria o ultimatum da destruição e do aniquilamento de nossa terra. Um poder estranha ameaça a integridade do imperio e tal estalida ousadia jamais deixaria de echoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o theatro de suas iniquidades e nos partilharemos a gloria de sacrificar os resentimentos creados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil...

Na commissão confiada a Marques Lisboa, houve-se elle com verdadeiro patriotismo.

Antes Manuel Felizardo de Souza e Mello referindo-se aos serviços da marinha dizia em officio de 12 de Novembro de 1839: "Os 1.400 rebeldes que ainda á pouco sitiaram apertadamente a villa de Icatú foram derrotados e perseguidos por mais de uma legoa: suas trincheiras ficaram em nosso poder.

E esta a maior victoria que a legalidade tem alcançado contra a rebeldia, quer se compare o numero dos nossos bravos, que apenas entrarão 160, com os facciosos, quer ainda ao grande prejuizo que tiverão, e ao pouco que soffremos.

A Marinha teve não pequena parte neste successo, distinguindo-se muito o 1.º Tenente Jesuino Lamego Costa, cumprindo tambem muito bem com o seu dever os 1.ºs Tenentes José Sacundino Gomensoro e Joaquim José da Silva Guimarães. Para o 1.º Tenente Lamego ouso chamar a attenção do Governo e emitir meu juizo sobre a justiça e extrema utilidade de ter o quanto antes o premio de tão assignalados serviços. Si o official que recommendo á Sabe-doria do Governo fôr recompensado com o posto immediato, outros se portarão tambem como elle, e a Causa da Legalidade e a honra Brasileira de certo que com isto muito ganhará".

Por mais que officiasse o brigadeiro Lima e Silva para que fossem attendidos seus pedidos de dinheiro para pagamento da tropa, visto serem nullos os rendimentos provinciaes, em nenhuma consideração eram tomados. Resultou pois descontentamento da tropa, e em Junho, por falta de pagamento havia muito reclamado, a guarnição que se achava em Itapicurú-Mirim sublevou-se, desarmando e prendendo os officiaes, inclusive o Major commandante Carlos Augusto de Oliveira, que se achava enfermo, todavia prestes se evadiram levando ao conhecimento do presidente o succedido.

Ao ter sciencia desse grave acontecimento, pois podiam os sublevados reunirem-se aos rebeldes, determinou o brigadeiro Lima e Silva no dia 16, que se preparasse o commandante Marques Lisboa, com a força disponivel, para com elle partir immediatamente.

De accordo com as ordens recebidas, teve que aprestar a barca á vapor para transporte de tropa. Estava esse navio sem mantimentos, aguada e combustivel, pois ia encalhar afim de serem retiradas duas bombas de circulação, para serem concertadas de uma avaria soffrida na ultima viagem a Turiassú para condução de tropas. Não podendo soldar-as um caldeireiro chamado para o serviço sem que as mesmas fossem retiradas de bordo, para o que tornava-se necessario encalhar o navio, houve-se do recurso de compôr um massa composta de ovos e cal com a qual se conseguiu ligar as partes que se achavam dissoldadas e de modo tal que estancou a agua e pôde a barca prestar o util serviço reclamado.

"Na madrugada do dia seguinte pelas duas horas suspendeo ferro a barca levando o presidente da provincia e com elle 180 praças em direcção a Itapicurú-Mirim, onde chegou as 8 horas da manhã do dia 19 com uma canhoneira, uma igarité intrincheirada e 360 praças á bordo, pois na villa do Rosario havia recebido mais gente, tendo ainda 38 praças da 1.ª companhia do Corpo de Marinheiros.

A força que se achava em Miritiba foi mandada para a villa do Rosario. No dia 23 chegaram áquella villa a canhoneira n. 1, lanchas "Victoria" e "Parahyba" e duas canoas conduzindo a força de terra que se encontrava em Miritiba e a 2.ª companhia de imperiaes marinheiros. Desceo então a barca á vapor do Itapicurú-Mirim á villa do Rosario para os conduzir, recebendo-os todos a bordo e depois de oito horas de navegação os levou ao destino.

Restabelecida a ordem depois de sangrento encontro, de posse da villa o presidente fez castigar os revoltosos. Embarcou-se o presidente, deixando sómente o commandante Marques Lisboa em Itapicurú-Mirim uma força de marinheiros para a manutenção da ordem, voltando os demais da força naval para Miritiba e depois de 27 horas, apesar de ter a barca á vapor de esperar marés para passar baixios, cachoeiras e andar contra o vento e correnteza, sendo a distancia a percorrer de 40 leguas."

Não estava inactivo Marques Lisboa. Na barca á vapor "Fluminense", pela rapidez de suas viagens, occupava-se, ora no serviço de transporte de gente e generos a differentes partes. Nella, no dia 23 de Setembro, embarcou-se

o presidente da provincia para Itapicurú-Mirim, donde seguio para Caxias em duas gabarras com uma guarda de 40 imperiaes marinheiros ao mando do Segundo Tenente Joaquim Alexandre Manso Sayão, regressando a 28 do mesmo mez.

De novo se aprestava a "Fluminense" para levar mantimentos á villa de Icatú, quando aportou á Capital um official da corveta franceza "Bergère" reclamando soccorros, por se achar encalhado seu navio em um dos poços da Corôa Grande, correndo perigo senão fosse attendido a tempo. Promptamente accedeo o commandante Marques Lisboa e por já ser tarde, determinou a sahida para a madrugada, depois de requisitar do Arsenal o Patrão-Mór, ancorotes e viradores necessarios ao desencalhe.

Largou a "Fluminense" ás tres horas da madrugada e ás 11 horas se achava junto á corveta, que mal pilotada por um pratico, fóra sobre um banco, fazendo descallar o leme teria infalivelmente ido sobre outro, se o commandante da "Fluminense", que era então o Capitão-Tenente Francisco Antonio Pereira, apesar dos receios dos praticos, não a rebocasse para fóra do banco até o dia seguinte em que depois de callado o leme entrou para o ancoradouro.

Em officio dirigido ao commandante Marques Lisboa manifestou o da corveta franceza o seu reconhecimento pelo prompto soccorro prestado, sem o qual, affirmou, teria perdido a corveta de seu commando.

Mantinha o commandante Marques Lisboa a força naval sob o seu commando, distribuida pelos diversos pontos da provincia, do seguinte modo: o brigue "Imperial Pedro", ancorado no porto da capital, em serviço de registro, prompto a qualquer commissão; o brigue escuna "Guararapes" estacionado havia cinco mezes nas Carnahubeiras, na defesa d'aquelle ponto; tinha tambem a missão de explorar todas as ilhas e costa de Tutoya, não permittindo nellas a reunião de rebeldes. Tendo vindo á Capital em meados de Setembro substituido pela escuna "Neptuno", a 8 de Outubro sahio para Tutoya, conduzindo forças do exercito para occupar a villa deste nome cuja empreza auxiliou.

O hiate "28 de Julho" estava a um anno na villa de Parnahyba, onde havia prestado bons serviços não só na defesa d'ella como em expedir parte da sua guarnição na perseguição de rebeldes. Occupada no transporte de munições de bocca e de guerra para Parnahyba e Carnahubeiras estava a escuna "Neptuno". O cutter "Esperança de Beberibe" e a canhoneira n. 4 serviam no rio Muny, o primeiro em defeza da villa e a segunda no ponto do Morro. As canhoneiras ns. 1 e 6 lanchas "Victoria", "Atrevida" e "Parnahyba" serviam nas ilhas que cobrem Meritiba, proximas de Sant'Anna privando que dellas tivessem recursos os rebeldes e das communicações que tinham com a ilha de S. Luiz; protegiam o pharol de Sant'Anna. Todas as vezes que vinha a Capital a canhoneira n. 6, trazia o carregamento de 1.200 tóros de lenha para a barca á vapor "Fluminense". Na defeza da villa do Rosario estava a canhoneira n. 2 e cabia-lhe proteger e policiar por mar os lugares proximos.

No dia 17 salvou o pessoal desta canhoneira a escuna "Rosa" que havia batido em uma pedra da Cachoeira, indo a pique, e a não ser os esforços da guarnição se teria perdido. Na villa de Itapicurú-mirim se achava a canhoneira n. 5, não só servindo de deposito á sua guarnição, reforçada com uma guarda de imperiaes marinheiros alli destacada. Em Caxias estacionava a canhoneira n. 6, defendendo aquella villa por mar e policiando com a sua guarnição a povoação de Trezidella, situada á margem opposta de Caxias.

De bordo do vapor "Fluminense", que servia de capitanea da Divisão, communicou Marques Lisboa em 27 de Janeiro de 1841 ao ministro da marinha que se achava em Icatú, ameaçada então por mais de mil rebeldes, os quaes sob o pretexto de se apresentarem para gozar da amnistia concedida pelo imperador, queriam intervir nas eleições primarias daquella villa. Pelas precauções tomadas tal não se deu; que no dia 12 lhe se haviam apresentado para mais de oitocentos rebeldes com seiscentas armas, os quaes foram mandados desarmar

e amnistiados pelo presidente; que se havia retirado na noite desse mesmo dia para a Capital, em vista de se ter aggravado a inflamação do estomago, e dos intestinos, adquirida quando no Pará e de que bastante soffria havia tres mezes.

Na villa de Icatú deixou como commandante militar o Capitão Tenente Jesuino Lamego Costa, visto não haver um official superior do exercito para tal e por ser aquella posição de muita importancia, não só pelos amnistiados que alli se achavam, como para attender aos rebeldes que se apresentassem para gozar da graça concedida.

Em vista da quasi extincção da guerra civil, propôz o Capitão de Fragata Marques Lisboa a redução da força naval existente aos seguintes navios: vapor "Fluminense", brigue "Imperial Pedro", escuna "Neptuno", cutter "Esperança de Beberibe", e canhoneiras "Codó" e "Itapicurú", comprada por 1.400\$000 na villa deste nome, guarnecidos com o total de 242 homens, devendo contudo continuar em deposito na capitanea a 1.^a companhia do Corpo de Imperiaes Marinheiros, prompta para guarnecer embarcações miudas que fossem precisas armar ou para servir em qualquer ponto em terra. Com a redução proposta obtinha-se 320 praças que deveriam guarnecer seis canhoneiras. Dizia mais que esperava que dentro de um mez não mais se necessitaria de todos esses navios, podendo-se dispensar o cutter e as duas canhoneiras e que assim não haveria necessidade de um commandante de força naval, o que traria grande economia.

Cada vez mais aggravada a sua molestia pedia ao ministro da marinha para retirar-se para clima mais frio.

Antes ao General Luiz Alves de Lima, presidente e encarregado da pacificação, dirigio o commandante Marques Lisboa um officio dizendo, que á vista de terem melhorado as condições da provincia por ter terminado o estado de guerra civil que a devastava havia dois annos, propunha para diminuir quanto possivel as despesas que fazia a força naval; que antes deveriam ser entregues a quem de direito as canhoneiras n. 4, "Cacambo" e n. 6 "S. José do Priá". A primeira havia sido tomada aos rebeldes quando foi atacada a villa de Icatú. Só depois de reparada e posta em estado de servir, despendendo-se para mais de um conto de réis é que que tres mezes depois appareceu quem a reclamasse. Não querendo o supposto proprietario indemnisar das despesas feitas, continuou em serviço. O valor com ella dispendido ficaria compensado com o serviço prestado. A segunda foi igualmente tomada aos rebeldes quando as forças da marinha occuparam pela segunda vez Miritiba, e por offerecimento de sua proprietaria D. Josepha de tal, ficou ao serviço do governo, sendo reparada e munida de apparelho e panno novo.

Quanto ás canhoneiras 1 e 2, pelo seu estado, mais valiam ser entregues ao Arsenal, para serem vendidas, visto as despesas para reparar-as excederem ao seu valor. As canhoneiras "Parahyba" e "Legalidade", armadas pelo prefeito de Parnahyba, com cujo fabrico muito despendeu o Estado, julgava que tambem deviam ser entregues aos seus proprietarios. O hiate "28 de Julho" julgado incapaz de continuar a servir, deve ser desarmado e entregue ao Arsenal para se lhe fazer a obra que necessitava, caso quizesse o governo aprovcital-o. Ainda se poderia dispensar o brigue-escuna "Guararapes". As tres lanchas do Arsenal armadas deveriam ser entregues e quando alguma dellas fosse necessario, poderia ser tripulada com praças destacadas das embarcações que estiverem no porto.

A 2.^a companhia do Corpo de Imperiaes Marinheiros, ao serviço da Provincia, composta de contingentes de varias companhias do Corpo, deveria recolher-se ao porto da Capital, para tornarem aos seus respectivos navios as praças que nelles vieram e as que ahi não tenham deveriam ir para o Rio de Janeiro para se incorporarem ao Corpo e serem empregadas com seus respectivos officiaes, pois da falta de estarem separadas destes, seguem-se graves inconvenientes á disciplina e prejuizos ás ditas praças.

A 1.^a companhia deve continuar a servir no vapor "Fluminense", emquanto V. Ex. julgar precisos seus serviços e quando isto deixe de ter lugar deve então retirar-se para a Córte. Igual destino devem também ter as praças que deixão de servir nas canhoneiras e lanchas seguindo as ordens do Quartel General da Marinha. Bordo do Vapor "Fluminense", surto no Maranhão, 22 de Janeiro de 1841. Ill. Ex. Sr. Luiz Alves de Lima. Assig. *Joaquim Marques Lisboa*. Com. Divisão Naval.

Tendo-se de adaptar a fragata "Príncipe Imperial" para quartel de aprendizes marinheiros, foi encarregado da adaptação por aviso de 9 de Agosto em seguida por outro de 18 de Outubro, nomeado para membro da comissão encarregada do exame do armamento da Repartição da Marinha.

Preparada uma divisão que deveria ir a Europa, afim de conduzir a Brazil a futura imperatriz do Brazil D. Thereza Christina, filha do rei das Duas Sicílias, cujo casamento com D. Pedro II, havia ajustado conselheiro Bento da Silva Lisboa, para immediato da fragata "Constituição" foi lembrado o capitão de fragata Marques Lisboa, que com distincção commandava as forças navas no Rio da Prata; por isso teve ordem de entregar tal commando e regressar ao Rio de Janeiro, isto em virtude do Aviso de 1 de Setembro de 1842. Um mez depois, á bordo do patacho "Patagonia", cujo commando assumio, fez-se de vela, chegando ao Rio de Janeiro; d'elle desembarcou, por mostra de desarmamento em 22 do mesmo mez. Dois dias antes teve ordem embarcar na fragata "Constituição", do commando do Capitão de Mar e Guerra José Ignacio Maia; tendo porém adoecido desembarcou em 1 de Janeiro do anno seguinte; a 28 de Fevereiro deu parte de prompto.

Nomeado para comandar a corveta "Bertioga" por aviso de 21 de Outubro de 1843, seguiu em viagem de instrucção com a turma de guardas-marinha. Tendo sido nomeado o Capitão de Mar e Guerra Pedro Ferreira de Oliveira para comandar a corveta "Bertioga", entregou o commando deste navio em Montevideo em 27 de Setembro de 1844, passando a assumir o da "Dois de Julho", nella regressando ao Rio de Janeiro, pois fôra nomeado para commandar a Divisão Naval do Norte. Tendo ficado sem effeito esta nomeação, foi por aviso de 12 do mesmo mez de Novembro nomeado para commandar a Divisão do Centro. Para o porto da Bahia seguiu o Capitão de Fragata Marques Lisboa na corveta "D. Januaria", em 25 do mesmo mez e anno.

No commando da divisão não se limitou Marques Lisboa unicamente a preparo militar de seus subordinados, pois independentemente dos cruzeiros que revesadamente faziam mensalmente os navios, determinou que fosse levantado um plano hydrographico da bahia de Todos os Santos, pelo que foi elogiado. A 17 de Janeiro arvorou o seu pavilhão a bordo da corveta "D. Francisca".

Exonerado do commando da Divisão Naval em 2 de Outubro por ter sido extincta, obteve um mez de licença a qual lhe foi concedida por aviso de 30 de Novembro, logo que regressou na corveta do seu commando. Esta por mais tres mezes lhe foi prorogada.

Promovido á Capitão de Mar e Guerra Graduado por decreto de 14 de Março de 1847, apresentou-se da licença em 30 do mesmo mez.

Tendo sido creada uma comissão encarregada da revisão do Regimento Provisional da Marinha e de outros misteres, foi Marques Lisboa nomeado por aviso de 22 de Julho desse anno para fazer parte della.

Vinte annos depois do glorioso feito da captura do *General Dorrego*, achando-se em Liverpool, onde fôra mandado para commandar a fragata a vapor "D. Affonso" alli em construcção, sob a fiscalização do nosso consul o Chefe de Esquadra João Pascoel Grenfell, teve logar a experiencia official a 24 de Agosto de 1848. Antes teve a incumbencia de cntractar em Portugal 50 carpinteiros para o Arsenal de Marinha.

A bordo se achavam a princeza D. Francisca e seu esposo o principe de Joinville, o duque e a duqueza d'Aumale, o ministro plenipotenciario do Brazil em Londres e o Chefe da Esquadra Grenfell e sua familia, todos para participarem da festa.

Cerca de 11 horas largou da amarração a bella fragata e fez rumo no Canal Inglez, quando de bordo, não mui distante, cerca de seis milhas do Great Orm-shead, Lancasterhire foi avistado um navio incendiado. Era o "Ocean Monarch", navio americano, sahido do porto de Liverpool para Boston, tendo a bordo 396 passageiros immigrants.

Sobre este doloroso desastre maritimo, incendio total do "Ocean Monarch", tal diz o Tenente Joaquim Lucio de Araujo. "Todos estavam na tolda. Eis que subito bradam — Navio á vista, ardendo em chammas !

"Salvem-os! Salvem-os! exclamou sem pausa, uma voz em pranto. Era a serenissima princeza que, não estimando o risco em que ia correr em um navio com toda a polvora a bordo, ou desprezando-o talvez, dava ao commandante a faculdade de expor a sua vida, contando que se salvassem as que tanto perigavam...

Sem mais delonga seguiu-se rumo do incendio e se aprestaram os escaleres dos turcos em estado de serem lançados ao mar, abastecidos de todo o necessario em casos taes.

"O navio demorava-nos ao O, a barlavento, na distancia estimada de sete milhas e levava o seu panno mareado; o vento era NO. O fresco e o mar agitado... Distingua-se um grandissimo numero de figuras humanas que cobriam o castello, o mastro do gurupés e até pelo pica peixe. Pouco a pouco o nacio foi pondo a prôa ao vento até que ficou ahi; tinha fundeado.

"Alguns minutos antes começaram a arder as velas do mastro grande e gata e as chammas que pareciam subir as nuvens, destruíram os seus aparelhos, e aquellas enormes antenas, participando do arfar do navio, e sem amparo cahiram ao mar, levantando uma nuvem de fumo espesso, que em rolos foi aos ares, misturada de linguas de fogo que rapidas appareciam e rapidas se iam embora já em grande altura.

Não tardou muito que o mastro do traquete soffresse a mesma sorte, mas desta vez com mais horror.

"Aquelles que estavam agarrados fóra do navio, mais seguros se julgavam de não serem devorados pelas chammas; porém mal sabiam elles que a grande dependencia entre os gurupés e aquelle mastro lhes causaria uma morte porventura mais horrivel. Assim foi; cahiu este e no mesmo tempo se fizeram em pedaços os paos da bujarrona e giba e os infelizes que suppunham encontrar sobre elle, ao menos como demorar os ultimos instantes de uma vida tão dubia, foram ao mar e pereceram.

"Ardia o fogo no navio com posse impetuosa; restava apenas a parte extrema do castello e mastro de gurupés. Ahi se achavam apinhados com espantosa confusão, uma porção immensa de desgraçados: homens e mulheres, moços e velhos; miseras mães abraçadas com os filhinhos e outras, para mais segurança, com elles atados ás costas dando gemidos e gritos horribeis. O esposo estremecido carregado de pavor, mas sem desculdar-se um só instante da consorte querida, disposta a exhalar a alma com elle que em vão fazia esforços para diminuir-lhe com o proprio corpo, o ardor do fogo.

"Fundeamos e tão rapido como desejavamos, cahiram ao mar quatro escaleres, ao cuidado de outros tantos officiaes.

"Ordenou o commandante que um dos escaleres tomasse uma forte espia que partindo da prôa fosse dar volta nas amarras do navio incendiado; mas para isso era necessario que houvesse um homem que, vencendo difficuldades insuperaveis do escaler se arrojasse ao mar levando consigo o cabo desde a altura onde aquelle não pudesse mais chegar-se; que nadando supportando não pequeno pezo, se desenredasse das antenas e cabos do aparelho que até

grande distancia do navio fluctuavam; com a coragem e as forças necessarias para vencer os esforços desesperados das victimas que se afogavam.

"Esse serviço prestou um marinheiro da "D. Affonso".

"Luctando com innumeras difficuldades, poderam os escaleres transportar cento e sessenta pessoas (aliás cento e cincoenta e seis de bordo e mais 62 outras que se haviam lançado ao mar).

"Era encantador o quadro de ternura que se desenvolvia aos olhos de quem alli entrasse. Quem, a não saber, distinguiria em taes circumstancias as altas elevações que havia nesse pequeno numero de pessoas, todas distinctas cá no mundo, todas o que é mais, tão nobres de coração e tão dignas das benções de Deus lá no outro...? Vêde a princeza que supplica a um creado que lhe dê o que carece para tornar á vida o menino que tem nos braços! Vêde-a, que logo depois se apressa a buscar o que pôde, para o mesmo fim, aquella mesma que a pouco reverente lhe beijára a mão.

"Cortava o coração, ver como, banhadas em pranto se agarravam aos innocentinhos, despindo-os immediatamente, privando-se até de suas proprias roupas de abrigo, para confortal-as, e tudo isto ao som de mil caricias".

Dois dias depois desta lutuosa catastrophe o nosso ministro em Londres enviou ao Commandante Marques Lisboa, conjunctamente em nome do Imperador remettia-lhe a quantia de cem libras esterlinas para ser distribuida pela guarnição, expressando-lhe nessa occasião os agradecimentos pelo relevantissimo serviço que prestára.

Aquella quantia ia dar lugar a mais uma vez manifestar-se a verdadeira alma do marinheiro, sempre condoido pelas desgraças alheias. "Formou-se toda a tripulação, leu-se aquelle officio e quando começava o Commandante a lembrar a situação desgraçadissima em que se achavam aquellas a quem ella com tanta adhesão, se afanára para dar a vida, foi interrompida a sua laconica e expressiva allocução por muita vozes — Cedemos, Cedemos.

"E este — cedemos — queria dizer que o marinheiro, que o homem dos perigos como o pão azedo do trabalho, vive de privações, mas não quer ouro quando alguém precisa mais do que elle, pobrissimo, é só apreciado quando convidam para receber balas ou para livrar da morte centenaes de pessoas... este cedemos queria dizer que o marinheiro teme a miseria embora muitas vezes a affronte com stocidade; que enquanto esta não lhe bate no hombro cansado tambem não consente que vá esmagar o fraco e o necessitado".

O bravo e heroico Commandante não só recebeu agradecimentos da cidade de Liverpool como da "Liverpool Seamen Shipwreck Society" e pelo governo inglez um chronometro de ouro — *in commemoration of his gallant exertions on this melancholy occasion.*

A seguinte carta dirigida pelo principe de Joinville ao Lord Mayor de Liverpool, em resposta aos agradecimentos d'aquella cidade aos serviços prestados pelos nossos compatriotas, serve de registro ao facto.

Claremont, 28 Aout, 1848. — Monsieur — J'ai reçu la lettre que vous m'avez fait l'honneur de m'écrire au sujet du sauvetage de l'*Ocean Monarch*. Je ne merite point les eloges que vous voulez bien m'adresser. Passager seulement à bord de l'"Affonso" je n'ai été malheureusement que le témoin impuissant de la plus douloureuse des catastrophes, mais je vu tenter les plus nobles efforts d'arracher a une mort horrible de femmes et des enfants.

Qu'il soit permis de signaler a la reconnaissance publique les officiers et l'équipage de l'"Affonso" le natelot Jérôme, e surtout Monsieur Admiral Grenfell, dont le noble devouement m'a pénétré d'admiration. Ma femme me charge de vous exprimer toute ma reconnaissance pour les sentiments que vous avez bien voulu lui exprimer. Recevez Monsieur, l'assurance de ma haute consideration. Orleans His Worship the Mayor of Liverpool."

De regresso aportára ao porto do Recife e alli ainda mais uma vez ia o Commandante Marques Lisboa contribuir para abafar uma explosão de odios politicos, provocada pelos embates dos sentimentos liberaes contra os pertinazes partidarios do absolutismo. Ainda existiam resquícios de odios entre os denominadores, como se vê de uma proclamação assim concebida: Pernambucanos. O partido absoluto Miguelista, que se acha no poder, unido aos portuguezes do Rio de Janeiro e d'aqui, acaba de dar principio á obra da nossa escravidão, entregando as nossas vidas e propriedades aos nossos mais encarniçados inimigos — os portuguezes e os intitulados fidalgos Cavalcantis... A machina infernal fabricada pelo portuguez José Clemente está sendo posta em acção pelo presidente carrasco dos pernambucanos... Este presidente escolhido e comprado pelos portuguezes da rua da Quitanda para estrangular os pernambucanos entregando-os aos seus verdugos, está manifestamente procurando desempenhar esta horrivel missão: nenhum de nós escapará á perseguição e á morte". Presidia-a então Ferreira Penna

Revoltada a provincia de Pernambuco, cujos partidarios eram conhecidos por "praieiros" contra os "gabirús", conseguiu o General Coelho dominar a parte norte da provincia e propunha-se a fazer o mesmo quanto a parte do sul, onde se haviam concentrado em Agua Preta os revolucionarios.

Convencidos porem os revoltosos pelo deputado "praieiro" Dr. Felipe Lopes Netto de que melhor seria atacar a capital em consequencia de estar desguarnecida, foi acceito o alvitre e uma columna rebelde perto de 2.000 homens partio de Agua Preta a 27 de Janeiro e a 2 de Fevereiro atacava a cidade do Recife.

No porto achava-se uma divisão naval sob o commando do Capitão de Fragata Joaquim José Ignacio, (futuro visconde de Inhaúma) quando alli chegou a corveta "D. Affonso". Inteirado do que se passava immediatamente o seu commandante o Capitão de Mar e Guerra Graduado Marques Lisboa, como official mais graduado, tomou o commando de todas as forças navaes.

Os rebeldes acampados no engenho Mocotó, diz o periodico "A União" n. 72, ali se dividiram em duas columnas igualmente fortes... A que tinha de atacar a ponte de Caxangá pousou na ilha de Anna Bezerra, para onde foi pelos Remedios e ao pôr da lua passou-se para o *Aterro dos Afogados*, parte vadeando o rio e parte embarcada em canoas; a outra columna descansou no engenho Cordeiro, de onde marchou para Soledade, atravessando o rio Capiberibe.

Eram cinco horas da manhã quando rompeu fogo e foram simultaneamente atacados os dois pontos do Cabuga e do Olho de Boi. A columna que atacou o primeiro ponto era commandada por Pedro Ivo e nella vinham como chefes immediatos Lucena, Leandro, Borges da Fonseca, Feitosa e outros; a que atacou o outro ponto era commandada pelo faccioso Roma; a ella vinham addidos os deputados Antonio Affonso, Peixoto de Brito, Nunes Machado, Villela Tavares etc.

A inconveniencia da localidade, a desvantagem de se haver desmontada a peça logo ao primeiro tiro, unidos ao ferimento grave do Tenente-Coronel Francisco Carneiro e á superioridade incontestavel do inimigo, foram parte para que os rebeldes transpuzessem a ponte do Cabanga, entrassem no bairro de Santo Antonio e tomassem as ruas do Collegio, Queimadas, Largo do Rosario, Crespo, União, Cabugá, Nova Roda e Mundo Novo, unicas até onde puderam chegar ameaçando o palacio do governo e das quaes foram desalojados pela cavallaria, voluntarios, imperiaes marinheiros e soldados de policia, depois de renhido combate e apezar do fogo que partia de algumas casas fronteiras.

Durante esta porfiada luta um forte troço de rebeldes tentou atravessar a ponte da Boa-Vista, mas o passo lhe foi embargado com valor e denodo por alguns paisanos, á frente dos quaes se achavam o delegado do 2.º Districto

e o commandante dos voluntarios do Recife, e successivamente pelos imperiaes marinheiros, soldados do 4.º de artilharia e 5.º de fuzileiros.

Entrincheirados então nos dois pequenos muros que guarneceem a entrada da ponte pelos lados do nascente e do poente, bem como nos dois sobrados que lhe ficam em frente e em algumas casas baixas da rua do Sol, os rebeldes despediram contra a força da Boa-Vista um fogo mortifero; mas depois de porfiado combate, os nossos bravos avançaram e os desalojaram dessa vantajosa posição.

Ao mesmo passo que esta força avançava pela frente, foi o inimigo acomettido pelo flanco da rua do Sol e pela retaguarda, pela cavallaria, imperiaes marinheiros, voluntarios e policia.

Eram 2 horas da tarde e eis que o General Coelho, de improviso com a columna de seu mando entra pela cidade, depois de fazer marchas forçadas e vem decidir a victoria, já muito adiantada; mais ainda não segura.

Os rebeldes que não pereceram no combate, acutillados pela cavallaria que os perseguia, ou lançavam-se ao mar e ao rio, onde se afogaram, ou foram prisioneiros, ou se homisiaram em algumas casas donde foram depois, pela maior parte tirados...

Alguns episodios houve durante este ataque que por importantes merecem especial contemplação, taes são: 1.º, a heroica resistencia que a guarda nacional de Muribeca, em numero de 200 praças oppôz, defendendo o forte das Cinco Pontas, que os rebeldes atacaram durante todo o dia, entrincheirados em algumas casas fronteiras; 2.º a defesa do Arsenal de Guerra, predisposta e desempenhada com fortuna pelo bravo Major João de Araujo e Aguiar; 3.º a ajuda e cooperação dos brigues "Canopo", commandado pelo Primeiro-Tenente José de Mello Crista de Ouro; "Calliope", pelo Capitão-Tenente Antonio Carlos Figueira de Figueiredo, o cutter "Esperança de Beberibe", do commando do Segundo Tenente Antonio Carlos de Mello e Andrade, os quaes evitando poderosamente a invasão do arsenal de guerra e thesouraria, protegeram o movimento de nossas tropas e regular comunicação com esse e outros pontos. desalojaram os rebeldes de algumas casas de que faziam fogo, cortaram e impediram por fim a retirada dos mesmos, quando pretendiam passar para a ilha do Nogueira.

A segunda columna, tendo encontrado tenaz resistencia na Soledade foi tambem destroçada.

De accordo com o presidente Vieira Tosta, desembarcou o Capitão de Mar e Guerra Graduado Marques Lisboa de bordo do "D. Affonso" com um contingente e assumindo o commando das forças de desembarque relevantissimos serviços prestou, principalmente na expulsão dos revolucionarios do bairro de Santo Antonio, de parte do cujo se haviam apoderado. As baixas da força de marinha foram de treze imperiaes marinheiros, tres da marinhagem e um soldado naval. Foram feridos os 2.º Tenentes Francisco de Seixas Souto Major, Marcellino Gomes de Andrade, Bento José de Carvalho, Braz Dias da Costa, Joaquim José de Brito e Manoel Antonio Vidal de Oliveira; guardamarinha Antonio Orizombo Xavier de Azevedo e quarenta e oito praças.

Nessa luta veio mais uma vez revelar-se o character moral do valente official. Ao pronunciar-se a derrota dos *praieiros* e quando começavam elles a abandonar os pontos antes attingidos, dois delles foram feitos prisioneiros e sem mais processo, alem do dictado pelo encarniçamento da lucta e pelo odio gerado, já postados a um angulo de uma praça, esperavam do pelotão da legalidade a sentença proferida, que era o fuzilamento. Nisso á frente de um pelotão desembocava o Commandante Marques Lisboa, o qual vendo semelhante barbaridade, correndo, foi se collocar entre o pelotão prompto a disparar e os infelizes, intimando á baixar ás armas. Tomou a si os prisioneiros mandando-os para bordo e assim teve a ventura de os salvar.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, por aviso de 24 de Fevereiro foi louvado pelos importantes serviços prestados em Pernambuco, aviso esse publicado em ordem circular, n. 38 de 1 de Março.

Promovido ao posto de Capitão de Mar e Guerra effectivo por decreto de 14 de Março, continuou no commando da "D. Afonso". Por aviso de 10 de Abril seguinte foi novamente nomeado para membro da commissão encarregada do exame do armamento da Repartição da Marinha.

Pelos Avisos de 14 de Abril e 24 de Maio, teve conhecimento o paiz em geral e em particular a sua corporação, de que já era orgulho, do brilhante comportamento que tivera no salvamento dos passageiros do "Ocean Monarch", pois foram publicadas officialmente as traducções das notas enviadas pelos governos da Gran-Bretanha e dos Estados Unidos, elogiando-o e ao mesmo tempo agradecendo-lhe os serviços por elle prestados naquella lugubre catastrophe; antes, por aviso de 10 de Maio, já lhe havia o governo permitido accceitar o chronometro de ouro que pelo mesmo motivo lhe havia offertado o governo inglez:

O commandante Lisboa em cujo peito já estrellavam as condecorações de dignatário da Ordem da Rosa, passado o diploma em virtude do decreto de 18 de Julho de 1841, de official da Ordem do Cruzeiro, decreto de 18 de Julho de 1841, foi elevado a dignatário dessa mesma Ordem, em attenção aos serviços prestados em Pernambuco.

No Rio de Janeiro, ao prestar contas de sua gestão, apresentou uma conta de um serviço de porcellana e crystaes fornecido ao navio para condignamente servir às reaes pessoas que mantivera a bordo. Julgando excessiva, determinou o ministro que fosse a mesma devolvida. Não se conformou o honrado chefe, com semelhante proceder e sem outra consideração rasgou as contas entrando com o valor reclamado para os Cofres da Contadoria de Marinha, declarando que mais alto estava a sua dignidade de commandante que sabia presar-se e honrar a marinha a que pertencia.

Antes de deixar Pernambuco officiou ao ministro da marinha nos seguintes termos:

Copia — Ilmo e Exmo Sr. — Tendo este Vapor de transportar de Pernambuco para esta Corte duzentos e vinte e seis praças além de sua guarnição, não achei prudente fazer a viagem sem que trouxesse algum facultativo para tratar em caso de precizão, e como ali se achasse com licença o 2.º Cirurgião de Numero da Armada Francisco Marciano de Araujo Lima, e este se offerecesse para embarcar neste Vapor, acceitei-o a este bordo na qualidade de Cirurgião do navio até esta Côte. Elle não trouxe a sua Guia do Arsenal de Pernambuco; mas o Inspector ficou de a remetter na primeira occazião que se proporcionasse. Deos Guarde a V. Ex. Bordo da Fragata a Vapor "Afonso" — surta no porto do Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 1849. Ilmo. e Exmo. Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello. — (Assignado). *Joaquim Marques Lisboa*, Capitão de Mar e Guerra Graduado Commandante.

Copia — Ilmo. e Exmo. Sr. — Quando entrei neste vapor para o porto de Pernambuco fui logo apresentar-me ao Exmo. Presidente da Provincia do qual soube o critico estado da Capital da mesma, ameaçada de ser invadida pelos rebeldes, que occultando a sua marcha sobre ella tinham assim escapado da perseguição que soffrião das forças Legaes, sob o commando do commandante das Armas daquella Provincia. Offreci-me desde logo a S. Ex. para que me empregasse como julgasse conveniente no caso que os rebeldes effectuassem o louco ataque que se dizia projectavão fazer.

A's 9 horas da noite desse mesmo dia me communicou o Capitão de Fragata Joaquim José Ignacio que o Exmo. Presidente pedia o desembarque das praças de marinha, por ter noticia de que os rebeldes estavam em marcha sobre a Cidade. Desembarcou logo o mesmo Capitão de Fragata com toda a força disponível dos navios sob seu commando; e desembarquei eu com os

Segundos Tenentes Genuino Augusto de Barros Torreão e José da Costa Azevedo, em dois escaletes guarnecidos com gente armada e 20 praças mais. Dirigi-me com esta força toda para Palacio aonde me apresentei ao Presidente para que me empregasse como quizesse.

Na manhã do dia 2 do corrente quando se realiso a ousada entrada dos rebeldes no bairro de S. Antonio, favorecida pelos grupos que tinham dentro do dito bairro, e que de ruas e de casas surprehenderão nossas forças dispersas, obrigando-as a se retirarem sobre Palacio; deliberou o Presidente encarregar-me de ajudar ao benemerito Commandante Superior da Guarda Nacional, Francisco Jacintho Pereira a expellir os rebeldes das posições que occupavão proximas a Palacio e hostilizar-as o mais que pudesse. De combinação com o dito Commandante Superior fiz avançar a força de marinha pelas ruas situadas em frente de Palacio, ajudadas pelas que tinha o dito Commandante Superior, ficando nós immediatamente senhores de todo terreno entre a praça da União até a rua do Sol do lado da Boa Vista. Então resolvemos sustentar estas posições até que se approximassem as forças que acompanhavão ao Sr. Commandante das Armas, para ajudadas dellas e das disponiveis da Boa Vista, cercarmos de todo os rebeldes e reduzil-os a renderem-se todos ou perecerem.

A's onze horas sentimos avançar a força da Boa Vista pela ponte que a liga ao bairro de S. Antonio: avançámos então por todas as pontes para a rua nova, onde fizemos junção com as forças que entrarão da Boa Vista.

Eu tomei pela rua da Concordia com a força de marinha e varios cidadãos armados; atacámos e occupámos o Convento do Carmo, e avançando muito alem delle, desalojando de varios beccos e casas muitos grupos de rebeldes que os occupavão. E como fosse necessario sustentar todas as boccas de taes beccos e algumas casas para com segurança podermos avançar; o que tambem não era prudente fazer sem que tivessemos huma linha compacta, avançando de accordo de hum a outro lado do bairro, resolvi conservar os pontos occupados, e passando ao lado do Palacio velho, fui d'ahi com huma força de Voluntarios atacar o largo do Livramento, d'onde desalojámos os rebeldes, não avançando mais por falta de gente para occupar os pontos que tomassemos.

Passei-me outra vez á rua da Concordia onde as forças de marinha continuavão a sustentar hum tiroteio com os rebeldes acobertados por um forte muro. Tomámos mais alguns beccos e casas, e como chegasse o Snr. Coronel Bezerra com huma peça de artilharia e hum Batalhão e começasse a bater o dito muro, continuámos a sustentar o tiroteio até que as forças do Snr. Commandante das Armas incorporadas ás nossas, desalojarão os rebeldes de todas as posições, e pozerão-se em completa fuga e debandada.

O Capitão de Fragata Joaquim José Ignacio desde o meio dia sustentou o ponto do Pateo do Convento do Carmo, desalojando de varios lugares os rebeldes. Neste e em todos os lugares porque passou e teve de se bater, portou-se sempre com o valor e denodo proprio de um official experimentado, e de reputação feita no Corpo da Armada.

Todos os Officiaes e praças da Marinha que commigo se acharão mostrarão-se dignos de pertencerem á Corporção que desde a Independencia até o presente têm sempre mostrado sua dedicação e lealdade a augusta Pessoa de S. M. o Imperador, e resolução firme de defender as instituições do Paiz em toda parte em que são atacadas.

Não mencionarei os nomes dos officiaes e mais praças da força que achei estacionadas em Pernambuco por deixar isto ao respectivo Commandante que devidamente tudo terá já communicado a V. Ex.; recommendarei por mim os 2.^{os} Tenentes Genuino Augusto de Barros Torreão e José da Costa Azevedo da guarnição deste Vapor, pelo valor e coragem com que se houverão, e pontualidade que obedecião as ordens que lhes dava. Outro tanto me cumpre fazer dos quatro individuos de que consta a relação inclusa que forão feridos em combate.

Deos Guarde a V. Ex. Bordo da Fragata a vapor "Affonso" surta do Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 1849. Ilmo. e Exmo. Sr. Manoel de Souza e Mello. — (Assignado). *Joaquim Marques Lisboa*, Capitão de Mar e Guerra Graduado Commandante.

Relação nominal das Praças deste Vapor que forão feridas em combate, de que trata o officio desta acta:

1.^{as} Marinheiros Theodoro Joaquim Thomar e José Pereira.
Grumetes Ricardo da Cruz e Domingos Antonio Francisco.
N. B. — Os dois ultimos ficarão no Hospital de Pernambuco.

Bordo da Fragata a Vapor Affonso surta do Rio de Janeiro 20 de Fevereiro de 1849. — (Assignado). *Joaquim Marques Lisboa*, Capitão de Mar e Guerra Graduado Commandante.

No ancoradouro do Rio de Janeiro estava fundeada a corveta á vapor "D. Affonso" quando desabou na madrugada de 5 de Março uma violenta tempestade começando por furiosos tufão de N.O. saltando em seguida para S.O.

Em demanda do porto vinha a não portugueza "Vasco da Gama", que surprehendia pela furacão teve sua mastreação completamente desarvorada, ficando a mercê do vento, batida pelos enormes vagalhões que quaes serras moveis tangidas violentamente a sacudiam de maneira incrível, ameaçando-a de sossobrar.

Avistada pela manhã, mandou o commandante Marques Lisboa accender os fogos de seu navio e sem se arreceiar da furia da tempestade, suspendeo ancoras para levar soccorros. Approximando-se ás duas horas da tarde da não que se achava fundeada com toda a amarra fóra *para poder erguer-se sobre as vagas alterosas que batiam de enfiada*, debalde, porém. A violencia do mar não lhe permittio e durante o resto do dia procurou passar-lhe um reboque. Sobre a direcção do Primeiro Tenente Lucio de Araujo foi arriado um escaler, mas este, antes de ser desprendido das talhas, foi sacudido e arrastado por um enorme vagalhão que o fez sossobrar, salvando-se felizmente, porem á custo, sua guarnição.

A "Vasco da Gama", de seu lado não podia arriar embarcação alguma, tendo-se-lhe arreventado os cabrestos, gurupés e mastros, os havia perdido quasi todos.

Pela manhã do dia 6, renovou o commandante da "D. Affonso" o seu proposito, apezar de continuar o temporal, se bem que menos tempestuoso. Tendo conseguido ás 4 horas, depois de afanoso trabalho, passar o cabo de reboque, ás 6 horas da tarde entrava triumphante á barra, trazendo a "Vasco da Gama", fundeando no ancoradouro.

Este acto de abnegação do illustre marinheiro, valeo-lhe da colonia portugueza estabelecida no Rio de Janeiro a offerta de uma espada de ouro com lidima dedicatoria e do governo portuguez com uma condecoração.

Por Aviso de 6 de Junho de 1849 foi exonerado do commando da "D. Affonso", como pedira, desembarcando cinco dias depois.

Exercia desde 9 de Março de 1848 o cargo de Ministro e Secretario da Marinha o Deputado, Major Manuel Felizardo de Souza e Mello, o mesmo que como presidente do Maranhão, tivera occasião de conhecer o Commandante Marques Lisboa. Exonerado a 14 de Maio, por decreto de 9 de Setembro ainda em 1848, novamente foi nomeado para exercel-o, até que em Julho de 1849, deixou a pasta da marinha para só exercer a da guerra.

Distinguido o ministro pelo governo portuguez com a gran cruz da ordem real militar de N. S. Jesus Christo, por decreto de 18 de Outubro de 1849 — em solemne testemunho do apreço que teve e parte activa que na qualidade de ministro e secretario de estado dos negocios da marinha de guerra brasileira, por occasião do desarvoramento da não portugueza "Vasco da Gama" em frente ao porto do Rio de Janeiro — não foi esquecido o illustre marinheiro que teve a commenda da "Torre Espada" por parte daquelle governo e por

expontaneidade dos seus subditos residentes no Rio de Janeiro o offerecimento de uma espada de ouro, que se lhe permittio que a acceitasse por aviso de 9 de Abril de 1850.

Nomeado membro da commissão encarregada do exame dos Depositos de Madeiras da Intendencia da Marinha do Rio de Janeiro, por Aviso de 1 de Agosto de 1850, entregou-se com actividade á incumbencia que lhe fôra commettida, até que por outro aviso de 19 de Setembro foi della exonerado para assumir o commando da fragata "Constituição", cujo commando assumio a 22 do mesmo mez. Preoccupado o nosso governo com o que se passava em Buenos Ayres, determinou que uma commissão presidida pelo chefe de esquadra João Taylor e composta de chefe de divisão Frederico Mariath, e Capitães de Mar e Guerra Marques Lisboa e Joaquim José Ignacio, á vista dos navios existentes e considerada a força naval da Republica Argentina, informasse com urgencia quaes os navios que deveriam ser empregados no Rio da Prata, em caso de guerra; como haviam de operar; qual o meio de proteger dos corsarios argentinos as nossas embarcações mercantes, principalmente do cabo de S. Agostinho para o sul e que força naval deveria haver na Estação do Norte, declarando a maneira por que seriam armados os ditos navios, em ambos os casos.

Tendo sido nomeado o Chefe de Divisão Pedro Ferreira de Oliveira que commandava a divisão naval do Rio da Prata para presidente da provincia do Rio Grande do Sul, foi lembrado para substitui-lo o Capitão de Mar e Guerra Marques Lisboa o qual foi nomeado por aviso de 29 de Novembro, deixando por essa razão o commando da "Constituição" em 1 de Dezembro.

Preparou-se o projecto official para assumir o posto de alta responsabilidade que lhe estava reservado em manter o prestigio da nossa diplomacia referente a assumptos de alta monta quaes o de supplantar os designios de Rosas, de impedir a navegação do rio da Prata, cuja liberdade de navegação havia o Brazil consagrado na lettra do tratado de 27 de Agosto de 1828 e que aquelle dictador combatia tenazmente, como se vê dos tratados de 24 de Novembro de 1849 e 31 de Agosto de 1850, impostos á França e a Inglaterra, que o acceitaram.

Infelizmente acommettido o commandante Marques Lisboa de grave enfermidade, teve, dezenove dias depois, de deixar aquelle commando, conforme pedira.

Em 29 de Setembro de 1851 obteve licença para se convalescer em Nova Friburgo, onde por algum tempo residio.

Promovido a Chefe de Divisão por decreto de 3 de Março de 1852, por outro de 6 de Setembro foi nomeado Capitão dos Portos da Cidade e da Provincia do Rio de Janeiro, em cujo cargo entrou a 16, em substituição ao Chefe de Divisão Pedro Ferreira de Oliveira.

O seu alto posto na marinha em nada modificou o seu ardor juvenil; foi o homem de sempre que não sabia dominar seus impulsos bemfazejos. Por isso cabe aqui relatar um facto, rosario de muitos que dizem do seu altruismo. Na noite de 7 de Setembro de 1852, tendo sahido de casa em busca de remedios para a sua esposa, gravemente enferma, desabou tremenda trovoadade de N. O. que fez garrar navios e naufragar pequenas embarcações. Ao passar o Chefe de Divisão Marques Lisboa pela praia de Santa Luzia, ouviu gritos que partiam do mar, implorando soccorro. Sem consultar mais que o seu coração, o arrojado chefe e denodado marinheiro lançou-se ao mar e affrontando as desabaladas ondas açoitadas por forte ventania foi em busca de dois pretos tripulantes de uma canoa que havia naufragado. Conseguiu depois de lucta tenaz trazer-os á praia do Flamengo.

Não estava ainda concluida a sua missão, em criticas condições se achavam as equipagens de uma barca ingleza e de um brigue nacional, cujas embarcações haviam virado. Metteo-se Marques Lisboa em um bote e os salva. Este facto vem narrado no "Morning Post" de Londres, de 22 de Novembro de 1852

e no "Constitucional" de Paris de 26 do mesmo mez e anno. O "Journal des Debats" da epoca, conta que — "le brave marin Joaquim Marques Lisboa, frère du ministre du Brésil à Paris, monté sur une frele chaloupe, avait sauvé l'équipage d'une barque anglaise, et d'un brick bresilien, alors même qu'un bateau à vapeur n'avait cru pouvoir affronter un épouvantable orage. Ce nouvel acte de courage et de dévouement avait dignement célébré l'anniversaire du jour où le vaisseau le "Vasco da Gama" fut sauvé du naufrage".

No exercício do cargo de Capitão dos Portos da Capital e da Provincia do Rio de Janeiro continuou o Chefe de Divisão Marques Lisboa, tendo mais por decreto de 13 de Abril de 1853 a nomeação de membro da comissão encarregada da administração da Obra do Asylo de Invalidos da Marinha. Por aviso de 23 de Agosto de 1854 foi nomeado para substituir o Inspector do Arsenal de Marinha durante o seu impedimento, continuando no entretanto a exercer o de sua nomeação.

Para o lugar de Inspector do Arsenal de Marinha passou definitivamente por decreto de 8 de Novembro, em cujo cargo foi promovido por decreto de 2 de Dezembro ao posto de Chefe de Esquadra.

Por aviso de 11 de Janeiro do anno seguinte foi nomeado membro da comissão de exame de organização do pessoal e material da armada, pertencendo à primeira secção. Por decreto de 14 de Março desse mesmo anno foi nomeado Veador de Sua Magestade a Imperatriz.

Ao posto de Vice-Almirante foi promovido por decreto de 2 de Dezembro de 1856, sendo então dispensado, por perdido, da comissão de que era membro.

Preocupado o governo com a mudança do Arsenal de Marinha para local apropriado e estabelecimento de um dique mecanico, porem dentro do porto do Rio de Janeiro, idéa esta que infelizmente ainda hoje não está amadurecida, pois do mesmo problema actualmente se cogita, resolveo nomear uma comissão para tal fim, e para membro della foi por aviso de 16 do mesmo mez de Dezembro nomeado o Vice-Almirante Marques Lisboa.

Sobre o dique mecanico de que reza o aviso, não era mais do que o systema de Morton para suspender navios a uma carreira e d'ahi o nome de "Mortona" pelo que entre nós é conhecido.

Sentindo sua saude alterada e ainda em estado grave sua esposa, que exigia intervenção cirurgica para o mal que a affligia, pediu e obteve licença com soldo para ir a Europa, a qual lhe foi concedida por aviso de 26 de Maio, pelo que foi exonerado do lugar de Inspector do Arsenal de Marinha, como pedira, por Decreto do dia anterior.

O caminho que tomava a politica platina em relação ao Brasil fazia com que os nossos homens de governo prestassem vistas attentas.

Havia no Brasil pela sua intervenção em 1851 destruido os planos do dictador Rosas, de annexar a republica do Uruguay e depois o Paraguay e ainda com velleidades de invasão ao Rio Grande do Sul.

A queda de Rosas porém não amorteceu a malquerença existente contra nós; o proprio General Urquiza, quando em 1855 deu-se a intervenção no Paraguay, para obter reparações das affrontas dirigidas ao nosso ministro Pereira Leal e dar livre navegação do Paraguay e Paraná (missão do chefe de esquadra Pedro Ferreira), missão essa que se mallogrou, foi um dos primeiros a protestar contra o direito que nos fôra assegurado ao livre transito d'aquellas aguas, com a circumstancia de ter sido por elle mesmo sancionado com sua assignatura antes da guerra contra Rosas. De seu lado o governo de Buenos Ayres, então separado da confederação, tambem havia protestado

Isolada se achava a provincia de Matto Grosso desde os ultimos tempos coloniaes; pois alvarás regios, haviam mandado trancar os caminhos então existentes que a ella iam ter e communicavam com o Pará, para evitar o contrabando de ouro.

Desde então não mais transitaram pelo Madeira, Mamoré, Guaporé, Aguarpeterehy, Alegre, Juarú e Paraguay as montarias que do Pará levaram a can-taria vinda de Lisboa, para as portadas do forte do Príncipe da Beira.

Por estes caminhos foi o ultimo a passar o Capitão General, Moura Rollim. A unica via de comunicação passou a ser dependente de estranhos que a fiscalisavam em detrimento nosso. Existia desde de 1821 a comunicação pelos rios Tieté, Paraná, Paraguay e Camapuan.

Para pôr em estado de defeza aquella provincia longiqua, foi mandado estabelecer um estaleiro naval, afim de construir-se canhoneiras proprias á navegação, policia e defeza da provincia, visto Carlos Lopes, no intuito de obter do Brazil o reconhecimento da linha de limites que imaginava para o seu paiz, oppor-se a franca navegação do rio Paraguay.

O conhecimento pratico que teve o chefe de esquadra Pedro Ferreira de que os navios que possuíamos eram de demasiado calado para aquella navegação e que em epoca da vasante das aguas poderiam ficar bloqueados, levou o nosso governo a cuidar da construcção de navios proprios para em qualquer epoca do anno por elle navegar.

Acertada foi a medida, e havendo necessidade immediata desses navios foi lembrada a permanencia do Vice-Almirante Marques Lisboa na Europa para se encarregar da escolha dos estaleiros e respectivos contractos e ainda de engajamento de diversos operarios para servirem na provincia de Matto Grosso e de 200 marinheiros belgas para o serviço da Armada. Para que attendesse a esses serviços foi-lhe arbitrada uma gratificação, aliás muito justa, pois se achava licenciado e a soldo simples.

Com aquella actividade e sagacidade que lhe eram tão peculiares pôz-se a campo o Vice-Almirante Marques Lisboa, visitando e prescutando tanto na Inglaterra como na França os estaleiros navaes e os constructores de mais nomeada, inquirindo dos chefes navaes d'aquellas nações sobre o valor de cada um delles. Assim orientado, procurou por si só, sem interferencia de intermediarios, dar cabal desempenho da commissão que em tão boa hora lhe fôra confiada.

Aos estaleiros de Mr. Richard & Henry Green e de Henry Pitcher, ambos na Inglaterra entregou a construcção de oito canhoneiras, quatro em cada um delles, e suas respectivas machinas motoras respectivamente ás firmas Ravenhill Salhedz Com.^a e John Penn & Son.

Em 14 de Maio de 1858, communicou ao ministro da marinha que era então o conselheiro Saraiva que devendo as canhoneiras "Ibicuby", "Itajaly", "Mearim" e "Tieté", achar-se no porto de Lisboa por occasião de alli chegar a Rainha de Portugal D. Estephania para prestar-lhe honras, havia deliberado dar o commando d'aquella nossa força naval ao Capitão de Fragata José Secundino Gomensoro, com ordem de regressar a Londres logo que houvesse cumprido a commissão de que o incumbira. Com elle foram os Segundos Tenentes Saldanha da Gama, Peixoto, Montaury, Barros e Carneiro da Rocha, os quaes tambem deviam regressar para preparar as outras quatro canhoneiras que brevemente deveriam partir. Estas quatro canhoneiras chegaram ao Rio de Janeiro em 1 de Julho.

Teve satisfação o Vice-Almirante Marques Lisboa de receber carta particular do Conselheiro José Antonio Saraiva de 14 do mesmo mez, dizendo-lhe "que muito haviam agradado a elle e aos entendidos as canhoneiras".

A' aquelle conselheiro em resposta dizia que muito havia estimado a approvação do baptismo que receberão as canhoneiras feito pelo Cardeal Wiseman e a promessa que lhe fazia de lhe dirigir um agradecimento official "Não pensa V. Ex. que seja um acto digno de munificencia Imperial condecorar o Cardeal com a Gran-Cruz da Ordem de N. S. Jesus Christo, bem como o bispo do Mexico, e com commendas aos monsenhores e padres que o ajudarão no acto? Estou que, se no Decreto de concessão se fallar só em Cardeal Wi-

seman (e nomes dos outros) sem se mencionar o titulo de Arcebispo de *Wesminster* o Governo Britanico não negará a elle a faculdade de usar da insignia, mas quando a negue, o cardeal conservará em sua sala como prova da benignidade do Monarcha Brasileiro, e isto me parece dever agradar ainda mais aos Catholicos Inglezes que se elle as podesse usar por consentimento do Papa Protestante”.

“Vejo que os contractos que celebrei com os constructores não agradarão ao Sr. Augusto de Oliveira, que dos seus profundos estudos sobre marinha, nas *Res Vistas*, que é tudo o que elle julga preciso para conhecimento das artes e sciencias, conclue que o valor da construcção militar com solidez propria para resistir ao choque de forte artilharia e encalhadas em rios de pouca agua deve ser do mesmo valor que a de simples embarcações de carga.

“Agradeço infinitamente a V. Ex a bondade com que defende-me de tal agressor, e o querer tomar a responsabilidade d’aquillo para que me concedeu illimitado poder.” (9 de Setembro . Londres).

Em 9 de Junho agradecia a gratificação de 600 libras que se lhe mandou abonar afim de indemnisar os gastos feitos com passagens de estrada de ferro e outras despesas feitas em serviço de fiscalisação. Dizia o illustre e honrado chefe que o que havia solicitado anteriormente para aquelle fim não indemnisaria os gastos feitos, mas sim ajudaria ás despesas com o seu tratamento e na commissão em que se achava era obrigado a manter-se com decencia; a convidar para a sua meza os que o acompanhavam em serviço e uma ou outra vez tambem a companhia de algumas destas *firmas* com que trata. Foi para resarcir o que demais havia gasto com estas indispensaveis despesas de tratamento que pedi auxilio a V. Ex., como meu chefe, pois ao meu governo não me vexo de pedir o que preciso, pois somente delle quero receber o preciso e ser independente de todas estas entidades com quem possa ter relações, quaesquer que sejam.

“Peço pois a V. Ex. se digne esclarecer a Contadoria de Marinha á respeito da natureza desta gratificação, afim de que nem siquer ex-officio me tenha por duplice em haver dinheiro do Estado.”

Nessa mesma occasião communicava que havia oito dias estavam promptas as canhoneiras “Araguary”, “Iguatemy”, “Araguay” e “Ivahy”; só esperavam completar as guarnições para poderem seguir, pois contavam cada uma dellas sessenta a setenta praças, e que até o dia 20 contava completal-as a cem. A difficuldade estava em haver falta de pessoal, por haver o governo inglez augmentado a sua frota; apesar dos agentes do governo andarem em todas as partes do Reino no serviço de recrutamento, ainda assim a nau “Malbrought” estava, havia mais de um mez em Portsmouth, esperando completar a sua guarnição e outras quatro em Plymouth soffriam da mesma causa.

As canhoneiras vão, dizia, carregadas de projectis de guerra, cujo pezo excede a trinta tonelladas em cada uma. No numero dellas vão os comprehendidos que por ordem do V. Ex. comprei neste Reino para abastecimento de nossos Armazens, de que darei conta especial.

“V. Ex. terá já sob suas vistas as canhoneiras “Ibicuhy”, “Itajahy”, “Mearim” e “Tieté” e pelas informações dos respectivos commandantes estará ao facto de suas qualidades nauticas. Tanto estas, como as quatro canhoneiras que estão á partir foram por tal fórma carregadas com projectis que levão que não poderão obter a arrumação mais coveniente, e só quando forem reduzidas a ter á bordo o que lhes possa competir, por seu estado de armamento, poderão por sua arrumação interior attingir a linha de fluctuação mais conveniente á sua marcha e estabilidade. Por intermedio da casa José P. de Sá & Cº, estabelecida em Londres, remetteo o Vice-Almirante no “Ocean Eagle” 2000 cartuchos de 8” a 250 caixas de granadas de 8 pollegadas e pela “Nameany” 1072 caixas de cartuchos e 150 de granadas.

Não só aos estaleiros inglezes confiou o Vice-Almirante a construcção dos navios encomendados. Por boa politica, tambem á França recorreu encomendando aos estaleiros de M. Normand, duas canhoneiras que receberam respectivamente os nomes de "Belmonte" e "Parnahyba".

Haviam partido as ultimas quatro canhoneiras construidas na Inglaterra e já em 18 de Setembro participava ao governo que haviam sido lançadas ao mar, no Havre, em França, a primeira á vapor "Belmonte" no dia 11 e no dia 13 a segunda a "Parnahyba"; ambas haviam cahido perfeitamente bem, já com as machinas montadas sem que tivessem berços, ou feitos, conforme a nossa antiga praxe, ainda em uso na Inglaterra; pouca differença, dizia elle, havia entre o systema de M. Normand e o usado pelo constructor Wandembush, na Bahia, quando lançou ao mar as corvetas "D. Januaria" e "D. Francisca".

Referindo-se ás caldeiras, dizia: que seriam cobertas com a — *plastique ciment de Mr. Piment* — experimentado com vantagem em seis vapores que navegavam do Havre para portos da França e já admittido pelo fabricante John Penn em embarcações por elle preparadas na Inglaterra. Explicava as vantagens dessa adopção pelo aproveitamento de todo o calor produzido, e tornar mais fresco e habitavel a praça das caldeiras, o que era de grande importancia para os logares intertropicaes. Referindo-se ao constructor Mr. Normand dizia: "que continuava a justificar o que lhe haviam dito todas as autoridades da marinha franceza: faz tudo com verdadeiro amor de artista, que na boa qualidade e perfeição de sua obra vê seu verdadeiro ganho: nada faz com pressa, e seus operarios tanto trabalham em sua presença como na ausencia. Conto que a "Belmonte" e "Parnahyba" nos servirão para introduzir muitos melhoramentos na nossa marinha e fornecerão bases para grande economia no apresto e custeio de nossos navios".

Em aviso de 26 de Agosto lhe foi ordenado que se retirasse para o Rio de Janeiro logo que tivesse concluido a proptificação dessas ultimas canhoneiras, sendo exonerado desde aquella data das commissões em que se achavam os officiaes que o coadjuvaram.

Cumprida esta ultima parte, pediu licença o Vice-Almirante para deixar de fazel-o quanto ao que lhe dizia respeito, porque quando pediu licença ao Governo Imperial para ir a Europa, foi com o fim de obter melhoras, se não completa cura, de seus soffrimentos de gota rheumatica e inflamações chronicas do estomago e intestinos e principalmente, para cuidar da saude de sua esposa, atacada de carie facial.

Que pretendia aproveitar a sua estadia na Europa para visitar os portos e estabelecimentos navaes, e estudar a utilidade do que nelles achasse de novo, e que lhe parecesse conveniente introduzir em nossos Arsenaes para á respeito communicar ideias ao Governo Imperial.

Que, como julgasse poder fazer, estando simplesmente á soldo, pois já conhecia a Europa e por experiencia sabia que não era com introduções officiaes nos Estabelecimentos nem com simples passeios nestes que se poderia conhecer das innovações e melhoramentos introduzidos na arte militar, mas sim por meio de relações particulares e convencia amigavel com os empregados das repartições e pessoas profissionais, o que só se obtinha por meio de convites para reuniões e outros obsequios dispendiosos; havia pedido ao antecessor do conselheiro Saraiva na pasta da marinha o auxilio de uma gratificação que o podesse habilitar a sustentar taes relações, e mesmo lhe proporcionar decente tratamento.

Que, houve por bem o actual ministro conceder-lhe a gratificação de obter dez canhoneiras para a nossa Armada, e um vapor de ferro para navegar no Paraná, o que pela urgencia com que as exigio, forçou-o a encomendal-as em diversos e distantes estaleiros, empregando portanto em quasi todo o seu tempo para percorrer e andar de uns para outros de taes estaleiros afim de inspecionar as construcções sem que quasi lhe restasse tempo algum para cuidar convenientemente de si e de sua familia.

Que, havia pois ficado privado de cuidar de sua saúde e dos estudos a que pretendia dedicar-se, e ainda que melhorasse sua senhora do grande mal, soffria e gravemente os efeitos do tratamento.

Que não tendo obtido nenhum dos fins que o levára á Europa e que seria imprudencia expôr sua mulher no estado de prostração e debilidade em que se achava, quando lhe era de absoluta necessidade o maximo cuidado, repouso e tratamento adequado, a uma viagem por mar no rigor do inverno, por esse motivo e pelos expostos, pedia para que fosse relevado o seu não regresso, como se lhe ordenava: e como julgasse necessario demorar-se na Europa por mais algum tempo, pedia que o ministro obtivesse permissão do Imperador para que continuasse a gozar a licença que lhe fôra concedida. Sabia da incompatibilidade que se dava por ser membro effectivo do Conselho Naval, por isso pedia que fosse obtida a dispensa desse cargo para poder cuidar do fim principal que o levára a Europa.

Que, esperava que seu proceder não o apoucaria no conceito do Governo Imperial, pois por mais de 35 annos que contava de serviço effectivo sempre o honrou com a sua confiança e distinguido com honras e todas as promoções por escolha.

Em 2 de Dezembro, do porto do Havre sahiram as canhoneiras á vapor "Belmonte" e "Parnahyba" para as experiencias de machinas e conhecimentos de suas qualidades nauticas achando-se á bordo o Vice-Almirante Marques Lisboa, de cujo resultado scientificou ao governo.

Para navegação do Rio Paraná, não se descuidou o nosso governo de encomendar navios apropriados. Assim é que foram encomendadas as canhoneiras fluviaes de ferro "Anhambay" e "Tramandaty" que foram armadas em nosso paiz.

A 17 de Junho de 1859 apresentou-se ao Quartel General de regresso da Europa.

Tendo deliberado D. Pedro II, visitar as provincias do norte, foi nomeado por aviso de 2 de Setembro desse mesmo anno para commandar a esquadra que havia de acompanhar os imperantes n'aquella viagem e por essa razão, foi exonerado como pedira, de membro effectivo do Conselho Naval, por decreto de 13 e communicado por aviso de 15 do mesmo mez.

Para conduzir a familia imperial foi escolhido o vapor "Apa" e compunha-se a esquadra que o devia comboiar das seguintes bellonaves "Amazonas", onde içara o seu pavilhão o Vice-Almirante Marques Lisboa; "Paraense" e "Belmonte" e no dia 1º de Outubro fizeram rumo á Bahia, onde chegaram.

Da capital daquella provincia seguiu o imperador para o Recife.

De regresso fundeou a divisão no porto de Tamandaré, no dia 21 de Novembro. Aproveitando-se da oportunidade que se lhe apresentava de cumprir um piedoso testemunho de amor fraternal, pediu licença o Vice-Almirante Marques Lisboa ao Imperador para transportar em seu navio os restos mortaes de seu irmão, cujo corpo fôra exhumado no cemiterio daquella localidade, afim de deposital-os no tumulo da familia, existente no cemiterio do Cajú no Rio de Janeiro. Inquirindo o Imperador da razão de se achar seu irmão alli enterado, com toda lealdade explicou Marques Lisboa, pormenorizando o referido anteriormente. Ordenou então o Imperador que, em memoria do militar valente e pundonoroso, embora batendo-se por causa opposta a monarchia, fossem os restos mortaes do Major Marques Pitanga, trasladados para bordo com todas as honras militares.

De regresso ao Rio de Janeiro, por aviso de 14 de Fevereiro de 1860 foi mandado elogiar e bem assim os commandantes e officiaes dos navios que formaram a esquadra que acompanhou a familia imperial ás Provincias do Norte do Imperio, por haverem bem desempenhado tão honrosa commissão.

Dos dias depois deixou o commando da esquadra.

O Vice-Almirante Marques Lisboa que havia deixado sua família na Europa, para attender a ordem de regresso, logo em seguida ao deixar o commando da esquadra pediu e obteve nova licença, com soldo para ir buscá-la, a qual lhe foi concedida por aviso de 7 de Março de 1860.

Para galardoar os extraordinarios serviços do illustre marinheiro que em todas as commissões se houve com intelligencia, valor e nunca desmentida honradez, em Conselho propôz ao Imperador o então ministro da marinha, que era Francisco Xavier Paes Barreto que lhe fôsse concedido o titulo de barão do Rio Grande do Sul. Discordou o Imperador, dizendo: que o titulo a conferir-lhe, seria o de barão, e com grandeza, de Tamandaré, em recordação da gloriosa morte de seu irmão.

Concedendo-lhe semelhante titulo não quereria D. Pedro II por acaso, lembrar ao preclaro servidor da patria que sabia esquecer aggravos feitos a sua dynastia? Não lembravam outros vultuosos feitos praticados pelo valente homem de guerra, para lhe servirem de brazão? Como não nos é permittido tirar illações de semelhante acto, aqui ficamos.

Voltou assim o Vice-Almirante a Europa, já titular por decreto de 14 de Março do 1860 e sete dias depois, nomeado Conselheiro de Guerra.

De regresso da Europa, vindo no clipper francez *Petropolis* apresentou-se ao Quartel General em 13 de Novembro do mesmo anno, em substituição ao Chefe de Divisão Joaquim José Ignacio foi por decreto de 21 do mesmo mez sendo nomeado Ajudante de Ordens do Ministro e encarregado do Quartel General da Marinha entrando em exercicio em 26 do mesmo mez, e nelle conservou até 25 de Setembro do anno seguinte, passando o respectivo cargo ao Chefe de Divisão Jesuino Lamego Costa, futuro barão de Laguna. Pelo artigo 2º do Regulamento do Quartel General de Marinha, baixado com o decreto n. 2.536 de 25 de Janeiro de 1860, eram assim chamados os officiaes generaes chefes do Quartel General da Marinha.

Por portaria da data em que foi nomeado para Encarregado do Quartel General, foi-lhe concedida licença para usar da insignia da Gran-Cruz da Ordem Imperial de Francisco José, com que foi agraciado por Sua Magestade Apostolica.

Por aviso de 2 de Abril de 1861 foi nomeado para ir ás proximidades da costa Sul do Cabo de Santa Martha afim de proceder a um completo exame, tanto da posição geographica de um rechedo e recifes que diziam alguns navegadores ali existir, como dos canaes, e sondagens em suas visinhanças, abrigos que offereciam, distancia a que ficavam de terra e tudo mais que lhe parecesse necessario a bem do conhecimento exacto desta parte da costa e segurança de sua navegação. Para dar execução a semelhante determinação seguiu a 11 do dito mez e regressou a 26 do mez seguinte. Esta commissão foi executada, antes de haver pedido exoneração do cargo que exercia, a qual lhe foi concedida por Decreto de 18 de Setembro do dito anno de 1861.

Por communicação do Director Geral da Secretaria de Marinha, de 18 de Novembro seguinte constou ter-lhe sido concedida a Commenda da Ordem de S. Bento de Aviz, como requerera, na conformidade do Decreto. n.º 2768 de 20 Abril do dito anno de 1861.

Por Decreto de 25 de Janeiro de 1862 foi nomeado Ajudante de Campo de Sua Magestade o Imperador.

Em virtude da autorisação concedida pelo aviso de 9 de Março de 1863, se consignou que, por aviso de 29 de Dezembro de 1849, se communicou que sendo Capitão de Mar e Guerra, fôra condecorado por Sua Magestade Fidelissima, com a commenda da Torre e Espada, pelos prestados a não "Vasco da Gama" em 5 de Maio do mesmo anno de 1849.

A queda do poderio de Rosas deu ao Brazil preponderancia no Prata; procurou então o ditador do Paraguay Carlos Lopez, para sahir dos meandros em que se achou collocado, devido á sua politica dubia, renovar alliança com o Brazil e ao mesmo tempo ajustar a questão de limites que connosco tinha, pela neutralisação da zona comprehendida entre os rios Apa e Branco, como elle desejava. Nada conseguiu porem o seu Consul Geral no Rio de Janeiro, a quem havia conferido poderes diplomaticos, o Snr. Manoel Moreira de Castro, do "Jornal do Commercio".

A recusa do Brazil foi para Lopez um verdadeiro golpe desferido no seu orgulho; resolveo por isso, vingar-se na pessoa do nosso representante o Dr. Pereira Leal, a quem em conferencia, bruscamente interrompendo-o, disse-lhe: *Vmce. mente* — e não satisfeito com essa grosseria deu-lhe os passaportes em 10 de agosto de 1853, em os quaes o accusava de *dedicar-se á intriga e á imposturas em razão de odio ao Supremo governo*.

Para mais obrigar a acceitação por parte do Brazil dos limites por elle exigidos, em outubro de 1854 restringio a liberdade ou concessão feita no anno anterior aos Estados Uidos, França, Inglaterra e Sardenha para a navegação do Paraná até Encarnacion e do rio Paraguay até Assumpção por navios de guerra estrangeiros.

Pelo art. 2º desse decreto, declarava que enquanto estivesse pendente a demarcação de fronteiras com os poderes contreraneos, Brasil e Bolivia, a exploração dos rios do Alto Paraguay, quer comprehendessem o territorio da Republica ou dos outros Estados limitrophes não se faria pelo fluvial do Baixo Paraguay.

Com isso fechava a soberania do Brasil sobre as provincias de Matto Grosso e ás ribeirinhas ao Paraná.

Para pedir explicações sobre a offensa recebida foi enviada uma missão confiada ao chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira apoiada em força naval. Se bem que obtivesse satisfação, foi contudo infeliz o nosso representante, pois foi desapprovado o seu proceder na resolução das demais questões. Em todo o caso devido á presença de nossa força naval, foi modificado aquelle decreto em 22 de Março de 1855; por este, eram exceptuados os navios de guerra estrangeiros pertencentes ás nações que tivessem tratados de commercio com a Republica e mantivessem agentes diplomaticos ou consulares em Assumpção. Em nada nos aproveitava tal concessão, naquella occasião.

Para fazer com que Lopez retrocedesse no caminho enveredado, uma vez que nossos politicos dirigidos por directores da secretaria nos negocios exteriores, não comprehendiam outro rumo na politica internacional sul-americana senão a que tivesse o apoio do Paraguay, seguiu o Visconde de Abaeté para a cidade do Paraná em Fevereiro de 1856 afim de ajustar com Urquiza, presidente da Confederação Argentina, um tratado de alliança que de modo algum era hostil ao Paraguay.

Por elle, datado de 7 de Março, ficou estabelecido entre as partes contractantes — *não apoiar directa ou indirectamente a segregação de porção alguma de territorios de outra, nem a criação de governos independentes com desconhecimento da autoridade soberana e legitima respectiva. Havia mais a obrigatoriedade de defender a integridade da Republica do Uruguay e ractificava-se a declaração de reconhecimento da independencia do Paraguay. Por fim declarava-se neutralizada a ilha de Martim Garcia; livre a navegação dos rios Paraná, Uruguay e Paraguay e convinha-se em convidar o Paraguay a adherir ao tratado.*

Procurava deste modo o Brasil, por meio de uma politica sincera, demonstrar a seus vizinhos que nenhum intuito tinha em perturbar a marcha de seus progressos, nem intervir em suas questões internas.

Satisfeito com a desaffronta dada pelo dictador do Paraguay, com o melhor acolhimento recebeu o representante daquelle governo e com elle entrou em negociações. Depois de laboriosa discussão foi assignado o tratado Paranhos-Berger em 6 de Abril de 1856. Por este tratado ficou apazada a solução da questão de limites por seis annos e resolvido o de amizade, commercio e navegação. Estipulava o tratado que ás partes contractantes se concediam reciprocamente livre navegação dos rios Paraná e Paraguay, nas secções em que são respectivamente ribeirinhas, exceptuados os rios interiores que em suas duas margens pertenciam em absoluta soberania a cada uma das partes; que se obrigavam não impôr direitos de transitio, nem nenhum outro imposto ás suas respectivas embarcações. Que se concediam reciprocamente permissão de fazer passar pelos rios Paraná e Paraguay dois navios de guerra, juntos ou separadamente, por não em maior numero. Cada um destes navios não devia ter mais de 600 toneladas de arqueação nem provido de mais de oito canhões; que nesta restricção não se comprehendiam os navios de guerra que visitassem os portos de ambas as partes como paquetes. Que o livre transitio pelas aguas do Paraná e Paraguay se declarava permanente enquanto as demais estipulações duraria somente seis annos. Continha mas esse artigo que era o 6º a seguinte textual disposição: *Fica entendido que cada uma das duas altas partes contractantes se reserva o direito de adoptar, por meio de regulamentos fiscaes e policiaes as medidas convenientes para evitar o contrabando e prever sua segurança obrigando-se ambas as partes a sustentar, como base de taes regulamentos, as que forem mais favoraveis ao melhor e mais amplo desenvolvimento da navegação para aqual foram estabelecidas.* Neste artigo estava o fundo da má fé.

Lopez porém, pouco depois para burlar o que tinha assignado, apoiando no texto do ultimo artigo do tratado acima, expedio a 15 de Julho um decreto obrigando os navios mercantes estrangeiros a tomar praticos paraguayes desde Assumpção até o primeiro porto brasileiro de Matto Grosso e vice-versa e dias depois outro annullatorio de todas as franquias concedidas pelo convenio. Por elle todos os navios mercantes que transitassem pelo rio Paraguay seriam obrigados a tocar em varios portos do littoral da Republica afim de serem visitados e pagar direitos de transitio.

De posse de um tratado publico, reclamou o Brasil contra a violação e data de 26 de Janeiro de 1857, e acto continuo determinou ao Conselheiro Joze Maria do Amaral que se achava acreditado perante o Governo do Paraná portanto da Confederação, cujo chefe era o General Urquiza, para que seguisse para Assumpção, no caracter de agente diplomatico, afim de amistosamente resolver a questão.

Negou-se o governo do Paraguay a acceder ás reclamações do Brasil que se cifravam sobre 1º) A vexatoria offensiva politica a que sujeitava o commercio da provincia de Matto Grosso e o transitio das pessoas procedentes d'elle ou que se dirigiam a ella debaixo da bandeira brasileira; 2º) A grande escassa que para esse fim eram obrigados os navios brasilienses que transitavam pelo rio Paraguay vindo directamente de um porto de seu paiz com destino a outro porto do mesmo paiz; 3º) A condição imposta para que ditos navios fossem dirigidos por praticos paraguayos; 4º) As taxas impostas a navios e passageiros pelo simples transitio pelo rio; 5º) A soberania exclusiva que o Governo paraguay se attribuia a exercer pelos referidos regulamentos sobre a secção comprehendida entre o rio Apa e o Forte Olimpo.

Não convindo ao nosso governo romper com o Paraguay, confiou ao illustre estadista José Maria da Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco, nomeação da missão perante Lopez.

Confiado nos recursos intellectuaes e patriotismo daquelle nobre caracter não lhe deu instrucções categoricas. Disse nellas: Conheço a difficuldade que V. Ex. encontrará para trazer o presidente daquelle Estado a uma discussão tranquilla dos direitos e interesses reciprocos, garantidos por aquelle tratado de Abril de 1856) Parece que o espirito de intriga lhe suggerio a idea de que

pretendemos preparar a provincia de Matto Grosso para decidir a questão de limites por meio das armas. As instrucções que eu pretendesse dar a V. Ex. par dissipar tão infundada preocupação, importariam no desconhecimento dos meios de que V. Ex. dispõe para convencer ao Sr. Lopez dos sentimentos pacíficos de que o governo imperial se acha até agora animado, á espera de que o do Paraguay procederá de igual modo no cumprimento de suas obrigações.

Não é duvidoso para o governo imperial o triumpho das nossas armas em uma lucta com o Paraguay, attentas ás forças de que podemos dispôr; a guerra no entretanto, deve ser o ultimo recurso entre povos civilisados. E' esta a politica que o governo imperial seguirá sempre em todas as questões internacionaes. Proceder de outro modo para com o Paraguay seria não sómente uma inexplicavel aberração desta politica, se não tambem uma prova de vacillação, já em nossos principios que determinaram ao nosso governo a promover a independencia daquelle Estado, já na apreciação dos interesses commus que existem entre este e o Brazil.

... Julga o governo imperial que o Sr. Lopez, tão illustrado como é, não insistirá em desattender nossas justas reclamações quando V. Ex. o convencer de que nada exigimos que não seja a observação do tratado de 6 de abril de 1856, para que o transito dos navios brasileiros seja tão livre quanto o permittam os regulamentos fiscaes e policiaes d'aquella Republica, de modo que não se illuda o tratado com medidas que tragam obstaculos aos navios mercantes, ou contrariem immunidades de que por direitos das gentes gozam os navios de guerra; quando sobretudo V. Ex. o fizer vêr que nossas pretensões são fundadas nos regulamentos da navegação fluvial de outros povos que por sua civilisação, commercio e pratica de taes relações internacionaes nos podem servir de exemplo, e demonstrar-lhe o empenho que tem o governo imperial de não reclamar outras facilidades para a navegação dos rios do Brazil.

Antes de ir a Assumpção, de passagem em nosso diplomata, teve uma entrevista em Paraná com o general Urquiza e com elle celebrou a convenção fluvial de 20 de novembro de 1857, que declarava livre, sem presciencia do Paraguay, a navegação do rio Paraguay, Paraná e Uruguay. Não era mais do que a reprodução do tratado de 7 de Março de 1856, celebrado pelo Visconde de Abaeté com o mesmo governo no que dizia respeito á navegação dos rios. Com este tratado tinha neste assumpto de seu lado o governo imperial a Confederação, dava de seu lado Urquiza á Lopez uma lição, por ter este o enganado com promessas de auxiliá-lo no conflicto que tinha com Buenos-Ayres.

No banquete realiado para commemorar a assignatura do tratado, Silva Paranhos, no dizer do *El Semanario* nº 192, dissera: *Desejo ver realiado a mais estreita união entre o Imperio e a Confederação e que a gloria de Caseros não seja a unica adquirida em commun pelo Brazil e a Nação Argentina.*

De posse do tratado, dirigio-se a Assumpção e solicitou de Lopez a sua adhesão afim de que as tres nações uniformisassem sua politica relativamente á navegação fluvial, como ribeirinhas e comdominas dos rios platenses. Sob o pretexto de não lhe ser decoroso subscrever um tratado de livre navegação do Paraguay, tendo-se prescindido da concurrencia desta Republica, procurou Lopez resistir, dizendo que embora estivesse de accordo com os principios não poderia acceitar por então o que expontaneamente, e de propria iniciativa, attenderia ao governo imperial.

Foi por fim em 12 de Fevereiro de 1858 assignada a Convenção addicional ao tratado de amizade, commercio e navegação de seis de Abril de 1856. Por este tratado conseguia o Conselheiro Paranhos o que o seu governo desejava, isto é a livre navegação do Paraguay, podendo assim livremente communicar-se com a longiqua provincia de Matto Grosso. Por elle teve Lopez de derrogar todos os seus decretos restrictivos da navegação do Paraguay. Cedía pelo temor da triplice alliança brasileira-argentino-uruguaya

e pelo temor de provocar um conflicto com o Brazil, como tres annos antes fizera o mesmo em presença da esquadra de Ferreira de Oliveira.

Morrendo D. Carlos Lopez a 10 de Setembro de 1862 deixou o governo a seu filho Solano Lopez, violento e arbitrario, tendo as mesmas taras paternas, e a resolver as questões pendentes. Em vez de procurar a amizade do Brazil e da Argentina, comprazia-se este em accender intrigas entre os rivales ou adversarios de Entre-Rios e Montevideo.

Ao general Mitre director do partido governante em Buenos-Ayres não lhe agradava o concerto que procurava Urquiza com o Paraguay e Montevideo, pois vinha perturbar a tranquillidade publica em seu paiz. Do mesmo modo não convinha ao Brazil tal unidade de vistas, pois vinha dar forças aos perigosos *blancos* que tanto o incommodavam no Uruguay, cujos governos se succediam em Gabriel Pereira, Bernardo P. Berro e Athanasio Aguirre.

A revolução chefiada em Abril de 1863 pelo general Flores, organizada em Buenos-Ayres e tendo a sympathia dos nossos fronteiriços, veio abrir uma porta para que se desse a almejada derrota dos *blancos*, tão desejada por Mitre como pelo governo imperial.

Tendo a esquadilha argentina apresado um barco oriental, o presidente Berro, fiado na promessa de Lopez, sem medir as consequências de seus actos declarou rôtas as relações de seu governo com o de Buenos-Ayres (Junho de 1863).

Em 6 de Setembro de 1863 Lopez dirigio-se pela primeira vez a Mitre solicitando explicações amistosas acerca da rebelião organizada em Buenos-Ayres com aquiescencia do governo; não havendo sido satisfeito, reiterou-lhe a solicitação. O general Mitre porem se esquivava de dar uma explicação franca e cathorica. Embora desse esperanças de permanecer neutro, não deixava de alentar a revolução olhada pelo Brazil com sympathia, pois o seu triumpho, vinha de certo modo resolver questões pendentes.

Sobre este ponto, diz o escriptor paraguayo D. Cecilio Baez: não ha provas escriptas deste concerto; porém desde o começo da guerra civil, o General Netto, caudilho brasileiro do Rio Grande, prestou seu apoio mais decidido aos revolucionarios uruguayos, sem que o governo imperial tratasse de afastá-lo do theatro da luta. Pelo contrario, para desasocego do governo oriental, pôz em movimento seu exercito e a sua esquadra, e despachou para Montevideo o Conselheiro José Antonio Saraiva com a missão de apresentar reclamações pelos prejuizos referidos". Veremos adiante quão errônea é esta apreciação.

Por fim Lopez passou ao governo argentino a 6 de Fevereiro de 1866. uma ultima nota por intermedio de Berges, na qual depois de recapitular suas anteriores, concluia dizendo "— que se julgava no penoso dever de declarar que collocado o abaixo firmado na necessidade de prescindir das explicações amistosas acerca do argentino, a seguir attenderá somente as suas proprias inspirações sobre o alcance dos factos que possam comprometter a independencia e a soberania do Estado Oriental, a cuja sorte não lhe era permitido ser indifferente nem pela dignidade nacional nem por seu proprio interesse no Rio da Prata".

A massa inculta, seu reflexo, que havia procurado fazer Portugal dos filhos do Brasil não-lhes tirou comtudo a intuição de que a terra que possuíam era mais vasta, rica e abundosa do que a da metropole e que portanto tinham por ella o dever de zelar e fazer-lha brilhar entre as demais nações com soberania propria.

Escriptor militar algum, creio, ainda não expôz, fundado no estudo de nossa historia, que foi devido a organização de uma marinha de guerra, logo em seguida á nossa independencia o factor principal que assegurou a nossa unidade e formou a nossa nacionalidade.

Justamente pelo facto de sua constituição composta de elementos alheios ás luctas, nas quaes de uma parte se debatiam, uns toda maioria, estribados no atavismo, tendo predominio e da parte contraria outros, constituída de nativos, cheios de ardor para levantar a patria e fazel-a tomar rumo a que lhe davam direito a seguir recursos, a marinha, foi a alma de nossa existencia, como nação independente.

Sua missão continuou e na guerra sustentada com as Provincias Unidas do Prata, se mais brilho não nos deu, foi devido aos erros dos dirigentes politicos, que subordinavam a politica exterior aos interesses partidarios.

Em todos os motins politicos que se desencadeiaram em nosso paiz foi ella a alma da pacificação e sem seus esforços teria sido fatal a desagregação da antiga provincia do Rio Grande do Sul.

Para a destruição do poderio de Rosas e consequente libertação do Estado Oriental, foi ella o factor principal.

Vinha agora a questão com este mesmo Estado Uruguayo e a ella ia caber manter o nosso prestigio nas aguas platinas e por fim levar ao Paraguay a moeda de suas constantes provocações, começando pela destruição de sua esquadra.

Tão imbuidos estavam os nossos homens de governo de que para fazer a guerra, de outro elemento não necessitavam senão do naval, que do terrestre pouco se preocupavam, na crença, sem duvida de que praticando, como faziam os antigos Capitães Generaes, isto é, recrutando homens rusticos e vadios e dando-lhes um uniforme e uma arma reuna haviam formado um soldado.

Desde muito que reclamava o nosso Governo contra as violencias soffridas pelos nossos conacionaes moradores quer no territorio oriental quer na linha de fronteira, e praticados pelas autoridades uruguayas, do partido *Blanco*, que desde muito dominara naquella Republica.

Apoiado o General D. Venancio Flores pelos seus partidarios *os colorados*, partio em Abril de 1863 de Buenos, para levantar o povo da campanha oriental contra Berro, responsavel pelos morticínios de Quinteros. Contava elle com a sympathia dos ricos fazendeiros brasilienses residentes no territorio oriental, victimas de odiosas perseguições dos *blancos* que não os poupavam. Expirado o mandato de Berro em 1 de Março de 1864, teve por substituto Aguirre, homem que só aconselhava violencias e vinganças, apoiado pelo não menos violento Carreras, "mandatario do execrando morticínio de Quinteros. Foi ao auge então a perseguição aos brasilienses: assassinatos, roubos, incendios, de predações, estrupos e violencias de toda a especie eram contra elles praticados: desde então em toda a fronteira rio-grandense começou a levantar-se protestos, pois em muíto departamentos orientaes a maioria dos fazendeiros era brasiliense, filhos da provincia do Rio Grande), pedindo ao governo medidas que cohibissem os excessos praticados. Commissãoado, ao Rio de Janeiro, veio o General Antonio de Souza Netto, pedir providencias immediatas e na Camara dos Deputados, levantavam-se reclamações. Tão desesperados estavam os fronteiriços que ameaçaram tomar desforços por si, já que o governo os abandonara.

Coagido o nosso governo, pois foi formalmente dito: si não tratasse da defesa de seus concidadãos, elles por si saberiam fazel-o, prometteo agir. De facto, ao mesmo tempo que confiava uma missão ao Conselheiro Saraiva, ordenava a concentração, na fronteira de uma força de 4.000 homens. Para auxiliar o nosso diplomata por aviso de 20 de Abril de 1864 nomeou o Barão de Tamandaré para tomar o commando em chefe das forças navaes no Rio da Prata, e no dia seguinte arvorava o Almirante o seu pavilhão á bordo da corveta á vapor "Nitherohy".

A 27 de Abril, na fragata "Amazonas", seguiu em missão especial o Conselheiro José Antonio Saraiva, nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto ao governo do Estado Oriental do Uruguay, emquanto, por

política bem entendida, o Almirante Barão de Tamandaré ficava no Rio de Janeiro, para seguir posteriormente com os navios mandados aprestar.

A seis de Maio chegava a Montevideo o nosso plenipotenciario e a 12 apresentava suas credenciaes, cujo fim era: "conseguir por meio de uma politica previdente e com perseverança executada, fossem garantidos os direitos e os interesses legitimos dos seus concidadãos domiciliados no interior da republica". das relações exteriores Juan José Herrera, uma nota em respostas, pelo ministro das relações exteriores Juan José Olererra, accentuando o contentamento do presidente da Republica pelo espirito que animava o novo ministro: que não obstante lhe ordenava fizesse saber, antes de tudo, relativamente ás tropas brasileiras que estacionavam na fronteira da Republica, em qualquer circumstancia, a passagem, não consentida de taes tropas pelo territorio oriental seria considerada como um ultrage á soberania e independencia da republica: que esta passagem seria um passo tanto mais grave, quanto mais difficeis já eram as circumstancias em que o paiz se achava, por causa da invasão de Flores.

Sem de modo algum querer o nosso governo intervir nas questões internas da Republica Oriental, o nosso diplomata apresentou em 18 de Maio ao governo sua nota que contistia em terem sempre sido desattendidas, as constantes a sua vida, honra e propeidades contra os proprios agentes do Governo da republica contra subditos brasileiros, a ponto de gerar no espirito dos mesmos domiciliados na republica a falsa convicção de que os esforços de seu governo eram inefficazes para garantir-lhes a vida, a honra e a propriedade. Que por isso a descrença e o desespero geraram animosidades deploraveis que, estimulando o desforço pessoal dos offendidos, de longa data, os tornavam auxiliares da guerra civil, não obstante os conselhos e ordem do governo imperial.

Que aquellos brasileiros apoiavam a causa do General D. Venancio Flores, exhibindo perante o Governo Imperial, como motivos de seu procedimento. não a sympathia a este ou aquelle partido politico, mas a necessidade de defenderem a sua vida, honra e prosperidades contra os proprios agentes do Governo da republica. Que o grito daquelles brasileiros reperentra em todo o Imperio e principalmente na provincia visinha do Rio Grande do Sul, e que o unico meio de acalmar aquella exaltação era de promptamente fazer o Governo da republica justiça as reclamações brasileiros.

Disse mais: com esta esperança, o Governo Imperial, pelo seu ministro solicita do Governo da Republica as seguintes providencias: 1º — Que o Governo da Republica faça effectuar o devido castigo, si não de todas, ao menos daquelles dos criminosos reconhecidos que passeavam impunes, occupando até alguns delles postos no exercito oriental ou exercendo cargos civis do Estado. 2º — Que sejam immediatamente destituídos e responsabilizados os agentes de policia que tem abusado da autoridade de que se acham investidos. 3º — Que se indemnisse completamente a propriedade que sob qualquer pretexto tenha sido estorquida aos brasileiros pelas autoridades militares ou civis da republica. 4º — Finalmente, que sejam postos em liberdade todos os brasileiros que houverem sido constrangidos ao serviço das armas da republica.

O Almirante Barão de Tamandaré que havia sahido do Rio de Janeiro a 9 de Maio, arvorando o seu pavilhão á bordo da corveta "Nitherohy", chegára a Montevideo a 16 do mesmo mez.

A nota do nosso enviado, respondeo a 24 do mesmo mez o governo oriental: "Que a invasão do Estado Oriental fora organizado e armada em territorio argentino e brasileiro; e que o governo do Brasil era o culpado dos males que então effligiam a republica".

Insistio o nosso diplomata pelas providencias reclamadas, e terminava a sua resposta dando-se por inteirado de não poder e de não estar disposto o Governo Oriental, nas circumstancias actuaes, e satisfazer as solicitações amigaveis que o Governo Imperial lhe fazia por seu intermedio.

Havia chegado nesse interim a nossa esquadra, sahida a 24 de Maio e a 12 de Julho a ella vinham se reunir a "Belmonte", "Parnahyba" e "Jequitinhonha", ficando assim constituída a mesma, além d'aquelles, da "Mearim", "Araguay", "Ivalhy", "Amazonas" e "Recife".

O presidente do Paraguay, que procurava como vimos, pretextos para immiscuir-se nas contendas visinhas, e tornar-se o arbitro das questões platinas, logo que Flores invadiu o Estado Oriental queixou-se ao General Mitre, então presidente da Republica de Buenos Ayres, segregada da Confederação, contra o auxilio prestado áquelle General e pediu explicações.

Não tendo obtido resposta, segunda nota lhe enviou. Ao ministro oriental em Assumpção declarou que obstaría qualquer intervenção por parte do Brasil e de Buenos Ayres nos negocios da Republica Oriental, para o que daria o seu concurso. Por esta epoca já reunia tropas em Pirajú.

Ao nosso governo enviou uma nota offerecendo-se para mediador na questão e identica ao Conselheiro Saraiva, as quaes devidamente apreciadas, foram recusadas por não terem objecto naquella occasião a mediação offerecida.

Para dissipar qualquer desconfiança de que o nosso governo quizesse a todo transe e por todos os meios impôr pelas armas as suas reclamações, accitou a mediação proposta simultaneamente pela Inglaterra e Republica Argentina para a pacificação da Republica do Uruguay. Mallograda a tentativa de pacificação, embora o general Flores tivesse accito a 18 de Junho as propostas apresentadas pelos mediadores, por ter Aguirre recusado uma das condições, recommçaram as hostilidades no dia 6 de Julho.

Informado o nosso governo do mallogro da triplíce mediação ordenou ao Conselheiro Saraiva em 21 de Julho que regressasse a Montevidéo, intimasse o governo oriental a dar as satisfações exigidas dentro do praso estipulado, sob pena de passarmos a fazer justiça por nossas mãos. A 4 de Agosto apresentou o nosso diplomata o seu *ultimatum*, o que foi devolvido a 9 pelo Dr. Carreras, por ser indigno á Republica acceitar semelhante imposição. A 10 declarou o nosso plenipotenciario que o exercito nacional ia entrar no territorio uruguayo para protecção dos brasilienses e que o Almirante Barão de Tamandaré recebera ordem para exercer reпреzalias e no dia seguinte embarcou para Buenos-Ayres.

Embora tivesse o nosso diplomata se retirado de Montevidéo, continuou a legação ali permanecer, bem como o funcionamento dos consulados; e a 25 de Agosto, anniversario da independencia oriental, embandeiraram e salvaram os nossos navios de guerra. Esta moderação do nosso governo, demonstrou que bastraia a annuencia do governo oriental em satisfazer o que pedia o nosso para que continuassem as boas relações. Pelo governo oriental que havia declarado grosseiramente na nota — não estar disposto a dar satisfação foi considerado seiramente na nota — não estar disposto a dar satisfação foi considerado como fraqueza de nossa parte.

Para demonstrar como procediamos basta dizer que, ameaçado o governo oriental de ser seu territorio invadido em 10 de Agosto, sómente em Outubro foi nomeado o Marechal João Propicio Menna Barreto para commandar a reunião de destacamentos e fracções de corpos dessimminados por toda a Provincia do Rio Grande e formar um exercito de 4.500 homens.

Para o regimento de artilharia ali estacionado, basta dizer que só em Outubro foram mandadas as primeiras peças raiadas de calibre 6.

Ao nosso Almirante, pelo então Ministro da Marinha Conselheiro Francisco Carlos Araujo Brusque, foram expeditas as seguintes instrucções: 1.º Dar toda a protecção aos brasileiros defendendo-os, até mesmo com força, contra as perseguições que lhes forem feitas e auxiliando com os recursos á sua disposição, as requisições que lhe dirigirem os nossos agentes diplomaticos e consulares; 2.º Fazer estacionar no Salto, em Paysandú, em Maldonado,

ou qualquer outro ponto, as canhoneiras que forem necessarias, em ordem a prestar o mais efficaz amparo e protecção aos subditos do imperio, e apoio a acção das forças incumbidas de represalias pela fronteira Chuy e Quarahim; 3.º Aos respectivos commandantes incumbe especialmente: 1.º Velar na guarda das pessoas dos brasileiros residentes n'essas localidades e prestar todo o auxilio que lhes fôr possível; 2.º Empregar a força que fôr compatiavel com os meios de sua acção para repellir as aggressões feitas a subditos brasileiros, capiturando aquelles que forem autores desses attentados, ou sejam autoridades ou simples cidadãos do Estado Oriental; 3.º Prestar toda a coadjuvação aos consules brasileiros”.

Tinha então o almirante barão de Tamandaré sob suas ordens os seguintes navios: fragata “Nichterohy” e “Amazonas”, corvetas “Beberibe”, vapor “Recife”, canhoneiras: “Mearim”, “Ivahy”, “Araguaya” e “Maracanã” em Buenos Ayres; corveta “Jequetinhonha”; em Montevidéo: canhoneira “Parahyba” no Rio Negro e canhoneira “Itajhy” no rio Uruguay.

Ia não sómente o Brasil ter contra si a opinião de todas as republicas sul americanas como tambem mal dissimulada má vontade dos representantes das nações europeas no Uruguay, principalmente da Inglaterra, a qual desde os tempos de D. João VI, se mostrou sempre ciosa de qualquer interferencia nossa no Rio da Prata e ainda mais por estarmos de relações cortadas com aquelle paiz, devido a questão Christie. Dir-se-ia que o corpo diplomatico ali acreditado havia tomado a si resolver questão internas. Este máo veso de constantemente appellarem os politicos sem criterio e sem o menor escrupulo nas suas desgraçadas e inconscientes disputas para os consules estrangeiros, (infelizmente entre nós é commum), havia contribuido para o se julgarem os ministros com a faculdade de arvorar-se em juizes para collectivamente deliberarem sobre questões internas.

Aguirre lembrou-se de entregar sua patria aos inglezes, como para ter o apoio do rei da Italia, concedia-lhe a ilha da Rata, dentro do porto de Montevidéo.

Sabia de sobra Tamandaré o que adviria; preferia succumbir com honra a que o sagrado pavilhão que desde menino via erguer-se altivo e do qual sempre foi guarda vigilante não se desdobrasse sem o fulgor correspondente á grandeza do paiz que representava. Ha homens que pelo seus actos encarnam uma nacionalidade: n'estes casos está Tamandaré.

Por isso n'estes termos que bem revelam o seu caracter, respondeo ao ministro “Reconhecido á distincção com que V. Ex. me trata, permitta-me V. Ex. dizer-lhe que espero acertar, apoiando-me na experiencia adquirida em mais de 41 annos de serviços prestados a meu paiz, no conhecimnto que tenho das cousas deste Estado, e do espirito dos nossos compatriotas nelle estabelecidos; o que, reunido ao empenho de cumprir o meu dever, me faz esperar que, mediante o concurso da Providencia Divina, poderei dar conta da importantissima commissão de que me acho encarregado, attendendo aos reclamos da prudencia, tanto quanto aos da honra e dignidade da Nação Brasileira”.

Ia desde então se nortear pelos feitos a juizo de sua consciencia.

Para demonstrar que prevaleciam ainda os meios persuasivos e não desmerecer o nosso representante João Alves Loureiro que continuava á frente de nossa Legação, por seu intermedio ao Ministerio das Relações Exteriores solicitou a immobilisação dos vapores de guerra “General Artigas” que se achava no porto de Montevidéo e “Villa del Salto”, em Paysandu.

Nestes termos em 14 de Agosto dizia: “Como nas instrucções que recebi do Sr. Conselheiro Saraiva se não marcasse a posição que deveria pertencer ao nosso Ministro Residente nas questões que se suscitarem com este Estado, que ficam de ora em diante entregues á minha gestão, manifestei a S. Ex. o proposito em que me achava de me entender sempre com o Governo da Republica

por intermedio deste, afim de conservar a esse Delegado do Governo Imperial a consideração que é de nosso decoro dar-lhe, emquanto aqui permancer... Quanto á represalia sobre os dous vapores do Estado, que, como vasos de guerra de nada servem, expuz a S. Ex. minha convicção de que deveríamos poupar, quanto nos fosse possível, uma humilhação á soberania desse Estado representada por sua bandeira; porque assim provocaríamos a sympathia da gente sensata do paiz; e que era minha intenção inutilisal-os fazendo com que o Governo Oriental os conservasse immobilizados nos pontos em que se acham atualmente. Isto conseguido por intimação de nossa força era uma verdadeira represalia, visto que privava o Estado Oriental do serviço de comunicação e transporte de suas tropas por meio delles, e não havendo, entretanto, uma ostentação de nossa parte contra a bandeira nacional. E se as circumstancias depois exigirem um procedimento mais vigoroso, sempre teremos meios de nos apoderar de taes vapores”.

As instruções que havia recebido em 11 de Agosto, ao deixar Montevidéo o Conselheiro Saraiva, que não eram mais do que as lembradas pelo Almirante rezavam: “Para corresponder ás vistas do Governo Imperial parece-me conveniente haver em Paysandu, Salto e Colonia estacionados navios de guerra, e que estes, além da protecção devida aos nossos concidadãos, não devem tolerar que os dous vapores de guerra do Governo Oriental, e quaesquer outros levem tropas para os pontos indicados, e emquanto V. Ex. não julgar preciso apressar a execução das represalias ou dar outro destino a esses navios, porque o patriotismo e a illustração de V. Ex. dispensam quaesquer esclarecimentos.”

Difficultar ao governo de Montevideo a remessa de tropas para a fronteira para fazer-se forte na costa do rio Uruguay era facilitar ás nossas tropas, caso fosse necessario a invasão do Estado Oriental, e privar aquelles receber por mar recursos de armas e homens dos Estados visinhos. Sabia perfeitamente bem o Almirante o que devia fazer.

A 20 de Agosto, depois de esperar solução de sua primeira exigencia ao governo oriental escrevia ao nosso ministro nos seguintes termos: *Habilitado com semelhantes instruções para proceder com rigor, e sobrando-me os meios para o fazer, estou no entretanto no firme proposito de não molestar os habitantes pacíficos e inoffensivos d’este paiz em suas pessoas e bens que tenham em quaesquer embarcações empregadas no grande ou pequeno trafego de navegação, prefiro antes ter occasião de prestar-lhe a protecção e auxilio de que carecerem da esquadra brasileira”.*

De accordo com este pensamento, limitei-me até hoje a exigir (e isto por intermedio de V. Ex.) que o Governo deste Estado recommendasse a seus delegados o bom tratamento de nossos concidadãos; que puzesse em liberdade os que se achassem violentados no serviço das armas da Republica; que reduzisse á completa immobildade o vapor de guerra “General Artigas” que se acha neste porto, e agora recommendo ao commandante da nossa divisão naval no Uruguay que exiga dos commandos militares da povoação igual benevolencia para com os cidadãos brasileiros, bem como que reduzam tambem á completa immobildade o vapor de guerra “Villa del Salto”, e algumas embarcações menores do Governo que alli estão, fazendo com que sejam desarmadas, ficando guarnecidas apenas com a gente precisa para cuidar de sua segurança e conservação, continuando, comtudo, com sua bandeira e a permanecer sujeitos ao Governo desta Republica; o que pratico como uma prova significativa do respeito que tributo á soberania do paiz, reconhecida e garantida pelo meu Governo.

“Por, muitas vezes tenho manifestado a V. Ex. o desejo que nutro de poupar, quanto me for possível, que este Estado soffra, ainda de leve, a menor humilhação da parte das forças de meu commando.

Isto explica porque tenho exigido tão pouco do Governo Oriental para desaggravo das offensas que se nos tem feito. Conhece, porém, V. Ex. que não

posso limitar-me a tal expectativa, se o Governo da Republica, por sua parte, não procurar de alguma forma patentear que entre em via de reparação para connosco. E' pois melindrosa a nossa posição actual; por que a vontade que tenho de proceder para com o dito Governo como se estivessemos no estado normal de relações amigaveis, é contrariada pelo dever que tenho de fazer represalias para satisfação de nossos concidadãos prejudicados.

"Parece-me, porém que, se o Governo Oriental fizesse um pequeno esforço para ser justo, e reconhecesse a razão que nos assistio para não abandonar a causa de nossos compatriotas, facil seria caminhar na via ordinaria de nossas relações, infelizmente abaladas. Para isto, conviria essencialmente que o dito Governo ordenasse a instauração dos processos das reclamações feitas, e mostrasse boa vontade em fazel-as seguir seu curso legal."

Dando conhecimento ao nosso governo do seu procedimento exigindo do governo oriental a immobilisação dos vapores de guerra "General Artigas", fundado em Montevideo e "Villa del Salto" em Paysandu, dizia na mesma data: "Quanto á represalia sobre os dois vapores do Estado, que, como vasos de guerra, de nada servem, expuz a S. Ex. (referindo-se ás instrucções recebidas do conselheiro Saraiva) minha convicção de que deveriamos poupar quanto nos fosse possivel, uma humilhação á soberania deste Estado, representada por sua bandeira; porque assim provocaríamos a sympathia da gente sensata do paiz; e que era minha intenção inutilisal-os fazendo com que o Governo Oriental conservasse immobilizados nos portos em que se acham actualmente. Isto conseguido por intimação de nossa força, era uma verdadeira represalia, visto que privava o Estado Oriental do serviço de communicação e transporte de suas tropas por meio delles, e não havendo, entretanto, uma ostentação de nossa parte contra a bandeira nacional. E se as circunstancias depois exigirem um procedimento mais vigoroso, sempre teremos meios de nos apoderar de taes vapores.

Como nas instrucções que recebi do Sr. Conselheiro Saraiva se não marcasse a posição que deveria pertencer ao nosso Ministro Residente nas questões que se suscitarem com este Estado, que ficam de ora em diante entregues á minha gestão, manifestei a S. Ex. o proposito em que me achava de me entender sempre com o Governo da Republica por intermedio deste afim de conservar a esse Delegado do Governo Imperial a consideração que é do nosso decoro dar-lhe, emquanto aqui permanecer".

Havia o Governo Oriental concordado com a intimativa do nosso Almirante para immobilisação dos navios, que agradeceo.

Para dar cumprimento ás instrucções, nomeou chefe da 3ª divisão da esquadra o Capitão de Mar e Guerra Francisco Pereira Pinto com a missão de vigiar as costas banhadas pelo Uruguay e encarregou-o de: 1º Velar na guarda da pessoa dos brasileiros; 2º Empregar a força compativel para represões que lhes fossem feitas; 3º Prestar toda coadjuvação aos consules e vice-consules.

"Ao criterio de V. Ex. e ao seu zelo pelo bem do serviço confio a execução destes tres preceitos importantes, base cardeal das presentes instrucções, esperando que á prudencia que deve empregar para verificar a realidade dos factos que demandem a applicação de nossa força reuna a resolução de usar d'ella com efficacia quando estiver convencido de que temos jus á satisfacção. Ainda n'este caso recommendo que faça uma reclamação benevola á autoridade competente antes da ameaça ou do emprego da força para obtel-a, attendendo a que luctamos com um Estado fraco e dividido em partidos, que se hostilizam em uma longa e desgraçada guerra civil.

"O estado de encarniçamento a que tem fatalmente chegado os espiritos cegos pela lucta dos partidos, que parecem querer-se exterminar na presente guerra civil, afugentando toda a reflexão e justiça do proceder das autoridades para com as pessoas de opiniões oppostas, collocará a esta na dura contingencia

de ou serem victimas de Barbaro tratamento da parte de taes autoridades, ou procurarem a protecção das bandeiras estrangeiras. Esta protecção que os navios da esquadra imperial tem sempre prestado indistinctamente aos cidadãos deste paiz, em todas as suas dissensões civis, o que prova que somos indifferentes aos odios que dividem os partidos, deve ser hoje dispensada com interesse que nos desperta a sorte daquelles que forem perseguidos, por pertencerem unicamente á parcialidade que sympathisa com os brasileiros estabelecidos no paiz, e que lhes tem prestado o apoio que lhes deveriam assegurar as autoridades, apoio que aliás ellas têm negado de uma maneira tão escandalosa e aviltante, que nos obriga a assumir a attitude bellica em que nos achamos para os fazer respeitar.

"Logo que V. Ex. chegar ao seu destino, fará saber aos commandantes militares ou as autoridades civis das povoações daquelle rio, que seu Governo nos prometteo a maior protecção possivel para os cidadãos brasileiros; que fazia deixar o serviço militar a todos aquelles que se acharem n'elle contrangidos ou contractados sem as formalidades da Convenção de 1857; que reduziria á immobibilidade o vapor "General Artigas", afim de não ser elle tomado como represalia por nossa força, visto que me satisfação em que consista sómente na immobibilidade a que o reduzo, não o capturando para não humilhar o pavilhão oriental.

"Que consequentemente, de accordo com que se obteve aqui do Governo, exijo que elles prometam tambem respeitar e proteger os brasileiros e suas propriedades; dar liberdade a todos os que estiverem retidos sem processo e aquelles que se acharem coagidos no serviço das armas e, finalmente, que o vapor "Villa del Salto" e as embarcações menores que alli servem sejam immobilizadas, e desarmadas, ficando apenas guarnecidas pelas praças indispensaveis para cuidar de sua conservação e segurança continuando a usar de sua bandeira e a estar sujeitos ao Governo da Republica. Se esta exigencia não for logo attendida V. S. tomará taes embarcações e as conservará como represalias, bem como suas guarnições".

Era fatal o que se ia dar; os fermentos de 1828 ha tanto tempo contidos faziam explosão; não mais poderia o Brasil eximir-se dessa operação que era uma fatalidade historica. Tinha consciencia disso o nosso Almirante e por isso não recuou: precisava o Brasil sahir-se com honra de semelhante meandro. Não mais podia parar desde que fôra regeitada por Aguirre a mediação da Argentina e da Inglaterra, acceita por Saraiva para dirimir as questões pendentes e tambem pelo General Flores rebellado contra Aguirre.

Paysandú, onde era chefe prestimoso o Coronel Leandro Gomes e cujo exaltamento não media consequencias, d'elle veio a repulsa ás medidas de represalias ordenadas pelo Almirante Tamandaré. Cheio de arrogancia e atrevimento negou-se terminantemente ao desarmamento do "Villa del Salto" como das embarcações menores que tinha ás suas ordens: deu ao contrario ordens positivas para reagir a qualquer tentativa de apprehensão.

Ao deixar o Conselheiro Saraiva o Rio da Prata, entregando ao nosso Almirante a responsabilidade da pendencia, haviam sido tomadas as seguintes deliberações: — 1.ª Que o exercito brasiliense entre no territorio da Republica para o fim de expellir de Cerro Largo, Paysandú e Salto as forças do governo de Montevideo que nesses pontos existem e ameaçam exercer represalias sobre nossos concidadãos. — 2.ª Que a divisão que houver de effectuar operações militares contra Paysandú e Salto deve ter gente e material para sitiar e tomar á viva força, se necessario fôr, a cidade de Paysandú, onde ha hoje uma guarnição pouco inferior a mil praças, e mais 20 peças de campanha bem collocadas. — 3.ª Que convem atacar primeiro o Salto, que tem menor guarnição, para depois seguir com toda força para Paysandú. — 4.ª Que os commandantes das divisões devem entender-se com os da esquadra, que ha de conservar-se em frente a Paysandú e Salto, afim de verificar se por meio de um sitio regular interceptadas todas as communicações por terra e pelo rio,

a capitulação daquelles dous pontos sem derramamento de sangue, o que poder-se-ha conseguir adoptadas as providencias convenientes. — 5.º Que a divisão que se dirigir a Serro Largo deve procurar incorporar-se á força do Major Fidelis que, seguramente, nas novas circumstancias actuaes, não deixará de auxiliar o Exercito de seu paiz. — 6.º Que se não dispomos agora de bastante força para operações militares em diversos pontos, devemos tentar sómente o ataque de Salto e Paysandú, deixando para depois o da villa de Serro Largo. — 7.º Que os commandantes militares devem receber ordem para não offenderem nem hostilisarem, de qualquer modo, a força alguma pertencente ás do general Flores, o qual não nos tem aggravado, e antes procura garantir os brasileiros tanto quanto lhe é possível, nos logares por elle occupados. — 8.º Que, tomada qualquer das povoações indicadas, e desarmadas as respectivas guarnições, logo que n'ellas forem constituidas novas autoridades nomeadas pelo general Flores, e dando este a segurança de proteger brasileiros ali residentes emquanto se não organizar o governo legal da Republica, devem as nossas forças sahir dos pontos indicados, e mesmo do territorio da Republica se não receberem do Governo Imperial ordem para marchar até Montevidéo. — 9.º Que as operações militares devem limitar-se, até novas ordens do Governo Imperial, aos pontos designados Salto, Paysandú e Serro Largo e de maneira que as nossas obrem coadjuvadas e auxiliadas pela esquadra, a qual deverá receber, por Uruguayana ou Santa Rosa, as communicações necessarias. — 10.º Que não se deve impôr contribuição de guerra e pelo contrario se deve pagar logo tudo quanto se tomar para o supprimento do Exercito, cumprindo que todos os chefes militares procedam com muita attenção á seguinte recommendação: — Que não fazemos nem queremos fazer mal á Republica Oriental, e só hostilizamos ao actual governo de Montevidéo e aos seus agentes, unicos responsaveis da desgraçada situação em que se acham seus contreraneos e os estrangeiros pacíficos residentes no paiz. (*Officio do presidente do Rio Grande do Sul enviado a 7 de Setembro de 1864, pelo Conselheiro Saraiva*).

Desde então ia o nosso Almirante se haver não só contra o governo de Montevidéo, contra os partidarios de Mitre em Buenos-Ayres e todas os *blancos* da Confederação e ainda mais com a má vontade dos diplomatas estrangeiros colligados em nos oppôr todas as difficuldades, apesar de conhecerem, cada um de per si — que seria poupada, no uso das represalias, a propriedade estrangeira — sendo assim inteiramente alheio á intenção do Governo Imperial que as mesmas represalias compromettam os interesses legitimos dos subditos de S. M. Britannica ou de qualquer outra nacionalidade.

Estava o Brasil de relações cortadas com a Inglaterra desde 1862 devido ao facto do ministro inglez William D. Christie ter ordenado em 29 de Dezembro, ao Almirante Warren commandante das forças britannicas no porto do Rio de Janeiro que começasse a fazer represalias no commercio maritimo brasileiro. Affixou no dia seguinte na porta do consulado inglez um aviso communicando que por terem sido recusadas satisfações exigidas pelo naufragio da barca "Prince of Wales" e pela prisão de treis officiaes da fragata "Forte" na Tijuca (por disturbios e alcoolizados seja dito) ordenára represalias em propriedades brasileiras, que seriam retidas até que S. M. britannica obtivesse a satisfação exigida. — "As represalias dizia o aviso — são um bem entendido modo de proceder entre as nações para obter a justiça que for negada e não constitue acto de guerra.

Não descuidei-me de notificar isso ao governo imperial pedindo-lhe que se recordasse que a responsabilidade será delle e que qualquer resistencia violenta, desforço ou offensa feita aos subditos inglezes ou suas propriedades no Brasil, acarretaria ultteriores e deploraveis complicações".

Para o caso presente não era do mesmo modo de pensar o ministro inglez.

Começou o almirante por um bloqueio, attenuado na esperanza de conseguir o fim almejado. Por intermedio do consul portuguez Leite e Azevedo, encar-

regado dos archivos da Legação e Consulado do Brasil, notificou ao governo de Aguirre de que seria capturado se se achasse conduzindo forças ou artigos bellicos o vapor "Fairy" que se dizia navegar com a bandeira oriental, sob o nome de "Perla del Uruguay" e que correria por conta dos proprietários e da tripulação qualquer avaria e prejuizo que resultasse do emprego da força".

O nosso almirante conhecendo por fim que o governo de Aguirre estava no proposito de reagir, e ainda mais que nem sequer estava nomeado o general que deveria commandar a reunião dos destacamentos e fracções dos corpos disseminados pela provincia do Rio Grande, em 11 de outubro dirigio ao corpo diplomatico estrangeiro uma circular confidencial, solicitando delle a expedição das convenientes ordens para que os navios que se empregavam na navegação, quer de vela, quer á vapor, recusassem receber tropas e munições de guerra para transportar de um porto a outro, mantendo assim a perfeita neutralidade que lhes conviria guardar na conjectura actual. "Desta fôrma, me livrarei de cumprir o penoso, mas indeclinavel dever de exercer sobre elles uma vigilancia constante, e de apprehender aquelles contrabandos de guerra que forem encontrados á bordo; protestando entretanto a V. Ex. que os navios que se empregarem exclusivamente em suas operações licitas, encontrarão sempre todo o apoio e auxilio das forças navaes brasileiras".

Foi bastante esta circular para assanhar o dito corpo diplomatico a começar pelo inglez e italiano seguido pelo francez e hespanhol, isso porque na confidencial fallara em *neutralidade e contratando de guerra*, não apreciaveis a casos de simples represalias.

Justifica-se o nosso Almirante perante o nosso governo dizendo que: Estando as cousas nesta situação, que nos era favoravel, e sendo preciso demonstrar que a nossa ameaça de represalias se traduziria brevemente em realidade, porque a demora da entrada de nosso exercito no territorio da Republica Oriental, fallando com toda a franqueza a V. Ex., a tem desmoralisado, julguei opportuno, dirigir uma circular confidencial ao referido corpo diplomatico, em que lhe pedia que prohibisse aos seus navios o transporte de tropas e de munições de guerra. Essa circular ia sondar as verdadeiras intenções dos agentes estrangeiros, cuja resposta, igualmente confidencial, me serviria de norma. Bem sabia eu que não me podia arrogar o direito de visita, nem de apprehensão: mas collocado na posição falsa em que estamos, luctando com todas as desvantagens da guerra, sem poder fazer uso dos nossos direitos que ella cria, quiz ver até que ponto podia contar com a adhesão do agentes estrangeiros ás medidas coercitivas que iamos empregar e ao mesmo tempo intimidar ao governo de Montevidéo, e a seus defensores. Com notavel surpresa vejo alguns dias depois publicada não só ella, embora o seu caracter de confidencial, como as respostas que aquelles agentes me dirigiam, nas quaes, fundando-se nos principios de direito que são indiscutíveis, negam-me a facultade de visitar os navios neutros e apprehender contrabandos de guerra, sem declaração de guerra, ou ao menos de bloqueio. O Ministro inglez foi mais longe ainda do que os seus collegas; e, sem necessidade alguma, declarou que considerava o general Flores somente como um rebelde, esquecendo-se que um seu collega tinha ido tratar, na qualidade de mediador, com esse rebelde, que não pôde, nem deve ser assim classificado por nenhum poder estrangeiro, mórmente depois de um passo tão significativo que demonstrava que se considerou em uma categoria muito differente, como um verdadeiro belligerante de facto. E note V. Ex. que o procedimento do Sr. Thornton foi completamente aprovado pelo governo inglez, como este cavalheiro assevera ao Sr. Leal."

O Almirante Barão de Tamandaré que sabia bem alto levantar o prestígio de nossa autoridade, deu immediata resposta.

Teve o apoio da imprensa de Buenos-Ayres, cujos jornaes estigmatizaram o procedimento do corpo diplomatico de Montevidéo, classificando-o de impolitico e sobremaneira damnoso aos interesses dos neutros, como communicou Alves Loureiro ao governo Imperial. O Brasil, diziam os jornaes: só

queria impedir a remessa de tropas e munições de guerra para os portos do Uruguay, mas agora ve-se obrigado a bloqueal-os absolutamente em grave detrimento do commercio, porque a isso o impellem os proprios representantes das potencias estrangeiras que são os immediatos responsaveis dos prejuizos que um bloqueio formal ha de necessariamente trazer aos neutros”.

De facto o almirante Tamandaré, foi buscar no General Flores o elemento necessario a derrocar as pretensões inglezas e italianas e conseguir as garantias devidas á vida, honra, e propriedade dos cidadãos residentes no territorio Oriental.

Assim a 20 de Outubro, sob a forma reservada, entre a Almirante e o General Flores, em Santa Lucia, foi firmado um accordo para cooperação mutua.

Tinha o Almirante necessidade de acabar de vez com a questão oriental enquanto que o nosso governo não se movia nos aprestos necessarios. “Esta morosidade no movimento de nossa força, reclama elle em 12 de Outubro, se bem que propria da estação que finalisa, contrasta comtudo, por tal maneira, com a afan com que nos mettemos nesta questão, ao iniciar-se a missão especial confiada ao Sr. Conselheiro Saraiva, que nos tem provocado a censura daquelles que confiaram em nosso apoio, e dado motivo para que sejamos escarnecidos pelos que nos fazem uma decidida opposição e não perdem o ensejo de desmoralizar-nos... Os povos destes paizes estão por tal forma persuadidos de que o Brasil não tem meios de se fazer respeitar pela força nestas regiões, que a esta crença attribuo eu o pouco caso que têm dado a todas as reclamações que lhes temos feito, e quasi desprezo com que recebem as ameaças de intervirmos com força armada”. Triste realidade de sempre!!

O documento firmado pelo General Flores era assim concebido. “Collocado á frente da revolução oriental, que não se faz solidaria da responsabilidade que assumio o Governo de facto de Montevideo, e contra o qual o paiz protestou por meio desta revolução, que condemna os actos offensivos commettidos contra o Imperio do Brasil e seus cidadãos, cumpre-me fazer presente ao Sr. Almirante que considero necessario tornar communs os nossos esforços para chegar á solução das difficuldades internas da Republica e das suscitadas com o Governo do Imperio, ao qual estou disposto, na intelligencia de que a revolução a que presido, em nome do paiz, attenderá ás reclamações do Governo Imperial, formuladas nas notas da missão especial confiada a S. Ex. o Sr. Conselheiro José Antonio Saraiva, e lhes dará condigna reparação em tudo aquillo que seja justo e equitativo, e que esteja em harmonia com a dignidade nacional e que não seja obtido como uma consequencia natural e forçosa do triumpho da revolução.

Ao fazer esta manifestação a V. Ex. julgo ser echo da opinião do meu paiz, em cujo nome contraio este compromisso, que será executado, assim que for obtido o completo triumpho da causa que representamos.”

Depois de consignar o compromisso do General respondeo nosso Almirante: “Fazendo a devida justiça á nobreza dos sentimentos de V. Ex. e á maneira honrosa com que se mostra disposto a reparar estes males e offensas, devo declarar a V. Ex. que terei a maior satisfação em cooperar com V. Ex. para o importante fim de restabelecer a paz da Republica, e de reatar as amigaveis relações della com o Imperio, rôtas pela imprudencia daquelle governo, tão antipathico, como injusto em todos os seus actos. Para tornar uma realidade esta cooperação a divisão do Exercito Imperial que penetra no Estado Oriental, com o concurso da esquadra do meu commando, se apoderará do Salto e Paysandu’, como represalias, immediatamente subordinará estas povoações á jurisdicção de V. Ex. visto o compromisso de reparação que V. Ex. contrahio, entregando-as ás autoridades legaes que V. Ex. designar para tomar conta dellas, e só conservará ahi a força que V. Ex. requisitar para garantil-as de que não tornem a cahir de novo no poder do Governo de Montevideo.

Não duvidarei também operar com o apoio das forças dependentes de V. Ex., que se acham em Mercedes e ao Norte de Rio Negro, para, não só impedir que o General Servando Gomes passe para o sul deste rio com o exercito que commanda, como para obrigar-o largar as armas.

“Creio que V. Ex. avaliará o quanto efficaz é o apoio que lhe garanto de-baixo de minha responsabilidade, o que se traduzirá immediatamente em factos, e que reconhecerá nelle mais uma prova de sympathia do Brasil pela Republica Oriental, e cujos males estimaria pôr um termo, concorrendo para constituir o Governo que a maioria da nação deseja, e que encontra opposição em um redusido numero de cidadãos.”

Ia o nosso Almirante deste modo conjurar uma parte do mal que o nosso governo pelo seu descao tinha accumulado, pois só em 1 de Dezembro é que se poz em marcha o nosso exercito, de S. Gabriel para Paysandú, isto é, cinco mezes depois de ter sido apresentado o *ultimatum*, tanto mais que o primeiro protesto do Lopez datava de 30 de Agosto.

Os jornaes de Buenos Ayres, a nos favoraveis, diziam que a innação do Brasil era a unica causa da arrogancia paraguayaya. E tinham razão de o dizer.

Com o fim de obter a alliança do Paraguay, havia em Fevereiro de 1862 o Presidente Berro, do Uruguay, enviado seu ministro Juan José Herrera á Assumpção; ao proposito negou-se o presidente Carlos Lopez, fundamentando as razões que tinha para assim proceder nos termos seguintes, relatados confidencialmente a seu governo, pelo proprio Herrera em 16 de Março daquelle mesmo anno: “No que diz respeito ao Paraguay, longe de empregar por ora suas preoccupações em longiquo, não lhe é possível distrahir por um só momento dos perigos immediatos que de um e outro lado das fronteiras o rodeiam; que de um lado tem os mais incorrigiveis *anarchistas* e do outro os *macacos*, sempre aleives e cheios de dobrez (palavras textuaes); que para uns e outros, ou para ambos juntos, são as forças que o Paraguay se vê no caso de ter sempre reunidas; que nenhum desses visinhos lhe inspira confiança; que os *anarchistas* (não diz uma unica vez argentinos ou portenhos) eram os homens mais falsos e corrompidos; que elle bem sabia que não abandonavam a idea de absorver ou retalhar o Paraguay, porém que o Paraguay os esperava; que a Confederação Argentina, em puridade de verdade, era um grande territorio sem governo; que era um paiz perdido enquanto estivesse sob a direcção de homens da escola politica de que haviam sahido os que ali hoje predominam; e que bem pouco se podia se podia pouco esperar de outra parte, depois de ter presenciado a infame conducta de Urquiza; que elle não cria por ora na difinitiva organização desse paiz: que não obstante Pavon, tinha pela frente largo periodo de anarchia e de luta de provincia... Não tem S. Ex. confiança em que o General Mitre, a quem classifica como chefe dos *anarchistas*, possa firmar seu poder”.

“Que quanto ao *macaquismo* (textual) S. Ex. estava bem preparado. Que os *macacos* (não diz uma só vez brasileiro), eram os mais tenazes, embora os mais cobardes inimigos que tinha este paiz; que se empenhavam em trazer seus limites dentro do territorio paraguay, porém que isto não os permitiria de maneira alguma; que tão pouca fé tinha nos brasileiros como tem com os *anarchistas*; porém que ainda para o caso de que estes dous inimigos formem alliança contra o Paraguay, este esta preparado; e que isto não era impossivel, pois que já não seria a primeira vez que os brasileiros, que não se atrevem a vir sós, vão buscar a alliança dos *anarchistas*” (*).

Succederam-se a Herrera, d. Octavio Lapido e Antonio Carreras e por fim D. José Vasques Sagastume em março de 1864, o homem que sabia manejar a lisonja tão cara aos ouvidos de Solano Lopes e que devia exercer funesta

(*) Lutz Alberto Herrera — *La diplomacia oriental en el Paraguay*. 1908. Capt. XXI.

influencia sobre seu animo excitavel. Acolhidos pelo novo governante paraguay, pois succedera a seu pae a 16 de Outubro de 1862, foram-lhe promettidos sua cooperação e intromissão nas contendas politicas que se agitavam entre o Uruguay, o Baasil e a Argentina.

Em consequencia do *ultimatum* do Conselheiro Saraiva ao governo de Aguirre (4 de Agosto) renovou Sagastume os pedidos anteriores para que o Paraguay auxiliasse o Estado Oriental com suas forças terrestres e sua esquadra. A este pedido respondeo em 30 de Agosto o Ministro Berges em extensa nota, publicada no *Semanario* n. 540 de 1 de Setembro, na qual recapitulava todas as proposições orientaes e até mesmo as communicações as mais confidenciaes. Por ella veio a luz que o presidente Berro havia mandado propôr a Solano Lopez por intermedio de Lapido, seu representante desde 9 de Julho a 21 de Novembro de 1863, um projecto de tratado de alliança offensiva e defensiva entre o Uruguay e o Paraguay para defesa da integridade de seus territorios e equilibrio do Rio da Prata etc.; que o Paraguay se apossasse da ilha de Martim Garcia, comprometendo-se o Uruguay a neutralizal-a para não estorvar a livre navegação dos rios platinos; que não tendo Lopez accedido este projecto, porque importava declarar guerra a Argentina, consentio, não obstante chamar a attenção do governo de Buenos Ayres a cerca da protecção prestada a Flores, passando para isto em 6 de Setembro, por consequencia ao General Mitre, por intermedio de Berges uma nota e outras posteriores, inspiradas na idéa de obrigar-o a não desviar-se dos deveres que lhe impunham a neutralidade; que, assim mesmo, o Snr. Lapidio se havia obrigado, ao retirar-se e procurar ver o General Urquiza para dicidil-o a adherir á causa paraguaya-oriental e pronunciar-se contra o governo do General Mitre.

E depois de uma longa enumeração de factos, ditos e incidentes diplomaticos, concluiu dizendo a nota de Berges á Sagastume "que não acha appor-tuno que seu governo intervenha por ora, como S. Ex. solicita em sua nota de 25 deste mez, nas difficuldades surgidas da politica do governo imperial com o de V. Ex. pela reunião de forças navaes e terrestres nas aguas e fronteiras da Republica Oriental do Uruguay, procurando de accordo com o governo de V. Ex. os meios de salvar os direitos e a soberania do povo oriental *porém sendo estas qualidades condição necessaria do equilibrio do Rio da Prata e este principio de sua politica e prosperidade, se reserva alcançar este resultado com sua actuação independente.*

Solano Lopez joguete nas mãos de Sagastume, ao nosso ministro em Assumpção, Cesar Sauvan Vianna de Lima, na mesma data, 30 de Agosto, passou o seu ministro Berges, um protesto em tom de ameaça uma nota que não mais era do que uma anticipação de declaração de guerra.

Dizia "que qualquer occupação de territorio oriental por forças imperiaes seria considerada por elle como *casus belli*, como attentatoria ao equilibrio dos Estados do Prata que interessa á Republica do Paraguay, como garantia de sua segurança, paz e prosperidade, e que protesta pela maneira mais solemne contra tal acto, descarregando-se desde logo de toda a responsabilidade das ulteriores declarações".

Cheio de odio Solano Lopez ao Brasil, bem contra a Argentina, havia se preparado com tal segredo, seguindo a trilha indicada por seu pae, que aos mais perspicases causou verdadeira surpresa.

Desde muito que Carlos Lopez cuidava da organização militar de seu paiz, pois em 1844 já possuia um exercito permanente de 18.000 homens, sendo que todos os cidadãos paraguayos eram obrigados ao serviço militar, os quaes eram successivamente licenciados depois de instruidos e exercitados.

Coube ao nosso ministro em Assumpção Pimenta Bueno, mais tarde Marquez de S. Vicente papel preponderante n'esse assumpto. Por sua suggestão foi mandado editar "El Paraguay Independente" que appareceu em Abril de 1845, destinado a defender direitos territoriaes e independencia do Paraguay,

Devido a auxílios do Brasil deu-se a formação de um exercito regular; sob a direcção de officiaes brasilienses fez-se o levantamento das fortificações de Humaytá, o fornecimento de armas e munições e creou-se fabricas pyrotchnicas, arsenaes e fundições sob a direcção de engenheiros e machinistas mandados contractar na Europa; grande copia de armamento tinha em deposito em pontos diversos; sua esquadrilha teve para instructores os Tenentes Soares Pinto e Caminada, de nossa marinha.

Em 1862 havia inaugurado a estrada de ferro de Assumpção a Paraguay. Sua marinha compunha-se de 14 navios á vapor.

Com a morte de Carlos Lopez, seu filho elevou o exercito para 80.000 homens que depois, em 1864 foi accrescido para 92.000 e segundo alguns a mais de 100.000! Enquanto isso, o opposto era praticado entre nós. Depois de reduzido o nosso exercito e disseminado pelas provincias, onde fóra das vistas do centro, entregue as unidades aos respectivos presidentes, foi empregado no serviço de guardas, policiamento e fins eleitoraes.

Pelos relatorios e relações de mostra dos diversos corpos do exercito, vê-se que figuravam como existentes n'aquella epoca 16.824 homens entre officiaes e praças. Até fins de Março de 1865 só havia o governo conseguido reunir no theatro da guerra um corpo de 8.881 praças de todas as armas e cerca de 1.100 officiaes e praças em diversos navios da esquadra, ao todo 9.685 homens, isto é a decima parte do exercito paraguayol

Achou azada a occasião o autocrata paraguayol para vingar-se do seu amor proprio offendido pelos desaires soffridos pela recusa de sua mediação na contenda entre o Brasil e o Uruguay e entre este e o General Mitre, governador de Buenos-Ayres, elle que havia sido mediador em 1859, entre a Confederação e o Estado de Buenos-Ayres.

Sagastume, no dizer de Charles Washburn, ministro dos Estados Unidos, conhecia a fraqueza de Lopez, a quem nenhuma lisonja era bastante para seus ouvidos. Fel-o crer que elle era um grande guerreiro, como havia provado sel-o em 1845 na campanha de Corrientes, e que levando suas tropas victoriosas ao Brasil, o Imperador se veria obrigado a tratar de paz e acceitar as condições que lhe impuzesse o vencedor.

N'essa convicção em discurso perante uma manifestação popular, disse Lopez: "o Paraguay não deve acceitar por mais tempo a *prescendencia* que se tem feito de seu concurso ao agitar-se nos estados visinhos questões internacionaes que têm influido mais ou menos directamente com o menoscabo de seus mais caros direitos".

Não cessava a nefasta influencia de José Vasquez Sagastume de exercer-se no animo excitavel d'aquelle que considerava uma humilhação, em seu orgulho e vaidade, acceitar conselhos que o fizessem afastar-se dos seus desaccertos politicos, administrativos e diplomaticos.

Assim é que a 28 de Outubro Sagastume apresentou-lhe memorial em que lhe suggeria e insinuava as idéas que em resumo se seguem: "Cabe ao Paraguay a invejavel gloria de levar seu poder e suas armas ao proprio theatro dos factos, para libertar o grande principio da independencia e o porvir destes paizes... Quanto ao direito, o ha estabelecido claramente a previsão e o acerto com que o Exmo. Governo do Paraguay fundou a sã doutrina do equilibrio do Rio da Prata... O Brasil desanttendeo a justa admoestação do Paraguay... e a esta prescendencia se ajunta a descortezia de não satisfazer ou explicar actos internacionaes de transcendentaes resultados... O governo do Paraguay deve, portanto, fazer effectivo seu protesto no terreno dos factos. "Porém este direito se justifica mais, obrando de concerto com o governo oriental".

"Para este concerto o governo oriental poderá, ou pedir a intervenção armada do Paraguay, ou celebrar um tratado de aliança offensiva e defensiva para garantir a independência e a integridade de ambas as republicas, de qualquer perigo que as ameaçará no presente e no futuro...

"O Brasil não é um poder temível, porque ha diversas tendencias em seu seio. Ha, além disso, no Rio Grande, como nas provincias do Imperio, um elemento poderoso que se pode fazer valer em seu prejuizo.

A escravatura libertada debaixo da protecção das armas republicanas, deve ser um auxiliar da boa causa, convertendo-se, naturalmente, em inimiga de seus oppressores.

"Na lucta da Republica do Paraguay e do Uruguay com o Imperio do Brasil, este não pode ter a cooperação de nenhum povo americano.

"Quaesquer que sejam as classes de compromissos contrahidos pelo governo de Buenos Ayres com o Brasil, o General Mitre não terá bastante poder para conduzir as armas argentinas a confraternisar com o Imperio em virtude do systema republicano... "Contando com o assentimento do governador de Corrientes, não haverá obstaculo para que o exercito paraguay verifique seu *transito innocente* por esta provincia para chegar ao Brasil... "E' seguro que o General Urquiza adhirá á boa causa para recuperar sua posição perdida. "A mobilisação das forças paraguayas sobre o Brasil, será talvez o golpe de morte para o Imperio... "O governo do Paraguay estaria em seu direito para invadir o Brasil em silencio.

Já o tinha annunciado em seu protesto e com a resposta á nota da legação brasiliense sobre o assumpto. Com o primeiro golpe ao Imperio uma manifestação ao mundo justificaria seu direito.

O general Lopez libertaria assim a Republica Oriental, garantindo o porvir de sua propria patria; cobriria seu seio de gloriosos louros e a historia destes paizes tributaria, a seu nome dignos e merecidos applausos." (Cecilio Baez — *Resumen de la Historia del Paraguay*).

Veremos que seguio Lopez *pari-passu* o plano proposto, mas cujo desfecho foi a sua derrota completa e o sacrificio de seu heroico povo, meredor sem duvida de todos os applausos pela galhardia com que soube combater.

Com destino a Matto Grosso seguia em novembro o paquete nacional "Marquez de Olinda", levando a seu bordo entre outros passageiros, o coronel do exercito Carneiro de Campos, nomeado presidente d'aquella provincia, mesmo que na Camara dos Deputados, pouco antes manifestára-se contra o augmento de nosso pequeno exercito, enquanto o seu companheiro, o deputado Manoel Joaquim em 8 de junho dizia: *Se hoje me dissessem que um decreto havia dissolvido e desarmado o nosso exercito; que as nossas fronteiras estavam desgarnecidas; e que um grande incendio havia devorado os nossos navios de guerra e que eu mesmo presenciasse este facto horroroso, eu levantaria o meu pensamento a Deus e adoraria os decretos de sua Providencia. Se visse esses navios podres, ainda que a catastrophe se extendesse a todo eu me conformaria, etc.*

Quer isto dizer que os utopistas não são de hoje, elles o são de todos os tempos!

Depois de ter aportado em Assumpção deixou-o seguir Lopez sem menor obstaculo. Instado porém e assediado por Sagastume ordenou que seguisse em sua captura a veloz canhoneira "Taquari", que o aprisionou a 30 milhas acima.

Sem o menor acto praticado pelo nosso governo, iniciou Lopez as hostilidades contra o Brasil. Estava Sagastume satisfeito e seu plano ia ser posto em execução. Pagariam o seu paiz e o Paraguay a demencia sua e de Lopez

No commando de praça de Paysandú estava Leandro Gomes Momem de prestígio, audaz e intransigente. Ao receber a intimação para immobilisar o "Villa de Salto" e as pequenas embarcações ás suas ordens, repellia-a terminantemente e com altanaria, ameaçando reagir.

Compunha-se a nossa esquadra dos seguintes navios: Em Buenos Ayres, fragatas "Nitheroy" e "Amazonas", corveta "Beberibe" vapor "Recife", canhoneiras "Mearim", "Ivahy", "Araguaya" e "Maracanã"; em Montevideo: "Jequitinhonha"; no rio Uruguay as canhoneiras "Itajahy" e "Belmonte" e "Parnahyba" no rio Negro.

Em 24 de Agosto para tornar effectivas as ordens do Almirante, suspendeo o chefe Pereira Pinto de Montevideo com as canhoneiras "Jequitinhonha" e "Araguay" e no dia seguinte já esta ultima perseguia o vapor oriental "Villa del Salto", até a embocadura do rio Negro, afim de intimar-lhe que regressasse a Paysandú e ali se conservasse. Aproveitando-se da manobra que fazia o nosso navio para prolongar-se com o navio oriental, este que se achava aproofado á subida, principiou a retroceder com extrema velocidade, conseguiu assim escapar-se rio acima.

Em 7 de setembro o chefe Pereira Pinto navegando do Salto para Paysandú, avistou a uma hora da tarde, aguas abaixo, com sua tradicional velocidade, costeando a margem argentina o citado vapor.

Começou então a caça, que depois de muitas peripecias desagradaveis, que bastantes desgostos deram ao chefe Pereira Pinto, pelas censuras feitas, tanto no Brasil como no Uruguay, ao seu proceder, não o mettendo á pique, foi encalhar em frente á Paysandú e incendiado pela propria guarnição.

O proprio barão de Tamandaré vae explicar as razões porque apoiou o seu commandado, que apesar de ter forças sufficientes para metter a pique o vapor que burlou assim de sua vigilancia não o fez. Não foi por temer de iniciar uma lucta, como alguns membros do partido *colorado* chegaram ao extremo de avançar e que por isso tiveram a idéa insultuosa de offerecer-lhe um *meringue* ou saia balão, que aquelle chefe assim procedeo.

Tenia de facto as consequencias que poderiam advir, não do Estado Oriental, mas de Buenos Ayres, e ainda da parte de Urquiza.

A bordo da mesma canhoneira "Belmonte", no momento em que por elle passou o "Villa del Salto", rompo de bordo deste uma enorme vaia acompanhada de uma descarga de fuzilaria, que muito indignou a guarnição que esperava ordem para romper fogo. Não sendo dada esta, dirigiram-se os marinheiros ao chefe que se achava a ré, depuzeram as armas no convez, dizendo "que era inutil tel-as nas mãos desde que não era para fazerem fogo". Compreheendo o chefe que por demais tinha sido tolerante.

Sobre o succedido disse o almirante Tamandaré "E' preciso estar aqui, no theatro dos acontecimentos, para poder julgar d'elles com acerto, e considero summamente deploravel termos chegado a um tempo em que o militar brioso, que só consulta o melhor meio de servir o seu paiz, tem por juiz o primeiro escriptor ou articulista, que se arvora em arbitro da opinião publica, quando não é mais do que representante ou escriptor da sua propria. Veterano da independencia do Imperio, desse tempo viril em que se agia mais do que se fallava e escrevia, pois se constituiu uma nação livre, desbaratando innumeradas difficuldades, deploro que hoje o militar só encontre severidade em uma situação que não creou, para a qual não tem concorrido, que o contraria a todos os momentos. Permitta V. Ex. esta expansão a um velho marinheiro, cuja vida inteira tem sido consagrada á Patria e ao throno, e que não sancionaria, com sua tolerancia, uma indignidade si ella realmente existisse.

"Desde que o governo de Montevideo rechassou o *ultimatum* do Snr. Conselheiro Saraiva, não obstante sua grande debilidad, entendeu que só se podia salvar se conseguisse fazer vibrar a corda da nacionalidade. Procurou

incitar contra nós os odios de raça, fazendo crer a todos os povos de origem hespanhola que habitam esta região, que o nosso fim occulto era a conquista da Banda Oriental. Esse plano foi frustrado pelo procedimento, que se julga vacillante, do chefe Pereira Pinto, que executou as minhas ordens, não dando um tiro no dito vapor n'aquellas aguas...

"A largura do rio Uruguay, entre o porto de Concordia, na margem argentina, onde tinha-se refugiado o "Villa del Salto", e o porto do Salto, na margem oriental, não excede de 150 braças, e assim se mantem muitas leguas abaixo da posição que occupava o chefe Pinto, acima do porto de Paysandú.

"Este chefe tinha descido do Salto não só porque contava, com bons fundamentos, e todos acreditavam até o proprio governo argentino, que aquelle vapor havia sido entregue á companhia a que pertencia, e que ia arvorar a bandeira italiana, como porque viu que elle desarmava na Concordia, desembarcando as peças que tinha á bordo...

Navegava o chefe Pinto á vela, quasi a meio do rio, quando viu descer com toda velocidade o "Villa del Salto", tangenciando a margem argentina de Entre Rios e dando *vivas* e *morras*. Se não contivesse sua indignação n'aquelle momento, difficil para um official de honra, o que teria feito? Atiraria sobre o vapor algumas balas, que nenhum mal lhe causariam, mas que iriam pôr de pé toda a provincia de Entre Rios, cujo solo varreriam. Conjecturo que o vapor não soffreria nada com os nossos tiros, porque elle seguia com uma velocidade de 15 milhas por hora, e em cada cinco minutos transpunha uma distancia de mais de uma milha, que o permittia abrigar-se com uma volta do rio.

"Ainda que nossas canhoneiras se achassem de fogo acceso, n'aquella situação não podiam hostilizar o vapor "Villa del Salto", sem offender a neutralidade d'aquellas aguas, que eu tenho muito a peito respeitar...

...Si tal succedesse, o General Mitre seria contrariado a assumir uma attitude differente, e pela satisfação de poderem hoje nossos jornaes que haviamos disparado alguns tiros, teriam comprometido a excellente situação com que nos achamos para com o governo argentino, que nos permite superar todas as difficuldades que possam provir do lado do Paraguay. Estou convencido até que estes mesmos jornaes, se apreciassem estas circumstancias, não lamentariam que tivessesemos poupado uma offensa a um Estado amigo, cuja alliança nos importa muito estreitar para paz e prosperidade desta parte da America do Sul"...

La ser iniciado o bloqueio. No dia 9 de Novembro, estando fundeadas na embocadura do Rio Negro as canhoneiras "Parnahyba", "Mearim" e "Araguaya", atracou successivamente a duas d'ellas o vapor oriental "Gualeguay", com o secretario do General Flores, Snr. Bustamante, recebendo 54 caixas de armamento e munições alem de 11 barris de polvora para supprimento do exercito libertador.

A 22 de Novembro, não obstante as ameaças do commandante militar do Salto, Leandro Gomes, approximaram-se as canhoneiras "Itajahy" e "Mearim" e sabendo este que as forças de Flores se approximavam, entre-gou o commando da praça ao Coronel Palomeque e retirou-se para Paysandú.

Cercada a cidade, no dia 28 de Novembro, e bloqueado o porto deu-se a capitulação. Ficou a cidade sob a guarda de 120 praças e uma peça de artilharia desembarcada das canhoneiras "Mearim" e "Itajahy" a pedido do chefe politico e do commando militar.

Dirigio-se Flores para Paysandú. Entrava-se em operações de guerra e no entretanto nada se sabia da divisão do exercito que deveria operar com a esquadra.

No dia 3 de Dezembro com as canhoneiras "Araguahy", "Parnahyba", "Belmonte", "Ivahy" e "Recife", achou-se o Vice Almirante Tamandaré em frente a Paysandu' e em conferencia com o General Flores, resolveo atacar a praça antes mesmo da chegada do exercito imperial de cuja marcha não havia ainda noticia. Contava Flores com 3.000 homens de cavallaria e 600 infantes. Julgaram ambos que deveriam se aproveitar do effeito moral da occupação do Salto para obrigar a rendição de Paysandu'.

Leandro Gomes contava para a defesa da praça com 1.274 homens e assestadas 15 boccas de fogo de calibre 12 e 18.

De accordo com Flores desembarcou no dia 4 de Dezembro uma força composta: de 200 praças do 1.º batalhão de infantaria, de 100 soldados navaes e de 100 imperiaes marinheiros, com treis peças de campanha de calibre 12, commandada pelo 1º Tenente Antonio Teixeira de Freitas e uma estativa de foguetes a congrève, ao mando do 2.º Tenente Miguel Antonio Pestana. A essa força reunio-se um esquadrão de 160 brasileiros, que ao mando do estancielro Bonifacio Machado, servia no exercito de Flores.

No dia 6 repellida a intimação do nosso Almirante, communicou este aos commandantes das canhoneiras, ingleza, hespanhola e italiana que ali se achavam, que ia bombardear a cidade. Teve em resposta que tal operação seria impedida antes de formal declaração de guerra. Contestou-lhes o Almirante com a maior energia que tinha canhões para terra e para quem ousasse se oppôr ás suas operações."

A' vista disto e da recepção que haviam tido os parlamentarios — á bala —, o commandante inglez, da canhoneira "Dotterel", sob pretexto de que desconhecendo o idioma hespanhol não haver comprehendido a violencia dos termos da nota que enviára e por isso propunha a sua retirada.

Diz o pranteado e grande patriota inesquecivel Barão do Rio Branco: "Apoderamo-nos dos primeiros canhões, mas as nossas peças de campanha ficaram desmontadas depois de algum fogo pela fraqueza de seus reparos, e a estativa de foguetes ficou inutilisada. O combate em terra foi entretanto, sustentado com o maior denodo, causando estragos immensos ao inimigo, as bombas de 68 que as canhoneiras jogavam. O Vice-Almirante Tamandaré desembarcou poucas horas depois com um reforço de 100 imperiaes marinheiros e uma peça de 12.

"No dia 7 continuou o ataque, desembarcando da esquadra uma peça de calibre 32 e uma de 68, da 6ª classe, que foram collocadas em bateria na eminencia de Boa Vista, sitio que domina a cidade pelo norte. No dia 8 proseguio o fogo, sendo interrompido á tarde por estarem quasi exgotadas as munições de artilharia do exercito de Flores. O Almirante Tamandaré e o General Flores resolveram então suspender o combate até a chegada do exercito imperial. E' admiravel que os sitiados não houvessem emprehendido uma sortida durante esses dias em que nossas forças, inferiores em numero, estavam divididas, e consequentemente, expostas a um golpe de mão. A perda dos brasileiros foi de 12 mortos, 40 feridos e um extraviado; a do exercito de Flores de 42 mortos e 50 feridos; dentro da praça constou ter havido 100 ou 150 homens fóra de combate."

Havia o nosso Almirante concedido um armistício de cinco horas para que fosse evacuada a cidade pelas familias que o quizessem.

Nessa occasião chegou ao nosso acampamento no dia 15 o General Netto com uma brigada de 1.200 voluntarios de cavallaria que faziam a vanguarda do nosso exercito. Soube-se então que o presidente Aguirre, no intuito de fazer levantar o cerco a Payssandú, havia ordenado ao General Juan Saa á frente de 3.000 homens e quatro boccas de fogo seguissem a atacar nossas forças.

Foi resolvido immediatamente que marchassem contra aquelle corpo de exercito o General Flores com 2.400 homens, seguido dos 1.200 voluntarios de Netto e 320 marinheiros e soldados do 1º batalhão de infantaria ao mando do

Major Correa da Camara, Sabedor desse movimento, Juan Saa, o *Lança Secca*, como era conhecido, poz-se em retirada, tornando a passar o Rio Negro e os sitiantees voltaram ao cerco de Paysandu' no dia 25.

Procuravam de Montevideo, por qualquer meio os chefes *blancos* socorrer a praça sitiada. Prevalendo-se de que para fins humanitarios, sempre prompto se achava D. Jacintho Vera, vigario apostolico, nascido em Santa Catharina, solicitaram-lhe, não só pela sua elevada posição, como por ser filho do Brasil e com estes predicados, seria bem recebido pelo nosso Almirante, e obtiveram delle a acceitação da chefia de uma comissão, composta do cura da igreja de S. Francisco, Martim Perez, de mais dous padres, quatro irmans de caridade, do presidente da Junta de hygiene, Dr. Vich e de seu assistente, para levarem confortos espirituaes e medicamentos aos moribundos e feridos nos hospitaes de sangue dos sitiados.

Promptamente accedeo D. Jacintho Vera, sem siquer suspeitar da mascarada empreitada que inconscientemente ia desempenhar. Não levando em conta a solercia humana, a sua boa fé e ingenuidade fizeram-no praticar uma acção que muito o desgostou e da qual sempre se arrependeo.

Embarcados no vapor "Teixeira" a 14 de Dezembro, chegaram a Paysandú, onde no dia 21 apresentados ao Almirante e exposto o fim da missão que os levava, não se negou este o ingresso na praça sitiada, no que concordou o General Flores.

Desconfiado embora o General, conhecedor das manhas de seus compatriotas, dos intuitos de tal comissão, ainda assim permittio que seguissem para a fortaleza; não deixou comtudo de tomar certas providencias. Ao chegarem ao ultimo posto avançado ao mando do Coronel *colorado* Goyo Soares, ordenou este que fossem todos revistados, bem como suas bagagens.

Dessa medida resultou a apprehensão de mais de cincoenta cartas, officios, proclamações e artigos laudatorios publicados pelos jornaes de Montevideo, enaltecedores da defesa de Leandro Gomes, avisando-os tambem de que em breve seriam auxiliados pelo exercito do Governo ao mando de Juan Saa.

O supposto Dr. Vich, não passava de um empregado do correio, disfarçado em medico e seu assistente, não era mais do que uma franceza, sua amante, com quem publicamente vivia.

Levados á presença do Almirante, em extremo envergonhado, explicou D. Jacintho Vera que se achava innocente em toda aquella trama, tendo sido vilmente ludibriado. Durante quatro horas esteve preso o falso medico, sendo postos em liberdade os demais, e todos tiveram ordem de reembargar. Dessa empresa levou D. Jacintho Vera amarga lembrança pelo vexame a que o expuzeram, devido tão sómente á sua candura d'alma e enfurecidos contra o tal doutor que os havia exposto á irrisão de toda a soldadesca. Levou tambem a prova de que muito diverso era o proceder dos nossos contra os sitiados ás ordens do Leandro Gomes.

Emquanto se lhes dava liberdade e garantias, haviam presenciado, espetada em uma haste, na muralha da praça sitiada, em frente á bateria de marinha, para que fosse reconhecida, a cabeça de um marinheiro, tambor, da canhoneira "Ivahy", que havendo sido surpreendido extraviado, fora aprisionado, martyrisado e por fim degollado.

Na tarde de 29, reunio-se então ás forças sitiantees o General Menna Barreto, trazendo apenas 5.711 homens, dos quaes 1.695 de infantaria, sem contar os officiaes, 195 de artilharia, inclusive os officiaes e os demais de cavallaria. Não trazia este pequeno exercito artilharia de bater praças e nem siquer um engenheiro "que pudesse dirigir a abertura de um fosso e a construcção de um parapeito em que se abrigassem os nossos artilheiros, inteiramente expostos ao alcance do tiro de fuzil em frente a Paysandú."

Seu parque compunha-se tão somente de 12 peças de campanha com 70 tiros por peça. "Não levou esse exercito em sua bagagem uma machadinha, um só instrumento necessario para romper cercas, abrir portas e escalar muralhas."

Grave era a situação. O nosso Almirante a sentia mais do que ninguém, elle ao pedir em 10 de Outubro recursos ao Rio de Janeiro ao ser surprehendido com o protesto paraguay dizia "cada dia perdido importa para nós em augmento de despezas e de sacrificios para alcançar o mesmo resultado, que já poderíamos ter obtido com mais energia e decisão... Não me cansarei de repetir que nesta intervenção, como em qualquer outra em que nos tenhamos de haver com qualquer dos Estados do Rio da Prata não devemos olhar para a questão como reduzida a um só dos taes Estados, mas sim devemos contar com a possibilidade de os termos todos reunidos contra nós. A questão presente com o Estado Oriental foi uma rara excepção, devido ao disparatado procedimento de seu Governo, que parece ter tido a peito desgostar successivamente a todos os Governos e povos visinhos.

Estava na nossa honra levar a termo o emprehendido e Tamandaré não recuaría nessa nobre missão.

O erro de acommetter uma praça e sitiá-la com menor numero de homens que os defensores d'ella, tinha sido pezado pelo nosso Almirante. Era preciso destruir sem demora o poder de Aguirre, derrocal-o desde logo para poder impor ao inimigo que se levantava; atacando-o pela retaguarda obrigaria a render -se. Seus navios eram outros tantos fortes que martellariam os sitiados obrigando-os a não abandonar a praça para operar sortidas.

Assim Paysandú não era uma praça a assediar em campo raso. Para os sitiantes havia ponto de apoio e por isso emprehendeo o ataque.

Elle o fez com consciencia pois, e explicou porque ensaiou o primeiro ataque, sempre na esperanza de ver chegar as tropas imperiaes: "A noticia que dei a V. Ex. da apprehensão do paquete "Marquez de Olinda", no porto de Assumpção, verificou-se e hoje se acha retido o presidente nomeado para Matto Grosso, que nelle ia de passagem, e todos os outros passageiros, sendo bem provavel que tambem esteja prisioneiro o 1º Tenente Luiz Barbalho Muniz Fiuza, que levou a correspondencia de V. Ex. para o nosso Ministro Residente, no paquete "Taquary". Sobre este grave facto e consequencias que se lhe seguiram. V. Ex. deve ter amplas informações agora da parte do dito Ministro Residente que me consta já ter chegado a Buenos Aires. Aquella noticia estava sendo explorada habilmente pelos *blancos*, que apresentavam a attitudo do Paraguay como uma garantia de sua conservação no poder e de que o Brasil não proseguiria na execução de suas ameaças infelizmente retardada. Era necessario provar-lhe que não recuamos da posição de honra que assumimos; não só para desanimal-os, e robustecer o partido *colorado* com o grande apoio de nossa protecção, como para conter os entrerrianos, que pareciam querer tomar parte na lucta á favor de Montevideo, se os paraguayos marchassem contra nós. Chegava-me a noticia tambem de que o exercito imperial se achava proximo do Rio Uruguay: assim como a divisão ao mando do Brigadeiro Netto e que o General Flores tinha tomado a villa de Salto por capitulação e que queria aproveitar o prestigio desta victoria para apoderar-se tambem de Paysandú'. Para este triumpho haviam cooperado os marinheiros estacionados no Salto, já não deixando em duvida a attitudo que tomariam na occasião do ataque da praça em frente á qual se haviam collocado, já fornecendo ao vapor "Quinteros", armado pelo General Flores duas peças de campanha, uma estativa de foguetes a congreve e alguns artilheiros, que lançaram sobre a cidade duas bombas e um foguete, que muito alarmou a população e a obrigou a pedir capitulação. Resolvi, á vista destas circumstancias, partir no dia 30 do passado para Paysandú', onde devia encontrar-me dentro de poucos dias com os Generaes Menna Barreto e Netto, e igualmente o General Flores a quem tencionava auxliar efficazmente na tomada da Praça.

Sobre o primeiro ataque da praça, vemos o quanto de razão tinha o Almirante. Ao Governo communicou que "às 7h 30m. da manhã começa a canhoneira "Araguay", onde me achava, sendo logo seguida pelo fogo do "Belmonte" do "Parnahyba" e do "Ivahy" que tinham tomado posição favoravel no dia anterior.... Não pode V. Ex. calcular o effeito prodigioso causado pela artilharia destes quatro navios que dahi a pouco fazia calar todas as peças do inimigo. As pontarias foram dirigidas com uma precisão admiravel, que honram os nossos artilheiros navaes e os officiaes de bordo, de tal sorte que as bombas iam estourar exactamente nos fortes, ou no centro da praça espalhando a morte e a destruição por toda a parte onde chegavam os seus estilhaços. Conforme minha recommendação, só se fazia fogo sobre os edificios que o inimigo tinha convertido em fortificações e onde tinha seus mais temiveis baluartes.

Os outros edificios eram poupados o mais possivel, e pouco soffreram como depois se verificou. Conston depois que esse bombardeamento poz pôra de combate a mais de 150 homens e que tinha atacado bastante a guarnição da praça, desmoralisando-a; porque a fez comprehender que nos canhões dos navios encontrava um adversario com que não contava.

"Pouco antes de começar o fogo dos navios, e logo que appareceu no porto uma força de cavallaria colorada, conforme estava combinado com o General Flores, desembarquei á frente de 100 imperiaes marinheiros da reserva e de uma peça de 12, os quaes seguiram para a linha de combate commandados pelo 1º Tenente João Baptista de Oliveira Montauray, meu ajudante d'ordens, prorompem em vivas entusiasticos. Esta força occupou a posição que lhe foi determinada pelo General e ahi permaneceu até a noite, batendo-se sempre com o cantão que lhe ficava em frente... A's 2 horas da tarde o inimigo estava reduzido ao recinto da praça; mas nossos marinheiros e soldados estavam fatigados por tantas horas seguidas de fogo, debaixo de um sol ardente, e não tinham tropas frescas para proseguir nas vantagens que podiamos obter, sem reservas para apoiá-las. Conservamo-nos por conseguinte até a noite nos pontos tomados. Então resolveu o General abandonar alguns para não enfraquecer a nossa força espalhando-a por uma linha tão extensa a guarnecer, no que condecordi. Por isso fez convergir parte d'ella para o porto onde acampou; a outra parte ficou guarnecendo a artilharia que permaneceu no campo em que operou. Desde esse dia tínhamos um pé na cidade".

A demora do exercito Imperial havia contribuido para que desde logo não cahisse Paysandú. Em carta publicada no "Jornal do Commercio" de 15 de Fevereiro, dizia o bravo 1º Tenente da Armada Francisco José de Freitas: "Tudo era contra nós; e porque? Porque estavamos como que abandonados de ha muito á espera de um exercito que, sempre em marcha, nunca chegava. E porque?... Seja dito de passagem, para corroborar esta ultima das nossas imposições aqui chegaram batalhões que não tinham 300 homens: quando o seu estado effectivo devia subir alem de 800 homens. E para que mais? se alguns dos nossos eminentes teem como desnecessarios o exercito e a marinha? Para que mais? si para alguns é preciso que não vingue a força militar, nem mesmo com prejuizo sensivel para o paiz!"

Quando o General Flores levantou o cerco de Paysandú para seguir em perseguição de Saa, mandou o General Leandro Gomez convidar para um *lunch* aos commandantes de varios navios estrangeiros que estavam no porto. Estava a sala do festim adornada com as bandeiras de diferentes paizes e como tapete de entrada foi collocada a brasileiense. Ao entrarem na sala, o official inglez, comprehendendo o quanto era ignominioso o proceder, estacando a entrada inquerio de Leandro Gomez o que aquillo significava. Este confuso, desculpouse, dizendo haver sido descuido da parte do criado. Então o commandante inglez apanhou a bandeira do assoalho e com toda a attenção pol-a em uma cadeira.

Logo que chegou a divisão Menna Barreto foi resolvido que se faria o assalto decisivo á praça a 31 de Dezembro.

De facto, depois de 52 horas de porfiado combate, pelas forças de terra e mar é tomada á viva força a cidade de Paysandú cahindo em nosso poder 700 prisioneiros, inclusive 93 officiaes, mais de 200 espingardas, 5 peças de artilharia, munições, bandeiras.

Deu-se na rendição de Paysandú um facto que muito contristou o nosso Almirante, qual o fuzilamento de Leandro Gomez. Aprisionado pelo Coronel brasileiro Oliveira Bello manifestou aquelle ser entregue á seus concidadãos, em vez de ficar em nosso poder, reclamou-o o coronel uruguayo Goyo Soares.

Este, para vingar-se de affrontas pessoas, mandou fuzilal-o com mais quatro officiaes prisioneiros. Este proceder que destoava tanto dos sentimentos demonstrado pelos nossos, servio para accusações ao nosso Almirante que assim se manifestou: "Não pude conter a indignação que se apoderou de mim por ver manchar assim uma tão esplendida victoria. Grande era a affronta que tihamos a vingar, innumerous os insultos que o Brasil e os brasileiros soffreram deste homem; contudo, eu queria que a sua vida fosse respeitada como havia positivamente recommendado, com uma solicitude que não disfarçava. Mas a fatalidade o impellio a seu destino, fazendo-o pelo seu orgulho, deixar a protecção da bandeira brasileira, sem se recordar que os odios politicos são sempre mais cruéis que os internacionaes". Em despacho de 22 de Janeiro de 1865 achou o nosso Governo conveniente solicitar do General Flores a punição "de Goyo Suarez e dos outros individuos que concorreram para ser commettido semelhante attentado, que tanto deslustra a victoria que obtivemos em Paysandú". Lê-se no *Boletín Oficial*, sobre a tomada de Paysandú'.

... "Fué entonces cuando nuestros infantes se apoderaran de Don Leandro Gómez, del Capitán Federico Fernández, del Comandante Juan M. Braga y de um Teniente Acuna, los cuales fueron fuzilados en el acto. El resto de los jefes y oficiales de la guarnición se han salvado debido á la magnanimidad del general en jefe y á los sobrehumanos esfuerzos del Sr. Mariscal Mena Barreto y del Sr. Barón Tamandaré, quienes por su propia mano y haciendo uso de su autoridad de jefes, consiguieron acalmar el furor de nuestros soldados...

Diz se que devido a este facto, em reunião de officiaes estrangeiros, ao estender a mão o nosso Almirante a um delles, este se recusou, dizendo que não apertava a mão de quem tinha feito derramar sangue de prisioneiros. A tão grave affronta não se conteve o nosso Almirante, castigando, na presença de todos a insolencia com uma bofetada. Esta é a verdade e não como disse um historiador em artigos ultimamente publicados em um diario de Buenos Aires.

Fallou-se até de um duello entre o commandante do vapor hespanhol "Val-de Rios".

A mesquinha politica herdada, que direi dos Capitães-Móres, foi sempre a nossa desdita. Ella consiste em subordinar á politica interna, toda pessoal, a politica externa. Em torno de nomes, que symbolisam as opiniões, não de principios, gyram os chamados partidos, que não são mais do que aggrupamentos que pouco depois desaparecem, uma vez satisfeito o interesse de alguns, pelo abandono dos despeitados, que vão nos arraiaes oppostos em busca de novas suppostas vantagens. Nesses principios, raros foram os homens do governo que na direcção da politica internacional se afastassem desse proceder, e esses mesmos, obrigados a transigir em certas questões, por falta de força que amparasse o nosso direito, pois já se tem dito e considera-se como aphorismo que as questões internacionaes são problemas de força e não questões de justiça. Não podem ser resolvidas por meio de principios de jurisprudencia, nem pelos methodos que se applicam aos casos juridicos internos.

Vendo o nosso governo que os negocios do Prata tomavam feição mais graves, isto porque não se cuidou desde o começo de meios para que não chegassem ao ponto a que chegaram, apezar dos insistentes pedidos do nosso Al-

mirante, como anteriormente na questão com Rosas, em vez de soldados mandou para aplanar dificuldades o Conselheiro Silva Paranhos em missão ao Rio da Prata em busca da aliança argentina e com tal encarregado da política da guerra.

O aphorismo posto em pratica de que ao deixar a penna o diplomata, empunharia a espada o General, no caso Saraiva, ia ser posto de parte, pois, ainda não tendo colhido o fructo o nosso Almirante por não se lhe ter dado os meios, já se lhe retirava o que se lhe era dado, sem o seu conhecimento.

Empenhado o Almirante Tamandaré em dar fim a contenda com o Uruguay, ao chegar o nosso plenipotenciário a Buenos Ayres, havia elle na véspera seguido para Paysandu' afim de auxiliar a tomada daquella praça. Com semelhante ausencia não se conformou o Visconde do Rio Branco, o qual sem duvida, dando mais peso ás operações de guerra de modo pelo qual pensava o Marechal Menna Barreto, via erro no que praticava o Almirante. Aquelle, havia proposto ao Governo invadir o Estado Oriental em busca do exercito de Aguirre, batel-o e fazel-o recuar para Montevideo para o que havia pedido acquiescencia. A tomada de Paysandu' era para elle operação secundaria, como havia escripto ao nosso plenipotenciário em 13 de Dezembro, porque destruido o exercito de Aguirre ou fazendo-o abrigar-se nos muros da capital, Paysandú não resistiria a um cerco, e se o fizesse seria por muito poucos dias.

Censurava-se ao nosso Almirante o seu procedimento em atacar Paysandu' quando era letra de suas instrucções depois da retirada do Conselheiro Saraiva exercer as represalias e augmentar-lhes a gravidade conforme julgasse necessario. Não tinha o nosso exercito invadido o Estado Oriental? Não tinham as forças de Oribe feito arriadas na nossa fronteira, atacando a cidade de Jaguarão?

Procedendo, como procedeo o Almirante Tamandaré apossando-se do baluarte de Paysandú, tomou das mãos do inimigo, para collocar nas nossas, um ponto de apoio admiravel e de vigilancia de toda a fronteira, reconhecido como tal, desde as campanhas de 1811 e as que se seguiram. Onde poderia a nossa esquadra fazer uma base de operações no estuario do Prata e estabelecer assim pelo Uruguay franca linha de comunicação com o nosso exercito? Haja vista o acontecimento em 1823, e em 1827, com o desastre de Juncaí.

Tamandaré que fez parte na lucta desde 1826 a 1828, na propria arena estudou o problema. Olhava-se a guerra que ia ser iniciada por um só prisma, o terrestre, deixando-se de parte o principal, que era a marinha. A tomada de Paysandu' foi um audacioso golpe strategico que abriu os portos de Montevideo ás nossas mesquinhas forças.

A visão militar do marinheiro illustre salvou a nossa honra. Sem o porto de Montevideo para base de operações qual teria sido o resultado da campanha? Para ter Montevideo era preciso obter antes uma das chaves mesopotamicas do Prata, que era Paysandu'. Preparou elle, com a tomada desta praça, embora cometendo uma falta, qual a de assedial-a com pouca força de ataque, contando sem duvida com os canhões de seus navios, o predomínio naval, portanto o terrestre, sem o qual desapareceria o nosso prestigio perante as republicas do Prata e assegurou deste modo a aliança que em breve ia dar-se, visto contar com a boa vontade de Mitre, que via nos successos e no procedimento, na firmeza do Brasil, o alicersamento da confederação argentina.

Cioso o almirante das attribuições que lhe foram dadas e que não tinham sido revogadas, preocupado estava com o ataque de Paysandu', recebeu do nosso enviado extraordinario, pois até então communicava-se com o nosso ministro em Buenos Ayres, o Sr. Leal, o seguinte officio "Fui portador de um despacho de S. Ex. o Sr. Ministro dos Negocios Extrangeiros para V. Ex. e pelo intermedio do Sr. 1º Tenente Antunes secretario de V. Ex. quando este me appareceu pela primeira vez com noticias de V. Ex. no dia 10 do corrente, preveni a V. Ex. de que não remetia esse despacho, porque a materia

exigia da minha parte observações que só de viva voz poderei expôr-lhe, e estando V. Ex. ahi empenhado no ataque de uma Praça nada se perdia com a demora e acautelava-se o extravio de um documento que encerra todo o segredo de minhas instrucções. Hoje pela razão já dita, devo sahir do meu silencio e anticipar a V. Ex. que o referido despacho tem por fim dar-lhe pleno conhecimento do objecto da missão diplomatica de que me acho encarregado. Conforme as ordens do Governo Imperial, devo procurar o mais efficaz concurso do Governo Argentino para a solução da actual crise do Estado Oriental e para a guerra, que era de prever, e já nos foi declarada pelo Paraguay. O Governo Imperial autorizou-me para modificar algumas de suas disposições anteriores, no que toca á politica de guerra, e mesmo as que elle me recommendou expressamente em certos casos previstos, conforme o juizo que eu aqui formasse dos acontecimentos e as declarações que ouvisse ao Governo Argentino.

Já encetei a minha negociação com este Governo porque o tempo urgia, e era impossivel que eu me conservasse em abstenção até a chegada de V. Ex. O Governo Argentino não esava disposto ao menor sacrificio de sua parte, mas á força das circumstancias parece que vae modificando este seu proposito e enclinando-o a um melhor accordo com o Governo de S. M. o Imperador.

A esse officio que tanta estranheza causou ao Almirante respondeo: Vejo o que me diz V. Ex. relativamente ao despacho que tem para mim, do Ex. Sr. Ministro dos Extrangeiros, de cujo conteudo estou ancioso em saber, mesmo antes das explicações de V. Ex., pois é tal a largueza, que diz ter, para cortar as disposições anteriores que me foram conferidas, além de outras, que em certos casos previstos está autorizado, que devo inferir terem sido alteradas as attribuições que possuo na categoria de general, e suppôr-me um mero agente secundario de V. Ex. E como não deva nem de leve acreditar que isto possa ter logar, e que só o respeito que tenho a mim mesmo e o amor a dignidade da classe a que pertenço me fazem tirar das palavras de V. Ex. estas desagradaveis illações, aguardo impaciente que me venha ás mãos o despacho do Ex. Ministro para adoptar o procedimento que me cumpre ter".

Não approvava o nosso Ministro a acção forte e energica que havia tomado o Almirante Tamandaré, com em despacho de 26 de Dezembro de 1864 havia communicado ao nosso governo, analysando-a politica e militarmente: considerava naquella occasião frustrada a tentativa. "A demora do exercito, que se tornou sensivel pela prematura publicidade que aqui se deram a todas as ordens expedidas em nome do Governo Imperial: a demora do exercito, posto que bem justificada, foi por aquellas circumstancias uma derrota moral para o Brasil. O ataque de Paysandu', com que o nosso Almirante quiz reparar aquella perda, foi maior derrota moral e já custou sangue precioso".

Isso levou Tamandaré a retrucar que não carecia de accessor" e que os actos por elle executados eram de guerra que a elle só cabia dirigir e analysar.

A tomada de Paysandú dera-nos entretanto um extraordinario prestigio no Prata. Em 7 de Janeiro escrevia Silva Paranhos: "que as nuvens que se levantaram entre o Almirante e o enviado extraordinario, eu as creio dissipadas. Desde ante-hontem á noite, quando me avistei com o Sr. Barão de Tamandaré nesta cidade, e hoje creio ter nelle o mesmo amigo, cuja boa vontade e consideração tanta confiança me inspiravam ao receber o honroso convite de V. Ex.

Tal porém não se dava; a dissidencia subsistiria entre o Almirante e o enviado extraordinario, porque o primeiro não subordinaria seu plano militar a considerações politicas.

A 12 já estava o exercito em Fray Bento, depois de entregue a Flores a Praça de Paysandu' e a 14 era embarcada a infantaria, seguindo a artilharia e a cavallaria para Santa Lucia onde desembarcou a infantaria que seguiu para as immedições de Montevidéo.

Disse o almirante: A attitudo do Paraguay exigia uma rapida mobilisação de nossas forças, para podermos não só manter uma defensiva honrosa como tomar opportunamente á offensiva. Montevideo é hoje o centro strategico de todas as nossas operações presentes e futuras." Assentado ficou em Fray Bento entre Paranhos, Flores e Tamandaré "marchar quanto antes contra Montevideo, sem prejuizo das formalidades politicas indispensaveis e da attitudo imponente com que nos deviamos alli apresentar".

Emquanto a Silva Paranhos coube aplainar difficuldades politicas, obter ratificação do accordo realisado entre Flores e Tamandaré e trazel-o a nossa alliança contra o Paraguay e dar conhecimento ao corpo diplomatico estrangeiro acreditado em Buenos Ayres e ao Governo deste paiz das vistas do nosso governo, coube ao Almirante, colhido para o nosso paiz o fructo da tomada de Paysandu', ver acolhida com satisfação pelos Almirantes estrangeiros e chefes de missão acreditados em Montevideo, a exposição detalhada que aos mesmos enviara.

Foi o seu rigor, a sua firmeza que collocou em seus logares as commandantes das divisões estrangeiras e chefes de missão que julgaram, em detremento da honra do Brasil, tirar vantagens do nenhum patriotismo de Aguirre e de seus sequazes, promptos a entregar sua patria ao estrangeiro, com tanto que intacto ficasse o seu orgulho.

Por elles foi reconhecido, mão grado, de que ao Brasil não faltaram filhos que em qualquer emergencia sabiam defender a sua soberania. Era um filho do Brasil que estava á testa de suas forças e não, como em 1825 os de empréstimo que no interesse proprio, consentiram que nossas tropas fossem faprestimo que no interesse proprio, consentiram que nossas tropas fossem difficilmente vencidas algumas vezes dahi a erronea apreciação do seu valor que faziam dellas no Rio da Prata.

Ao corpo diplomatico em Montevideo e ao mesmo tempo aos chefes das forças navaes estrangeiras em 2 de Fevereiro depois de historiar todos os acontecimentos que motivaram a entrada do Brasil na lucta, escreveu o Almirante: Taes são Sr. Contra-Almirante, as razões fortes e poderosas que obrigam o Governo Imperial a vir tomar um desforço, digno de uma nação civilisada, de um Governo que assim o tem provocado constantemente, e que se tem constituido em uma ameaça permanente para todos os interesses plantados nestes paizes por sua alliança com todos os elementos do crime e da barbaria de que se cerca e com que conta, para sua defesa. E' não só uma reparação nacional que exigimos hoje com as armas na mão, como um acto de humanidade e civilisação a guerra que sustentamos contra um Governo que queima tratados publicos, comissiona bandos de salteadores para incendiar, pilhar e assassinar povoações brasileiras da fronteira e que publicamente expolia os estabelecimentos bancarias e a população nacional e estrangeira. A missão, pois, do exercito e marinha imperiaes, unidos ao exercito libertador, ao apresentar-se em frente a Montevideo, unico ponto da Republica Oriental que ainda não se submetteu á autoridade do distincto chefe da revolução oriental, que representa os principios da ordem e da liberdade para sua patria, está definida. No exercicio dos direitos da guerra que a lei das nações nos concede, temos a intenção de fazer o menor mal possivel aos interesses particulares, quer dos nacionaes, quer dos neutros, sem prejuizo, porém, das operações necessarias, que se hão de levar a effeito, para fazer o maior damno possivel ao inimigo, nos pontos que escolheo para sua defesa no centro da cidade; o que julgo conveniente levar ao conhecimento de V. Ex. com antecedencia, para tomar a resolução que lhe parecer mais util em relação aos seus compatriotas residentes na praça, que não pode resistir ás forças superiores que a vão atacar por terra e por mar. Devo, ao mesmo tempo, prevenir a V. Ex., que de hoje em diante fica bloqueado o porto de Montevideo e marcado o prazo de sete dias, que serão contados desde já, para se retirarem os navios do ancoradouro interior, e se pôrem, em franquia em posição que não embarcem as operações, podendo neste ponto permanecer o tempo que precisarem para completar seus carregamentos se tiverem de sahir da praça."

A resposta dada ao Almirante francez é digna do nosso: como se vê de sua comunicação ao Governo: "Tornou o Almirante francez a chamar a minha atenção para os grandes interesses neutros vinculados em Montevideo, e para a circumstancia de ser esta cidade habitada, quasi em totalidade por estrangeiros, que ficavam, com suas pessoas e propriedades expostas, sem razão alguma a serem arruinadas por nossas bombas e balas. Repliquei a este argumento, que a este grande numero de estrangeiros com seus agentes á frente, competia representar ao Governo de Montevideo, e ao pequeno numero de homens armados que o defendem, que deviam abandonar o unico ponto que occupam no Estado Oriental, para se organizar um governo moderado, que permittisse o paiz entrar no seu estado legal. O Contra Almirante vendo que encontrava em mim firmeza no modo por que encarava a questão, tentou fazer-me uma ameaça polida, dizendo que, depois de tudo para que me havia chamado a atenção, só lhe restava declarar-me que, por mais neutraes que elle e seus collegas fossem, e quizessem ser na questão entre o Brasil e Montevideo, não podia elle deixar de manifestar-me que, no caso em que seus respectivos concidadãos e seus interesses fossem offendidos com o meu proceder, se veria forçado a tomar uma attitude conveniente. Eu interrompi-o dizendo que não reconhecia aqui ninguem com o direito de erigir-se-me meu juiz, á respeito do modo por que eu fazia uso do poder que me conferio o meu Governo, no direito perfeito que tinha de exercer o rigor da guerra contra Montevideo, e que havia de operar livre e independentemente de qualquer coacção que se me quizesse impôr. O Contra Almirante não pôde encobrir seu pejo por esta contrariedade; mas fez esforço, e continuou, dizendo-me que estava contente com a segurança que eu lhe dava de que fazia todo o possivel para poupar, quanto pudesse, damno ás propriedades estrangeiras.

Certifique-lhe e ao Contra-Almirante Elliot, que estes eram os meus desejos, e que assim havia combinado proceder com o commandante do nosso exercito, e com o General Flores. Cumpro um dever de lealdade confessando a V. Ex. que, durante minha conversação com o Contra Almirante francez, o Contra Almirante Elliot me dirigio por tres vezes a palavra em inglez, approvando tudo quanto eu expendia, e dizendo-me que deviamos quanto antes por termo á actual situação de Montevideo. Vieram mais tarde reunir-se á nossa conferencia o commandante das estações italiana e hespanhola, aos quaes repeti o meu proposito de tentar poupar, quanto possivel, damnificar as propriedades particulares da cidade. Se V. Ex. combinar o que exponho agora, com o que lhe communiquei em um officio que lhe dirigi de Paysandu', verá que o procedimento que alli tiveram os commandantes das canhoneiras franceza, italiana e hespanhola e de que se fazia orgão o commandante francez, era inspirado no mesmo pensamento, e de accordo com as instrucções que tinham. Como alli recuaram perante minha energia e firmeza e deixaram-me livre para obrar, espero que aqui succederá o mesmo, e é o que parecem indicar as respostas que remetto por copia. Quizeram ver se por meio da intimação embarçavam minha acção; reconheceram que marchavam em caminho errado, e já recuaram de novo".

Do corpo diplomatico recebeo o Almirante Tamandaré agradecimentos pela comunicação do ataque que ia ser levado á cidade e o modo pelo qual ia ser feito afim de evitar quanto possivel e maiores damnos aos estrangeiros.

A furia que se desenvolveu em Montevideo contra o Brasil desencadeou-se: foram queimados na praça publica os tratados existentes; uma bandeira nossa foi arrastada pelas ruas, pisada e cuspidá por membros do Governo; tudo isso se fazia na esperança da cooperação de Lopez, pois desde Dezembro anterior era proposito deste de enviar um exercito de 15.000 homens invadir o Rio Grande, como fez. Apesar de intervir o corpo diplomatico offerecendo mediação e ainda da coparticipação de Urquiza, chefe do partido federal e governador de Entre Rios, Aguirre persistia em querer resistir, fazendo mesmo voar a cidade, pelo transporte para ella de toda a polvora que se achava nos depósitos do Cerro, como affirmára perante o corpo diplomatico; contava com a

activa cooperação do Paraguay em frente a Montevidéo. Sagastume havia deixado no Paraguay a semente das cardos que serviram de abrolhos a Lopez e ao seu heroico povo que teve de pagar a insanias de seu dictador.

Trouxe elle em sua companhia o agente de Lopez, Cominos, portador para o Governo de Buenos Ayres de uma solicitação, fundado no precedente de nossa esquadra em 1854, permitindo o transito de seus exercitos pelo territorio argentino, conforme exigissem as eventualidades da guerra entre o Brasil e o Paraguay.

Havia o Almirante Tamandaré, depois da notificação do bloqueio, marcado o prazo de sete dias para retirada dos navios. Attendendo porém as solicitações do corpo diplomatico, visto que o governo de Aguirre terminava a 15, ampliou o prazo até esse dia.

Tendo faltado a sua palavra Aguirre de renunciar o cargo no dia 8, prometteo fazel-o a 14. Nesse dia foi eleito Villalba, partidario *blanco*, portanto da facção de Aguirre que preparou-se para fazer a paz. Por intermedio do ministro italiano Barbolani, que se dirigio para a villa União, onde se achavam Silva Paranhos, Flores e Menna Barreto, foi pedida uma suspensão de hostilidades. Não accedeo o nosso diplomata no reconhecimento de eleição de Villalba, pois a outro que Flores, vencedor, não poderia deixar de caber o poder.

Com verdadeira abnegação subordinou-se Villalba em vista do que a 20 de Fevereiro, depois das conferencias entre o emissario daquelle o Senador Herrera y Obes, Paranhos e Flores, resultou a convenção de paz.

Não se conformou com ella o Almirante pois sentindo-se amesquinhado e ainda mais por nada constar sobre o castigo que deveriam merecer os insultadores de nossa bandeira, a 22 de Fevereiro, dirigia ao ministro:

"Acha-se firmada a paz com o Governo de Montevidéo desde o dia 20 do corrente. As condições do Convenio celebrado pelo Sr. Conselheiro Paranhos distam muito daquellas que eu me julgava com o direito de exigir.

Emfim, é um facto consumado esta paz, e Deus queira que seja duradoura e benefica para os dous paizes. Em minha opinião ella devia assentar principalmente em uma reparação exemplar do ultimo insulto feito á nossa bandeira nas ruas de Montevidéo, no dia 9. Esta reparação só poderia consistir na prisão e punição das pessoas que compunham o Governo, e de outras altamente collocadas, que planejaram e puzeram em execução esta infamia. O culto que prestamos aquelle emblema sagrado de nossa nacionalidade nos faz julgar pequena a satisfação hoje obtida por meio de uma salva, dada, não pelos autores do insulto mas sim pelo nosso alliado, cujos sentimentos amigaveis e respeitosaes nos são conhecidos. Póde ser que eu esteja em erro; mas para mim não se consultou, como se devia, a dignidade do paiz, que se achava representado por um força maritima e terrestre capaz de desafrontal-o completamente. Por isso, estou em absoluto desacordo com o Sr. Paranhos, na fórma e substancia deste Convenio em que mui pouco se falla no Brasil; sendo elle a principal parte.

"Como communiquei a V. Ex., nas bases que apresentei aos commandantes das estações navaes de Italia e da França, quando me fizeram proposições de paz por parte do Governo de Montevidéo, estabeleci positivamente que nenhuma conclusão havia digna de nós, que não repousasse na entrega da praça, segundo as leis de guerra, devendo della sahir as pessoas do Governo, assim como os chefes militares e civis mais influentes.

"Depois de ter conhecimento do insulto do dia 9, disse mais aquelles chefes que não podia satisfazer-me senão com a prisão, demissão e punição dos chefes militares que nelle tomaram parte, visto que não podíamos ser menos ciosos do que a Inglaterra que, por causa do cão de um official inglez espancado nas ruas de Montevidéo, exigio e obteve a demissão do infeliz major Parraga.

"Todos elles concordaram na necessidade desta exigencia apreciando a grandeza da offensa que nos tinha sido arrogada, arrastando-se a nossa bandeira pelas ruas mais publicas.

Na manhã de 17 recebi uma carta do almirante francez pedindo permissão de parte do Sr. Maillifer, para a entrada na praça de algumas familias, que se animavam a regressar, confiadas de que as esperanças de paz se converteriam brevemente em uma realidade. Fui eu mesmo dar immediatamente a resposta ao Almirante, e disse-lhe n'essa occasião que não queria abrir um precedente, que poderia ser invocado pelos demais agentes estrangeiros para justificarem a livre comunicação com a terra.

"Conheci que este pedido era um pretexto para ter uma conferencia ainda sobre a snegociações da paz, sobre a qual dissertámos largamente, concordando, por fim, o Almirante em que eu tinha razão, e que não podia desistir da satisfação que exigia, que, estava certo, me seria concedida.

"Quando sahi dessa conferencia parto para União, e me encontro com o Sr. Conselheiro Paranhos; fiquei pasmado das bases da negociação ajustadas com o Sr. Villalba, por intermedio do Sr. Barbolani. Sou por demais franco para reprimir o que sinto, e protestei no acto contra um accordo com o qual não podia, nem devia combinar, tanto no fundo, como na fórma; porque elle devia sancionar as reparações que exigimos, e ser firmado como uma capitulação militar com os governos belligerantes.

"Pelas instrucções do Governo Imperial me julgava com o direito de só terminar esta questão quando obtivesse plena reparação; infelizmente reconheci, bem tarde, a posição inferior em que me achava collocado, e que os negocios tão adiantados por meio das armas, com o sacrificio de nossos bravos, teriam uma solução que muito deixa a desejar a quem só aspira a gloria de seu paiz, e a sustentar a honra da bandeira nacional.

"Tanto mais devia firmemente ter aquella persuasão porque não via, no Estado Oriental, Governo algum junto do qual pudesse haver um Enviado Extraordinario do Brasil acreditado; porque o reconhecido na praça nos era hostil, e o General Flores não era mais do que chefe militar, que se collocára a frente de uma revolução.

"Enganei-me n'este juizo, e bem sinto a situação falsa em que me acho collocado, que é por demais desairosa á primeira autoridade militar que o Brasil collocou á frente das forças a quem foi incumbida a gloriosa missão de vingar a honra nacional vilmente ultrajada, missão dignamente executada diante de Paysandú, onde ficou não só restaurado o nosso credito militar, aqui posto em duvida por alguns reveses passados, como resolvida a questão oriental pelo respeito que provocou a lucta que sustentamos para tomar aquella praça.

"Nesta circumstancia, não posso prescindir de solicitar a V. Ex. que apresente aos pés do Throno de Sua Magestade Imperial o pedido da minha exoneração do commando que exerceo, porque assim convem ao serviço publico; visto que, para com os Almirantes extrangeiros que me julgavam competentemente autorizado para tratar destas questões, fiquei em uma posição bem inconveniente; e se para obter esta exoneração for necessario demittir-me do posto honroso e de tudo quanto tenho adquirido em minha longa vida militar, não duvido fazer este sacrificio, com tanto que salve a dignidade do meu paiz e a minha propria".

De sua parte no dia 26 de Janeiro informou o Conselheiro Paranhos: "Depois que o Sr. Barão de Tamandaré voltou de Paysandú, e pela primeira vez nos visitamos em Buenos Ayres, julguei desvanecidas as suas susceptibilidades e restabelecidas as nossas relações officiaes, no pé de perfeita intelligencia e cordealidade.

"No dia seguinte ao de sua chegada foi elle muito cedo á minha casa alludir ás suas cartas de Paysandú, deo esse incidente por acabado, dizendo-me ter pensado que o Governo Imperial me havia informado do que elle ponderara a Sua Magestade e aos seus Ministros, quando foi convidado para acompanhar o Snr. Conselheiro Saraiva. Pela minha parte tomei essa manifestação como um amigavel arrependimento de expressões que a minha pessoa lhe mecia, e o reconhecimento do seu erro quanto ás nossas relações officiaes ouviu-o e calei-me, folgando de que o incidente fosse assim obliterado.

"Seguimos juntos para Fray Bento, e á parte a sujeição absoluta em que o Almirante collocou-me sempre que tinhamos de emprehender alguma viagem, sobre a hora, procedimento que não tomei a má parte, houve-se elle em tudo mais por tal maneira, que eu escrevi com vivo prazer a V. Ex. que nossas relações officiaes e particulares se achavam em termos satisfactorios.

"Em Fray Bento elle não mostrou a menor susceptibilidade a respeitoda minha conferencia com o General Flores, da qual só tomou conhecimento quando eu o chamei para inteirar do que estava accordado. De volta de Buenos Ayres, reconheceo a necessidade de que os manifestos do Governo Imperial fossem dirigidos por mim ao Governo Argentino e ao Corpo Diplomático.

"Apenas se approximaram de Montevideo a nossa esquadra e o nosso exercito, V. Ex. sabe da tentativa que fez o Ministro da Italia, para suspender as nossas operações de guerra até 15 de Fevereiro. Recordar-se-ha tambem V. Ex. de que o dito Ministro remetteo copia da sua nota ao nosso Almirante rogando a este que não incetasse as hostilidades contra Montevideo antes de conhecer a minha resposta. Fui o primeiro (tão bem disposto estava eu para com o Snr. Barão de Tamandaré a approvar os termos da contestação do Almirante ao Snr. Borbolani, contestação que, segundo o que eu ouvi no dia 18 ao mesmo Sr. Barão, já significava o proposito em que elle estava de desconhecer a competencia d'esta Legação para casos semelhantes.

"No referido dia 18, em minha residencia da Villa da União, achavam-se em conferencia commigo o General Flores, o Snr. Almirante e o General Menna Barreto. Julguei do meu dever dar conhecimento aos nossos Generaes do resultado da primeira conferencia que tivemos, o General Flores e eu com o Snr. Herrera y Obes, para um accordo que evitasse o ataque a Montevideo, e foi tambem intento expresso de minha parte, em negocio tão meindroso, ouvir os pareceres daquelles dois distinctos compatriotas e companheiros.

"Apenas comecei a fazer a minha exposição, notei no Snr. Almirante gestos de profundo desagrado; proseguí sem perder o sangue frio, esperando que a discussão nos puzesse de accordo, se a sua dissidencia nascesse das condições do Convenio como eu presumi, porque S. Ex. sabia dos passos que se deram junto a mim por parte do Snr. Villalba, e era tarde para negar-me a competencia que eu julgava ter, em virtude da qual acolhi as aberturas de paz que me foram feitas.

"O facto, porém, era Snr. Ministro, que S. Ex. o Snr. Barão de Tamandaré quiz recusar-se ao meu convite para manifestar o seu parecer sobre a materia da convenção, porque elle, e não eu, era o competente para tratar com o inimigo.

"Desconheço disse S. Ex. em presença do Sr. General Flores (o que tomou a occorrença para mim mais sensivel) e do Sr. Marechal Menna Barreto, o direito com que V. Ex. intervem como negociador neste ajuste: sei que está acreditado junto ao Governo Argentino, mas não sei que tinha missão diplomatica n'este Estado; aqui o competente é o General encarregado de fazer a guerra.

"O General Flores, talvez temendo a consequencia desse conflicto entre os dous principaes agentes do Brasil, quiz interpôr-se e atallar a discussão suscitada pelo Almirante; mas eu não podia convir nisso, pedi licença ao nosso alliado para fazer-me ouvir e tranquillizei-o rogando calma ao meu companheiro dissidente e abundando para com este em termos de deferencia e amizade.

Então, conciliando a moderação com a dignidade pessoal e do meu cargo ponderei que eu não estava alli como um intruso, e sim em virtude de poderes que me foram conferidos; e que o Sr. Barão de Tamandaré teve copias de minhas instruções. Ao que elle atalhou-me dizendo que não via ahi que eu tivesse ingerencia na questão de paz ou de guerra d'este Estado. Disse eu, então, que em seus despachos o Governo Imperial tinha declarado que a direcção politica da guerra me competia; que podia exhibir os Plenos Poderes, firmados pelo Imperador, segundo os quaes estava eu autorisado para quaesquer ajustes concernentes ao estado de guerra em que se achasse o Brasil com a Republica do Uruguay e com o Paraguay. Não tinha noticias disso, respondeu o Sr. Barão; n'este caso não me queixo de V. Ex., e sim do nosso Governo, que assim rebaixou um Almirante do Brasil.

Observei que, si o Almirante não queria com razão representar um papel secundario junto a mim, minha dignidade pessoal e a posição social que tenho em meu paiz, não me permittiam tambem aceitar esse papel junto a S. Ex.

"Proseguí procurando desvanecer a falsa idéa que o Sr. Barão de Tamandaré concebeo do que é dignidade official de um General em Chefe; n'este intuito observei-lhe que, sem exercer funcções puramente diplomaticas, a missão d'aquelle cargo era de maior importancia, porque d'ella dependia o maior ou menor sacrificio de vidas, a maior ou menor economia da fazenda publica, a dignidade e a causa nacional que não poderiam ser salvas pela diplomacia, depois de gravemente compromettidas pelas armas.

"O Sr. Barão não se deo por convencido, sustentando como regra o que não é senão excepção, as missões diplomaticas sujeitas ás militares, nos casos de recurso á força; não cedeu á minha moderação e á delicada intervenção do General Flores e do Sr. Menna Barreto.

"Suspendemos a nossa conferencia para que o Sr. Barão se acalmasse, e depois continuassemos a discutir todos amigavelmente. A ultima dissidencia que appareceu foi a do Sr. Barão quanto ao ultimo insulto á bandeira. Procurei satisfazer as susceptibilidades do Sr. Almirante pela maneira constante do protocollo reservado; que elle accitaria com inteira satisfação, si não tivesse annuciado mais ao Vice-Almirante francez, e, segundo me disse escripto n'esse sentido ao Governo Imperial.

"Cada vez mais me convenço de que a exigencia do Sr. Barão, que contrasta com a clemencia e brandura, de que elle tem dado provas n'esta guerra, não é mais do que um mal comprehendido pundonor porque um jornal de Montevideo, que já deixou de existir, *O Paiz*, vendo que nem o bloqueio nem o sitio se estreitavam desafiou a S. Ex. que tomasse desforço d'aquelle acto só proprio dos energumenos de Mondevidéo.

"Rogo a V. Ex." que se digne attender a que a reproducção de taes factos é da maior inconveniencia para o credito e interesse do Imperio. O Sr. Barão, depois d'aquelle conflicto, já modificou as pretensões do almirantado, mais ainda exige um impossivel, e é o primeiro a declarar que sua dignidade não lhe permite continuar na posição em que se acha. A modificação a que acima alludo consiste em que o diplomata só deve intervir para negociar a paz quando o Almirante lhe disser que o pode fazer: declara-se S. Ex." inhabilitado para o trabalho puramente diplomatico.

"Fui chamado a toda pressa de Buenos Ayres pelo Sr. Almirante; chego e me fazem aberturas de paz por via do corpo diplomatico e directamente; não podia eu acolher-as sem licença do Snr. Almirante? E o Sr. Almirante podia intimar bloqueios e retardal-os, sem communicar-me officialmente que o fez e por o faz?

Termino aqui Sr. Ministro: essa desintelligencia do Sr. Almirante Barão de Tamandaré affectou-me intimamente e quasi amorteceu de todo o praser que eu devia sentir ao ver o Imperio livre de uma guerra, para a qual os nossos generaes ainda não se julgavam de todo promptos, e quando outra mais gloriosa reclama imperiosamente e nossa attenção."

Depois da tomada de Paysandú havia sido assentado em Fray Bentos, para onde haviam marchado as forças, entre Flores, Tamandaré e Silva Paranhos marchar quanto antes para Montevidéo "para derribar o nosso inimigo e aliado do presidente Lopez, como ao nosso governo disse o ultimo em 7 de Janeiro. Antes de executar nessas operações decisivas contra o Paraguay importa muito que deixemos o Estado Oriental em paz tendo ali senão um aliado ao menos um Governo neutro e amigo de seu lado, dizia Tamandaré: A attitude do Paraguay exige uma rapida mobilisação de nossas forças para podermos não só manter uma defensiva honrosa como tomar opportunamente a offensiva. Montevidéo é hoje centro strategico de todas as nossas operações presentes e futuras.

Vêr-se dahi quanto eram oppostos os pontos de vista do diplomata e do almirante. Um queria ter em Montevidéo pelo menos um governo neutro ou amigo, o outro o exigia como centro strategico de todas as nossas operações presentes e futuras, e com toda a razão.

Prevendo isto, suggerio Silva Paranhos em 28 de Dezembro para que não fosse tolhido nos meios de acção pelo que respeita a Republica Oriental, plenos poderes que o acreditassem junto ao governo do Uruguay, pois os que possuia eram para o Argentino. O gabinete de S. Christovam lh'os enviou em despacho de 7 de Janeiro. Na ignorancia de semelhante facto ficou o Almirante, d'ahi o desaccordo entre ambos. Deu o Ministro dos Estrangeiros poderes a um para quaesquer ajustes com o inimigo tratando-o como o director exclusivo da politica da guerra, sem que ao mesmo tempo esclarecesse o outro sobre as suas legitimas attribuições, tanto mais que até então a este haviam sido confiadas.

Para a rendição de Montevidéo, tal como foi feita, procurou o general Mitre, receioso talvez de Urquiza, mover o corpo diplomatico de Montevidéo para dispor o animo de Aguirre para uma transacção em que elle fosse o mediador. O general Mitre para indusir a Silva Paranhos a acceitar, depois de accôrdadas as bases, ponderou-lhe que a influencia do Brasil ficaria perdida para os Estados do Prata, se preferissemos a tomada de Montevidéo pela força e quizessemos collocar na presidencia do Estado Oriental o general Flores, que elle não julgava apto para governar e prognosticava que se veria abandonado pelos homens mais illustrados do seu proprio partido. Isto não era mais do que a repetição do que se havia dado em 1854, quando foi derribado Oribe. Não conveio o Conselheiro Paranhos.

Vamos ver que a nossa fraqueza militar foi a causa de não ter-se mais promptamente terminado uma questão, que nos daria immediato predominio. Os politicos sempre tiveram os militares como elemento fóra das forças vivas da nação e sempre julgaram que todas as questões, podem ser resolvidas pelas filigrannas da advogacia. O estado de fraqueza em que tiveram sempre o Brasil fez com que em todos os tempos as questões que tivemos a resolver pelas armas, sempre ficassem a meio. Em 7 de Janeiro, dizia o ministro dos Estrangeiros. "O Brasil commetteria um grave erro se depois dos sacrificios que tem feito, não se prevalecesse da occasião para tirar todo o proveito em favor dos brasileiros no Estado Oriental. Como V. Ex. tambem penso que as forças que ahi temos reunidas são sufficientes para pôr termo á lucta do Uruguay: e se pudermos dispensar o bombardeamento de Montevidéo, ainda com algum sacrificio, melhor será para evitar duvidas com os Almirantes estrangeiros. Sei perfeitamente que declarada a guerra, para o que temos os mais justos motivos estava-mos no nosso perfeito direito, bloqueando e bombardeando Montevidéo, para forçal-a a render-se; mas somos fracos para estarmos a brigar com o genero humano e bom será em quanto pudermos evitarmos mais complicações e desavenças. Pelo que toca ao Sr. Tamandaré officialmente digo quanto basta para conhecer o meu pensamento sobre o seu procedimento. Façam os Paraguayos o que quizerem não podendo batel-os ao mesmo tempo que os blancos de Montevidéo, só havemos de tratar séria e exclusivamente d'aquelles depois de desembaraçados do Uruguay.

Em 5 de Janeiro havia dito Silva Paranhos: Estive com o General Menna Barreto; conversei com elle, voltei seu amigo; seu estado de saude é grave, mas a sua força de vontade é superior aos seus soffrimentos. Elle esperava que a tomada de Paysandú lhe trouxesse a tregoa de que carece para tratar de sua saude; ovio-me e logo se dispoz a marchar contra Montevideo. Essa dedicação é digna de grande apreço, mas não é tudo: *O Marechal mesmo se lamenta do que falta ao seu exercito, e das mortificações por que passou na fronteira, quando se lhe ordenava com instancia que invadisse o Estado Oriental, sem lhe dar os elementos precisos e cortando-se-lhe por todos os meios a sua liberdade de acção.* O nosso systema fiscal é muito exigente e desta vez foi levado a todo o seu rigor. A nossa administração militar reclama o mais serio exame e reforma. Desculpe V. Ex. que eu aqui deposite a expressão deste meu juizo intimo sobre a nossa posição militar no Rio da Prata. As circumstancias são graves, que a reserva fôra um crime."

A 15 de Fevereiro já dizia: "Não devo occultar a V. Ex. que o estado de saude do nosso General de terra é uma séria difficuldade. Os bons desejos do Marechal não desfalleceram ainda um só momento, mas faltam-lhe as forças physicas e ha poucos dias que elle sentio a necessidade de dar actividade á nossa cavallaria, que tem estado muito distante, approximando do seu quartel general o brigadeiro Osorio, e alguns dos chefes da Guarda Nacional, que lhe podem ser de efficassissimo auxilio.

Deste estado de cousas resulta algum enfraquecimento no moral do exercito, e que os movimentos deste não correspondem ás necessidades da guerra. Tenho porém esperanza que, quanto humanamente é possivel o Marechal activar e dirigir as suas operações, que o proprio inimigo está desafiando com projectos de surpresas de que hoje se teve denuncia, e se trata de prevenir.

Se ao menos o Marechal tivesse no exercito todos os elementos necessarios á empresa de que está incumbido, a efficacia destes poderia supprir em parte a fraqueza e demora do impulso superior: tenho-lhe, porém, ouvido queixar-se que marchou sem munição sufficiente, que ainda hoje não está bem provida a sua artilharia, e nem mesmo a demais força; que a maior parte dos seus commandantes de infantaria vae agora passar, pela primeira vez, entre as trincheiras de Montevideo, pela prova de um fogo mortifero.

Confesso a V. Ex. que, por um lado, as queixas do General, e por outro lado o estado melindroso de sua saude, e a insufficiencia do seu estado maior, trazem-me afflicto e receioso de que saiamos desta guerra sem o prestigio que o Governo Imperial tinha em vista, e deve ser o desejo de todos os brasileiros.

Não basta vencer em Montevideo; é preciso vencer com fama de pericia, já que nesta campanha não podemos adquirir tambem a de activos.

Na guerra com os nossos vizinhos, devemos ter isto sempre em vista: é preciso vencer pelas armas aos que nos fazem á guerra, e pela superioridade de nosso concurso aos que militam como nossos alliados; esta segunda parte do nosso empenho está muito arriscada, senão perdida na campanha do Estado Oriental.

Pelo officio dirigido ao Ministro dos Estrangeiros pelo nosso diplomata, vê-se uma allusão clara de que a retirada do nosso Almirante do commando das nossas forças navaes seria a maneira de acabar o dissidio.

Um dos dous havia de ser sacrificado; e o foi Silva Paranhos, por julgar o nosso governo defficiente o convenio de 20 de Fevereiro, e, embora o approvasse em todas as suas clausulas, dispensou-o, por decreto de 3 de Março, dando-lhe por substituto o Conselheiro Octaviano de Almeida Rosa na missão especial junto ás Republicas Oriental e Argentina.

Havia o Conselheiro Paranhos indicado o Marechal Marquez de Caxias para commandante em chefe do exercito em operações contra o Paraguay e o Vice-Almirante Joaquim José Ignacio para commandante da esquadra, ambos conservadores, como elle, emquanto dominavam os liberaes. Como bem dissemos, subordinava-se a politica externa á interna.

Com a rendição de Montevideo, tinhamos uma base de operações para iniciar a guerra contra o Paraguay. O primeiro golpe contra Lopez estava dado,

O tratado da triplice alliança, elaborado pelo novo plenipotenciario foi acceito, subordinou o Brasil ao Rio da Prata, pois tendo o Paraguay invadido a Republica Argentina, fatalmente esta teria que procurar nossa alliança e não nós a sua.

As consequencias d'este acto nos foi prejudicial.

Estava na honra do Brasil, tantas vezes provocado, em não deixar desta vez, de aceitar o estado de guerra que Solano Lopez, insuflado por Sagaram-tume provocára e no commando de nossas forças navaes foi mantido o Almirante, que por Decreto de 18 de Fevereiro de 1865 fôra elevado a Visconde de Tamandaré em recompensa á sua acção militar e politica na contenda com o Uruguay onde se havia mostrado na altura da missão que em boa hora lhe havia sido confiada e da qual resultará enorme prestigio para o nosso paiz.

Devido ás instrucções recebidas do Ministro da Marinha Silveira Lobo, datadas de 6 de Abril de 1865, ordenando-lhe que sem perda de tempo subisse o Paraná afim de pôr em effectivo bloqueio a Republica do Paraguay nas Tres Bocas, isto é, na confluencia dos rios Paraguay e Paraná, começou o illustre Almirante a agir com aquella presteza e lucidez que lhe eram tão peculiares.

A 10 de Abril notificou elle não só aos governos das Republicas do Prata, como aos agentes diplomaticos e consulares das outras nações que com uma divisão de nossa esquadra ia emprehender hostilidades, e já a 14 do mesmo mez moveo-se a 1.ª divisão della, composta da "Jequitinhonha" e de sete canhoneiras, sob o commando do Capitão de Mar e Guerra Secundino de Gomensoro, com aquelle objectivo.

A' perspicacia do Almirante guarda esclarecida e vigilante desde jovem, do cuidado com que se havia de haver n'aquelle meandro politico suspicaz e cheio de surpresas, e que até então, pela nossa boa fé, havia feito naufragar bons propositos nossos, não escapou que seu posto era o de acompanhar o plano politico e preparar o militar da campanha, tendo sob as vistas Buenos Ayres e Montevideo. Tinha a verdadeira intuição de que uma vez quebrada a penna do diplomata cabia ao militar empunhar a espada afim de levar a termo a contenda. Confiou ao chefe de divisão Francisco Manoel Barroso o commando da esquadra em operações diante do inimigo, certo de que em mãos habeis a entregava. A 28 partio este na fragata "Amazonas" com as canhoneiras "Parnahyba" e "Ivahy" e alguns transportes.

Confiada, como lhe fôra, a direcção da guerra, operando como ia fazel-o, distante do centro do governo central, sem dispôr de communicações tele-graphicas, quer com este, quer com os navios da esquadra bloqueadora, tendo por base de operações um paiz em que acabava, á força de armas, de ser instalado um governo que se tornou alliado pela força das circumstancias, onde por consequencia effervescentes as paixões, não desesperavam os opposicionistas ds recursos promettidos por Lopez: do outro lado do Prata, tendo patente as difficuldades internas com as quaes se debatia o General Mitre, embora esse propenso á nossa acção; vendo a impopularidade da guerra e contando com a manifesta má vontade da mór parte dos homens de negocios e das populações, incitadas pela imprensa contraria, bem comprehendendo que não podia afastar-se d'onde estava, para poder realisar com acerto, cuidado e tacto, os multiplos problemas que surgiam a cada momento. Tinha bem presente o succedido ao Chefe da Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira quando mandado ao Paraguay exigir satisfacções.

Não só o arduo labor de aplainar o caminho politico o assoberbava; tinha que organizar os meios de recepção e alojamentos para as tropas que surgiam inesperadamente, trazidas pelos nossos transportes maritimos e que a má vontade, encontrada em terra, não lhes dava conforto; cuidar da organização de enfermarias, depositos de generos alimenticios, contractar transportes, remessa de munições de guerra e combustivel e de todo o immenso material que exige uma campanha e por fim attender ao desenvolvimento das operações militares já manifestadas pelas invasões do nosso territorio e do argentino. Esse esforço sobrehumano realisou-o o glorioso Almirante com honra para si e para a Patria que nelle confiou.

Que lhe importavam os conceitos da imprensa do Rio da Prata e da de seu proprio paiz sobre o não se ter desde logo posto á frente de seus navios que ordenara seguissem para o bloqueio, conceitos estes muitas vezes affrontosos ao seu caracter e dignidade; tinha a serena consciencia de que assim procedendo preparava a victoria. Talvez a inveja e muito o intuito partidario houvessem preparado as hervadas settas que deveriam desgostal-o, pois infelizmente o habito era de fazer guerra e diplomacia segundo os preceitos politicos da occasião.

Sabia de sobra o nosso Almirante que confiando os navios a seu irmão d'armas e a quem dedicava fraternal amizade desde menino, em que ambos frequentavam as aulas de inglez de Mr. Tibury, maiores serviços prestava sua Patria, de que poderiam resultar, si á frente d'elles se collocasse, abandonando, para isso, o posto que se reservava para obter mais flôrões que mais illustrassem a sua pessoa.

O nosso prestigio no estuario do Prata n'aquelle momento o havia firmado Tamandaré.

De um só golpe de vista abrangeo o peso que tinha de arcar e como fazer para desobrigar-se das responsabilidades que lhe cabiam, de cujo successo dependia o prestigio de seu paiz elle melhor do que poucos o resolveo, escrevendo no livro de nossa historia naval a mais brilhante das paginas.

Ainda em marcha a 1ª divisão de nossa esquadra, Paraná acima, Lopez, por não ter a Republica Argentina consentido *transito innocente* ás suas tropas pela provincia de Corrientes, apoderou-se de dous navios d'aquella nacionalidade no porto da Capital d'aquelle Estado e occupou-a a viva força a parte septentrional delle por um exercito de 25.000 homens.

Isto fez com que a Argentina se passasse da posição de neutralidade sympathica á nossa alliada. Contribuiu ainda mais este facto para que a decisão do Almirante Tamandaré em deixar-se ficar em Buenos Ayres se tornasse imperiosa, pois a fronteira do Rio Grande desde então ficava á descoberto e mais alevantados os partidarios da governo decahido do Uruguay.

Ia-se fazer a guerra as apalpadelas. Os recursos pedidos pelo nosso Almirante se esbarravam na imprevidencia; dir-se-ia que queriamos vencer pela inercia. Para os nossos politicos bastava o que havia conseguido a marinha no estuaria do Prata. "A imprevisão era geral, diz Joaquim Nabuco, era de todos os nossos homens publicos, e assentava sobre o preconceito politico do qual a escola conservadora tinha feito uma especie de dogma nacional; — que a maizade, e alliança do Paraguay era o principal interesse do Brasil no Prata. Esse preconceito era tão forte que sem a aggressão de Lopez difficilmente teriam os estadistas brasileiros daquella epoca consentido nunca em mover o nosso exercito e esquadra contra o Paraguay".

Dahi quando viram os nossos homens de governo o resultado de suas imprevidencias, quando viram as hostes paraguayas surgirem em diversos corpos de exercito, cada qual maior do que o nosso, e d'ahi, para salvar a honra nacional, assim compromettida lançar-se nos braços da Republica Argentina, para livral-a em seis mezes da invasão paraguayana, enquanto a nossa provincia de Matto Grosso gemera durante quatro annos a espera que a retirassem do jogo inimigo.

Fazendo subir a nossa esquadra pelo Paraná acima e levando tropas de desembarque, como determinára Tamandaré, tinha por fim fazer com que as tropas paraguayas de invasão se recolhessem.

Comprehendendo isso Lopez mandou sua esquadra atacar a nossa, porém a batalha de Riachuelo, em cujo local mui propositalmente havia escolhido o tyrano para o desenlace que esperava, veio mostrar ao mundo que a nossa marinha era capaz dos maiores arrojos. Esse extraordinario feito de 11 de Junho de 1865, deu golpe de morte nos planos de Lopez.

Estabeleceo a marinha mais uma vez de que — quem tem o dominio das aguas tem o predominio da terra. Derriu-se o plano de immediata hostilisação dos portos e cidades argentinas no Rio da Prata pelos navios de guerra do Paraguay: evitou que se desse a esperada sublevação dos partidos politicos contrarios ao Brasil em ambas as republicas; a marcha victoriosa do exercito de Robles de 25.000 homens que deveria de Bella Vista e Goya tomar pelo centro e marchar sobre Uruguayana e Concordia a ligar-se ás columnas de Duarte de 3.700 homens e de Estigarriba de 7.300 que havíam atravessado o Uruguay e formar assim um poderoso exercito de 37.000 homens. Desde então teriam os *blancos orientaes*, os anti-mitristas argentinos e enterrianos os meios de aniquilar o nosso exercito em formação.

Sobre o Almirante Tamandaré dirá o Barão de Jaceguay no seu Livro de *Aspirante a Almirante*, tomo I, pag. 291 o seguinte:

... “Não era nem podia ser de gozo e conforto a situação do Almirante brasileiro e do seu estado maior como a maledicencia murmurava, até em mofinas anonymas no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

A resenha dos gravissimos acontecimentos do anno de 1865 o demonstra para aquellos que souberam haver o governo imperial conferido a Tamandaré a direcção politica da guerra, por occasião da nomeação do Brigadeiro Manoel Luiz Osorio para commandar em chefe o 1º Corpo do nosso exercito, ao qual estava commettida a missão de enfrentar o inimigo onde quer que elle se apresentasse, no principal theatro da contenda.

Para ser justo, cumpre reconhecer que em nenhuma outra phase de sua gloriosa vida militar o Almirante Tamandaré resolveu mais superioridade de animo, mais devoção de espirito, do que naquella época em que era victima de pungentes affrontas ao seu immaculado patriotismo e á sua bravura jamais desmentida.

O Ministro Paranhos, em missão especial junto aos governos do Prata acabava de ser demittido e esse acto de energia do gabinete Furtado fora devido principalmente, aos protestos vehementes do Almirante contra o convenio de 20 de Fevereiro de 1865, celebrado por aquelle illustre diplomata em frente ás trincheiras de Montevideo, sitiada por terra e mar pelas forças brasileiras alliadas ao partido oriental colorado, tendo á sua testa o General D. Venancio Flores.

O Conselheiro Francisco Octaviano, designado para substituir Paranhos, aportára a Montevideo no dia 10 de Abril. Tamandaré não conhecia, sequer de vista, o novo enviado do governo imperial.

Naquella época elle aprestava uma forte divisão da esquadra para seguir Paraná acima e por em rigoroso bloqueio a republica inimiga, na confluencia dos dous grandes rios navegaveis que a banham, isto é, nas Tres Bocas. Esta divisão, sob o commando de Gomensoro, no dia 10 estava a caminho. Quatro dias depois o Paraguay, por via de facto violento, havia aprisionado, no porto de Corrientes, dois vapores argentinos, “25 de Maio” e “Guaaleguay”, affrontava a triplice alliança do Brasil com duas republicas marginaes do Prata. Em sua ousadia Lopez, contava, temerariamente, com as sympathias do partido blanco na Banda Oriental e com os adeptos do General Urquiza, inimigo de

Mitre, nas Províncias da Confederação Argentina de Entre Rios e Corrientes. Calculo este que devia falhar-lhe, cama falhou-lhe o da libertação dos escravos no Brasil.

Entretanto, grande parte da Provincia de Matto Grosso continuava em poder do inimigo sem que nos restasse outro meio de libertar o terriorio nacional, a não ser pela expugnação de frente do proprio Paraguay.

O 1º Corpo do exercito brasileiro que, após a tomada de Paysandu' e o sitio de Montevideo, começava a mover-se para a frente, ao longo do rio Uruguay, ia-se organizando em marcha á medida que recebia os reforços do Brasil com que habilitar-se a enfrentar as eventualidades da guerra.

A tudo preve o genio de Tamandaré; é elle quem fornece os meios de transportes da infantaria e da artilharia brasileira, por agua, pelo Prata e pelo Uruguay, á foz do S. Francisco e depois do Dayman em frente á Concordia, onde Mitre reúne e disciplina as forças argentinas; elle vai pessoalmente inspecionar a passagem do Uruguay, neste ultimo ponto, onde operam sua junção as forças dos treis Estados provocados pelo despota paraguay; ao mesmo tempo elle attende solícito e impaciente aos movimentos de Gomenoro que ao longo do Paraná opera pelo flanco do invasor, de combinação com a brigada argentina de Paunero. No meio de tanta labuta e das preocupações correlativas elle toma parte nas conferencias dos diplomatas que protocolisam a alliança de facto das treis nações sul-americanas ultrajadas pela insensatez de Solano Lopez; e corresponde-se com o Presidente do Rio Grande do Sul, já ameaçado na fronteira do Alto Uruguay pelo delirio hostil do inimigo mais gratuito que o destino das nações jamais deparou ao Brasil.

O mez de Maio não despertou mais descarregado de apprehensões para quem, como Tamandaré, tinha sobre seus hombros a principal responsabilidade da ingente luta já travada.

O malsinado Tratado da Triple Alliança, negociado por Octaviano foi assignado em Buenos Ayres no dia 1º de Maio, presentes ao acto solemne os Presidentes das duas Republicas, Tamandaré, o General Osorio e o famoso General Urquiza.

A 25 do mesmo mez o General Paunero, sob a protecção da metralha das duas divisões navaes no ria Paraná, já então sob o mando superior de Barroso, e auxiliado por um dos corpos de linha de nosso exercito, 9º de infantaria da brigada embarcada na esquadra e de uma bateria sob o commando do Tenente Tibúrcio de Souza, á testa da brigada argentina, opera um desembarque em que toma, á viva força aos paraguayos a cidade de Corrientes. Não se poudo, porém, se sustentar na capital corrientina reconquistada, porque, á pequena distancia, está o exercito paraguay de Robles, forte de mais de 20.000 homens.

A esse tempo já os paraguayos têm outra columna de 12.000 homens na margem esquerda do Alto Paraná, em S. Carlos, nas visinhanças do Passo da Candelaria; é a columna que ameaça o Rio Grande do Sul.

Nos dous centros politicos de Buenos Ayres e Montevideo, Tamandaré observa de perto, cada dia naturalmente, mais suspicaz, como a guerra contra o Paraguay é impopular nas duas Republicas, nossas aliadas necessarias. Em semelhante situação, trocar a alta missão em que o investia a confiança do governo imperial, de director supremo da guerra, pelo do commando secundario, por elle mesmo deferido a Barroso, em quem confiava tanto, para a acção, como em si mesmo, seria a maior das ineptias. Entretanto, satyras acerbadas ao procedimento do Almirante brasileiro eram os themas favoritos da imprensa nos tres paizes alliados.

Os successos dos mezes subsequentes, de Junho, Julho e Agosto, pareciam dever ter o effeito de justificar completamente o ponto central escolhido por Tamandaré para sede de seu quartel general.

Nos dous dias consecutivos de 10 e 11 de Junho occorreram os feitos extraordinarios da invasão do Rio Grande do Sul em S. Borja, por uma forte columna paraguaya e a batalha naval do Riacuelo em que Barroso detroça completamente a esquadra inimiga.

A invasão do Rio Grande punha em relevo a providencia de Tamandaré, occupando a posição de onde mais promptamente poderia punir a audacia do invasor. Os resultados da batalha do Riachuelo evidenciavam o acerto da escolha de Barroso para commandar as diviões avançadas da esquadra operando no Rio Paraná. Seguem-se o progresso da incursão da columna paraguaya ao longo da nossa fronteira do Rio Grande e as passagens de Mercedes e Cuevas, no Paraná.

Nem se concebe actividade maior e mais fecunda que a desenvolvida por Tamandaré desde o momento em que tem sciencia de haver uma divisão paraguaya transposto o alto Uruguay e penetrado no solo sagrado do Rio Grande do Sul, e, todavia, o Salto Grande do Uruguay está intransponivel, devido á baixa do rio. Mas, elle espreita o movimento das aguas e na primeira oportunidade vence o temivel obice natural com o pequeno e fragil "11 de Junho", o vaporsinho "Iniciador", construido em Buenos Ayres, e por elle logo adquirido para o nosso serviço. Temos de passagem, esboçado as contrariedades da expedição emprehendida por Tamandaré em defesa da segunda Provincia brasileira invadida. Aquella expedição porém, mais ainda do que a derrota da divisão paraguaya de Duarte, no Jatahy, á margem direita do Alto Uruguay, pela vanguarda do exercito alliado sob o commando de Flores, aquella expedição, foi, incontestavelmente, o principal factor da rendição de Estigania na Uruguayana.

E se attender-se a que nessa expedição o almirante foi retido n'aquella parte do theatro da guerra até fins de Outubro, ninguém em boa razão, extranhará que só em Fevereiro do anno seguinte, quando o exercito alliado approximava-se da margem esquerda do Paraná, e já os invasores de Corrientes se haviam posto em retirada, se trasladasse com sua pessoa, para o ponto em que se deviam encetar as operações combinadas das forças terrestres e navaes da alliança com o objectivo de bater o inimigo em seu proprio territorio.

N'aquelle periodo de marchas e de concentração e organização dos elementos militares que a alliança podia apurar, depois de accentuada a defeccão das milicias entre-rianas promettidas por Urquiza, a presença de Tamandaré em Corrientes só poderia contribuir para pôr em evidencia a impotencia dos alliados em frente dos paraguayos na defensiva, na qual deviam passar logo em seguida, as vantagens que lhes estavam reservadas..."

Do tratado celebrado pelo nosso representante, redigido pelo presidente Mitre, foi vantagem para esse o de se nomear General em chefe dos exercitos alliados e de determinar o caminho que devia seguir o nosso exercito, para se principiar a campanha pela provincia de Corrientes. Sem consultar-se aos nossos Generaes fez-se o tratado e assim teve o nosso exercito parado á espera que Mitre o fosse commandar e depois que o mesmo fosse assistir a campanha do Uruguayana no que se passaram cinco mezes.

A invasão do nosso territorio chamava a attenção do nosso Almirante e desde logo que permitiram as circumstancias, isto é, haver agua no rio Uruguay fez seguir os vapores "Taquary" e "Tramandahy" e 2 chatas ao mando do Capitão de Fragata Lomba afim de com o vapor "Uruguay", fazer-se o transporte da infantaria e artilharia.

No dia 31 de Agosto chegou elle ao Passo de los Libres, á bordo do pequeno vapor "11 de Junho", o ex "Iniciador" e depois de conferenciar com os Generaes alliados em frente a Uruguayana, regressou a Concordia afim de trazer mais infantaria.

Antes deve-se á inspiração de Tamandaré a passagem por uma ponte de barcos, do exercito de Osorio, do seu acampamento de Ayuy-Chico ao sul da Concordia, lançada sobre o rio Juquery, no dia 15 de Julho, feita em um dia e passando por ella, pelo Major de Engenheiros Carvalho.

Em 2 de Setembro conferenciando Tamandaré, Flores e Paunero foi resolvida intimar Estigambia a rendição. Pretendiam os Generaes estrangeiros fazer o ataque immediato, entendendo os nossos que se deveria esperar as tropas braasilienses que se approximavam.

Diz-se que entre Tamandaré e Flores se suscitára grave desintelligencia sobre o commando das forças em operações em nosso territorio, pretendido por Flores, no que de modo algum consentio Tamandaré.

Em vista do que resolveo o nosso Almirante, seguir para Concordia e ali levar o conhecimento de Mitre o que se havia passado e trazer força de infantaria. Nessa occasião convidou o General Mitre sabendo que o Imperador se achava em caminho, perto de Alegrete, para que viesse ter a entrevista que o mesmo General Mitre tinha solicitado anteriormente.

Em chegando a Uruguayana pretendeo o General Mitre assumir o commando em chefe, no que se recusou o Conde de Porto Alegre, por estar em territorio nacional o exercito, como rezava o tratado no que foi o nosso General apoiado por Tamandaré. Ficou resolvido então que o ataque só se desse depois da chegada do Imperador.

A rendição de Uruguayana que não custou sangue por não querer o Imperador que fosse bombardeada aquella villa poz termo a invasão. Combinado o novo plano de operações, marchou o exercito para o norte em direcção ao Paraguay, atravez Entre-Rios e Corrientes, sob o commando de Mitre, como era do tratado.

Independentemente estava a esquadra, que conservou no Almirante Tamandaré o seu chefe. Exigiam os Generaes que a esquadra fosse limpando os rios enquanto as forças terrestres avançavam. Demonstrou o Almirante que só dispondo de navios couraçados poderia avançar, pois do contrario teria que expor os seus navios de madeira e só o faria quando fosse de absoluta necessidade e indispensavel.

Limitava-se a acompanhar o exercito com elle cooperando nas operações estabelecendo as communicações francas e provendo-o dos viveres e recursos necessarios.

Allegava que se os Generaes tinham tido necessidade de longos preparativos na Concordia para segurança de suas armas, a esquadra se achava em analogas circumstancias, pois a batalha do Riachuelo, e os combates de Mercedes e Cuevas haviam evidenciado os perigos a que os navios de madeira se expunham subindo lentamente o rio pela frente da artilharia raída dos Paraguayos; e se as forças de terra podiam impunemente soffrer algum revez, qualquer desastre da esquadra acarretaria o completo malogro da campanha. Esperava elle os navios couraçados.

Estabeleceo o General Mitre seu quartel general em Corrientes e sem muito cuidar da vigilancia das margens, aconteceu que diversas partidas paraguayas em canoas viessem fazer arriadas por ella. Queria certamente Lopez chamar para a frente de Itapirú os nossos navios de madeira, para sobre elles alvejar: d'ahi fortes censuras á esquadra: Sobre isto disse o Almirante em officio reservado de 23 de Fevereiro: As perdas consideraveis que soffreram os argentinos no combate de 31 de Janeiro deram lugar em Buenos-Ayres a clamores e imprecações da imprensa contra o General em chefe do exercito alliado e contra a esquadra, attribuindo-se-me a responsabilidade d'aquelle successo porque a esquadra, segundo alguns articulistas poderia tel-o evitado. Semelhantes accusações apesar de serem contra-productentes, *por isso que até deveriamos se isto fosse possivel, animar o ini-*

mogn a vir dar-nos batalha fora do seu territorio e das posições vantajosas que nelle occupa, tiveram essa resposta cabal em alguns artigos que se publicaram na *Nacion* argentina, cujas ideas estão em perfeito accordo com as minhas”.

Ao regressar o Almirante Tamandaré a Montevideo, enviou ao ministro da guerra o seguinte recado: “Commando em chefe da força naval do Brasil no Rio da Prata. Bordo da corveta “Recife” em Montevideo, 24 de Novembro de 1865. Ilmo. Ex. Sr. Conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. — Deve V. Ex. recordar-se da posição que quiz assumir em Uruguayana o General Mitre, para calcular o que sua vaidade exigirá agora em frente dos exercitos alliados.

Tudo revela que sua idéa é nullificar completamente os generaes brasileiros, e converter o nosso grande exercito em parte integrante do argentino, no qual mande absolutamente, como manda n'este. Uma prova mais, alem de outras, se acha na ordem do dia de seu chefe do estado maior, apresentando-o como General em chefe em frente a Uruguayana.

Seria um absurdo e uma indignidade monstruosa sujeitarmos nossas forças de uma maneira tão completa a um general estrangeiro que não pode nem deve dispor do sangue brasileiro e de nossos recursos, a seu arbitrio.

Entretanto isto pôde succeder, se o Governo Imperial não der quanto antes intrucções positivas e claras ao General Osorio, explicando-lhe que o commando em chefe conferido pelo tratado da Triplice Alliança ao General Mitre não importa no abandono dos direitos e privilegios que competem aos Generaes em chefe do Imperio, com o accordo dos quaes, tomado em conselho de guerra, se devem emprender todas as operações em qualquer eventualidade, para não ficarem reduzidos a meros instrumentos de vontade estranha. Na resolução devem ser *primus inter parbus* e na execução realisadores de um plano combinado.

Já o General Mitre se dirigiu ao Chefe Barroso pedindo-lhe certos escla-recimentos e indicando-se como o *director da guerra*. Apesar de dividir o seu exercito em quatro corpos, com quatro Generaes em chefe, talvez se preparando já para ter maioria nos conselhos de guerra, em os quaes sabe que não ha de combinar commigo em operações alguma. Não é possível admittir esta pretensão, si ella apparecer, porque em taes conselhos só devem ser ouvidos os Generaes em Chefe de mar e terra mencionados no tratado, e são estes Mitre, Osorio, Flores e eu. Todavia, para estarmos preparados a servimo-nos do mesmo expediente no caso de que seja posto em pratica, convem que o General Osorio divida tambem o seu exercito que é mais numeroso e completo. em cinco ou seis corpos, para termos sempre preponderancia em votos. Junto achará V. Ex. a ordem do dia do General Mitre a que alludo. Estou certo de que o General Flores, em caso de divergencia, se encostará mais á nossa opinião do que á do General Mitre, a quem de forma alguma se subordina, mantendo-se com sua pequena força em uma posição digna e conveniente, sem confundir-se ou amalgamar-se no exercito argentino.

E' pensando seriamente nas consequencias que pode trazer um conflicto originado pela pretensão do General Mitre, de querer ser o arbitro supremo e director soberano da guerra, que pedi a V. Ex. em meu officio anterior *amplos poderes para por-me de accordo com o General em chefe do exercito imperial, que insensivelmente tem sido dominado pela influencia daquelle, do qual só poderá eximir-se com uma recommendação terminante do Governo para se entender commigo, sempre que fôr possível.*

A nossa posição hoje é a mais brilhante que se poderia desejar. Temos quasi nas portas do inimigo um numeroso exercito, que deve ser em breve augmentado com 10.000 homens, conforme V. Ex. me assegura, e uma forte esquadra, moralisada por triumphos successivos e enthusiasmados, que sós poderão abater o orgulho do inimigo e mostrar aos nossos alliados o poder do Imperio.

Devem ser estes grandes elementos de força supplantados pelos relativamente inferiores dos aliados e representar um papel secundario? Não ha um só brasileiro que pense em tolerar semelhante cousa, que infelizmente pôde realzar-se, se não tomar o Governo Imperial desde já a resolução de expedir as instrucções que solicito.

Conhecendo quanto o Governo Imperial se empenha em sustentar a honra e brio da nação, não hesitarei, em um caso extremo, em tomar a possibilidade de chamar o General Osorio para meu lado, afim de proseguirmos na guerra nacional que sustentamos, porque nos acompanhará todo o povo brasileiro.

Manifestadas assim minhas apprehensões, prevaleço-me agora da oppor-tunidade de reiterar a V. Ex. meus protestos de consideração e respeito — *Visconde de Tamandaré.*

Chegado a Corrientes á bordo do “Onze de Junho” no dia 21 de Fevereiro de 1866, assumio o Almirante Tamandaré o commando em chefe da esquadra e quatro dias depois teve lugar o primeiro conselho de guerra entre os Generaes alliados para assentar o ponto do territorio inimigo em que os exercitos alliados deveriam começar as operações offensivas. Mitre e Osorio eram de opinião que a passagem do Paraná deveria ser feita em Itati, ponto intermediario entre o Passo da Patria e Itapuan. Para isso, lembravam a vinda do exercito ao mando do Tenente General Barão de Porto Alegre, para as margens do Paraná afim de ameaçar Itapuan, e caso necessario transportar o Paraná, e pela estrada do Itapuan, Villa Rica ameaçar a capital do Paraguay, obrigando deste modo Lopez a acudir a sua defesa. Passando o exercito em Itati, confirmava o seu objectivo que era Humaytá, operando então de accordo com aquella corpo, invadiria o coração da Republica com um exercito de 40.000 homens, fazendo com que Lopez abandonasse os recantos fortificados para offerecer batalha campal.

A esquadra, tendo sob base de operações a provincia de Corrientes, bloquearia os rios Paraná e Paraguay até o momento em que as forças alliadas, chegando as margens do Paraguay, a um ponto acima de Humaytá, dariam ensejo a que a esquadra encouraçada forçando a passagem das fortificações, encontrasse seu ponto de apoio acima d'ellas.

De pensar differente foi o Almirante e com elle o General Flores que opinava pelo passo da Patria.

O que realisou a nossa esquadra antes da passagem do exercito acha-se em a historia.

Ia o nosso Almirante emprehender uma operação militar da mais alta importancia e a realisou de uma maneira que não ha comparação com outras executadas por mestres consumados na arte de guerra, pois muito differentes eram as circumstancias. Pôde esta operação, pela sua precisão, pelo modo com que foi executada, servir de exemplo e disse se deve orgulhar o Brasil. Essa operação que merece ser citada como um dos mais completos triumphos do Almirante tem ficado sem o destaque necessario. Estava na honra do bravo Almirante o cumprimento do que affirmára — o transporte do exercito sem a perda de um só homem e em dia, o de 8 a 10 mil homens.

“Sob as ultimas palavras da ordem do dia que assim terminava: Soldados! E' facil a missão de commandar homens livres basta mostra-lhes o commando do dever. O nosso caminho está ali em frente.

Não tenho necessidade de recordar-vos que o inimigo vencido, que o paraguay desarmado ou pacifico, devem ser sagrados para um exercito composto de homens de honra e de coração. Ainda uma vez mostremos ao mundo que as legiões brasileiras no Prata combatem o despotismo e confraternisam com os povos. Avante, soldados”

O Almirante Tamandaré, que por diversas vezes, no vapor "Apa" affrontara as balas dos fortes de Itapiru', percorrendo a linha inimiga desde que chegara a Corrientes, demonstrando quer aos seus commandados quer ás forças alliadas e quer a população de Corrientes que não temia o perigo que onde elle se achasse o sabia enfrontar, ordenou que uma força composta das canhoneiras "Magé", "Ivahy" e "Araguay", sob o commando do Capitão Tenente Mamede Simões da Silva, no dia 15 de Abril, ás 5 horas da tarde subisse pela margem do Paraguay, o mais perto possivel da confluência desse rio com o Paraná, afim de reconhecer qual o melhor ponto para o desembarque. Junto a embocadura, á margem esquerda, depois de ter percorrido todo o espaço empreendido desde as Tres Boccas até a embocadura do Atajo, encontrou aquelle official o logar mais conveniente para a operação.

Sciante o Almirante, ao escurecer reunio á bordo da capitanea todos os commandantes e deu-lhes as instrucções necessarias e aos navios de guerra as posições que lhe tinham sido determinados para proteger o desembarque e aos dos transportes a ordem em que deveriam atracar para receber as tropas. Ao bravo e activo Capitão de Mar e Guerra Francisco Cordeiro Torres e Alvim, confiou o embarque das tropas. E niguem como elle soube desempenhar-se.

Pouco depois suspendiam e successivamente se approximaram das pontes os transportes "Isabel", "Presidente", "Marcilio Dias", "Duque de Saxe", "Riachuelo", "Galgo" e "Whiteinch", "Wiper", "Susan-Bearn", "Berenice", "Voluntario da Patria" e "General Osorio", e no maior silencio, ordem e methodo, como se automaticamente fosse feito, foram embarcadas a 1ª e 3ª divisões do nosso exercito, com oito boccas de fogo do 1º regimento de artilharia á cavallo, tudo sob o mando do General Osorio.

Uma correspondencia do exercito assim se manifestou: "Era immenso o enthusiasmo das tropas... Os generaes de divisão commandantes de brigada e de corpos, a joven officialidade dos tres exercitos davam e executavam com verdadeiro enthusiasmo as ordens que o serviço exigia. Quanto ás tropas, parecia que as chamavam para uma grande festa, tanta era sua alegria... Uma especie de agitação dominava no porto do Passo da Patria: mas agitação methodica e solemne, que principiava no "Apa", navio chefe, e se transmittia aos extremos dessa numerosa frota... Era um quadro grandioso esse, que apresentavam quarenta mil homens, arrumando-se para o desembarque em territorio inimigo o que importava dizer: para uma batalha ao saltar em terra.

O marechal Osorio se multiplicava-se, se achava em toda a parte em que sua presença era necessaria".

As 7 horas da manhã do dia 16 suspenderam as tres divisões de nossa esquadra afim de tomar as posições anteriormente determinadas. A primeira composta dos encouraçados "Brasil" e "Bahia" e das canhoneiras "Parnahyba", "Mearim", "Ypiranga", "Greenhalgh" e "Chuy", fundeou em linha parallela ao forte de Itapiru', na distancia de 50 braças. A 3ª composta das canhoneiras "Magé", "Beberibe", "Ivahy", "Araguaya" e "Iguatemy" subio o rio Paraguay e conservou-se junto á margem esquerda.

Por fim a 2ª divisão, formada pelos encouraçados "Tamandaré" e "Barroso" e canhoneiras "Belmonte", "Itajahy" e "Henrique Martins" que devia collocar-se entre a ilha de Sant'Anna e o acampamento inimigo, teve que fundear acima da ilha da Cabrita, devido ao encalhe do "Barroso". Começou desde então o bombardeamento.

A's 8 1/2 largaram os transportes e cortando o rio, que nessa parte tem tres kilometros de largura, e cortaram perpendicularmente á corrente, simulando quererem atracar ao Passo da Patria, mas, apenas chegados ao canal que corre mais proximo á costa, viraram aguas abaixo penetrando no rio Paraguay, foram encostar á barranca pela popa da terceira divisão, ás nove horas.

Estava feita a passagem como affirmara Tamandaré.

"Ao abrir-se a conferencia, em confidencial de 10 de Março disse o Almirante Tamandaré, "declarou o General Mitre que sendo a esquadra o principal apoio das operações que temos de emprehender contra o inimigo, a mim competia a iniciativa do plano a adoptar: em vista do que expuz o estado da força naval sob o meu commando e declarei que o Governo Imperial tem posto á minha disposição os meios necessarios para destruir-se por agua todas as fortificações inimigas comprehendidas desde o Passo da Patria até Assumpção mas que semelhante empreza não trazendo senão um brilho impróprio para as armas imperiaes, conviria mais, em minha opinião estabelecer, um plano pelo qual a esquadra e o exercito se coadjuvassem, ou se apoiassem reciprocamente.

"Então o General Mitre mostrou a conveniencia de fazermos com a esquadra um reconhecimento no *Paraná acima das Tres Boccas afim de escolhermos uma posição na margem direita do rio e no flanco do exercito inimigo, onde se possa effectuar com segurança o desembarque de nossas forças. Ficando todos o Generaes do accordo sobre os pontos rotearios, declarei que eu contava fazer a passagem do exercito sem perder talvez um só homem*, empregando algumas canhoneiras, os vapores menores, as chatas e todas as embarcações pertencentes á esquadra, além das balsas e canoas de que dispõe o exercito. Assegurei mais que com os recursos de que dispomos, podendo transportar de um só golpe 8 ou 10.000 homens, a passagem de todo o exercito imperial se poderá effectuar em um só dia.

Concluimos a conferencia resolvendo que depois de operada a missao o exercito procurará bater o inimigo onde elle se achar, enquanto a esquadra se occupará em destruir as fortificações das margens direita do Paraná e da esquerda do Paraguay até a Assumpção.

"Como anteriormente communiquei a V. Ex. a ultima crescente das aguas do Paraná foi falsa e de mui pequena duração, tendo baixado mais de 1 1/2 braças da maxima altura a que havia chegado..."

Fito o reconhecimento pelos nossos navios chegou-se a conclusão de que a opinião do Almirante, apoiado pelo General Flores era a que devia ser seguida.

Attribuia a imprensa de Buenos Ayres ao Almirante a demora da invasão, no entanto elle no dia 28 de Março, de bordo do vapor "Apa", no Passo da Patria officiaa neste sentido "Ill. Ex. Sr. General D. Bartholomeu Mitre: Se V. Ex. já tiver resolvido com os nossos collegas Generaes em chefe qual o ponto ou pontos por que devemos invadir o Paraguay, rogo-lhe se sirva communica-me e, a poder ser, uma conferencia com ditos nossos collegas, afim de que se especifique bem tudo o que ha a fazer, e todos os meios com que contamos. Julgo conveniente que a conferencia se celebre o mais breve possivel. (Assig.) Visconde de Tamandaré.

Para confirmar que a demora não era de nossa parte- lê-se em uma correspondencia de 14 de Abril, datada de Montevideo o que se segue: "Os Brasileiros e seus chefes eram culpados de tudo: não se moviam, nada faziam, entretanto que os Alliados se achavam promptos. Sobe o Almirante, lá está a frente da esquadra ha mez e meio: porque se não invadio o Paraguy? E' porque o exercito argentino não está prompto. Faltam-lhe viveres para emprehender operações tão seria: faltam-lhe cavallos para montar a cavallaria: faltam-lhe bois para mover a artilharia. Não sou eu quem o diz, são as correspondencias vindas do proprio exercito argentino: Eis o que diz uma dellas: "Julgar que a contenda se decidirá promptamente é uma illusão. A verdade antes de tudo: o exercito argentino não tem cavallos, não tem gado para manter-se. Tanto é assim que nestes dous dias estivemos a meia ração. Estes dous elementos são indispensaveis, e em grande numero, porque a invasão que se vae effectuar não é uma operação commum, é uma empreza gigantesca cheia de difficuldades.

"Não succede o mesmo ao exercito brasileiro que possui em profusão tudo quanto pode necessitar.

"Todos, e eu tambem, temos proferido amargas queixas contra os Brasileiros, pois os julgavamos causadores da nossa inacção e immobibilidade. Mas é força confessar que temos sido injustos. Nossa permanencia fatigante, nossos inumeros soffrimentos no inolvidavel campo da Enseada, não foram devidos aos Brasileiros, mas á nossa carencia de recursos.

"Estamos a pé, e não contamos 100 cabeças de gado para poder dar alimento ao soldado argentino, mais paciente que o primeiro soldado do mundo, e tão paciente, como bravo".

"Por fim, diz a correspondencia do Jornal do Commercio, "a verdade vae apparecendo, e se nos começa a fazer justiça. Entretanto não tem sido perdido este tempo. Nossa esquadra o tem aproveitado para levantar plantas e sondar o rio debaixo de fogo, e hoje conhece o Paraná onde tem de operar, do qual não havia um só pratico da Republica Argentina. Ao menos nunca nos foi offerecido, embora o procurassemos".

No diario do General oriental Pallega lê-se: Dia 2 de Abril. El Almirante Tamandaré y el General Osorio estan prontos, aguardando la sinal del embarque, que debera dar el presidente Mitre. Dia 3 — Manana huhubieramos marchado, y el dia 5 abia sido efectivamente el de nuestra passage; pero las contrariedades que experimta el Presidente Mitre respecto al abasto, lo obligan a demorar su ida al Passo de la Patria com el resto del ejercito. Dia 5. Hoy hubiera sido nuestro passage sin los malditos abastecedores del ejercito argentino, y no solo no passamos, sino que ni nos movemos de S. Cosme.

Sobre o ataque a Curuzu', na junta militar realisada a 8 de Agosto, em que tomaram parte Mitre, Polydoro, Porto Alegre, Flores e o Almirante Tamandaré, sustentou este com ardor a sua proposta do ataque e occupação não só deste forte como o de Curupaity concorrendo para essa operação a esquadra e o 2º corpo do exercito ás ordens de Porto Alegre, proposta esta que foi apoiada por este, embora insistisse o General Polydoro com elle para que os dous corpos do exercito imperial se reunissem em Tuyuty.

Acceita a idéa do Almirante pelos alliados, ficou resolvido que o General Barão de Porto Alegre desembarcasse abaixo de Curuzu' e atacasse, protegido pela esquadra, este ponto e o de Curupaity.

Quanto ás forças que ficavam em Tuyuty, resolveu-se que deviam ameaçar as linhas de Rojas, desprendendo-se a cavallaria alliada, ás ordens de Flores, para reconhecer o flanco esquerdo inimigo: primeiro reconhecimento que se ia fazer por este lado!

Nisso, diz o illustrado historiador e estadista Barão do Rio Branco, nas *Anotações a Historia da Guerra contra o Paraguay*, por Schneider, consistio todo o erro dos nossos Generaes. Por Curuzu e Curupaity ou pela esquerda das linhas de Rojas, poderiam os alliados penetrar e bater o inimigo, obrigando o a refugiar-se em Humaitá. Era necessario que se decidisse por um dos dois lados, marchando em força para contornar o inimigo pela direita ou pela esquerda.

Não se tendo antes procedido a reconhecimento sérios, não podiam os alliados deixar de caminhar ás cegas, embora já tivessem 3.00 homens montados dos quaes 2.500 era brasileiros Porto Alegre, entendeu, e muito bem que com 5 ou 6.000 homens apenas como queria o General Mitre, ser-lhe-ia impossivel manter-se em Curupaity, na retaguarda do inimigo, exposto a ser esmagado por forças superiores. Tomou por isso a deliberação de levar 8.400.

A bordo dos transportes "Charrua", "Presidente", "General Flores", "Diligente", "Leopoldina", "Riachuelo", "Marcilio Dias", "Galgo", "Onze de Junho" e "Desesseis de Abril" alem de tres chatas promptas ao desembarque foi transportada a expedição.

O Almirante passando a sua insignia para a canhoneira "Magé" seguiu para a Ilha do Palmar com os encouraçados "Lima Barros", "Bahia", "Brasil", "Barroso", "Rio de Janeiro", "Tamandaré" e canhoneiras "Araguaya", "Greenhalgh", "Ypiranga", "Iguatemy", "Mearim", "Chuy", "Parahyba", "Beberibe", "Belmonte". A "Ivahy", "Henrique Martins", "Maracanã" e "Araguary" ficaram protegendo os transportes.

Foi iniciado o bombardeio, com os seis encouraçados e depois de feito diminuir o fogo desembarcaram as tropas. Perdemos junto às estacadas de Curupaty por efeito de torpedos o couraçado "Rio de Janeiro". Cahio Curuzu' e se não foi tomado Curupaity foi porque falharam os recursos pedidos por Porto Alegre ao general Argentino.

O General Mitre que não tinha fé nessa empreza duvidando do seu resultado não quiz que as tropas argentinas tomassem parte nella: quando, porém, contra a sua expectativa, um resultado completo e brilhante coroou a empreza, quiz em pessoa dirigir o ataque a Curupaity e como diz o Barão do Rio Branco se Mitre se resolve a fazer em Agosto o que tentou praticar depois da victoria de Curuzu', estaríamos no dia 3 de Setembro senhores de Curupaity, e a posse dessa fortificação importava na immediata evacuação das linhas do Sauce, Rojas e Passo Pocu' pelos Paraguayos, Lopez teria de fugir precipitadamente para Humaytá, abandonando toda a artilharia pesada das suas linhas exteriores e provavelmente poderíamos cortar e bater grande parte do seu exercito.

Impacientado pela demora do reforço pedido, pedio ao general Polydoro que lhe desse resposta. Na manhã de 10 tiveram tanto elle como o Almirante Tamandaré conhecimento da acta assignada no dia 8 pelos Generaes Mitre, Polydoro e Flores, pelo qual ficara estabelecido que Mitre ficaria commandando o exercito em Curuzu'. Irritados ficaram Tamandaré e Porto Alegre quando tiveram conhecimento que nos dous pontos onde iam operar os alliados ficariam, segundo o deliberado as tropas e os Generaes brasileiros sob o commando de Generaes estrangeiros, representantes de paizes que entraram com tão inferior contingente. Ao preosto do Barão de Porto Alegre, juntou Tamandaré o seu dizendo: que "protesto contra a posição secundaria á que no plano de operações se reduzem os Generaes Brasileiros, commandantes dos dous exercitos.

A victoria obtida em Curuzu' não foi aproveitada por esse motivo: della se aproveitou Lopez para com 6.000 homens fortificar Curupaity e, para ganhar tempo, pedio uma entrevista a Mitre que lh'a concedeo. A ella não compareceo o General Polydoro e Flores, pouco se demorou. Durante dois dias foram suspensas as hostilidades, Houve mesmo, durante as cinco horas, que durou a conferencia convívio entre os inimigos e segundo parece os officiaes argentinos que conservaram com os do sequito de Lopez tiveram a franqueza de não occultar particularidades sobre o plano. As illuminarias havidas no acampamento e a troca de rebenques entre os dous dava que pensar.

Seguiu Mitre para Curuzu' com 4 ou 5.000 homens do exercito argentino onde chegou a 13, onde conferenciou com Tamandaré e nosso ministro Francisco Octaviano.

De uma carta escripta por um official, relatando a entrevista "Mitre procurou por todos os meios convencer ao Almirante e ao Conselheiro Octaviano de que nada havia de offensivo á nossa dignidade em tudo o que tinha passado em sua resolução no Conselho de Generaes, e que tudo estava no mais perfeito accordo com o tratado de alliança.

"O Almirante repellio formalmente essas asserções; mostrou-lhe que sua vinda para tirar o commando em chefe a Porto Alegre quando elle acabava de obter o maior triumpho desta campanha não podia ser considerado senão como recio de que este General continuasse por si a obter outros triumphos, desligado de sua influencia. Octaviano tomou parte forte, porém com a suavidade diplomatica; Mitre declarou que estava prompto a desfazer a acta de tal plano

de operações, se o Almirante e Porto Alegre retirassem os protestos, e, a não quererem isto que elle contra protestaria.

"Como assim se desfizesse a indignidade de se converterem os Generaes brasileiros em subditos humildes de S. Ex., o Almirante e o Conselheiro Octaviano annuíram a isto.

"O Almirante deu esta manhã (14) parte a Porto Alegre.

Um dos officiaes de bordo do "Rio Apa" em frente a Curuzu' escreveo em 14 de Setembro: "As ultimas noticias que d'aqui foram deveriam ter dado a convicção de que o nosso 2º Corpo de exercito estivesse com a esquadra já em Curupaity ou em Humaytá, e isto deveriam esperar todos aquelles que não acreditam na influencia de certos entes que ambicionam as maiores glorias para si, sem que para isso façam o menor sacrificio, nem mesmo tenham aptidão.

"Depois de porfiada luta sustada pelo almirante para conseguir que nossa armas se vissem livres dessa influencia que desde o começo desta campanha entorpece a marcha gloriosa de nossos bravos, julgava elle que o tinhamos conseguido, e esta persuasão só durou o tempo em que nossas forças obtiveram uma completa victoria sobre o inimigo em Curuzu'.

Vencido este primeiro degráu da escada que nos deverá levar por Curupaity e Humaitá e Assumpção, todos deveriam esperar que aproveitasse a influencia da victoria para obter as consequencias de nossa primeira façanha. Ellas não nos teriam fallhado, se o genio adverso que nos tem entorpecido a marcha não se tivesse enchido de inveja e sahisse a campo para de novo nos estorvar.

"Vencido Curuzu', enviados para os hospitaes os feridos e enterrados os mortos, pediu Porto Alegre um reforço de mais 4.000 infantes brasileiros, não só para cobrir as baixas que teve o seu exercito entre mortos e feridos (que montam a 900 homens), como por devida cautella para prevenir que o inimigo não só se tivesse reforçado para lhe disputar sua marcha gloriosa, como procural-o atacar de flanco ou retaguarda, quando elle se puzesse em movimento.

Este pedido foi communicado aos Generaes do campo de Tuyuty, e para resolver-o houve reunião dos Generaes em chefe, na qual se decidio um plano de operações para annullar nossos triumphos inteiramente brasileiros.

"O plano foi que, em vez da força pedida, viria reunir-se a Porto Alegre o exercito argentino com a força de 10.000 homens, e com elle o General Mitre para commandar em chefe: que ficaria Flores commandando as posições da frente com as cavallarias dos tres Alliados em cujo caso ficaria commandando suas forças e as bagagens argentinas o General brasileiro Polydoro. Foi resolvido que este viesse conferenciar com o Almirante e Porto Alegre, para o que se deu a ambos prévio aviso, alem de se lhes dizer que receberiam mais forças que as pedidas.

"Veio com effeito o General Polydoro, mostrou-se compenetrado da necessidade de reforçar o 2º corpo, e declarou que, para que o reforço fosse maior e com elle se pudesse tentar operação de maior alcance, viria no dia seguinte o General Mitre conferenciar com o Almirante e Porto Alegre. E retirou-se sem deixar perceber os detalhes que collocavam em posição tão secundaria os Generaes Brasileiros.

No dia 7 apresentou-se o General Mitre, como estava annunciado; fallou na victoria, na necessidade de reforço grande, não só para ficar esta força habilitada a atacar Curupaity desassombradamente, como para bater o inimigo pela retaguarda nas fortificações que tem em frente dos exercitos alliados. Acrescentou que Flores faria uma sortida pela esquerda do inimigo para tentar hostilizar-o quanto pudesse, e a não ser possivel conseguir vantagens, regressaria a seu posto: que Polydoro ficaria commandando as forças (aqui por finura), mas não fallou da sua vinda durante mais de duas horas que conversou com o Almirante e com o General em Chefe do 2º corpo.

"Logo que elle se retirou, o Visconde de Tamandaré combinou com o Barão de Porto Alegre na conveniencia de se lhe pedir uma clara explicação se elle viria ou não commandar em chefe, mostrando-lhe o desar que disto resultaria ás suas forças.

"Porto Alegre assim o fez, e no dia 8 recebeu Mitre a carta.

"A 9 houve o magno conselho no campo, e a 10 respondeu Mitre em cartas o Porto Alegre e Tamandaré, dizendo que não havia rasão alguma para se mostrarem sentidos, e deu-lhes conhecimento da acta da reunião que tiveram no dia 6, em que se recebeu a vinda d'elle para a frente desta força, ficando Flores dirigindo o outro exercito até que deixasse aquelle acampamento, em cujo caso ficaria Polydoro commandando em chefes as forças que alli ficavam que era só o seu exercito e a artilharia pesada argentina.

Esta deliberação não podia ficar sem a mais cabal desapprovação por parte do Visconde e do Barão, e o Conselheiro Octaviano tomou nella igual parte.

Em consequencia, dirigio Porto Alegre uma muito polida carta a Mitre lisogeoando seu meritos e estimando sua vinda, mas mostrando o desar que se irrogaria ao Brasil, fazendo com que seus Generaes ficassem subordinados a Generaes estrangeiros nos dous lugares em que operavam, e concluiu protestando por si e pelo Almirante contra isto. O Almirante additou ao officio esta declaração: — "Protesto contra a posição secundaria a que no plano de operações se reduziram os Generaes Brasileiros commandantes dos dous exercitos".

"Quando se davam estes passos para demorar a continuação de nossos triumphos D. Solano Lopez escreveu a Mitre, pedindo uma entrevista pessoal, isto no dia 10, á tarde; mas o parlamentar só foi recebido no dia 11, e no dia 12 teve lugar essa entrevista.

"Mitre achou Lopez amavel e fino. Este fallou-lhe em sentido republicano e de visinho contra o Brasil: disse desejar a paz, porém, com seu mando perpetuo, e como lhe respondesse aquelle que sua retirada era condição essencial da alliança, ameaçou-nos com metter o Paraguay em uma tumba antes do que annuir a isto. Teremos segundo Leandro Gomez.

"Lopez desejou fallar aos Generaes alliados: Polydoro não quiz ir vel-o porem Flores foi. Contam que Lopez exprobara a este a sua alliança com o Brasil, visto como elle Lopez só nos fazia guerra para evitar que o Brasil escravisasse sua patria.

Flores, dizem que se irritou muito com isto, e que lhe replicara que ninguém mais do que elle pugna pela independencia do seu paiz, e que o Brasil era o seu melhor amigo, e estava seguro da lealdade com que o protegia, e que as instituições liberaes do Imperio valiam mais do que as das vizinhas republicas.

"Hontem á noite (13) chegou Mitre, e teve uma conferencia com o almirante e o Conselheiro Octaviano, das 9 as 11 1/2 danoite. Procurou por todos os meios convencer-os de que nada houve de offensivo á nossa dignidade em tudo o que se tinha passado em sua resolução no Conselho de generaes, e que tudo estava no mais perfeito accordo o tratado de alliança.

O almirante repellio formalmente estas asserções: mostrou-lhe que sua vinda para tirar a commando em chefe a Porto-Alegre quando este acabava de obter o maior triumpho desta campanha não podia se considerada senão como recio de que este general continuasse por isso a obter outros triumphos, desligado de sua influencia. Octaviano tomou parte forte, porém, com a suavidade diplomatica; Mitre declarou que estava prompto a desfazer a acta do tal plano de operações, se Tamandaré e Porto Alegre retirassem os protestos, e a não quererem isto, que elle contraprotestaria.

"Como assim se desfizesse a indignidade de se converterem os generaes brasileiros em subtos humilde de S. Ex. annuiram a isto o almirante e o conselheiro Octaviano.

Q almirante deu esta manhã parte a Porto Alegre...

De tudo isso resultou o fracasso de Curupaity. Dahi os commentadores do Thompsen a lançar a responsabilidade sobre o almirante Tamandaré, e nossos generaes para exceptuar o general Mitre que, pelo tratado, era o director das operações.

Desenove dias tiveram os paraguayos para fortificar Curupaity. Para mostrar o que fez a esquadra n'esse dia 22 de Setembro damos a parte official do almirante:

Commando em chefe da força naval do Brasil no Rio da Prata, bordo do vapor *Apá*, em frente a Curuzu' 24 de Setembro de 1886. II^m. Ex. Snr. Depois de tomada de Curuzu', as operações da esquadra tem continuado a produzir os resultados que se podia esperar de sua acção nas circumstancias especiaes em que ellas se têm desenvolvido, e posso assegurar a V. Ex. que muito tem contribuido para a gloria da marinha brasileira, pelas exuberantes provas de valor, dignidade e patriotismo que tem dado nos ultimos combates todos os chefes, commandantes, officiaes e guarnições em geral que tenho a honra de commandar, entre os quaes não houve um só homem que fraqueasse no cumprimento de seus deveres, por mais arduos e arriscados que fossem.

Para que o governo imperial possa apreciar devidamente os serviços de esquadra no decurso do corrente mez, vou narrar succintamente os successos occorridos no theatro actual da guerra, desde o dia 6, data em que communiquei a V. Ex. o resultado das hostilidades activas encetadas no dia 1.^o.

Tendo-se effectuado no dia 13 a vinda do General Mitre para Curuzu com 4.000 homens de infantaria do exercito argentino e mais uma brigada de 2.000 homens da mesma arma do 1.^o corpo do nosso exercito para reforçar o 2.^o corpo, só no dia 17 puderam estas forças reunidas ficar promptas para atacar a Curupaity em consequencia das delongas que resultaram de um movimento tão consideravel de forças.

Sobre vindo, porém, um forte temporal na madrugada de 17 ao qual seguiu-se copiosa chuva por espaço de tres dias, resolvemos em uma junta de guerra feita entre os generaes Mitre, Porto Alegre e eu, de accordo com os generaes Polydoro e Flores, que o ataque a Curupaity pela esquadra e pelos dos exercitos tivesse lugar a 22, fazendo ao mesmo tempo o general Flores com 3.000 homens de cavallaria o movimento anteriormente projectado pela esquerda do exercito inimigo de Tuyuty, ao passo que o genral Polydoro emprehesse desalojar-o de seus entrincheiramentos.

Apesar de não terem sido inefficazes os bombardeamentos que fiz com a esquadra por diversas vezes até mesmo de noite, os Paraguayos augmentaram consideravelmente as fortificações de Curupaity durante os 19 dias decorridos desde a tomada de Curuzu' e quando no dia 22 os generaes visconde de Porto Alegre e Mitre atacaram aquella posição, encontraram uma resistencia terrivel, que os obrigou a desistir do assalto depois de soffrerem perdas consideraveis nos seus exercitos, convencidos de que a hora avançada a que tinham chegado não era mais possivel obter resultado.

Peço desculpa a V. Ex. por não referir mais detalhadamente o que occorreu no ataque de Curupaity, porque o tempo de que posso dispor é apenas bastante para relatar a parte que tomou a esquadra n'aquella jornada.

No dia 22, achando-se a esquadra ancorada, ás 7 horas da manhã, nas posições representadas no plano incluso sob n.^o 1, ordenei que avançassem os encouraçados *Bahia* e *Lima Barros* até descobrirem o forte do Curupaity, e que rompessem o fogo contra elle, ao mesmo tempo que toda a linha de trincheiras do inimigo era bombardeada pelos navios seguintes: *Brasil*, *Barroso*, *Tamandaré*, *Ipyranga*, *Belmonte*, *Parnahyba* e bombardeiras *Pedro Affonso*, *Forte de Coimbra* e chatas n. 1, 2 e 3. Successivamente foram os outros

navios da esquadra tomando as posições indicadas no plano junto sob n. 2, abaixo de Curupaity, das quaes bombardeam o campo inimigo sem estarem expostos aos fogos do forte.

A's 8 horas já o inimigo fazia vivo fogo de artilharia sobre as columnas do exercito que marchavam.

Ao meio dia o capitão de mar e guerra José Maria Rodrigues rompia a estacada com os couraçados *Brasil*, *Barroso* e *Tamandaré*, e se collocara em posição de metralhar a bateria inimiga, ao passo que o *Lima Barros*, *Parnahyba* e *Beberibe*, (com a insignia do Barão do Amazonas) e o Magé collocados obliquamente a ella do lado do Chaco, tratavam de desmontar a sua artilharia composta de 6 peças do calibre 68 e algumas de calibre 32.

Nesta occasião mandei convergir todos fogos para o forte, porque já avançavam os assaltantes, e o fogo de artilharia e fuzilaria era geral em toda a extensão das trincheiras.

A's 3 horas ainda continuava o fogo vivissimo de artilharia dos Paraguyos, e o exercito alliado ainda não havia tirado vantagem alguma.

Nessa occasião resolveram os generaes Mitre e Visconde de Porto Alegre effectuar a retirada dos dois exercitos para as posições que occupavam em Curuzú.

O forte de Curupaity dirigio seus fogos para os navios que se achavam do lado do Chaco, desde o meio dia, e principalmente para os encouraçados *Brazil* e *Tamandaré*, os quaes ficaram com a couraça de E. B. seriamente arruinadas.

Algumas chapas foram quebradas, muitas cavilhas saltaram e o enchimento de madeira das casamattas destes navios a E. B. ficou gravemente abalado.

Duas peças de 68 do *Brazil* foram desmontadas, e grande numero de balas entraram nas casamattas pelas portinholas causando os estragos e ferimentos que contam das partes inclusas que transmitto a V. Ex^a.

As avarias dos outros encouraçados não foram de consideração.

No estado em que se acham estes navios, retirando-se o exercito a posição occupada por elles acima da estacada era difficillima de sustentar-se, pelo que mandei que a esquadra se retirasse em ordem para as posições que occupava precedentemente.

Tres peças de calibre 68 da bateria de Curupaity foram desmontadas pela esquadra.

A canhoneira *Parnahyba* recebeu duas balas e algumas metralhas mas não teve avarias de importancia.

A esquadra teve 21 homens fóra do combate e varios feridos levemente. Entre estes o capitão de mar e guerra Elisiario Antonio dos Santos, commandante da 2^a divisão.

Os navios do lado do Paraguay receberam algum fogo de metralha, fuzilaria, e algumas balas que o inimigo atirava por elevação: mas não soffreram avaria alguma. Apenas tiveram os feridos que contam da relação inclusa sob n^o 3.

Nessa occasião não posso deixar de recommendar muito a V. Ex^a. todos os chefes, commandantes e officiaes de todos as classes e guarnições em geral da esquadra pelo entusiasmo e decisão com que entraram em combate, não deixando nada a desejar pelo lado da pericia e disciplina.

Peço tambem attenção a V. Ex^a para os serviços do meu estado maior cujos officiaes, durante o combate, occupei sempre na transmissão de minhas ordens em escaleres aos navios empenhados na acção, serviço este que sempre fizeram com a maior satisfação.

O barão do Amazonas, chefe do estado-maior, continua a prestar serviços condignos com o seu procedimento heroico no combate do Riachuelo e no commando da esquadra do Paraná durante quasi um anno.

Releve V. Ex. que eu recomende tambem a V. Ex. o 2º tenente da marinha sueca Alfredo Lindbeck, que tem assistido em minha companhia a todas as operações da esquadra e que em diversos combates em Passo da Patria e aqui no rio Paraguay tem-se portado como um digno official da illustrada marinha de seu paiz.

"Amanhã pretendemos celebrar uma junta de guerra em que tomará parte o General Polydoro, que virá aqui para este fim, afim de resolver sobre as operações que convem fazer nas actuaes circumstancias.

"Faltam algumas partes dos commandantes que serão remettidas na primeiro occasião. Deus guarde a V. Ex. Illmo. Exmo. Sr. Conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha. *Visconde de Tamandaré*.

Ainda novas censuras foram assacadas ao Almirante por não seguir a atacar as fortificações de Curupaty e Humaytá. Ora o Almirante não dispondo de navios couraçados sufficientes para arriscar-se a tal e não dispondo de tropas de desembarque, pois seria rematada loucura tentar semelhante operação antes de occupar o exercito alguma posição rio acima por onde a esquadra pudesse receber combustivel, viveres e munições de guerra tratou de reconhecer aquella fortaleza com os encouraçados de que dispunha e que eram o "Brasil", "Barroso", "Tamandaré" e "Bahia".

Iniciadas as operações contra Curuzu e Curupaty, um dos membros do gabinete de 3 de Agosto propoz a substituição do Almirante Tamandaré, apreciando em dous extensos *memoranda*, que foram lidos em conselho, o modo por que havia sido dirigida a esquadra desde o começo da guerra. Diz o Barão do Rio Branco: uma dessas memorias terminava assim: "A conclusão, pois, do que exposto fica no presente *memorandum* é que, postas de lado as considerações de que é digno o Visconde de Tamandaré cumpre retirar-o do commando em chefe das forças navaes brasileiras em operações contra o Paraguay, e substitui-lo por outro official de marinha, que á contestavel bravura reuna experiencia e talentos militares".

Não prevaleceu esta opinião no Conselho de ministros. Na mesma occasião recebia o conselheiro Affonso Celso, Ministro da Marinha, uma carta do Almirante, escripta em 31 de Agosto, pedindo por motivo de molestia, uma licença para vir ao Rio de Janeiro, licença essa que em confidencial de 20 de Outubro lhe foi concedida. A politica vingava-se.

Em carta de 17 de Novembro, declarava que de accordo com o Marechal Caxias, continuava no commando da esquadra, sem aproveitar-se da licença que lhe fora concedida até que o Governo indicasse o official General da Armada que o devia substituir, e accrescentava. "S. Ex. o Sr. Marquez de Caxias desse-me que neste sentido escreveria a V. Ex. e eu conto que V. Ex. satisfará com a maxima brevidade a minha substituição afim de que eu possa tambem ir cuidar da minha saude e dos interesses de minha familia. "Accresce, ainda, que, nestas circumstancias, a minha demora na esquadra é até prejudicial á dignidade da minha posição militar honorifica..."

Por aviso do ministerio da Marinha de 6 de Outubro de 1866, foi elogiado, em nome de Sua Magestade o Imperador, pela bravura, coragem e dedicação, de que deo mais uma gloriosa prova no combate de Curupaty, em 22 de Setembro anterior. Deixou o commando em Chefe da Esquadra em operações em Curuzu' a 22 de Dezembro do dito anno ao Chefe de Esquadra Joaquim José Ignacio, nomeado pelo Governo para substitui-lo interinamente, e no dia seguinte no vapor "Apa" retirou-se. Antes, no dia 18 de Novembro, havia dado conhecimento aos chefes e commandantes da esquadra reunidos

á bordo do capitanea, que para commandar o exercito e a esquadra fôra nomeado o Marquez de Caxias e que elle obtivera treis mezes de licença para ir ao Rio de Janeiro. Nessa mesma occasião dera as ordens para o recebimento daquelle illustre General, fazendo com que descesse a "Ipiranga" ás suas ordens a qual regressou no dia seguinte com o mesmo. O General Visconde de Porto Alegre, se havia retirado antes, a 28 de Novembro para o Rio Grande.

Ao deixar o commando da esquadra o seu substituto baixou a seguinte ordem do dia: "O Sr. Visconde de Tamandaré vai partir para seu destino acompanhado pelo reconhecimento e admiração de todos que tiveram a fortuna de estar sob suas ordens, pelos brillhantes e não desmentidos serviços que prestou a patria durante mais de dous annos na commissão ardua entregue á sua intelligencia distincta, ao seu alto patriotismo, á sua bravura tantas vezes provada, ás suas proverbiaes lealdade e honradez.

"Substituindo tão importante homem de mar e de guerra, conheço quanta responsabilidade vai sobre meus hombros, responsabilidade duplicada, pois importa alem do cumprimento dos deveres arduos de meu cargo, o de sustentar a reputação bem merecida que, sob o illustrado commando de meu antigo e pezado chefe tão heroicamente alcançou á força naval que o Governo tem aqui empregada para terminar com honra a guerra justissima que sustenta".

De facto deixava o valente marinheiro, pelo seu talento, providencia, valor, abnegação e patriotismo a nossa esquadra aureolada e respeitada pelo valor e audacia tantas vezes provada durante todo o tempo que a commandou, além do que um excellente arsenal montado em Cerrito e providos tanto as hospitaes como os depositos em Corrientes e mais ainda livre das peias que o malfadado tratado da triplice alliança trouxera ao desenvolvimento da guerra.

Voltava da guerra com a consciencia tranquillada de haver feito tudo pela grandeza de sua patria

Promovido a Almirante por Decreto de 21 de Janeiro de 1867. Por aviso de 12 de Fevereiro seguinte communicou a Secretaria, ter-lhe concedida a exoneração que pedira, do commando em chefe da Esquadra em operações contra o Paraguay sendo louvado pelo Governo Imperial pelos bons serviços que prestara ao Paiz enquanto durou tão importante commissão. A 15 de Fevereiro desembarcava no Rio de Janeiro.

Tendo sido lançada ao mar a corveta "Trajano", navio de typo completamente novo, ideado e construido pelo habilissimo constructor naval Trajanc Augusto de Carvalho, para assistir as experiencias de velocidade e de condições marinheiras do mesmo, foi nomeado presidente da commissão.

Se errou politicamente, com seus inimigos quizeram assoalhar o fez em consequencia de factores que não lhe cabiam annular, porque eram devidos ao proprio governo, pois subordinavam os partidos politicos ás suas conveniencias o interesse geral da Nação. Na guerra, que foi feita ás apalpadellas, porque não havia o menor conhecimento da topographia do paiz em que ella ia se desenvolver, sabia que o unico caminho conhecido, que era o rio, em suas margens estavam as verdadeiras defesas e que contra ellas somente com navios couraçados poderia affrontal-as.

Não eram com os navios de madeira, cujas portinholas e carretas impediam dar grande elevação ao tiro que poderia hostilizar com vantagem as fortificações que lhes ficavam sobranceiras. Dahi oppôr-se ao plano de Mitre para que a esquadra rio acima, fosse abrindo caminho ao exercito; exigio elle que simultaneamente fosse feito o ataque.

A seu pedido foram chegando os couraçados, primeiro os de casamata e depois os de torres. Estes ultimos, ainda com o inconveniente de seus canhões fixos, teve o genio de Henrique Baptista de fazer com que, para abrigo de sua

guarnição se tornassem independentes torre e canhão para serem carregados a coberto. Veio ainda a construção dos monitores em o nosso Arsenal de Marinha, batendo-se as quilhas no dia 8 de Dezembro de 1866 do "Pará", "Rio Grande", "Alagoas", "Piauí" e "Ceará" e mais tarde o "Santa Catharina". Mediam todos elles 120 pés de comprimento por 28 de bocca e 337 toneladas de deslocamento, e eram armados, os tres primeiros com uma peça de 70 e os ultimos com uma de 150, todos em torre couraçada. Foram lançados ao mar o 1º em 21 de Maio de 1867 o 2º em 17 de Agosto de 1867; o 3º em 30 de Outubro do mesmo anno; o 4º em 8 de Janeiro e o 5º em 26 de Março de 1868 e o ultimo. Raro exemplo de actividade a que bem prova que brasileiro algum não teme competencia. Attendendo-se a precaridade das machinas ferramentas de então, suppridas pelo braço, vemos que o que foi feito recentemente não excedeo o praticado por nós n'aquella epoca.

Para a construção dos monitores não tivemos necessidade de ir buscar na guerra da Secessão americana o ensinamento, pois de nós foi a idéa. Se os paraguayos haviam empregado suas chatas com tanto successo, antes haviamos empregado as jangadas artilhadas na defesa do porto de Pernambuco contra os corsarios buenayrenses em 1819, como se vê do officio do Capitão General Luiz do Rego Barreto dirigido em 21 de Julho de 1819, ao Conde de Arcos, "...que vem a ser uma peça de 12 montada sobre uma jangada: e fazendo a experiencia em grande, vi com satisfação que he muito possivel, e facil ter uma linha desta qualidade de fluctuantes, que podem perder a vista de terra, e fazer fogo em alto mar ainda em occasião de tempo, pois que a experiencia foi feita em huma semelhante occasião.

"Hum modelo deste fluctuante será presente a El Rey Nosso Senhor por via do Ilmo. Exmo. Sr. Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal a quem será entregue para esse fim. Para por tudo prompto tenho lançado mão da Artilharia de alguns particulares, medida que não pode ficar subsistindo; pelo que dou parte a V. Ex. que se precizarão no Arsenal desta Capitania duas peças de 18; vinte e duas de 12; vinte e quatro de 9 e seis de calibre 6..."

No Supremo Tribunal Militar continuou o Almirante Visconde de Tamandaré no estudo sereno das sentenças a destribuir.

Elevado a Conde de Tamandaré, por Decreto de 13 de Dezembro de 1887. e ao mais alto titulo conferido na Marinha, o de Marquez por decreto de 16 de maio do anno seguinte. Dir-se-ia que a monarchia no Brasil, sentindo que se ia eclysar não queria que aquellos que a serviram com lealdade ficassem esquecidos.

Proclamada a republica a 15 de Novembro de 1889 sobre o seu nobre proceder diz o "Paiz": "Sabida era a estima, a dedicação quasi fraternal que o Almirante Tamandaré tinha por D. Pedro II, pode-se aquilatar da intensidade da dôr com que elle viu sahir do Brasil para o exilio o velho monarcha, cujo throno ruira a 15 de Novembro de 1889.

Mas nem assim, sacudido na sua afeição intima, convulsiva pelo facto dessa separação que tanto lhe custava, o velho marinheiro cedeu de sua correção, apartando-se dessa linha de abnegado patriotismo, que mandava pôr o Brasil acima do que elle tanto amava.

Quem escreve estas linhas estava no Arsenal de Marinha quando o Almirante Tamandaré voltava de bordo da "Parnahyba" onde fora levar o derradeiro abraço ao imperador desterrado.

Acercamo-nos do venerando General, e nós como todos os officiaes que ali estavam, tinhamos no olhar todo um movimento de curiosidade, como se alguma cousa quizessemos prescrutar e ler na physionomia cheia de doçura e austeridade do venerando marinheiro, onde aliás divisamos uma plana tranquillidade, misturada da propria dôr que devia affligil-o no seu sentimento de estima pessoal.

Elle advinhou e comprehendeu, e fazendo para todos que ali se achavam um cumprimento de familiaridade amiga, acompanhado destas unicas palavras que nós registramos no *O Paiz* de 17 de Novembro de 1889 e que foi talvez a nota mais accendrada do seu valor patriotico "o que está feito, está feito; cuidemos de trabalhar e engrandecer a nossa Patria!"

O Governo Provisorio, por decreto de 30 de Dezembro de 1889 attendendo aos relevantes serviços prestados á Patria pelo Almirante Marquez de Tamandaré, já durante a paz, já durante a guerra, commandante em chefe da esquadra em operações, resolveo que não lhe fosse extensiva a reforma compulsoria, e o conservou em serviço extraordinariamente e sem prejuizo do quadro que teria sempre outro almirante effectivo.

Para o Marquez de Tamandaré, dir-se-hia, havia finado sua benemerita carreira. Por decreto de 20 de Janeiro do anno seguinte, foi reformado, como pedira e por decreto de 14 de Março de 1897, foi acceita a sua resignação que pedio do lugar de membro do Conselho Supremo Militar de Justiça, continuando porém a gozar as honras inherentes a seu alto cargo, que exerceo com tanto civismo, lealdade e patriotismo.

Do almirante Tamandaré, conta-se muitas originalidades e como servem para caracterisal-o, vamos reproduzir algumas d'ellas:

Assim publicada no Jornal do Commercio de 5 de Abril sob o titulo — *Com ares de chronica* — lê-se: "A minha lenga lenga passada já estava escripta aos pedacinhos, sob ás vistas dos compositores e por isso não pude n'ella referir-me a um facto que foi a ordem do dia 21 de Março.

A' tarde de 20 fallecera na sua modesta habitação da Gavea, na avancada idade de 90 annos, o Marquez de Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa, almirante reformado por decreto de 20 de Janeiro de 1890.

Em 21, este jornal deu em quatro extensas columnas, a biographia e fé de officio dessa reliquia da marinha de guerra brasileira.

A imprensa unanime, fez a apologia do venerando morto. Vi desfilar o cortejo pela rua da Gloria a caminho do cemiterio de S. Francisco Xavier.

Que simplicidade! que recolhimento! que unção! no prestito que levou á eterna morada os despojos daquelle que durante setenta e dous annos foi gloria, lustre, orgulho e renome da nossa marinha!

Já os competentes, em tempo opportuno, falláram sobre o venerando morto portanto se ainda insisto no assumpto é pelo dever de consignar aqui a luctuosa ephemeride que não pude consignar na lenga lenga passada.

Foram referidas algumas singularidades do viver desse homem illustrissimo.

Tambem as conheci.

Ha uns dez annos acompanhei uma grande comitiva em digressão pela rêde mineira das linhas ferreas da Companhia Leopoldina e na qual ia o Marquez de Tamandaré.

Chegamos á cidade do Presidio ás 10 horas da noite e o jantar ceia prolongou-se até a meia noite e o marquez foi deitar-se na *taboa*, la pelas 2 horas.

Eu, que mal dormi, fui para a estação antes das 6.

A primeira pessoa que encontrei a passear rubicunda e fresca como um rabinete, foi... foi o marquez.

Saudamo-nos!

— V. Ex. madrugou!

— Não. Dormi umas quatro horas regaladas e já cá tenho o meu banho frio do costume.

— Pois com o frio que está fazendo e na sua idade V. Ex. toma banhos frios?!

— Sempre, meu amigo, no mar ou em terra quer de inverno, quer de verão, nunca dispensei os meus banhos frios.

Era geralmente sabido que o marquez logo que chegava em casa punha-se á frescata e andava descalço.

N'um bello dia, um pretendente, portador de uma carta de apresentação, procurou o marquez na sua residencia. Não o conhecia: Chegando á porta vio um velhinho de camisa desabotoada de casaco e calças de riscado, a regar umas roseiras.

— Está em casa o Sr. Marquez? perguntou-lhe

— Está, sim senhor.

— Diga-lhe que está aqui um senhor que deseja fallar-lhe.

— Será servido; e o velhinho depoz o regador e entrou em casa para assomar logo á porta e disse ao pretendente:

— V. S. póde entrar.

O individuo entrou na sala e sentou-se.

Momentos depois appareceu-lhe o velhinho calçado, abotoado e de gravata e com o melhor dos sorrisos deste mundo.

— Deseja fallar-me? Estou ás suas ordens.

— E' ao Sr. Marquez que desejo fallar!!!

— Pois falle, sou todo ouvidos: o marquez sou eu, a menos que não haja em minha casa outro marquez, sem eu saber.

.. .. .

Como o pretendente ficou passado, como procurou desculpar-se, como o jovial e glorioso homem do mar rio do embarço do pretendente e affavelmente o desculpou e attendeu não é necessario accrescentar.

(5 Abril — *Folhetim*)

No *O Paiz*, de 22 de Março, disse o pranteado escriptor Arthur de Azevedo, sob o titulo de *Palcitra*: O illustre marquez de Tamandaré, além de ter sido um grande marinheiro, foi uma das figuras mais originaes da nossa terra.

Ninguem aqui ha que nunca o visse de chapéo na mão, fosse qual fosse a estação do anno, sempre descoberta a bella e veneranda cabeça que jámais se curvava para que as balas do inimigo passassem algumas pollegas mais alto.

— Não tenho medo de trazer a calva á mostra, respondia o velho a sorrir, quando alguem se mostrava receioso de que elle se resfriasse.

E fallando assim Tamandaré alludia ao seu invejavel organismo, experimentado na mais rude das profissões e á moralidade da sua vida impecavel, de uma pureza angelica, de uma correcção exemplar.

.....

Contam que certa noite, achando-se de visita em casa de uma familia conhecida, n'um arrabalde longiquo, desabou aguaceiro tal, que inundou as ruas e interrompeu a circulação dos carros, de modo que não o deixaram sair e elle foi obrigado a pernoitar onde estava.

Mas na occasião de se recolher, vendo que lhe preparavam uma grande cama, com dois colchões, não sei quantos travesseiros e um grande luxo de fronhas, côxas e lençoes, o velho marinheiro protestou:

— Não! Não se encomodem! Eu não me utiliso de nada d'isso!

Não ha por ali uma taboa?

Uma taboa?!...

— Sim, basta-me uma taboa

Trouxeram-lhe a taboa de engommado

— Esta serve!

— Serve: contando que lhe tirem essa baeta e esse lençol que a envolvem. Eu só durmo no pão!

E quando lhe quizeram dar uma almofada para a cabeça.

— Nada! nada! Tragam-me um caixãozinho, um jogo de dictionarios ou uma pedra, que foi o travesseiro de Cesar na vespera do Pharsalia! Isso é muito molle!

Entretanto o marquez de Tamandaré carregava com galhardia os seus noventa annos felizes e gloriosos, consagrados exclusivamente ao serviço da Patria Brasileira.

Honrado seja o seu nome!

Bem me lembro: Estavamos ainda na Escola Naval; em certo dia apresentou-se nella o Imperador acompanhado pelo Marquez de Tamandaré afim de assistir á bordo do brigue "Capieberibe" o exercicio de bordejo, realizado ás quintas-feiras e cujas manobras eram executadas unicamente pelos aspirantes, sob a direcção do instructor. Diga-se de passagem que era aspirante o principe D. Augusto Leopoldo, neto do Imperante.

A presença do chefe da nação e do venerando Almirante á bordo, como era natural deu tal enthusiasmo aos jovens aspirantes que as manobras pareciam feitas por encanto, tal a presteza e correcção com que eram executadas.

Nos olhos do illustre ancião, que não perdia o mínimo detalhe, brilhavam, a alegria e satisfação; dir-se-ia que o ardor da mocidade que o cercava, delle participava.

E no meio della sorridente, contava factos de sua juventude, dizendo que a aprendizagem á bordo de navio á vela era por onde devia começar o official de marinha; que graças a ella conservava aquella rijeza que naquella sua idade apresentava e para cuja conservação aboliu os colchões e travesseiros e não dispensava os banhos frios matutinos e se possuia alguns dentes, que de facto eram claros e brilhantes, era porque, embora abstemio, os limpava, friccionando-os com *cognac*.

Ao retirar, disse: *Adcos meus filhos, lembrem-se que se preparam para honrar a nossa Patria e sempre diante dos olhos a tenhaes.*

Era o apello que fazia quem por ella, a vida inteira se havia dedicado com a maior somma de valor, de abnegação e patriotismo!

Quando em Corrientes assumio o Almirante Tamandaré o commando em chefe de nossas forças navaes contra o Paraguay, escolheu o vapor "Apa" para seu quartel general.

Era medico desse navio o Dr. Symphronio Olympio Alvares, repentista afamado pela expontaneidade com que lhe acudiram as rimas. Seus versos cheios de verve, laudatorios uns, de fina critica outros, sempre primorosos pela feitura, vivem perdidos devido á bohemia de seu autor que não os registrava. Existem alguns na lembrança de velhos officiaes que gostosamente os repetem lembrando factos de bordo. E' typico o dedicado aos *Quatis*.

Como era natural o Almirante, pela sua posição, tendo por hospede o nosso ministro o Conselheiro Octaviano de Almeida Rosa, poeta de nomeada, e recebendo constantemente os Generaes aliados Mitre e Flores e os nossos, tinha mesa bem provida, como sempre fôra seu cuidado.

O referido medico que era epicurista, não se contentando com as vezes que era convidado para compartilhar das refeições do Almirante, pois de costume, um dos officiaes de bordo, diariamente tinha assento á sua mesa, sob o pretexto de que tinha uma composição a recitar ao Almirante, fez-se convidar pelo Dr. Carlos Marques Lisboa, joven sobrinho do illustre chefe que se havia apresentado para compartilhar da campanha.

Em o final do jantar pede licença o Dr Symphronio para recitar sua poesia e attentos todos, começa dirigindo-se ao Almirante:

Em tua fronte reluz
 Uma estrella tão feliz,
 que por ella te bemdiz,
 A terra de Santa Cruz.

Mal terminou esta quadra, agastado, impertigou-se o Almirante e disse-lhe: Não continue Dr., porque não bemdigo o seu estro poetico que leva a dizer que feliz estrella me conduz. Graças á Deus tenho feito para merecer o que se me tem dado e não confiado nella.

Confuso, desculpou-se o medico, achando desde então que nem sempre são preferiveis os acepipes da mesa dos chefes aos da mesa da praça d'armas, muito mais quando, subordinando a rimas, juizos que podem ser julgados affrontosos, e que o poeta nos seus devaneios não medio o peso.

No dia 20 de Março de 1897, pela tarde correo celere a noticia de que havia desaparecido dentre os vivos o venerando Almirante, gloria de sua patria, idolo de seus compatriotas.

O que disse a imprensa de todo o Brasil sobre a personalidade do illustre Almirante bem demonstra quanto era querido e não houve Estado algum em o qual, não se fizesse sentir a perda que soffreo a nação.

Logo no dia seguinte, pelo Quartel General da Marinha era publicada a seguinte Ordem do Dia:

"Com verdadeira magua, comunico á armada nacional o passamento do inclyto Almirante Joaquim Marques Lisboa, illustre ancião que, pelos seus elevados dotes moraes, pelo seu acrysolado patriotismo e pela relevancia de seus serviços, tornou-se credor da veneração dos brasileiros e soube escrever com traços indeleveis o seu glorioso nome nas mais fulgentes paginas da historia patria.

A marinha nacional lamenta profundamente a perda de tão benemerito chefe, verdadeiro athleta sobre quem sellaram-se as portas da morte, mas cuja memoria ha de perdurar como um encitamento ás mais nobres acções, como symbolo de suas glorias, e eu, que me ufano de haver sido seo discipulo, convido, de ordem do Sr. Ministro da Marinha os meus camaradas a tomarem luto por oito dias, em testemunho do pezar que nos vai n'alma. Assig. *Julio Cesar de Noronha*, Chefe do Estado Maior General."

Publicava o Director da Escola Naval: "Desappareceu hontem de entre os vivos, envolto no respeito e gratidão dos brasileiros, o mais antigo e glorioso dos nossos Almirantes.

Batalhador intemerato desde os tempos da Independencia, a vida do illustre Almirante Joaquim Marques Lisboa, marquez de Tamandaré, é uma das paginas mais luzentes das nossas gloriosas tradições navaes, de que foi o mais digno e o mais nobre dos precursores.

Quer se a estude pelo lado das virtudes publicas ou privadas, quer dos dotes que ornavam aquelle character altivo e generoso ao mesmo tempo, ninguém guem ha que o excedesse na bravura em campo de batalha, como na gentileza, e elevação de sentimentos em meio dos arduos labores da paz.

.....

Imital-o é quicá, para os jovens commandados e futuros chefes da marinha nacional, o melhor, senão o unico meio de honrar o seu passado cheio de civismo e abnegação á causa patria.

Convencidos dessa verdade e conhecimento do profundo pesar que tão infausto acontecimentos deverá causar no coração dos nossos compatriotas, convido os Srs. Membros do Corpo docente, officiaes desta Escola, guardas-marinha e aspirantes a tomarem luto por oito dias em homenagem á memoria do grande marinheiro, quão preclaro cidadão. Assig. *Dionysio Munhães Barreto*, Contra-Almirante.

Disse de sua personalidade o *Jornal do Commercio* ao dar seus traços biographicos, ao referir-se ao juizo que delle fizera o Almirante Cochrane... "E não se enganou de certo, predizendo o futuro que Deus reservava ao voluntario Joaquim Marques Lisboa, ou Marquez de Tamandaré, cuja vida hontem terminada, constitue a historia de todas as nossas luctas civis e exteriores, e é o melhor e mais fecundo exemplo de honestidade, do pundonor e da bravura militar, da vida civil a mais pura e mais immaculada."

Disse a *Gazeta de Noticias*: "Com a avançada idade de 90 annos a maior parte delles empregados em servir e honrar a Patria, expirou hontem á tarde o glorioso Almirante, Marquez de Tamandaré, reliquia da marinha de guerra brasileira e uma tradição do Brasil.

Seu nome sempre foi pronunciado com respeito que mereceu daquelles que dignificam o seu tempo e tem a sua vida como exemplo de honra; a sua figura typica ao atravessar as ruas da cidade, quando a sua bella cabeça de uma brancura de arminho, sempre descoberta, ao longe se distinguia, fazia com que os chapéos descessem; e era com sagrado respeito e com admiração religiosa que as cabeças se inclinavam saudando o precioso velhinho, que até os ultimos instantes de sua existencia foi uma das organizações mais resistentes de homem.

Marinheiro, a sua fé de officio é, na expressão do Capitão de Fragata Garcez Palha, nas *Ephemérides Navaes*, a historia da marinha de guerra brasileira.

Toda ella é uma profissão de feitos gloriosos, uma grinalda de victorias, capazes de uma por si só, illustrar a vida de um heroe.

Homem, foi um padrão de honestidade e de dedicação, de uma honradez levada ao requinte da austeridade, de uma dedicação pelos seus amigos que não parava diante dos sacrificios.

Confirma isto a insistencia com que pediu a sua reforma por occasião do advento da Republica, o que recusara o grande Deodoro, soldado nobre como o nobre marinheiro; e ainda quando o Marechal Floriano Peixoto, por urgencia das circumstancias teve de prendel-o, não o levou aos quarteis ou ás fortalezas, encarcerou-o, apenas, dentro de sua palavra que nunca uma só vez negou a fé, que era para elle prisão mais forte que quaesquer muros. os mais inexpugnaveis.

A' gloriosa armada brasileira que acaba de perder em seu chefe um queridissimo amigo e um camarada de difficilima substituição a *Gazeta de Noticias* dá pezames tocada de funda dor.

O *Jornal do Brasil* assim se manifestou: "Está de luto a marinha nacional! Esta de luto a Patria!"

Expirou hontem, ás 5 horas da tarde, em sua residencia á rua Marquez de S. Vicente, Gavea, Joaquim Marques Lisboa, Almirante reformado da Armada nacional, Marquez de Tamandaré.

Marinheiro da Independencia, marinheiro no Imperio, marinheiro ainda na Republica, a sua historia é a historia da Marinha brasileira.

Póde-se dizer que ellê compartillhou sempre de todas as glorias que sobre os mares conquistaram as nossas armas; que o seu coração sentiu todas as emoções que abalaram as almas da maruja denodada ao fumo das batalhas e que ouviu os hymnos de todas as victorias que fizeram tremular resplandente o pavilhão nacional.

E se o orgulho póde alentar os espiritos superiores, se o amor proprio é sentimento que abala os espiritos fortes e intrepidos dos heroes, Tamandaré teria motivos para deixar-se arrebatar por elles, pois foi um daquelles que tiveram a justa satisfação de se verem consagrados nas benções da patria e que se sentem immortaes em vida.

O seu nome já se havia tornado uma legenda. A marinha nacional olhava-o como um marco glorioso de suas tradições; e da árcole de suas cans fizera o pharol que a conduziria ás conquistas grandiosas do futuro.

As esquadras estrangeiras guardavam respeitosas as narrativas de seus feitos e a memoria do seu valor, como um estalão que se poderia afferir por todos os grandes timoneiros audazes que tem affrontado as furias oceanicas e desfraldado as velas enfunadas no caminho das glorias impereciveis. É a prova disso ainda a deu, ha pouco, a formosa frota argentina que ancorou em nosso porto, e que foi logo a modesta morada do velho Almirante levar-lhe as suas entusiasticas saudações.

Para a Patria, porém, a morte de mais este grande filho não é um simples accidente lutuoso, é uma verdadeiro acontecimento nacional.

Tamandaré, para elle, acaba de ter a trasladação para a posteridade porque na historia elle já vive em nossos triumphos, na apothese de todos os hymnos e de todas as bravuras que fizeram da nossa marinhagem a primeira da America do Sul. E o seu nome eternisado na proa de um dos nossos mais bellos cruzadores hade continuar a levar, orgulhosa e vencedora, a nossa bandeira a todas as plagas em que fôr preciso vingar a honra nacional, ou fazer scintillar os esplendores da civilisação e da grandeza immorredora da nossa Patria".

Assim disse o *O Paiz*: "Pouco mais de 6 horas da tarde, a hora em que começa a fugir o bulicio da cidade, em que diminue gradativamente o movimento das ruas, quando cada um procura o repouso e a quietação, eis que correu rapida, alastrando-se num espasmo de sentimento, numa grande oppressão de dór, a noticia de que a morte vencera afinal o venerando Almirante Tamandaré.

Velho, de 89 annos de idade, ainda assim essa morte teve alguma cousa de imprevisita e de inesperada, que mais intensa faz a dór, que de maior angustia enche o coração da Patria e de luto a Marinha nacional.

O velho cedro tambem descamba á acção da tormenta que o desmensizará, ao embate das fortes correntes que o solapão na base que se diria indestructivel; mas alentados á sua sombra, nós o supponos eterno, desafiando a colera das tormentas, ou a impetuosidade das aguas, de que elle parece zombar na rijeza da sua estructura e na altitude com que pareceu querer attingir o céu.

Era assim para nós, como para toda a Nação, especialmente as classes militares, esse velho marinheiro todo feito de bondade angelica, todo argamassado de patriotismo, relebrando o passado e ao mesmo tempo abrindo uma pagina de ensinamento para o presente e uma lição para o futuro.

A sua biographia não se escreve num resumido artigo de jornal, porque, a bem dizer o typo de servidor que nunca conheceu motivos, razões e interesses que não nascessem e não se faliassem á terra amada.

Poucos homens, revestidos de character official que tinha o Almirante Tamandaré aqui ou em qualquer pedaço do mundo, melhor e com mais forte direito puderam fazer assentar sobre sua individualidade essa qualificativa de venerando, com o qual todos nós a elle nos referimos.

Não é que a palavra indicasse a sua avançada idade, sem duvida objecto de acatamento, mas é que essa veneração que todos lhe dedicávamos era como que uma rapida revisão de sua extraordinaria folha de serviços, um confronto que assim estabelecemos com os mais respeitados dos nossos compatriotas assignalando por esse qualificativo de benemerencia todo o culto que elle merecia da geração mais nova, a cujos olhos punhamos por essa fórmula rapida, a fórmula de uma exclusiva palavra, toda a integridade desse character de tempera rija, inamoldavel, dentro do qual parece que todas as qualidades se reuniram, refundidas num todo unico, symbolisando o patriotismo é a honra militares.

A sua figura, dissemos, era um ensinamento, lembrando o passado, uma pagina de livro aberto, apontando uma lição para o futuro.

E assim foi sempre; e era de ver como a marinha nacional se voltou para esse vulto querido de velho general, aprendendo-lhe as palavras menos significativas ou as phrases mais simples, de onde deixa emergir um conselho quasi paterno e um exemplo que ninguem devia desprezar.

E foi assim sempre e se a marinha nacional teve erros, como contingencia da humanidade, se teve desvios como partilha do homem, erros e desvios ella não tirou a severidade do codigo desse Almirante encanecido no serviço, nem foram fructo das suas inspirações meditadas e fulgurantes de correcção inequalavel.

De como elle era idolatrado, podemos aferir em poucas palavras; desde o official mais graduado, até o moço aspirante; desde o velho mestre requeimado pelo sol ardente do oceano, as mãos calosas e a pelle impregnada pelo alcatrão dos cabos, até o marinheiro noviço, o grumete soffrendo as torturas do enjão e desequilibrado pelos trancos que os vagalhões produzem no navio, todos o conheciam como a envergadura perfeita do militar cheio de brio e de honra, e ao seu encontro, em plena rua, todos paravam, bonné na mão, não já para fazer a continencia que a disciplina e a hierarquia militar impõem, mas para dirigir-lhe uma saudação em que ia toda uma revivescencia de respeito, alguma cousa de sagração áquelle idolo, que representava todas as tradições e todas as glorias de sua classe.

Uma facto, de que nos recordamos, dá a medida justa do seu zelo pela disciplina militar.

De uma feita o 1º Tenente que exercia o cargo de secretario do batalhão naval desaviou-se com o commandante desse corpo, que lhe dera uma ordem absurda e illegal, sendo por isso levado a conselho de guerra.

Antes desse conselho ser levado a julgamento de ultima instancia o official subalterno processado procurou o velho Almirante Tamandaré, então membro do Conselho Supremo, para explicar-lhe o quanto fôra melindrado nos seus direitos pelo seu commandante, e assim lograr a attenuante que o caso offerencia.

O velho Tamandaré quasi não acabou de ouvil-o, interrompendo-o com delicadeza, abotoado, varonil, para dizer-lhe.

Não conclua; o seu commandante ordenou e o senhor devia cumprir; faltou com o respeito ao superior e se eu comparecer a sessão, votarei pela sua condemnação. Peça a Deus que eu continue doente, como estou.

Delle disse a *Cidade do Rio*:

Morreu o Almirante Tamandaré.

Desde muito o audaz marinheiro, lenda de honra e de bravura da armada brasileira vivia longe do serviço; não obstante, todos quantos nobiliavam-se, nobilitando a vida do mar, viam nesse venerando ancião a mais pura, a mais gloriosa tradição da classe a que pertenciam.

Não pertencia a nenhum dos grupos em que se dividiu a marinha brasileira; o seu coração de patriarcha naval sentiu todas as dores que lançavam os seus companheiros, e orgulhava-se com todos os louros que elles conquistavam.

Soldado, era antes de tudo patriota. Amava sincera e profundamente o ex-imperador, mas no dia em que a nação proclamou a Republica, o velho soldado, se teve lagrimas pelo amigo, não esqueceu a lealdade para com a patria que jurara fidelidade.

Este é o traço por excellencia do seu character provou assim que a sua mais profunda affeição ficava muito aquem do seu dever de patriota.....

Os intervallos da acção marcial occupou-os o Almirante Tamandaré desempenhando funcções de administração, nas quaes augmentou sempre o prestigio de seu nome

O Imperador o distinguio com o titulo de marquez, o mais alto que se concedia aos que não provinham de sangue real, excepção feita de Lima e Silva, que foi nomeado duque de Caxias. Deu-lhe tambem, com os cargos da casa imperial, as ordens honorificas de maior estima então.

O Almirante foi marquez de Tamandaré e grande dignatario da Ordem de Aviz.

O que o recommendava, porém, aos seus camaradas era o ter ficado sempre o mesmo marinheiro, prompto para expor a causa commun e a compartir as responsabilidades da sua classe.

Apesar de todas as distincções com que a cõrte payoneava-lhe a vaidade, Marques Lisboa se conservou só e exclusivamente marinheiro nacional, collocando a patria acima de tudo e de todos.

Foi o soldado da legalidade quando combateu a revolução de Pernambuco, que expirou em 49, com a morte de Nunes Machado, mas nem por isso deixou sempre de ser um espirito liberal e um coração dedicado á generosidade.

Reconheceu a Republica em suas primeiras horas, elle, velho Almirante do Imperio. Não foi com passo tropego, mas com o desempenho do dever, que elle, depois de ir apertar a mão do ex-Imperador detido em seu palacio, foi apresentar-se ao Almirante Wandenkolk e ao Presidente da Republica, o immortal Deodoro.

Desde então a sua carreira findou-se; ficou serenamente á espera de que a sua immortalidade se accrisolasse inteiramente da ganga da vida, para que ficasse fulgurando na historia da marinha nacional.....

A sua familia deve ter um grande consolo ao despedir-se do seu velho chefe: o respeito de que elle universalmente gozava.

Nenhuma esquadra chegava ao nosso porto que não mandasse a sua officialidade prestar á reliquia sagrada da antiga marinha brasileira as homenagens que elle havia conquistado.

Glorificado seja o nome do heroe, que teve a fortuna de conviver a sua posteridade.

Que me seja permittido aqui varrer de seu sagrado tumulo a fuligem de uma calumnia que seus inimigos no Estado Oriental, quando tomou Paysandu', lhe assacaram, tal a de ter consentido no fuzilamento de Leandro Gomes e que agora pouco foi novamente apanhada por Jack la Bolivoa, pseudonymo de um escriptor italiano, para pretender salpicar a honra de tão glorioso Almirante, publicado em um jornal de Buenos Aires, cujo retallo com uma nota a lapis me foi enviada por amigo incognito. Tratava como se infere do procedimento dos officiaes allemães na conducção da guerra maritima e diz:

"No sè que van a hacer los marinos de las escuadras nobles, cuando, concluida esta guerra, se encontrem en los puertos con esos marinos innobles. Esta perspectiva trae a mi memoria otro recuerdo de America. Poco antes de ir al Pacifico com la fragata en que me encontraba, havia estado en Montevideo donde habia guerra civil entonces. Una partida *blanca* habia hecho una capitulacion, cuyos terminos no habia respetado el oficial que mandaba las milicias *coloradas*. En essa occasion el Brasil era aliado de partido *colorado*, y el joven commandante de la canonera franceza *Decidée*, al encontrar-se com el Almirante brasileo baron de Tamandaré se nego a aceptar la mano que este le ofrecia. Como se lhe preguntaran las razones de este desaire el joven commandante dijo: "Un oficial frances no entrecha la mano a los marinos que no impeden, pudiendo, una accion tan villana como la de hacer pedazos una capitulacion jurada". Recuerdo que nosotros, los officiales ingleses y americanos, que estabamos entonces en la rada, aplaudimos todos la conducta del commandante de la "*Decidée*". Y este no era mas que um simple teniente de navio.

Vuelvo a pensar en la conducta que en el protocolo naval observaram con los marinos alemanes. Creo que durante muchos anos los mantendran lejos de ellos, en la situacion que, en el lenguaje corriente a bordo, se llama "cuarentena". Si, no se podra tratar a esos marinos como a iguaes.

Propositalmente omittio o escriptor o modo pelo qual o nosso respeitado Almirante repello a injuria do official francez diante dos demais commandantes estrangeiros, elle que por minima que fosse e de quem quer que seja não soffria, demonstrando, que a dignidade e cavalheirismo não é apanagio exclusivo dos francezes: Quem da ignorancia dos factos e da calumnia se serve como arma para no interesse da causa que defende, ferir o pundonor alheio é insensato e desprezivel.

Não só estas folhas, mas as do Brasil inteiro disseram do inclyto marinheiro que desceo ao tumulo venerado por todos.

Foram seus desejos cumpridos de ser levado a campa mortuaria por marinheiros; que seu caixão fosse coberto com a bandeira que elle defendera até ser victoriosa e sobre seu caixão fosse collocada a grinalda de flores que os aspirantes de marinha lhe haviam offertado quando completara seu 85º anniversario, em 13 de Dezembro de 1892.

Sobre o seu enterramento disse a *Gazeta de Noticias*.

Dorme hoje tranquillo o somno eterno o velho marinheiro nacional Marquez de Tamandaré, gloria de sua classe e de seu paiz.

Foram sepultados hontem, no cemiterio de S. Francisco Xavier, os restos do venerando Almirante, que durante toda a sua longa e preciosa existencia foi o exemplo vivo do mais acrisolado amor da patria e a prova mais evidente de quanto pôdem o brio e a bravura.

Descança, hoje, em paz e a sua memoria sagrada perpetuar-se-ha como um exemplo, como um modelo.

Ha homens assim: fortes, conscientes do proprio valor, marcham sempre para o futuro, calmos, serenos, resolutos, certos de que alcançarão o ponto almejado de sua longa e brilhante carreira de defensores da patria.

Nada os detem na marcha que a si mesmo traçaram, nessa certeza íntima de que hão de cumprir o seu dever.

A nossa valorosa armada terá sempre presente á memoria o exemplo do glorioso extinto que foi um typo de civismo e de patriotismo.

A sua espada tantas vezes pósta em prova, continuará de certo um symbolo; será lembrada constantemente pelos nossos briosos marinheiros.

Baixou hontem á sepultura o corpo do venerando marquez de Tamandaré.

A noticia do seu fallecimento repercutiu dolorosamente em toda a Republica. O seu nome acatado, respeitado, no paiz inteiro, apagando-se de subito do numero dos vivos, mais brilhante de certo tornar-se-ha na recordação dos sobreviventes.

A sua derradeira passagem pelas ruas desta cidade, a caminho do Campo Santo, não foi annunciada pelas salvas de artilharia nem pelas marchas fúnebres das bandas militares. E, entretanto, pelos pontos por onde devia passar o fúnebre cortejo, era de notar a agglomeração do povo que ia prestar ao velho servidor de seu paiz as homenagens de respeito que lhes eram devidas.

E não podia ser mais significativa, nem mais expressiva, essa homenagem ao grande vulto da armada brasileira.

As honras militares a que tinha todo o direito, tudo isso quanto traduz um sentimento official, de programma, estipulado por um regulamento, marcado por decretos, dispensou elle.

O bravo de tantas batalhas tinha o justo orgulho de saber que o povo venerava-o, que o povo via nelle a historia viva da nossa valente marinha de guerra e que era de seu dever levar-lhe, mesmo depois de morto, os protestos de sua gratidão pelo muito que elle fez pela patria.

Nunca quiz em vida e naturalmente não as queria depois de morto, o velho marinheiro, as pompas faustosas que nem sempre significam um pezar sincero. E para que maior apothecose do que essa passagem do coche fúnebre que o levara a sua ultima morada?

Para que prova mais completa do respeito da população á memoria do illustre finado, nesse preito posthumo ao seu nome immortal nos annaes da nossa historia?

Descança em paz o bravo marinheiro, mas o seu nome e o seu exemplo estarão sempre vivos no coração dos que tem a honra de vestir uma farda da marinha brasileira.

Sobre modesta eça rodeada por seis tocheiros, repousava o corpo vestindo calça e sobrecasaca preta, coberto pela antiga bandeira nacional, tendo ao lado uma espada de ouro, que, em vida, havia sido offerecida ao Almirante.

Em torno do caixão, grande numero de corôas, expressão de saudade de entes queridos, de amigos devotados, de admiradores sinceros.

Entre ellas, recorda-nos ter visto as offerecidas pelos alumnos da Escola Naval, pelo Club Naval, pela Sociedade Protectora dos Homens do Mar, por uma parenta, por Carlottinha, por seu afilhado Antonio e pelos Srs. Almirante Jaceguay, Contra Almirante José Marques Guimarães e Visconde de Valdetaro.

Sobre o caixão uma ancora, de flores naturaes e artificiaes, com a seguinte inscripção: "Ao venerando Almirante Marquez de Tamandaré, homenagem dos alumnos do Escola Naval — 13 de Dezembro de 1892".

.....

..... Os navios de guerra da divisão naval surtos neste porto, os estabelecimentos de marinha e a fortaleza de Villegaignon, puzeram a bandeira em funeral.

Do *O País*: Está sepultado. O velho marinheiro que fez um nome honrado, ao ponto de honrar um titulo, sumio-se hontem para sempre na fria sepultura, que tem o n. 2.833 do cemiterio de S. Francisco Xavier.

O carneiro funebre escondeu-lhe o corpo; mas sobre a terra ficaram e conservar-se-hão perpetuas as flores que coroam uma gloria militar e um patriarcha brasileiro.

Muitos amigos, altas patentes da armada, titulares que o imperio deixou, magistrados, professores, as primeiras patentes do exercito, representantes do Sr. Presidente da Republica e de todas as classes sociaes foram a casa n. 15 da rua Marquez de S. Vicente prestar a ultima homenagem do almirante virtuoso, ao velho e respeitado marquez de Tamandaré.

Sobre a eça, num caixão de 1ª classe, vestido de preto, coberto com a bandeira imperial, tendo a seu lado a espada orgulhosa do bravo que a cingira, estava o corpo inanimado do nonagenario Joaquim Marques Lisboa, cercado de quasi todos os seus descendentes. Sacerdotes catholicos centoavam em canto-chão o *Liberame* piedoso.

A's 4 1/2 horas, concluido o responso, foi retirada a espada e foi recolhida a bandeira. Então, descoberto, o velho Almirante representava apenas um crente, de rosario na mão. E nada mais levou comsigo: o rosario, as benções de todo o coração brasileiro e os osculos que toda a familia depoz na sua fronte gelada. Mas, muito mais, nos legou elle.

Então, seis marinheiros armados corregaram o feretro para o coche, onde tambem foram collocadas muitas corôas de saudades, e uma grande offerecida pelo Almirante Saldanha, em nome da Escola Naval, num dia anniversario do seu natalicio.

Atraz do coche funebre tomou lugar um carro coberto transportando uma grande e bellissima grinalda levada por aspirantes de marinha, em nome da Escola. Em seguida, desfilou o longo prestito, para fazer cerca de vinte kilometros da Gavea até o Cajú. Eram 4 horas e 40 minutos da tarde.

A' boca de todas as ruas acudia gente para ver passar aquelle feretro, que era um relicario: em todas as janellas as senhoras se apinhavam para ver passar o cadaver daquelle velhinho que era a joia mais veneranda da marinha nacional. O sino da matriz da Gavea dobrou em funeral; os bombeiros da estação sudoeste formaram em continencia aos despojos do marinheiro exemplar, e o collegio das irmãs de caridade, na praia de Botafogo, tambem formou diante da igreja, em homenagem ao brasileiro e respeito ao christão.

A's 6 horas 45 minutos o prestito detinha-se em frente ao portão principal do cemiterio de S. Francisco Xavier, e os mesmos seis marinheiros pegaram no caixão para levar a beira da sepultura os despojos do Almirante idolatrado.

Era noite escura. Apinhava-se a multidão de veranadores do morto e de curiosos. Pelas alamedas do cemiterio arrastou-se a onda, guiada pelos sacerdotes que, á luz vermelha de duas lanternas, faziam em canto chão as preces religiosas. Os echos da cidade funerea acordavam ao som das rezas para receber aquelle penhor sagrado da marinha brasileira; um guerreiro, um disciplinador, um chefe militar e um chefe de familia, um homem venerando e um patriota veneravel.

A's 6 horas e 55 minutos descia ao tumulo o feretro querido e com elle a ancora que tanto o Almirante apreciava.

Está sepultado o velho marquez de Tamandaré. Aquelle corpo unge os sete palmos de terra em que repousa".

Ao baixar o corpo a sepultura os Srs. Almirantes Arthur de Jaceguay e Contra Almirante Ignacio Joaquim da Fonseca pronunciaram commoventes palavras.

Para juntar as homenagens ao inclyto Almirante ao regressarem do acompanhamento, iniciaram no Club Naval os então Capitão Tenente Henrique Boiteux e Velloso uma subscrição entre os membros da marinha nacional para aquisição de um busto em bronze para ser collocado em lugar de honra no Club Naval.

Na Camara dos Deputados, em sessão de 17 de Maio o Sr. Deputado Belisario de Souza, Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, propoz: "em nome da patria uma moção em que se manifeste todo o pezar da Camara dos Deputados pelo pensamento do immortal Almirante Tamandaré, que tão grandes serviços prestou á independencia, á integridade e á defesa do Brasil. Esse nome dispensa qualquer palavra em commentario: está em todas as paginas da historia do Brasil, na posteridade, na immortalidade! (*Muito bem; apoiados*).

Envia á Mesa é lido, apoiado e sem debate approved o seguinte:

REQUERIMENTO

A Camara dos Deputados interpretando fielmente os sentimentos da patria reconhecida aos gloriosos serviços do Almirante Tamandaré á independencia, á integridade e defesa do Brasil, manifesta o seu profundo pesar por tão grande perda e recommenda á posteridade o nome do immortal brasileiro. Sala das Sessões, 17 de maio de 1897. *Belisario de Souza*.

Na sessão de 20 de Maio, no Senado Federal, tomou a palavra o Sr. Quintino Bocayuva, e disse: Sr. Presidente, vou ter a honra de submeter á deliberação do Senado, um projecto de resolução, esperando que elle seja julgado digno de assentimento de meus illustres collegas.

Não é infelizmente um projecto que envolva economia, aliás tão reclamada pela situação precaria em que se encontram as finanças da republica; mas, além de se tratar de uma despesa pequena...

O Sr. Pires Ferreira — E' pagamento de uma divida.

O Sr. Bocayuva — ... a época desse dispendio fica subordinada ao criterio do proprio governo, que opportunamente solicitará o credito indispensavel para a execução do pensamento, que vou ter a honra de suggerir ao Senado.

A simples leitura do projecto me dispensará de accrescentar novas reflexões: e acredito que, apresentando-o correspondo ao sentimento de todo o Senado.

A homenagem prestada á memoria dos bons servidores da Patria é, não obstante um acto de justiça, mas um estimulo que se offerece para o cumprimento do dever ás gerações vindouras; e todas as nações se honram quando, por esse acto de justiça buscam perpetuar a memoria d'aquelles que bem a convocam:

No intervallo da sessão legislativa, a nossa patria perdeu um dos mais antigos e mais brilhantes servidores. Refiro-me ao fallecido Almirante Joaquim Marques Lisboa, outr'ora marquez de Tamandaré.

E' justamente em homenagem á memoria desse illustre almirante da nossa armada, que submetto á consideração do Senado o seguinte projecto. (*Muito bem*) Lê:

PROJECTO N. 1897

Considerando que pelos relevantes serviços o fallecido almirante Joaquim Marques Lisboa outr'ora Marquez de Tamandaré recommendou a sua memoria á estima e á gratidão da Patria;

Considerando que durante a sua longa existencia foi sempre exemplo de patriotismo e de subordinação ao dever militar;

Considerando, que a homenagem rendida aos benemeritos servidores da Nação é além de um acto de justiça um nobre estímulo offerecido ás gerações vindouras;

O Senado e a Camara dos Deputados dos Estados Unidos do Brasil, reunidos em Congresso resolvem:

Art. 1.º O Poder Executivo contractará com algum artista nacional a execução de um busto em bronze representando a effigie do fallecido Almirante Joaquim Marques Lisboa, para ser collocado na praça principal do Arsenal de Marinha.

Art. 2.º O Poder executivo contratará igualmente a reproducção lyto-graphica ou photographica da effigie do mesmo Almirante para ser collocada na praça nobre dos navios de guerra da Armada Nacional com a seguinte legenda:

"Ao seu benemerito servidor, a Patria agradecida".

Art. 3.º O Poder Executivo solicitará opportunamente o credito necessario para o cumprimento desta resolução do Congresso Nacional.

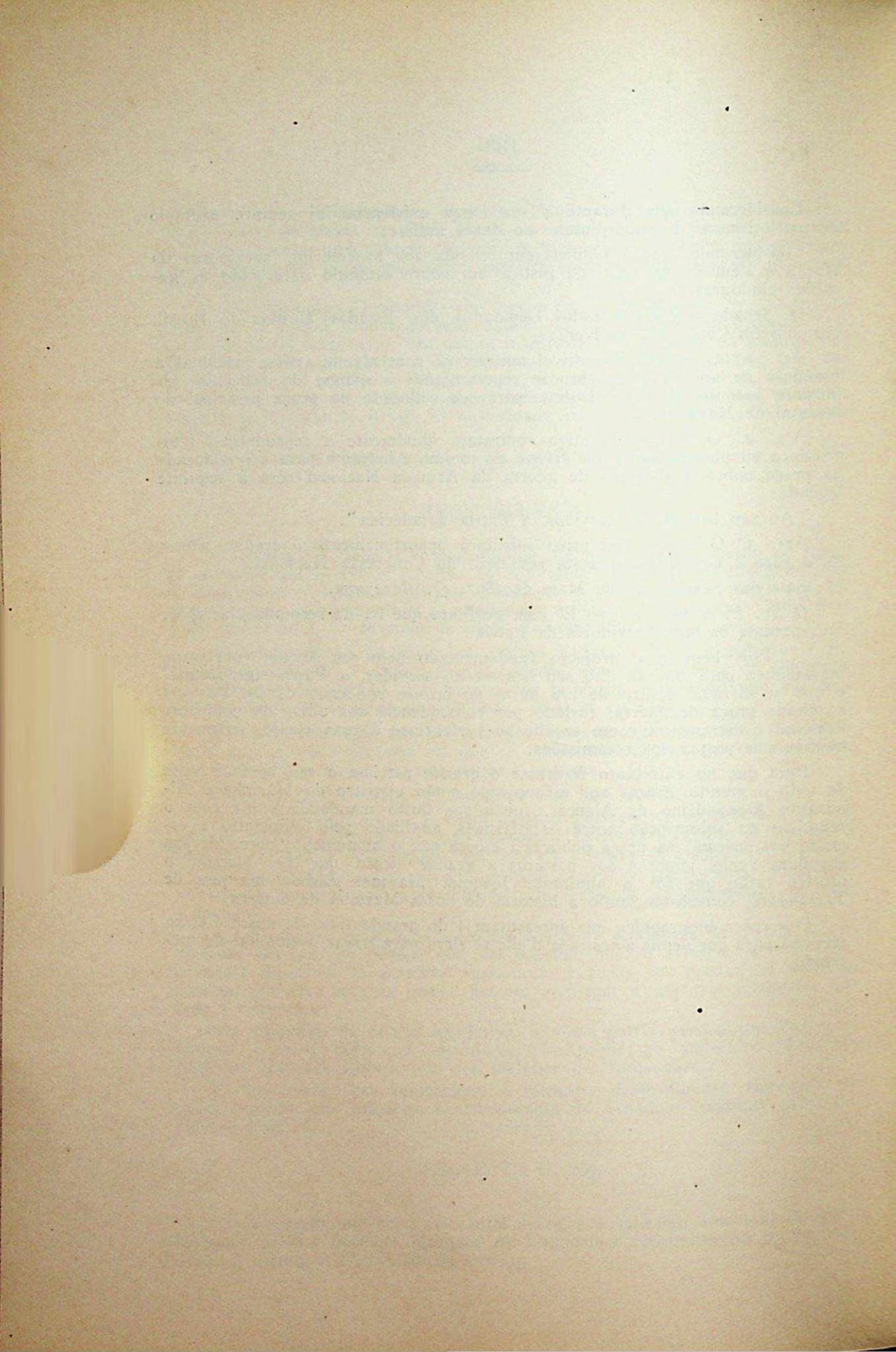
Sala das Sessões, 20 de Maio de 1897. *Q. Bocayuva.*

O *Sr. Pires Ferreira*. — E' uma gentileza que ha de recommendar a V. Ex. perante os bons servidores da Patria.

Pois bem, esse projecto fundamentado pelo seu auctor com tanta mesquinhez para honrar "ao seu benemerito servidor, a Patria agradecida" e que se cifrava, dentro de um busto de bronze collocado dentro de uma acanhada praça de guerra, furtado por consequencia aos olhos da população nacional e estrangeira como se elle só pertencesse á uma classe, felizmente morreu nas pastas dos commissões.

Para que no entretanto figurasse o grande patriota o seu busto á vista de todo o mundo, graças aos esforços do então ministro da Marinha o Almirante Alexandrino de Alencar, foi o seu busto mandado fundir com o producto da subscrição entre os officiaes, auxiliado pelo ministerio e erigido em pedestal na praça publica, á espera que o monumento digno de sua grandeza venha lembrar aos posteros a grande licção que nos deixou o illustre varão que foi o almirante Joaquim Marques Lisboa, marquez de Tamandaré, consubstanciando a historia de nossa Marinha de Guerra.

O escorço biographico que apresentamos do grande filho de nossa Patria, seervirá para que pennina amestrada d'elle se sirva para traçar o monumento me-recido.





Guilherme Parker

Guilherme Parker

Almirante

Filho de João Parker e de d. Joanna Parker, natural do condado de Dumfries, Escossia, nasceu em 1.º de Junho de 1801. Falleceu em Montevideo em 28 de Março de 1883.

Ao assumir Lord Cochrane, como Primeiro Almirante, o commando supremo de nossa esquadra com a nobre missão de expulsar as tropas portuguezas aferradas ainda na Bahia, Maranhão e Pará, apoiadas em bellonaves, teve autorisação para admittir officiaes estrangeiros, outros que não portuguezes, uma vez que não possuíamos nacionaes em numero sufficiente para o serviço naval.

Por essa razão, foi, com o posto de Segundo-Tenente, admittido o jovem Guilherme Parker, em 1.º de Abril de 1823.

Nomeado para embarcar na não capitanea, a « Pedro I » a 23 d'aquelle mez seguiu para a Bahia, onde no combate travado contra a esquadra luzitana, teve occasião de se distinguir e logo em seguida na audaz tentativa do ataque áquella esquadra encerrada dentro do porto e posteriormente na caça comprehendida contra a mesma quando forçada a abandonar o porto da capital da Provincia.

Na capitanea de nossa esquadra se conservou, indo até ao Maranhão, donde do mesmo modo foram expulsas as tropas luzitanas, esperanças ainda de ali se firmarem. Na manutenção da ordem n'aquella cidade, onde as tropas portuguezas, depois de submettidas, se negaram posteriormente ao embarque, e começaram a praticar tropelias, muito apreciados foram os serviços do jovem official.

Por estes serviços, foi confirmado no posto em que se achava em 6 de Dezembro, contando, porém, antiguidade de 12 de Outubro.

De regresso do Maranhão passou para a galera represada « S. Domingos » em 29 de Agosto de 1824.

Em Pernambuco, pouco depois, começou a lavrar a rebelião em protesto a reviravolta operada na politica nacional. Para suffocar o sentimento nativista que protesava contra o predominio dos adhesistas, agora chefiados pelo proprio Imperador, haviam sido mandados navios para bloquear os portos d'aquella Provincia e outros adjacentes, por onde se alastrava o movimento revolucionario.

Para reforçar a divisão naval em operações seguiu a fragata «Paraguassú»; n'ella teve embarque o Segundo-Tenente Guilherme Parker; em ali chegando passou a embarcar na «Niterohy», em 24 de Março do anno seguinte.

Deu-lhe o Decreto de 17 de Agosto de 1825 direito á medalha de prata creada para premiar os que fizeram a campanha da Independencia. Promovido a Primeiro-Tenente por Decreto de 12 de Outubro desse anno, passou a servir na fragata «D. Paula», de 24 de Novembro em diante e nesse navio seguiu para o Rio da Prata, em serviço de guerra, devido ao rompimento de relações entre o Brasil e as Províncias Unidas. Como capitanea da 1.^a divisão, das quatro em que havia o almirante Pinto Guedes, dividido a nossa esquadra, depois de substituir o vice-almirante Rodrigo Lobo, ficou a fragata «D. Paula» de 36 canhões, cujo commando foi dado ao Capitão de Mar e Guerra João Carlos Pedro Pritz.

No combate travado a 30 de Abril em Lara Quilmes foi esmagada a esquadra inimiga, composta na occasião da corveta «25 de Mayo, dos bergantins «Republica» «Independencia», «Balcaree» e «Oriental Argentino», brigue-barca «Congresso» e escunas «Sarandi» e «Pepa», Recolhidos ao porto esperavam os marinheiros argentinos recursos e navios que lhes viriam do Chile. Receioso o nosso almirante de que taes navios poderiam seguir para o porto do Rio de Janeiro, afim de obrigar-o a levantar o bloqueio e segundo outros com o fim de proteger a divisão que deveria conduzir o Imperador ao Rio Grande, reforçou o bloqueio com a fragata «Thetis», e com as fragatas «Ipyranga», «Paraguassú», «Imperatriz» e «D. Paula», sahio a cruzar, afim de atacal-os, até Cabo Frio.

O desastre acontecido aos navios esperados do Chile ao dobrarem o cabo Horn, e do qual só se salvou a «Chacabuco», não desanimou com tudo o almirante argentino. Na fragata «D. Paula» continuava o Primeiro-Tenente Guilherme Parker.

D'aquelle navio passou Guilherme Parker em 21 de Abril de 1827 para a corveta «Carioca» e para commandar a escuna «Bella Maria» em 15 de Agosto.

Promovido ao posto de Capitão-Tenente em 12 de Outubro de 1827 pelo Almirante barão do Rio da Prata, foi confirmada essa promoção por Decreto de 2 de Dezembro do mesmo anno.

Fazendo parte da divisão ao mando do intemerato Capitão de Mar e Guerra James Norton, sahio no dia 6 de Dezembro a comboiar 18 embarcações mercantes. Compunha-se a divisão da fragata «Principe Imperial», escunas «Bella Maria» «Grenfell», «D. Paula» e canhoneiras «Victoria de Colonia», «1.^o de Dezembro» e «Esperada». Nas proximidades de Punta de Lara foram encontrados o brigue-barca «Congresso», o melhor navio argentino, de 20 canhões e com elle o «Harmonia dos Anjos», presa, já armado com seis peças de grosso calibre. Atacados pelas escunas, foram encalhar nas cercanias de Punta de Lara, sendo destruidos no dia seguinte. N'esse ataque muito se distinguio Guilherme Parker, pelo seu valor e sangue frio.

Para commandar o brigue «Constança» foi nomeado em 29 de Abril de 1828, navio esse que fazia parte da divisão bloqueadora do Rio Salado e sob o commando do intrepido veterano da independencia, Capitão de Mar e Guerra João Antonio de Oliveira Bottas.

No dia 29 de Maio, foi avista do pela nossa divisão, de volta de uma arriada ás nossas costas o brigue-escuna «Ocho de Febrero» (ex. «D. Januaria»), armado agora com 6 canhões de 12 e outros de 8, com 79 praças de guarnição e sob o commando do major Tomás Espóza, *uma das melhores espadas da America do Sul*, no dizer de Brown. Coube toda a honra e gloria do dia ao inclito Joaquim Marques Lisboa, o futuro marquez de Tamandaré, o exemplo de nossa marinha. O serviço prestado n'esse combate, tambem servio para gloria de Guilherme Parker. A 18 de Junho tomou ainda parte no combate travado em Punta de Lara contra a divisão de Brown. No «Constança» seguiu para o Rio de Janeiro.

Em 13 de Julho passou ao commando da corveta «Carioca» que fazia parte da divisão composta da não «Pedro I», fragata «Principe Imperial», brigues «Pampeiro» e «Pirajá» e canhoneira «Despique Paulistano». Por essa epoca haviam partido de Buenos Ayres no paquete «Red Pole» para o Rio de Janeiro os generaes argentinos Tomás Guido e Juan Ramon Balcarce, para como plenipotenciarios, negociar a paz, á instancias do ministro inglez no Brasil, paz esta que estipulava a independencia da Provincia Cisplatina.

Da corveta «Carioca» passou ao commando do brigue «Maranhão», em 25 de Outubro, seguindo n'elle para o Rio da Prata; desse navio desembarcou em 2 de Julho de 1829. Apresentou nessa occasião certidões legaes de casamento com d. Maria Engracia Marine, em Montevideo, a 26 de Março de 1829.

Ao regressar da Europa a fragata «Isabel», fazendo parte da divisão que trouxe para o Brasil a segunda Imperatriz D. Amelia, n'ella embarcou em 16 de Novembro; e ainda devido ao perigo que corria, em Portugal, o throno de D. Maria da Gloria, filha de D. Pedro, pela usurpação que d'elle fizera D. Miguel, seu tio e futuro marido rompendo publicamente os compromissos tomados e declarando-se rei absoluto, novamente voltou á fragata «Isabel» em Maio do anno seguinte. Chegou a Plymouth, depois de ter tocado na ilha da Madeira com 37 dias de viagem, a 28 de Julho.

Cahira D. Pedro no desagrado dos brasilienses, havia portanto perdido todo o apoio da nação; dando por perdida a partida que pretendia jogar, abdicou a corôa a 7 de Abril de 1831, e a 13 de Abril, á bordo da fragata franceza «Volage», comboiada por outro da mesma nacionalidade, «La Seyne, seguiu para a Europa.

Da fragata «Isabel,» já denominada «Constituição» desembarcou Guilherme Parker em 9 de Agosto de 1831.

Aproveitando-se da inacção a que ficou reduzida a marinha, devido as agitações politicas reinantes, pediu e obteve por aviso de 24 de Setembro de 1831. um anno de licença para residir em Montevideo, licença essa que lhe foi prorogada até Junho de 1833; em Março, porém, desistio do resto d'ella.

Nomeado para embarcar na fragata «Bahiana» em 9 de Dezembro de 1833, sahio em viagem de instrucção, regressando em Abril; della desembarcou em virtude de nova licença de um anno que pedira para gozal-a em Montevideo, com a clausula porém de ser chamado a serviço se preciso fosse. Apresentou-se em 4 de Março de 1835.

No Rio Grande do Sul com vehemencia rebentára a luta entre nacionalistas e conservadores, lucla essa que por muitos annos iria ensanguentar as campinas do sul e ainda attingir a vizinha provincia de Santa Catharina.

Para dominar a lucta que degenerou em ideas separatistas e implantação da republica, teve o governo imperial de apparellhar forças consideraveis ,tanto de mar como de terra.

Para commandar as primeiras foi nomeado o Capitão de Mar e Guerra João Pascoe Grenfell qual em 5 de Junho de 1836, á bordo do brigue escuna « Leopoldina, » do commando do Capitão-Tenente João Parker, nomeado desde 25 de Maio anterior commandante da mesma seguiu para o Rio Grande, onde assumio o commando das forças navaes em operações contra os revolucionarios.

Foi para o digno e brioso chefe João Grenfell precioso auxiliar o Capitão-Tenente João Parker, pois em todas as occasiões deu sempre provas de valor, zelo e efficaz cooperação nas operações de guerra e meios para evitar a tremenda lucta que era atcada em grande parte pelo espirito retrogrado de muitos chefes e politicos.

Ao chegar ao Rio Grande teve Grenfell que organizar as forças navaes para limpar das aguas da Lagoa dos Patos dos navios que haviam armado os revolucionarios, os quaes dominavam em todas ellas. A noticia de taes preparativos chegou a Porto Alegre e com ella se animaram os legalistas, que reunidos, levaram a effeito uma reacção com feliz resultado a 15 de Junho. Embora novamente atacada a cidade quinze dias depois, resistio ella.

Continuava porém aquella capital sem meios de communicação com o Rio Grande em vista dos fortes de Itapuan e do Junco continuarem em poder dos revolucionarios.

Enquanto se preparava o chefe Grenfell para ataca-los, no norte haviam os revolucionarios, para impedir as communicações com a Lagoa Mirim, levantado um forte na barra do arroio Pelotas: para reconhecê-lo suspendeo o chefe Grenfell na barca á vapor « Aguiá » levando a canhoneira nº 2; ao chegar ao rio S. Gonçalo, reuniram-se-lhe os hiates nºs. 1, 2, 3 e 4 e o cutter « Maruhy », iniciando dous dias depois o bombardeio o qual durou até o pôr do sol. Não dispondo o chefe de gente de desembarque, resolveo não fazel-o, ordenando que os hiates se retirassem e fossem tomar posigão a uma milha de distancia.

Tendo sido avistado um hiate inimigo na altura de S. José do Norte coube ao Capitão-Tenente Parker, auxiliado por alguns escaleres ao mando do 1.º Tenente Joaquim da Silva Medella, aprisional-o.

Era o « Onofre », artilhado com tres canhões de 9, sendo um de rodizio e dous em bateria, guarnecido por 42 homens. Foi pelo chefe Grenfell dado o nome « Parker » a este hiate.

Para estabelecer communicações com Porto Alegre resolveo o chefe Grenfell pessoalmente forçar a passagem entre os dous fortes do Junco e Itapuan o que fez com toda a felicidade no dia 2 de Agosto, e em chegando a capital tudo dispóz para a tomada d'aquelles fortes para o que deu instrucções ao Capitão-Tenente Parker.

Deveria elle com a força naval ás suas ordens proteger o desembarque, que seria dado pelo coronel Francisco Xavier da Cunha, commandando 250 praças de linha. Embarcada essa columna na canhoneira nº 4 « Taquary » e em tres hiates mercantes fundeados promptos a seguir a primeira voz, suspendeo o Capitão-Tenente Parker no dia 22 de Agosto de 1836 pelas dez da manhã e foi fazer um reconhecimento pelas proximidades do forte de Itapuan: decidio-se pelo desembarque no ponto denominado Desertas ás quatro horas da manhã do dia seguinte.

Foram dadas as ordens para que as canhoneiras n.º 1 « S. Gonçalo », 2 « Jaguarão » e 4 « Taquary » e os hiatos em que se achava a tropa, suspendessem e se fizessem de vela durante a noite; para que os palachos « Venus » e « Leopoldina », bem como as canhoneiras n.º 3 « Jacuhy », 5 « Fanfa » e « Rio Pardo » o mesmo o fizessem ao romper do dia, de modo a estarem á hora determinada nas immediações do forte, afim de logo que estivessem a seu flanco, romperem o fogo até que de terra, por um signal convencionado, fossem avisados de estar a força assaltante junto ás trincheiras. As forças de desembarque da brigada de marinha constituídas de 48 homens, servindo de sapadores, seriam commandadas pelo 2.º Tenente Daniel Thompson.

Em vista porém de ter cahido, á hora determinada, forte vento de SSE acompanhado de densa cerração, determinou o chefe que se esperasse a melhora do tempo, o qual se manifestando favoravel pela madrugada, deu lugar a que suspendessem os navios a velejassem. Novo contratempo veio fazer com que no ponto escolhido não se podesse realizar o desembarque devido ao mar de rolo existente. Não servio isso no entretanto de obstaculo ao Capitão-Tenente Parker o qual com promptidão dirigio a força para o Sacco do Faria, levando o ataque em primeiro lugar ao forte do Junco, fronteiro ao de Itapuan.

Enquanto procedia-se ao desembarque, começado ás 9 horas da manhã, protegidos os hiatos pelas canhoneiras 3 e 4, dirigio-se elle com a canhoneira n.º 1, do commando do 1.º Tenente Joaquim Raymundo de Lamare e a n.º 2, commandada pelo 2.º Tenente Rodrigo de Lamare para o flanco esquerdo do forte e a n.º 6 para o direito, começando rigoroso bombardeio. Respondeo com furia o forte ao fogo das canhoneiras.

Atacados pela força de desembarque que rechassou os defensores até as trincheiras, a 1^h 30^{ms}, se renderam, depois de terem perdido 32 mortos e 10 prisioneiros, duas peças de bronze de calibre 9, uma de 12 e uma caronada.

Quatro mortos e oito feridos foram as perdas dos legalistas.

Pretendeo o chefe Grenfell desde logo atacar o forte de Itapuan melhor fortificado, porem de mais facil assalto por terra; o vento de OSO que sobreveio impedio-lhe a operação até o dia 27. Não teve necessidade de fazel-o porque o abandonaram os revolucionarios, deixando encravada a sua artilharia, e mettendo á pique um palacho e um brigue que lhes serviam de defesa.

Com a tomada destes fortes tornou-se franco o caminho de Porto Alegre ao Rio Grande pela lagoa.

Infelizmente os politicos na sua ancia de hostilizar-se não queriam comprehender que perigavam os interesses nacionaes; em vez de abafarem os rastilhos que em todas as provincias se accendiam no calor das revoltas, mais palheiros traziam á fogueira.

Os homens da regencia julgando que Araujo Ribeiro, presidente da provincia proteitava a pacificação substituiram-o pelo marechal Antonio Elisiario de Miranda Brito, acto este que só servio para desgostar os legalistas.

Obrigado o chefe revolucionario a levantar o sitio a Porto Alegre resolveo-se este fazer-se forte no sul da provincia, onde poderia facilmente obter recursos providos do Estado Oriental, uma vez que os não podia obter-os pela lagoa. Poz-se em marcha subindo o « Jacuhy »

pela margem esquerda, no intuito de reunir-se ás tropas sob o mando do coronel Crescencio, ali postadas em numero de 600 homens. Transposto o « Cahy », já engrossada sua força com as tropas de Onofre Pires, seguia caminho.

Para tomar-lhe o passo foram embarcados mais de mil homens ás ordens do Coronel Bento Ribeiro em 1.º de Outubro, nas escunas « Legalidade » do commando de Parker e canhoneiras n.º 3 « Jacuhy », 5 « Fanfa », 6 « Rio Pardo » e 7 « Cahy ». No « Fanfa » deu-se renhido combate em o qual a marinha, dirigida pelo proprio chefe Grenfell mostrou-se digna de seu nome. Bento Gonçalves capitulou com 500 homens, perdendo 120 mortos e maior numero de feridos e 15 bocças de fogo de varios calibres.

Em sua parte official diz Bento Ribeiro: « não deyo encerrar o presente sem testemunhar a V. Ex. que as boas disposições e actividade do digno e valente Capitão de Mar e Guerra João Pascoe Grenfell, chefe da marinha n'esta Provincia e ao valor dos officiaes commandantes das canhoneiras, se deve em grande parte este triumpho, tão vantajoso á causa legal, pois se tivera faltado este poderoso auxilio, não nos seria possivel evitar a passagem dos rebeldes, os quaes operando a junção poderiam balancear ainda o restabelecimento do imperio da lei que hoje não é duvidoso. »

O Capitão-Tenente Guilherme Parker já elogiado pela referencia de 15 de Julho feita ao presidente pelo marechal do exercito Francisco das Chagas Santos de haver aprisionado o hiate « Onofre » no dia 14 do referido mez e pelo Coronel Francisco Xavier da Cunha, de 31 de Agosto, pelo seu incançavel zelo e por lhe dever uma grande parte na victoria que as forças da legalidade obtiveram contra os insurgentes na tomada do forte de Itapuan, teve tambem n'este combate, proeminente destaque.

Pouco restava á marinha a fazer depois deste combate.

O que lhe restava era sómente vigiar, como se externou o chefe Grenfell ao ministro da marinha.

Um impolitico acto veio novamente accender iras para substituir o presidente Ribeiro que fóra reintegrado, foi nomeado a brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, assumindo o governo a 5 de fevereiro de 1837.

Pelos serviços prestados a causa legal foi promovido ao posto de Capitão de Fragata por Decreto de 18 de fevereiro.

Devido á substituição do presidente Araujo Ribeiro, bandeou-se para o partido da revolução o Coronel Bento Ribeiro, terminando por prender o presidente Antero de Brito no passo de Itapevy a 23 de Março, conservando-o em refem até que fossem postos em liberdade o Coronel Bento Gonçalves, preso no forte do Mar, na Bahia e Fructuoso Rivera detido em Porto Alegre.

Muito auxiliou o Capitão de Fragata Parker ao chefe Grenfell no proposito em que se collocou este de fazer com que se extinguisse a guerra civil. Aproveitando-se dos bons desejos de alguns chefes patriotas e bem intencionados, empenhou-se fortemente para chegar ao fim. Infelizmente vão foram os esforços de Grenfell devido a intransigencia de certos legalistas que chegaram a taxal-o de traidor, pedindo a sua cabeça. Ao desprezo entregou o illustre chefe taes accusações. Houve mesma idea de tornar sem effeito as promoções mandadas fazer pela assemblea legislativa para galardoar os officiaes que mais se haviam distinguido no Rio Grande do Sul.

Tinha conhecimento o chefe Grenfell de que elementos estranhos procuravam tirar partido da lucta travada; com alta intuição procurou destruil-os: infelizmente o odio politico existente entre os partidos que com sanha se degladiavam, não quiz comprehender os sentimentos d'aquelle preclaro official,

Fructuozo Rivera era sem duvida um dos instigadores da revolução Sul Rio Grandense. Foi um dos autores do celebre projecto da confederação do Uruguay, ligando as provincias do Rio Grande, Santa Catharina e S. Paulo constituídas em Republica. Auxiliando, ora aos *legaes* ora aos *farrapos* bateo-se contra estes e aprisionou e lhes entregou o presidente Antero. Com ambos os partidos mantinha intelligencia aos quaes a ambas promettia e enganava para delles obter auxilio no seu plano de insurreição; de um, em dinheiro e de outro, em armas e soldados, afim de derrubar Oribe.

A seguinte carta de Rivera, escripta de «Montevideo a 4 de Março de 1833 dá perfeita idea de sua perfidia para conosco: Montevideo, 4 de Março de 1833 (Reservadissima) — Constantemente consagrado, em minha carreira publica, a não recusar sacrificios a minha patria, por custoso que me seja, visto que hoje para salva-la é preciso promover uma guerra que seja lucrativa para ella, tanto como para militares orientaes e para os *Argentinos unitarios que hoje formam causa commun conosco*, e a quem não me será possivel conservar tranquilos, se não satisfazer a ambição que tem os ultimos para as emprezas militares, porém muito mais para adquirir fortuna, que não lhes posso proporcionar no estado em que se acha o nosso erario; por isso é que se deliberou, n'uma Junta que fiz com todas as pessoas de saber e influencia, *que se execute um rompimento com a Provincia do Rio Grande, d'onde poderemos tirar numerosas fazendas, se Vmce. que se acha sobre essa fronteira, executar minhas ordens, sem a menor hesitação, entretanto que me preparo para levar adiante uma empreza que de modo algum nos pode ser funesta e antes pelo contrario nos facilitará recursos que não possuímos, e pôr-nos á n'uma attitude militar de que earecemos para fazer-nos respeitar.*

«O general D. Juan Lavalle, e todos os chefes argentinos que o acompanham, são os que se manifestam mais ardentes pela execução deste plano. N'este conceito, e depois de judiciosa e madura reflexão. é que o previno de que, emquanto não receber minhas ultimas ordens, prepare e organise uma columna, que não baixe de 400 homens, composta do seu regimento e da milicia do Serro Largo, que Vmce. reunirá com brevidade, para, *por meio de um golpe alrevido, internar-se no territorio da provincia limitrophe*, que certamente não encontrará forças brasileiras que lhe resistam, apesar de que o Coronel Bento Gonçalves queira fazer algum esforço; pois, segundo as informações mesmo de Vmce. e de meus agentes, não tem tropas veteranas, nem será facil que, nos momentos da inyusão, reune a Guarda Nacional.

«Fica pois Vmce. informado, pelo que deixo estabelecido anteriormente, que a primeira inyusão tem só por objecto arrebatar dos estancieiros brasileiros todo o gado vaccum, cavallos e escravos que possa, passando-os a este lado do Jaguarão. Para conseguil-o, fará dispersar toda a divisão afim de abraçar a maior extensão possivel; deixando uma força que seja sufficiente para cobrir esta manobra, e resistir a *paisanage* brasileira que intentar defender seus interesses.

«No momento em que emprehender sua marcha, convidará Vmce. os vesinhos para que o acompanhem, e não deve duvidar que iram de boa vontade. Promptamente terá Vmce. situada no Cordovez uma forte divisão em seu apoio, commandada pelo general Lavalle e D..... enquanto eu preparo todas as forças disponíveis. *Se as autoridades brasileiras reclamarem sobram-me meios para fazer persuadir que foi uma invasão de ladrões; e si se não satisfizerem, e nos moverem a guerra, fica a meu cuidado defender-nos com vantagem, e pô-los em paz.* Com o Coronel..... meu compadre, de quem muito espero, se deverá entender Vmce.

«Seja feliz, e com este motivo organizará a força, a que deve chegar a divisão em que Vmce. ha de fazer a invasão, participando-me do resultado detalhadamente e com grande reserva. Sauda-o com amizade — Fructuoso Rivera — Ao sr. Coronel D. Augusto José Pozolo.

Felizmente o chefe encarregado desta diabolica empreza foi obrigado a desistir em consequencia de ter sido batido por um dos chefes as ordens de Lavalleja.

Em referencia ao proceder de Fructuoso Rivera, dizia o Primeiro Tenente Castro Menezes: «Em 23 de Outubro houve um ataque no Arapely (Estado Oriental) entre Ouribes e D. Fructo, ficando este victorioso e aquelle escapando-se só com 200 homens dos mil e tantos que tinha na occasião do ataque, D. Fructo acha-se nos fins do Rio Negro com oitocentos e tantos homens.

«Os anarquistas continuão n'esta fronteira a tirar o gado e passal-o para o Estado Oriental e igualmente coirama, pois no dia 11 passarão quatorze carretas carregadas mandadas de Piratigim pelo Crescencio e forão vendidas igualmente com os carros e bois que a pucharão. A politica das autoridades d'aqui com os rebeldes he a mesma que sempre tiverão, com a differença de não haver como dantes havia tão escandalosa diligencia e protecção.»

Ja em fins o anno de 1837; aos esforços e competencia do chefe Grenfell tinha perdido a revolução o seu predomínio nas aguas das lagoas dos Patos e Mirim e em 3 de Dezembro dizia elle ao então ministro da marinha Joaquim José Rodrigues Torres: «Fiquei mais satisfeito com o officio de V. Ex.^a datado de 4 de Outubro; vejo que o governo de S. M. S. não se tem illudido com as calumnias que contra mim tem proferido homens perversos; lembra-me de haver prevenido e V. Ex.^a d'isto antes de eu partir para esta Provincia, e pôde V. Ex.^a estar certo que sómente a anarquia que succedeo á prisão do Snr. Antero fez-me apparecer na scena politica; assim mesmo não tenho pesar do que fiz, e os Brasileiros sensatos me farão justiça».

«Sinto muito que a Marinha não possa influir mais para acabar esta guerra; ha muito tempo que os rebeldes estão escarmentados do mar, e não querem nada connosco; com a entrada da expedição a nossa maior tarefa está concluida e foi uma fortuna que Crescencio não ouzasse occupar a barra V. Ex.^a pode julgar que dezoito mezes de ausencia de minha familia, e de continuos trabalhos que sempre á vista do inimigo faz-me desejar com bastante empenho o fim desta contenda, e rogo a V. Ex.^a que tão depressa julgue que não hé essencial serviço de S. M. I. a minha presença n'esta Provincia, conceda-me licença para retirar-me.

Achava-se o chefe Grenfell no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre o Capitão de Fragata Parker no commando do patacho «Leopoldina» e de outros navios em defeza d'aquelle porto, quando em 23 de Setem-

bro de 1837 recebeu ordens do Presidente da Provincia para ir á villa do Triumpho, ou até onde podesse, afim de desviar a attenção dos revolucionarios existentes n'aquellas paragens para que uma força nossa podesse ir ás Charqueadas em busca de cavallos e gado, bem como saber noticias das forças legaes existentes na campanha.

Recebida a ordem fez-se de vela acompanhado pelo palhabote «Parker» e pelo lanchão nº. 6; no dia seguinte chegava em frente a casa de Juca Leão nos Charqueadas, em cujo sitio, por falta d'agua, esteve encalhado, durante tres horas o palhabote. Vendo que não podia ir mais além, regressou e foi fundear em frente ao arroio dos Ratos, depois de realisada com successo a sua empreza.

No dia 27, foi até acima da ilha da Paciencia, onde encontrou o lado das Charqueadas o Coronel revolucionario Antonio Netto com 200 a 300 homens, que havia passado n'aquelles logares para ir acompanhar quatro peças de ferro, que dias antes haviam passado no Triumpho com destino a Piratinim. Com essa força, em diversas emboscadas que lhe fizeram, teve occasião o commandante Parker de tirotear, porém com o menor damno para os seus.

No dia 29 deitou em terra os dous *bombceiros*, escutas que tinha á bordo, para que fossem levar os officios do Presidente ao General Barreto que se achava na campanha. Dirigio-se no dia 1.º de Outubro para a villa do Triumpho, occupada pelos revolucionarios e durante todo o dia sustentou e repellio grande fogo de fuzilaria que da margem opposta e de dentro das casas da villa lhe faziam; ao anouteecer retirou-se sem ter soffrido a menor perda. Regressou a 3 a Porto-Alegre,

No dia seguinte tendo recebido ordens para seguir para os mesmos pontos afim de levar armamento e munições de guerra, para supprir as forças legalistas, caso as encontrasse, fez-se novamente de vela.

Durante o tempo que estivera nas Charqueadas fôra informado que o General Barreto já se achava com muito gente entre Cassapava e Rio Rio Pardo; que o brigadeiro Calderon commandava a gente de D. Fructuoso Rivera, engajada a nosso serviço (o homem que ora á soldo dos revolucionarios, ora dos legalistas procurava em todos os tempos tirar proveito proprio á nossa custa) que tinha sido batida a republiqueta do Piratinim; que as quatro peças referidas haviam sido tomadas; que Lima fôra morto por gente da força de Loureiro, e isto com certeza e finalmente que os rebeldes já estavam em grande confusão com estes factos. Tinha a dizer que lhe faziam acreditar em todas aquellas noticias, porque coincidiam com o que presenciara, tal o de se retirarem com carretas de trastes para o lado da Serra e estarem entulhando as vallas no passo do arroio dos Ratos, por onde forçosamente se deveriam retirar em caso de algum revez.

O Capitão de Fragata Parker que se achava em Porto Alegre no commando da força ali existente composta do brigue barca «Sete de Setembro» da canhoneira «Camaquã» e deste ponto até Itapuan, em cruzeiro, o patacho «Leopoldina», «Rio Pardo» e «Jaguarão» e cruzando na lagoa dos Patos, a «Cangussú», «Parker» e «Guahyba», em 10 de Novembro communicava ao chefe Grenfell, então no Rio Grande, que o Marechal Barreto, brigadeiro Caldeiron, Vidal e mais alguns officiaes haviam chegado á Picadas com 400 homens e 1500 cavallos, tendo deixado na campanha 600 homens commandados por Loureiro para fazerem junção com as forças que estava a reunir na fronteira o Tenente Coronel Medeiros; que pelas oito horas da noute havia passado para a cidade o Major Belchior, afim de participar ao Presidente a chegada das forças;

como porém estas viessem perseguidas por Bento Manoel, fôra mandado o 8º. batalhão para protegê-las: Que no dia seguinte pelas seis horas da manhã fôra o presidente até às Picadas, regressando porém ao meio dia, trazendo em sua companhia o Marechal Barreto. Que no dia 12, sahio fôra das Picadas o brigadeiro Caldeiron com alguma força apprehendendo mil e tantas rezes. Que desde o dia onze havia chegado Bento Gonçalves ao acampamento conservando-se os rebeldes na mesma.

Já então commandava em chefe as forças no Rio Grande o Capitão de Mar e Guerra Mariath, que assumira o cargo em 25 de Outubro.

Tendo reclamado contra a sua collocação na escala, pela Resolução do Conselho Supremo Mililar de 6 de Novembro de 1838, foi considerado mais antigo do que o Capitão de Fragata Victor Santiago Subrá que contava sua antiguidade de 3 de Abril de 1823, sendo a deste official de 1º. do mesmo mez e anno. Por aviso de 5 de Junho de 1839 teve tres mezes de licença para ir a Montevideo.

Tendo sido novamente nomeado o chefe Grenfell commandante das forças navaes no Rio Grande do Sul em 17 de Agosto de 1839, deixou o Capitão de Fragata João Parker o commando do «Leopoldina» para assumir o da barca á vapor «Cassiopéa», capitanea da força naval existente do Rio Grande e distribuida como se vae ver.

Em Agosto de 1839 a força naval existent no Rio Grande do Sul compunha-se dos seguintes navios e achava-se distribuida como se vae ver :

A capitanea era a barca á vapor «Cassiopéa», n'ella arvorava o seu pavilhão o chefe de divisão João Pascal Grenfell; cujo secretario e ajudante de ordens era o 1º. Tenente Manoel Joaquim Correia dos Santos; era commandada pelo 1º. Tenente Francisco Candido de Castro, ás ordens do chefe estava o Capitão de Fragata Guilherme Parker; montava uma peça de 12, calava seis palmos e tinha 40 praças de guarnição. Brigue-barca «Sete de Setembro,» construido em 1828 em Maceió; era o «S. Christovão» de 89 ps. de quilha, calava 13 1/2 ps., armado com duas peças de calibre 12 e doze caronadas de 24, guarnecido por 88 praças e tinha por commandante o Primeiro Tenente Manoel de Oliveira Paes. Patacho «Leopoldina» construido no Pará em 1817 commandante 1º. Tenente João de Moraes Madureira, de duas peças de 9 e doze caronadas de 12; calava 13 pls., guarnecido com 58 praças destacado em S. José do Norte. Barca á vapor «Águia», depois «Commercio» adquirida em 14 de Dezembro de 1837 no Rio Grande a Thomaz Messiter por 25:000\$000, tinha 112 ps. de quilha, bocca 23 ps. 4 e calava 12 ps., commandada pelo 2º. Tenente Manoel Maria Ricaldes, montava uma peça de calibre 12, oito caronadas de 12 e guarnecida por 64 praças, no Rio Grande. Brigue-escuna «Andorinha», adquirido no Rio de Janeiro, havia poucos annos, commandado pelo Capitão-Tenente Francisco Romano Stepple da Silva, armado com duas peças de 18, calava 6 pls. e tinha 45 praças de guarnição; em S. José do Norte. Canhoneiras: nº 1 «S. Gonçalo», antigo hiate «S. Francisco de Paula», adquirido no Rio Grande em 29 de Agosto desse anno a Manoel José Rodrigues Valladares por 6:500\$000, tinha de comprimento entre perpendiculares 73 pls. de quilha 69; bocca 17 p. pontal 4 pls. 9, cal. 5 1/2. Commandava-a o 1º Tenente Manoel Maria de Bulhões, guarnecida por 39 praças, armada com uma peça de 12, na Lagoa dos Patos. Canhoneira nº. 2, «Jaguarão» antigo hiate «Tres Irmãos», adquirido em 23 de Agosto de 1839 a Joaquim Ribeiro Lopes da Silva por 5:500\$000 do

Rio Grande calava 5 1/2 pls. era armada com duas peças de 12, guarnecida com 23 praças — commandada pelo 1º Tenente José Pereira Pinto, em Jaguarão. Canhoneira n. 3 «Jacuhy» ex-hiate «Novo Silvano», adquirida em Porto Alegre a Antouio Francisco da Rosa por seis contos de réis calava 6 ps., armada com dous canhões de 12, guarnecido por 30 praças e commandada pelo 1º Tenente Fernando José Possolo, em S. Gonçalo.

Canhoneira nº. 4, «Taquary», antes hiate «Lyrio», adquirido em 23 de Janeiro de 1838 no Rio Grande a Antonio Corrêa de Mello por 3:200\$000, calava 6 pls., armada com dois canhões de 9, e guarnecido por 30 praças, era seu commandante o 1º Tenente José Manoel Picanço e se achava em Jaguarão. Canhoneira nº. 5 — «Fanfa», antes hiate «Bom Sucesso», media de comprimento 72 pls., de quilha 68, bocca 18p.10 pontal 5.5, calado 6p5, montava dous canhões de 9; foi adquirido em Porto Alegre por 5:000\$000 em 9 de Julho de 1839 a João Henrique Marques, tinha 27 praças de guarnição; era commandada pelo 1º Tenente Manoel Joaquim de Souza Junqueira, em concerto no Rio Grande. Canhoneira nº. 6 — «Rio Pardo», ex-hiate «S. Pedro Duarte», adquirido em Porto Alegre em 21 de Março de 1838 a Isidoro Felipe Duarte e Pedro José Ferreira por 6:800\$000, calava 6 1/2 pls., era guarnecida por 27 praças, armada com dous canhões de 12 e commandada pelo 1º Tenente Francisco Luiz Capua, em Porto Alegre. Canhoneira nº. 7 — «Cahy» antes hiate «Oceano» suas características eram comprimento entre perpendiculares 71 pls. quilha 68, bocca 17 pls., pontal 4 pl., 8., calado 6 ps., adquirido em 22 de Janeiro de 1838 no Rio Grande por 4:800 a Antonio Correa de Mello estava armada com um canhão de 18, e tripulado por 31 praças commandada pelo 1º Tenente Joaquim Raymundo Lamare, na Lagoa dos Patos.

Canhoneira nº. 8 — «Minuano» antigo hiate «Brilhante», adquirido a Antonio Joaquim da Silva, antes alugado a 4\$000 diários, calava 5 1/2 ps., armado com um canhão de 12. tinha 30 praças de guarnição e era commandado pelo 2º Tenente de commissão José Eduardo de Figueiredo, em Itapuan. Canhoneira nº. 9 — «Ibicuhy», ex-hiate «Amigo da Boa Ordem», adquirido em 26 de Novembro de 1838 no Rio Grande por 6:000\$000 a Francisco Manoel dos Passos, calava 7 pls., tinha 27 praças de guarnição, montava uma peça de 12, commandava-a o 1º Tenente Antonio Joaquim de Santa Barbara. Canhoneira nº. 10 — «Itapuan», ex-hiate «Novo Espirito Santo», de 73 pls., entre perpendiculares, 69 pls. de quilha, 18 1/2 de bocca, 7 de pontal, montava uma peça de 12, guarnecida por 27 praças; commandada pelo 1º Tenente Rodrigo Antonio de Lamare, em Porto Alegre. Canhoneira nº. 11 — «Camaquan» era a escuna «Preciosa Maria» adquirida a Thomaz Masseter, tomada para o serviço em 3 de Maio de 1837, segundo o inventario que apresentou o proprietario, consignado pelo Patrão-Mór de Porto Alegre calava 6 ps., guarnecida com 17 homens, montava uma peça de seis, commandava-a o Segundo-Tenente de commissão Joaquim José da Silva Rocha, em Porto Alegre. Canhoneira nº. 12 — «Guarany», antes escuna «Silvana», de construcção americana, tinha 52 pls., entre perpendiculares, 18 de quilha 17 de bocca, 4.4 de pontal, 5 1/2 de calado, adquirida no Rio Grande a José de Azevedo por 2:250\$000, armada com um canhão de nove, dez praças de guarnição, commandada pelo Segundo Tenente de commissão Antonio Joaquim Pinto, em Porto Alegre.

Canhoneira nº. 13 — «Guahyba» antes hiate «Virgilio», adquirido em 18 de Maio de 1839 no Rio Grande por 8:500\$000 a Antonio Correia de Mello; calava 6 1/2 ps., montava duas peças de 12, tripulada por

33 homens, achava-se sob o commando do 1º Tenente Francisco Pereira Pinto, encarregado do comboi. Canhoneira nº. 14 — « Gravatahy », antes escuna « Nova Esperança », adquirida em 22 de Agosto de 1838 no Rio Grande a Felix Antonio Ramos por 5:8000\$000, calava 6 ps. duas caronadas de 24, guarnecida por 30 homens tinha por commandante o 2º Tenente de comissão Manoel Moreira da Silva, em fabrico no Rio Grande. Canhoneira nº. 15 — « Capivary », ex-hiate « Viajante Canguieiro », adquirido em 27 de Novembro de 1838 por 5:500\$000 no Rio Grande a José Rodrigues Barcellos, calava 6 ps. montava uma peça de 12, tinha 27 homens de gvarnição e era commandada pelo 2º Tenente de comissão Pedro Garcia da Cunha em Rio Grande. Canhoneira nº. 16 — « Cassapava », antigo hiate « Roxadel », adquirido em 9 de Abril de 1839 em Porto Alegre por 6:300\$000 a Antonio José Martins, calava 6 ps., guarnecido por 33 homens, montava duas peças de doze, commandava-a o Capitão-Tenente João Maria Wandenkolk, em S. Gonçalo.

17 — Escuna « Legalidade », adquirida em 8 de Outubro de 1836 por 2:400\$000 a Marco Alves Pereira Salgado em Porto Alegre, comprada ainda no estaleiro pelo vice-presidente intruso, commandada pelo 1º Tenente J. Ricardo Coelho, tinha 34 praças de guarnição, montava uma peça de 9, calava 6 ps. em Porto Alegre.

Nº. 18 Palhabote Parker — media 67 ps., entre perpendiculares, 61 de quilha, 16 de bocca e 4 9 de pontal, 6 ps., de calado, adquirido por 4:000\$000 em Porto Alegre a Francisco Antonio Nunes e guarnecido por 38 praças, montava duas peças de nove e commandado pelo 1º Tenente Antonio Caetano Ferraz, encarregado do comboi.

Além desses navios dispunha, a força naval, no Rio Grande dos lanchões « Delphin », « Caboclo », « Andorinha » e « Gaivota », armados os dous primeiros com uma peça de 6 e estes no Rio Grande, os dous ultimos com uma peça de treis em S. Gonçalo, guarnecidos com dez praças em S. Gonçalo, e mais os lanchões nos. 1, 2, 3, 4, 5 e 6; o primeiro armado com uma peça de 6 o segundo com uma caronada de 9, o terceiro com uma peça de 6, uma caronada do mesmo calibre; o quarto com duas peças de 6, o quinto com uma de 6 e uma caronada de 9 e o sexto com duas caronadas de 9, todos guarnecidos respectivamente com 15 praças, e em Porto Alegre.

A barca « Liberal » havia sido desarmada e entregue ao seu proprietario em 22 de Julho, por estar a mesma incapaz de todo o serviço e sua caldeira não admitir concerto algum, e no mesmo estar a caldeira da barca « Aguiá ».

Na noite de 27 de Julho fôra á pique na lagoa dos Patos, por occasião de um grande temporal de OSO o cutter « Maruhy », de que era commandante o piloto Luis Sabino da Silva, não se salvando pessoa alguma. No Rio Grande existiam os lanchões « Rio Pardo » e « Independencia » e mais duas lanchas e em Porto Alegre o lanchão nº. 2 — represado, tomados aos rebeldes no rio Camaquan no dia 23 de Agosto.

Para gozar da licença que obteve, desembarcou em 27 de Setembro. Apresentou-se em 14 de Dezembro em Porto Alegre, assumindo o commando do brigue barca « Sete de Setembro » em 29 do mesmo mez. Era esse navio o antigo « S. Christovão », construido em 1828, de 89 ps., de quilha, e 13 1/2 ps., de calado, montava duas peças de calibre 12 e 14, caronadas de 24. Passou depois ao commando do brigue escuna « Andorinha », em 3 de Março de 1840 e de novo ao « Sete de Setembro », em 3 de Março de 1841.

Nada mais tinha a fazer a marinha no Rio Grande do Sul; restava-lhe o papel de policia nas lagoas e rios.

Promovido a Capitão de Mar e Guerra por Decreto de 23 de Julho de 1842 continuou no Rio Grande no commando das forças navaes em Porto Alegre, quando desembarcou em 13 de Março de 1843, afim de no culter «Guarany» seguir em comissão especial ao Rio da Prata; tendo finalisado tal comissão em 26 do mesmo mez, veio ao Rio de Janeiro na corveta «D. Januaria», e apresentou-se em 7 de Agosto.

Nomeado por aviso de 2 de Janeiro de 1844 para servir no Rio da Prata, devendo ali tomar o commando da corveta «Enterpe» de cujo navio passou na mesma qualidade para a corveta «Bertioga» e depois para a «Dous de Julho». Tendo sido chamado ao Rio de Janeiro o commandante da estação naval do Sul, que era o capitão de Mar e Guerra, Pedro Ferreira de Oliveira, na «Dous de Julho» veio o Capitão de Mar e Guerra João Parker. Por aviso de 31 de Outubro foi elogiado pelo estado de asseio e disciplina em que se encontrava o navio de seu commando quando foi visitado pelo imperador.

O que se estava a passar no Rio da Prata e no Paraguay merecia a attenção do nosso governo e de modo algum poderia ser indifferente.

Orientaes e argentinos continuavam a fomentar no Rio Grande a continuação da guerra civil. De um lado Oribe auxiliava a Bento Gonçalves, enquanto Fructuoso Ribeiro á Bento Manoel.

O dictador Rosas, aproveitando-se dessa lucta, não cessava de immiscuir-se n'estas desgraçadas contendias.

Dessas intrigas resultou a celebração em 5 de março de 1844 de um tratado de alliança offensiva e defensiva entre o intitulado presidente da Republica do Rio Grande e o caudilho Rivera, inimigo de Rosas e Oribe — «com o fim de defender-se contra o dictador Rosas, de Buenos Ayres e do governo imperial, e pôr termos ás dissensões desastrosas que actualmente affligem a ambos os paizes (Uruguay e Rio Grande) e preparar ao mesmo tempo as boas relações de amizade que devem existir entre elles».

Os triumphos do dictador argentino em Corrientes e antes em Jujui e depois de vencido Rivera em Arroyo Grande, já tendo Francia do Paraguay capitulado, levantado o bloqueio a Buenos Ayres, em vistas de ameaças ao Brasil, tudo isto trazia em alerta os nossos politicos. Queria elle a reconstituição do antigo vice reinado.

Na occasião preoccupados em sarar as feridas abertas em todas as provincias pela guerra civil que havia minado todo o organismo, não dispunha o governo de recursos e meios seguros para tomar por si só a empreza de nullificar os designios de Rosas.

Foi por isso acreditado junto aos governos de Paris e Londres o visconde de Abrantes, como pleuipotenciario especial com o fim de sollicitar a intervenção no Rio da Prata e quebrar o poder de Rosas que contrariava a influencia brasileira e favorecer a independen-ia do Paraguay e do E. Oriental, ja por meio de allianças, já por qualquer outro meio.

As instrucções dadas ao nosso plenipotenciario em 23 de agosto de 1844 resavam: Conheçe V. Ex. as disposições da convenção preliminar da paz de 28 de agosto de 1828 estipuladas entre o Imperio e a Republica Argentina com a mediação da Gran-Bretanha; e está informado da historia da guerra e da negociação que procederam áquella convenção e

de tudo quanto tem acontecido desde aquella epoca entre o Brasil e as Republicas do Prata. Sabe V. Ex. que o Imperio não prescinde de modo algum da independencia plena e absoluta da Republica do Uruguay, independencia que tambem se acha estipulada entre a França e a Confederação Argentina pela Convenção de 29 de outubro de 1840: não ignora tão pouco V. Ex. que muitos suspeitam que o Governo de Buenos Ayres alimenta vistas ambiciosas contra o Estado do Uruguay. Consequentemente deve estar V. Ex. convencido de quanto importa ao Gabinete Imperial conhecer completamente quaes são as vistas dos Gabinetes de Londres e Paris relativamente ás ditas Republicas do Prata e do Paraguay; como a Inglaterra entende os direitos e as obrigações que lhe competem em consequencia d'aquella mediação, e como a França as que se deduzem d'aquella Convenção com a Argentina. Finalmente convem muito que os agentes diplomaticos de ambas as potencias, acreditados n'esta corte, recebam instrucções para poder se entender com o Governo Imperial sobre os negocios pendentes e quaesquer futuras occurrencias relativas ás citadas Republicas.

Em 9 de novembro do mesmo anno, dirigio o nosso plenipotenciario aos governos da França e Gran-Bretanha um memorandum no qual dizia-lhes: «O governo imperial julga que é seu dever — e dever que não pode prescindir — manter a independencia e integridade do Estado Oriental do Uruguay, e contribuir para que a Republica do Paraguay continue sendo livre e independente. Julga tambem que, sendo a independencia destas duas Republicas de interesse geral, é forçoso adoptar medidas que tenham por fim conter o governo de Buenos Ayres dentro dos limites marcados pelo direito das gentes e faser frustar seus projectos ambiciosos. Finalmente julga que a humanidade, cuja causa deve ser defendida pelos governos christãos do velho e do novo mundo, e os interesses commerciaes que se acham ligados aos progressos da civilização e da paz, exigem imperiosamente que se ponha termo á guerra encarniçada que se move no territorio e aguas do Estado Oriental».

Ao chamado do Brasil acudiram a França e Inglaterra, mandando suas esquadras ás aguas do Prata, com o fito de fazer cessar a guerra no Estado Oriental e garantir a livre navegação dos rios platenses.

Taes potencias, contando com seus proprios recursos, prescindiram da cooperação do Brasil; vendo porém posteriormente que não era facil á empreza a que se haviam aventurado, solicitaram, o que era indisponivel, o nosso concurso: a isso se negou o Brasil resentido.

Parcialmente venceram as forças navaes anglo-francezas, porem fracassou por completo a intervenção. Era empresa difficil vencer Rosas, sem contar com auxiliares poderosos. Ao Brasil caberia esta gloria.

Aproveitando-se do que se havia dado com Corrientes em relação a Rosas suggerio de Paris, em 6 de fevereiro de 1825, o visconde de Abrantes.

«A conversão de Corrientes e Entre-Rios em estados independentes, apesar do exemplo do Uruguay que tanto incommodos nos causa, julgo contudo que não nos trará nenhum inconveniente maior: este novo Estado será um obstaculo mais á realisação do plano de Rosas (que talvez possa passar como legado a seus successores) de unir pelos laços federalivos todas as provincias que formaram antes o Vice-Reinado platino que si se levasse a effeito, nos daria um visinho poderoso que muito nos inquietaria.»

Não deixava de ter razão o nosso plenipotenciario, pois desde que em 1835, assumio Rosas o cargo de governador e capitão general da provincia de Buenos Ayres, com poderes absolutos e encarregado das

relações exteriores pelos estados que compunham a confederação argentina, reunira elle em Palermo alguns homens que reputava sabios e lhes perguntara, mostrando um mappa da America, si não era certo que todo o territorio do Sul até a Bolivia, o Paraguay, o Estado Oriental e parte da provincia do Rio Grande do Sul pertenciam ao vice-reinado do Prata cujo unico porto era Montevideo: e todos unanimamente haviam respondido pela affirmativa. Isto diz um historiador uruguayo. O certo é que todos os actos d'aquelle tiranno durante a sua administração não tinham outra meta.

Para de viva voz expôr ao nosso governo o que se passava principalmente em Montevideo cuja praça sitiada por Oribe, apoiado pelos argentinos, em lucta aberta com os patriotas orientaes e em suas correrias victimando os subditos brasilienses domiciliados na campanha da Republica, de novo veio ao Rio de Janeiro o commandante Parker na corveta «Dous de Julho». Por aviso de 17 de novembro de 1848 teve ordem de regressar a Montevideo na corveta «Berenice» e em chegando a Montevideo assumio o commando da corveta «D. Francisca» o que se realisou a 17 de janeiro do anno seguinte.

Já excitava no Brasil a mais justa indignação o proceder de Rosas que chegou a pedir explicações ao nosso governo pelas patrioticas palavras escriptas por David Canavarro ao corresponder ao apello para terminar a lucta que por dez annos ensanguentou as campinas sul rio-grandenses, referindo-se a intervenção estrangeira nas nossas questões internas.

Abertamente Rosas pronunciava-se contra o *infame governo do Brasil*.

Já cansados os patriotas sul-riograndenses contra os crimes commettidos contra a vida e as propriedades dos brasilienses estabelecidos na Banda Oriental pela gente de Oribe em fins de 1849 o coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy, commandando alguns brasilienses e os orientaes refugiados no Rio Grande invadio aquelle paiz, com o fim de levar soccorro e protecção a seus compatriotas. Depois de alguns combates junto á fronteira com as forças de Servando Gomes, retirou-se ás exigencias de nosso governo que tomou a si o merecido castigo.

Celebrada a alliança defensiva entre o Brasil, o governo de Montevideo e Entre-Rios, separado agora do dominio de Rosas e sob o governo do general Urquiza, tratado que tinha por fim manter a independencia do Estado Oriental, fazendo sahir do territorio deste o general Oribe e as forças argentinas que commandava, preparou-se o Brasil. As vacillações de Urquiza fizeram com que o Brasil, não mais esperasse o seu auxilio, dizendo que: *com elle, sem elle, ou mesmo contra elle* se lançaria á lucta. Esta enérgica demonstração fez com que este general desse cumprimento ao estipulado.

Tendo deixado o commando da divisão naval o chefe de divisão Ferreira de Oliveira, nomeado presidente da provincia do Rio Grande do Sul, assumio-o em virtude do aviso de 25 de setembro de 1850 Guilherme Parker, função esta que exerceo com real vantagem para os nossos interesses,

O aviso de 29 de novembro desse mesmo anno ordenou-lhe que logo que se apresentasse o novo commandante das forças navaes, entregasse o dito commando para assumir o da fragata «Constituição».

Veio porém o aviso de 19 de novembro dispensal-o deste commando para continuar no da divisão naval.

Para galardão-o pelos serviços prestados foi por decreto de 2 de dezembro desse anno nomeado official da Ordem de Rosa.

Para commandar as nossas forças navaes foi chamado da Inglaterra, onde occupava o lugar de consul geral em Liverpool, o chefe de esquadra João Pascoe Grenfell, o qual em 8 de fevereiro de 1851 se apresentou no Rio de Janeiro. Em 18 do mesmo mez assumio o commando da divisão naval, composta da fragata «Constituição», na qual içou o seu pavilhão, corvetas «D. Januaria», «União», vapores de guerra «Affonso» «Recife» e brigue «Capeberibe», seguindo a 16 de abril para Montevideo.

Outros navios ficaram em preparativos e outros já se achavam no porto. Por esta razão foi exonerado o commandante Guilherme Pasker do commando interino da divisão naval do Rio da Prata por aviso de 10 de junho de 1851, a contar de 24 de fevereiro do dito anno e considerado commandante da fragata «D. Francisca».

Logo que o nosso almirante recebeu as instrucções do nosso governo que em setembro ordenára ao general, então conde de Caxias, a invasão do Estado Oriental, á frente de 20.000 homens e de alguns corpos de voluntarios orientaes, ao mesmo tempo que o fasia o general Urquiza, com seus correntinos, fez os seus navios occupar os rios Paraná, e Uruguay, afim de interceptar a retirada de Oribe e pôr a coberto o Estado de Entre-Rios de qualquer attentado por parte de Rosas. Contava Oribe com a protecção dos almirantes francez e inglez, a quem havia offerecido entregar sua patria, elle que combatia a soldo de Rosas.

Coube ao commandante Parker no «D. Francisca», acompanhado pelo vapor «Pedro 2º» se collocar em frente á villa de S. Pedro, onde desemboca o ultimo dos canaes que dá communicação entre Buenos Ayres e o Paraná, a corveta «União», o vapor «Recife» e outro vapor, foram para Ibicuihy, unico canal que se communica entre o Paraná e o interior: a corveta «Euterpe», no Uruguay, na bocca do Paraná-guassú. Em frente á Colonia cruzavam a corveta «Bertioga» e o brigue «Capeberibe»; no canal norte o brigue «Calliope» e o brigue-escuna «Eolo»: no Buco, a corveta «D. Januaria» e em frente a Montevideo a «Constituição».

Rotas estavam as nossas relações com Buenos Ayres, desde 21 de agosto devido ao ataque feito a fragata «D. Affonso», no passo do Ramalho Capitulou Oribe em 11 de outubro: foi porem salvo pela solercia de Urquiza.

Para transpôr o passo, dividio o nosso almirante a nossa força naval em duas divisões, composta a primeira da fragata á vapor «D. Affonso», «Pedro 2º», «Recife» e «D. Pedro», corvetas «D. Francisca» e «União» e brigue «Calliope» e a segunda dos vapores «Imperador», «Paranense», «Uruguay», corveta «D. Januaria» e depois de ter recebido á bordo dos tres vapores da 1ª divisão 1.192 homens da 1ª brigada de infantaria destinados a se reunirem á vanguarda do exercito alliado no Diamante, seguiu para S. Pedro, onde chegou na tarde de 16. Ali se achavam os tres navios á vela da mesma divisão, sob o mando do capitão de mar e guerra Parker.

Na manhã de 17 de dezembro tomando o «D. Affonso» á reboque a «D. Francisca» e tendo ao costado os vapores «D. Pedro» e «Pedro 2º»: a «União», o «Recife» e o «Calliope, promptos para o combate, começou a subida.

Ao meio dia dessa data, e durante oitenta minutos, deram os nossos valentes marinheiros uma brilhante prova, escrevendo nos annaes de nossa historia uma pagina cheia de heroicos feitos.

Todas á porfia queriam imitar o valente almirante que no dizer de um escriptor argentino *com toda a serenidad en los tambores del vapor, con su antiojo en la mano, de gran uniforme como se trataba de un dia de fiesta, afronta el peligro; mientras llovian las ballas en su derredor*

Desse combate participaram d. Wenceslão Paunero, d. Domingos Sarmiento e tenente coronel Bartholomeu Mitre, vindos do Chile, onde se achavam refugiados.

Cahio Rosas e vingado estava o Brasil d'elle e dos governos inglez e francez que haviam desdenhado do nosso concurso.

Em recompensa aos serviços prestados por Guilherme Pasker n'esta campanha foi por Decreto de 3 de março de 1852, promovido a Chefe de Divisão e nomeado dignatario da Ordem da Rosa por ter passado o Tonelero e co decorado com a Medalha de Ouro, numero dois, estabelecida pelo Decreto de 1 de Abril desse anno, para galardoar tão brilhante feito.

Em consequencia do determinado em aviso de 12 de junho do dito anno assumio interinamente o commando da nossa divisão naval a 26 do mesmo mez em cujo exercicio esteve até ser exonerado d'elle e do commando da «D. Francisca» conforme pedio em virtude do aviso de 9 de Agosto,

De regresso ao Rio de Janeiro em 6 de novembro, onde se conservou até 3 de janeiro do anno seguinte, quando obteve seis mezes de licença para gozal-a em Montevideo, licença que depois lhe foi prorogada por mais vezes, successivamente. Apresentau-se em 23 de julho de 1855.

Nomeado por aviso de 19 de novembro de 1855 para exercer o cargo de Capitão de Portos da cidade do Rio de Janeiro e dos da Provincia.

Em virtude da Resolução de 17 de novembro desse anno, tomada sobre Consulta ao Supremo Militar de 9 do referido mez se mandou lançar nos seus assentamentos os seguintes documentos: Um officio do presidente da Provincia do Rio Grande do Sul de 22 de novembro de 1838 que incumbindo-o de serviços importantes, diz que pelo seu zelo e actividade tão conhecidos e o louva pela boa conducta que mostra em tudo quanto se lhe incumbir. Outro do mesmo de 14 de março de 1838 versando sobre diversos serviços que elle devia executar e n'elle manifesta a sua satisfação pelo zelo, actividade e discernimento com que se houve flanqueando o exercito com as embarcações de seu comuando geral e promovendo a passagem do dito exercito nos rios que teve de atravessar. Um certificado passado pelo secretario da dita presidencia de um artigo de officio do marechal do Exercito reformado Francisco das Chagas Sadtos datado de 15 de julho de 1836 dirigido ao respectivo presidente, instruindo-o do aprisionamento de um hiate armado com um rodizio e duas peças, feito por este official no dia 14 do referido mez. Um outro certificado, igualmente passado pelo secretario da dita presidencia de um artigo do officio do coronel Francisco Xavier da Cunha, datado de 31 de agosto de 1836, dirigido ao referido presidente em que o elogia pelo seu incançavel zelo e declara que se lhe deve uma grande parte na victoria que as forças da Legalidade obtiveram contra os insurgentes na tomada do forte Itapuan. Uma publica forma de um officio do dito presidente, de 23 de fevereiro de 1839, dirigido ao chefe de divisão Mariath em que o louva conjunctamente com os demais officiaes e praças da Armada pelo zelo e não vulgar actividade com que nos dias 19 e 20 do dito mez suspenderam e fizeram fluctuar no rio Caby a canhoneira nº 7 que ali se retomou ao inimigo.

Nomeado para commandar a divisão naval na Bahia por aviso de 18 de novembro de 1856 para aquella ex provincia seguiu, onde recebeo a nova de ter sido promovido a Chefe de Esquadra graduado, por decreto de 2 de dezembro, cuja effectividade a teve no anno seguinte na mesma data, como era consoante fazerem-se as promoções em data fixa isto é, a 2 de dezembro, anniversario natalicio do imperador.

No commando da divisão naval da Bahia se conservou até abril de 1861, pois o aviso de 16 de janeiro desse anno o transferio para o commando da divisão do Rio de Janeiro. Entregou o commando a 9 de abril e chegou a 19 ao Rio de Janeiro.

Tendo sido a costa do Brasil dividida em treis districtos navaes em vez de Estações Navaes, como era até então, por Decreto de 22 de Janeiro de 1853, foi nomeado para commandar o Primeiro Districto, cuja séde era no Rio de Janeiro, pelo aviso de 31 do mesmo.

Tendo sido mandado em commissão ao Terceiro Districto, que abrangia as forças estacionadas em Montevideo, foi por aviso de 31 de março seguinte, encarregado interinamente de commandar a respectiva divisão naval, funções estas que exerceo de 23 de abril a 23 de agosto do dito anno.

Em 12 de setembro, de regresso ao Rio de Janeiro, reassumio o commando naval do Primeiro. Tendo obtido dous mezes de licença a contar de 1 de janeiro seguinte, desembarcou em Montevideo em 29 de dezembro e em 7 de março de 1864 apresentou-se d'ella, reassumindo o commando do Primeiro Districto.

Vice Almirante graduado por Decreto de 5 de maio de 1865. continuou na mesma commissão até 10 de setembro do anno seguinte quando pediu treis mezes de licença para ir ao Rio da Prata.

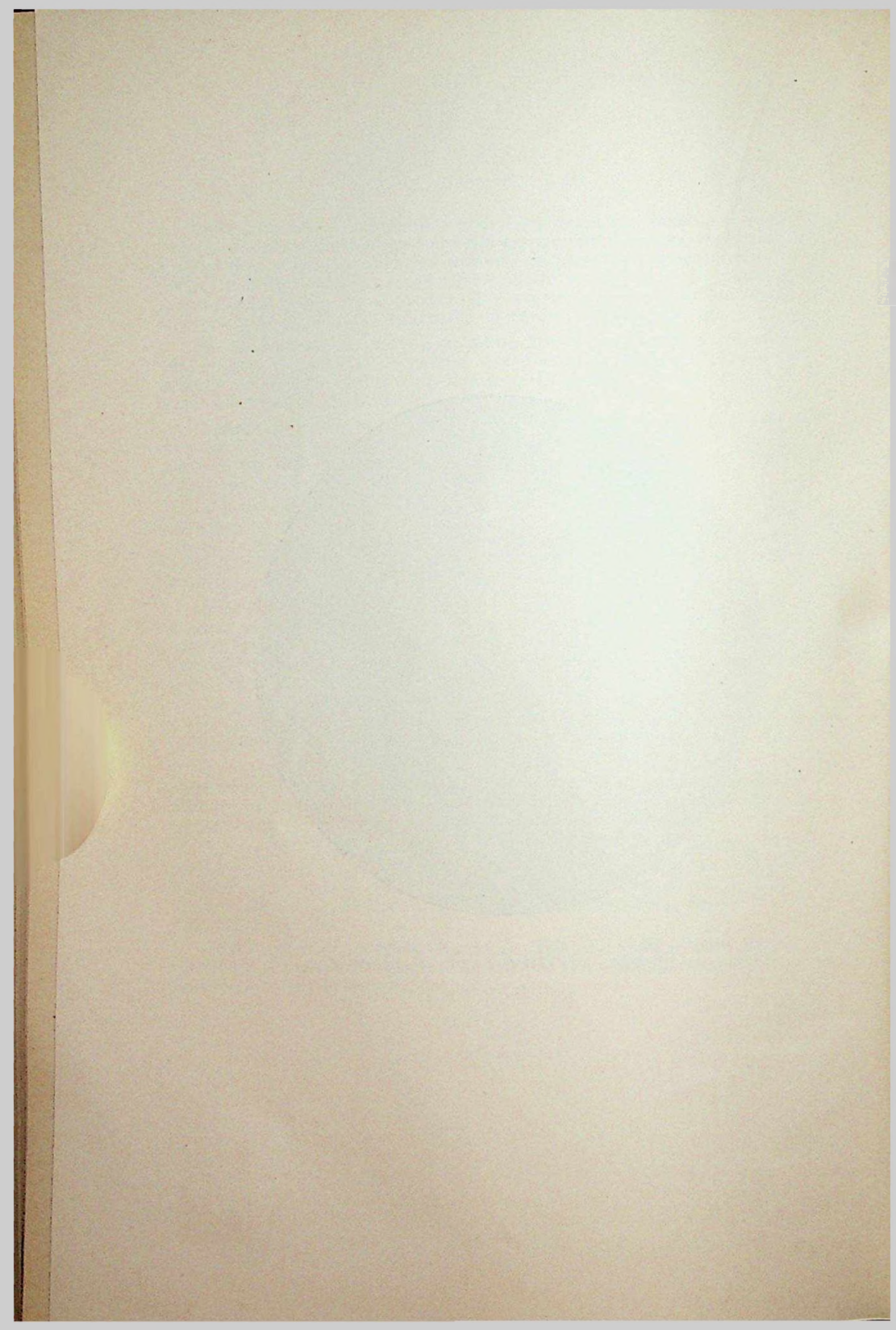
Apresentou-se a 3 de dezembro e a 31 do mesmo mez, por doente requereu reforma. A 2 de janeiro de 1867 pediu exoneração do commando da Divisão Naval a qual lhe foi concedida por aviso de 14 do mesmo mez.

No posto de almirante foi reformado no dia 15 de janeiro de 1867. tendo obtido licença para residir em Montevideo, onde se achava sua familia. Era casado desde 26 de março de 1826 com d. Maria Engracia Marina, de cujo matrimonio tivera Flora Guilhermina, Maria Engracia e Augusto Patricio.

Em Montevideo a 28 de março de 1883 falleceo o illustre almirante que tanto illustrou a nossa marinha e deu tão valiosos e prestantes serviços a sua patria de adopção.



Pedro Ferreira de Oliveira
Chefe de Esquadra



Pedro Ferreira de Oliveira

Chefe de Esquadra

Filho legítimo de Pedro Ferreira de Oliveira e de D. Hermelinda Maria do Amor-Divino. Nasceu em 19 de Fevereiro de 1801 no Rio de Janeiro. Falleceu em 11 de Março de 186

A 8 de Janeiro de 1823, assignada por D. Pedro I, aclamado Imperador do Brasil, era publicada a seguinte proclamação: «Brasileiros! Apenas re-soou por todo este grande Imperio o brado de Independencia Brasilica, e apenas os puros votos, e amor geral dos briosos brasileiros, me collocaram no Throno Constitucional da America Austral, veio a ser um dever sagrado para todos os filhos da Patria, espalhados pelo mundo, abandonarem o territorio dos nossos inimigos, unirem-se a seus irmãos do Brasil e tomarem parte em suas fátigas, e na gloria que lhe resultará de generalisarem e cimentarem a Independencia Americana.

«O vosso Imperador, vosso perpetuo defensor, e vosso amigo, não deve duvidar um só momento de vossa honra e patriotismo. Está certo que vireis sem perda de tempo rodear o seu Throno Constitucional, que é a garantia da perpetuidade de vossa independencia. Espera ver-vos chegar á porfia de empregardes vosso patriotismo, talentos e virtudes no serviço do Imperio, a bem de nossa Clara Patria.

Todavia não desconheço que alguns motivos ponderosos, e difficuldades suscitadas acintemente por nossos implacaveis inimigos poderão obs:tar vossos desejos e retardar vossa chegada.

«Não vos assustem quaesquer sacrificios e incommodos; pois a Patria e a Gloria vos merecem tudo. Eu vos assigno portanto o praso de seis mezes para regressardes aos vossos Lares. Vinde trabalhar com vossos concidadãos na grande Obra de Nossa Regeneração Política. O Brasil assim exige, e o vosso Imperador vol-o manda.

«Se todavia, no fim do prescripto praso, houver algum brasileiro tão degenerado, ou illudido (o que Deus não permitta) que expontaneamente se deixe ficar entre os nossos injustos inimigos, deverá então ser reputado indigno de fazer parte da grande Familia Brasileira; será immediatamente considerado como subdito do Governo Portuguez; perderá para sempre os foros de cidadão do Imperio e suas propriedades ficarão sujeitas á pena cominada no meu Imperial Decreto de onze de Dezembro proximo passado.

«Brasileiros! Estou certo porem que a vossa resolução será o que dicta a Honra, o Brio Nacional. Eu em vós confio. Palacio do Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1823. Segundo da Independencia e do Imperio. *Imperador.*»

A este appello que não era mais do que um toque de chamada para que todos os filhos da amada terra que os vira nascer se congregassem em muralha afim de levar a termo a santa cruzada emprehendida, pressuroso veio tomar logar Pedro Ferreira de Oliveira.

Em Lisboa, onde se achava, não attendendo senão aos reclamos de sua patria, desde logo despreheendeo-se dos liames materiaes que o prendiam á metropole.

Chegado que foi ao Rio de Janeiro dirigio ao Imperador o seguinte requerimento: Senhor — Diz Pedro Ferreira de Oliveira que tendo completado o Curso Mathematico e das Artes que se ensina na Imperial Academia de Marinha d'esta Côrte, no anno de 1820, em cujas materias teve successivamente plena approvaçãõ e com distincção entre os seus condiscipulos (Doc. 1 e 2), passou a ser nomeado Guarda Marinha e embarcou para a corveta *Voador* (Doc. 3) aonde se conservou por espaço de dous annos, fazendo as viagens constantes do Doc. 3. tendo demais um cruzeiro na altura dos Açores por tres mezes.

«Antes de sahir para esta ultima commissão pedio licença para vir ao Rio de Janeiro a qual lhe foi negada.

«Em 24 de Dezembro proximo passado entrou em Lisboa, onde foi encontrar a feliz noticia da Independencia do Brasil e da Gloriosa Acclamação de Vossa Magestade Imperial, cuja noticia foi recebida pelo supplicante com inexplicavel prazer e o moveu a immediatamente ir patentear os seus sentimentos ao Ministro da Marinha, dizendo-lhe que, como Portugal principiava a tomar medidas hostis ao Brasil (onde era a sua Patria) em consequencia de sua Independencia, o supplicante pedia a sua demissão porque jamais iria em commissão alguma contra o Brasil.

Em consequencia desta franca declaração resultou a Portaria (Doc. n. 4) em a qual lhe concederam a demissão que requereu, e immediatamente cuidou o supplicante em transportar-se, o que conseguiu, apezar das difficuldades que encontrou por falta de meios, entrando n'esta Capital a 24 de Abril.

«E como o supplicante nutre em si os mais ardentes desejos de continuar a servir na Marinha Imperial, a cuja carreira se dedicou, implora a Vossa Magestade Imperial a Graça de o mandar admittir no Posto de 2º Tenente com a antiguidade dos seus condiscipulos e que com elle acabaram os estudos, entre os quaes o supplicante se distinguio como constará dos assentos da mesma Academia, no entanto que elles ha muito se acham promovidos, por não terem o infortunio de serem nomeados para a Comissão do supplicante, á qual não se podia eximir.

«O supplicante tem a honra de levar á Augusta Presença de Vossa Magestade Imperial que só servio a Portugal emquanto se persuadio servir ao Brasil, conforme prova o seu ultimo procedimento, e que ha muito possui os requisitos necessarios para o desempenho das funcções do Posto que requer, tanto theorica como praticamente. Posto este que Sua Magestade o Senhor Rei D. João VI já lhe havia conferido em 24 de Junho de 1821 e as facciosas Córtes de Portugal lhe tornaram a tirar, apezar de já nesse tempo ter preenchido as condições que a Lei prescrevia para ser promovido.

«Pede a Vossa Magestade Imperial a Graça de lhe conceder o Posto de 2º Tenente com a antiguidade de seus condiscipulos. — *Pedro Ferreira de Oliveira.*

No dia 21 de Maio, attendendo o Imperador ao pedido de Pedro Ferreira de Oliveira, fez baixar o seguinte Decreto: Attendendo ao que me representou Pedro Ferreira de Oliveira que tendo sido nomeado Guarda Marinha por haver completado o curso mathematico, e havendo embarcado na Corveta *Voador* que seguiu viagem para Lisboa, ali pediu a sua demissão logo que lhe constou a declaração da Independencia do Brasil, afim de poder vir para esta Côrte donde é natural.

«Hei por bem conceder-lhe o posto de 2º Tenente da Armada Nacional e Imperial que lhe competia na fôrma dos Estatutos da Academia dos Guardas Marinha, se pelo plausivel mencionado motivo não tivesse pedido a sua demissão.

«O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1823. Com a rubrica de Sua Magestade Imperial. — *Luiz da Cunha Moreira*.

De facto, tendo cursado a Academia de Marinha do Rio de Janeiro, foi nomeado guarda-marinha, como extraordinario, na Primeira Brigada, por aviso de 1 de março de 1821. Em consequencia do aviso da Secretaria de Marinha de 1 de fevereiro, visto ter approvação no curso mathematico, e em apparelho e desenho, se lhe mandou passar carta geral. Dez dias depois de sua nomeação embarcou na corveta *Voador*, navio esse que teve a missão de levar a Lisboa a noticia do proximo regresso da familia imperial para aquella capital. Ali chegado, depois de uma viagem aos Açores, teve conhecimento da declaração de nossa independencia e sem mais detença, como vimos, tratou de repatriar-se, pedindo sua demissão do serviço portuguez, que lhe foi concedida em 30 de janeiro. Ao chegar ao Rio de Janeiro apresentou-se ao commandante da Companhia de Aspirantes a Guardas-Marinha em 29 de abril.

Promovido a Segundo Tenente por Decreto de 21 de maio, posto que lhe competia na fôrma do Regulamento da Academia de Marinha, si pelo plausivel motivo acima mencionado não tivesse pedido sua demissão do serviço portuguez, foi nomeado em 8 de julho para embarcar no brigue *Cacique*, adquirido por compra; n'elle se apresentou na mesma data.

Emquanto no norte do Brasil limpava Lord Cochrane os nossos mares dos navios portuguezes, forçando ao mesmo tempo as tropas de terra ao mando do general Madeira a evacuar a Bahia, na Cisplatina o brigadeiro portuguez D. Alvaro de Macedo, de accordo com aquelle general, obstinava-se a permanecer n'aquella então provincia, considerada por elle como conquista luitana.

Tendo conhecimento o nosso governo de que não haviam logrado effecto os esforços empregados pelo vice-almirante Rodrigo Lobo, um dos primeiros adhesistas, cuja frouxidão e dubiedade eram notorias e ainda que de nenhuma acção era a do barão de Laguna, o general Lecór, determinou substituir o chefe da força naval pelo capitão de mar e guerra Pedro Antonio Nunes, o qual em chegando á Colonia do Sacramento reclamou maior numero de navios para estabelecer effectivo bloqueio á praça de Montevidéu.

Para attendel-o seguiram a 12 de agosto para o Rio da Prata a corveta «Liberal», o brigue «Cacique», commandado pelo capitão-tenente Antonio Joaquim do Couto, brigue «Guarany», escunas «Leopoldina» «Sete de Março» e «Seis de Fevereiro». Estes navios que reunidos ao brigue «Real Pedro» e escuna «Cossaka» constituíram a força naval, atóra a frotilha do Uruguay, no Rio da Prata, encarregada de fazer effectivo o abandono da Cisplatina pelas forças portuguezas, agora apoiadas nos navios para lá antes mandados para o seu embarque e que haviam sido confiados a guarda do vice-almirante

Rodrigo Lobo. Com elles havia D. Alvaro organizado uma divisão para obrigar os nossos a levantar o bloqueio; assim é que armou o «Conde de Arcos» com 26 canhões, o «General Lecór», com 16; o brigue «Liguri» com 16 canhões e a escuna «Maria Thereza» com 14, navio esse cuja guarnição dirigida pelo immediato se havia revoltado e se entregado áquelle chefe portuguez quando de volta de uma commissão a Maldonado.

No dia seguinte ao em que, devido ao suborno argentino com o qual estava D. Alvaro de accordo, havia declarado o Cabildo de Montevideó irritos e nullos todos os actos de annexação ao Brasil, ao romper da aurora fez-se ao mar a divisão portugueza para atacar os nossos.

O combate que se travou, presenciado pela população de Montevideó, matou todas as velleidades dos lusitanos em se firmarem naquelle territorio. Pelas 4 horas da tarde o inimigo virou no bordo de terra e ao pôr do sol entrava no porto perseguido pelos nossos, perdendo por consequencia a supremacia que pensava exercer: havia entregue, como fizera no norte do Brasil, o dominio marítimo a nova bandeira que galharda se ostentava no hemispherio sul-americano. Nesse combate muito se distinguio o Segundo Tenente Pedro Ferreira de Oliveira, promovido ao posto de Primeiro Tenente por immediata resolução do Consultor do Conselho Supremo Militar em 2 de julho de 1824.

O que se passava em Pernambuco quanto á lucta partidaria que ali se desenvolvia, não era de desprezar. A dissolução da Constituinte mais desconfianças trouxe aos brasilienses de que a causa nacional estava sendo ludibriada; o interesse de familia mais pesava do que o da communidade brasiliense.

A America offerecia aos filhos do Brasil exemplo bem seguro de que a capacidade de dirigir uma nação não era predicado divino nem peculiar a uma casta. Os principios proclamados pela revolução franceza eram avidamente estudados por todos os agitadores e d'elles se aproveitaram os pernambucanos para protestarem contra a reacção que se estava a pôr em pratica depois que os adhesistas se haviam apossado do poder.

Para abafar os idéaes dos pernambucanos, chefiados por Paes de Carvalho, determinou o Governo a sahida de uma divisão naval para reforçar o bloqueio estabelecido aos portos d'aquella provincia, cujo commando foi dado ao Chefe de Divisão David Jewett, por ter sido exonerado do serviço de nossa marinha, devido a requisição do governo inglez, o capitão de mar e guerra João Taylor, o perseguidor da esquadra lutzana até a fôz do Tejo em vista de tel-o exigido o governo portuguez, fundado em clausula de tratado que não podia aquelle fornecer material e pessoal a paz com que estivesse este em guerra. Voltou felizmente aquelle illustre official ao nosso definitivo serviço graças ao patriotismo dos brasilienses que por meio de abaixos assignados ao governo imperial o conseguiram.

Compunha-se a dita força naval da fragata «Nichteroy», brigue «Cacique» e transporte «Animo Grande».

O 1º Tenente Ferreira de Oliveira que havia regressado ao Rio de Janeiro depois de haver escoltado a divisão de Voluntarios Reaes que occupava Montevideó e que em nove transportes tomára o rumo de Europa em 8 de março, havia passado do «Cacique» em 15 de agosto para a fragata «Ipiranga», n'ella seguiu em 31 do mesmo mez para Pernambuco, onde chegou a 10 de setembro, passando então a ter embarque na «Nichteroy».

Resolvido o bombardeio á cidade do Recife, começou este no dia 13 de setembro, depois de na vespera á noute ter communicação o chefe Jewett de que o brigadeiro Lima e Silva se achava de posse de uma parte da

cidade; iniciou-o unicamente a «Nichteroy» que começou por alvejar as fortalezas de terra, bem como sobre uma galera e um brigue armados fundeados dentro do porto.

Contestaram os revolucionarios com vivissimo fogo, não soffrendo a «Nichteroy» outro damno, senão alguns cabos cortados. Continuando o bombardeio nos dias seguintes ao terceiro foi suspenso, devido a ter chegado a bordo da «Nichteroy» o commandante da fragata ingleza «Tweed» com uma proposta de Manoel Carvalho Paes de Andrade para rendição.

Para dar conhecimento ao almirante Cochrane do que se passava e suppondo-o em Alagoas, despachou o brigue «Cacique» ao mesmo tempo communicou ao commandante em chefe das forças em operações enviando a terra o 1.^o Tenente Ferreira de Oliveira não só para esse fim como tambem para se entender com o mesmo sobre a conveniencia de continuarem os navios no mesmo ponto ou fazer-se um desembarque.

Pela manhã de 24 regressou este official com instrucção para um desembarque, o que se realisou com pleno successo no dia 17.

Accusa-se Lord Cochrane de se haver retirado de Pernambuco na «Ipiranga». Não podia no entretanto, elle a maior patente da armada, subordinar-se ás ordens emanadas de uma patente a quem foram dadas as instrucções. Deixou elle no commando das forças navaes que bloquearam o porto do Recife o chefe de divisão David Jewett, retirando-se na capitanea para a Bahia.

Esse proceder correcto do almirante servio para que seus inimigos, que eram muitos, o accusarem de mal servir a causa do imperio.

Procurou elle no entretanto fazer com que no interesse nacional, houvesse a maxima harmonia entre os brasilienses, sujeitos como estavam á influencia dos adhesistas que, por todos os meios, procuravam tirar proveito das zizanias por elles proprios alimentadas.

Não encontrou infelizmente apoio, pois as ordens emanadas do governo central eram as mais positivas em favor dos reaccionarios e contra o espirito liberal.

Após ainda amesquinhado, no que havia firme proposito, para assim obrigar-o a deixar o Brasil, como por mais de uma vez manifestára, contribuiu n'esse commissão para que fosse cumprido o determinado, sem se sujeitar contudo a quebra de sua dignidade em subordinar-se a uma menor patente.

Entre os navios cahidos em poder das forças imperiaes contava-se o brigue «Independencia ou Morte», baptisado pelos revolucionarios com o nome de «Constituição ou Morte»; pelo chefe Jewett foi dado o seu commando ao 1.^o Tenente Ferreira de Oliveira «por achal-o com todas as qualidades dignas do desempenho das obrigações do seu cargo cuja nomeação espero mereça a approvação de V. Ex.»; assim se manifestou ao commandante em chefe das forças.

Tratando de sua conducta e da nomeação para commandar aquelle navio, dizia aquelle chefe em officio reservado ao ministro da Marinha: «La mejor prueba que puedo poner delante V. Ex. y S. M. I. es mi nombramiento de el al Bergantín de S. M. I. — la «Independencia ou Morte» — Siento que es de mi deber, sin despreciar el merito de otros oficiales de la Escuadra de S. M. I. bajo mis ordenes, en este joven Caballero. S. M. posee el official tanto de educacion como de entendimiento. Su experiencia competente su valor inegalado, su entusiasmo para su Patria y amor para su Soberano. solamente es igualado por su zelo para el servicio de la Armada».

No commando do brigue «Independencia ou Morte» se conservou até 7 de dezembro de 1825, pois teve esse navio de sahir, como sahio no dia 2 de janeiro de 1826, afim de crusar pela costa já enfeitada de corsarios despachados pelos argentinos com os qnaes estavamos em guerra e preferir Pedro de Oliveira seguir para o theatro d'ella.

Foi então nomeado para embarcar na fragata «Thetis», cujo commando interino assumio de 16 de junho a 30 do mesmo mez, continuando em seguida como subalterno. Fazia parte a «Thetis» da esquadra no Rio da Prata e era a capitanea da 4ª divisão em que havia o barão do Rio da Prata dividido as nossas forças navaes: tinha a missão de defender o porto de Montevidéo. Quando teve porém necessidade o nosso almirante de vir temporariamente até a altura do Cabo-Frio, afim de protger a esquadra que deveria combóiar o navio em que D. Pedro I seguiu até Santa Catharina, de qualquer ataque por parte de navios adquiridos no Chile pelos argentinos, foi mandada a «Thetis» para a linha de bloqueio. Em regressando o almirante determinou que para o Rio de Janeiro seguissem a «Paraguassú», a «Thetis» e o brigue «Independencia ou Morte».

Em 15 de novembro de 1826 passou a ter embarque na fragata «Nichteroy» e em 29 de maio do anno seguinte na fragata «Paraguassú», de cujo navio, tres dias depois passou ao commando do brigue «Alagoas» e em 7 de junho ao do brigue «Pampeiro», de 16 peças.

Este brigue, corsario inimigo, tomado a 15 de março na altura de Cabo Frio, pela fragata «Isabel», do commando do bravo capitão Theodoro de Beaurepaire, tinha na occasião 15 officiaes e 72 praças; havia entrado no porto do Rio de Janeiro a 18 do mesmo mez sob o commando do 1º Tenente Duarte Martins. Incorporado á nossa esquadra, foi mandado sahir em cruzeiro entre Rio de Janeiro e Santos, onde mais afoitos se apresentavam os piratas sahidos do Rio da Prata. No dia 13 em frente aos Alcatrazes encontrou o 1º Tenente Ferreira de Oliveira o corsario «Triumpho Argentino», commandado pelo francez Villiard, contra o qual investio, conseguindo fazel-o fugir depois de 11 horas de fogo. Tres dias depois, pela fragata «Paula» era aprisionado o companheiro deste o «Rapido», do commando de José Maria Pinedo.

Depois deste combate, dirigio o commandante Pedro Ferreira ao governador da Praça de Santos o seguinte officio: Illm. Snr. Tenho a honra de participar a V. S. que dei fundo n'este porto hoje ás 11 horas da manhã tendo sido o motivo da minha entrada n'este porto o precizar prover-me d'alguns mantimentos, em consequencia de não ter podido fazel-os no Rio de Janeiro, por ser a minha sahida inesperada. Outrosim no dia 13 do corrente encontrei fóra da barra hum Brigue Escuna com quem travei combate, porém por ser em calma e cerração, de noite pôde-se escapar, apesar de já estar destroçado, porém os remos o salvarão já no rolo da praia da enseada de S. Roza, onde me vi na percizão de fundear em 8 braças de fundo, e no outro dia apesar das diligencias que fiz não o pude ver mais. Deos guarde a V. S. Bordo do Brigue «Pampeiro», 15 de setembro de 1827. Illm. Snr. José Olinto de Carvalho, Tenente Coronel e Governador de Santos. — *Pedro Ferreira de Oliveira*, 1º Tenente Commandante.

Depois disto enviou o seguinte: Illm. Snr. Tendo este navio perdido algúa polvora em hum tempo que apanhei, indo algúa agoa ao paiol da polvora, cuja falta não pude remediar no Rio, pela rapidez com que sahi, accrescendo a esta falta a que gastei no combate, torna-se indispensavel quatro barris de polvora grossa, hua arroba de morrão, e quarenta ballas de calibre nove; o portador he o encarregado d'Artilharia e deverá passar o recibo. Amanhã devo dar á vella para o Rio não determinando V. S. o

contrario. Deos guarde a V. S. Bordo do Brigue «Pampeiro», 19 de setembro de 1827. Ilm. Snr. José Olinto da Costa, Tenente Coronel e Governador de Santos. — *Pedro Ferreira de Oliveira*, Commandante.

Desse combate deu parte o Governador da Praça de Santos ao ministro da marinha que era então o Marquez de Maceió nos seguintes termos: Ilm. Exm. Snr. Num combate naval no dia 13 do corrente muito proximo a Fortaleza da Barra Grande que por acausa da grande serração se não pode observar, e mesmo ter principio as sete oras da noite, durante mais de duas oras, motivou estar a Guarnição da Prasa em armas, desde aquella ora té as seis da manhã. Serião cinco da tarde do dia 14 quando se avistou o Brigue «Pampeiro» que ao escurecer se fes na volta do mar, e entrou pela Barra no dia 15 pelas des oras da manhã. Das partes incluidas que tenho a honra fazer chegar a Prezca de V. Ex. conhecerá V. Ex. o rezultado e a cauza porque o Brigue entrou n'este Porto, onde foi fornecido de mantimentos, Polvora e Balla conforme as requeiziçoens do Comte que hoje segue a Comissão de que está encarregado. Deos guarde a V. Ex. m. a. Quartel do Governo da Prasa de Santos 10 de setembro de 1827. Ilm. Snr. Marquez de Maceyó. De V. Ex. muito umilde sidito José Olinto de Carvalho e S. a 1.^o Ten. Cel. Gov. Into.

Promovido a Capitão-Tenente por Decreto de 12 de outubro de 1827.

Os corsarios argentinos continuavam na sua faina de apresar navios em nossa costa enquanto os cruzadores inglezes na costa d'Africa por leves suspeitas de se entregarem os que lá iam em commercio licito, ao de escravos os aprisionavam sem a menor consideração.

Para comboiar os navios que de Macahe e Campos se dirigiam ao Rio de Janeiro foram mandados em outubro de 1828 o Brigue «Pampeiro» do commando do Capitão-Tenente Pedro Ferreira e a escuna «Ismenia», sob o commando do 1.^o Tenente Felipe Marques de Figueiredo. No dia 13 desse mez chegaram á barra de Campos com o comboyo, donde seguiram para o Espirito Santo no mesmo dia. No dia 19, soffrendo vento duro de nordeste e puchando muito as aguas n'aquella direcção, o que muito atrasava a viagem, determinou o commandante do «Pampeiro» que a escuna regressasse a Campos e tomasse o comboyo. Ahi chegado no dia seguinte, pelo ajudante do patrão mór lhe foi entregue o seguinte officio dirigido ao eommandante do «Pampeiro»: «Acabo de receber n'este mesmo instante a parte que me dá o Tenente Coronel Commandante da Villa de Macahé acompanhada da Relação das Embarcações aprezadas por hum Corçario como tudo verá do que consta da mesma parte que inclusa lhe remetto para sua intelligencia e cautelas que julgar acertadas dever tomar. Deos Guarde ms. as. Quartel do Commando Militar da Villa de Campos 16 de Outubro de 1828. Snr. Capitão Tenente Pedro Ferreira de Oliveira. Assig. — *Lourenço Maria de Almeida Portugal*. Commandante Militar de Campos.

Ilm. Snr. Agora entrarão n'este Porto as Sumacas «Animo Grande» e «S. José Correa» ambos com hum só Mastro as quaes forão tomadas no dia 10 do corrente pelo Brigue Corçario de Buenos Ayres — «O General Roldão»; dizem os mestres que no dia 9 ao Mar do Cabo tendo voltado o vento ao Nordeste, muito forte e com grande Serração se debandarão do Comboy e que no referido dia 10 a duas leguas do Mar do Monte d'Aldêa forão aprezadas pello ditto Brigue, o qual he maior do que o «Pampero» sendo a sua força de dezanove boccas de fogo, a saber — seis pessas de Bom Calibre por banda, mais tres grandes obuizes por banda e huma Pessa de Rodizio que julgão ser de 36 sendo igualmente muito velleiro. Trazem estas duas Sumacas a seu bordo as Tripulações de outras embarcações aprezadas pello ditto Brigue do mesmo Comboy constantes da relação junta: Dizem

mais os Mestres que este Brigue Corçario espera pelo Comboy que d'ahi vai a sahir para o Rio. He pois o que tenho a participar a V. S. para providenciar o que entendo a semelhante respeito e n'esta mesma occasião fasso igual participação ao Quartel General e ao Exm. Ministro da Marinha como V. S. já me tem ordenado para as providencias e cautellas que julgo necessarias. Deos Guarde a V. S. Macahé 14 de outubro de 1828. Illm. Snr. Commandante Militar Lourenço Maria de Almeida Portugal. Assig. — *Antonio Coelho Antão.*

Relação das Embarcações que forão apresadas pello Brigue Corçario. — «O General Roldão» — nos dias 9 e 10 do corrente mez de outubro de 1828. — Sumacas «Sociedade» e «S. Joaquim Navegante», «Animo Grande», «S. José Correia», lanchas «Viva Maria», «Penha», «Esperança», «Voador» (de Caravellas). Esta ultima e a penultima foram mettidas a pique. Foram levadas todas as sumacas excepto as duas ultimas que entraram no porto.

Emquanto não sahiam as embarcações do porto, aproveitou o commandante do «Ismenia» para cruzar junto aos baixos de S. Thomé, por onde constava andar uma escuna inimiga.

Regressando no dia 25 já encontrou fóra da barra embarcações que deveriam formar o comboy: fez saber aos mestres das mesmas que logo que içasse um signal com uma corneta amarella deveriam ir á bordo do seu navio receber instrucções e o regimento de signaes, ordem essa que só foi cumprida pelos mestres do patacho «Independencia Feliz» e mais dez outros, os demais dispensaram o comboy. Em frente á barra conservou-se fundeado até o dia 28, tendo á vista 45 embarcações, sem poder sahir em consequencia de reinar vento sul e sueste. Tendo virado o vento para nordeste suspenderam as embarcações e velejaram sem attenderem ao encarregado do comboy: muitas dellas desapareceram de vista porque mais veleiras do que a «Ismenia» tomaram-lhe grande dianteira.

No dia 30 conseguiu o commandante do comboio reunir 28 summacas e achando-se na bocca da barra do Cabo Frio e vendo que o vento promettia cahir de sudoeste fez signal a taes embarcações para entrarem a barra o que todas fizeram; saltando porém o vento ao sueste que lhes dava boa entrada deitaram todas com prôa de nordeste por entre quantas pedras havia. Acompanhado unicamente pelo patacho «Independencia Feliz» e pela escuna «Luzitana», permaneceu fóra.

Pela manhã avistou um brigue inglez, procedente de Jersey que foi registrado. Pelas 18 horas pretendendo entrar no Cabo, onde pensava encontrar a maior parte do comboio, deu em vista com um brigue atravessado junto á terra que lhe pareceo suspeito. Fez-se na volta do mar para delle se aproximar fazendo no entretanto o mesmo brigue a mesma manobra. Reconhecendo ser um brigue inimigo, de artilharia corrida e muito superior a seu navio, resolveu entrar no porto com os dous navios que o acompanhavam a espera do brigue «Pampeiro».

Infelizmente o brigue «Pampeiro» acochado pelo máo tempo reinante ao demandar a barra de Victoria n'ella naufragou na noute de 20 para 21 de outubro. Sua guarnição, como barricas com dinheiro em cobre que transportava, cascos e outros pertencentes foram salvos pelo brigue «Beaurepaire».

Em consequencia deste desastre foi submettido a Conselho de guerra em 3 de dezembro, sendo porém absolvido, em janeiro, considerando-se como de correição o tempo de prisão.

Nomeado para commandar a charrua «Thetis» por aviso de 7 de abril de 1828, della desembarcou em 10 de fevereiro de 1830. Por aviso de 26 de agosto foi mandado submeter a conselho de guerra, em vista de ser

accusado de transportar da Bahia, por sua conta e sem licença do governo na dita charrua cal e tijollos, sem dar entrada e pagar os direitos. Por sentença do Conselho Supremo Militar de 6 de dezembro foi absolvido.

Sendo necessario mandar á Bahia a fragata «Ipyranga» afim de soffrer reparos, para commandal-a foi nomeado por aviso de 6 de dezembro. Em 3 de março de 1831 por desarmamento deixou o commando, assumindo nesse mesmo dia o da corveta «Defensora».

Achava-se esta corveta em abril prompta a dar á vela, porém sem meios de fazel-o em consequencia do governo da provincia se limitar a dar rações diarias para cinco dias.

A agitação politica era extraordinaria: O mez de abril em todo o Brazil tinha-se mostrado revolucionario e foi fatal ao primeiro imperador, que a 7 do mesmo abdicou.

Levando o commandante da «Defensora» o facto de não sahir por falta de rações, dizia: «que nenhum obstaculo se opporia caso mudasse a face politica dos negocios da provincia, pois tinha meios para o fazer em caso de necessidade.» Na mesma occasião dizia que pelo brigue de guerra francez havia remettido um relatorio circumstanciado dos acontecimentos havidos até 12 d'aquelle mez feito com toda a imparcialidade para que o Ministro da Marinha podesse, com toda a segurança, dar o seu voto ao Conselho de Estado: limitava-se a dizer que seu relatorio era differente do que dizia o — «Periodico Bahiano» — e muito mais do que haveria de dizer no Rio de Janeiro o marechal José Chrisostomo Callado, cujo dizer não deveria merecer muito credito ao ministerio, porque ali mesmo á sua vista e do commandante Beaurepaire, invertia os factos de que ambos eram testemunhas oculares. Nessa mesma occasião communicava que no dia 13, na cidade baixa, um portuguez havia assassinado um brasiliense, depois de acalmada a revolução dos dias 5 e 6 e que isto foi bastante para que a população pegasse novamente em armas e entrasse a matar quantos portuguezes fossem encontrados, penetrando nos armazens, tabernas, destruindo e saqueando suas propriedades, o que poz toda a cidade em bastante consternação, fazendo com que a maior parte dos portuguezes fugisse para o mar com suas familias. Este dia, dizia, foi mais terrivel do que o da revolução e só acalmou a desordem pelo emprego de energicas providencias tomadas pelo visconde de Pirajá, que em pessoa andou com a tropa a por fim os disturbios, e esse mesmo não escapou dos insultos. Muitos foram os presos; foram sete remettidos para bordo da corveta de seu commando.

Nomeado para commandar o brigue «Pirajá» por aviso de 24 de outubro de 1832, passou no anno seguinte no mesmo mez ao commando da fragata «Campista». Por aviso de 11 de agosto 1834 foi advertido, porque na qualidade de commandante d'aquelle navio havia deixado de cumprir o determinado no artigo 19 do Titulo I, do alvará de 7 de janeiro de 1727. Pelo aviso de dez de janeiro de 1835 se lhe mandou fazer constar que a Regencia em nome do Imperador, á vista das razões que expendeo, reconhece sua probidade e zelo e continua a conceitual-o como até aqui. Por uma semelhante censura e pelo mesmo facto havia o capitão tenente Marques Lisboa, futuro marquez de Tamandaré, pedido exoneração do commando do brigue «Cacique» e requerido Conselho de guerra, reconhecendo o Conselho Supremo Militar de Justiça que nenhuma criminalidade havia e que em ordem do dia ficasse sem effeito tal censura.

Da fragata «Campista», passou ao commando da «Príncipe Imperial» em 22 de janeiro de 1835 por ter aquelle navio sido designado para seguir para o Pará. Em 7 de março foi mandado elogiar pelo estado de asseio e

disciplina em que mantinha o navio de seu commando. Por decreto de seis de julho desse mesmo anno foi nomeado Intendente de Marinha da Bahia desembarcando da fragata no dia seguinte, seguindo para aquella Provincia.

Promovido ao posto de Capitão de Fragata por Decreto de 7 de Setembro de 1837, contando porém antiguidade de 22 de outubro do anno anterior, continuava no cargo para o qual fôra nomeado, quando a 7 de novembro explodiu na capital da Bahia a revolução conhecida pelo nome de *Sabinada*, do nome do dr. Sabino Vieira, o chefe republicano mais saliente, a verdadeira cabeça dos protestos, «que em vista das necessidades publicas, as bens conhecidas más intenções do governo central, que a todas as luzes procura enfraquecer as provincias do Brasil, e tratat-as como colonias, com menos-cabo notavel de sua dignidade e cathegoria», a tropa, povo bahiano, guardas nacionaes e policiaes, reunidos no forte de S. Pedro, declaravam a Provincia da Bahia inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro, e considerado Estado livre e independente.

Nessa emergencia mandou ordem o capitão de fragata Pedro Ferreira de Oliveira para que desembarcassem forças de bordo dos brigue «Treze de Maio» e «Nove de Agosto» para o Arsenal afim de auxiliar o 3º batalhão, o corpo policial e alguns guardas nacionaes que se haviam reunido no largo da Piedade para se opporem ao corpo de artilharia e paisanos insurgidos no forte de S. Pedro. Ao chegarem no largo os marinheiros, se haviam aquelles bandeado.

Em vista do succedido tiveram que regressar. Pouco tempo depois embarcou-se o presidente no brigue «Treze de Maio», acompanhado por alguns empregados. Por fim tendo os revolucionarios dominado todas as alturas, teve o intendente que embarcar tambem, depois de proteger muitas familias que se haviam refugiado no dito arsenal.

O «29 de Agosto» que fôra fundear junto a Itaparica, teve por companheiro o «Treze de Maio» que apesar de intimado a não se mover, suspendeo ao pôr do sol, embora sob o fogo que lhe faziam os fortes do Mar e da Gamboa, foi fundear junto d'elle.

Tres dias depois deste facto chegava ao porto da Bahia o palhaborde «Brasília» vindo do Norte; d'elle se apossaram os revolucionarios, fazendo desembarcar os passageiros e guarnição, deixando unicamente os officiaes da lotação. Nelle vinham os capitães tenentes Joaquim Marques Lisboa, bastante adoentado e João Maria Wandenkolk, 1º. tenentes Felipe José Pereira Leal e Hermenegildo da Cunha Barbosa. Sabedor do que se passava, o capitão tenente Marques Lisboa em vez de aproveitar-se da liberdade de seguir em outro navio para o Rio de Janeiro, deliberou ser util a legalidade. Entrou em combinação com o 1º Tenente José Moreira Guerra, que em terra se achava coagido a contemporisar com os rebeldes, para os dous na guarda do arsenal se apoderarem da canhoneira n. 1 que se achava ao serviço dos revolucionarios e entregal-a á força legal.

Antes mesmo que chegasse o seu companheiro dirigio-se Marques Lisboa para bordo, onde se apresentou e autoritariamente declarou que vinha assumir o commando da mesma por ordem superior. Entregue-lhe o commando, pouco tempo depois chegou o 1º tenente Guerra, dizendo trazer ordens para suspender o que foi feito. Ao passar a canhoneira junto do forte do Mar em poder dos rebeldes foi declarado que ia a canhoneira a serviço de policia; ao envez, foi fundear junto aos demais da força legal. A canhoneira era armada com dous rodizios e tripulada por 60 homens.

Sabendo o futuro Marquez de Tamandaré que o presidente não pretendia atacar os rebeldes sem dispôr de outros elementos, seguiu viagem vinte dias depois para o Rio de Janeiro em vista de ter se aggravado o seu mal.

No dia 4 de março de 1838, tomando o commando de uma frotilha de escaleres, larga de bordo da fragata «Príncipe Imperial» dirige-se para proximo do forte da Gamboa e aprisiona o brigue escuna «Espadarte», que se achava sob o commando de José Avelino. Deixaram os rebeldes a bordo cinco feridos e dezoito prisioneiros, tendo o resto da guarnição se lançado ao mar onde pereceo. N'esse ataque foi ferido gravemente no rosto o 1º tenente Antonio Felix Correia de Mello, commandante de um dos escaleres.

Esse successo é assim narrado no Livro de Quartos da fragata: «Quarto das 8 ás 16 horas — Começou-se a armar os reforços que deviam ir nas oito lanchas e escaleres, assim como alguma gente da guarnição das mesmas embarcações, que não estava completamente armada, vindo na mesma occasião do brigue-escuna «Trovão» o commandante com 16 homens: este arranjo mediou até ás 12^h. 30^m. Estando tudo prompto e embarcadas as praças, seus respectivos commandantes e immediatos largaram de bordo d'esta fragata ás 12^h. 50^m. Largou tambem o Sr. Commandante da força, acompanhando-os. Até 14 horas e 15^m. se viram e ouviram alguns tiros de fuzilaria do lado da cidade e logo depois de peça. Principiando a cahir um aguaceiro com bastante vento, cessou o fogo, e quando passou, que eram 14^h. e 45^m. se fizeram dous tiros e uma tigellinha a BB, signal que foi reconhecido por nossas embarcações surtas em Itacaranhã.

Principiou ahi o fogo sobre a Penha e Itapagipe, e deste sobre o lado da Plataforma e Itacaranhã, tanto de fuzilaria como de peça.

Pouco depois, de nossos pontos, em frente de S. Caetano, tambem principiou o fogo. Do lado para onde tinham ido nossas embarcações houve tiros de fuzilaria e artilharia, e depois cessou inteiramente tudo. Viam-se diversas tigellinhas, que pareciam ser de embarcações nossas para o lado da barra, que se reconheceu.»

Quarto das 20^h. as 24^h. — Fundeou a escuna «Espadarte», apresada por abordagem de nossas embarcações ao NO desta fragata. Vieram de bordo 23 prisioneiros, que ficaram entregues á sentinella da boca das escotilhas.»

Depois disso teve Pedro Ferreira reforço da tropa de Itaparica com duas lanchas e um escaler da fragata «Príncipe Imperial» e um da corveta «Regeneração», commandada pelo 1º tenente Camara Manoel e tres guardas marinhas; em consequencia de diversas baleeiras e lanchas com tropa dos rebeldes terem passado da capital para as margens do rio Cobôto, apezar de perseguidos pelas barcas n. 1 e 8, soffrendo vivo fogo de fuzil e metralha.

Combinado o ataque a capital, no dia 13 de março desembarcaram a força do exercito e as guarnições dos navios, foram atacadas as avançadas dos rebeldes.

Da fragata «Príncipe Imperial», haviam largado quatro lanchas, levando alem das respectivas tripulações, mais um reforço de quinze homens cada uma, as quaes sob ás ordens do 1º tenente Galhardo e Siqueira, tendo por subalternos dous guardas marinhas, foram tentar um desembarque em frente ao forte de Monte-Serrate.

Não lograram o intento, pois que recebidos em frente a Giquitaia por um vivissimo fogo das fortalezas de Monte-Serrate, Conceição, Oliveira e Lagartixa ficaram impossibilitados de chegar a praia; conservaram-se no entretanto até ao amanhecer do dia seguinte deante das fortificações rebeldes em constantes negaças para distrahil-as.

Ao meio dia a força de terra avançando então pelo lado do noviciado foi então conseguido depois de renhido fogo do forte de Lagartixa.

Nesse momento começou a lavrar violento incendio no caes da Cal na Preguiça, em frente ao estaleiro, proximo á ladeira da Conceição e no alto da cidade o que apavorou muita gente.

Na mesma occasião o brigue «Constança» respondia efficazmente aos tiros dos fortes de Gamboa e do Mar que procuravam assim obstar que o mesmo capturasse uma barca austriaca que intentava entrar no porto.

E tanto em terra, como no mar durante todo o dia continuou a lucta, No dia seguinte para auxiliar o ataque ao forte de Monte Serrate, um reforço de 114 praças em quatro escaleres da fragata «Principe Imperial» da corveta «Regeneração» e do brigue «Trese de Maio» seguiu para ali: ás quatro horas da tarde rendia-se o forte.

No dia 16, entregaram-se os revoltosos, dando-se por terminada a «Sabina» como foi conhecido tal movimento sedicioso.

Pelos serviços prestados a causa legal o capitão de fragata tornou-se bastante conhecido e apreciado dos politicos conservadores. Exonerado por Decreto de 5 de agosto de 1840 do cargo de Intendente de Marinha, obteve seis mezes de licença para tratar de seus interesses naquella Provincia.

Eleito deputado á Assembléa Legislativa Provincial, em 2 de março de 1841, n'ella tomou assento em 9 de abril desse mesmo anno; encerrados os trabalhos apresentou-se á bordo da fragata «Principe Imperial» em cujo navio embarcou.

Por aviso de 3 de fevereiro de 1842 foi nomeado para examinar a barra de Guaratiba, commissão essa que ficou sem effeito, para ser nomeado commandante superior do Corpo de Imperiaes Marinheiros e da fragata «Paraguassú», onde estava aquartellado aquelle corpo, commando esse que conservou até 24 de junho, quando foi exonerado, conservando no entretanto o da fragata. Por aviso desse mesmo dia se determinou que logo que lhe fosse ordenado se fizesse á vela para Lisboa levando presos de Estado. Em vista disto o Corpo de Marinheiros e menores que se achavam na «Paraguassú» foram passados para a fragata «Principe Imperial». Oito dias depois fazia-se a vela a fragata «Paraguassú» conduzindo os presos politicos Limpo de Abreu, Geraldo Leite Bastos, Dr. Soares de Meirelles, dr. Torres Homem, José Francisco Guimarães e dr. França Leite.

Ao chegar a Lisboa teve conhecimento de sua promoção ao posto de Capitão de Mar e Guerra, por decreto de 23 do mesmo mez de julho. Dessa viagem regressou chegando ao Rio de Janeiro em 28 de dezembro.

No anno seguinte nova e mais importante commissão lhe ia ser confiada. Tendo o nosso Governo mandado preparar uma divisão naval para ir a Europa, afim de conduzir ao Brasil a futura imperatriz do Brasil, D. Thereza Christina, a filha do rei das Duas Sicilias, cujo casamento com D. Pedro II havia sido ajustado pelo conselheiro Bento da Silva Lisboa, coube ao chefe de esquadra graduado Theodoro de Beaurepaire o commando da dita divisão, composta da fragata «Constituição», commandada pelo capitão de mar e guerra José Ignacio Maia, corveta «Euterpe», commandante José Maria Wandenkolk e «Dous de Julho», commandado por Pedro Ferreira de Oliveira, desde 14 de fevereiro de 1843.

Deu a vela a divisão no dia 5 de março e depois de 56 dias de viagem passava pelos Açores: a 7 de maio á noute entrava no estreito de Gibraltar e quatorze dias depois dava fundo na bahia de Napoles.

Realizado o enlace a 30 daquelle mez, pela manhã de 2 de julho fez-se a dita divisão ao mar de regresso acompanhada por uma outra napolitana composta da não «Vesuvio» fragata «Amelia» «Isabel» e «Parthenope» e a 3 de

setembro dava fundo no Rio de Janeiro. Por aviso de 5 desse mesmo mez se communicou que fôra nomeado pelo rei das Duas Sicilias, Cavalheiro da Ordem de S. Fernando. Em 21 de setembro deixou o commando da «Dous de Julho» para assumir o da «Bertioga» de cujo navio desembarcou a 22 do mez seguinte, para novamente commandar a «Dous de Julho», conforme o aviso de 25 de novembro.

Nomeado para commandar a Estação Naval do Sul por aviso de 9 de fevereiro de 1844, que comprehendia a costa do Brasil desde o Rio de Janeiro até o Chuy, exerceo esta commissão com verdadeira proficiencia.

Por aviso de 26 de março foi elogiado pelo estado de ordem, disciplina e asseio em que foi encontrado seu navio, visitado inesperadamente pelo ministro da Marinha.

Da «Dous de Julho» passou o seu pavilhão para bordo da «Carioca» em seis de julho, embora no commando dessa Divisão tivesse a nomeação de membro da commissão encarregada do exame do armamento da Marinha. Da «Carioca» passou a commandar a corveta «Sete de Abril» a «ex-D. Amelia» por aviso de 10 de setembro e desta para a fragata «Constituição» em 18 de outubro.

Nomeado para commandar a divisão naval estacionada no Rio da Prata por aviso de 17 de janeiro de 1845, passou da «Constituição» para a «Dous de Julho» em 1 de fevereiro e n'ella partio para Montevidéo cinco dias depois, em vista do que se passava no Paraguay, cujo dictador alliando-se ao general Paz, governador da provincia de Corrientes havia declarado guerra a Rosas dictador de Buenos Ayres. Chefe de Divisão graduado por Decreto de 14 de março de 1847 continuou no commando da divisão, em agitado periodo em que exigia do chefe muita circumspecção, intelligencia e acuidade para não deixar periclitar os nossos interesses baralhados por intrigas solertes de Rosas.

Promovido a Chefe de Divisão effectivo por Decreto de 14 de março de 1849, teve licença para vir ao Rio de Janeiro por aviso de 31 de outubro, vindo no brigue-escuna «Olinda» chegando a 18 de dezembro. No brigue «Capiberibe» regressou em 15 de janeiro de 1850.

A boa politica de mandar administrar a Provincia do Rio Grande do Sul por um homem alheado das luctas que por dez annos haviam ensanguentado aquella parte do nosso territorio, fez lembrar a pessoa do chefe de divisão Pedro Ferreira, o qual por carta imperial de 23 de setembro foi nomeado presidente, tendo ordem por aviso de 25 do mesmo mez para entregar o commando das forças navaes ao official mais antigo o que se effectuou em 26 de outubro.

Por decreto de 2 de dezembro foi nomeado Commendador da Ordem de S. Bento de Aviz.

Tendo rebentado a guerra entre o Brasil e o dictador de Buenos Ayres, foi resolvido entregar o governo da provincia do Rio Grande a um general e por essa razão foi por carta imperial de 15 de junho de 1851 dispensado da Presidencia: apresentou-se um mez depois ao Quartel General e no dia seguinte foi nomeado Capitão do Porto do Rio de Janeiro.

Por aviso de 7 de agosto continuou na commissão de exame.

São dignos de leitura estes officios.

De bordo da fragata «Dous de Julho» surta em Montevidéo ao então ministro da marinha o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, dirigio em 24 de setembro de 1848 o seguinte officio: «Pela Fragata Inglesa «In-constant», que partiu deste Porto para o d'essa Côte no dia 19 do corrente

mez, tive a honra de em meu officio n. 85 de 18 d'este mez participar a V. Ex.^a. as novidades d'este Paiz, fazendo algumas reflexoens, a respeito da força, de que pode dispor o Dictador de Buenos Ayres no caso de que o presente movimento de suas tropas se dirija a aggreirir o Paraguay, ou o Brasil. e ultimo o mencionado officio dizendo que seria mais explicito por portador seguro, o que agora passo a cumprir.

«Não sabendo eu se o meu officio reservado de 18 de agosto de 1846 existe na Secretaria de Estado, envio agora a V. Ex.^a. a copia inclusa do dito officio, afim de que V. Ex.^a. possa ficar ao facto de quaes eram as minhas ideias n'aquella epoca a respeito dos nossos interesses no Rio da Prata e do que eu julgava necessario que tratasse quanto antes o Governo de S. M. O Imperador, afim de se collocar na posição que lhe compete nos negocios destes Paizes: ou pelo menos para se achar habilitado a fazer conter-se ao Dictador de Buenos Ayres em seus projectos e vistas ambiciosas repellindo-o com vantagem, e ferindo-o de morte quando tentasse accommetter-nos, o que constantemente tenho repetido em meus officios até hoje: tendo o desgosto de não ter merecido consideração o que tenho ponderado, quanto ao prepararmos-nos convenientemente contra o futuro, que pelo lado do sul ameaça ao Imperio, a quem considero de dia em dia em mais difficil posição de se prevenir, porque os nossos inimigos por este lado têm tido uma marcha constante, e uniforme em sua politica, com a qual tem ganho terreno, poder e força: e nós, sempre vacillantes, temos perdido prestigio moral e força physica; porquanto — quando eu me enunciaiva conforme V. Ex.^a. verá do citado meu officio de agosto de 1846, Rosas se achava lutando com difficuldades do bloqueio Anglo-Francez, e á braços com a revolução de Corrientes: e ao seu alliado Oribe acontecia o mesmo com o partido Oriental seu inimigo, que lhe disputava o poder na campanha em alguns pontos, e em quasi toda a margem do Rio da Prata e Uruguay; e n'essa occasião o Governo Imperial tinha no Rio Grande um exercito regular, e o contingente do exercito rebelde amnistiado, que tinha vontade de servir, e marchar contra o inimigo commum; accrescendo que o partido que lutava contra Rosas e Oribe em Corrientes, no Estado Oriental implorava nossos auxilios e socorros: e o Paraguay pedia nossa alliança, agora porém todas estas vantagens se perderam, porque Rosas se acha desaffrontado dos bloqueios e dos seus inimigos internos, os quaes têm ido engrossar as fileiras do seu exercito; e o mesmo acontece a Oribe, a quem só falta tomar Montevideo, o que breve espera acontecer, sem ser necessario grande sacrificio, de fôrma que dentro de pouco tempo poderá Rosas dispôr de um exercito de mais de 13 mil homens em Corrientes, e de outro de mais de 15 mil homens no Estado Oriental para aggreirir o Paraguay ou o Brasil, conforme detalhadamente participei no meu officio n. 85: no entanto que nossas relações com o Paraguay tem afrouxado: o nosso Exercito no Rio Grande tem ido em diminuição e se acha reduzido conforme V. Ex.^a sabe, e he notorio, com especialidade pelas imprudentes discussões na Camara dos Deputados que aqui tem circulado e muito tem diminuido o nosso prestigio; o que tudo sabe aproveitar o Dictador para seus fins.

«Em vista do exposto julgo cumprir um dever em participar a V. Ex. que em virtude das noticias que tenho de Buenos Ayres e Entre-Rios, me parece, que cada vez se torna mais necessario, que se augmente o nosso Exercito no Rio Grande: que se arme a nossa esquadilha n'aquella Provincia, tanto a que tem de navegar nas Lagoas e Rios internos, como a do Uruguay: que se prepare a nossa Esquadra do Oceano com navios proprios e artilhados convenientemente para poder operar no Rio da Prata, conforme indiquei no meu citado officio de agosto de 1846: e que se estreitem nossas relações com o Paraguay, não consentindo por fôrma alguma que Rosas ali domine; porque, entendo, que assim o bem futuro do Imperio o exige.

«E como sobre este objecto ha pessoas influentes no nosso Paiz de opinião contraria, permitta-me V. Ex^a., que eu expendo as razõens em que me fundo para julgar, que o bem futuro do Imperio exige, que se sustente a independencia do Paraguay a todo o custo.

«Temos com a Republica do Uruguay questõens de limites, e muitas outras, que com difficuldade se poderão aplanar: e crescendo a indisposição e prevenção que hã nos povos d'esta Republica contra os do Rio Grande, tanto mais difficeis se tornarão; o mesmo acontece com o governo de Rosas, que além do grande numero de reclamaçoens e protestos pendentos, tem preparado uma nova questão de limites, que em tempo opportuno apparecerá; pois em uma conversação que teve com Arana em Buenos Ayres, quando ali estive, elle me disse que: o territorio das Missoens, que Madariaga, Governador de Corrientes tinha cedido no tratado que celebrou com o Paraguay, nunca pertencera a Corrientes, porque este territorio, com o das Missoens, que se denominam hoje do Brasil, formavam uma provincia independente, e pertencente a Confederação Argentina. Sobre este objecto tivemos uma pequena discussão, da qual elle ladeou, mas de que eu tomei nota, ficando persuadido de que Rosas, logo que pudesse, apparecerá com a exigencia d'este territorio como pertencente a Confederação.

«Tambem existe outra questão de limites com a Republica da Bolivia pelo lado de Matto Grosso, questão esta, de que devemos contar com a insistencia, por parte do Governo da Bolivia, pelo menos emquanto n'elle estiver o presidente Velasco, a quem Rosas teve o cuidado de auxiliar, para collocar-o na Presidencia d'aquella Republica, um segundo Oribe, seu dependente.

«Quanto ás aggressoens por parte da Bolivia na nossa fronteira de Matto Grosso pouco temos a receiar, apesar da pouca força que ali existe; porque os Bolivianos habitantes de um clima frio pela muita elevação do seu territorio logo que descem para os terrenos baixos e alagadiços da sua fronteira com o Brasil são atacados por febres e sezões, que os distrahem bem como aconteceo com a força que foi estabelecer a colonia militar que projectaram no territorio disputado, a qual foi obrigada a retroceder por ter ali chegado quasi nulla pelas enfermidades de que os soldados foram atacados; e o mesmo acontecerá as expedicoens de soldados Argentinos ou Orientaes que tentem aggreddir-nos por aquella fronteira: sendo os unicos proprios para tal fim os Paraguayos, por serem habitantes de clima e paiz semelhantes aos das nossas fronteiras por aquelle lado, e dos quaes se servirá Rosas quando tencione atacar-nos, se por ventura já dominar no Paraguay, quando isto tente; podendo tirar do norte d'aquella Republica excellentes soldados para ajudar os Bolivianos e operar sobre Matto Grosso, e do sul os soldados para engrossar o seu exercito sobre as nossas Missoens do Rio Grande, cujas fronteiras se acharão sempre expostas não tendo o Paraguay como seu alliado. Além das razoens expendidas accresce, que o poder de Rosas em seus exercitos, logo que possa dispôr das forças que domina Oribe, será tal que para lhe resistirmos no Rio Grande serão necessarios sacrificios em todo o Imperio para a remessa de tropas para aquella Provincia: o que se excusará em grande parte tendo o Paraguay como nosso alliado, porque então teremos coberta toda a nossa fronteira desde as Missoens até Matto Grosso, e o auxilio das tropas do Paraguay, as quaes disciplinadas convenientemente por officiaes nossos serão excellentes para a guerra por estarem, acostumados por educação a ser obedientes e afeitos aos habitos da campanha n'estes paizes.

«Pelas razoens expostas e por muitas outras que deixo de mencionar, para não ser mais extenso, he, que me parece ser materia transcendente para o Imperio a sustentação da Independencia do Paraguay.

«Releve V. Ex.^a que eu pondere que a nossa esquadra inteiramente desfalcada de navios de vela e a vapor proprios para operar convenientemente no Rio da Prata conforme indiquei no meu officio de 18 de agosto de 1846 de que envio copia, pois são precisos embarcaçoens de força, boa marcha e que sejam de calado de 12 pés para menos, e n'este caso só considero a «União», «Berenice» e «Capeberibe», navios estes que devem ser poupados, não os tendo estacionados nas Províncias do Norte, onde com rapidez se damnificam pelas chuvas e excessivo calor que recose as madeiras e as faz apodrecer conforme temos immensos na Provincia do Pará, e por isso me parece urgente cuidar quanto antes em haver embarcaçoens com as qualidades indicadas.

«Devo tambem ponderar que quasi a totalidade dos nossos Navios de Guerra se acham mal artilhados, não só porque temos falta de artilharia moderna, como tambem porque os seus reparos são de má construcção e as peças não são preparadas com linhas de mira e regoas de pontarias, conforme usam todas as Marinhas.

«Sobre este objecto tenho sido incansavel em representar, mas sem fructo porque continua a pratica antiga nos nossos Arsenaes; e por isso peço a V. Ex. que tomando em consideração este importante objecto, se façam encomendas para a Europa de artilharia moderna, e nos nossos Arsenaes se tomem as providencias necessarias sobre o que eu tenho representado á respeito da collocação da artilharia, seus reparos e a vestimenta das peças; com especialidade nos objectos por mim indicados em os meus officios dirigidos ao Quartel General da Marinha n. 21 de 21 de fevereiro de 1847 n. 22, de 26 do mesmo: n. 74 de 19 de agosto do mesmo anno n. 109 de 4 de novembro do dito anno e n. 20 de 19 de Fevereiro de 1848. Digo que não tenho tirado fructo do meu trabalho a este respeito, porque a Corveta «D. Francisca» que veio ultimamente dessa Côte, tem em sua Artilharia todos os defeitos contra os quaes tenho representado.

«Ultimarei este meu officio pedindo a V. Ex.^a me releve, se porventura tiver sahido em algum ponto dos limites em que me deva conservar, expendendo minha opinião sobre materias que me não competem o que V. Ex.^a deve attribuir aos bons desejos que tenho de bem servir e ajudar ao Governo de S. M. O Imperador em tudo o que estiver ao meu alcance; e tambem a convicção em que estou de que na qualidade de sentinella avançada na parte mais vulneravel do Imperio, com o que muito me honra o Governo de S. Magestade, devo expender com toda a franqueza tudo quanto pense a bem dos interesses do mesmo Imperio, sem que isto possa ter influencia a fiel execução das Ordens, que me forem enviadas, porque neste caso cumprirei com o meu primeiro dever militar, que hé a obediencia.

«Julgo conveniente prevenir a V. Ex.^a de que hé muito necessario toda a reserva sobre as materias que relato n'este meu officio, e n'aquelle de que envio copia, pois Rosas, não sei por que fatalidade sempre obtem o saber os segredos dos outros Governos: e por isso bem será que estes meus officios se conservem sempre archivados e com toda a cautella, pois muito convém ao bem do serviço que, emquanto eu estiver aqui, se conservem as boas relações, em que estou com Rosas e Oribe, e que elies não saibam as minhas opinioens a seu respeito.

«Na Divisão de meu commando não occorre novidade alguma: a corveta «D. Francisca» acha-se em Buenos Ayres, d'onde deve regressar brevemente. Deos Guarde a V. Ex.^a. Bordo do C. «Dous de Julho», em Montevideo, 24 de Setembro de 1848.

No commando de nossa divisão naval no Rio da Prata, estava o chefe de esquadra Ferrelra de Oliveira e na pasta da Marinha desde 23 de julho de 1849 o conselheiro Manoel Vieira Tosta.

Este ministro em confidencial de 21 de agosto de 1850 dirigida aquelle chefe, pedio-lhe que com franqueza expendesse suas idéas sobre as intenções hostis contra nós por parte de Rosas. Dizia o ministro que conhecia que provavelmente não teremos outro remedio senão defendermo-nos dos nossos injustos adversarios, e que lhes dá o titulo de injustos porque os motivos que allegam para um rompimento são assás debeis e não os poderiam produzir se na verdade não houvesse da parte de Rosas posterior intenção de aggre-dir-nos sob qualquer pretexto: e que nestes termos convinha estudar os meios de defesa maritima, etc.

Convencido estava o chefe Ferreira de Oliveira das intenções de Rosas: desde seis annos atraz que em correspondencia official e particular chamava a attenção dos antecessores do então ministro e sobre o assumpto pedia para expôr algumas observações sobre uma proposição que julgava essencial ser discutida e resolvida definitivamente antes de tudo pelo nosso governo a qual era — convencido como parece estar o governo imperial de que Rosas tem intenções hostis contra o Imperio, as quaes convem frustar quanto antes, o que será mais conveniente a adoptar se o prepararmo-nos unicamente para a defensiva esperando o rompimento por parte de Rosas ou do seu alliado Oribe, se o tomarmos a iniciativa no rompimento, levando a guerra ao seu paiz até obter-se a justiça a que temos direito.

Dizia: «O primeiro período da citada carta de V. Ex. indica que por ora o pensamento do Governo é o prepararmo-nos simplesmente para a defensiva, esperando pelo rompimento por parte de Rosas ou de Oribe; mas os outros periodos revelam vistas mais vastas: o que me faz crer, que ainda não está resolvida definitivamente esta questão, que julgo essencial, é a base de quaesquer projectos; porque a ella serão subordinados os planos de guerra maritima e terrestre, e por isso passo a expender a minha opinião a este respeito.

«Se o rompimento da guerra fôr de nossa parte, tendo-se antes entendido o Governo de S. M. O Imperador com o de Montevideó, e com o do Paraguay para evitar o cahir a praça de Montevideó em poder de Oribe, e que Rosas possa dominar no Paraguay por meio de conquista, ou de algum tratado que o habilite a dirigir a politica do Governo d'aquelle paiz nas suas relações exteriores, n'este caso affirmo que toda a vantagem estará de nossa parte; o triumpho será infallivel e tambem a força e sacrificios de vidas e dinheiro que será preciso para conseguil-o serão tanto menores como quanto mais breve apparecer o rompimento por nossa parte: e que assim não acontecerá se nos limitar-mos a preparar-nos para a guerra esperando pelo rompimento por parte de Rosas ou de Oribe, porque n'este caso as vantagens estarão de sua parte: e assim affirmo pelas razões seguintes:

Na primeira hypothese teremos o Governo de Montevideó e todos os elementos de força, de que dispõe a nosso favor com o seu porto unico de regular abrigo no Rio da Prata para centro das operaçoens da guerra maritima, com os tres mil homens que defendem a Praça, cujo numero augmentará logo que nos declaremos em seu favor, os quaes servirão para auxiliar ás operações do nosso exercito na campanha, e ás maritimas nas margens dos Rios da Prata e Uruguay: e igualmente o importante de Martin Garcia, onde ainda domina o Governo de Montevideó; o que collocará a Oribe na alternativa de, ou sustentar o sitio de Montevideo, ou levantá-lo. No primeiro caso será forçado a ter no Cerrito pelo menos cinco mil homens e consequentemente a ter de menos esta consideravel força na campanha para resistir aos primeiros golpes das operações do nosso exercito.

Em caso de levantar-se o sitio será obrigado a distribuir a maior parte d'esta força em guarnições dos portos da margem do Uruguay desde a Colonia até o Salto para conservar francas as communicações com Buenos Ayres e Entre Rios, e para ter a retaguarda segura no caso de se ver forçado a retirar-se, o que lhe será difficil executar-se ao mesmo tempo se cuidar em perseguil-o com actividade pelos flancos se com a nossa força maritima em commum com as forças de Montevideo pela retaguarda nas margens do Uruguay; sendo no mesmo tempo infallivel, que do momento em que Oribe levante o sitio principie desde logo a soffrer o mal da diminuição da força moral e fisica no seu partido, e o do augmento da do seu contrario e nosso alliado, que com vantagem o hostilizará continuamente pela retaguarda e pelos flancos das margens dos rios da Prata e Uruguay com a protecção da nossa esquadra, tendo pela frente o nosso exercito e parte d'elle pelo flanco nas margens do Uruguay desde á nossa fronteira até o Salto, operando em commum com os Paraguayos, que devem ao mesmo tempo ter occupado o Hormigueiro e invadido Carrientes, devendo tambem a esquadilha da Uruguayana proteger as operações dos dous exercitos.

Porém se esperarmos pelo rompimento de Rosas ou de Oribe todas estas vantagens desapparecerão, porque elles não romperão contra o Imperio sem primeiro estar de posse de Montevideo: e n'este caso em lugar de termos o unico porto do Rio da Prata proprio para centro das operações da guerra maritima teremos ao contrario a este porto como inimigo, d'onde se espreitará a occasião opportuna para hostilizar por mar e por terra; e que por isso necessario será bloqueal-o, ou tomal-o á força d'armas e guarnecel-o com forças de que carecemos na campanha; accrescendo o grande mal de que os trez mil homens que hoje existem em Montevideo, que na primeira hypothese seriam nossos alliados, irão engrossar as fileiras do exercito de Oribe; e unidos aos cinco mil que sitiaram antes a Montevideo ficará Oribe com mais estes oito mil homens disponiveis para fazer frente ao nosso exercito na campanha; os quaes, dada a primeira hypothese, não teria.

Todos os raciocinios que acabo de fazer a respeito das conveniencias de sustentarmos Montevideo para o que he necessario não nos limitarmos sómente a preparar-nos para a defensiva, porque n'este caso cahirá Montevideo em poder de Oribe que com este successo adquirirá immensa força e o seu alliado Rosas para nos aggreddir quando lhes convenha, são applicaveis em quasi tudo a respeito do Paraguay; porquanto tambem estou persuadido de que Rosas não nos aggreddirá sem primeiro dominar n'aquelle Paiz por meio das armas, ou de algum tratado, que o ponha senhor da direcção da politica do Paiz, pelo menos nas suas relações exteriores; e supposto que a alliança do Paraguay no caso de guerra não seja de tanta importancia para o Imperio como a de Montevideo a bem das operações maritimas, he sem duvida de muito maior importancia nas terrestres: porque com esta alliança ficaremos com as nossas fronteiras das provincias do Rio Grande, S. Paulo e Matto Grosso cobertas e defendidas por um alliado, e por ali nada teremos a recelar; obtendo o grande auxilio de mais dez mil homens do exercito do Paraguay, conforme se tiver combinado nos planos de campanha e tratados com aquelle Governo para nos coadjuvar na campanha Oriental, ou operando sobre Corrientes sublevando esta provincia contra o Dictador, e assim inutilizando as forças de Urquiza e as da Confederação no caso de que Urquiza tome o partido de Rosas, e queira passar o Uruguay em soccorro de Oribe, de que ficará impossibilitado sendo aggreddido pelos Paraguayos e Corrientinos do partido contrario pelo flanco de Corrientes e pela nossa esquadilha nas margens do Uruguay.

Se porém esperarmos pelo rompimento por parte de Rosas, com isto não terá lugar sem que, conforme já disse, Rosas domine no Paraguay, he evidente que então todas estas vantagens desapparecerão, e os elementos de

força, que na primeira hypothese são a nosso favor, se converterão em elementos de força do inimigo; aggregando-se a circumstancia de que todas as nossas fronteiras vulneraveis e fracas das provincias já mencionadas estarão sempre em xeque tendo ao Paraguay por inimigo, sem ser possível guardal-as e defendel-as como convém.

Na primeira hypothese o theatro da guerra será em paiz estrangeiro; na segunda no nosso; e por consequencia os prejuizos e destruição das propriedades na campanha pelos dous exercitos belligerantes; na primeira serão estrangeiros, na segunda serão Nacionaes. Na primeira hypothese atacaremos o inimigo pelos seus pontos mais fracos, e por onde melhor nos convenha: ignorará qual o nosso plano, e em vista dos golpes e revezes que for soffrendo he que poderá, se tiver tempo para isso, organizar a sua defeza. Na segunda hypothese esta desvantagem estará da nossa parte. Emfim muitas outras considerações eu poderia aggregar em face da minha asserção, o que julgo desnecessario por me parecer ter demonstrado convenientemente que, se tomarmos a iniciativa no caso de guerra, evitando que Montevideo caia em poder de Oribe e o Paraguay no de Rosas, todas as vantagens estão de nossa parte; e por consequencia o triumpho será nosso. E no caso contrario será duvidoso; accrescendo ser necessario mais força, dinheiro e sacrificios de propriedades nacionaes para sustentar a guerra: e isto em uma proporção tão extraordinariamente maior, que não me animo a designar a relação.

Passarei a dar as informações que V. Ex^a. exige em sua carta.

Junto achará V. Ex^a. uma discripção minuciosa (n. 1) de todas as forças, que Rosas tem em toda a provincia de Buenos Ayres com as observações de seu autor, que he pessoa de Buenos Ayres inimiga de Rosas, e que tem tido sempre meios de saber segredos reservados do seu Gabinete, alguns dos quaes chegam ao meu conhecimento por intermedio de outra pessoa residente em Montevideo, sem eu figurar em tal assumpto.

Na descripção (n. 2) achará V. Ex^a. o mappa de toda a força argentina e Oriental existente no Estado Oriental debaixo do mando de Oribe, com as observações do seu autor que he pessoa entendida na materia, e que está muito ao facto da campanha da Republica do Uruguay. negocios e circumstancias em que se acha Oribe e o Governo de Montevideo. E tanto na exposição n. 1, como na de n. 2 ha esclarecimentos uteis e idéas muito aproveitaveis e concordes na maior parte com as minhas desde muito tempo. Todavia eu espero ainda mais esclarecimentos sobre as forças que Rosas pode dispôr nas outras provincias que se acham quasi desertas, das quaes poderá ainda haver mais dous mil homens, segundo o seu costumado systema de não exceptuar alguém quando se trata de marchar para a guerra: de fórma que calculando com a necessaria segurança, e suppondo que os pontos que elle precisa guarnecer no caso de guerra com o Brasil ficam em perfeito estado de fraqueza, só poderá pôr em campanha, reunindo todas as suas forças de milícias e tropa de linha, dezoito á vinte mil homens no caso de o deixarmos reunir todos os elementos de que pode dispôr depois de desembaraçado da intervenção Franceza; mas se o aggredirmos de improviso no Estado Oriental e formos felizes nas primeiras operações contra o seu alliado Oribe, e si se tiver tratado e combinado com os Paraguaioes para ao mesmo tempo invadirem Corrientes, promovendo-se a sublevação n'esta provincia contra Rosas, por ser onde existe o principal germen de odiosidade contra o seu jugo de ferro, contendo-se por esta fórma as forças de Urquiza e Virasoro n'aquelle territorio sem poder passar o Uruguay em auxilio de Oribe; e n'estas circumstancias creio, que jamais poderá Rosas reunir forças operando contra os Paraguaioes de mais de sete mil homens, e outros sete mil no Estado Oriental contra o nosso exercito; devendo-se ter em vista que

n'este caso as forças actuaes de Oribe no Estado Oriental diminuirão diariamente, e sua posição todos os dias se tornará mais crítica e difficil: e o mesmo acontecerá ás de Virasoro em Corrientes, porque ambos estes caudilhos terão em frente, além das forças estrangeiras que as guerreiam, as dos nacionaes imigradas, que servirão de incentivo a deserção dos descontentes que existem nas suas fileiras, e que por necessidade soffrem o jugo que os desastres e as circumstancias os obrigam a supportar, por não terem apoio exterior e o partido nacional seu inimigo todos os dias se robustecerá.

No caso de guerra se deve logo cuidar em capturar ou destruir completamente a esquadilha de Buenos Ayres; pôr em segurança Martim Garcia: bloquear os portos de Maldonado, Buceu, Colonia e toda a Costa Oriental desde Castilhos até a embocadura do Uruguay para cortar todos os recursos que Oribe pode receber do exterior por este lado, o que o obrigará immediatamente a levantar o sitio e a concentrar-se no Durasno ou passar o rio de Santa Lucia e retirar-se sobre S. José e immedições da Colonia, approximan-lo-se ás margens do rio Negro e conservando cobertas as margens do Uruguay fronteiras a Entre-Rios; o que creio ter em vista o dito Oribe no caso de algum rompimento por nossa parte antes da epoca que lhe convem, porquanto consta-me que já tem mandado para S. José bastante trem e munições de guerra, fazendo d'aquelle ponto um dos depositos bellicos de seu exercito, e outro no Durasno; o que indica contar com o não ser possivel sustentar-se ao Cerrito.

Para se tomar a esquadilha de Buenos Ayres, que consta por ora das mesmas embarcações de que dei parte a V. Ex^a. no meu officio n. 12 de 5 de Julho ultimo, e mais de duas canhoneiras, que me consta, se estão armando em Corrientes, no Rio Paraná, cada uma de dous rodizios com fechos fulminantes, não se pode determinar exactamente a maneira de o praticar, porque isto depende da posição em que ella se ache; sobre cuja base deve o Chefe do Rio da Prata organizar o seu plano de surpresa, para o que pode adquirir força de gente propria para a abordagem na Legião Italiana de Montevideo, se precisar deste auxilio, e se por ventura n'essa epoca forem, como creio serão, nossos alliados os de Montevideo: o que antevisto por mim, tenho tratado de aplainar o caminho, applicando meios indirectos para que alguns dos nossos Commandantes e Officiaes se relacionassem com o Commandante da dita Legião e alguns de seus officiaes, o que já se tem conseguido, sem que por ora uns e outros saibam, que isto he promovido por mim, e quaes as minhas vistas futuras: e devo desde já declarar a V. Ex^a. que já não estou da mesma opinião sobre a maneira de tomar a esquadilha de Buenos Ayres conforme emitti na 3^a hypothese do meu officio n. 91 de 28 de dezembro de 1849 que tive a honra de entregar pessoalmente a V. Ex^a quando estive n'essa Corte ultimamente, sendo o principal motivo porque mudo de opinião depois de pensar muito sobre esta materia, o continuar a pratica de quando saem as nossas embarcações de guerra desse porto ser em um estado tão desgraçado no que respeita á qualidade e numero de suas guarnições, sua disciplina, armamento e preparos bellicos, que não he possivel contar com bom resultado em qualquer conflicto ou empresa senão trez mezes depois de aqui chegarem, e o Chefe ter remediado taes faltas; e d'isto me convenci pela maneira por que aqui chegaram o vapor «Golpinho» e a corveta «Euterpe», inuteis completamente para entrar em operações; e hoje trata-se de apromptar estes navios com a maior brevidade n'este porto; contudo isto não deve admirar a V. Ex^a. porque em maior ou menor escala o mesmo acontece em todas as Marinhas do Mundo; e mesmo na Inglaterra onde o seu almirantado só julga que qualquer navio está em perfeito armamento e disciplina fóra do porto em que armou; e minha queixa a este respeito só se limita aquellas faltas para que não ha desculpa.

Se quando apparecer o rompimento da guerra estiver em poder de Oribe a praça de Montevideo, e consequentemente no de Rosas a Ilha de Martim Garcia, o que considero como uma fatalidade, refiro-me ao que disse no citado meu officio de 28 de Dezembro de 1849, quanto á força e modo de a tomar, depende da maneira por que está já fortificada e defendida, e só com conhecimento d'estas circumstancias he que se pode designar a força necessaria.

Se porém os de Montevideo forem nossos aliados, conforme conto, n'este caso pode a Ilha continuar a ser guarnecida pelas forças de Montevideo, e as despesas da guarnição por sua conta, existindo ali a nossa força maritima conforme indiquei no dito officio commandada por hum official habil, para assim d'aquelle ponto se dominar as operações e empresas maritimas no Uruguay e Paraná, e sobre este objecto espero que V. Ex.^a tenha em muita consideração as reflexoens que fiz no mesmo officio e em outros sobre a importancia deste porto, de cuja utilidade cada vez mais me convenço; e por isso como muita gente ignora, que os de Montevideo foram quem tomaram a Ilha, e que della se acham de posse ainda hoje, o que muito de proposito Rosas cuida em faser crer o contrario no exterior, promovi indirectamente a apparição do artigo do «Commercio del Plata», de 11 do corrente que incluso envio, em que se acha bem explicada esta questão, da qual muito convem que esteja ao facto o Governo de S. M. O Imperador.

No Paraná a fortificação mais forte que consta existir, he a do—Obligado — mas esta hoje acha-se quasi desarmada, conforme se diz nas observações das notas juntas ns. 1 e 2, que combinam com as noticias que tenho por outros conductos, e tambem existe outra bateria de pouca importancia no Rosario ou em S. Nicolas, e outra em S. Lourenço; esta ultima era de mais importancia pela sua posição elevada sobre a barranca do rio, por assim ficar sobranceira ás embarcações: quem tem de passar junto a ella recebendo o fogo de sua artilharia sem lhe poder retribuir; foi este o ponto em que os Interventores tiveram a maior difficuldade de fazer passar o comboi quando desceram o Paraguay, e o acharam fortificado; e apesar de sua excellente posição só occasionou no comboi a perda de uma embarcação mercante de grande porte, que por se querer desviar do fogo, encalhou e foi preciso incendial-a constando o comboi de mais de cem embarcações mercantes comboiadas por dous vapores inglezes, um francez e mais tres embarcações de guerra á vela; porém não sei por que razão mandou Rosas, ha pouco tempo, desfazer esta bateria, e passar as peças para S. Nicolas, conforme me consta por varios conductos, e como n'estas materias, necessario he antes de tentar as empresas ter informaçoens exactas, mandei um proprio ao Paraná para examinar estes e outros assumptos, de que he preciso ter a certesa, e outro ao Uruguay, os quaes não podem regressar antes de 50 dias: e no mez passado engagei dous Praticos que serviram na esquadra Franceza, tendo um delles assistido ao combate do Obligado e levado o vapor Francez «Fulton» ao porto de Assumpcion no Paraguay, vapor este que demanda 15 pés d'agua e o outro brasileiro, filho de Santa Catharina, assistiu aos combates do Uruguay, gozando ambos o credito de ser: o primeiro o melhor Practico de Colonia até o Assú, e d'ahi para cima no Paraná até o Paraguay: e o segundo desde a Colonia até a embocadura do Uruguay e d'ahi para cima de todo este rio, onde navegou o vapor inglez «Gorgon», até Mercedes, calando 15 1/2 pés: estes dous praticos como se acham muito compromettidos com Rosas e Oribe, pois o primeiro foi condecorado com a medalha da Legião de Honra pelo Governo Francez, achavam-se desempregados em Montevideo, e por isso se sugeitaram a servir por meio soldo enquanto não fosse preciso o seu serviço n'aquelles rios: mandei-lhes abrir praça com este vencimento a bordo do Brigue «Capiberibe» a um e do «Eolo» a outro.

Junto remetto o mappa dos navios de guerra interventores no combate dos Obligado e a descripção do combate, que de muito auxilio pode servir a qualquer plano.

Creio, que tendo-se Martim Garcia com segurança a nosso favor pela fôrma que já indiquei, no caso de ser necessario subir o Paraná, para capturar a esquadilha de Buenos Ayres, ou subir o Rio até o Paraguay, será bastante a Corveta «União» e «Berenice» á reboque dos vapores «D. Pedro 2.^o» e «Recife» ou outros de igual força e o patacho «Thereza» á reboque de outro vapor de menor força, pois que esta força vencerá todos os obstaculos e dominará o rio até o Paraguay em qualquer ponto que se sabe, excepto se o Dictador se lembrar de formar alguma fortificação como praticou no Obligado, encadeando embarcaçoens umas ás outras para impedir a passagem: porque n'este caso será necessario mais força conforme o demonstra a descripção do quanto renhido foi o combate com os Interventores, tendo estes muito maiores forças do que aquellas que indico; lembro porém que em todo o caso devem os navios mencionados ser artilhados com canhoens mais fortes e de maior alcance do que aquelles que presentemente têm; porque a mandidão das aguas em que têm de navegar admite o poder carregar-se os navios de guerra com maior peso de artilharia e a commissão em que vão ser empregados assim o exige; por que terão de se bater contra baterias ou contra a esquadra de Buenos Ayres que usa em geral de peças de grande alcance.

Estou a espera de informações mais minuciosas e interessantes dos portos Argentinos da costa do Sul, que necessariamente deverão ser bloqueados, pois que as que envio na descripção n. 1 são mais terrestres do que maritimas; e nem me he possivel descrever n'esta carta tudo quanto sei a este respeito; e por isso limitar-me-hei a informar a V. Ex.^a de que no caso de guerra o bloqueio sobre Buenos Ayres, entendo que se deve proceder como indiquei no meu já citado officio de 28 de dezembro de 1849, cuidando-se em primeiro lugar e desde logo em capturar ou destruir a esquadilha de Buenos Ayres, ou quaesquer outros navios de guerra que tencionem armar: guardar e defender Martim Garcia, e ali estabelecer o bloqueio, cortando o commercio de Buenos Ayres com o Paraná e Uruguay: e bloquear além do porto de Buenos Ayres os portos de Ensenada e Salado, Bahia Blanca e Rio Negro na Patagonia; quanto a este ultimo porto na exposição n. 1 do meu correspondente de Buenos Ayres achará V. Ex.^a os esclarecimentos sobre o seu estado de defesa; e quanto as suas localidades devem bem poder informar a V. Ex.^a os capitães de Mar e Guerra Joaquim Marques Lisboa e Joaquim José Ignacio, que ali estiveram prisioneiros e se evadiram em um navio mercante com outros seus companheiros de revez da nossa expedição; consta-me porem que hoje he de muita importancia o porto de Bahia Blanca, não só pela riqueza dos proprietarios de estancias que tem ultimamente affluido para as suas immediaçoens pela bondade do terreno e maior proximidade de Buenos Ayres, como pela melhoria e facilidade de sua entrada, porto e ancoradouro descobertos pelo ultimo explorador Inglez que levantou um plano destes ancoradouros, e do qual tenho copia e tambem a poderá ter o meu successor no Commando da Divisão, porque tambem as tem o 1.^o Tenente Antonio Joaquim Curvello, meu Ajudante d'Ordens e Secretario e o 2.^o Tenente Clementino Placido de Miranda Machado e muitos outros novos planos de differentes pontos destes rios de que geralmente não se tem ainda conhecimentos por se não ter dado a publico e por isso encontrará o meu successor n'estes dous benemeritos officiaes bons esclarecimentos a este respeito; accrescendo que conhecem bem a localidade de Martim Garcia, porque levei-os em minha companhia quando ali fui no Patacho «Argos» e andavam commigo em terra examinando a sua localidade: creio pois que no

caso de guerra se deve cuidar e prestar maior attenção no bloqueio de Bahia Blanca do que no da Patagonia, e igual attenção ou maior deve merecer o porto do Salado, que muito descuidado foi na guerra passada, e por isso foi onde se abrigaram o maior numero de presas.

Os dous Praticos effectivos da Divisão são Brasileiros e excellentes praticos do Rio da Prata com conhecimento dos portos nas Costas do Norte e Sul das duas margens, excepto do porto da Patagonia, que tem praticos especiaes. O primeiro tem a experiencia adquirida no serviço da nossa guerra passada: e o segundo na dos dous bloqueios francezes.

D'estes praticos poderá o meu successor colher esclarecimentos convenientes sobre as localidades e navegação dos portos das duas margens dos rios que precise bloquear: e dos outros dous que ultimamente engagei, os que lhe forem necessarios da Colonia e Buenos Ayres até as embocaduras dos rios Paraná e Uruguay, e do interior do primeiro até o porto de Assumpcion: e no segundo desde a sua embocadura até Uruguayana no Rio Grande.

Hum destes dous ultimos Praticos he natural de Santa Fé e he considerado como criminoso em Buenos Ayres; e se calir em poder de Rosas ou de Oribe conta com a morte por causa dos serviços que prestou aos Francezes pelos quaes tem a medalha da Legião de Honra.

Quanto a força e numero de navios necessarios para sustentar a guerra e os bloqueios de que tenho tratado, refiro-me em tudo ao que indiquei a V. Ex^a. no meu já citado officio de 28 de Dezembro de 1849 a saber: uma fragata como a «Paraguassú» para Navio Chefe, devendo-se trocar a artilharia, que presentemente tem, por outra de maior calibre: 4 corvetas, 6 brigues que caleem menos de 12 pés d'agoa, 12 escunas, patachos ou canhoneiras que caleem de 6 a 9 pés d'agoa, 2 vapores de força de 200 cavallos até 300 que não caleem mais de 12 pés d'agoa, 2 ditos de força de 130 a 180 cavallos calando menos de 9 pés d'agoa, para poderem entrar na barra do Rio Grande, e 3 ditos de força de 60 a 100 cavallos que caleem menos de 7 pés d'agoa para operar no rio da Prata, da Colonia para cima, e no Uruguay até o Salto e dentro do porto de Buenos Ayres.

Todos estes Vapores devem ser artilhados como usam os Ingлезes com especialidade a respeito dos reparos dos rodizios, em que os peões não são fixos e sim volantes e de cavião para se poder fazer pontarias obliquas em todas as direcções, do que se tem modellos no porto dessa Côte; e deve-se ter muita attenção na disposição da sua mastreação, afim de que se obtenha a maior velocidade andando á vela, de que se devem servir nas commissões em que andarem empregadas com especialidade nos cruzeiros, não servindo a machina senão para as caças ou em outras occasiões em que seja urgente o seu serviço para assim se evitar o grande desperdicio de carvão; e por este mesmo motivo devem ser preparadas as rodas de modo que com facilidade se possa tirar as pás inferiores ou moverem-se por si mesmas com a velocidade do navio, sem fazer resistencia ás agoas, quando andarem á vela.

He exacto o que disseram a V. Ex^a. sobre o não serem os cavallos de Entre Rios e Corrientes e mais provincias Argentinas, proprios para operar na nossa companhia no Rio Grande e na Republica do Uruguay por estranharem os pastos, e ficarem estragados os cascos em duas ou tres marchas successivas em consequencia da qualidade do terreno pedregoso; porém isto não acontece em todo o nosso territorio, nem tambem em todo o Estado Oriental, confor^{te} a V. Ex^a. verá nas observaçoens do mappa n. 2; e tambem estou informado de que os ditos cavallos depois de passar uma invernada n'estes territorios se acostumam aos pastos e a caminhar no terreno sem soffrerem como antes dos cascos.

Hum dos objectos sobre que chamo a attenção de V. Ex^a. he sobre o fornecimento de mantimentos e sobrecellentes para os Navios da Divisão, pois que não he possivel no caso de guerra continuar o mesmo systema seguido até hoje de chegarem a estar os Navios sem uma vara de lona para concertar o panno, e uma braça de cabo para reparar o apparelho e ás vezes sem mantimentos para mais de tres dias, e isto porque não se satisfaz aos pedidos dos sobresalentes; e quando se satisfaz he já em circumstancias que quando elles chegam a este porto são immediatamente consumidos, porque as necessidades assim o exigem, e ficam outra vez desprovidos de objectos que he indispensavel ter em reserva a bordo; porque deve-se ter em vista que qualquer navio de guerra deve ter a seu bordo tudo que possa ser-lhe necessario para remediar as suas avarias de um combate, de fórma que possa de novo entrar em outro com o mesmo inimigo, porque convenha perseguil-o, ou finalmente porque não convem desamparar o ponto que se acha guardando, o qual se verá forçado a abandonar se não tiver cabos, lonas, pregos etc. para reparar as suas avarias: o que egualmente se deve ter em consideração á respeito das avarias occasionadas pelos incidentes de navegação e dos temporaes.

Tenho constantemente representado que a nossa tabella de sobrecellentes não deve regular para os navios do Rio da Prata, porque esta foi organisada sobre a base de tempo de paz, tendo os navios de guerra o auxilio de serem feitos os seus concertos e muitos fornecimentos pelos nossos Arsenaes, e serem as suas commissoes de pouca duração fóra dos portos em que não ha Arsenaes onde se reparem; e que os sobrecellentes de bordo só se calcularam para as eventualidades da viagem: o que não acontece na Divisão do Rio da Prata, onde todos os reparos são feitos com os sobrecellentes de bordo, e com os seus operarios: mas nem mesmo as quantidades marcadas na tabella tenho conseguido que sejam fornecidas; o que não pôde continuar da mesma fórma e causará grandes embarços ao meu successor, se por ventura apparecer um rompimento; e o mesmo succede com os mantimentos, bem como na occasião presente em que tenho de deixar nas instrucções a Parker que tenha promptas trez embarçações da Divisão com mantimentos para cruzar ao longo da Costa até o Rio Grande ou Santa Catharina, a levar aviso a essa Corte no caso de se verificar uma denuncia que tenho, de que talvez algumas das embarçações da esquadra de Buenos Ayres antes do rompimento se dirijam ao corso sobre a nossa costa; para o que será necessario comprar mantimentos se não chegar dentro de quatro dias o Brigue «Oriente»; pois que os navios da Divisão já têm falta de alguns artigos de munições de boca; e as embarçações que se destinarem aos cruzeiros devem ir fornecidas com mantimentos e sobrecellentes pelo menos para quarenta dias.

Tenho n'esta minha longa carta dirigido a V. Ex^a. as informações exigidas em sua carta de 21 de agosto, e em o Aviso reservado de 14 de Setembro de 1850, e exposto as minhas opinioens com franqueza como Chefe de Divisão do Rio da Prata no momento de deixar este Commando: veremos se na qualidade de Presidente do Rio Grande terei as mesmas opinioens, visto que muita influencia tem a posição em que nos achamos collocados para encarar e ajuizar de taes materias; podendo unicamente afiançar a V. Ex^a. que o meu zelo em bem servir, e empregar todos os esforços ao meu alcance no cumprimento de meus deveres ao serviço de S. Magestade O Imperador será sempre constante De V. Ex^a. Sub. amig. o att^o. Ven^o. cr^o., *Pedro Ferreira de Oliveira*, Cheffe de Divisão, Commandante em Cheffe. Montevideo 23 de Outubro de 1850.

N. B. — Esquecia-me de dizer a V. Ex^a. que as informações que tenho podido obter relativamente a força e meios pecuniarios que tem a sua disposição o Governo de Montevideo para sustentar a praça, no caso de ser

approvado o tratado de Lepredour e consequentemente retirada a intervenção Franceza, combinão com pouca differença com as dadas nas observações do mappa n. 2, cumprindo-me unicamente ponderar que hé preciso tratar desde já secretamente com o dito Governo sobre o subsidio com que deve contar, afim de que esteja habilitado para não acceitar o tratado Lepredour no caso de ser approvado pelo Governo Francez, sendo provavel que n'estas circumstancias seja retirado o subsidio Francez, e por isso tambem me parece necessario dar instrucções ao nosso Diplomata em Montevidéo e ao Commandante da Divisão sobre qual deve ser sua conducta n'este cazo e qual a protecção que devem dar ao Governo de Montevidéo quando isto aconteça, pois que se não estiver previsto este cazo antes da chegada da resolução do Governo Francez, e acontecer a sua resolução a favor do dito tratado, corre muito risco a cahir a praça em poder de Oribe antes de o Governo de S. Magestade o Imperador poder providenciar a este respeito. Cumpre-me tambem lembrar que no cazo de se estabelecer na Convenção subsidio para o Governo de Montevidéo se deve declarar que a quantia diminuirá na proporção em que augmente as rendas do dito Governo, porque do contrario tudo consumirá, bem como tem acontecido até o presente, em que vive da mesma forma em que vivia quando tinha rendas quintuplicadas.

Cumpre-me pedir desculpa a V. Ex^a. de esta carta não ter sido feita toda por minha letra como me cumpria, e tantas as materias de que trata, e o ser dirigida a V. Ex^a., porém depois de feita a minuta os muitos affazeres em vespuras de partida, junto a hum incommodo de molestia n'estes ultimos dous dias, me fizeram reconhecer a impossibilidade de a copiar por minha letra antes da partida do Paquete, e por isso foi feito este trabalho pelo meu Secretario e Ajudante d'Ordens o 1^o Tenente Antonio Joaquim Curvelo d'Avila, que em virtude da confiança que n'elle deposito, e do emprego que exerce se acha de posse de grande parte do segredo das materias que contem a dita carta, e tambem aproveito esta occasião para recomendar este official a V. Ex^a. como digno das Graças de S. Magestade o Imperador pelo seu bom serviço no Rio da Prata e em diferentes pontos do Imperio conforme constará das informaçoes a seu respeito e pela sua boa conducta e conhecimentos profissionais e instrucção variada em diferentes ramos, por cujo motivo eu o levaria em minha companhia se não reconhecesse a falta que faria a Parker e tambem ao meu successor na marcha do serviço da Divisão, informaçoes necessarias, ficando-me porém o sentimento de me separar de hum companheiro em meus trabalhos n'este commando durante cinco annos sem poder remunerar-o como podem os Commandantes em Chefe da Marinha Ingleza que finda a sua commissão de tres annos de estação em qualquer parte dão ao official que escolherão para seu Ajudante d'Ordens e que bem servio, a promoção ao posto immediato, porém como não existe esta Lei na nossa Marinha, peço a V. Ex^a. que na organização de qualquer proposta que V. Ex^a. tenha de apresentar a S. Magestade o Imperador seja contemplado o dito 1^o Tenente no numero dos promovidos por merecimento, e posso afiançar a V. Ex^a. que entre os de sua classe não conheço algum que lhe possa disputar em serviços e conhecimentos o direito a esta Graça de S. Magestade o Imperador; e tambem por amor a justiça apresento a V. Ex^a., como digno da mesma Graça, o 2^o Tenente Clementino Placido de Miranda Machado porque tambem o julgo distincto entre os de sua classe conforme por vezes tenho informado a V. Ex^a., o qual tambem não levo em minha companhia como desejava porque reconheço a falta que faria na Divisão o seu serviço nas construcções dos objectos da artilharia e astronomia, as guarnições e Guardas Marinhas do material bellico naval. De V. Ex^a. o cr. P. F.

Pelo Ministerio da Fazenda foi nomeado em 29 de janeiro de 1852 membro de uma commissão especial encarregada do exame de varias questões sobre o alinhamento do novo caes da Alfandega do Rio de Janeiro e do systema de

sua construcção. Por decreto de 6 de setembro foi exonerado do cargo de Capitão do Porto, por ter publicado no *Jornal do Commercio* um officio que havia dirigido ao Ministro da Marinha, que era então o conselheiro Zacharias Góes e Vasconcellos, sendo por este facto censurado e sem commissão ficou emquanto durou a situação politica.

Por aviso de 11 de maio de 1854 foi nomeado para a commissão encarregada do exame das Derrotas dos Navios da Armada e incumbido especialmente de colher as observações indicadas nas cartas de Maury, Director do Observatorio de Washington. O pouco interesse tomado pelo nosso governo sobre assumpto de tanta monta e que extraordinarias e valiosissimas vantagens trouxe á navegação, levou aquelle illustre profissional a avançar uma proposição bem injusta qual a de julgar os brasilienses inaptos a levar a effeito emprendimentos maritimos, e não era de esperar outra cousa de um povo que possui uma arvore que produz pão e outra que dá leite, naturalmente referindo-se á *massaranduba* cuja seiva substitue este, como o fazem no valle do Amazonas.

Por aviso de 14 de outubro de 1852 foi nomeado Commandante em Chefe da Divisão Naval do Rio da Prata, deixando o de membro das Derrotas.

Os politicos, nas suas luctas estereis, sempre mais avaros dos interesses pessoases do que dos nacionaes, negando os recursos necessarios á nossa armada e ao nosso exercito para que impuzessem de uma vez por todas ás Provincias Unidas do Prata o perfeito dominio na Cisplatina, prepararam as guerras futuras que tivemos de sustentar no Prata.

Só depois do tratado de 27 de agosto de 1828, pelo qual os belligerantes, enrodilhados ainda uma vez pelo interesse inglez, garantiram a completa independencia do Estado Oriental, é que se aperceberam os nossos homens de governo que não nos estava mais assegurada a navegação dos rios Paraguay, Paraná e Uruguay, que interessavam ás nossas provincias ribeirinhas, principalmente a de Matto Grosso, isto apesar de exigencias nossas, ter sido incluído no tratado de reconhecimento da independencia do Uruguay. Pensaram então em recorrer a ajuda da Europa, em vez de tel-o feito por esforço proprio, com uma politica toda nacional e não seguindo de modo algum a trilha do interesse portuguez como estavam a fazer. D'ahi a ida em missão ás côrtes europeas em 1830 do marquez de Santo Amaro em busca de principes para occuparem o throno de reinos e ducados a crear-se nesta parte da America.

No governo supremo do Paraguay achava-se desde 1840 D. Carlos Antonio Lopez. Alliado, em 1845, a Corrientes na campanha que esta provincia encetou contra o tyranno Rosas que em Buenos Ayres dictava, fez transpor o Paraná um exercito sob o commando de seu filho Solano Lopez. nomeado brigadeiro aos 19 annos, o que se fez ás ordens do general Paz. Fracassada a empreza com a derrota das tropas corrientinas, procurou D. Carlos Lopez, com temor de Rosas, o Brasil, que em todos os tempos tomára a si a defeza do Paraguay; para isso enviou ao Rio de Janeiro o senr. Gelly, como encarregado de negocios, afim de solicitar a nossa protecção, amparando-a com o ajuste da questão de limites que tinhamos com aquelle paiz.

Não acceitou o nosso governo o projecto apresentado por Gelly em 1847, como não havia approvado o ajuste de 1844, nem tão pouco assentio á alliança com o Paraguay; quanto á cessão em favor deste de uma parte das Missões, negou-se; assim procedendo procurava evitar novas complicações com o governo da Confederação, com o qual andava ás voltas.

Irritado Lopez com semelhante recusa voltou-se então para Rosas, buscando com elle accommodar-se. Enviou o seu ministro das relações exteriores, ao seu collega argentino as seguintes proposições: Renovar o tratado de 12 de outubro de 1811 — Estabelecer um principio estavel para a navegação dos

rios — Esperar a reunião do Congresso Geral da Confederação Argentina para a solução da questão de limites — Deferir o reconhecimento da independência do Paraguay até a reunião do dito Congresso Geral — Pactuar um tratado de alliança defensiva para se auxiliarem reciprocamente *contra qualquer inimigo que atacasse a um ou a outro* (*El Paraguay o Independiente* n. 92).

Lopez querendo intimidar Rosas e mostrar ao Brasil que poderia dispensar sua protecção, usou da estratagemma de mandar passar forças suas para a outra margem do Paraná e fazer a occupação de Missões, aproveitando-se naturalmente das difficuldades em que se encontrava o tyranno com as esquadras da França e da Inglaterra.

Comprehendendo Rosas que a fantarronada de Lopez, não passava de uma burra; por isso o o q e se vio i re das ifficu ades en que se a clava, n an ou ecretar pe a sua subser iente Legis atura, como resposta a Lope , que ficava ele e Governador e Capitão Genera da Provincia, Brigadeiro D. Juan Manoel e Rosas para dispôr se a limitaç o alguma de todos os fundos, ren as e recursos de to o o genero da Pro incia até que se i zesse effectiva a reincorporaç o da Pro incia do Paragua á Confe era ão Ar entina. Man ou desde logo avançar suas forças até a provincia e Corrientes.

Os francezes e inglezes que tin a n ido ao Rio da Prata a c amado do Brasil co n o fim de fazer cessar a guerra no Estado Oriental e garantir a livre navegaç o os rios platenses, haviam vencido no combate do passo *Obligado* (no embro de 1845), cortando as amarras extendidas de margem á margem n'aquelle ponto, para impedir a navega ão do Paraná; apesar porem deste triumpho parcial, a intervenção fraccassou totalmente. Não era facil vencer Rosas sem elementos poderosos: elle bem co i prehendia que tendo garantido todo o interior, poderia desafiar os inimigos que de frente se lhe o puzessem. Haviam aqu llas potencias desdenhado do concurso do Brasil; quando porem viram que de nós não podiam prescindir o requisitaram. Com justa razão, negou-se então o Brasil a acceder.

Cessou por isso, de uma maneira deploravel a i tervenção an lo-franceza, deixan o Rosas mais forte d i que nunca.

Livre Rosas, voltou-se contra o Brasil, declarando rotas em Setem r as relações. Desd e tão, prevendo o desfecho, começou o n sso governo a accumular meios materi es e politicos para n iquilar o oderio do incommo o e execravel tyrann . Deixou o Brasil tri ha da politica europea, para seguir uma to a american . Lopez, querendo tirar partido da occasião e tornar se ás bo s e o dictador Rosas, furioso por não ter-se visto attendido, para vingur se, mand u uma columna de suas tropas tacar a guarnição que tinhamos estabelecido no Pão de Assucar, expellindo-a d aquelle pont (14 de utubro de 1850). Na i rorancia desses success s e para evitar conflicts, havia o governo imperia , tr s di s antes da deliberaç o de Lopez, determinado ao presidente de Matt Grosso que mandasse retirar a guarda do Pão d'As uca , assegurando que essa desoccup ção nã importava desconheciment d s seus direitos ao terreno contestado, mas sómente significa prov do desejo de termin r pacifica e amigavelmente a questões de limites.

Soffreo o nosso g verno esta affronta, porque n'aq elles moment s se achava seriamente am açad e em diffic lidad s: sopitando o amargo d i injuria para guaya, procedeo politicamente.

Para atacar Rosas em seu antro preparou-se o Brasil; para isso foi buscar a alliança c m Entre-Rios e Corrientes representados pelo general Urquiza, com o governo da Defesa de Montevideo e com o proprio Paraguay, e jas pri cipae e tipulações eram: Obrigar-se o Brasil a interpôr seus bons ficios para que a independência do Paraguay fosse reconhecida pelas naçõ s que

ainda não o haviam feito — Obrigação do Presidente do Paraguay e S. M. o Imperador do Brasil a prestarem se mutua assistencia e soccorro em caso que a Republica ou o Imperio fossem atacados pela Confederação Argentina, ou por seu alliado do Estado Oriental, coadjuvando-se mutuamente com tropa, armas e munições. Entender-se-ia atacado o Estado quando o seu territorio fosse invadido, ou estivesse em perigo eminente de o ser. Compromettimento em auxiliar-se mutuamente, afim e que a navegação do Rio Parana até o do Prata, se tornasse livre para os subditos de ambos os paizes. Finalmente, em separado, que o tratado permaneceria secreto.

Assignado foi este tratado por Benito Varela, por parte do Paraguay e pelo general Pedro de Alcantara Bellegarde, por parte do Brasil.

O convenio firmado em Montevideo no dia 29 de maio de 1851, com o fim de destruir o poder de Rosas não teve o assentimento de Lopez, que, desconfiado de Urquiza, antes um dos mais fortes esteiros de tyranino, e crente que aquelle governador pretendia atacar o Paraguay, proclamava naquella occasião o principio de não intervenção, nao se deixando como havia procedido em 1845, com Corrientes, para identico fim.

O Brasil, de forma alguma para sua politica prescindia do concurso do Paraguay, cuja independencia fôa o primeiro a reconhecer e muito o interessava, como a do Uruguay, por essa razão ficou estabelecido no citado convenio firmado pelos delegados de Montevideo, Entre Rios e Corrientes, incluído o Brasil na clausula que dizia *que o Paraguay seria convidado a entrar na liga para gozar de seus benefícios.*

Para bem se garantir o Brasil, pois alleatário era a firmeza de Urquiza, entre o repellido de Defesa de Montevideo, e o nosso governo, a 12 de outubro, no Rio de Janeiro, foi subscrito um tratado em separado no qual se estabelecia que a aliança temporaria pactuada entre as quatro potencias seria perpetua entre o Brasil e o Uruguay e que o primeiro se obrigaria a prestar ao segundo os auxilios de força de terra e mar, durante quatro annos, sempre que requisitasse o governo legal, nos casos de movimentos armados contra a autoridade, ou deposição constitucional do presidente da Republica.

De posse deste tratado e do de 25 de Dezembro de 1850, firmado com o Paraguay, no qual ficava obrigado a auxiliar o Brasil em mantendo a independencia do Uruguay, do mesmo modo que a seu turno, pelo de 12 de outubro, ficava este obrigado ao mesmo auxilio no que dissesse respeito ao Paraguay nos termos seguintes: — Havendo-se comprometido o Governo da Republica do Paraguay a cooperar com o de S. M. o Imperador do Brasil na manutenção da independencia da Republica Oriental do Uruguay; e *interessando a independencia do Paraguay ao equilibrio e segurança dos Estados vizinhos* o governo da Republica Oriental do Uruguay se obriga, sem prejuizo do resultado do convite de que trata o artigo anterior a cooperar tambem por sua parte conjunctamente e com o Imperio do Brasil, para a conservação e defesa da Republica do Paraguay.

Desfeitos os receios de Lopez quanto á Urquiza, acceitou o convite dos alliados em nota de 14 de outubro do mesmo anno, para entrar na liga, sem no entanto prestar o menor auxilio material.

Moveo-se o Brasil; Urquiza só depois que o Brasil intimou-o *que com elle, sem elle ou contra elle* entraria em campanha é que se decidiu.

Sob o commando do chefe da esquadra João Pascoe Grenfell, partio do Rio de Janeiro uma divisião da nossa esquadra composta das corvetas «Bertioga», «D. Januaria», «União», brigues «Cearense», «Calliope», brigue escuna «Fidelidade», hiate «Parahybano», anhonei «Campista» e vapores «Pedro II», «Recife», «D. Affonso», alem de outros; elevava-se a força naval em Montevideo a 13 navios, com 2297 praças, montando 171 canhões.

As forças de Oribe, aliado de Rosas assediavam Montevideo: Grenfell, mandou occupar desde logo os rios Paraná e Uruguay, afim de evitar que o Estado de Entre Rios ficasse a oberto de qualquer aggressão por parte das forças de Buenos Ayres durante a ausencia do general Urquiza que a todo o galope dirigio-se para as cercanias de Montevideo, tendo em mente, sem duvida a deslealdade que ia commetter.

Transposto o passo do Tonelero, onde cobriram-se de gloria nossos navios, regessaram alguns destes tendo outros ficado com ordem de vedar a passagem de uma para outra margem, recebeo o nosso almirante dos almirantes R. Reynolds e P. de La Predour, commandantes respectivos das estações navaes ingleza e franceza pedidos de explicações sobre a inerrupção da navegação do Paraná, medida essa que tomavam como uma infracção do tratado de Agosto de 1828. Contestou-lhe Grenfell de modo claro e activo, lembrando-lhes o que pouco tempo antes haviam elles feito com o proprio Rosas e que em rimeiro lugar cumpria-lhe declarar que as ordens que tinha não lhe permittiam annuir de maneira alguma a passagem de um soldado do general Oribe para o lado de Buenos Ayres e que qualquer opposição por parte d'aquelles almirantes á determinação imperial não podia deixar de ser considerada, senão como um acto hostil.

Esta nota energica e cheia de dignidade dirigida áquelles almirantes a 31 de agosto pelo nosso illustre commandante das forças navaes é digna de ser lida e foi de tal ordem que fez com que modifcassem suas primitivas intenções. A offerta de Oribe ao chefe inglez de entregar o Uruguay á Inglaterra, já que não podia accorrental-o á Argentina deixou-se de realisar.

Mais apertado trazia Grenfell o bloqueio; combinada a junção das forças de Urquiza com as nossas no Rio Negro, para em commum dar-se o assalto, este general que machiavelicamente tramava, sem se importar com o combinado com o nosso general o então conde de Caxias, só tendo em mente salvar o seu velho amigo Oribe, o d-generado filho do Uruguay, avançou, e sem a menor consideração aos alliados propoz a capitulação, que mais parecia um armisticio, que sem demora acceitou Oribe. *«Pues d'onde iba a consentir que los brasilenhos tuviessen parte en la rendición de orientales i argentinos; foi o dito com que se jactanciou o perdidó aliado.*

Não estava porém concluido a sua feliia. Prometteo Urquiza mandar os capitulados para Buenos Ayres nos nossos navios contando com a acquiescencia de Grenfell, em consideral-os como prisioneiros. Usando desta negra traição pretendia elle dar satisfação ao Brasil e salvar como salvou Oribe. Não contou porém com a lealdade de nosso bravo almirante que dignamente lhe respondeo: *«que as forças navaes brasilienses não se manchariam com semelhante traição: assim se o general Urquiza enviase para bordo as tropas capituladas com a promessa de serem transportadas a Buenos Ayres, não ficaria um só soldado que não chegasse a seu destino.»*

A nobre resposta do nosso almirante fez desistir Urquiza, que antes de recebel-a, havia exclamado — *Engañei-os completamente!*

Veio depois Monte Caseros em 3 de fevereiro de 1852; ruio por completo o poder de Rosas. Mestrou o Brasil que poderia fazer por si só, com politica toda sua, o que não haviam conseguido a Inglaterra e a França.

Urquiza com tal solercia se houve para com os alliados, que dispoz tudo de tal forma que, em Montevideo ficaram senhores da situação, não os *colorados* da Defesa, mas sim os proprios vencidos os *blancos*; *rosistas* como elle o fôra. Elevado ao supremo governo da Confederação argentina, fez da cidade do Paraná a séde do governo, visto Buenos Ayres se ter constituido em estado independente, governado por *unitarios*, inimigos da influencia de Urquiza, que os havia libertado.

Com a queda de Rosas exultou Lopez do Paraguay sem o menor compromisso. Teve em recompensa o reconhecimento da independencia e vio accedido por Urquiza o tratado de limites com a zona neutra proposta com o Brasil. Pensou Lopez realizar a exdruxu a idéa de enquaillar ao norte e ao sul o territorio paraguay por meio de zonas neutralisadas; essa mania chegou a ponto de, em 1851, quando esteve em Pariz, mandar traçar por Mr. de Cortambert um mappa do Paraguay em forma rectangular, com linhas due se cortassem em angulos rectos.

O dictador paraguay, de character agro e irascivel, imprudente e agresivo, pensando conseguir do Brasil a troco de renovação da alliança, o ajuste da q estão de limites na fórma que desejava, isto é, pela neutralisção da zona comprehendida entre os rios Apa e Branco, deu poderes diplomaticos a seu consul geral no Rio de Janeiro o subdito portuguez Manoel Moreira de Castro, do *Jornal do Commercio*.

Bem comprehendia Lopez o quanto para o Brasil valia a navegação do rio Paraguay, como nação ribeirinha. Contava por isso obrigar o Brasil a acceptar o que elle pretendia como limites, em cessão ao livre transito para Matto Grosso.

A nossa chancellaria sujeita aos vae e vens da politica interna não tomou em consideração essa pedra de toque da politica sul americana.

O Paraguay foi e será, na America do Sul, para a sua politica o enygm que tem representado na Europa a Turquia.

Referindo-se ao projecto de Gelly sobre as Missões, diz o illustre publicista paraguay Cecilio Baez: «nem o presidente Lopez nem o seu agente diplomatico no Rio, se dão conta do que convinha á Republica. O interesse desta consistia em não ceder, senão em conservar os territorios missioneiros que lhe dão sahida ao Uruguay, para assegurar a independencia politica e economica, ao mesmo tempo que á boa amizade e a alliança do Brasil, e a posse definitiva do territorio de Missões e do Chaco. «Porém o presidente Lopez sacrificou esse interesse primordial ao seu empenho de adquirir a zona situada ao norte do Apa que o inimisaria com o Brasil e não offerecia á Republica nenhuma vantagem politica e economica.

Qualificar os territorios das Missões situados sobre o Rio Uruguay desertos que só servem como refugio de bandoleiros, era demonstrar uma ignorancia deploravel acerca da importancia dos rios para um aiz mediterraneo como o Paraguay que só communica com o mar por um rio que lhe não pertence.

Dividir o territorio missioneiro em duas porções longitudinaes para dar ao Brasil o que fica á direita do Uruguay a troco dos territorios situados ao norte do Apa, era privar o Paraguay de um sahida por aquelle rio e deixal-o dependente do dono do Prata.

«Caro pagou a Republica estes erros do presidente Lopez: elle por esta causa, não somente não adquirio a zona situada á direita do Apa, como perdeu tambem o territorio de Missões e parte do Chaco.»

Estava Lopez servido; agora que lhe fosse o Brasil reclamar o exercicio da navegação e procurar regular o lindeiro que com o Paraguay mantinha. De facto mandou o Brasil o conselheiro Felipe Pereira Leal, porém Lopez que bem comprehendia o maximo interesse do Brasil no tocante á navegação do rio Paraguay de modo algum quiz separar as duas questões. Agora não mais consentia no que propusera em 1844 e do s annos depois e nem mesmo a linha do Iguatemy, serra do Maracajú e Apa, muito mais favoravel ao Paraguay do que as primitivamente indicadas por aquelle dictador, no dizer do eminente patricio barão do Rio Branco

III. Snr. Tendo na devida consideração o que V. Ex. se dignou comunicar-me, relativamente ás noticias que o Capitão de Mar e Guerra Lamego Costa, transmittiu a V. Ex., obtidas de individuo que havia chegado do Paraguay a Montevidéo, e muitas outras, que posteriormente têm chegado ao meu conhecimento por differentes canaes, conforme passo a relatar, julgo do meu dever expender algumas reflexões a bem do desejado resultado da commissão, que me está destinada ao Paraguay, pelo Governo de S. Magestade o Imperador, com a qual muito me honra.

Diz o referido Capitão de Mar e Guerra, que a pessoa a que se refere o informára de que o Presidente Lopez estava tratando de fazer fortificações nas margens do rio Paraguay, e em frente da cidade de Assumpção, e de collocar neste ponto uma bateria fluctuante com torneiras proprias para ser alagada e mettida á pique no caso de ser tomada e assim obstruir o canal do rio, ficando impedida por esta fôrma a passagem de pequenos navios.

Tendo chegado a esta cidade o irmão do Consul Americano Hopkins, que se acha em desharmonia com Lopez, conforme he notorio, tenho sido informado por pessoa que com elle tem conversado; que Lopez tem tratado de fortificar a margem do rio no ponto do Pilar, aonde tenciona collocar uma bateria fluctuante, e que tambem trata de construir no Lambaré e na ponta do hospital da cidade outras fortificações.

Por outra pessoa, que deve saber dos negocios do Paraguay, e que tem sempre noticias de Buenos Ayres e de Montevidéo, consta-me que Lopez havia mandado engajar ali quinhentos italianos, dos que serviram nas legiões d'aquella praça e nas de Rosas e de Oribe, e que haviam chegado a Buenos Ayres, remettida pelo filho de Lopez doze peças de calibre 32, das quaes dez desembarcaram para terra, e duas seguiram para o Paraguay em uma balandra: e quanto ao engajamento, que até o dia 9 do mez passado só se tinham alistado 123 aventureiros.

Pelo mesmo irmão de Hopkins consta, logo que Lopez soube de minha nomeação, mandou um Agente á Urquiza para negociar uma alliança offensiva e defensiva, e que para conseguir isto, cedia á Confederação o territorio das antigas Missões Hespanholas, devendo ser occupado desde logo por forças de Urquiza; ignorava-se porém a resposta que daria este a taes proposições.

Tambem sei que pelo Paquete Inglez de Setembro foram passados para a Europa todos os fundos que o Presidente Lopez tinha nos bancos desta capital, os quaes montavam a mais de 300 contos, segundo me informam; e que o Agente desta transacção fôra o seu correspondente n'esta praça Manoel Moreira de Castro.

Se a tudo quanto fica dito se aggregar o que tem agenciado na Europa o filho de Lopez á respeito da compra de vapores, armamentos e engajamentos para o Paraguay, e o que naturalmente terá pedido aos Governos com quem aquella Republica tem celebrado tratados de commercio: e o que indica a nota do Ministro Inglez n'esta côrte, publicada no relatorio deste anno da repartição dos Negocios Estrangeiros, creio, a não deixar duvida, na resolução de Lopez em repellar as proposições, que lhe devo apresentar por parte do Governo Imperial relativas á satisfação que deve pela conducta irregular que teve com o nosso Encarregado de Negocios, e sobre os tratados de Navegação e Commercio, e linha de limites: e de se oppôr á passagem dos navios de guerra brasileiros.

Sendo evidente a urgente precisão que tem o Governo Imperial de fazer com que Lopez entre nos seus deveres a respeito das suas relações com o Imperio, em consequencia de se achar a Honra Nacional offendida pela sua conducta com o nosso Diplomata, e pela tenacidade em repellar proposições rasoaveis; occorrendo ainda mais, que os interesses futuros do Imperio exigem satisfactoria solução nas questões, pois que muita influencia terá o completo resultado sobre as demais questões com os Governos das republicas vizinhas: e considerando que em vista das ordens expedidas pelo Ministro da Guerra ao Presidente de Matto Grosso, este deve em fins de Janeiro ou principios de Fevereiro estar no ponto que se lhe indicou com a força posivel, e

talvez operando antes de eu ali chegar, cujas operações se transtornarão se por fatalidade a força do meu mando não estiver em tempo conveniente no mencionado ponto: fica evidente, que a realisação da minha junção com o Presidente de Matto Grosso deve ser infallível, e delineada de modo que não padeça duvida em se effectuar, sejam quaes forem os obstaculos postos em accção por Lopez. E sendo tambem certo que a infallibilidade de taes operações he dependente da força, que se me der, necessaria para vencer todos os obstaculos, caso se verifiquem quaesquer hypotheses contrarias ao intento; por todas estas rasoens me parece urgente que o Governo Imperial, em vista das noticias que acabo de relatar, reconsidere de novo o que tem planeado, e verbalmente me tem communicado sobre a força com que deva seguir; visto que presentemente tem dados mais positivos sobre as intenções de Lopez e seus preparativos bellicos.

Cumpre-me ponderar que trez são os pontos sobre a materia em questão que devem merecer do Governo Imperial sua especial attenção para prevenir.

Primeiro — Os embaraços que em minha commissão devo encontrar por parte dos Agentes Diplomaticos dos Governos que com Lopez celebraram os ultimos tratados do commercio. Destes Agentes aquelle de quem mais se devia recear era o dos Estados Unidos, visto que os da Inglaterra e França se absterão de procurar novos compromettimentos, agora que os seus respectivos Governos se acham envolvidos na grande questão da Russia; e o da Sardenha nenhuma importancia tem; porém felizmente a posição do Agente dos Estados Unidos para com Lopez mudou em parte a nosso favor; e como conheço pessoalmente este Agente e o considero moço audaz, de pouco discernimento e prudencia, julgo possivel serem aproveitadas a bem nosso taes circumstancias, se por ventura a Expedição chegar ao Paraguay antes de receber elle do seu Governo, relativamente ás questões que tem com Lopez, novas instruções, ás quaes, creio que em todo o caso não nos serão favoraveis.

Consequentemente sobre este ponto julgo as difficuldades em grande parte aplanadas dirigindo-se os negocios relativos com habilidade e procedencia.

Segundo — O Governo de Sua Magestade Imperial em todas as questões diplomaticas tem sustentado o principio de que o dominio fluvial pertence ás nações ribeirinhas e que quando as duas margens de qualquer rio são dominadas por um só Governo, nem um outro se pôde aproveitar de sua navegação sem o seu accordo.

Principio este que convém sustentar em consequencia das pretensões estrangeiras relativamente á navegação do Amazonas. Sendo isto exacto e havendo o Governo Imperial reconhecido até hoje a Urquiza como chefe da Confederação Argentina, he claro que a expedição não deve entrar no Paraná sem ter havido algum accordo com Urquiza; porquanto muito importa, que o Governo Imperial se apresente sempre consequente em seus principios, e que a expedição não encontre no Paraná difficuldades, que possam obrigar-me a usar de força antes de chegar ao Paraguay, mas sim, quando não encontre auxilios na Confederação, ao menos que esta guarde perfeita neutralidade na questão.

Creio que o que acabo de expender deve ter já merecido particular attenção do Governo Imperial, e que algumas providencias se terão dado a este respeito: porém julgando delicado o estado de nossas relações com Urquiza em consequencia de incidentes diplomaticos que tem occorrido; e que o nosso Diplomata em Buenos Ayres não se acha collocado em posição conveniente para tratar com elle sobre os objectos em questão (comquanto eu muito confie na sua illustração, experiencia e patriotismo) pois que o seu protesto contra o bloqueio d'aquelle General sobre Buenos Ayres, sua constante permanencia ali sem ter ido uma só vez á Capital da Confederação, e outras occorrencias que tem gerado no espirito de Urquiza prevenções desfavoraveis necessariamente difficultarão quaesquer negociações por seu intermedio.

Este inconveniente julgo poder ser remediado dando-se uma nova forma á Diplomacia da Confederação: estabelecendo-se em Buenos Ayres e na Confederação junto a Urquiza Diplomatas independentes, sendo de igual ou

de superior cathegoria o da Confederação, e julgando-se isto não conveniente por ora, dar-se a pessoal habil e entendido na materia commissão especial para tratar com Urquiza sobre os objectos que as actuaes circumstancias exigem.

Parece-me que o que acabo de ponderar he o objecto mais urgente, pois eu o considero essencialmente preliminar da minha commissão ao Paraguay

Terceiro — Não se deve suppôr materia duvidosa a resolução em que está o Presidente Lopez de resistir, e que tambem a expedição deve ser composta de força maritima e terrestre que vença todos os obstaculos que se oppuzerem ao seu trajecto pelo Paraguay, e igualmente que seria uma fatalidade de consequencias damnosas aos interesses do Imperio, se acaso Lopez pudesse impedir a minha junção com o presidente de Matto Grosso no ponto, e praso marcados. Isto supposto occorre que, quando se calculou a força de mar e terra da expedição não havia dados tão positivos sobre os meios de resistencia que Lopez tenciona empregar, e tambem as circumstancias de estado politico do Paraguay em virtude do systema oppressor de Lopez, e das questões deste com o consul americano que talvez promovam algum pronunciamento no povo daquella Republica, com o fim de derrubal-o do poder, o que será tanto mais facil e provavel como quanto maior fôr a força que se apresente hostilizando o seu oppressor, e mais completa fôr a victoria no primeiro conflicto. Em taes circumstancias Lopez será obrigado para fugir de maior perigo a annuir às proposições que lhe forem feitas por parte do Governo Imperial, ou a deixar o poder; em ambos os casos as consequencias serão favoraveis aos interesses do Imperio.

Estou persuadido de que a força maritima e terrestre que está determinada para compôr a expedição he sufficiente para bater fortificações e seguir rio acima; porem se for certo que Lopez tenha adoptado o systema de construir nas margens do rio fortificações cuja artilharia por sua posição elevada domine a dos navios e baterias fluctuantes que indo á pique obstruam os canaes: neste caso a força de 600 praças de tropa determinadas para seguir na expedição não he sufficiente para as operações convenientes em taes circumstancias, pois que então o ataque sobre as baterias fluctuantes deve ser feito por meio de abordagem dada pelos vapores afim de evitar que o inimigo tenha tempo de mettel-as á pique, sendo batidas ao mesmo tempo, as baterias em terra pela artilharia de bordo, e atacadas pela tropa de desembarque pelos flancos ou retaguarda, conforme permittir o terreno.

Póde acontecer que na occasião de atacar a bateria fluctuante não haja tempo de se obstar a que a mettam á pique; pois he natural que a guarnição della não espere resistindo às descargas a queima roupa dadas pelos vapores que a abordarem: e antes pelo contrario que disponham tudo para mettel-a á pique fugindo para terra com muita antecipação.

Se assim procederem será necessario desobstruir o canal, cujo trabalho não se pode effectuar debaixo de fogo das baterias de terra, e por isso he evidente a necessidade de tempo sufficiente para as tomar e destruir, porque podem estar collocadas em posição elevada, de fórma que pouco ou nenhum mal lhes faça a artilharia dos navios.

Deve-se tambem ter em consideração, que a fortificação do Pilar fica a 9 ou 10 leguas do acampamento das tropas do Passo da Patria, e que por isso deve estar guarnecida e guardada por grande força de tropa: e he natural, que sendo este o primeiro ponto fortificado, sobre elle convirjam todas as attenções e preparativos bellicos até Lopez, certo de que os resultados do primeiro conflicto dependerá o seu futuro; isto supposto, a força de desembarque da expedição deve ser tal que protegida pela força de mar, possa desalojar as guarnições das baterias e destruil-as, ficando livres por esta fórma os trabalhos da remoção e desembaraço do canal.

Attendendo ao exposto e a superioridade da nossa tropa sobre a do Paraguay creio que levando tres batalhoens, dois de caçadores e um de infantaria, cada um de 600 praças, ficarei habilitado convenientemente para com segurança tomar e destruir quaesquer baterias fluctuantes ou terrestres que se achem guarnecidas e apoiadas por grande parte do exercito do Paraguay, e quanto á

força marítima, aggregando-o, mais o vapor "Amazonas" e algum transporte, fazendo-se novo detalhe na tropa, que cada uma das embarcações deve levar.

Concordo em que talvez as noticias que têm chegado ao conhecimento do Governo e meu, sejam um tanto exageradas; porém ellas não estão fóra da ordem natural das cousas; e sou inclinado a crer que no Paraguay se adopte o systema de baterias fluctuantes, porque a experiencia adquirida no combate das forças marítimas Inglesa e Franceza contra as fortificações do Obligado mostrou que, se Rosas tivesse posto artilharia á bordo das embarcações que collocou em linha no canal, presas umas ás outras com correntes, o resultado da acção lhe teria sido favoravel; pois que as forças marítimas não tinham vapores que pudessem destacar do combate para ir cortar a cadeia e fazer calar o fogo de uma escuna, que tendo apenas um rodizio, com este lhe fez grande damno, e impediu que os escaleres incumbidos de cortar a corrente o pudessem fazer emquanto lhe duravam as munições e só depois de exgotadas o respectivo commandante a incendiou retirando-se para terra.

A força que indico julgo-a também necessaria para estar habilitado se o desenvolvimento dos successos depois de minha chegada ao Paraguay apresentar circumstancias favoraveis, para dar algum golpe decisivo sobre a cidade de Assumpção, de fórma que se capture Lopez, (o que não julgo muito possivel) ou pelo menos que nos ponha de posse dos seus depositos e recursos bellicos, ainda que seja unicamente pelo tempo necessario para destrui-las, o que muito conviria ao objecto da minha commissão.

Para assim proceder he preciso que eu marche autorizado para assim obrar, devendo-se ter em vista que em materias taes, quando se perde um momento opportuno difficilmente voltam circumstancias identicas do que temos muitos exemplos nos acontecimentos da guerra passada com a Confederação Argentina, sendo um dos mais notaveis aquelle que teve lugar com o chefe da esquadilha que subiu o Uruguay em 1827, que não se aproveitando da occasião opportuna para destruir e esquadilha de Buenos Ayres, quando pela primeira vez foi atacado pelo Almirante Brown, por causa das restrictas ordens que levava, trez mezes depois veio a ser prisioneiro do mesmo Almirante com parte da esquadilha, e o resto destruido; de que resultou para a Nação grande desastre e males inauditos no desfecho daquella guerra.

Cumpre-me ainda reflectir, que difficilmente se darão circumstancias mais favoraveis para dar uma lição completa a Lopez e fazer sentir aos caudillos das republicas visinhas que na America do Sul o poder que devem respeitar he o de S. Magestade o Imperador; e que deste poder depende a sua conservação no mando.

São favoraveis as circumstancias porque me parece possivel chegar a um accordo com Urquiza, attentas ás duas circumstancias politicas e meios ao alcance do Governo Imperial para a captar, accrescendo que os Governos da Inglaterra e França se acham com suas atencões distraidas na grande questão Européa, e o dos Estados Unidos não tem tempo de providenciar sobre as questões do seu consul com o Presidente Lopez antes da expedição Brasileira chegar ao Paraguay, sendo também certo que os mencionados Governos com a mesma facilidade com que poem embaraços aos planos de outro qualquer com essa mesma acceitam os factos quando consummados.

Rematarei este meu officio pedindo ao Governo de S. Magestade o Imperador por intermedio de V. Ex. que releve, se porventura em algum dos pontos das materias em que toquei, tiver sahido da orbita a que me devia circumscrever e que attribua este meu procedimento ao dever em que estou de corresponder á confiança com que me honra com a commissão de que se trata, e aos desejos de sempre bem servir a S. Magestade, o Imperador e a Nação, tendo adoptado por norma em minha conducta para chegar a tão desejado fim, franqueza na exposição das ideas e obediencia restricta na execução das ordens como militar. Deus Guarde a V. E. Vapor "Amazonas" 3 de Novembro de 1854. Ilmo. Ex. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, Ministro e Secretario de Estado.

Lopez que havia celebrado tratados de commercio e navegação com a Inglaterra, França, Estados Unidos e Sardenha, obstinadamente recusou-se a fazel-o com quem amparara e protegera em todos os tempos sua patria.

Desattendida suas pretensões pelo nosso governo, do mesmo modo que, por desnecessaria, deixou de ser tomada em consideração a proposta para renovação da alliança.

Tão furioso ficou Lopez, com o desdem, que jurou vingar-se do governo brasileiro na pessoa do nosso ministro Leal, successor do general Bellegarde. Em um dia em que ambos conferenciavam, aproveitou-se o dictador, para brucamente, interromper o nosso plenipotenciario e brutalmente dizer-lhe, *O Snr. mente!* E não contente por assim injurial-o, mandou-lhe os passaportes para sahir do paiz, acompanhado de um officio (10 de agosto), em o qual o accusava de *dedicar-se á intriga e á impostura em razão do odio ao supremo governo (El Paraguay Independiente n. 103).*

A' brutalidade sem nome de Lopez, com dignidade e cortezia respondeo no dia seguinte o nosso ministro, não se afastando dos bellos preceitos da educação e civilidade.

Foi o meio que encontrou Lopez para responder a nota de 16 de junho de 1853 em a qual com rasões juridicas se firmára Pereira Leal. E assim sahio de Assumpção o nosso ministro sem nada conseguir por não querer Lopez dar solução a questão pendente.

Para pedir explicações pela offensa lançada ao Imperio na pessoa de seu ministro e continuar, além disso, as negociações suspensas, resolveo o nosso governo despachar o chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira com poderes especiaes.

No dia 10 de Dezembro de 1854 largou do Rio de Janeiro para tratar com o governo de Lopez a fragata á vapor «Amazonas», capitanea da esquadra, seguida das corvetas «Jequitinhonha», «Magé», «Beberibe», «Berenice», «Viamão», «Imperial Marinheiro» e «Ipiranga», brigues «Camacuan», «Tonelero», escunas «Tibagy» e «Maracanã», canhoneiras «Activa», «Thereza» e Eolo. Levava um contingente de desembarque de 1.000 homens, marinheiros, fuzileiros navaes sob o commando do tenente coronel Victor de Mello e Albuquerque. A 16 chegava a Montevidéo.

A' noticia da sahida da esquadra Lopez mandou collocar novas baterias no forte de Itapirú e chamou ás armas todos os cidadãos habeis.

Sobre as instruções que levava o chefe de esquadra Ferreira de Oliveira, no dizer do dr. Antonio Correa do Couto, na sua *Dissertação sobre o actual governo do Paraguay* pags. 83 e 84, publicada em 1865, teve conhecimento Lopez, por intermedio do Snr. Castro, redactor do *Jornal do Commercio*, seu agente consular com caracter diplomatico. Diz elle no citado opusculo: «Fomos perseguidos por aquelles mesmos talvez que tivssem o cuidado de transmittir ao fallecido Lopez, com a necessaria antecedencia copia das instruções que levava o fallecido Snr. Pedro Ferreira de Oliveira ao Paraguay, por cujo motivo se mallogrou a sua missão.

«O que é fora de duvida é que, com a noticia de nossa esquadra nas aguas da Republica tudo era confusão em Assumpção. As familias tratavam de sahir em carretas para fóra da capital conduzindo o que tinham de melhor; o proprio Lopez destinara a retirar-se para sua quinta, que demora duas leguas da cidade, e n'este interim fundea no porto um vapor (o «Taquary») que lhe conduz cartas que lhe tinham sido dirigidas desta côrte; o presidente sahe logo a passear pelas ruas, cousa rara, como prova que nada mais receiava e a população se tranquillizou immediatamente.»

De facto o vapor de guerra paraguayo «Taquary» tendo entrado no porto do Rio de Janeiro no dia 23 de dezembro, vindo de Lisboa via Pernambuco sob o commando de G. F. Morici trazendo como passageiros o general Solano Lopez, seu irmão Benigno Lopez e o ministro João André Gelly, e comitiva os quaes foram alojados em casa de Moreira Castro, sahio no dia 27 e sem perda de tempo em Montevideo, seguiu rio acima levando copia das instruções secretas (conforme diz o dr. Couto) fornecidas por Castro, que de posse dellas e das circumstancias que favoreciam a negociação, de tudo deu conta a Lopez filho, a quem industriou e melhor ainda o fez amplamente em patentear a Lopez pai.

Quando se apresentou Pedro Ferreira, já de sobra sabia Lopez que elle não ia de morrões accesos desaffrontar o insulto feito ao nosso paiz na pessoa do diplomata que o representava. Sabia que ia em *missão pacifica*; por isso tratou Lopez de impôr a sua vontade e qual arachnideo teceu as malhas com as quaes havia de envolver o marinheiro proecto que não entendia de maranhas, para por fim esmagal-o, como tambem assenhorear-se, caso as circumstancias tornassem possivel da nossa força naval.

A accusação que faz o dr. Couto, citamol-a como elemento historico.

De Montevideo em 4 de janeiro de 1855, de bordo da corveta «Bahiana» dirigio o chefe Ferreira de Oliveira o seguinte officio: — n.º. 1 — Ilmo. Exmo. Snr. — Tenho a honra de participar a V. Ex.^a. que cheguei a este porto no dia 16 de Dezembro ultimo com o «Viamão» e «Magé» tomando posse do commando em chefe da divisão no dia 17; e depois de ter conferenciado com o nosso ministro n'esta cidade, parti no dia 20 no vapor «Amazonas» para Buenos Ayres onde cheguei nesse mesmo dia.

«Tendo com o nosso ministro ali residente conferenciado sobre os objectos de minha commissão, puz a sua disposição o vapor «Magé», que por elle mesmo me foi requisitado para seguir n'elle a Entre-Rios.

«Depois de ter sido apresentado ao presidente de Buenos Ayres, regressei para Montevideo no dia 27, chegando a este porto no dia seguinte, onde já encontrei os transportes «Carioca» e «Oriente».

«Durante minha estadia em Buenos Ayres contratei seis embarcações para a conducção de combustivel e mais objectos necessarios para o serviço da divisão.

«Têm chegado a este porto as galeras ingleza «Margaret» com 448 toneladas de carvão, e franceza «Theophile Edouard», com 900 ditas e empregão-se todos os esforços em as descarregar com presteza estes navios e os transportes nacionaes, passando o carvão para os navios que devem servir de transporte á expedição.

Chegou a este porto na tarde de 30 de Dezembro a «Jequitinhonha», a «Activa», na tarde de 10 do corrente e «Toneler», na tarde do dia 12; a «Theze» e o «Campista», na madrugada de 13.

As canhoneiras chegaram com algumas avarias e com necessidade de calafeto, talvez devido a esforço proveniente de trazerem montados os rodizios, além disso carecendo de objectos que não receberão por falta de tempo; o que tudo trato de providenciar.

«Chegou a este porto a 29 o brigue «Desempenho» com 2300 alqueires de farinha, a qual sendo examinada pelos facultativos da divisão, elles foram de parecer que sómente se devia receber para ser consumida dentro de dous meses, por não ser de boa qualidade e não poder, por isso, durar mais tempo. Cumpre-me notar que não vieram as amostras lacradas, conforme foi recomendado pelo aviso da Secretaria, e que para evitar duvidas mandei receber.

Pelas noticias que tenho tido do Rio Grande, creio que a «Camaquan» partio d'ali no dia 1º do corrente.

Tenciono partir para a Ilha de Hornos logo que cheguem a este porto os vapores que faltão, para ali fazer exercicios durante dous ou tres dias e experimentar os foguetes a *congrève*. Creio portanto que até o dia 20 devo estar em viagem para o Paraná e que já então deverá ter crescido o rio, que pelas noticias dos que têm de la vindo ainda se conserva baixo.»

Em seguida a este officio dirigio antes da partida o que se segue: «Pelo paquete «Camilla» participei em 4 de janeiro as novidades. No dia 6 do corrente mez chegou ao porto de Montevideo o vapor «Camaquan», com dous dias de viagem, armado com um rodizio *Paixhans* de 30, á prôa, e falto de quasi tudo pela pressa com que partio d'aquelle porto: tratei desde logo de o supprir para seu completo armamento com objectos da «Bahiana» e outros comprados em terra e mandei passar para seu bordo duas caronadas de 24, com seus petrechos e munições de bordo da «Thetis» e da «Bahiana» os chefes de peça; está hoje, pois, prompto a serviço a que se destina.

«No dia 12 do mesmo mez chegou ao mesmo referido porto a «Ipyranga» com 7 dias de viagem. A causa de tão longa viagem para um vapor, informou-me o commandante ser proveniente de encontrar fortes ventos o mar contrario alguns dias e por ter rendido o calceiz da mesa do traquete, porém que o navio tem boas qualidades para navegar, e que anda em circumstancias favoraveis 8 milhas movido á vapor e ajudado com as velas 9 a 9 1/2: creio, porém, que o commandante não a experimentou como devia, andando á vela porquanto agora, na viagem de Montevideo para as ilhas de Horn mandei seguir os vapores a helyce sem fazer uso das machinas, e todas se apresentaram com marcha excellente, de modo que acompanhavam a «Imperial Mariuheiro», com todo o panno largo, navegando á bolina e o «Berenice» lhe era inferior em marcha, devendo notar-se que tendo seguido horas depois do porto de Montevideo no vapor «Amazonas», calculei que as referidas embarcações deviam n'essa occasião ir andando 8 milhas sendo a superior em marcha a «Ipyranga»; e se as suas boas qualidades que acabo de relatar se aggregar a elegancia de seu casco, mastreação que tem sido gabada por todos os estrangeiros, tudo torna digno de louvor o seu jovem constructor e merecedor de remuneração e premio do governo de S. M. o Imperador, principalmente se considerar-se que este vapor he a primeira obra sua.

.... Tenho lutado com muitas difficuldades para promptificar a expedição no porto de Montevideo de modo conveniente ao serviço a que se destina e o numerar estas difficuldades e faltas com que têm chegado os navios de objectos indispensaveis para a minha commissão, seria fastidioso a V. Exª. e S. Exª. o Sr. Ministro da Marinha que estão ao facto das nossas circumstancias em materias taes, tem-me pois sido necessario fazer despezas, alem do que calculára com compra de sobrecellentes, mantimentos, artigos bellicos e chumbo, fretamento de transportes, soldos e comedorias para officiaes da armada e exercito, e empregar muitos esforços para poder no dia 15 fazer partir de Montevideo a expedição conforme se tinha calculado; porém com a falta de «D. Pedro II» que me consta já ter partido dessa Côte e da «Maracañ» que tambem já me consta ter chegado de Inglaterra, aguarde pois anciosamente a sua incorporação á expedição tendo deixado ordem ao commandante da «Bahiana» para que logo que cheguem a Montevideo, as fazer seguir a encontrar-me, pois seu serviço, como bem sabe V. Exª., é indispensavel no rio Paraguay, de Assumpção para cima.»

As instrucções que levava o chefe Pedro Ferreira de Oliveira eram as seguintes: 1ª. Exigir uma satisfação manifesta do governo de Solano Lopez pelo insulto que fez ao nosso ministro, mandando entregar-lhe os passaportes;

2º. Exigir o transito livre pelo rio Paraguay pelos meios diplomaticos sem nunca empregar a força de que dispunha contra a Republica do Paraguay;
3º. Concluir o tratado de limites.

De Montevideo seguiu a esquadra no dia 20 de janeiro para Buenos Ayres, donde partio no dia seguinte, chegando a Corrientes a 12 de fevereiro, donde zarpo a 18 e ás 11 1/2 da noite do dia 20 entrou no Rio Paraguay. Sobre a margem esquerda do rio estava uma guarda de 20 homens e tres officiaes; um d'elles com um officio na mão fez signal para que a esquadra fundeasse.

Indo a terra o commandante Barroso, regressou com o officio que lhe entregou Francisco Xavier Gorzalez dirigido ao chefe da esquadra com a data de 20, porém escripto anteriormente, como se verificou pela côr da tinta e pela da assignatura, no qual o ministro do exterior annunciava que sómente em missão pacifica poderia o governo da Republica permittir a subida. Em consequencia teve o commandante Barroso de regressar a terra para saber em quantos dias poderia vir a resposta do que se ia dirigir ao ministro do exterior.

No dia 21, veio um alferes do destacamento pedir para que a esquadra fosse mais para fóra do rio, o que não consentio o chefe.

No dia 26 veio a nota de Falcon, ministro do exterior, que, uma vez que se retirasse a esquadra, poderia elle ir a Assumpção em missão *pacifica e diplomatica*, no que o chefe annuo. No dia 27 ás cinco horas da manhã recebeu um officio do chefe de policia fluvial que de accordo com as ordens do general Lopez, filho, pedia que o chefe Pedro Ferreira seguisse de noite, no que não annuo este, respondendo terminantemente (por conhecer em tudo isto um mysterio) que dentro de duas horas seguiria. Meia hora depois veio a bordo um official ponderar a exigencia do chefe de policia fluvial, porem o chefe insistio com energia fazendo retirar o official.

Foram então os navios fundear em Tres Boccas, seguindo Pedro Ferreira.

Levava Pedro Ferreira instrucções secretas as quaes até hoje não foram postas a publico para se poder avaliar dos seus termos.

O illustre diplomata Silva Paranhos, deu a conhecer na 4ª conferencia para o Tratado de 1856 que «A missão do Snr. Pedro Ferreira, que foi acompanhado de alguma força naval, não tinha por objecto essencial o ajuste de limites, e sim a reparação da offensa feita ao Brasil na pessoa de seu Encarregado de Negocios; e obter que o Governo da Republica reconhecesse e respeitasse o direito perfeito que, em virtude do Tratado de 25 de Dezembro de 1850, tem o Brasil ao transito fluvial pelo rio Paraguay, na parte em que este rio pertence á Republica.»

O dr. Helio Lobo illustrado publicista nos esclarece mais na *Revista Americana*, — Anno VI, out. 1916, n. 1 pag. 82, no seu substancioso e interessante artigo, intitulado «GESTO MALLOGRADO». Diz elle:

«As instrucções reservadas com que se habilitou o emissario (Doc. inedito, Ministerio das Relações Exteriores, 10 de dezembro de 1854) confirmam a asserção: Dizia nesse documento o Ministro dos Estrangeiros Antonio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté: «Concluidas as negociações, isto é, se o Presidente da Republica do Paraguay convier na satisfação e na livre navegação do Paraguay para os subditos de ambas as nações, e na fixação de limites, deverá V. S. subir o rio, ou mandar um official de confiança com os navios, que forem precisos para levar o material e parte do pessoal destinado ao estabelecimento de uma ou mais fortificações no Pecho dos Morros, tanto

(*) (Contestado por Cecilio Baez, no seu resumo de Historia do Paraguay 1910)

na Ilha como na margem esquerda do Paraguay. Se o Presidente do Paraguay annuir á satisfação, e ao projecto de tratado de navegação, mas recusar tratar na mesma occasião sobre limites, neste caso deverá V. S. pro eder, como se lhe indica que proceda no caso de serem approvadas todas as propostas.»

«Se a satisfação não fôr dada, se, ainda que o seja, forem rejeitadas as propostas relativas á celebração dos tratados; se, no fim dos prazos que tiverem sido assignados (não deviam de exceder de oito dias) nenhuma resposta admissivel tiver recebido, ou não estiver concluida a negociação, deverá V. S. forçar a passagem do rio e subir, ou expedir algum official com os vapores e navios de vela que possam chegar até o Fecho dos Morros, e forem necessarios para com promptidão e segurança transportar-se áquelle ponto 300 ou 400 soldados do exercito e a artilharia e mais material de guerra, com que devem ser guarnecidas e armadas as fortificações que ali se estabeleceram.... Não sendo possivel prevenir todas as hypotheses, que possam occorrer durante a sua missão, devo deixar a sua discricção o resolver algumas objecções, que possam suscitar-se e que não estejam expressamente comprehendidas na letra destas instrucções, com tanto que o faça segundo o espirito dellas, e de accordo com o fim de sua missão que é pôr termo ás questões que temos com o Paraguay, preferindo os meios pacificos aos da força. No caso não esperado de frustar-se a negociação, deverá V. S., depois de executar o que está determinado nas Instrucções, retirar-se com a força naval de seu commando para o lugar que lhe parecer mais conveniente fóra da jurisdicção do Governo da Republica, aguardando ahí as ultteriores ordens do Governo Imperial.

Deixou no entretanto o nosso governo de ter sondado a opinião dos de Buenos Ayres e da Confederação, na supposição de que amortecido estava no Rio da Prata, com a lieção de Caseros, o proceder de Rosas quanto a livre transito pelo Paraná. Persistia ali no entretanto a desconfiança, tanto mais que os homens de governo eram os mesmos e ainda mais diante de um apparato bellico tão decantado pela imprensa; desde Montevideo começou a sentir Pedro Ferreira que estreitaram-se os horisontes. Quer o governo estabelecido no Paraná, quer o de Buenos Ayres cortejavam Lopez, querendo cada qual chamar a sympathia do tyranno do Paraguay para poio de seus ideaes.

O general Urquiza, presidente da Confederação, havia passado uma circular aos membros do corpo diplomatico chamando a attenção sobre a nossa Divisão Naval que em character hostil se dirigia ao Paraguay, tanto mais que o direito á livre navegação dos rios que os governos ribeirinhos concedem ás outras nações consiste sómente no transito innocente e trafego commercial

De seu lado Buenos Ayres começou por dizer em 27 de Dezembro de 1854 á nossa Legação que: Os deveres que impõe ao Governo do Estado a neutralidade da sua bandeira nas questões entre nações amigas, bem como as leis do Estado relativas á navegação interior dos rios obrigam o Governo a solicitar de V. Exa. se sirva transmittir-lhe as informações que julgue convenientes para que possa o mesmo Governo resolver sobre este incidente com conhecimento de causa.»

Respondeo em 13 de janeiro de 1855, nosso representante Silva Pontes, dizendo não haver declaração de guerra e serem as mais pacificas possiveis as intenções do Brasil em relação ao Paraguay. Não se satisfez porém a Confederação com esta declaração; em longa nota, teve a nossa Legação de demonstrar que nenhum intento ambicioso animava o Brasil, como se fazia allusão, como sobre o direito ao transito pelos rios. Dizia mais: O Governo de Buenos Ayres, melhor do que qualquer outro, deve conhecer o respeito do governo Imperial aos direitos da soberania das demais nações. O Governo

Imperial se compraz em acreditar que está vivo na memoria dos Governos e povos argentinos o seu leal e generoso procedimento na alliança contra o ex-Dictador Rosas. Nunca pretendeu, nem pretende hoje que seus visinhos lhe façam concessões, que não sejam communs ás outras nações ou se não fundem em justa e effectiva reciprocidade. Mas por isso mesmo tem direito a esperar que se lhe não recuse aquillo que a todos em geral se tem permitido. As intenções do Governo Imperial relativamente á Republica do Paraguay são tão amigaveis e pacificas hoje, quanto a foram sempre, como a Legação Imperial o disse e repete. Se, porém, o que não é de esperar, o Governo do Paraguay, olvidando-se das suas antigas e estreitas relações com o Imperio, desconhecendo os direitos d'este, accendesse a guerra entre os dous paizes, ainda hontem alliados e amigos, nem uma quebra de neutralidade haveria de parte do Governo de Buenos Ayres no facto que faz o principal objecto da nota de S. Ex.^a o Sr. Portela.

Apezar porém dessas affirmativas levava nas instrucções reservadas Pedro Ferreira, ordens precisas para subir o rio, a despeito de qualquer resistencia. «O Governo de Buenos Ayres tem declarado livre a navegação do Paraná, e com o General Urquiza celebrámos as Convenções de 29 de Maio a 21 de Novembro de 1851, nas quaes se estipulou pelo artigo 18 da primeira, e pelo artigo 14 da segunda, que o Governo de Entre Rios e Corrientes assegurariam ás embarcações dos Estados Alliado a livre navegação do Paraná, na parte em que aquelles Governos são ribeirinhos, compromettendo-se ambos a obter de toda a Confederação Argentina a observancia dessa estipulação. Não é, portanto, de crer que os Governos da Confederação e da Provincia de Buenos Ayres queiram oppôr-se á passagem da expedição, que tem de seguir com V. S., visto como o seu fim é pacifico.

«Com tudo, para prevenir qualquer difficuldade por parte desses Governos, tenho officiado ao Ministro de S. M. o Imperador junto aos mesmos Governos para que lhes explique de modo mais conveniente as intenções pacificas do Governo Imperial na missão commettida a V. S.

«Suppondo, porém, que a despeito das citadas Convenções, das estipulações a que acima me refiro, e da notoriedade dos justos motivos, que levam o Governo Imperial a procurar por esse meio uma solução prompta e pacifica das questões pendentes entre o Imperio e a Republica do Paraguay, os Governos da Confederação e a Provincia de Buenos Ayres (ou algum delles somente) pretendam oppôr-se á passagem da expedição, devera V. S. a despeito de qualquer resistencia, que deverá vencer, seguir a sua viagem limitando-se a declarar que o Governo Imperial responderá opportunamente e satisfactoriamente por este seu procedimento.»

Pelo exposto vê-se pelo espirito das instrucções entregues a Pedro Ferreira que os meios pacificos tinham preferencia sobre a ruptura. Por fim, embora com máos olhos e pouca vontade fôra franqueadas as aguas orientaes e argentinas á nossa força naval.

A 20 de fevereiro chegou Pedro Ferreira ao Cerrito, nas Tres Bocas onde fundeou. Nesse mesmo dia ali recebeu Pedro Ferreira do commandante da policia fluvial uma communicação de que permitteria o ditador do Paraguay a sua subida até Assumpção, «caso viesse, como se acreditava, em missão pacifica e diplomatica, munido das garantias que o direito das gentes concede a todo o agente diplomatico» e que se assim fosse «punha á disposição de S. S. as postas do serviço publico, afim de poder-se communicar com o Ministerio das Relações Exteriores em Assumpção.

Apegou-se demasiado a letra das instrucções o marinheiro diplomata, e por essa razão cedeo declarando n'aquella occasião que chegava em «missão pacifica e diplomatica e munido das garantias necessarias em taes casos.»

Começava elle desde então a emaranhar-se nos paranhos tecidos pela argucia de Lopez, já enredado pelos meios contradictorios graphados em suas instrucções, como vamos ver.

Pedro Ferreira fez o que praticou o consul romano, não levou no regaço da toga mas no bojo da «Amazonas», a paz ou a guerra.

Sua nota ao ministro das Relações Exteriores dizia que ia «tratar e terminar, se fôr possível, por meios pacíficos e honrosos a ambos os governos as questões pendentes entre o Imperio e a Republica do Paraguay.

«Tenho a satisfação de significar a S. Ex.^a que se acha animado das mais lisongeiças esperanças de corresponder á confiança, que nelle depositou Seu Augusto Soberano, satisfazendo aos sentimentos que elle nutre pela conservação da paz e amizade entre o Imperio e as nações vizinhas; e, por isso, querendo o abaixo assignado dar uma prova de taes sentimentos, aguardará no ponto em que se acha com a esquadra de seu commando, não os quatro dias, que diz o Commandante já referido serem necessarios para receber a resposta d'esta nota, mas sim, seis, contados de hoje ás doze horas do dia, findo os quaes seguirá sua marcha até Assumpção, aonde apresentará seus plenos poderes, se durante a viagem não fôr hostilizada a força de seu commando, no que confia o abaixo assignado, porque assim o exigem o bem e os interesses das duas nações.»

Ia dar-se o mesmo facto, já acontecido em 1825, quando se apresentou em frente a Buenos Ayres, no commando de uma força naval, o vice-almirante Rodrigo Lobo, afim de exigir satisfação por insultos á nossa soberania.

Póde-se bem avaliar das instrucções de Pedro de Oliveira. Este por sua vez como militar, desde logo avaliou qual a sua posição, n'aquellas longinquas paragens, no commando de navios de grande calado, sujeitos com a vasante dos rios, a ficarem immoveis, com poucas munições, sem poder ser abastecido e soccorrido, pois de um momento a outro poderia ser engarrafado e reduzido a mingua, uma vez que as populações ribeirinhas industriadas pelos governos interessados não os quizessem prover: emfim era uma missão «sem previo plano, sem vasos proprios para a invasão de um paiz a que era preciso chegar pelas vias fluviaes, sem ter promptas as munições em atenal preciso para o serviço das operações.»

O que se ignorava no Rio de Janeiro, tinha entrado Lopez em seus calculos para nullificar o effeito bellico que o nosso governo pensava alcançar.

Em data de 23 de Fevereiro, o ministro das Relações Exteriores José Falcon fez conhecer em nota ao nosso diplomata e almirante que se o seu Governo acolhia lisongeiramente a noticia de que o Brasil ia despachar-lhe um agente diplomatico, jamais cu'dou, entretanto, que elle se apresentasse por essa forma. «Porém quando soube que V. Ex.^a entrava no Paraná com uma esquadra importante e que o subia do mesmo modo, sem annunciar a sua vinda, nem o objecto d'ella, se dissiparam todas as illusões e esperanças, viu com o mais profundo pesar fechado toda a via de communicacão amigavel a discussão pacifica; a honra e a dignidade do Estado independente lhe impunham o dever e a necessidade de negar-se a toda a communicacão e negociacão iniciada e continuada debaixo do poder e ameaça de força; semelhante fórma em uma missão diplomatica, quando não lhe precede reclamacão alguma, a que o Paraguay tivesse desatendido, é insolita, injuriosa, offensiva e humilhante, sem necessidade. — S. Ex.^a o Sr. Presidente da Republica se achava perfeita e sinceramente disposto a receber a V. Ex.^a ou a qualquer outro que S. M. o Imperador houvesse por bem enviar ao Paraguay para o ajuste dos

negocios pendentes, desde que se apresentasse na fôrma e termos de que usam todas as nações; porém a vista dessa attitude hostil, que tomou o governo de S. M. o Imperador, desse apparato bellico e essas intimações peremptorias com que V. Ex^a. annuncia a sua missão, a honra e susceptibilidade do povo paraguayo não lhe permittem receber a V. Ex^a. no caracter diplomatico.

«Supposto que com o simples apresto e armamento se fazem já ao Governo Paraguay e á Republica uma injuria e offensa gravissima. S. Ex. o Sr. Presidente da Republica cedendo aos desejos que o animam de conservar relações amigaveis e benevolas com o Brasil, se esquece dessa injuria, e está prompto a receber V. Ex^a. e entrar em uma discussão e negociação pacifica, se V. Ex^a. quizer mandar sair para fôra das aguas da Republica a esquadra do seu commando, e subir á Assumpção no navio que o conduz, na intelligencia de que esta concessão, depois do decreto de Outubro ultimo, se faz em favor a V. Ex^a., por considerações particulares para com o Imperio. Este passo consultaria perfeitamente o credito e a honra do Governo de S. Magestade; seria em tudo conforme ao caracter pacifico e moderado de S. M. o Imperador; seria a prova inequivoca da sinceridade dos desejos que proclama de manter a paz e amizade com os Estados visinhos; e o meio unico e seguro de chegar-se a um arranjo amigavel. Se V. Ex^a. quizer dar este passo preliminar, tão justo, equitativo e honroso para o governo de S. M. o Imperador, e se servir fazel-o saber ao commandante da policia fluvial na boca do Rio Paraguay, a quem se faz n'esta data a conveniente communicação, nenhuma difficuldade terá em subir com o seu navio até esta capital, annunciar o seu caracter, apresentar os poderes com que o honrou o seu augusto soberano, e realizar a esperança que alimenta de corresponder dignamente a essa alta confiança. Se por desgraça para ambos os Estados. V. Ex. não quizer prestar-se a este acto conciliatorio, e insistir em subir o Rio Paraguay com a sua força naval, V. Ex^a. terá iniciado as hostilidades, á Republica; carregará com a responsabilidade de aggressor gratuito, e não provocado, e porá a Republica na indeclinavel necessidade de defender-se, sem attentar para o resultado que terá a luta, nem deter-se ante a superioridade do poder e força de que V. Ex^a. dispõe. Este, terrivel e penoso, porém indeclinavel dever: lhe impõe a sua honra e dignidade, como disse o abaixo assignado.

Deante de tão arrogante nota, ditada, como nos fez crer, por quem tinha conhecimento das instrucções dadas a Pedro Ferreira, muito antes della chegar, recorreo para responder a o nosso diplomata e almirante ás suas que claramente diziam ellas. «Convem que V. S. não suba até Assumpção com toda a esquadilha, mas sómente com a força que lhe parecer indispensavel, ficando a outra nas Tres Bocas para que não sirva isto de pretexto á recusa de proposições pacificas e justas que em de apresentar, principalmente se V. S. souber que nenhuma resistencia material tem de soffrer da parte do Governo do Paraguay. Se esta resistencia estiver preparada, é provavel que V. S. a encontre logo nas Tres Bocas. No caso que esteja ahi alguma força, ou se tenha feito alguma fortificação por parte do Governo Paraguay para impedir-lhe a passagem, cumpre que V. S. faça saber primeiramente ao commandante respectivo, com toda a moderação, que a sua missão é pacifica; e que o deve deixar seguir a viagem, e se ainda assim o commandante não quizer permittir-lhe a passagem V. S. seguirá, repellindo, se fôr necessario, a força com a força detendo as embarcações de guerra, e destruindo as fortificações que embaraçarem o seu transitio, sem todavia effectuar desembarque, salvo se isto fôr absolutamente indispensavel para remover qualquer obstaculo material, e o puder fazer sem expôr-se a algum encontro serio em terra.»

Acceitou; desde então Lopez tinha em suas mãos o nosso agente. Feita a primeira concessão estava dado o passo para outras e assim foi.

Silva Paranhos, segundo Helio Lobo, disse desse chefe e diplomata na camara dos deputados tres annos e um mez justos antes da batalha de Riachuelo, o fructo colhido pelo desastre da missão de Pedro Ferreira. «E' certo que confiou demasiado nas apparencias que lhe manifestou o governo paraguayo; suppoz conseguir tudo; que poderia resolver a questão fluvial e tambem a de limites, ou, pelo menos, o primeiro; é certo que não comprehendeu bem as disposições do governo do Paraguay; e quando quiz usar da força posta á sua disposição era tarde.

«O diplomata brasileiro, apesar de seus bons desejos, apesar do seu reconhecido patriotismo e habilidade que ninguem lhe recusava, não foi bem succedido, teve a sorte de muitos outros diplomatas; mas esta expedição não foi perdida: o Governo Paraguay viu por esse pequeno esforço do Governo Imperial o que poderíamos fazer, se por acaso a guerra se tornasse inevitavel entre os dous paizes.

Silva Paranhos, dizendo isto em 1862, dizia-o com conhecimento de causa por coube-lhe a missão, de em 1858 preparar o caminho para a marcha dos nossos navios em 1865.

No mesmo anno Tavares Bastos assim se expremia. «Não é lugar appor-tuno nem sou eu o mais competente para revivir antigas feridas. A missão Pedro Ferreira não podia ser desempenhada com mais inconveniencia, com um conhecimento menos perfeito de nossos direitos, de nossos interesses. Basta dizer que, depois de uma serie de desagradaveis acontecimentos, o Sr. Pedro Ferreira alcançou a grande vantagem de obter, a 27 de abril de 1855, dous proj ctos de tratados, dos quaes um acerca da navegação, desenvolvendo e reconhecendo o direito do Brasil, já reconhecido pelo Tratado de 1850 e tornando-o comtudo, dependente do resultado da convenção da mesma data celebrada acêrca de limites.

Na sua capitanea, de grande calado para aquellas aguas, partio Pedro Ferreira, mas não levou muito a encalhar. Fiel á sua promessa não quiz fazer sahir outros navios para auxiliarem o desencalhe da «Amazonas», sem antes levar ao conhecimento do governo paraguayo, o qual accedeo, dizendo não ter duvida em que «V. Exa. mande sahir os dous vapores pequenos, com a condição que, desde que o «Amazonas» desencalhe, regressem aquelles ao porto de estação que V. Exa. lhes tem assignalado». Sendo muito natural que se desse novamente o facto de encalhar, Pedro Ferreira desse receio communicou ao governo puraguayo o qual respondeo que: «para que a viagem se concluisse sem tropeço não se opporia, mas que se succedesse a desgraça de varar de novo a «Amazonas» nas proximidades da capital, o Governo Supremo da Republica sentiria muito que o povo paraguayo visse chegar dous vapores mais, porque, no espirito de inquietação, de alarma, a exasperação em que elle se acha, desde a appareição da esquadra brasileira no Rio Paraguay, poderia dar lugar a successos desagradaveis, e que por imprevistos não fosse dado ao Governo Supremo evital-os, apesar de suas melhores disposições».

Por demais docil, sem duvida, ás exigencias de Lopez, tornou-se Pedro Ferreira; via-se agora isolado da sua força, sem ao menos ter consigo um dos pequenos vapores, para serviço de correio. Desde então teve que servir-se da posta paraguaya para as suas communicações. Occasião houve em que necessitando Pedro Ferreira remetter á esquadra um officio de seu proprio punho, recorreo a José Falcon, ministro do Exterior. Accedeo este, porém, notando que o sobrescripto do mesmo indicava tres Bocas, onde se achava fundada a esquadra, devolveo-o com a seguinte observação: Com relação ao officio da divisão naval brasileira, V. Exa., ha de permitir ao abaixo assig-nado que tome a liberdade de devovel-o ás mãos de V. Exa., e pedir-lhe se

sirva mandar *mudar o envolucro do officio que diz em as Tres Bocas*. V. Exa. observará que a designação desse porto no officio pôde dar lugar a suspeitar-se ou crer-se que as forças de V. Exa. não sahiram do Paraguay, como V. Exa. *offereceu*. O portador esperará alguns momentos, em quanto se faz a ligeira operação de substituir o envolucro».

Ao chegar a Assumpção apresentou Pedro Ferreira a nota d seu Governo, datada de 11 de Dezembro de 1954, assignada pelo Marquez de Abaeté ministro dos Estrangeiros, na qual pedia satisfação ao insulto feito ao Brasil na pessoa de seu Encarregado de Negocios e allegava o direito do livre transito garantido pela Convenção de 25 de Dezembro de 1826 e a esperança que alimentava de ser resolvida definitivamente a questão de limites. Quanto a primeira parte era das instrucções de Pedro Ferreira «O Governo Imperial dar-se-á por satisfeito se o Governo do Paraguay declarar oficialmente que está disposto a receber o Sr. Felipe José Pereira Leal como Encarregado de Negocios do Brasil, ou qualquer Agente Diplomatico que o Governo Imperial houver de acreditar junto ao da Republica.

«Se não obtiver pacificamente este arranjo V. S. julgá-o conveniente poderá propôr que, feita esta declaração em uma Nota dirigida a V. S. responderá em outra assegurando que, visto ter o Governo Imperial resolvido dar outro destino ao Sr. Leal, não irá este continuar a missão no Paraguay, como Encarregado de Negocios, ou em qualquer outro caracter.

»Não pôde o Governo Imperial dar maior prova de sua moderação, e intenções amigaveis, do que acceitando como reparação d'aquella offensa, aggravada pela publicidade que o Governo do Paraguay se apressou em dar-lhe, como declaração feita nos termos acima expressados.

«Todavia, se for isto preferido pelo Governo do Paraguay, poderá V. Exa. aceitar uma salva de 21 tiros á Bandeira Brasileira qada em terra, sendo este acto precedido por uma declaração por escripto, dirigida a V. S. pelo Ministro, e publicada pela imprensa, de que não houve a mais leve intenção de offender o caracter official, de que se achava revestido o Sr. Felipe José Pereira Leal, na qualidade de Encarregado de Negocios do Brasil, quando mandaram os passaportes».

Pelo dictador, respondeo o ministro de relações de puro nome, porque quem discutia pessoalmente as questões com os diplomatas estrangeiros era o proprio Lopez, que «sem duvida, se os accordos sobre navegação e limites fossem decorosos para as duas partes. Achava-se, porém na obrigação de discordar quanto ao incidente Leal. Fora-lhe penoso adoptar a medida extrema que não pôde evitar, e melhor seria esquecel-a em bem das outras negociações. S. Exa. o Sr. Presidente julga que é de summa conveniencia não entrar em uma justificação mais ampla do seu procedimento á respeito d'aquelle deploravel incidente que, no interesse de ambas as partes, deve ser lançado no mais completo olvido, na certeza que deve ter o Governo de S. M. Imperial de que muito longe estava do pensamento de S. Exa. o Sr. Presidente offender, no menor ponto, a alta dignidade e decoro de S. M. o Imperador, nem romper ou alterar as relações amigaveis entre os dous Governos».

Contestou o chefe brasiliense da seguinte fôrma «A questão de que se trata é da ordem d'aquellas em que o Governo do paiz, que se considera offendido nos seus direitos de independencia e soberania, se vê obrigado a proceder de modo que, na conclusão d'ellas, não fique o menor vislumbre de quebra de dignidade nacional. Ora a materia em questão tem sido considerada pelo publico brasileiro e por seu Governo da natureza dessas de que falla o abaixo assignado como se vê do teor da Nota expedida a 10 de Dezembro ultimo pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Sendo assim, o abaixo assignado reputava completas e satisfactorias as explicações dadas, addicionando-se-lhes uma salva de 21 tiros de artilharia dada á Bandeira Brasileira arvorada em terra, e fazendo-se publica em um dos jornaes do paiz a maneira amigavel, e para ambos os Governos, pela qual se pôz termo á questão precedente da despedida do Encarregado de Negocios do Brasil, o Sr. Felipe José Pereira Leal.

«Esta salva será immediatamente respondida com outra de igual numero de tiros pelo vapor de guerra brasileiro «Ipyranga», que conservará nesse acto, içada no tope de prôa, a bandeira desta Republica».

Accedeo Lopez e no dia 25 de Março realisou-se a troca de salvas, tendo-se dado a publico a satisfação.

Em consequencia, foi o chefe Ferreira de Oliveira recebido officialmente no dia 29. Não pensava Ferreira de Oliveira, vencida a primeira resistencia que novas e mais duras teria de antolhar. O seu contentamento por ter conseguido transpôr—a primeira barreira, sujeitando-se embora a agachar-se devido ás contradictorias instrucções pelas quaes se devia guiar, «ter em conformidade das ordens e instrucções do seu Governo cooperado para tal feliz acontecimento, desfez-se mais tarde deante do insuccesso para vencer as demais e assim não lhe coube «ainda a felicidade de desempenhar do mesmo modo as demais partes da missão com que o honrou seu Augusto Soberano».

Vamos ver no duello travado entre Lopez e Ferreira de Oliveira a quem a palma. Lopez, no intuito de cansar o adversario, sempre na defesa afim de exgottar a dialectica do oppositor, mostrou-se eximio e quando julgou Pedro Ferreira ter rendido o adversario, este porém com um só golpe, uma clausula final, nullificou-o.

Effectivamente, Lopez, no intuito de conseguir o reconhecimento das linhas dos limites que desejava, propoz que tivesse precedencia esta questão á de navegação. Sem prejuizo de entender-se elle mesmo com o nosso plenipotenciario, nomeou no mesmo caracter *ad hoc* seu filho o brigadeiro Francisco Solano Lopez, recentemente chegado da Europa, á bordo do navio de guerra, «Taquary» e a quem se affirmou, entregára no Rio de Janeiro o Sr. Castro, do *Jornal do Commercio* e agente de Lopez copia das instrucções confiadas a Pedro Ferreira, e obtidas da Secretaria do Exterior.

No intuito de protelar, pelo governo do Paraguay foi dirigido directamente ao do Rio de Janeiro uma nota na qual narrava a satisfação e as salvas dadas e que assim sendo a permanencia da força naval, mesmo fora das aguas da Republica, não deixava de ser injuriosa aquella nação. Ainda mais que, offerecido o projecto de tratado de limites com a nota de que alem não podiam ir as concessões do Brasil, continha a apresentação pelo nosso enviado, á «idéa de um *ultimatum* invariavel, que inutilizaria todos seus bons desejos».

Semelhante nota teve do nosso ministro dos Estrangeiros immediata resposta (30 de Abril): n'ella perguntava-se: (Helio Lobo): fôra acaso possivel outro procedimento quando o Paraguay despedia inopinadamente e sem motivo o representante brasileiro? Quando negava o transitto concedido a outros paizes e pactuado com o Brasil em acto expresso? Quando se recusava a fixar a linha de limites, augmentado cada vez mais suas pretensões? «As duvidas e objecções propostas pelo Governo da Republica, não obstante a notoria justiça e moderação das pretensões do Governo Imperial, tem adiado indefinidamente a solução destas questões, que são de tão vital interesse para a civilização e para o desenvolvimento do commercio e industria não só dos dous paizes, como de todos os estados visinhos». Aliás o tratado de limites não era de negociação forçada, de modo que podia deixar de negociar-se sem-

prejuizo do de navegação e commercio . . . E concluia Linpo de Abreu : «A medida a que se allude não foi uma ostentação de força, que pudesse offender os brios da Republica, mas uma condição de dignidade para o Imperio, sem a qual o Governo de S. M. o Imperador julgou que não podia mandar honrosamente outra missão ao Paraguay depois do que tinha occorrido com o Encarregado de Negocios do Brasil Sr. Felipe José Pereira Leal. O Governo de S. M. esperou por muito tempo que o supremo Governo da Republica pudesse reconhecer a conveniencia de mandar a corte do Rio de Janeiro um agente diplomatico para explicar aquelle facto. aliás extraordinario, e para entender-se com o Governo Imperial sob as importantes negociações que em consequencia delle tinham ficado interrompidas».

Vendo Lopez que nada conseguia por via directa, voltou a conferenciar com o nosso agente diplomatico.

As bases apresentadas por Ferreira de Oliveira diziam : As duas altas partes contractantes declaram que reconhecem sómente como bases para regular os seus respectivos limites o *ut possedetis*, designado no presente tratado, e as indicações deste nos outros monumentos de posse. Nesta conformidade declaram e definem a linha divisoria pela maneira seguinte : O territorio do Imperio do Brasil divide-se doda Republica do Paraguay pelo Rio Paraná, desde onde começam as possessões do Brasil e por elle acima até a foz do Iguatemy, seguindo por este rio acima e pelo seu galho principal (deixando ao norte o seu confluyente Escopil até as suas mais altas vertentes, e dahi pela linha mais curta e menor, o alto da serra de Maracajú, que divide as aguas do Paraná das do Paraguay.

«Segue pelos cumes da dita serra, sendo as vertentes de leste do Brasil e as de Oeste do Paraguay, até chegar ás primeiras vertentes do Apa; desce por este rio até a sua confluencia com o Paraguay desde onde a margem esquerda ou oriental pertence ao Brasil, e a direita ou occidental a Republica do Paraguay. Da confluencia do Apa segue pelo Paraguay acima até a Bahia Negra, aonde as possessões do Brasil occupam ambas as margens do Paraguay. Linhas tão precisas estas indicativas do *ut possedetis* reclamadas pelo Brasil, serviram para o representante do Paraguay retrucar que tal linha ficava sujeita a differentes interpretações e intelligencias.

O proposito de Solano Lopes era ganhar tempo, depois de ter sido entregue ao ministro Falcon a 30 de Março o projecto de tratado, seguindo-se as conferencias de 3, 9 e 11 de Abril, sómente nesse dia confessou Lopes ter-lhe sido entregue a copia do referido tratado. Em seguida, no mesmo intuito de protelação, começou a insistir para que as conferencias fossem escriptas em vez de verbaes. Negou-se a isto Pedro Ferreira, pois nada se tendo concluido nem mesmo se chegado a accordo nos pontos capitais, não via a necessidade de se redigir protocollos. «Não se negaria a isso, nem se nega o abaixo assignado, se S. Ex. deseja consignar quaes os pontos em que não concordar, e até mesmo aquelles em que não houver concordancia».

Por fim comprehendendo Pedro Ferreira que estava sendo llaqueado em sua boa fé; deu por finda a discussão; declarou que «a linha de limites proposta pelo governo imperial não era acceita» e que outra cousa não podia accetar o Brasil. Convidava ao mesmo tempo o Governo do Paraguay para iniciar a discussão do tratado de Navegação e Commercio.

As mesmas evasivas e capciosas argumentações quiz empregar Lopez, mas revoltado com tal procedimento e ainda mais com o conhecimento de que «não era possivel fazer-se o tratado de commercio sem se ultimar o de limites» ameaçou Pedro Ferreira de retirar-se dando por finda a sua missão.

Esse acto de energia de Pedro Ferreira, servio para que alguma cousa se adeantasse. A 27 de Abril, sob a rubrica de Tratado de amizade, commercio e navegação entre S. M. o Imperador do Brasil e S. Ex. o Presidente do Paraguay era assignado entre os negociadores. Nelle pelo artigo 20 se concedia ao Imperio a navegação do Paraná e Paraguay. Certo não veio tal tratado sem ser acompanhado de um officio recriminatorio contra o proceder do Brasil; desafogou nelle Lopez o seu resentimento mal contido.

Uma convenção addiccional ao tratado de 27 de Abril foi assignada e por força della comprometteram-se as altas partes contractantes liquidar a questão de limites dentro do praso de um anno.

Ao artigo 2º dizia: O tratado de limites aprazado no artigo antecedente para o termo de um anno será ratificado, e sua ratificação será trocada ao mesmo tempo que a do Tratado de amizade, commercio e navegação desta data, de modo que não poderá ratificar-se e *fazer-se a troca das ratificações de uma sem a de outro.*

Pelas suas instrucções, depois de assignado o tratado de navegação, deveria o chefe de esquadra Ferreira de Oliveira mandar algumas canhoneiras para Matto Grosso e bem assim a força de desembarque que tinha a bordo da esquadra. Rezavam as instrucções: Para evitar, porem, motivos de descontentamento e complicações que possam suscitar-se será conveniente que V. S. para subir o rio solicite licença do Presidente da Republica, se elle não quizer prescindir desta condição antes de ratificado o Tratado por ambas as Altas Partes Contractantes.

Ao pedido feito por Ferreira de Oliveira, teve em resposta que não era possível consentir na passagem de navios de guerra antes da ratificação do Tratado, em vista da pretensão dos navios dos Estados Unidos e que atraz deste outras appareceriam.

Pedro Ferreira que não mais podia esperar, pois se o fizesse teria de ver seu navio impossibilitado de deixar o rio Paraguay e bem assim toda a esquadra o Rio Paraná, fez suas despedidas.

A segunda clausula da convenção addicional nullificou todo o esforço de Pedro Ferreira, pois em vista d'elle o nosso governo em nota de 8 de julho, negou ratificação explicando que: «O Tratado de Amizade, commercio e navegação, assignado na capital da Republica pelos respectivos plenipotenciarios em 27 de Abril do corrente anno seria acceito e ratificado por S. M. o Imperador. se pela clausula 2ª e pela Convenção Addiccional da mesma, não ficasse dependente para a sua validade e effeitos, da solução da questão de limites».

Disse Nabuco: De todos os modos a missão de Pedro Ferreira foi um desastre diplomatico, que o ministerio reconheceo ao negar-se a ratificar o convencionado por um representante allegando ter-se feito o accordo sem que antes se lhe franqueasse a navegação do Paraguay, *aberta ao Brasil pelo tratado de 25 de Dezembro de 1850.*

Disse Pereira Pinto que as instrucções dadas a Ferreira de Oliveira, foram terminantes, porem a verdade, diz Baez é que o agente imperial obrou com tanta pusillanimidade diante da arrogancia de Lopez, que em lugar de entrar a bandeiras desfraldadas em aguas paraguayas, desviou sua esquadra nas Tres Bocas a uma internação do presidente, chegou a Assumpção como por favor em um só navio e sahio d'ella corrido.

Vamos ver que no torvelinho da intrincada politica seguida por Lopez com a qual pareceo ter naufragado Ferreira de Oliveira na missão que lhe foi confiada, poucos annos depois as vozes que tão acremente se levantaram para accusal-o e invectival-o, tiveram que emudecer para lhe fazerem justiça.

Queria Lopez, obrigar desse modo o Brasil a acceitar as linhas divisorias conforme seus desejos, fazer do tratado de navegação a pedra de toque.

Negou-se a isso o almirante Pedro Ferreira, dizendo-lhe que viera a Assumpção autorisado a celebrar tratados e não para redigir projectos, dando neste caso por finda a sua missão.

Em vista dessas disposições, pois com ellas desappareceriam as probabilidades de ver Lopez encurralada a sua esquadra, voltou atrás e a 27 entre o general Solano Lopez e Pedro Ferreira foi assignado o tratado de navegação e commercio.

No dia seguinte ficou concluida a copia da nota relativa a questão de limites.

Julgou o almirante Pedro Ferreira que havia triumphado, mas assim não o era. Assignado que foi o tratado, pretendeo o almirante mandar a Matto Grosso dous vapores com as canhoneiras. Oppoz-se Lopez, protestando que não estando ratificado e publicado o tratado celebrado sobre a navegação, não poderia aquiescer aos desejos delle.

Nesse mesmo dia, 28 deixou o almirante Pedro Ferreira, Assumpção ludibriado completamente pelos Lopez, pae e filho.

Em officio ao ministro dos estrangeiros, datado de 25 de Maio communicou o seguinte :

« Em officio de Assumpção, em 11 de Abril, remettido no vapor *Viamão* tive a honra de participar a V. Ex. o que havia occorrido em minha commissão ao Paraguay até aquella data. Agora passo a expender o que se surgiu até o dia em que retirei-me.

No dia 12 do dito m z depois que partiu o *Maracanã* do porto de Assumpção com os officios para V. Ex. veio visitar-me o general Lopez, e nessa occasião disse-me que encontrava uma duvida no primeiro artigo do tratado de limites, que necessario era ser esclarecido por escripto, para assim salvar sua responsabilidade, e que por isso não podia ter logar a conferencia aprazada, para o dia seguinte sem que eu respondesse á nota que ia dirigir-me. Respondi que não via razão plauzível para se não dar principio ás conferencias, pois que nellas eu poderia dar com mais amplidão e clareza toda e qualquer explicação que eu carecesse; ponderei-lhe os inconvenientes de discutir taes questões por meio de notas, pois que para evita-las é que se nomearão plenipotenciarios precisos, afim de se chegar a um accordo, e que não seria possivel conseguir por meio de discussão por escripto, senão talvez depois de uma demora incalculavel. O general não pôde contrariar estas razões, porém insistiu na precisão que tinha de pedir as explicações por escripto e deixou entrever que assim procedia em virtude de instrucções de seu governo.

« Logo que se retirou o general escrevi ao presidente annunciando-lhe uma visita minha no dia immediato, ao que respondeu que a receberia com muito gosto. O fim desta visita foi apresentar ao presidente os inconvenientes da discussão entre os plenipotenciarios por meio de notas, mas nada consegui e me convenci de que o seu plenipotenciario assim procedia em virtude do que elle lhe ordenava. Estranhei a maneira porque desta vez comigo discutiu sobre varios objectos das negociações, pois abundou em queixas contra o procedimento do governo imperial em diversas épocas, por uma maneira picante, pelo que me vi forçado por vezes a responder convenientemente, por isso não terminou esta visita tão cordialmente como as antecedentes.

No mesmo dia 13, ao por do sol, recebi a annunciada nota do general, constante da copia n. 1, á qual respondi com a da copia n. 2, que foi entregue no dia immediato ás 10 horas da manhã. Pelo portador o tenente Ferreira de

Oliveira mandei dizer ao general que era preciso reunir-mo-nos aquella tarde na sala das conferencias, ao que respondeu que ali me esperaria ás 5 horas da tarde. A' hora indicada reunimo-nos, e então disse ao general, que como me pareceu que estaria satisfeito com a minha resposta á sua nota, e como já por vezes eu tinha dito que não podia demorar-me, queria saber se no dia seguinte dariamos principio aos trabalhos do tratado de limites. A isto respondeu que ainda não era possível porque eu o não tinha comprehendido, talvez porque não tivesse sido bem claro em sua nota o que a faria explicar com mais clareza.

Entramos em discussão sobre a materia das notas mas elle declinou da questão, e o insistiu na necessidade de me dirigir segunda nota.

«O general esforçou-se n'esta occasião em manifestar seus bons desejos na conclusão dos tratados, com especialidade no de commercio e navegação que entendia interessar muito á ambos os paizes; e sobre este objecto manifestou idéas oppostas ás que a missão no Paraguay relativamente á franqueza de navegação e commercio, as quaes julgo ter elle adquirido em sua viagem á Europa.

No dia 15 que era domingo procurei o general e disse-lhe que não me demorava em Assumpção mais de oito dias, findo os quaes devião estar resolvidas as questões dos tratados. Respondeu que em tão curto praso não era possível vencermos os trabalhos que tínhamos a fazer, que quanto ao tratado de navegação e commercio não havia duvidas de consideração e que por isso desde já me afañava que havíamos de concordar na sua conclusão, mas que no de limites via grande difficuldade visto que eu não declinava da linha de limites indicada no projecto. Perguntei-lhe que era a linha que propunha. Respondeu-me que para propol-a era necessario primeiro saber como eu entendia o *uti possidetis* em que se fundava o projecto de tratado por mim apresentado. Repliquei-lhe que na minha nota ultima tinha explicado a intelligencia e applicação deste principio, mas que se o que elle pretendia era saber qual a significação e talvez a etymologia das phrases do principio, eu julgava materia excentrica dos deveres de plenipotenciarios generaes, por ser achar sufficientemente esclarecido pelos classicos e nos dictionarios. O general ficou um pouco vexado com esta resposta, e ultimou esta nossa entrevista dizendo que no dia seguinte me mandaria a resposta á minha nota.

«Depois que deixei o general procurei o presidente que recebeu-me com amabilidade. Fallamos sobre as negociações, e toda a conversação indicou bom resultado, sem com tudo desistir elle da intenção de replir a minha ultima nota.

«Aproveitei a occasião de lhe fallar na ida dos vapores a Matto Grosso. Mostrou repugnancia, mas não negou positivamente a permissão, ficando esta materia para depois das negociações do tratado. Esperei todo o dia 16 pela nota do general e como não a recebesse, dirigi no dia 17 pela manhã uma carta dizendo-lhe que ás 10 horas ia fallar-lhe na sala das conferencias. A's 9 ¹/₂, não tendo recebido resposta, dirigi-me ao palacio, porém no caminho me foi entregue uma carta em que me dizia o dito general que me esperava no lugar do costume. Ali disse então ao general que, como não havia recebido a nota promettida, queria salvo se tinha resolvido dar principio ás conferencias ao que se podia proceder já, porque devia partir no praso que havia dado.

«Respondeu que não lhe tinha sido possível enviar a nota, porém que se estava passando a limpo e que n'aquelle mesmo dia a enviaria. Nesta occasião tornou a fallar nas difficuldades que encontrava em se proseguir as negociações do tratado de limites, visto ter eu tanta pressa e não querer prestar-me ás explicações que se exigião por escripto sobre o primeiro artigo do tratado.

«Respondi que nunca me havia negado a prestar os esclarecimento que se exigião, ao que me negava era a fôrma porque se exigião taes esclarecimentos, pretendendo-se discutir os artigos do tratado por meio de notas, nullificando por esta fôrma as vantagens das conferencias verbaes, entre os plenipotenciarios, sendo as conferencias verbaes a pratica de negociar tratados e para cujo fim se nomearão plenipotenciarios.

Fallei ao general na ida dos vapores para Matto-Grosso e elle ficou de fallar a seu pai a este respeito.

As 5 horas da tarde do mesmo dia 17 recebi a nota. copia n. 2, no qual o general insiste na explicação do *uti-possedetis*, conforme entendia e queria seu pai.

Pelo contehdo desta nota e das antecedentes e pelas conferencias com o general e com o presidente me convenci de que tinha havido mudança de intenções do presidente a respeito da celebração dos tratados, e que somente se queria demorar a solução co discussões interminaveis até baixarem as aguas, de fôrma que a esquadra ficasse inutilisada. Por taes motivos respondi immediatamente á nota do general que foi entregue no dia 18 ás duas horas da tarde, como se vê da copia n. 4. Nesta resposta dei por concluida a discussão sobre a intelligencia do *uti-possedetis*, adiando a conclusão do tratado de limites enquanto passava a dar conta do occorrido ao governo imperial e propunha que se desse principio ao ajuste do tratado de navegação e commercio.

A isto respondeu-me o general no dia 19 como se vê da copia n. 5, da nota em que promette responder circunstanciadamente á que lhe escrevi a 18, e assegura que concorda em negociar o tratado de navegação e commercio.

No dia 20, á hora indicada, reuni-me com o general que mostrou-se sentido de se não poder chegar a um accordo no tratado de limites, por ter eu fechado a discussão sobre a intelligencia do *uti-possedetis*, e então concordámos em que ficasse adiado o tratado de limites por meio de uma convenção, e que quanto ao do commercio elle me enviaria o seu projecto para que, em vista do outro por mim apresentado, se regulasse nas conferencias o que devia reger como tratado.

Nesta mesma occasião procurei o presidente, visto que assim era necessario, porque no Paraguay todos os negocios são tratados com o presidente, e os mais funcionarios só servem para executar ou assignar o que elle lhes ordena ou dicta.

Grande foi a minha surpresa quando, communicando-lhe que havia concordado com o geeral respondeu-me que não era possivel fazer-se o tratado de commercio sem se ultimar o de limites, e que como eu tinha terminado a discussão sobre o de limites tambem elle não convinha em se ultimar o de navegação e commercio, e só assim concordava em que eu e o seu plenipotenciário discutissemos e redigissemos um projecto de tratado. A isto respondi que meus plenos poderes e de seu p-enipoten iario nos autorisavam a celebrar tratados e não a redigir projectos simplesmente, que n'este caso eu me retiraria dando por concluida a minha missão diplomatica. A discussão tornou-se calorosa e foi-me necessario usar de muita prudencia e calma sem quebra de dignidade para não romper com o presidente, que se manifesten em toda a conversação colerico e desarrazado, por forma que julgei prudente terminar a discussão, levantando-me e dizendo em tom serio e grave que no dia seguinte me entenderia com o seu plenipotenciario e resolveria o que devia fazer em vista de que elle me communicasse.

«No dia 21 recebi a nota, copia n. 6, que bem mostra não ter sido redigida pelo governo que a assignou, e sim por um terceiro no gabinete do presidente, porquanto a dita nota está em perfeita contradicção com as ex-

pressões e maneiras com que sempre me tratou o general e com os desejos que elle manifestava de se chegar a um accordo.

«Recebi tambem na mesma occasião o contra-projecto de tratado de commercio e navegação e o projecto da convenção sobre o adiamento do tratado de limites.

No dia 22, que era domingo, não houve conferencia; empreguei o dia em examinar o projecto e contra-projecto, acima mencionados, e em organizar as emendas e additamentos que julguei convenientes.

«No dia 23 reuni-me com o general e declarei-lhe que antes de principirmos os nossos trabalhos preciso era decidir uma questão importante, a qual era saber se iamós celebrar um tratado ou não fazer mais que discutir; referi-lhe a conversação que tinha tido com o presidente e o que eu lhe havia declarado afinal, concluindo que portanto era preciso que elle general me declarasse se iamós discutir o projecto de tratado ou celebrar o tratado; pois que no primeiro caso eu dava por terminada a discussão, e no segundo continuaria. Respondeu que iamós discutir e celebrar o tratado de commercio que elle muito desejava por ser de interesse a ambas as nações e que havia aplanado todas as difficuldades que eu tinha encontrado em seu paiz a este respeito.

Nesta mesma occasião disse ao general que havia recebido sua terceira nota, na qual elle insistia na questão da discussão do tratado de limites por meio de notas e avançava proposições menos justas e accusações indirectas ao governo imperial. Declarei-lhe que eu não podia deixar passar isso sem resposta convenci que a materia exigia algum desenvolvimento e que por isso logo que concluíssemos os trabalhos do tratado de commercio e navegação e da convenção adicional a de limites trataria de responder a dita nota convenientemente.

Os dias 24, 25, 26, e 27 foram empregados em conferencias de manhã e de tarde para se traduzir, redigir o ultimar os artigos do mencionado tratado de commercio e navegação e convenção adicional, e que com bastante trabalho e paciencia ficou concluido no dia 27 em que os plenipotenciarios assinarão o tratado e convenção que tenho a honra de enviar a V. Ex.

O dia 28 empregou-se em concluir a resposta, copia nº 9, a ultima do general, relativa á questão de limites, a qual pela gravidade da materia não pôde deixar de ser longa e por isso só ficou concluida no dia 28, já tarde, e foi entregue no dia 29, quatro horas antes de me embarcar para seguir viagem.

No dia 28 recebi do general a confidencial, copia nº 10, a que respondi como se vê da copia nº 11.

No mesmo dia 29 enviei ao ministro dos estrangeiros a nota, copia n. 12, em que me despedi do governo da republica; no dia anterior já me havia despedido pessoalmente do presidente e de sua familia.

Depois de já estar a bordo recebi do ministro das relações exteriores e nota, copia n. 13, em que accusa a recepção de minha nota de despedida e respondi á minha proposta o governo do Paraguay mandar um plenipotenciario ao Rio de Janeiro. Pouco depois recebi do general a nota n. 14 em que accusa a recepção da que lhe enviei nesse dia. Nelle se compromette a responder-me em qualquer parte onde me ache.

Depois que assignamos o tratado e convenção passei a tratar da subida de dous vapores a Matto Grosso com as canhoneiras, porém encontrei no presidente mudança completa a este respeito, pois allegou que lhe não era possível concordar na subida de navios de guerra antes da ratificação do tratado de navegação, em consequencia da pretensão do governo dos Estados Unidos a respeito da subida dos seus navios de guerra é que a par destas pretensões apparecem outras dos mais governos que o porião em grande difficuldade.

Respondi que taes pretensões não tinham relação com as do Brasil na materia em questão porque este era ribeirinha não tinha posições acima do Paraguay, accrescendo que na presente occasião me era preciso communicar ao presidente de Matto-Grosso o que se havia tratado e habilitar-o com dous pequenos vapores para policiar o rio e a fronteira.

As minhas ações foram baldadas, sómente offereceu-se para mandar proprios a entregar qualquer officio meu ao presidente de Matto Grosso que não accetei porque entendi que isso não convinha.

No rio Paraguay a crescente das aguas deste anno foi muito tar'e e diminuta de fôrma que na Assumpção e suas immundações não chegavam as aguas á metade da altura que é de costume nas cheias regulares e principiou a vasante mais cedo do que devia sér.

Antes de concluida a discussão do tratado de limites, já e recebia participações do chefe do estado maior o caítão de mar e guerra Ba.roso de que o Paraná baixava por dia de seis a oito polleg das o que me collocava na alternativa de mandar etra os navios de maior calado, os de dez pés de agua rio baixo até se porem a salvo dos passos difficeis ou de ficarem em Corrientes ou na bocca do Paraguay, até a enchente do anno seguinte adoptei o primeiro expediente mnda do desc. r a «Amazon s» com os treis vapores e as duas catas, os quaes felimnte puderão vencer as difficuldades que encontraram para chegar até o Rosario; creio, pois que as circunstancas r feridas da descida das aguas e ausencia dos navios de maior força alguma influencia teve nas difficuldades que eno treis desde e tão nas negociações sendo digna de notar-se que taes difficuldades se tornario mais salientes desde a cegada a Assumpção do vapor de guerra «Flambeau», que aqui ancorou no dia 8 desceu o rio no dia 21, porquo com andante recioiu que a descida das aguas impedissem o transito nos passos difficeis se se temorasse mais tempo naquelle porto,

O portador deste officio o major de engenheiros I. B. de S. M. que pelo ministro da guerra se me havia ordenado que o empregasse, devo o seguir afinal para Matto Grosso em commissão, o que se não tendo verificado, o r isso faço egresar para a corte, conforme participo nessa data ao ministro da guerra.

Cumpr-me, porem, dizer a V. Ex. que tendo observado o dito major brilhante intelligencia nos ramos a sua arma e habilitacões e conhecimentos nas nossas questões de limites, sobre cujo objecto tem feito particular e tudo tendo a vantagem de ter servido na provincia de Matto Grosso que o habilitou a pratcamente avaliar a importancia das localidades em questão com a Bolivia e Paraguay, por taes motivos levei em minha companhia até Assumpção onde muito me ajudou nos trabalhos de correpondencia diplomatica e me prestou n ormaçõs uteis neste importante servio, o r dos estes motivos o faço portador dos meus officios porquo como está sempre ao meu lado e está ao facto de tudo o qu se passou confio em sua intelligencia para prestar quaquer informções ou explicações.

Cumpr-me bservar que não mando nesta commissão o meu secretario e ajudante d'ordens o 1º tenente A. J. Curvello e Avila em quem igualmente confio, e que muito bons serviços tem estado e porque agora não posso dispensar seu serviço por ser precisa sua resença para em vista das ordens que o expedi durante a commissão legalisar as de pezas e escripturação a divisão e outros serviços especiaes do logar que elle occupa e desempenha e tambem não mandei o meu ajudante de ordens P. F. Oliveira Junior, por ser meu filho, qualidade esta que talvez fizesse meno acrelita as algumas informações de que V. Ex. precisa já.

Diz Helio Lobo: Não fora tão grande como pareceu, a falta do marinheiro. Naquelle trecho de viagem ninguém se salvaria. Para todos — mandantes e emissarios, governantes e governados — uma parcella de responsabilidade nos successos de que era primeiro ensaio aquelle gesto mallogrado.

O regresso de Pedro Ferreira sem nada ter conseguido de Lopez, fez comprehendere aos nossos estadistas onde se achava a mola de toda a politica sul-americana capaz de em momento inesperado, fazer explodir a guerra.

O presidente Lopez querendo dar cumprimento a sua promessa feita ao nosso diplomata, annunciou a ida ao Rio de Janeiro do general Lopez como plenipotenciario; porém tendo adoecido este foi designado D. José Berges e para seu assessor contractou D. Lourenço Torres, portenho. Seguiram em Dezembro de 1855.

Emquanto isto mandava o Brasil a cidade do Paraná o visconde de Abaeté (Fevereiro de 1856) a tratar com Urquiza presidente da Confederação. Fallava-se da possibilidade de uma alliança entre ambas as nações.

Quanto á missão de Berges, todo o mundo annunciava o fracasso em consequencia do supposto fracasso de Pedro de Oliveira. Tanto a imprensa fluminense como o «Semanario» de Assumpção em artigos exaltadissimos jogavam-se apodas.

Apezar pois da atmospheria cheia de prevenções que havia contra o Paraguay, acolheu o governo Imperial com toda a deferencia ao Snr. Berges e enquanto entre este e o visconde do Rio Branco estabelecia-se laboriosa discussão, assegurava o visconde de Abaeté com Urquiza o tratado de 7 de Março que estipulava no artigo 2º. Que cada uma das Altas Partes Contractantes se compromettia a não apoiar, directa ou indirectamente a *segregação de porção alguma dos territorios da outra, nem a criação n'ellas de governos independentes em desconhecimento de autoridade soberana e legitima respectiva.*

Pelo 3º. As mesmas partes se obrigam a defender a independencia e integridade da Republica Oriental do Uruguay.

Pelo 5º. As mesmas partes confirmam e ratificam a declaração da independencia da Republica do Paraguay. Pelo 18º. As mesmas partes declaram neutralizada a ilha de Martin Garcia. Art. 19. As mesmas partes declaram livre a navegação dos rios Paraná, Uruguay e Paraguay. Pelo 2º. As mesmas partes convêm em convidar o Paraguay para adherir ao presente tratado. (Semanario n. 150).

Entre Paranhos e Berges, no Rio de Janeiro durante dois mezes de laboriosa discussão chegava-se a termo a 6 de Abril de 1856 á redacção de um tratado que ainda, se não era um triumpho para Lopez, servia de uma justificativa em favor de Ferreira de Oliveira, pois se conseguira Paranhos um tratado de amizade, commercio e navegação, ficava a questão de limites com seis annos de aprazamento.

Vamos ver ainda as restricções que á navegação no tratado se continham:

Pelo artigo 1º as partes contractantes se concediam reciprocamente a livre navegação dos rios Paraná e Paraguay, nas secções em que eram respectivamente ribeirinhos. Exceptuava-se pelo 2º, desta concessão os rios interiores em que ambas as margens pertencessem em absoluta a cada uma das partes. Obrigaram-se pelo 3º a não impôr direitos de transito, nem nenhum outro imposto ás suas respectivas embarcações. Que se concediam pelo 4º, reciprocamente a permissão de fazer passar pelos rios Paraná e Paraguay dous navios de guerra juntos ou separadamente, porém não em maior numero, e cada um destes navios não devia exceder de seiscentas tonelladas de arqueação, nem estar armado de mais de oito canhões. Pelo 5º que nesta restricção não estavam comprehendidos os navios de guerra que visitassem os portos de ambas as partes como paquetes.

A má fé de Lopez ia invalidar todo o tratado. Pelo artigo 6º que dispunha que o livre transito pelas aguas do Paraná e Paraguay se declarava permanente, no entanto que as demais estipulações durariam só seis annos e que ficava entendido que cada uma das altas partes co tractantes se reservaria o direito de adoptar por meio de regulamentos fiscaes e policiaes, as medidas convenientes para evitar o contrabando e prever a segurança, obrigando-se ambas as partes a sustentar, como base de taes regulamentos, os que forem mais favoraveis ao melhor e mais amplo desenvolvimento da navegação para o qual foram estabelecidas.

Firmado no artigo 6º Lopez, logo a 15 de Julho, expedio um decreto obrigando os navios mercantes estrangeiros a tomar praticos paraguayos desde Assumpção até o primeiro porto brasiliense de Matto Grosso e vice-versa. Não satisfeito em 10 de Agosto expedio instrucções para fiscalisação da navegação, cujas annullavam todas as franquias concedidas a ambas as partes contractantes pelo tratado de 6 de Abril. Obrigava a parada dos navios para serem visitados e ao pagamento de direitos de franquia.

Contra semelhante proceder reclamou o Brasil em nota de 26 de Janeiro de 1857. Para chegar a um ajuste amistoso mandou como agente diplomatico o cavalheiro José Maria do Amaral, o mesmo que se achava acreditado perante o governo do Paraná.

Reclamou o nosso ministro, 1º: contra a vexatoria e offensiva policia a que se sujeitava o commercio da provincia de Matto Grosso, e o transito das pessoas procedentes d'ella, ou que se dirigissem para ella, debaixo da bandeira brasileira; 2º, contra a larga escala a que para esse fim eram obrigados os navios brasilienses que transitavam pelo rio Paraguay, vindo directamente de um porto de seu paiz com destino a outro porto do mesmo paiz; 3º Contra a condição imposta para que taes navios fossem piloteados por praticos paraguayos. 4º Contra as taxas impostas a navios e passageiros pelo simples transito pelo rio. 5º Finalmente contra a soberania exclusiva que o governo paraguay se attribuia em exercer pelos referidos regulamentos sobre a secção comprehendida entre o Rio Apa e o Forte Olympo.

Reservado 1º. «Cidade de Assumpção 10 de Abril de 1855. Illmo Exmo Sur. — No officio que a este acompanha, com data de hoje, tive a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. o occorrido na commissão de que o governo de Sua Magestade o Imperador se dignou encarregar-me. *N'elle me restringi a mencionar aquillo que se pode publicar*, por isso vou agora dar conta a V. Ex. do que considero reservado.

«Os escrúpulos manifestados pelo governo de Buenos Ayres; os receios que dizia ter, de quebrar a neutralidade nas questões do Brasil com o Paraguay, quando sómente se tratava por nossa parte de fretar navios mercantes para o transporte de carvão e viveres; a insistencia nos pedidos de explicações sobre a entrada da esquadra nas aguas do Paraná; todos estes factos combinados com o ajuste e compra depois effectuada com agentes do governo paraguay, de correntes de ferro, espingardas, canhões de grande calibre, pólvora e bala, levarão-me a suspeitar da *boa fé* de tal governo.

E quando observei, não só o desabrimento e alcance da linguagem de alguns periodicos publicados naquella cidade, sob a influencia e direcção de pessoas da privança dos membros do governo, como tambem que os inimigos de intervenção brasileira no Estado Oriental haviam ali estabelecido seu quartel-general, tendo á sua frente o violento *Pacheco y Obes* sem que com isto houvesse o mais leve indicio de que desagradavam aos governantes de Buenos Ayres, inclinei-me a acreditar *que havia plano combinado e aprazado para o momento, em que rompessemos hostilidades com o Paraguay*. Se

taes hostilidades se dessem, era provavel que apparecesse a necessidade de retirar-se a intervenção nos negocios do Estado Oriental; era provavel tambem que não fossem a isto indifferentes a França e a Inglaterra que observão com ciúme e despeito a influencia da politica do gabinete imperial n'estes paizes.

Todas estas considerações me convencerão da necessidade de ser *cauteloso observador das instrucções que V. Ex. me havia dado* sobretudo quando não encontrasse o general Urquiza franca e lealmente decidido a nosso favor.

O máo successo da ultima invasão na provincia de Buenos Ayres collocou-o na alternativa de procurar o apoio e protecção do Brasil ou de ceder ás imposições do governo de Buenos Ayres. As proposições em nome d'elle feitas a V. Ex. por A. Lamas (das quaes tive conhecimento antes de partir das ilhas Ornos) me faziam acreditar que preferiria o primeiro arbitrio; porém dentro de poucos dias mudei de crença, por saber na cidade do Paraná que se havia ultimado a convenção entre os governos de Buenos Ayres e da Confederação: sendo para notar que isto se dera com bastante desar para Urquiza, que teve de ordenar o desterro d'aquelles mesmos chefes que elle proprio armara. Finalmente, a sua ausencia da capital, sem duvida calculada e effectuada para evitar o contacto com o encarregado da missão do governo imperial do Paraguay, não me deixou mais duvidas do que poderíamos esperar d'aquelle general.

«Cumpre-me dizer aqui, embora pareça sem nexo, que muitos dos chefes militares comprometidos por amor a Urquiza e por elle ultimamente abandonados, procurarão-me já pessoalmente, já por meio de cartas, offerecendo-se para servir ao imperio na guerra que suppunhão infallivel entre o Brasil e o Paraguay.

«Se tudo quanto tenho expendido me determinava, além da força e do espirito das instrucções do governo imperial, a preferir os meios pacíficos e sómente empregar a força em caso extremo, as observações que fui levado a fazer á vista das conferencias que tive nas capitães de Entre Rios e o de Corrientes, conspirarão para rebustecer aquella minha resolução.

«Na Bajada, tanto o ministro Gutierrez, como o vice-presidente da Confederação, se mostrarão partidarios da politica do governo brasileiro na questão da navegação fluvial, mas não deixarão de dizer que julgavão acertado que antes de se empregar a força se empregassem os meios diplomaticos; falarão-me na conveniencia de intimação previa, e na de *se não offender o metindre das republicas vizinhas, onde a população se achava um tanto assustada com o apparato da força por parte do Brasil nestes paizes.*

«Tiverão a conveniente resposta, que acabava com a asserção seguinte:

«Nas mãos do presidente Lopez está a escolha: nosso procedimento será a justa consequencia d'elle».

«Da parte de Pujollo, presidente da provincia de Corrientes a mesma linguagem e de minha parte a mesma resposta. E como li no *Semanario* (jornal de Lopez) quasi as mesmas palavras que havia proferido ao conferenciar com o vice presidente da Confederação e com Pujollo reconheci que um delles se corresponde com o mesmo Lopez.

No porto de Bajada o commandante do vapor norte americano *Water Winch* e seu immediato me procurarão e relatarão os pormenores do conflicto com a bateria paraguaya do Itapiru; e embora o fizessem de um modo favoravel á sua causa, todavia levárão-me a suspeitar que aquelle conflicto fôra creado calculadamente, para dar logar ás violencias que costuma empregar os Estados Unidos.

«Os ditos officiaes americanos negarão ao Paraguay direitos á margem occidental do rio deste nome e accrescentarão que havendo ali terrenos da Confederação da Bolivia e do Brasil na parte boliviana, já estão empregados capitaes norte-americanos.

«Não me passou despercebido o partido que do conflicto entre a bateria paraguayana e o vapor norte-americano se poderia tirar nas conferencias com Lopez.

«Por outro lado, se nesse proceder houve com effeito calculo e desejo de provocar conflicto entre os Estados Unidos e o Paraguay, me parece que não devemos perder de vista o perigo que resultará do estabelecimento de subditos da União nas margens do Paraguay, sobretudo na ilha do Atajo, situada na confluencia deste rio com o Paraná, ilha cuja importancia é devidamente comprehendida pelos ditos officiaes do *Water Winch*.

«Os conselhos (que outra cousa não foi a conversação destes officiaes comigo) os conselhos de empregar a força desde que chegasse, procedião não só do desejo de verem cair o actual governo paraguayano, como da convicção em que estavam elles e muita gente em Corrientes, de que Lopez não nos poderia resistir». As medidas de precaução, tomadas pelo presidente, revelavam que elle contava com a derrota.

«Consistião as principaes dessas medidas na retirada das familias, que habitão á beira-rio, para o interior; na remoção dos cofres, onde ha valores metallicos; na concentração de forças nas baterias de Humaytá; e finalmente na repetição de resistencia no ponto de Tucumbú, que cobre a capital.

«Estou certo de que essa resistencia facilmente desapareceria, mas julgo ter sido mais vantajoso o andamento que os negocios tomáram em consequencia da declaração e dos reiterados protestos que recebi, de que o governo paraguayano estava disposto a tratar, a conceder o que fosse justo e razoavel etc. etc., como se vê do seu jornal o *Semanario*, da primeira nota que recebi e mesmo de toda a subseqüente correspondencia.

«Por isso, quando medito na importancia e alcance dos passos dados pela officiosa diplomacia anglo-franceza, não hesito em acreditar que V. Ex. approvará a condescendencia com que me prestei a subir com um só navio, a mandar que a esquadra se afastasse meia legua das aguas do rio Paraguay.

«Encaminhados os negocios assim e esperançado de tirar partido das qualidades pessoas do presidente Lopez, escrevi-lhe, no dia 4 de março, nma carta particular, de que junto copia sob n. 1. A resposta que tive (n. 2) parece justificar de sobra o passo que dei. Os obsequios reitos no dia de min a chegada á Assumpção e ainda depois servindo á politica do presidente perante seu povo, são por outro lado uma prova de que muito se paga com a maneira porque tenho procedido.

«Passo agora a expôr a V. Ex. o que se tem passado nas conversações a sós com o presidente e ultimamente com o general seu filho, a quem nomeou plenipotenciario para a navegação dos tratados.

«Não tenho conferenciado com o ministro de relações exteriores, D. José Falcon, nullidade completa, que o Ex^o. Sr. conselheiro Bellegarde conhece perfeitamente.

«Todas as vezes que tenho procurado entender-me com o presidente dirijo-me por carta ou verbalmente ao ministro. Mas a submissão deste é tal, as suas attribuições são de tal maneira limitadas á assignatura de certas peças officiaes, que nunca responde promptamente, nem sequer abre os officios, notas ou mesmo cartas que lhe escrevo.

«Dito isto fica desde já entendido que tudo quanto o governo tem delibado passou-se sem intervenção intelligente do seu ministro.

«No dia 15 de Março, antes de fallar ao presidente, procurei o Snr. D. José Falcon. Recebeu-me elle mui urbanamente, levou-me pouco depois á presença do presidente e immediatamente retirou-se.

«A sós com o presidente, signifiquei-lhe em termos convenientes o objecto da missão a meu cargo.

O presidente fallou-me primeiramente na questão Leal, e depois na dos tratados.

«Quanto ao primeiro ponto entendeu-se em protestos de respeito e de consideração para com o Imperio; procurou convencer-me de que não havia offendido o Brasil; recordou a circumstancia de haver sempre tratado com provas de estima ao nosso consul; e mostrou-se como que magoado por este não procural-o com frequencia.

«Note V. Ex. que até aquelle momento o presidente ainda não tinha lido a nota de V. Ex., datada de 10 de Dezembro findo. Disse-lhe por isso aquillo que me pareceu indispensavel para encaminhar convenientemente o negocio da satisfação.

«Quanto ao outro objecto da commissão o ajuste e celebração de tratados, o presidente disse que estava nas melhores disposições. Recordou que já havia celebrado um tratado com o Sr. Pimenta Bueno, e chegou a dizer que hoje se felicitava pela rejeição que soffrera semelhante tratado. Recordou tambem que se achava nas melhores disposições no tempo do Snr. Bellegarde e como que censurou o nosso governo por inacção (coherente com a linguagem do periodico *Semanario*), e deplorou que não se tivesse com o dito Snr. Bellegarde celebrado o tratado de limites e o de navegação e commercio. Foi visivel a predilecção que mostrou por este senhor, pois disse por duas vezes: «Ninguém veio ainda ao Paraguay com melhores desejos e que mais justificasse as sympathias que inspirava».

Finalmente concluiu, dizendo «que tendo-se dissipado as esperanças de ajustar com o Brasil as ditas questões de limites, navegação e commercio, revivião agora taes esperanças com a minha chegada e á vista da maneira por que eu encaminhava os negocios».

No dia 22 tive segunda conferencia com o presidente, que ainda vacillava sobre a satisfação, sobre a nomeação de plenipotenciario e sobre a procedencia que devia ter a satisfação ao reconhecimento do character diplomatico que me dava a carta credencial ou inversamente.

Chegámos ao accordo de que dou conta no outro officio de hoje.

Devo observar que achei, como V. Ex. previra, menor difficuldade em dar-se a satisfação e a salva, do que em se declarar *que o governo paraguay estava disposto a receber qualquer encirregado de negocios do Brasil, e mesmo o Snr. Leal*. Devo mais observar que a redacção da nota me pareceu satisfactoria e inteiramente conforme com aquillo que se havia combinado.

«Precisando activar o negocio da apresentação da carta credencial, e obter do governo as ordens necessarias para que subisse sem embaraços um vapor que levasse as participações que era urgente endereçar ao governo imperial, e que não seria prudente confiar aos correios da Republica, desde a capital até as Tres Bocas solicitei nova entrevista que me foi concedida facilmente.

«Quanto ao primeiro objecto, assegurou-me o presidente que estavam dadas as ordens para a nomeação do plenipotenciario. Quanto á vinda do *Maracanã* observei que o mesmo presidente estava disposto a contrariar-me.

Disse-me que «a esquadra ainda estava nas Tres Bocas; que os officiaes brasileiros (que não tem ido a terra) têm propalado, em conversação com pas-

sageiros de navios que subirão, doutrinas perigosas e offensivas ao governo da republica.» Nesse sentido abundou o presidente.

«Cabendo-me a vez de fallar, procurei convencer o presidente da falta de veracidade das noticias que lhe chegavão, e da falta de procedencia de suas razões para me diffcultar a vinda do pequeno vapor *Maracanã*.

Nove dias antes ao de nossa conferencia havia apparecido no *Semanario* um decreto verdadeiramente annullativo do de 3 de Outubro de 1854, decreto no qual o governo do Paraguay declarava que a prohibição contida n'aq elle não era extensiva aos vapores de guerra estrangeiros, que as potencias que tem tratados de commercio com a republica e *agentes diplomaticos* ou *consulares* na capital quizerem se destinar ao porto de Assuncion para o serviço de sua correspondencia.

Deste decreto me prevaleci, como devia, para declarar ao presidente que pedia aquillo a que tinha direito á vista do seu proprio decreto. A' isto accrescente que suppunha haver sinceridade em todo o nosso procedimento até então, que não concebia o que era confiança limitada, e, finalmente, que se se me negasse a vinda do vapor, eu consideraria desnecessario continuar a tratar com quem não me retribuia as demonstrações, tantas vezes dadas, de que confiava na sinceridade e nos protestos do governo do Paraguay.

«Recordei ao presidente um facto que foi o de tomar casa em terra e de á ella recolher-me no dia seguinte ao da apresentação da credencial.

A força desta argumentação, ajudada pelo tom de firmeza com que me pronunciei, operarão uma revolução no animo do presidente Lopez. Tornou um ar amigavel e me disse com admiração: «O Snr. plenipotenciario se incommodou!...

«Póde mandar vir a *Maracanã*».

Respondi-lhe então: «Não me incomodei, Snr. presidente, disse e digo a V. Ex., que em questão de confiança não conheço meio termo: ou confio ou não confio».

«Replicou-se-me ainda

«*Oh! fué un hombre cambiado!*»

Restabeleceu-se a harmonia e despedi-me.

Já vê V. Ex. que, em um negocio tão simples, qual a vinda do vapor *Maracanã*, o presidente do Paraguay estava enxergando, ou fingindo que enxergava perigos. Vê tambem V. Ex. o partido que se póde tirar de fallar com energia nas occasiões opportunas. Talvez me seja ainda necessario e mesmo forçoso proceder de igual modo para que se termine amigavelmente a questão dos tratados.

Resta-me fallar no que se tem passado relativamente á escolha de plenipotenciario e á celebração dos tratados.

«Nosso consul e o de Portugal me dizião a principio que o plenipotenciario seria Gelli. Inclino-me a crer que o proprio Gelli alimentou a esperanza de sel-o, visto que por intermedio do consul portuguez mandou pedir que não dissesse eu aqui ter-me elle procurado em Montevideo.

«Comprehendendo o alcance desse pedido, e não tendo ainda a respeito do dito consul portuguez seguranças de que fosse discreto e leal respondi: «que havia equivoco ou engano da parte do mesmo Gelli; que me admirava de tal pedido, quando era facto que nós não tinhamos encontrado, e finalmente que se por ventura a noticia de nos ter Gelli fallado provinha de Corrientes, era provavel que se achasse alterada pelo consul paraguayano ali residente, que

ouviria mal do governador Pujollo, a quem eu sómente dissera: «que constava em Montevideo que Gelli julgava muito possível e até facil a celebração dos tratados.»

«Pelo que posteriormente se me disse, esta minha resposta satisfaz completamente a Gelli, que confirmou todas as minhas asserções.

«Se este homem tivesse sido nomeado para a celebração dos tratados é muito provável que concordasse nas proposições do governo do Brasil momentaneamente se eu o convencesse de que o recompensariamos, arrancando-o da pobreza a que está reduzido. Não foi, porém, elle o nomeado, mas sim o general filho do presidente.

«Se por um lado esta nomeação, pondo-me em contacto com o Paraguay, que passa por nosso mais violento desaffecto, parece indicar má vontade da parte do presidente, por outro lado tenho reflectido que no paiz dá-se muita importância ás funções do negociador, e que o presidente, tendo muito em vistas preparar os animos e as cousas para facilitar a elevação do dito general ao poder, em sua falta, não se servirá delle sómente para ser o representante e éco de embaraços e de uma recusa formal.

«Já duas vezes conferenciei com o general, ao 2º a 9 do corrente, perdidos os dois intermediarios, porque annui a não se trabalhar na semana santa.

Concordámos em dous pontos: 1º dividir o projecto em dous; 2º discutir com antecipação o de limites.

O general, de accordo com o presidente e o periodico *Semanario*, onde se tem publicado artigos que parecem recados indirectos ao negociador brasileiro, declarou que na celebração do tratado de commercio e navegação não haveria duvida alguma, que elle reconhecia as vantagens que de tal tratado resultariam para ambos os paizes. Quanto a limites perguntou-me qual o *ultimatum*. Na segunda conferencia (não o tendo feito de proposito na primeira) declarei-lhe que na linha limites, proposta pelo governo brasileiro, estavam feitas as maiores concessões á que poderia aspirar o Paraguay; e que portanto não se podia admittir modificação no respectivo tratado.

Propôz-me, talvez para experimentar-me, que discutissemos por escripto a questão de limites. Respondi-lhe com precisão, dizendo em summa que não tínhamos tempo, nem eu nem elle, para taes trabalhos, e que não me tinha munido de archivos e de alfarrabios velhos para sustentar uma polemica de caracter talvez puramente litterario.

«Acolhendo urbanamente minha resposta, concordou em que teríamos amanhã uma terceira conferencia. Como isto terá lugar antes da partida do *Maracanã*, se occorrer alguma cousa importante terei o cuidado de levar ao conhecimento de V. Ex.».

A má fé com que Lopez procedia era obvia. O seu intento, protellando as discussões, era que as aguas do Paraguay baixassem, impedindo assim a descida do *Amazonas* e subida dos demais navios, ou melhor que descessem do Paraná.

Tendo Pedro Ferreira solicitado permissão para mandar a Matto Grosso um pequeno vapor, lhe foi negado sob o fundamento de que não estava concluido o tratado de limites.

Em vista de não ter accedido a discussão do tratado de limites por escripto deu no dia 18 de Abril Pedro Ferreira por finda a discussão sobre a *uti possidetis*. Sobre o de navegação e commercio as mesmas dilatações e subterfugios, appareceram até que por fim claramente expoz Lopez que nada se poderia fazer sem a conclusão do de limites o que permittia era que ambos discutissem um projecto de tratado.

Sem nada ter conseguido de Lopez retirou-se de Assumpção o nosso agente diplomatico. Ainda este facto veio minorar de muito a pesada carga lançada aos hombros do marinheiro honrado e patriota. Não só elle tinha sido envolvido nos meandros da politica de Lopez; outros formados em outra escola e já prevenidos foram por elle apanhados sem que sobre elles fossem lançados labeos de incompetencia.

Coube então ao provector visconde do Rio Branco a tarefa de fazer triumphar o principio da livre navegação do Paraguay a todas as bandeiras.

O desastre soffrido pelo chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira caminhava para a sua completa desaffronta; a marinha ia mais tarde nas aguas do Riachuelo, laval-a totalmente.

Exonerado em 4 de Junho de 1855, teve ordem de recolher-se immediatamente ao Rio de Janeiro afim de dar explicações pelo seu procedimento como plenipotenciario juto ao governo do Paraguay, apresentou-se em 23 de Julho. Tendo pedido conselho de guerra para justificar-se, que lhe foi negado.

Nomeado por Decreto de 10 de Abril de 1857 Dogal do Conselho Supremo Militar, teve o titulo de Conselheiro de guerra por Decreto de 18 de Dezembro de 1858. Sua ultima commissão foi a de Director da Escola de Marinha por Decreto de 16 de Abril de 1859.

Falleceu o illustre official a 11 de Março de 1860. A justiça a seus meritos lhe será fe.ta. Os archivos trarão as provas do seu grande patriotismo.



Augusto Melgaca Leveger
Barão de Melgaço

Augusto João Manoel Leverger

Barão de Melgaso

CHEFE DE ESQUADRA

Filho de Mathurin Miguel Leverger e de D. Regina Corbes, nasceu em S. Maló, em 30 de Janeiro de 1803. Falleceu em Cuyabá, Matto Grosso em 24 de Janeiro de 1880.

O obscuro filho da França que procurou nosso paiz para sua segunda patria, onde tornou-se benemerito, é figura que honra a nossa marinha militar; nella cooperou com ardor para a nossa independencia e unidade, pugnou valentemente para vingar affrontas e depois no estudo potamographico fronteiriço muito contribuiu para que nossos limites fossem dilatados e reconhecidos pelos ribeirinhos e pouco antes de fallecer, já alquebrado pela idade e molestias, se tornasse a alma da defesa das terras que com tanto amor fizera conhecer.

Dedicando-se com paixão ao estudo dos rios que nos servem de fronteira na antiga Provincia de Matto Grosso e de outros por elle percorridos, colligio vasto manancial de informações; por coincidência coube a outro illustre compatriota, o Almirante Ernesto Mouchez, a missão de fazer o levantamento e o roteiro de nossa costa littoranea, proficientemente iniciada por illustre official de nossa marinha de guerra o Primeiro Tenente Vital de Oliveira.

Vio a luz, Augusto Liverger, na costa alcantilada e bravía da Bretanha, onde pôde-se dizer quasi que quotidianamente ruge o mar; n'essa escola, que masculisa as nações, desde muito jovem aprendeo os ensinamentos necessarios a triumphar na vida; n'esse laboratorio, onde os máos sentimentos se transformam na mais placida e candida virtude, e de onde sahem todas as energias e os mais nobres estímulos, formou seu character, guiado pelos preceitos paternos.

Preso aos insondaveis mysterios e secretos attractivos que o mar exerce, não escapou ao seu poder fascinador que a ninguem é dado fugir, fez-se marinheiro.

Em companhia de seu pae, a 1 de Maio de 1919, partio para a America do Sul, com destino a Buenos Ayres onde muitos de seus compatriotas, attrahidos pelas vantagens concedidas pelos artiguenhos áquelles que se quizessem dedicar ao curso contra os navios luso-brasilienses, encontravam farta messe de proventos.

Havia terminado a lucta na Cisplatina.

Em Janeiro de 1820 embarcou na escuna "Angelique" como immediato.

O grande movimento commercial maritimo estabelecido entre a capital do Reino Unido e a Provincia Cisplatina, recentemente incorporada e occupada

pelas tropas nacionaes e pela Divisão de Voluntarios Reaes, exigia grande numero de navios para attender ás necessidades da occupação e no serviço de transportes foi occupado o navio em que se achava embarcado Augusto Le-verger. D'ahi o seu contacto com os officiaes da esquadra e seu empenho em conhecer a nossa lingua, na qual em pouco tempo se expremia com correcção e facilidade; do contacto com os filhos do paiz, desde logo comprehendendo a agitação que se operava em favor da independencia.

A revolução que explodiu na cidade do Porto em 24 de Agosto de 1820, reflexo da hespanhola, foi o prenuncio da emancipação da terra brasiliense. A capital provisoria do reino portuguez foi sacudida pela noticia trazida pelo brigue mercante "Providencia", chegado em Novembro. Teve em Fevereiro de 1821 sciencia D. João dos manifestos publicados pela Junta revolucionaria do Porto, um dirigido á nação portugueza e outro as demais potencias; Portugal não mais queria ter governo vasado no absolutismo e sim no constitucional.

Levantaram-se os espiritos liberaes no Brasil e pereclitando o poder de D. João, foi resolvido sua partida para Portugal, ficando seu primogenito no Brasil. Era tarde porém; as franquias dadas a ex-colonia já não bastavam: ella queria ter soberania propria.

Comprehendendo isto os coripheus luzitanos, desconfiados de D. Pedro, alçaram o collo, negando-se reconhecer sua autoridade; mandatarios das Côrtes portuguezas, que procuravam annular as regalias dadas a antiga colonia, esforçaram-se em jugular o sentimento separatista que se manifestou desde a partida do rei.

Não só no Pará, Maranhão, Ceará, Bahia e S. Paulo se haviam as juntas governativas rebellado contra as ordens de D. Pedro. Em Montevideo, as tropas portuguezas insurgiram-se sob o commando do Coronel Claudino Pimentel, exigindo serem consideradas pertencentes ao exercito europeu e nunca ao Brasil; proclamaram e juraram a constituição que as Côrtes promulgassem e nomearam uma junta governativa da qual foi eleito o General Frederico Lecór, Barão da Laguna, que continuou obediente ao principe regente D. Pedro.

Arrastado por fim D. Pedro pelo patriotismo brasiliense, cuja alma era José Bonifacio de Andrade e Silva, deu-nos o auri-verde pendão — que apesar de todas as vicissitudes que passar será sempre triumphante.

Na Banda Oriental que desde 31 de Julho de 1821, por unanimidade de votos, fôra incorporada á corôa portugueza, deu-se a scisão entre as tropas portuguezas e brasilienses. Fiel ao Principe conservam-se o General Lecór que com as tropae brasilienses retirou-se para Canelones, pondo em sitio as luzitanas ao mando de D. Alvaro de Macedo, acantonadas em Montevideo.

Para que se retirassem tão incommodas forças d'aquella provincia, como se haviam feito com as que se achavam no Rio de Janeiro, foi mandada uma divisão naval á Montevideo, composta da fragata "União" e "Carolina" e corveta "Liberal", sob o commando do Capitão de Mar e Guerra David Jevett.

Para o embarque de taes tropas seguiram os transportes "Bella Bonita", "Conde de Arcos", "Sete de Março", "General Lecór" e brigue "Liguri".

Não estando o General Lecór de accordo com David Jewett sobre a acção que este pretendia tomar, em vista do determinado por aquelle, fez entrega dos transportes ao Vice-Almirante Rodrigo Lobo que ali se achava e desde logo adherido á nossa causa, e retirou-se.

No entretanto tramava D. Alvaro, pois, metteo-se de accordo com o governo argentino, na pessoa de Rivadavia para entrega da Cisplatina, antes que cedel-a ao Brasil. "Para mim dizia o Desembargador Curado, primo do General do mesmo nome, ambos brasilienses, é indubitavel que Buenos Ayres influe na facção de D. Alvaro; até ouço que ia uma carta de Rivadavia, Ministro de Buenos Ayres, ao tal Conselho Militar, em que lhe promete dinheiro e o mais preciso."

Apesar, porém, do ouro derramado pelos agentes das Províncias Unidas, houve acceitação quasi unanime da incorporação ao Brasil por parte do povo oriental. Respondia assim em 1 de Abril de 1823 ao manifesto publicado pelo Syndico de Montevidéu, afim de que se manifestasse livremente sobre a consulta. Continuou porém o trabalho de solapa na qual trabalhava com ardor D. Alvaro de Macedo e a 20 de Outubro conseguia o seu fim. O Cabildo n'esse dia declarou irritos e nulos os actos de annexação ao Brasil.

Tendo conseguido D. Alvaro, por culpa do Barão de Laguna e do Vice-Almirante Rodrigo Lobo, se apossar dos transportes enviados para o embarque de suas tropas e de mais uma escuna a "Maria Thereza", organisou uma divisão para bater a nossa que bloqueava o porto de Montevidéu. Derrotado porém no dia 21 de Outubro pela nossa divisão naval ás ordens de Pedro Nunes, em Novembro assignou elle a capitulação, obrigando a se retirar com suas tropas para Lisboa. Ao iniciar-se o combate apresentou-se á bordo da "Liberal", em um escaler guarnecido por compatriotas seus e no qual se achava José Pereira Pinto, o piloto Augusto Leverger. Apesar disto continuou D. Alvaro a protellar, tendo em vista o que se passava no Rio de Janeiro, onde a politica tomava outra feição. Voltára-se D. Pedro para os portuguezes; dissolvida a constituinte e deportados os Andradas, predominou o elemento adhesista.

Finalmente a 8 de Março de 1824 partio parte da celebre divisão dos Voluntarios Reaes d'El-Rei para a Europa á bordo de navios mercantes, escoltados por navios nossos até a altura do Rio de Janeiro.

Augusto Leverger que se inflammára pela causa do Brasil, conhecendo muitos de seus compatriotas que no mesmo sentido se haviam manifestado, elle que se identificara com os filhos do paiz procurou liquidar os parcos haveres paternos, pois seu pae fallecera no anno anterior, e ao imperador dirigira a seguinte petição:

"Senhor — Diz Augusto Leverger, Francez de Nação, que havendo se empregado no Serviço do Imperio e de Vossa Magestade Imperial no serviço de Piloto e Segundo Commandante da Corveta "General Lecór", como se vê da attestation adjunta; desejando continuar por hum modo mais permanente a servir o Brasil, cuja Boa e Justa Causa, tem abraçado e ajudado, segundo indica a mesma attestation e melhor acreditará a experiencia, e considerando-se com os conhecimentos necessarios de theoria, pratica e lingua Nacional para bem desempenhar as obrigaçoens de official da Marinha Imperial, como provará nos Exames a que Vossa Magestade Imperial o Queira Mandar Sujeitar. P. a V. M. I. Haja por Bem admittil-o ao Serviço da Armada Nacional e Imperial e com o Posto de Primeiro Tenente. Rio de Janeiro, 25 de Outubro de 1824. E. R. M. (Assignado). *Augusto Leverger.*

Acompanhava esta petição o seguinte documento: Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Capitão General: Diz Augusto Leverger q^o p^a bem de sua Justiça mostrar aonde lhe convier, perciaz q^o o Ill.^{mo} Snr. Commandante deste Porto lhe passe p^a Certidão o theor das viagens e serviços q^o o supp^o tem feito como immediato ao Comm.^{do} da corveta "General Lecór e como não pôde obter sem despacho de V. Ex.^a portanto. P. a V. Ex.^a seja servido mandar q^o o Illm.^o Snr. Comm.^{do} deste Porto lhe passe por Certidão do q^o constar do supp^o ao serviço da Marinha desta Provincia. E. R. M.^{cc}.

Certifique-se. Montevidéu 15 de Setembro de 1824. Assig. *Barão de Laguna.*"

Occupava o cargo de Capitão do Porto em Montevidéu o Capitão de Fragata José Pereira Pinto o qual assim certificou: José Pereira Pinto, Cava-lheiro da Ordem de S. Bento de Aviz Capitão de Fragata da Armada Nacional e Imperial, Capitão do Porto de Montevidéu, etc. etc.

"Attesto que Augusto Leverger tem servido ao Estado á bordo da corveta "General Lecór" como Piloto desde 4 de Agosto de 1820 até 28 de Dezembro

de 1822: tem feito diversas viagens nas quaes tem dado bastantes provas dos seus conhecimentos theoricos e praticos e por isso adquirido creditos na sua profissão. Foi empregado por mim na promptificação da agoada para os transportes, a meu cargo, que conduzirão para Lisboa a Divisão de Voluntarios Reaes, e n'esse serviço deo mais provas de actividade e zelo com que serve ao Imperio do Brasil, fazendo-se por isso digno de qualquer recompensa que S. M. I. Houver por bem conferir-lhe em remoneração dos bons serviços; e por ser verdade, e em observancia do despacho antecedente, lhe passei a presente por mim assignada e sellada com o signete de minhas armas. Montevidéo 18 de Setembro de 1824. Assig. *José Pereira Pinto.*"

Occupava então a pasta da Marinha Francisco Villela Barbosa, futuro Marquez de Paranaguá, que sempre se mostrou contrario a admissão de estrangeiros outros que não portuguezes, ao serviço de nossa Marinha. Nelle encontraram Lord Cockrane e os demais encarniçado inimigo.

Mandada a petição ao Almirante Rodrigo Lobo para informar manifestou-se este nos seguintes termos: "Ill.^{mo} Ex.^{mo} Snr. Em observancia do que V. Ex.^a me ordenou que informasse do que soubesse sobre a conducta e merecimento do Capitão da Galera "General Lecór" assim como do Piloto d'ella se havião as qualidades necessarias para serem admitidos a entrarem no Corpo da Marinha, devo dizer a V. Ex.^{ma} que do Capp.^m tenho boas informações, não só como homem civil, mas tambem como homem Navegador; e tanto numa como em outra qualidade tenho eu em parte observado o seu merecimento, e portanto me parece que está nas circumstancias de ser admitido para entrar no Corpo da Armada Imperial no Posto de Segundo Tenente; vista a necessidade que ha de officiaes Brasileiros ou Europeos. Relativo ao Piloto, o que posso dizer por experiencia que gostei de o ver mandar quando a Corveta entrou n'este Porto e tenho boa informação de que sabe fazer uso dos Instrumentos Nauticos, e sobre a sua conducta civil, nada sei; mas poderei ter meios dentro de poucos dias poder dizer alguma coisa, e caso que seja boa a sua conducta, assim como se fôr bom Piloto, está igualmente nas circumstancias de merecer a Graça de ser Segundo Tenente, pelo mesmo motivo que digo daquelle; porque eu serei sempre de parecer que não deve entrar no Corpo individuo algum que não seja dos Alumnos da Academia, ou dos que se abilitarem a Bordo dos Navios de Guerra na qualidade de Voluntarios. He quanto se me oferece a participar a V. Ex.^{ma} nesta occasião. D.^o G.^o a V. Ex.^{ma} Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Francisco Villela Barbosa. Assig. *Rodrigo José Ferreira Lobo.*

Sobre esta informação dizia: Em occasião opportuna embarcará como 2.^o Tenente da Commissão. Em 10 de Novembro de 1824.

Por aviso de 11 de Novembro de 1824 entrava como Segundo Tenente de Commissão para a nossa Marinha de Guerra, Augusto Leverger que n'ella representaria papel brilhante e daria ao Brasil as mais altas provas de seu devotamento e a illustração de seu espirito um cabedal enorme para o reconhecimento de nossas fronteiras.

Nomeado para embarcar na corveta "Nitherohy", que acabava de chegar do norte, n'esse navio foi promovido a effectividade de posto por Decreto de 26 de Abril do anno seguinte. Da "Nitherohy" destacou para a não "Pedro I" em 27 de Agosto do mesmo anno, navio esse que se achava em reparos na Bahia e sob o commando do chefe de divisão David Jewett, que viera ao Rio de Janeiro explicar o que se passara no Maranhão com Lord Cockrane. Em 17 de Setembro regressou ao seu navio, n'elle se conservando.

O intento do governo das Provincias Unidas do Prata de annexar a Cisplatina, abertamente manifestado desde a nossa independencia, para o que muito contribuiu o General portuguez D. Alvaro de Macedo que preferia vel-a entregue aos argentinos do que fizesse ella parte no nosso territorio, seguia o seu curso.

Protegendo em principio o espirito revolucionario ateado n'aquella provincia por aquelle General antes de sua retirada com a divisão de Voluntarios Reaes, coagido por nossas tropas, por fim reclamavam a entrega da mesma, embora tivesse que indemnisar por isso.

Confirmou o commandante Beaurepaire, mandado a Buenos Aires na corveta "Maria da Gloria" para informar-se e conhecer dos sentimentos do governo e povo argentino quanto ao que se passava em Montevideo: dizia elle: "a opinião, a geral, relativamente a Provincia Cisplatina, he contraria á incorporação d'aquella Provincia a este Imperio; ha actualmente em Buenos Ayres hum partido de alguns individuos revoltados que procurão por todos os meios para levar o governo a adquirir a mencionada Provincia por meio das armas, mas este ou por ser mais moderado, ou por conhecer a insufficiencia de seus meios não parece disposto a fazer hostilidade alguma e por ora não observei preparativos para esse fim; não duvido porém que se a guerra com os Espanhões está terminada, como o publicação em Buenos Ayres, que o Governo recebendo reforços de fóra emprehenda alguma tentativa contra a que agora se fórma em Buenos Ayres augmentar e chegar a poder dirigir o Governo como elle o pretende.

Declarada a guerra foram chamados todos os navios ao porto do Rio de Janeiro; queria no entretanto o nosso governo conservar no Rio da Prata apenas os navios necessarios ás operações de guerra, contando talvez que o esforço inimigo, por não ter marinha, não tivesse a fortaleza de que deu sobejas provas.

Em vez de alinhar uma frota respeitavel, adequada ao theatro das operações, enviou navios velhos e sem valor algum militar, dirigidos ainda por um official já demasiadamente avançado em annos, que nunca dera provas de alta capacidade, elevado ao alto posto, mais pelos meritos palacianos do que pelos proprios.

Ao iniciarmos a guerra era capitanea da esquadra uma velha corveta de 22 canhões enquanto a do inimigo contava 28; suas barcas canhoneiras em numero de 12, todas armadas com canhões de grande alcance, contrastavam com o armamento de nossos briges e escuna que o tinham de curto. Apesar porém o valor supprio sempre as deficiencias da myopia intellectual e coragem do chefe mandado para guial-os.

Comprehendendo por fim o governo a necessidade da substituição do Vice-Almirante Rodrigo Lobo, fel-o recolher ao Rio de Janeiro para responder por faltas commettidas na direcção da campanha, substituindo-o pelo Almirante Rodrigo Pinto Guedes.

Pouco antes da retirada do Almirante haviam chegado outros navios para reforço da esquadra e entre elles a fragata "Nitherohy" sob o commando do Capitão de Fragata James Norton, de quem o Segundo Tenente Augusto Leverger teve lições de audacia e arrojo e de com elle participar em memoraveis combates que illustram a nossa historia naval.

Assim no dia 11 de Abril tendo apparecido em frente a Montevideo uma divisão de tres navios, arvorando a bandeira franceza, poz os nossos de sobre-aviso. De facto era o Almirante argentino que com a corveta "25 de Mayo", de 28 canhões e briges "Republica" de 18 e o "Congresso" tambem de 18 canhões, no intuito de apresar embarcações nossas, se afoitou até onde foram avistados e para no caso de serem perseguidos havia deixado cruzar entre a Colonia do Sacramento e o porto de S. João, outra divisão constituida pelos briges "Balcarse", de 14 canhões, "Independencia" de 22 que era a presa "Harmonia dos Anjos" e escuna "Sarandy", de um rodizio.

Descoberto Brown por ter apresado uma pequena escuna a "Maria Isabel", armada com 5 canhões de pequeno calibre e que demandava o porto de Montevideo, ao seu encalço sahio Norton na "Nitherohy", seguido pelas escunas "Conceição" de 4 canhões, "Itaparica", de um e "Maria da Gloria" de um tambem e "Maria Thereza" de 4 canhões.

O inimigo logo que vio a afoiteza dos nossos, arriou a bandeira franceza e fez signal aos seus de união. Não podendo as nossas escunas acompanhar a capitanea em sua marcha ficaram atrazadas, o que não impedio ao bravo Norton de iniciar a caça a "25 de Mayo". A's 3 horas abrio a nossa fragata certos tiros contra a capitanea inimiga, que desde logo vio-se desamparada do brigue "Congresso", que fugio ao combate. Embora isolado Norton, com aquelle arrojo que lhe era peculiar, continuou o duello contra os outros dous navios inimigos que se conservavam pelo seu travez de barlavento. Manobreiro por excellencia, aproveitava-se do menor incidente para o emprego de suas baterias, trazendo o inimigo ás tontas. Tres horas havia que durava o combate, quando pretendeo Brown abandonar a peleja; para isso arribou lesto, contando com esta manobra tomar de enfiada a "Nitherohy"; Norton, porém, attento executou a mesma manobra e em vez de ser o inimigo o senhor da situação, recebeo tremenda surriada de projectis que lhe produziu graves avarias no costado e apparelho e partio-lhe o mastaréo grande.

E até que cahisse a noute a nossa capitanea castigou sem piedade o atrevimento do inimigo que levou na "25 de Mayo", 9 mortos e 12 feridos e no "Republica", um morto, dous feridos e muitas avarias. Teve a nossa capitanea cinco mortos e nove feridos e pequenas avarias.

Neste combate, á vista da população de Montevidéu, teve o Segundo Tenente "Augusto Leverger" o seu baptismo de fogo, tendo para paranympho uma das mais arrojadas e brilhantes figuras de nossa nascente marinha de guerra.

Desde então guardou Brown fundo rancor a Norton e todo o empenho fez para aprisionar de preferencia o seu antagonista. Com tal proposito, depois de preparar o seu pessoal e dar-lhe instruções especiaes, sahio no dia 26 de Abril das proximidades do banco Ortiz para, de noite pô-lo em pratica.

A's onze horas da noute entrou no porto, sendo porém mistificado, elle que pretendeo fazer isto aos nossos; em vez de atacar a "Nitherohy", teve que haver-se com a fragata "Imperatriz", ao mando do intemerato Capitão de Fragata Luiz Barroso Pereira, mal sahindo-se da emperza. A "Nitherohy" que se achava fundeada por dentro da linha, ainda reparando algumas avarias, vendo o que se passava, largou o ferro por mão e veio em soccorro da heroica fragata; tarde porém chegou, pois já se havia retirado o inimigo. Esse facto demonstra em que pé tinha Norton o seu navio.

Veio o dia 3 de Maio e nova occasião teve de participar o Segundo Tenente Leverger de nosso triumpho. Perseguida a esquadra de Brown coube ainda á "Nitherohy" papel proeminente na caça dada á "25 de Mayo" e se não realisou o seu intento qual o de destrui-la, foi porque o calado deste navio era demasiado para transpor o banco sobre o qual pôde-se escapar a corveta inimiga.

Chegado que foi o Almirante Rodrigo Pinto Guedes a Montevidéu, deu nova organização á nossa esquadra com os elementos por elle trazidos. Assim a 14 de Maio, ficou a "Nitherohy", sendo capitanea da 2ª divisão da esquadra, dividida esta em quatro, e já no dia 25 de Maio, anniversario da independencia argentina, estava ella a cruzar no estuario platino, dirigio-se ao porto de Buenos Ayres para observar se a esquadra inimiga continuava na mesma posição e chamal-a a combate. Suspenderam as bellonaves platinas todas ufanas, julgando ganharem louros n'esse dia para festejar a data para elles tão cara, ainda coube a Norton as glorias do dia, para se renovarem com mais brilho no dia 11 de Junho.

No dia 29 de Julho, no seguinte em que finalisou o combate em o qual lances de heroismo foram praticados e onde a "Nitherohy" e a "Maria da Gloria" metteram o capitanea inimigo entre seus fogos e a crivaram de balas, ficando reduzida a tão misero estado que nunca mais poude sahir, sossobrando, pouco depois, em consequencia de um pampeiro que sobreveio. Assim foi o combate de Lara-Quilmes.

Não olhando os politicos para o que se passava de glorioso no extremo sul, onde com falta de todos os recursos e sem serem attendidos os reclamos dos chefes para uma prompta decisão da guerra, cada qual procurava cumprir o seu dever, empenharam-se com extremada violencia em condemnar os desastres por elles mesmos provocados.

Foi sempre cousa nossa e herdada, o veso de subordinar a politica externa á interna: dahi sujeitar os interesses geraes aos particulares e n'esse mesquinho proceder annullar os interesses vitaes da nação.

As successivas mudanças ministeriaes, procurando cada qual destruir o que havia praticado o antecessor, abria soluções de continuidade na direcção da guerra. Se hoje ordenava-se acção energica, amanhã vinha ordem para que se mantivesse em expectativa, esperando que o inimigo viesse pedir a almejada paz. Era isso dar folego a um adversario que por vezes tinha sido subjugado, mas não vencido e que se aproveitava dessas alternativas para recobrar animo e mais alentado proceder ao ataque.

A delonga da guerra trouxe como consequencia a má vontade contra nós dos americanos, inglezes e franczes, que cada vez mais de nós exigiam facilidades para que seu commercio nada soffresse com o prolongado bloqueio. Para justificarem que o estabelecido não era effectivo, aproveitando-se das facilidades que haviam obtido, seus navios tornaram-se forçadores delles e portanto fornecedores de alimentos bellicos que faltavam aos argentinos.

A guerra faz-se como deve ser feita e não com palayras; ella tem um fim politico nacional e, não póde estar á mercê das conveniencias partidarias.

De accordo com estas conveniencias deixou-se arrastar á guerra, occupados os politicos em impopularisar n'aquella occasião o Imperador; fazia-se crêr á nação que a guerra que sustentavamos contra as Provincias do Prata era producto da ambição imperial. Cavou-se desta fórma um abysmo que mais tarde teriamos de transpor com inauditas difficuldades, vencido graças ao valor dos filhos da nossa abençoada terra.

Mais tinham depois da batalha de Lara-Quilmes os nossos navios de affrontar no oceano e no estuario do Prata os corsarios, do que propriamente os navios de Brown.

Em 15 de Novembro de 1823, passou o Segundo Tenente Levegger da fragata onde tantos lances de arrojo vio praticar e da qual foi parte para a fragata "Thetis", navio chefe da quarta divisão da esquadra, encarregada da defesa do porto de Montevideo, navio esse que depois passou a linha de bloqueio, depois que o Almirante Pinto Guedes, sabedor da partida do Chile de navios adquiridos pelos argentinos, sahio com quatro fragatas de sua esquadra a cruzar, afim de batel-os, caso os encontrasse.

Para que se conheça e se avalie o quanto tinha feito a nossa esquadra durante o primeiro anno da guerra, apezar dos poucos recursos que lhe eram fornecidos, basta dizer que com o material naval e os demais departamentos da Marinha, havia o governo gasto, durante o anno de 1826, mil seiscentos e sessenta e um contos, duzentos e quarenta e quatro mil réis; no entretanto, de 12 de Maio a 29 de Julho, o valor dos navios apresados por ella elevava-se a mil novecentos e setenta e cinco contos e a perda do inimigo até essa data era avaliada em quatro mil contos. Quer dizer, se a guerra fosse lèvida sob direcção firme, sem vacillações e com verdadeira vontade de vencer, o resultado não seria o tratado de 1828, pelo qual perdemos a Cisplatina e assim o condominio do rio da Prata.

Ia novamente entrar em acção o bravo official no anno de 1827. Nomeado para embarcar na fragata "Principe Imperial", armada com dez caronadas de ferro de calibre 18 e quatro canhões de bronze de 12, passou em 19 de Abril da "Thetis". Campeavam agora os corsarios, cada vez mais afoitos. No dia 24 de Junho se havia feito ao mar o atrevido interlopo "Ge-

neral Brandzen", armado com 4 caronadas de calibre 18, duas de 12 e dois canhões de 12, commandado pelo inglez George C. de Kay. No dia seguinte, dando de cara com a "Princesa Imperial" e com uma pequena escuna, aproveitando-se das más qualidades velicas da nossa fragata, entrou com ella a medir-se durante quarenta minutos, findos os quaes metteo em cheio e desapareceu, rumo do norte.

Promovido ao posto de Primeiro Tenente em 12 de Outubro de 1827 pelo almirante Commandante da Esquadra no Rio da Prata, promoção essa que lhe foi confirmada em 2 de Dezembro seguinte, passou em 8 de Novembro para a fragata "Ipyranga".

Pouco tempo se demorou n'este navio, porque tendo reassumido o commando da divisão o capitão de mar e guerra Norton e arvorando seu pavilhão na "Príncipe Imperial" para compartilhar de seus novos feitos foi, por pedido deste chefe mandado embarcar novamente n'esse navio, e já no dia 6 de Dezembro, sahia o chefe com as escunas "Grenfell", "D. Paula", "Bella Maria" e canhoneiras "Victoria da Colonia", "1.º de Dezembro" o "Esperança" a comboiar dezoito embarcações mercantes.

Ao pôr do sol foram avistados nas proximidades de Punta de Lara duas embarcações inimigas, que eram o brigue barca "Congresso" o melhor navio argentino, de 20 canhões commandado pelo audacioso francez Cesar Fournier e o brigue "Harmonia dos Anjos" tomado pelo dito corsario na altura de Santa Catharina, já armado com 6 peças de grosso calibre, e ao mando do norte americano João Baptista Thurner.

O denodo de Norton não tinha limites, e de quem mais tarde dizia Leverger "tinha mais qualidades, pelo seu anjo, para commandar um navio do que para dirigir uma esquadra"; deixou os navios sob a guarda da capitanea e da escuna "Rios", passou-se para bordo da escuna "Grenfell", levando consigo Leverger, e voou com as demais em busca dos inimigos.

Cercados, batidos até ao anoitecer pelos nossos fogos foram encalhar na cercania de Punta de Lara e pela manhã do dia seguinte rompeo novamente o fogo. O "Congresso", abandonado pelo seu commandante e sobreviventes, cheio de avarias e com 35 praças feridas das quaes 24 mortalmente, foi incendiado pelos nossos, bem como o "Harmonia dos Anjos".

Salvos os feridos pelos nossos escaleres, foram tomadas as bandeiras inimigas e o pavilhão de Founier "que era um guião formado com as cores argentinas, tendo na facha central branca o nome desse commandante".

Infelizmente estes e outros trophéos dessa guerra onde tantos heroismos foram praticados pelos nossos bravos marujos, desapareceram: a não ser o oculo de alcance de Brown, que se acha no Museu Naval, nenhum outro serve para oppôr as bandeiras que figuram no museo argentino, que nos foram tomados em Juncal e Patagonia.

Nomeado para commandar a bombardeira "19 de outubro" em 13 de Dezembro de 1827, ia Augusto Leverger desde então como responsabilidade propria empenhar-se em combates dirigindo-se pelo seu arrojo e brio.

Reassumindo o chefe Norton que se achava licenciado em Montevideo o commando da 2ª divisão naval, no dia 12 de fevereiro, poz-se desde logo em actividade. A' espera de um brigue norte-americano o "Sicilis" que lhe trazia munições de guerra, sahio no dia 15, uma divisão argentina, constituida pelos brigues "Balcarce", "8 de Febrero" e escunas "Maldonado" e "9 de Febrero". Era plano de Brown, todas as vezes que tinha que sahir um corsario ou que outro deveria forçar o bloqueio, approximar-se com seus navios para empenhar-se em luta com os nossos, dando assim lugar a que se escapasse o forçador do bloqueio.

A 17, a nossa divisão que se compunha da corveta "Carioca", dos brigues "Caboclo", "29 de Agosto" e escunas "D. Paula", "Grenfell", "Providencia", "1º de Dezembro", e barca canhoneira "19 de Outubro", de canhão, do commando do 1º Tenente Leverger, ao avistar o inimigo a elle se dirigio. Ao ser avistado o brigue, foi de tal modo acossado, que encalhou em Quilmes; para protegê-lo haviam sahido então de Buenos Ayres, doze embarcações, a "18 Enero", "29 Diciembre", "11 de Junio", "30 de Julio", "Uruguayo", "Guanaco" e canhoneiras ns. 1, 7, 8, 10, 11 e 12, montando ao todo 36 canhões. Norton, neste combate não podendo avançar com a "Carioca", passou-se para bordo do "Caboclo" e logo em seguida para bordo da "D. Paula", afim de dirigir mais de perto o combate e com as demais escunas e barca canhoneira apresou a guarnição do navio americano e atacando a canhoneira n. 11, tomou-lhe um canhão e incendiou-a. A n. 10, crivada de balas, procurou fugir, mas foi á pique quando procurava refugio na bocca de Riachuelo.

A 16 de Junho veio cobrir-se de louros com o aprisionamento do audaz corsario "General Brandzen" armado com 12 canhões de alcance, duas caronadas de 8 e quatro de 22, commandado pelo Capitão G. de Kay, equipado com 60 norte-americanos e inglezes; trazia como presa o brigue "Cacique".

Enquanto os nossos brigues acossavam o valente corsario, as pequenas embarcações "2 de Julho", "19 de Outubro" e "União batiam um fortim inimigo Brown que contra nós abria fogo.

Havia encalhado o "General Brandzen" e a seu contra bordo a escuna "9 de Janeiro": em duello atirava-se a reio. Norton não podendo conter-se deixa seu navio a "Bertioga" e veio dirigir pessoalmente o combate, e n'elle perdeu um barco.

As tres embarcações que fizeram calar o forte Brown anteriormente, apesar de muito maltratadas, fizeram com que se salvasse a guarnição da "9 de Janeiro" e fosse incendiado a "General Brandzen".

Por esse feito foi o Primeiro Tenente Augusto Leverger nomeado cavalleiro da Ordem do Cruzeiro.

Logo que foi conhecida em Buenos Ayres a perda do "General Brandzen" Brown, para desfazer a impressão dolorosa de semelhante desastre suspendeo ferro no dia 18 de Junho, com os seguintes navios: "Maldonado", capitanea, "9 de Febrero", "Uruguay", "29 Diciembre", Balecarce "11 de Junio", "30 de Junio" e duas canhoneiras e costeando alcançou Ponta de Lara no dia seguinte pela manhã, onde com surpresa deparou com a nossa segunda divisão naval, ao mando do intemerato Capitão de Mar e Guerra João dos Bottas, de nome tão plebeo e de tão fidalgas acções. Trava-se o combate. Ao meio dia arriava bandeira a canhoneira inimiga n. 4 do commando de Manoel Rodriguez, rendendo-se: della foi retirado um rodizio e o Codigo de signaes, pois tornou-se inaproveitavel pelos enormes rombos, por isso abandonada. Couberam ao "Caboclo", "19 de Outubro", e "2 de Julho" desbaratar as restantes.

A 30 de Agosto dous navios neutros "Hussard" e "Lord Eldon", protegidos pelo corsario "Empreza" e por uma canhoneira inimiga pretenderam forçar o bloqueio. Coube a Augusto Leverger fechar o ciclo de nossos heroicos feitos n'aquella campanha tão mal conhecida e estudada pelos nossos. Batido o inimigo pelo "Caboclo", "2 de Julho" e "19 de Outubro", procuravam a sombra do forte do Salado, ali encalharam e assim se conservaram até que nossas guarnições os incendiaram.

A 8 de Setembro de 1828 passou o Primeiro Tenente Augusto Leverger ao commando da corveta "General Dorrego" ex-"Mandarim" aprisionada depois de violento combate a 24 de Agosto.

Dia a dia registrou o illustre official os factos que se davam na esquadra e assim é que a elle se deve um *Diario* dessa campanha, trabalho esse que infelizmente não foi publicado.

No commando desta corveta se conservou em Montevidéo onde dirigio os reparos de que necessitava. Empregado posteriormente na conducção de tropas e apetrechos bellicos de Montevidéo, para outras provincias, desembarcou no Rio de Janeiro em 21 de Agosto de 1829.

Reservava-lhe o nosso governo espinhosa e difficil commissão qual o do commando de algumas barcas canhoneiras mandadas construir em Cuyabá, para substituir no serviço as canoas monoxylas empregadas no transporte de pessoal, material e mantimentos dos presidios da fronteira no Baixo Paraguay: Em principio foi determinada a construcção de seis barcas canhoneiras por portarias da Secretaria da Guerra de 14 de Abril e 7 de Junho de 1825. Para isso o presidente, que era o Coronel José Saturnino da Costa Pereira, lembrou-se de encarregar o Tenente Coronel addido ao Estado Maior do Exercito, Jeronymo Joaquim Nunes, que se achava servindo em Corumbá e que como praça de artilharia de marinha, tinha muitos embarques, do reparo de galpões, preparo da barranca do rio, fiscalisação de todos os serviços da navegação e do corte de madeiras para a construcção de taes embarcações e como não dispuzesse de um mestre mandou vir da Villa Diamantino o constructor Verissimo Xavier de Castilho, que em outro tempo fora mandado para aquella provincia para a factura de umas semelhantes barcas. Posta no estaleiro a primeira barca, porém por falta de operarios e meios, sua construcção tornou-se por demais lenta.

Tendo se dado divergencias entre o coronel Nunes e o constructor, pois o primeiro queria intervir em assumpto de que o segundo era especialista, para dar termo a ellas, baixou o presidente o regulamento pelo qual deveria se reger o arsenal, e que foi mandado executar em 19 de Fevereiro de 1827.

Pouco se tendo feito, pois uma unica das canhoneiras foi construida, resolveo a dar andamento ás demais.

Nomeado a 15 de Outubro de 1829, seguiu para Santos d'onde deveria seguir para S. Paulo, onde demorou-se cinco mezes em Porto Feliz.

No dia 13 de Maio de 1830, embarcou o Primeiro Tenente Augusto Leverger em uma expedição composta de seis canoas de carga, de uma de montaria e de um pequeno batelão com bagagem, que da villa do Porto Feliz, em S. Paulo, conduzia para a cidade de Cuyabá folhas de cobre e outros objectos da Fazenda Publica, destinados ao arsenal d'aquella provincia.

Poderá avaliar das difficuldades que ia vencer o digno official, quem tiver a noção do tempo que ainda hoje se gasta em navio á vapor, navegando pelo rio Paraná e Paraguay, com todo o conforto, ou ainda pela estrada de ferro que atravessa a região do noroeste. Era o caminho do desconhecido que ia perlustrar, isto oitenta e oito annos atraz!

Facto curioso vem a lembrança, tal o de ter vindo de S. Malo, aquelle que com extraordinario amor entregou-se ao levantamento fluvial do nosso interior, escrevendo roteiros e descrevendo accidentes, do mesmo modo que outro tambem do paiz, mais tarde, veio fazer o levantamento de nossas costas maritimas assim foi o Almirante Ernesto Mouchez, o hydrographo consumado que deixou impercível monumento de seu trabalho e saber.

Em memoria que escreveo, acompanhando uma planta que levantou dos rios atravessados, disse o intermerato official: Bem desejava utilizar os ocios desta dilatada viagem e muito senti que a minha falta de talento de descrever e ignorancia nas sciencias naturaes me deixassem viajar sem proveito, por um sertão que offerece um campo tão vasto ás observações do naturalista philosopho; limitei-me pois, ao que estava ao meu alcance e fiz esta derrota.

A exactidão he o unico merecimento dos trabalhos d'esta classe; estava bem longe de pretender a ella; estava sem hum collaborador, sem chronometros, sem outros instrumentos além de hum sextante, hum circulo de reflexão, hum horisonte artificial e hum pequeno agulhão, emfim sendo um mero passageiro da expedição não podia dispôr de tempo e ás vezes via, com pesar, passar a occasião opportuna ás observações sem poder aprovcital-as. Para regular o grão de confiança que se pôde ter n'esta derrota, indicarei a marcha que eu segui:

Determinava com o agulhão a direcção de cada volta do rio; estimava a distancia, já á vista, já pelo tempo; numerosas experiencias feitas tanto com a barca, como medindo por terra na beira do rio o espaço percorrido pelas canoas, davão-me alguma confiança n'esta minha estimação; d'estes elementos deduzia a posição geographica do pouso de cada noute e dos pontos notaveis que se tinham passado durante o dia; rectificava a ditas posições pela da altura meridiana do sol, cada vez que me era possível; emfim antes de chegar a Camapuão e durante a minha estadia n'aquelle lugar, determinei a sua longitude por hum grande numero de observações cruzadas da distancia da Lua ao Sol e as esrtellas, tanto ao Oriente como ao Occidente d'aquelle astro; tive a satisfação de ver que os meus resultados differião muito pouco, não só entre si, como tambem da Longitude obtida, creio que em 1790 pelo astronomo que usára de outros meios. A differença com a longitude estimada era de 48 minutos que reparti proporcionalmente entre as longitudes dos pontos intermediarios desde o Porto Feliz.

Além de Camapuão, não pude observar o sol no meridiano, porque este astro estava para cá do Equinocio, e o circulo de reflexão não media angulos maiores de 150°, cuja metade 75° (em razão de observar com o horisonte artificial) era menor que a altura meridiana; por este motivo termino a derrota na foz da que faz o rio Taquary, no Paraguay, esperando, para evitar o resto, que as circumstancias me permittão rectificar, por observações astromomicas, as posições estimadas dos principaes pontos dos rios Paraguay, S. Lourenço e Cuyabá.

Tendo sahido a 13 de Maio de Porto Feliz, chegou a 25 de Junho á foz do rio Tieté, encontrando n'este percurso, para limites, as variações thermometricas 13,6 antes do amanhecer e 23° pelas 3 horas da tarde, porém communmente entre 17°.5 e 30°; temperatura da agoa 23°.5. Para a declinação da agulha achou de 4° a 7° N E, com o seu agulhão, que era imperfeito e não poder contar com precisão.

Do porto dos Indios Caypós sahio a 25 de Junho e chegou á foz do Rio Pardo, no Paraná, a 29, d'onde sahio no dia seguinte para chegar ao porto da Sanguesuga a 27 do mez de Agosto, atravessando corredeiras e varando toda a especie de obstaculos. Encontrou para a declinação da agulha de 7° a 8° N E.

Ali chegados tiveram que descarregar as canoas, cujas cargas foram conduzidas ás costas para um rancho e dahi em carros para Camapuão. Os carros que conduziram as canoas eram de quatro rodas puchados por seis e oito juntas de bois, serviço csse feito durante a noute pelo excessivo calor, por não haver agua para os animaes, sujeitos a morrerem de sede. Os caminhos atravessavam os morros da cordilheira, todos altos e ingremes da parte occidental.

Da foz de Camapuão sahio a 20 de Setembro e chegou a Coxim a 28, donde partio a 29, chegando á foz de mesmo a 12 de Outubro. Do Taquary partio n'esse mesmo dia, indo chegar á sua foz no dia 21. Dahi ao Paraguay e affluentes, chegando por fim em Cuyabá em 23 de Novembro, depois de haver percorrido 530 leguas e vencido 114 cachoeiras.

Mezes depois para não ficar inactivo, abrio uma aula gratuita de mathematicas elementares.

Logo depois que chegou o Primeiro Tenente Leverger a Cuyabá, informou detalhadamente ao Ministro do estado em que encontrou as duas canhoneiras construídas e das necessidades do pseudo arsenal, relatando tudo com aquella franqueza que lhe era habitual.

Em Janeiro do anno seguinte dizia: "Pelos dous correios que partirão d'aqui para a Côte, depois da minha chegada, informei, como me cumpria ao Ex. Sr. Ministro da Marinha de quanto concerne á commissão de que fui encarregado, porém as observações seguintes sendo relativas á mim pessoalmente, creio dever dirigil-as a V. Ex., afim de que, apreciando o valor d'ellas e os motivos que o ditão V. Ex., lhes dê o destino que julgar conveniente.

Nas circumstancias actuaes, dous objectos se propõe o Governo da Provincia, a cerca das Barcas: 1º, aparelhar as duas que estão quasi acabadas ou sómente huma d'ellas; 2º, exercitar á manobra a gente precisa; pelo que diz respeito ao 1º, veio commigo um official marinheiro especialmente encarregado d'isso, como se collige da Portaria do Ministerio da Marinha de 15 de Outubro de 1829, que tive a honra dde apresentar a V. Ex.; a cerca do 2º, é evidente que a falta de recursos (e ainda que venhão os objectos que se pedirão da Côte), o tamanho das embarcações, a natureza da navegação, a devida economia, tudo exige que o apparelho seja da maior singeleza e portanto o mesmo official marinheiro é mui sufficiente para ensinar ás guarnições navaes a manobra de velas, remos, etc.

"Poucas idéas d earte maritima são precisas para convencer-se da verdade desta asserção; contudo ella merecerá mais a attenção de V. Exª, sendo tambem o modo de pensar de um official superior, que pela natureza dos serviços, que outr'ora prestára, deve ser bom juiz na materia; quero fallar do Ex. Commandante das Armas, que na minha presença disse a V. Exª que estando elle na Vice-Presidencia pedira ao Governo Imperial, que mandasse para a Provincia tão sómente um official marinheiro.

Passo agora á supposição que por motivo de receio de hostilidades ou outro qualquer motivo, se julgue necessario empregar na fronteira em serviço activo as seis Barcas, que S. M. I. mandou construir; admitto que n'este caso, será preciso para dar as convenientes direcções, um e talvez mais officiaes de Marinha, mas ninguem sabe melhor do que V. Exª, os muitos annos que provavelmente (á vista do passado) ha de levar a construcção das outras quatro Barcas que se julgão precisas á defesa d'aquella parte da fronteira.

"Do que fica dito, creio poder concluir que a minha estadia na Provincia he precisamente de pouca utilidade, e que não he senão d'aqui a muito tempo que poderá talvez ser necessario.

"Sei que como militar só me cumpre obedecer ás ordnes que recebo, e espero nunca dar lugar a V. Exª, de persuadir-se que eu ignore está maxima mas julgo não menos do meu dever expór essas minhas idéas a bem do serviço.

"A minha franqueza não permite que dissimule a V. Exª que a este motivo se ajuntão algumas considerações privativas: educado desde a minha mais tenra infancia em uma profissão activa e laboriosa, a ociosidade he para mim hum peso, e por outra parte acho-me humilhado aos meos proprios olhos de augmentar as despesas de uma Provincia de poucos recursos, sem poder-lhe prestar por muito boa vontade que tinha, serviços adequados, estes sentimentos fazem-me desprezar as vantagens que, aliás, poderia desfructar vencendo meio soldo descansadamente ou para melhor dizer empalhando o tempo.

Apesar do que havia informado o Primeiro Tenente Leverger sobre o estado das canhoneiras, em 4 de Fevereiro de 1831, novamente mandou o ministro da marinha pedir informações circumstanciadas sobre taes barcas, tanto quanto ao que dizia respeito ao material como ao pessial. Em 5 de Agosto respondeo Antonio Corrêa da Costa, então na Presidencia,

"que por Portaria de 7 de Junho de 1825, expedida pela Secretaria da Guerra se mandaram construir seis barcas canhoneiras, não se tendo podido apromptar mais do que duas; uma, que foi lançada ao rio em 1828, e outra, que ainda não sahio do estaleiro. Suas principaes demensões eram: cumprimento 57 palmos, largura 15 e pontal sete. Faltava acabar de calafetar os trincanizes e o convez, collocar ferragem e paioes, divisões etc.

"A primeira era um pouco menor. No Arsenal não havia materiaes para construcção, nem cousa alguma para apparelhal-as e pô-las em estado de serviço.

Em Dezembro de 1830, havia sido requisitado pela Junta da Fazenda da Providencia os objectos precisos, baseado no mais restricta economia, de accordo com o que já anteriormente havia requisitado o Primeiro Tenente Leverger, actual commandante das mesmas. Só havia uma velha caronada. Quanto ao pessoal constava do Commandante o Primeiro Tenente Leverger, um contra-mestre, um mestre constructor, dous carpinteiros, um calafate, cinco aprendizes e mais quatro praças.

Esses ultimos doze homens são soldados ou Pedestres e vencem pelo arsenal uma modica gratificação e uma ração de etapa.

Em 1 de Setembro a Junta de Fazenda resolveu em vista da Portaria da Secretaria de Marinha, de 23 de Março, sobre o quantitativo marcado em Lei do orçamento arts. 17 e 28, de 1:827\$030, para applicar na construcção das barcas e mais despesas, o que dava mensalmente 152\$327 1/4, fazendo-se no entretanto a despesa de 231\$318; que fosse supprimidos os vencimentos do mestre constructor e do official do Ponto do arsenal para equilibrar a despesa até que as camaras resolvessem.

Em 6 de Maio desse mesmo anno accusava o Tenente Leverger a recepção da Portaria de 9 de Fevereiro, do Ministerio da Marinha, a cerca da quantia consignada para as despesas relativas á Marinha n'aquella Provincia; pedia licença para indicar as alterações que pareciam necessarias para que a dita somma se tornasse effizaz para a construcção e conservação das barcas canhoneiras.

"Para evitar toda a suspeita de interesse pessoal ou de mal entendido espirito de corporação, principiarei por mim: já em Janeiro passado expendi em hum officio que pela mediação do Ex^o Vice-Presidente deve ter chegado á presença de V. Ex^a, os motivos que me fazião julgar que a minha estada aqui era mui pouco util e que bastava hum official marinho; a estes motivos se acrescenta agora a consideração que o meo soldo só, abrange a metade da quantia determinada.

Por outra parte o Arsenal da Marinha fundado em 1826, pelo Ex^o Presidente Saturnino da Costa Pereira, foi destinado não só á construcção das Barcas, mas tambem á promptificação e concerto das canoas de navegação interior, o que occasiona huma despesa consideravel relativamente á despesa total, pois que além monção que annualmente se envia a Porto Feliz, ha frequentissimas expdições para o interior da Provincia e a fronteira do Paraguay; fazem-se igualmente no mesmo Arsenal varias obras de carpintaria para diversas estações publicas; n'isso achará V. Ex^a os motivos do muito tempo que tem levado a construcção de duas Barcas e dos avultadas sommas que devem importar.

Ao Estaleiro de construcção estava annexa huma Ferraria, que foi posteriormente removida e está actualmente unida ao Trem; todavia tenho bem fundadas razões de suppôr que huma boa parte das despesas d'ella corre por conta do Arsenal, ainda que huma bem pequena parte das obras que ali se fazem seja para as Barcas.

Por Portaria da Vice-Presidencia datado de 29 de Abril, proximo passado, isto he, algum tempo depois de se ter recebido a ley do Orçamento ordenou-

se-me como encarregado da Inspeção do Arsenal que me regesse pelas Instrucções que acompanhavão sua criação, e pelas ordens do Governo que se acham registradas, documentos estes onde colligi o que acabo de expôr a V. Ex^a.; devo portanto presumir que tudo ha de continuar do mesmo modo, e com os concertos e outras obras acima mencionadas exigem sempre urgencia, pois são precisas para serviço immediato, segue-se que a promptificação das Barcas ha de parar, e que em resumo o serviço naval propriamente dito não tirará outro proveito da quantia que figura no seu orçamento, senão ter hum official de Marinha quasi ocioso n'esta cidade. Cuyabá, 6 de Maio de 1831.

Em 6 de Janeiro, dizia: "Pouco tenho a dizer além do que tive a honra de expôr a V. Ex^a no meu officio de 5 de Dezembro proximo passado. Occupo-me em mandar fazer o apparelho das Barcas, ao menos para pô-las em estado de se poder exercitar a gente. Sirvo-me de panno de algodão para as velas e de couro para fazer os cabos, mas este genero não convém para espias, que são mui precisas. O Ex^a. Snr., Vice-Presidente me disse que na Provincia acha-se o *Embé*, e outro producto vegetal chamado *jangada*, tambem proprio para cabos, porém parece que ha muita difficuldade em obter huma sufficiente quantidade de huma, outro. Muito desejo a chegada do Ex. Presidente que se espera brevemente, pois tendo elle governado huma Provincia maritima talvez lhe seja facil levantar os obstaculos e dar-me os meios de poder adiantar alguma cousa.

Desejo de utilizar meo tempo a bem do Imperio e de fazer-me digno de bom conceito de V. Ex^a. Tenho occupado nos seis mezes que acabo de passar no sertão, em fazer huma derrota da viagem de Porto Feliz a esta cidade, cingindo-me á marcha seguinte: notava o rumo de cada volta do rio, e estimava a distancia, afim de poder determinar a posição geographica, do perigo de cada pouso e a dos pontos remarcaveis que se tinham passado: rectificando estas posições por observações da latitude cada vez que me era possivel. Muito tenho sentido que os meus meios não me tivessem permitido adquirir um chronometro á minha sahida d'essa Côte; ao menos á falta desse instrumento tenho determinado por um grande numero de distancias lunares tomadas com um bom circulo de reflexão a longitude da Fazenda de Camapuan, unico ponto intermedio onde me tinha demorado. Da dita fazenda para cá não posso contar com muita exactidão por me ter sido impossivel observar, mas proponho-me logo que fôr possivel descer com a barca ou barcas, no Rio Paraguay, rectificar o meo trabalho e continual-o até a Fronteira. Caso V. Ex^a julgue que isto juntamente com observações sobre as caixoeiras, baixios, correntezas, etc., possa ter algum prestimo, tratarei de pôr á limpo minhas notas e farei d'ellas o uso que V. Ex^a, me determinar.

Não he sem repugnancia que vinha agora importunar V. Ex^a com reclamações: como não existe aqui lei alguma relativa a Fazenda de Marinha, a Junta de Fazenda da Provincia nega-me por falta de clarezas aquella parte de meus vencimentos que não consta da minha guia, e por isso supplico a V. Ex^a queira dar as providencias para que a dita junta fique inteirada do que consta na nota inclusa. Sei que a marcha que devo seguir he de requerr a S. M. I. mas só tenho a declaração verbal, e ainda não pude obter o despacho escripto da Junta que deve servir de peça justificativa ao meu atrevimento em contemplação da necessidade que tenho dos ditos vencimentos e de muito tempo que he preciso para recber resposta dessa Côte".

Realmente estava o Primeiro Tenente Leverger, sem receber vencimentos desde que ali chegou. Pedia que se declarasse á Junta: 1º que além dos mil e duzentos reis de comedorias, vencia uma racção diaria de accordo com o mappa dos generos de que se compunha a racção diaria, á bordo dos navios do Estado, incluindo a vela de cera por dia que lhe pertencia como Commandante: 2º uma declaração do soldo mensal, a racção diaria da praça, de criado que lhe pertencia, de accordo com os arts. 79 e 81, do Capitulo I do Regi-

mento Provisional; 3º que lhe fossem abonados os vencimentos acima citados desde que partio para aquella commissão; 4º finalmente que se lhe desse quartel, enquanto não fosse possível residir á bordo das Barcas.

Em 6 de Julho de 1831, communicava ao Ministro que sentia não enviar juntamente o seu trabalho que aquella autoridade lhe tinha promettido acolhimento em consequencia da pequena demora do correio e ainda por causa das festividades que tiveram lugar ao receber-se a noticia dos faustos acontecimentos de Abril, actos a que o obrigaram igualmente a assistir o seu dever, como empregado publico e cordeal interesse que tomava a quanto podia interessar a ventura da briosa Nação, a qual tinha dedicado seus fracos serviços e enfim as doces recordações da França que o vira nascer. Dizia mais que como poderia haver duvida se estava ou não comprehendido nas excepções do artigo 4º da Lei de fixação das forças, tomava a licença de indicar ao Ministro os documentos existentes na Secretaria de Marinha.

Por aviso de 1 de Dezembro de 1831, se declarou que continuasse no exercicio do mesmo posto, visto haver collaborado activamente nas luctas do Rio da Prata. Referia-se este aviso ao facto da nomeação de uma commissão para examinar se todos os officiaes existentes nos quadros, quer do exercito e da marinha, haviam prestado serviços á nossa Patria e se haviam adherido á nossa nacionalidade.

Depois da abdicação de D. Pedro, as medidas postas em pratica contra o exercito e a armada, sempre suspeitos aos politicos, mais ciosos dos seus interesses particulares do que dos nacionaes, levaram estas duas corporações a um verdadeiro estado de estagnação; dir-se-iam que não existiam e que a missão do primeiro era a de policia e a segunda de transportes, ambos a vontade dos presidentes das provincias, a quem estavam sujeitos.

Esquecido o Primeiro Tenente Augusto Leverger em Cuyabá, por mais que reclamasse contra a inacção a que o condemnavam n'aquelle desterro, não era de fórma alguma attendido.

Em 1º de Março de 1833, ao então Ministro da Marinha que era o Capitão de Engenheiros Joaquim José Rodrigues Torres, dirigio o seguinte officio: "Illmo. e Ex. Snr. — Tenho tido por varias vezes a honra de representar aos Antecessores de V. Ex., que da minha estada n'esta Provincia, nenhuma utilidade resultava ao serviço nacional.

Até agora estou sem resposta e a considerar este silencio como huma desapprovação tacita, talvez seja impertinencia minha, reiterar minha representação.

Porém, como póde tambem ser, que os graves acontecimentos politicos que tiveram lugar n'estes dous annos, não permittissem ao Ministro occupar-se de hum negocio de tão pouca monta, anima-me, guiado pelo que julgo meu dever, a dirigir este officio a V. Ex.

Eu fui enviado aqui para commandar seis Barcas canhoneiras que devião empregar-se na defesa da fronteira no Rio Paraguay.

Principiou-se a construcção destas Barcas em 1826 e até agora ha só duas, e ainda não de todo acabadas; não ha materiaes para as outras, e nem he de presumir que se construação tão cedo. Effectivamente, o Poder Legislativo destinou a este fim quatro contos de réis, mas como o Thesouro da Provincia nunca possui senão huma parte da quantia que a Ley applica á despesa total da Provincia, a Junta de Fazenda vê-se obrigada a acudir ás despesas mais urgentes e a negligenciar as outras; assim he que desde muitos mezes os trabalhos das Barcas estão paralyzados (desde 16 de Agosto de 1831) e que se me deve hum anno de soldos atrasados, além de quasi outros dous annos que tenho recebido em Portarias da Junta de Fazenda, que ainda não estão pagos.

Suppondo que melhorasse o estado das finanças da Provincia, ou que o Governo Imperial mandasse que se applicasse exclusivamente á Marinha os quatro contos que a Ley marca, ainda assim seria sem proveito algum, que meos vencimentos absorvirião huma parte desta quantia; pois que educado no mar desde minha infancia, a Construção he um ramo de Arte Naval a que nunca me dediquei especialmente, e se faltasse o actual constructor preciso seria que viesse outro. Logo he sem utilidade e portanto onerosa minha presença aqui até que as Barcas estejam acabadas, isto é, d'aquí a muito tempo.

Tomarei a licença de referir-me a huma informação que me pedio o Presidente da Provincia e de que remetti copia a V. Ex. em 6 de Dezembro de 1831, a cerca do emprego que julgasse se devia fazer da quantia decretada para que ella tivesse efficacia.

Confesso a V. Ex. que não he só o zelo do bem publico que me dicta esta representação; tenho tambem outro motivo: sirvo no Brasil desde mais de dez annos; prezo-me de ter grangado algum conceito; dou muito valor á estima publica; dôe-me sobremodo ver-me olhado como *sangão*, e minha posição actual faz-me merecer este odioso epitheto.

Tenho feito quanto dependia de mim, para que meo emprego não fosse uma *sinccura*; ha alguns mezes, não se tendo apresentado candidato para as cadeiras de Geometria e Lingua Franceza que estavam em concurso' offereci-me para professor gratuitamente de huma e outra cousa; o Governo da Provincia aceitou minha offerta', porém até agora não tem tido execução' bem que eu esteja prompto.

Ouso esperar que V. Ex. apreciando meos motivos não se offenderá da minha talvez indiscreta franqueza e rogue com insistencia a V. Ex. que informando-se a meu respeito e averiguando a verdade das minhas aseverações' me mande retirar se julgar que sou inutil n'este lugar; e no caso, contrario, supplico-lhe queira mandar outro official occupar hum emprego que minha educação e meo modo de ver e de sentir me fazem insupportavel".

Em vista de que determinou o Ministro da Marinha ao Presidente da Provincia que informasse sobre o estado da construção das conhoneiras, a utilidade que ali podessem prestar: a quantia necessaria para a sua construção e armamento e finalmente se era necessario que ali continuasse a estar o Primeiro Tenente Leverger; e que no caso da negativa, fizesse retirar-o para a côrte, isto em Maio de 1833.

Em 28 de Fevereiro de 1834, communicava, cheio de satisfação o Primeiro

Tenente Leverger ao Ministro que em 5 de Fevereiro, tendo pelo Presidente da Provincia recebido ord:m da Regencia em nome do Imperador, para partir quanto antes ao Rio de Janeiro, pretendia dentro de dous dias pôr-se a caminho.

Como de facto em Março partio de Cuyabá e pelos rios seguio, apresentando-se ao Quartel General da Marinha, em 29 de Setembro. Recebeo então todos os seus vencimentos em atraso durante todo o tempo em que esteve em commissão, conforme dispoz o aviso de 13 de Outubro seguinte.

Depauperado pelo clima de Cuyabá, pedio e obteve um anno de licença, que lhe foi concedido por aviso de 30 de Janeiro de 1835. Em Abril foi porem nomeado para embarcar na fragata "Campista", de que foi dispensado em vista de seu estado de saude, continuando a gozar da licença da qual se apresentou em 30 de Janeiro de 1836. Por aviso de 14 de Abril, desse mesmo anno se lhe concedeo seis mezes de licença, sem vencimentos, gozando-a dentro do Imperio.

Com surpresa sua, mas sem articular a menor queixa, nem reclamar, por Decreto de 6 de Outubro do mesmo anno foi reformado no mesmo Posto, sem soldo, já por não ter tempo para a reforma, já por ser estrangeiro não natu-

realizado, como constou do aviso de 12 de sobredito mez e anno. Naquelle periodo de agitações e incertezas em que as classes armadas eram joguetes da mais desenfreada vinganças, nada poderia esperar.

Depois da abdicação de D. Pedro commecaram os nossos homens de governo a olharem com mais carinho para a politica que deveria ser seguida em relação á Buenos Ayres, que pretendia com o Uruguay e Paraguay, fazer renascer o antigo vice reinado tornando-se assim visinho perigoso, e assim trancar a navegação dos rios Paraná, Paraguay e Uruguay, rios estes que interessam a provincias nossas que lhes são ribeirinhos principalmente a de Matto Grosso.

O General Rosas, que governava dictatorialmente, procurou submeter o Paraguay e na sua ancia de molestar-nos influia na guerra civil ateada no Rio Grande em 1835, bem como na que formentara no Uruguay.

D'ahi o auxilio do Brasil a estes dous paizes, e ver-se em todos os tratados por elle celebrados, entrar a clausula de suas independencias e da livre navegação dos rios platenses.

Veio d'ahi a necessidade de ter o Brasil elementos na provincia de Matto Grosso; ainda mais que tinha questões lindeiras com o Paraguay e a Bolivia.

Os profundos conhecimentos que adquirira o Primeiro Tenente Leverger de toda aquella região fizeram-no pessoa necessaria.

Por Aviso de 4 de Julho de 1837, foi nomeado para commandar as Barcas canhoneiras que se achavão na Provincia de Matto Grosso, percebendo pelos cofres da mesma, durante esta commissão, os vencimentos que lhe competiam como em serviço activo e dous dias depois, houve por bem o Regente em nome do Imperador determinar, que ficando de nenhum effeito o de 6 de Outubro de 1836, pela qual fôra reformado no mesmo Posto e sem soldo, entrasse este official de novo na effectividade do serviço, contando-se-lhe a antiguidade de sua Patente o que constou por Aviso de 7 do sobredito mcz. Por outro Aviso do 7 de Julho desse mesmo anno se lhe mandou abonar os vencimentos de Commandante enquanto pela Assembléa Legislativa não fosse aprovada a proposta do Governo, relativa ao Arsenal de Marinha da Provincia de Matto Grosso, visto achar-se este official desde 4 do dito mez nomeado para servir de Inspector do sobredito Arsenal, e encarregado do commando das Barcas Canhoneiras e exploração de rios, e outros trabalhos que tenha de desempenhar sob ás ordens do respectivo Presidente, e que outrosim se lhe adiantasse a quantia de duzentos mil réis que seriam descontados dos sobreditos vencimentos na fórma do estylo. Por Aviso de 17 do mesmo mez e anno se verificou que o vencimento deste official deveria ser contado do dia de sua sahida e que elle faria constar á respectiva Repartição, e que sobre a abonação de tal vencimento se observasse a Resolução da Consulta de 5 de Maio de 1837. Passou-lhe guia para a dita Provincia em 11 de Julho, vindo acompanhado de uma tabella dos vencimentos que devia perceber.

Desta feita, pela experiencia adquirida comsigo levou todos os esclarecimentos necessarios para não ficar sujeito aos caprichos e interpretações da Junta da Fazenda, que amargurados annos o fizeram passar n'aquella Provincia. Promovido a Capitão Tenente por Decreto de 7 de Setembro, contou por outro de 15 do mesmo mez e anno a antiguidade deste Posto desde 22 de Outubro de 1836.

Na presidencia da Provincia de Matto Grosso estava o Dr. José Antonio Pimenta Bueno, o futuro marquez de S. Vicente o qual ao receber a comunicação de haver sido nomeado para commandar as Barcas Canhoneiras o então Primeiro Tenente Leverger, como havia requisitado, manifestou-se ao Ministro da Marinha, que era o chefe da esquadra Tristão Pio dos Santos do seguinte modo: "Tenho a honra de accusar o recebimento do Aviso n. 2, que em data de 4 de Julho proximo passado por V. Ex", me foi dirigido communicando-se que o Primeiro Tenente da Armada Augusto Leverger fora

nomeado para commandar as Barcas Canhoneiras existentes n'esta Provincia, e inspecionar o respectivo Arsenal, ficando ás ordens d'esta Presidencia, de quem deve receber as instrucções necessarias, a bem do cabal desempenho de sua commissão.

"Inteirado pois da nomeação do dito official, cuja actividade e prestimo merece minha confiança, darei cumprimento o quanto V. Ex^a ordena-me, tanto a respeito de sua commissão como de seus vencimentos, rogando entretanto a V. Ex^a queira ter a bondade de levar ao conhecimento do Regente em nome de S. M. o Imperador minha respeitosa gratidão por se haver dignado attender a requisição que a cerca do dito official dirigi a sua prezença, movido pelo interesse do publico serviço. Deos Guarde a V. Ex^a. Cuyabá, 28 de Setembro de 1837. Illm.^o Snr. Tristão Pio dos Santos. Assig. *José Antonio Pimenta Bueno*.

Pelo officio que se segue vê-se o interesse que tomava o Ministro da Marinha em preparar elementos em Matto Grosso para futuras eventualidades apesar da agitada opposição politica que lhe moviam na Camara. Dizia o Presidente Pimenta Bueno na mesma data acima. "Tive a honra de receber o Aviso n. 3, que por V. Ex^a me foi dirigido em data de 6 de Julho proximo passado, e pelo qual sou autorizado a gastar annualmente a somma de 800\$000, com os Telheiros e concertos das Barcas Canhoneiras d'esta Provincia, além não só da despeza que se fizer com o Primciro Tenente da Armada Augusto Leverger, nomeado para commandal-as, mas ainda do mais que fôr de absoluta necessidade, dando de tudo conta a V. Ex^a.

Ao mesmo tempo que posso affiançar a V. Ex^a que empregarei todo o meu zelo para que a Repartição de Marinha, n'esta Provincia se ponha e conserve no melhor estado possivel, como muito exigem os publicos interesses e segurança desta importante Fronteira, não devo deixar de significar a V. Ex^a. minha reipeituoza gratidão pela autorisação que me hé confiada de despende não só as quantias por V. Ex^a, designadas, mas além disso as que forem de absoluta necessidade, providencia sem duvida de muita sabedoria, attenta a grande demora que pela longitude desta Provincia ha em receber autorisações especiaes e muitas vezes importantes e urgentes; mas que ao mesmo tempo dá-me especial prazer porque ella confere-me prova da Confiança com que V. Ex^a honra-me, e á qual procurarei sempre corresponder, como é de minha restricta obrigação.

Respondendo ao importante aviso n. 4, da mesma data affiançava "que empregaria attenção, zelo e a possivel actividade para que tenha execução quanto V. Ex^a ordena á cerca da construcção de mais quatro Barcas canhoneiras, que erão certamente indispensaveis para a segurança desta Fronteira, á cerca do aparelho e veleame dellas, cultura e preparação da linho, estabelecimento de huma pequena cordoaria para o fabrico de cabos, construcção de novos tenheiros para as ditas Barcas resguardadas das chuvas e de hum armazem para deposito das madeiras, que não devcm ser empregadas si não pasado hum anno depois do seu córte, exame e informação á cerca da navegação e mais circumstancias dos rios Cuyabá, S. Lourenço e Paraguay, do que deve conjuntamente com o mais ser encarregado o Primeiro Tenente da Armada Augusto Leverger e finalmente para que tenham execução todas as demais providencias, que por aquelle Aviso são determinadas.

"Hé de minha satisfação para o Governo desta Provincia ter de cumprir ordens semelhantes, pois que além de interessarem mui de perto á força e segurança d'ella concorrem tambem, por certo, para dar desenvolvimento a sua industria e consequente prosperidade.

"Não he possivel desde já ministrar a V. Ex^a, as informações que eu desejava á cerca de alguns dos objectos incluidos no dito Aviso, eu devarei á presença de V. Ex^a um diario de reconhecimento do celebre Rio Paraguay, lagoas que n'elle desaguão: e serras proximas ás suas margens, o qual inclui

tambem o reconhecimento do rio Cuyabá e parte do S. Lourenço: Diário de muito prestar por que foi feito por homens intelligentes.

"Não ha necessidade de recorrer ao uso de rezinas por falta de Breu, porque, temos breu de sobra, e por preço commodo, maximo no tempo, em que elle se extrahe: fiz comprar n'este anno, trinta arrobas a mil e duzentos réis a arroba. Ha tambem estopa boa, que se extrahe das cascas das arvores denominadas castanheiras do Pará, que abundão mórmente no rio Juruena. Passo a colher as informações convenientes á cerca do material de que os negociantes que descem pelo Guapará para o Pará fabricão os cabos que servem aos botes: pelo que se diz são optimos esses cabos.

"Fica a meu cargo levar ao conhecimento de V. Ex^a todas as informações que puder obter, e que sirvão de algum esclarecimento á Repartição de Marinha, pelo que respeita á esta Provincia.

"Com o officio de 28 de Abril proximo passado sob n. 34, transmitti á Secretaria do Estado dos Negocios de Guerra a copia de huma Memoria Militar sobre esta fronteira: transmittiria igual copia á Repartição a cargo de V. Ex^a, se tivera mais Empregados e menos trabalho na Secretaria deste Governo, pois que aquella memoria fornece alguns esclarecimentos interessantes.

Logo ao receber este officio, em 2 de Janeiro de 1838, já então ministro da marinha desde 19 de Setembro de 1837, o deputado Joaquim José Rodrigues Torres determinou ao Presidente que remetesse com o possivel brevidade o orçamento das despesas que se tinha de fazer no anno financeiro de 1838 a 1839, com os objectos á cargo da Repartição da Marinha, incluindo nesses despesas as que haviam de se fazer com a construcção das Barcas de que tratava o Aviso de 6 de Julho proximo passado e declarando em que estado poderão ficar as ditas Barcas no fim d'aquelle anno suppondo votadas as quantias que foram pedidas no orçamento.

Claro está que em menos de seis mezes não poderia ter resposta dando que as viagens para Matto Grosso eram feitas por S. Paulo e que duravam tres mezes e mais de ida.

Logo que chegou a Matto Grosso não descansou o Capitão Tenente Augusto Leverger, entregando-se com ardor ás explorações dos rios Cuyabá, S. Lourenço e Paraguay, fazendo duas viagens á fronteira do sul, isto desde 1838, até 1840.

Por Decreto de 4 de Junho foi nomeado consul Geral do Brasil na Republica do Paraguay, sendo dispensado da commissão em que se achava. Para recompensal-o dos serviços prestados, por Decreto de 18 de Julho seguinte foi condecorado com a Ordem de Rosa.

Em Abril de 1842, partio para Assumpção, mas vio-se obrigado a regressar porquanto as autoridades paraguayas não o deixaram passar além do forte Olympo.

Promovido a Capitão de Fragata por Decreto de 23 de Julho de 1842, e por Aviso de 25 de Agosto seguinte se communicou que ficava pertencendo a 1^a classe que constituia o Quadro da Armada, na conformidade do Decreto n. 260, de 1^o de Dezembro de 1841, que mandou organizar dentro de um anno o Quadro dos officiaes.

Por Decreto de 20 de Maio de 1843, foi exonerado do lugar de consul geral no Paraguay. A 25 de Outubro desse anno, casou-se em Cuyabá com D. Ignez de Almeida Leite, viuva de Benedicto Leite. Tendo fallecido o supremo ditador do Paraguay em 20 de Setembro de 1840, um congresso reunido extraordinariamente no anno seguinte, creou por um triennio o segundo governo consular, servido por dous funcionarios. A investidura cahio sobre D. Carlos Antonio Lopez e o commandante das tropas D. Mariano Roque Alonso.

O Paraguay, declarou-se independente separando-se da tutela da Junta de Buenos Ayres, cujos homens de governo, queriam formar uma grande nação com todas as provincias do antigo vice-reinado. Para isso haviam enviado expedições armadas tanto ao Alto Peru', hoje Bolivia, ao Paraguay e ao Uruguay, porém a sorte não foi propicia ao magno pensamento dos patriotas portenhos pois viram constituir se em republicas independentes as tres citadas secções do vice-reinado.

Compreenderam desde logo os nossos estadistas que de modo algum convinha deixar nossas provincias rebeirinhas ao Paraguay, Paraná e Uruguay expostas a não terem asseguradas a livre navegação pelos rios.

Dahi sempre ter o Brasil olhado a independencia do Paraguay com muito zelo; foi o primeiro a reconhecel-a e desde 1824, ali manteve encarregado de negocios.

Durante 26 annos que o dictador Francia governou o Paraguay, foi sua politica exterior não intervir em conflictos entre as demais, nem fazer allianças: adoptou uma verdadeira politica de isolamento, preceito este que não adoptou D. Antonio Lopez, muito menos seu filho D. Solano Lopez, seu successor.

Em Dezembro de 1842, tendo os consules do Paraguay communicado á Rosas, para forçal-o ao reconhecimento da independencia do Paraguay, que expostas a não terem asseguradas a livre navegação pelos ditos rios.

um congresso geral reunido em Assumpção havia declarado a independencia, mandou nosso governo que fosse até Assumpção o Capitão de Fragata Augusto Leverger a cumprimentar o D. Carlos Antonio Lopez, em fins de 1843, regressando a Corumbá em Fevereiro do anno seguinte. Havendo sido chamado ao Rio de Janeiro pelo Aviso de 27 de Janeiro, logo que teve conhecimento das ordens poz-se á caminho apresentando-se ao Quartel General da Marinha em 5 de Outubro.

Um mez depois, teve, pela terceira vez, ordem de regressar a Matto Grosso e assumir o commando das Barcas Canhoneiras, que ali se achavam e encarregar-se da direcção do Trem Naval, com os vencimentos que por tal commissão lhe competirem, em lugar do Capitão de Fragata José Maria Ferreira, que devia recolher-se ao Rio de Janeiro.

Antes de seguir para o seu destino quiz Augusto Leverger dar provas de que tinha escolhido de vez o Brasil para sua Patria; assim é que a 13 d'aquelle mez prestou juramento de cidadão brasileiro, cuja carta de naturalisação apresentou a 25 do mesmo mez e anno.

Por Decreto de 2 de Dezembro, desse anno foi condecorado com o officialato de Ordem de Rosa.

Em 1 de Janeiro de 1845, partio para Cuyabá, onde chegou nos primeiros dias de Abril, seguindo viagem terrestre pela provincia de S. Paulo.

Havia Rosas porto em bloqueio o Paraguay e o mesmo fizera seu alliado Oribe, que sitiava a praça de Montevideo, prohibindo o commercio paraguayno pelo rio Uruguay e ainda mais para chacotear Lopez dizia — que ao Paraguay não convinha fazer-se independente, porque, se assim fosse, dar-se-ia o mesmo que em Buenos Ayres, onde, por este motivo havia templos protestantes, consules europeos que promoviam toda classe de questões ao governo e affluencia de estrangeiros de todas as partes, que eram mãos gafanhotos—.

Para preparar-se contra tão incommodo visinho, determinou o nosso governo que como agente diplomatico seguisse para Assumpção o Dr. José Antonio Pimenta Bueno, o futuro Marquez de S. Vicente com a missão de: 1º Reconhecer a independencia do Paraguay; 2º Prometter o auxilio moral e material do Brasil ao presidente Lopes para mantel-o e sustental-o contra as pretensas ameaças do dictador argentino; 3º Buscar a alliança do Paraguay para uma acção conjunta contra o mesmo, considerado como inimigo commum.

Recebido o nosso diplomata pelo governo paraguay em 19 de Agosto de 1844, no dia 14 de Setembro, seguinte, reconhecia a independencia e soberania da Republica em nome do Imperador.

A politica seguida por Portugal em relação ao Brasil, em dividil-o em capitánias independentes e depois em governos distinctos para destruir a cohesão futura, estava a produzir seus effeitos. Aos nossos homens de governo pesava-lhes agora a applaudida idéa do regente Feijó em dissolver o exercito; sem meios de affrontar por nós mesmos o perigo que cada vez mais crescia, fomos implorar nas côrtes de Paris e Londres os recursos que mais tarde, com esforço proprio, apparelhámos para vencer aquelle que as esquadras franceza e ingleza não puderam fazel-o, dando-se mais a circumstancia de terem desdenhado em começo o nosso concurso para depois requerel-o, ao que felizmente negámos.

Com effeito, o governo imperial para se precaver acreditou ante os governos de Paris e Londres o visconde de Abrantes, como plenipotenciario especial com o fim de solicitar sua intervenção no Prata e quebrar o poder de Rosas; favorecer a independencia do Paraguay e do Estado Oriental, já por meio de alianças ou por qualquer outro meio.

Em novembro do mesmo anno, o nosso plenipotenciario dirigio aos governos francez e inglez o seguinte memorandum:

"O governo imperial julga que é de seu dever — e dever de que não pode prescindir — manter a independencia e integridade do Estado Oriental do Uruguay, e a contribuir para que a Republica do Paraguay continue sendo livre e independente. Julga tambem que, sendo a independencia destas duas Republicas de interesse geral, é forçoso adoptar medidas que tcnham por fim conter o governo de Buenos Ayres dentro dos limites marcados pelo direito das gentes e frustar seus projectos ambiciosos.

Finalmente julga que a humanidade, cuja causa deve ser defendida pelos governos christãos do velho e do novo mundo, e os interesses commerciaes que se acham ligados aos progressos de civilisação e da paz, exigem imperiosamente que se ponha termo á guerra encarniçada que se move no territorio e aguas do Estado Oriental".

As citadas potencias attenderam ao chamado do Brasil, mandaram suas esquadras ás aguas do Prata com o intuito de fazer cessar a guerra que movia Rosas ao Estado Oriental, com o fim de annexal-o e de garantir a livre navegação dos rios platinos.

Apesar de vencido Rosas no passo *Obligado*, o triumpho foi ephemero porque Rosas tornou-se mais potente do que antes.

Ia ter razão o Brasil, que tinha agora sobre si as iras de Rosas.

No Paraguay, onde Pimenta Bueno, com ardor trabalhava, fazendo com que o governo de Assumpção fizesse editar o perodico *El Paraguay Independiente*, que appareceu em Abril de 1845, destinado á defesa dos direitos territoriaes e a independencia do Paraguay e mais a organizar um exercito regular sob a direcção de officiaes brasilienses, em fornecer-lhe armas e munições e a levantar as fortificações de Humaytá, bem assim a fornecer-lhe os officiaes de nossa marinha 1º. Tenente Caminada e 2º. Tenente Soares Pinto para instructores de sua marinha.

Preparava assim o Brasil o Paraguay para uma guerra contra Rosas, mal sabendo que em paga teria futuramente que haver-se com quem armava.

Para mais augmentar o nosso prestigio no Paraguay, determinou o nosso governo, em Aviso de Janeiro de 1846, que o Capitão de Fragata Leverger com as barcas canhoneiras "18 de Julho" e "23 de Fevereiro", descesse de Corumbá e fosse estacionar em Assumpção á disposição do nosso Ministro.

Aproveitando-se desta circumstancia Leverger explorou então o rio Paraguay até a confluencia com o Paraná.

Nos annos seguintes completou seus estudos hydrographicos relativos ao Alto Paraguay.

Não perdeu tempo o illustre scientista nas suas predilectas pesquisas; assim é que nos annos de 1849 e 1850 acompanhou os dous presidentes successivos Joaquim José de Oliveira e João José da Costa Pimentel, nas digressões que fizeram ás fronteiras da Bolivia e do Paraguay, percorrendo n'essa ultima, parte do districto de Miranda.

Estando no forte de Coimbra em estudos, recebera noticia de haver sido nomeado por Decreto de 7 de Outubro de 1850, presidente da provincia de Matto Grosso, cargo esse que exerceo desde 11 de Fevereiro de 1851. Por Aviso de 26 de Janeiro, communicou-lhe o governo Imperial ter sido nomeado tambem commandante das armas.

Promovido a Capitão de Mar e Guerra por Decreto de 3 de Março de 1850, foi exonerado em 16 de Novembro do commando das armas, exoneração essa que ficou sem effeito, conforme se declarou.

Promovido ao posto de Chefe de Divisão por Decreto de 2 de Dezembro de 1854, tinha na administração da provincia que attender ao procedimento de Lopez, desesperado por não ter o Brasil, acceito o projecto apresentado por seu Ministro Gelly, propondo para linha divisoria entre os dous paizes o Apa e o Salto Grande, e a neutralisação da zona comprehendida entre o Apa e o Rio Branco e ainda por se ter negado a uma alliança offensiva e defensiva contra Rosas de quem estava temeroso pelo auxilio prestado ao general Paz, para a separação de Corrientes da confederação.

Havia o Brasil mandado occupar a ilha do Pão de Assucar e fortificá-la.

Desembarçado Rosas das esquadras franceza e ingleza, voltou-se para o Brasil e para o Paraguay.

Lopez, por sua vez mandou recuperar por meio da força o Pão de Assucar e outros pontos sob a nossa jurisdicção.

Soffreo o Brasil este insulto.

Para desaffronta mandou o nosso governo, o chefe de divisão Ferreira de Oliveira em missão especial á Assumpção no commando de uma esquadra.

Afim de apoiar, á frente das forças da provincia de Matto Grosso, essa demonstração militar, sahio de Cuyabá, em 1 de Fevereiro de 1855, o chefe de divisão Leverger, com destino ao forte de Coimbra, onde chegou a 14 do mesmo mez, e ali se conservamfdkienddetoin sehtrda rdartharhtshelhtshesht mesmo mez, e ali se conservou até 10 de Novembro, do anno seguinte n'aquelle presidio, vigiando e protejendo a fronteira. Regressou a Cuyabá, em fins desse anno.

No largo periodo dessa sua primeira administração, que foi de seis annos, um mez e dezoito dias, teve Matto Grosso o seu periodo aureo, pois vio suas finanças accrescidas, seu territorio cortado de estradas e sua Capital melhorada. Em 1 de Abril de 1857 passou a administração publica ao Vice-Presidente Albano de Souza Osorio, que tivera nomeação desse cargo desde 31 de Março de 1843.

Por Decreto de 6 de Junho foi nomeado commendador de Ordem de Aviz.

Exonerado, por Decreto de 5 de Setembro do cargo de Presidente foi nomeado a 12 do mesmo mez, primeiro Vice-Presidente.

Tendo em 8 de Outubro desse anno o Ministro da Marinha enviado ao Vice-Presidente Albano de Souza Osorio, um reservado sobre a creação de um Arsenal de Marinha n'aquella provincia, respondeo elle que era do parecer do chefe Leverger pelos seus vastos conhecimentos e pela madureza com que sempre procede. "A pequena força naval mandado crear n'esta provincia com o fim tão somente de auxiliar a defesa do forte de Coimbra, pôde e deve prestar outros maiores serviços adquirindo vasos de pequeno calado e movido á vapor, de que indispensavelmente precisa, contribuirá muito efficazmente para a defesa da navegação e do littoral do Paraguay dentro de nossos limites. Sendo assim, é evidente não só a correspondencia como a necessidade de um Arsenal de Marinha nas margens do Paraguay, em lugar que possam chegar as embarcações, livres dos obstaculos e inconvenientes que apresenta a navegação do Paraguay superior e do Cuyabá.

A localidade das *Pedras de Amolar* e *Douradas*, onde abeira o ria a corda de altos montes que, desde a Gaiba, borda a sua margem occidental ao meu ver o que melhor convem para a fundação de um Arsenal.

O util estabelecimento que com, tanto zelo tem formado no baixo do morro ironteiro a Coimbra o Primeiro Tenente Antonio Joaquim Ferreira Ramos, commandante da flotilha, não deverá contudo ser abandonado nem desprezado. Servirá de deposito de combustivel, outros generos e aquartellamento temporario das guarnições das embarcações estacionadas n'aquella parte da frenteira.

O lugar de *Douradas*, porém, tem a vantagem de ser, em maior estensão, inaccessivel á inundação periodica, menos exposto a um golpe de mão em caso de guerra, e mais proximo de Cuyabá e de Villa Maria.

Insistia o Primeiro Tenente Ferreira Ramos, que o Arsenal fosse defronte de Coimbra, onde já havia bom estabelecimento naval, intitulado E. Naval do Baixo Paraguay, por elle creado. No entender do Vice-Presidente Osorio a insistencia com que aquelle official chamava pelo local e por elle escolhido era devido ao amor da paternidade.

Tendo pedido refôrma, informou o Chefe de Esquadra Joaquim José Ignacio ao Ministro da Marinha, que era o Con^{to}. Saraiva que o Chefe de Divisão Augusto Leverger no requerimento em que solicitava sua refôrma, allegava avançada idade, molestias, comprovada pelo termo de inspecção de saude, junto ao seu requerimento e pela circumstancia de não servir no mar ha vinte e sete annos. Sobre esta pretensão tinha a dizer que havendo sido o suppe. admittido ao serviço da Armada como 2º Tenente de Comissão, por Aviso de 11 de Novembro de 1824, e tendo a seu favor a disposição do Art. 3º da Lei nº 646 de 31 de Julho de 1852, que foi revogada na parte relativa a tempo de serviço pelo art. 3º da de n. 863, de 30 de Julho de 1856, em cujo intervallo de tempo conservou-se na Provincia de Matto Grosso, onde ainda se acha, contaria por isso trinta e tres annos, seis mezes e dous dias de serviço, mas devendo deduzir-se o espaço de seis meses de uma licença que lhe foi concedida sem soldo, como tudo se vê da copia de seus assentamentos, reduz-se semelhante tempo a trinta e tres annos e dois dias e portanto está nos casos de ser reformados com a graduação de Chefe de esquadra e o soldo de sua actual Patente, em conformidade do Alvará de 16 de Dezembro de 1790; e parece-me que poderá obter deferimento a esta supplica, ou por Decreto, como teve lugar com o Almirante Luiz da Cunha Moreira e Frederico Mariath, o que julgo mais appropriado para os officiaes Generaes, ou por intermedio de Consulta do Conselho Supremo Militar, V. Ex. porém, resolverá como julgar melhor. Deos Guarde a V. Ex. Quartel General de Marinha 13 de Março de 1857. Il^{mo}. Ex. Snr. Dr. José Antonio Saraiva, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha Assig. *Joaquim José Ignacio*. Chefe de Esquadra.

Reformado em chefe de Esquadra Graduado na conformidade da lei, como pedio por Decreto de 26 de Maio.

Por carta imperial de 22 de Setembro foi nomeado 1º Vice Presidente da provincia de Matto Grosso, onde por aviso de 1 de Outubro teve licença para fixar residencia.

Não ia no entretanto descansar o illustre geographo e hydrographo, o consciencioso explorador das arterias fluviaes de Matto Grosso, o investigador dos nossos lindeiros. Em Cuyabá, no meio de sua familia, composta de sua mulher e de suas duas filhas, Emilia Augusta e Augusta Malvina, entregou-se a seus grandes trabalhos hydrographicos, relativos aos rios da provincia ou concernentes ás nossas fronteiras. Nesse serviço empenhou-se desde 1859 a 1862.

Como Vice-Presidente da provincia teve que assumir a 12 de Março de 1863 a administração, visto a partida do presidente Herculano Ferreira Penna, entregando-a a 15 de Julho ao 16.º presidente nomeado, Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho.

No anno seguinte instado pelo governo partio em Outubro de Cuyabá para explorar o districto de Miranda até a fronteira do rio Apa, rio esse que reclamavámos como nosso limite com o Paraguay. Obrigado a retroceder em Dezembro, devido a ter que interromper a exploração iniciada em consequencia da entrada da estação das aguas, fóra das habituaes previsões foi este facto providencial, pois do contrario teria sido uma das primeiras victimas da invasão paraguaya; a 14 de Dezembro d'aquelle anno zarpo de Assumpção a esquadra paraguaya, composta dos vapores de guerra "Taquary", "Paraguay", "Iguerey", "Rio Blanco" e "Iporá", rebocando tres escunas e duas chatas, a qual em chegando a Concepcion se lhe incorporaram o "Salto", "Rio Apa" e "Marquez de Olinda", apresado em Assumpção. Levavam os primeiros 4 batalhões de infantaria, com 800 homens cada um 12 peças raiadas de artilharia á cavallo e foguetes a congrève de 24; nos outros 1.000 homens de desembarque. A esquadra levava 51 canhões. Por terra, marchava, de accordo com ella, uma columna de cerca de 5.000 homens, sob o commando do Coronel Resquin, e levava 6 peças de campanha.

Toda essa força foi arrojada contra a chave de Matto Grosso que era o forte de Coimbra, defendido apenas por 157 combatentes, incluindo quatro civis, quatro vigias da Alfandega, 17 presos e dez indios cudués.

O que foi aquella epopéa, escripta pelos heróicos defensores do forte de Coimbra sob ás ordens do Tenente Coronel Porto Carrero, todos nós o sabemos. Depois de dous dias de stoica resistencia, por falta de munições houve necessidade de abandonar aquelle baluarte de valor nunca desmentido, e que era a chave da provincia.

O então commandante das armas, ao envez de fazer como anteriormente fizera Augusto Leverger, transportando-se pessoalmente com todas as forças disponiveis para aquelle ponto, deixou-o entregue a si. Quando enviou soccorros era demasiado tarde.

Forçada a passagem de Coimbra, estava invadida toda a provincia; assim foram cahindo successivamente Dourados, Nioac, Miranda, Rio Feio, sendo tudo arrasado e destruido pelos invasores, e depois Albuquerque e Corumbá.

Em 9 de Janeiro de 1863 já proximos os paraguayos da capital, o Presidente da provincia que era o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho chamou ás armas todos os homens validos, conseguindo mobilisar no rio Aricá, em fins de Abril, duas brigadas, e mandou policiar a cidade pela Guarda Nacional

Os paraguayos dominavam do S. Lourenço para o sul e se approximavam do Coxim.

O inesperado regresso das forças que guarneciam a colonia de Melgaço e das circunstancias que o cercavam pôz em fóco a figura viril de Leverger que deixando os seus labores scientificos, apesar dos seus 63 annos, apresentou-se ao Presidente da provincia pedindo lugar entre os defensores da cidade.

Diz una testemunha ocular: "Continuavam a chegar fugitivos de Cumbá, portadores das mais desoladoras noticias. As que foram dadas pelo Commandante Moreira Marques á gente que se encontrava em Melgaço causaram panico ali: atroadores ribombos successivos de trovões, tomados por canhoneios inimigos, puzeram em debandada a guarnição de Melgaço.

"E' innenarravel o desalento e justo receio de maiores desgraças que se apossam da população dos dous districtos de Cuyabá, pois de todos os angulos e direcções da cidade, já quasi deserta sahia gente, procurando refugio nos adjacentes engenhos e fazendas, a algumas leguas de distancia, já apresentando-se em ordem de mudança para a provincia visinha, já apresentando-se ao serviço militar, depois de já em armas os prestaveis mesmo aquelles que não eram para isso aproveitaveis em armas os prestaveis, e á proporção que n'um crescendo assustador, espargiam os boatos de morticínios e horriveis provações e barbaridades, só augmentava o exodo.

"Era contristador e lancinante o espectáculo de disperção, anciedade e allucinação populares. Quasi sem força armada, simi-sitiada, sem dinheiro, com communicação interrompida e muito pouca força a abandonar o seu posto, a provincia extorcia-se desesperada nas vascas da agonia, ameaçada a capital da mesma sorte das outras povoações ribeirinhas devastadas. Tudo era horror e confusão.

"Foi nesse instante de desespero e de angustia que o velho e experimentado marinheiro, abandonando o lar carinhoso e as commodidades que a idade requeria, se apresentou para encaminhar e dirigir a defesa da cidade.

"Recebido com gratidão e alvoroço, o presidente em acto continuo o nomeou commandante superior da Guarda Nacional bem como commandante das forças fluvial e terrestre, incumbida de occupar o porto de Melgaço.

"A noticia desse acontecimento circulou veloz pela cidade fazendo vencer a confiança em todas as almas. E á tarde desse mesmo dia as forças retirantes accrescidas de varias turmas de voluntarios, retomaram o caminho de Melgaço. Horas depois para ali seguio o Almirante, sem ter podido siquer despedir-se de sua esposa.

"O Presidente da provincia autorizado pelo Art. 12 do Decreto n.º 2029 de 18 de Novembro 1837 nomeia provisoriamente, por assim convir ao serviço publico e á defesa desta Capital o Chefe de Esquadra reformado Augusto Leverger para Commandante Superior de toda a Guarda Nacional da mesma Provincia, bem como todas forças fluviaes e terrestres, incumbidas de occupar e defender o porto de Melgaço; ficando dispensado do exercicio o respectivo Commandante Superior interino do exercicio de seu lugar o Chefe do Estado Maior e continuando no commando da guarnição desta Capital.

Palacio do Governo de Matto Grosso, em Cuyabá, 20 de Janeiro de 1865.
— *Alexandre Manoel Albano de Carvalho*, brigadeiro.

"A alegria e a confiança se restabeleceram de prompto por entre o povo, escreve testemunha insuspeita, e todos porfiadamente queriam ser os primeiros a acompanhá-lo, compartilhando com elle os perigos imminentes da defesa de seus lares.

Em Melgaço escolheu a colonia existente para centro de resistencia; elle que possuia larga conhecimento das condições topographicas e estrategicas da provincia começou desde logo, de accordo com o Capitão-Tenente Balduino Athanazio do Nascimento, do "Juruá", a por em estado de defesa aquelle ponto strategico. Dia e noite vigilante e sob a pressão moral de que não muito

poderia contar com voluntarios, sem o menor preparo para a guerra não descansava um só momento. Até 14 de Março conservou-se Augusto Leverger no seu posto, pois sendo passado o perigo, voltou atacado de febre palustre.

Sobre o procedimento de Leverger n'aquelle triste lance diz o illustre Visconde de Taunay: Em vista da violação do territorio brasileiro salteado por numerosas forças inimigas e da subida dos vapores paraguayos pelo rio Paraguay, ameaçando a capital Cuyabá, que se possuio de terror panico, Leverger apresentou-se ao Presidente Albano de Carvalho a 20 de Janeiro para ir fazer frente ao inimigo, impedindo-lhe o passo no Melgaço, á beira do rio Cuyabá. Foi o serviço de maior relevancia prestado pelo benemerito cidadão, o ponto culminante da sua proveitosissima carreira. Incalculaveis na verdade, os effeitos do pavor, que se apoderára de toda a população: abandono da capital, sua occupação pelo inimigo, fugida de milhares de familias para as mattas e sertões, perda de um sem numero de vidas, desbarato enorme de bens materiaes, além da vergonha de toda a Nação. Naquelle momento, foi Augusto Leverger o ante mural de Cuyabá e de todo o Brasil. No dia 21 de Janeiro, sem se ter despedido da familia, chegou ao Melgaço á frente de um primeiro destacamento de 300 praças, elevado depois a cerca de 1.000, ás pressas levantou fortificações passageiras, que os paraguayos não ousaram vir atacar. Em fins de Março, passado o perigo das consequências do terror e mortal desalento, voltou, doente de febres, a Cuyabá, onde foi recebido como salvador da Patria, no meio das mais delirantes aclamações.

Por decreto de 7 de Julho deu-lhe o Governo o titulo de Barão de Melgaço, com grandeza.

A 6 de Agosto teve, como 1.º Vice-Presidente que assumir a administração da provincia, sendo nomeado Presidente por carta Imperial de 2 de Outubro.

A sete de Outubro foi nomeado para presidir e commandar as armas.

Já em exercicio, prestou juramento e tomou posse dos cargos a 13 de Fevereiro de 1866, começando então a desenvolver extraordinaria actividade para livrar a provincia da invasão e providenciar para que os males succedidos fossem remediados na medida dos meios ao seu alcance.

Em communicação com a expedição partida de Uberaba que d'ali sahira sob o commando do Coronel Manoel Pedro Drago, pedia que alguns membros da commissão de engenheiros fossem reconhecer e examinar a estrada que pelo Piquiry ia a Cuyabá, para determinar com exactidão quaes os pontos que deveriam ser occupados, afim de proteger a Capital, no caso de uma demonstracção offensiva do inimigo sobre Cuyabá.

A um de Maio passou a Presidencia ao segundo Vice-Presidente Albano de Souza Osorio, para attender a sua estremecida esposa que enfermára gravemente e que veio a fallecer em 30 desse mesmo mez.

Acommettida a Capital em Julho de horrivel epidemia de variola prestou admiraveis serviços, dando proficuos exemplos de sangue frio e actividade.

Não ia ainda descansar o venerando ancião, pois pela terceira vez por Decreto de 25 de Julho foi nomeado para presidir a Provincia, de cujo governo tomou posse a 26 de Maio do anno seguinte.

Em 14 de Janeiro de 1869, depois de tomada a capital do Paraguay pelas nossas forças, seguiu uma esquadriha composta das canhoneiras "Mearim", "Ivahy", "Iguatemy", "Henrique Dias", "Felippe Camarão" e "Fernandes Vieira", sob o commando do Capitão de Mar e Guerra Aurelio Garcindo Fernandes de Sá para o Fecho dos Morros, extremidade sul da Provincia de Matto Grosso, afim de n'esse ponto construir uma fortificação. Conduzia 250 praças do Batalhão de Sapadores e um Major de Engenheiros. As duas ultimas canhoneiras levavam ordem de seguir até

Cuyabá, a 3 de Fevereiro ali chegava levando a noticia da terminação da guerra. A' 1 hora e 30 minutos da tarde salvava com 21 tiros a fortaleza de "S. José" e a cidade apresentava um quadro de indescritivel alegria: por toda a parte a multidão compacta vozeava em estrondosos vivas... erguia-se da quasi miseria a que a haviam reduzido as circumstancias da guerra e ainda impressionada pelo flagello da peste que a assolára, para saudar a felicidade que a paz lhe restituia".

A 10 de Fevereiro de 1870 passou a direcção da Provincia ao 2.º Vice-Presidente Luiz da Silva Prado. Teve exoneração do cargo por Decreto de 31 de Maio, sendo nomeado em seu lugar o Dr. Francisco Antonio Raposo, depois Barão de Caruarú.

Desde então retirou-se da vida publica, voltando ao seu viver modesto, á margem do Coxipó, onde antes o havia encontrado o illustrado viajante Bartholomeu Rossi, que d'elle dizia em sua *Viagem Pittoresca* — "Um dos homens que pela sua sciencia e pelos serviços que ha prestado, se faz, na verdade, recommendavel, é o Dr. Augusto Leverger, francez de nascimento, chefe de esquadra hoje reformado, condecorado com diversas distincções honorificas e que ha exercido por vez a Presidencia da Provincia, com agrado e applauso publico.

"Este cavalheiro tem realizado trabalhos hydrographicos e geographicos de maior importancia, alguns dos quaes são conhecidos com vantagem, principalmente as suas minuciosas explorações do rio Paraguay e seus afluentes

"Actualmente se occupa com o levantamento de uma carta que comprehende a navegação desde Corumbá até Cuyabá, e com a organização de um plano geographico de toda a Provincia

"O Dr. Leverger possui conhecimentos profundos de sciencias exactas e os tem mui valiosos acerca do paiz em que reside; vive retirado com sua esposa, uma senhora respeitavel do lugar, e habita uma quinta nas margens do rio Coxipó, a uma legua da Capital, aproveitando o silencio aprasivel de que alli goza, para auxiliar os grandes trabalhos, que o preoccupam, e que constituirão um presente valiosissimo para as sciencias e um relevante serviço para a sua patria adoptiva.

"Nenhum homem de bom senso e cultura sahirá do gabinete de trabalho do Barão de Melgaço sem a convicção profunda de que elle é o mais notavel monumento da Geographia do Imperio".

Em 4 de Janeiro de 1880, presentindo o seu fim, escreveu á sua irmã, freira, em um convento do sul da França, as seguintes palavras: "Entro n'este anno sob auspicios pouco favoravel. Ha cinco dias soffro bastante, e a minha fraqueza augmenta."

De facto a 14 desse mez, contando 78 annos, mezes e 16 dias exhalou o ultimo suspiro o benemerito cidadão, legando a sua patria adoptiva um acervo brilhante de serviços militares, administrativos, diplomaticos e scientificos, independentes de pesquisas historicas e geographicas que trouxeram luzes inestimaveis para elucidacão de nossas questões de limites com o Paraguay e Bolivia, reivindicando por vehemente protesto, á luz da verdade historica todo o territorio situado ao norte do Rio Verde até a margem direita do Rio Paraguahú, cujo dominio data para nós do remoto povoamento do valle do Guaporé, conforme o que ficára convencionado pelo tratado de 1867.

Sem pompas nem honras funebres conforme disposicão de ultima vontade, acompanhado por pessoas da familia e poucos intimos amigos, foi levado ás 5 horas da manhã de 15 para o cemiterio da Piedade, onde foi depositado na respectiva capella, sahindo o feretro da rua do Campo, hoje Barão de Melgaço. A's 8 1/2 da manhã desse mesmo dia foi sepultado.

Ao ter conhecimento da morte de tão provecto servidor da Patria o presidente da provincia e commandante das armas que era o barão de Maracajú, baixou a seguinte ordem do dia: Commando das Armas de Matto Grosso — Quartel General em Cuyabá 14 de Janeiro de 1880 — Ordem do dia n. 7.

Acabando de fallecer n'esta capital o veterano da Independencia o Exmo. Snr. Barão de Melgaço, Chefe de Esquadra reformado da Armada, que prestou longos e relevantes serviços á Patria e á Sciencia com inteira dedicação, sente profundamente o Coronel Presidente e Commandante das Armas annunciar aos Corpos da guarnição e ás Repartições militares da Provincia a perda de tão preciosa vida.

E como interprete dos sentimentos dos Snrs. Officiaes e praças da mesma guarnição, convido-os para tomarem luto por sete dias pelo fallecimento de tão preclaro servidor do Estado, a quem particularmente muito deve esta Provincia, por tel-a administrado como Presidente e Commandante das Armas em epocas difficeis.

E porque tenha de prestar ao illustre finado as honras fúnebres que lhe competem como General da Armada Brasileira, determina o mesmo Coronel Presidente e Commandante das Armas, que amanhã ás 7 1/2 horas do dia se ache formada na praça da Matriz uma Brigada composta de uma bateria de seis boccas de fogo, do 8.º e 21.º Batalhões de Infantaria, do Piquete de Cavallaria e das Companhias de Aprendizes Menores e de Operarios Militares do Arsenal de Guerra, sob o Commando do Exmo. Snr. General Domingos José da Costa Pereira, para aquelle fim.

Assignado Barão de Maracajú".

No mesmo dia foi esta ordem revogada, em vista dos expressos desejos do illustre finado.

Deixou o illustre e venerando Official a seguinte bagagem scientifica:
Diario de Campanha de 1825 a 2828.

Derrota da Navegação interior, da villa de Porto Feliz, de S. Paulo á cidade de Cuyabá 1830.

Memoria sobre o rio Paraguay, desde nova Coimbra 1841.

Diario e Roteiro d aviagem feita desde a cidade de Assumpção, no Paraguay, até a Bahia Negra, 1844.

Roteiro da Navegação do rio Paraguay, desde a foz do S. Lourenço até o Paraná, 1844.

Roteiro da Navegação do rio Paraguay, desde o rio Sepetyba até o S. Lourenço, 1848.

Diario do reconhecimento do rio Paraguay até o Paraná, 1846.

Exame de uma parte do rio Paraguay e das lagoas Uberava e Galba, 1847.

Observações sobre a carta da Povincia de Matto Grosso, 1862.

Breve noticia relativa á chorographia da Provincia de Matto Grosso.

Noticia sobre a Provincia de Matto Grosso, 1863.

Apontamentos Chronologicos da Capitania de Matto Grosso.

Diccionario Geographico da Provincia de Matto Grosso.

Documentos Officiaes portuguezes e hespanhoes, relativos aos limites do Imperio pela Provincia de Matto Grosso.

Observações sobre a Carta Geral do Imperio, relativas á Provincia de Matto Grosso.

Carta e roteiro de Navegação do rio Cuyabá desde o Salto até o rio S. Lourenço e deste até a confluncia do Paraguay.

Carta do rio Paraguay desde a foz do Olympo até a cidade de Assumpção, 1843.

Planta hydrographica da lagoa Ubcrava.

Esboço hydrographico do Campo do Juarú, 1849.

Mappa da Fronteira Sul da Provincia de Matto Grosso.

Mappa Geographico, Chronologico e Estatistico da Provincia de Matto Grosso.

Planta do Rio Paraguay.

Esboço hidrographico desde a foz do rio Miranda até o Paraguay, 1862.

Carta de um reconhecimento no districto de Miranda, 1864.

Carta Chorographica do districto de Miranda, 1866.

and the following is a list of the names of the persons who have been

admitted to the office of the Secretary of the State since the

last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons

who have been admitted to the office of the Secretary of the State

since the last meeting of the Board of Education, and the names of the persons



Bartholomeu Hayden

Bartholomeu Hayden

Chefe de Divisão

Filho de João Hayden e de d. Joana Hayden.

Nasceu no Condado de Tipperary (Irlanda) a 22 de Fevereiro de 1792.

Falleceu a 17 de Setembro de 1857, em Portsmouth Inglaterra.

O proloquio enunciado por Themistocles, tão recommendado pelo celebre orador e consul de Roma, o mesmo que pouco depois de nossa independencia tanto por elle insistio na Constituinte o illustre brasiliense José da Silva Lisboa para que fosse considerado maxima d'Estado, mais uma vez vinha de se confirmar — *Quem tem o senhorio do mar tem necessariamente o imperio da terra — Qui mare tenet eum ne cesses est rerum potire.*

Ao declararmo-nos independentes de Portugal soffriamos da consequencia das medidas restrictivas póstas em pratica com relação aos filhos da ex colonia que se propunham seguir a carreira maritima; poucos officiaes existiam oriundos do paiz em póstos elevados para o commando e lotação dos navios que constituíam a nossa esquadra, ás pressas armados e tripulados para completar a expulsão das forças luzitanas aninhadas ainda em algumas das provincias do norte do Brasil e na Cisplatina, com o intuito de impedir a nossa unidade.

A amarga experiencia de contar para as necessarias operações maritimas com os adhesistas filhos da metropole, que o foram em avultado numero, obrigou a procedimento mais logico e natural, qual o de recorrer á outras fontes; assim, foi acceito o conselho suggerido pelo nosso emissario em Londres, Brant Paes Leme, o futuro marquez de Barbacena, ao grande varão José Bonifacio de Andrade e Silva, qual o de contractar, de preferencia, inglezes para o commando e tripulação de nossos navios. D'ahi o facto de nos vir, primeiro do Chile, cuja independencia acabava de ser feita, uma pleiade de officiaes d'aquella nacionalidade que ás ordens de Lord Cochrane n'aquella paiz se batera pelo mesmo ideal, e depois da propria Inglaterra, para formar o nucleo de nossa marinha.

Convidado aquelle illustre almirante para entre nós assumir o alto posto que já exercera em sua patria e no Chile, no brigue de carta «Colonel Allen», de propriedade de Bartholomeu Hayden e seu capitão, em companhia de Crosbie, Grenfell, Sheppard, Clewley, officiaes cujos meritos aquilatara nos combates travados nas costas do Pacifico, fez-se de vela do porto de Valparaíso a 13 de Janeiro de 1822, chegando ao Rio de Janeiro a 13 março. Seis dias depois assumia o commando de nossa esquadra com o posto de Primeiro Almirante, esquadra essa formada pelos navios deixados como imprestaveis pela

côrte luzitana, mas que o patriotismo brasiliense, em pouco fel-os uteis. Antes foram reunidos outros, adquiridos e armados n'aquella premente occasião e todos affrontaram com vigor e vantagem o poder naval da ex-metropole que desde então perdeu sua supremacia maritima e portanto a terrestre.

No convívio, durante sessenta dias, tanto foram os despendidos na larga travessia do Chile ao Brasil, pelo cabo de Horn, teve opportunidade Lord Cochrane de avaliar dos meritos e conhecimentos e proficiencia do capitão Bartholomeu Hayden e ainda das qualidades nauticas de seu navio. Em chegando ao Rio de Janeiro, sabendo da necessidade que tinha o nosso governo de augmentar o material fluctuante, então por demais escasso, informou da vantagem da aquisição de semelhante unidade.

Já se havia empenhado em combate o nosso almirante contra a esquadra portugueza nas aguas da Bahia e sobre ella tomado ascendencia tal que essa não mais tornou a offensiva, apesar de muito mais numerosa e aguerrida; era que havia perdido a escola de energia e trabalho, mal este devido a ter sido relegada ao completo abandono, já mesmo muito antes que ao Brasil chegasse a familia real portugueza foragida á invasão franceza.

Bastou, por isso a presença de officiaes veteranos dirigidos por um arrojado chefe, conhecido pela sua audacia para que os commandantes portuguezes encarregados de manter o prestigio de suas armas começassem a desfallecer, certos da completa derrota. Sem honra deu-se o abandono das terras que com tanto empenho as côrtes portuguezas exigiam a conservação.

Para a perseguição dos navios luzitanos que se preparavam para deixar o porto da Bahia, cujo bloqueio por mar e por terra, dia a dia, mais se apertava, necessitava Lord Cochrane de navios maneiros e velozes; por esta razão, ao chegar ao morro de S. Paulo o brigue *Colonel Allen*, onde havia estabelecido a sua base de operações o nosso almirante, trazendo-lhe sobrecellentes e um reforço de cento e tantos marinheiros engajados na Europa, requisitou-o para o serviço, incorporando-o á esquadra com o nome de *Bahia* e ao seu Capitão concedeo-lhe a graduação de Capitão tenente, em 3 de Julho de 1823.

Começou desde então Bartholomeu Hayden a fazer parte de nossa marinha militar, de cuja aquisição nada teve de arrepender-se o nosso governo.

Lord Cochrane na impossibilidade de encurrarlar dezenove navios de guerra e mais de 80 mercantes, cheios de tropas e de tudo que a avidez e ganancia podiam conceber, taes como bens moveis, alfaías das igrejas e conventos, sinos e todo o material existente nas intendencias e arsenaes de marinha e da guerra e tudo o quanto haviam saqueado os soldados do general Madeira, determinou que se lhes desse caça quando estivessem mar em fóra, opportunidade essa em que mais á vontade poderia desfalcgar o comboio.

No dia 3 de Julho pelas 4 horas da manhã suspenderam do ancoradouro do Morro de S. Paulo as fragatas *Nitherohy*, *Paraguassú*, brigue *Bahia* e es-cuna *Carlota* e foram se incorporar a *Pedro I*, capitanea e *Maria da Gloria*, a *Águia do Imperio*, assim conhecida pelas suas proesas, que faziam o serviço de bloqueio. Abrio-se desde então o livro no qual começou a ser escripto o capitulo de nossa historia naval pois o primeiro o haviam começado a escrever os itapariicanos, dirigidos por João das Bottas, e n'elle accentuada a epopéa ali começada e que terminou na foz do Tejo, até onde a *Nitherohy*, isoladamente perseguiu a esquadra portugueza.

Successivamente foram cahindo em nosso poder numerosos navios; só ao *Bahia* coube apressar as galeras *Ulysses*, *Inc mparavel*, *Deus te Guarde*, bergantins *Carvalho VI*, *Nova Sociedade*, brigues *Santo Antonio Diligente*, *Amitié*, *Alexandre*, brigue-escuna *Dois Amigos* e sumaca *S. Antonio Ventura* auxiliando ainda a *Maria da Gloria* a apossar-se da charrua *Conde de Peniche*.

Estas presas e outras sob a guarda do *Bahia* foram mandadas recolher ao porto do Recife, enquanto os demais navios de nossa esquadra continuavam na gloriosa missão de expulsar do Maranhão e Pará as forças inimigas que n'ellas se mantinham.

No commando das forças navaes estacionadas no porto do Recife continuou o capitão tenente Bartholomeu Hayden.

Mal expulsos os portuguezes, começaram as dissensões provocadas pela ambição de predomínio e ainda mais pela ascendencia politica tomada pelos adhesistas a que não era alheio o proprio imperador devido ao interesse pessoal.

No governo de Pernambuco se achava Manoel de Carvalho Paes de Andrade; começou este em opposição ás ordens emanadas da cõrte, prevenido como estava e com elle a maioria dos habitantes de que o imperador, dissolvendo a Constituinte e fazendo deportar os Andradas e outros illustres brasilienses, não mais fazia do que procurar novamente a união com Portugal. Este pensar mais se accentuou com a ordem para que se recolhessem ao Rio de Janeiro as forças navaes estacionadas pelas provincias, justamente em occasião em que se annunciava a vinda de uma forte divisão portugueza contra o Brasil.

Em Janeiro de 1824 officiou o capitão tenente Bartholomeu Hayden ao almirante Cochrane que já se achava então no Rio de Janeiro, communicando-lhe a suspeita de que se tramava uma revolta e que entrava nos planos della apoderarem-se os conspiradores do seu e demais navios da força naval ali existente. Lord Cochrane, em lucta com o governo para que lhe reconhecessem seus direitos, negados muito certamente com o intuito de desgostal-o, afim de que abandonasse o novo serviço, deu-se pressa, embora, em levar ao conhecimento do governo o officio que recebera d'aquelle commandante em 12 de fevereiro, e posteriormente o de ter a Junta Pernambucana se apossado do brigue de guerra *Independencia ou Morte*, substituindo o seu commandante e haver ameaçado o commandante do *Bahia*, por não se submeter, de tratá-lo como pirata.

Rebentada a revolução e proclamada a *Confederação do Equador*, teve o governo central de enviar forças para submeter os revolucionarios. No serviço de bloqueio esteve o brigue *Bahia*, servindo sob ás ordens do capitão de mar e guerra Taylor commandante das forças navaes.

Para o porto da Barra Grande foi mandado com instrucções Bartholomeu Hayden, devendo proceder cõ moderação e circumspecção, requisitos essenciaes n'aquellas criticas circumstancias.

Tendo o commandante das forças navaes em Pernambuco, que era então o capitão de mar e guerra João Taylor recebido em 25 de abril ordem para fazer regressar o capitão tenente Bartholomeu Hayden o substituiu em maio de 1824 no commando do *Bahia* pelo 1º Tenente Jorge Broom. Esta substituição teve logar em consequencia de ter que responder sobre o facto de ter sido mandado o brigue *Barata*, aliás *Bomfim*, á Bahia em março antecedente buscar farinha e depois de carregado por effeito de uma subscrição voluntaria e em vespas de sahir, em 7 de Agosto, o commandante do brigue *Bahia* lhe cortára de noute a amarra e o levára consigo.

Por Decreto de 14 de Setembro desse mesmo anno foi-lhe perdoada a sen- que lhe impoz o Conselho Supremo Militar de Justiça de dous mezes de prisão em uma fortaleza e não commandar por espaço de seis mezes, sentença essa mandada cumprir em 13 do mesmo mez; dous dias depois foi nomeado para commandar o brigue *Pirajá*.

A 10 de outubro de 1824, Lord Cochrane que commandava a esquadra mandada ao norte para abafar a revolução que tinha por séde Pernambuco, entregou a Bartholomeu Hayden as seguintes instrucções : A' vossa chegada

aqui, passareis a estacionar ao norte e ao sul de Pernambuco em uma distancia tal que vos pareça conveniente para o fim de interceptar navios carregados de armas e outros petrechos de guerra que se espera dos Estados Unidos d'America do Norte como tambem algumas corvetas e embarcações mandadas buscar pelo intruso Presidente Carvalho para o serviço da pretendida Confederação Equatorial e vos continuareis n'este serviço, obtendo mantimentos e refrescos de tempos em tempos, até que recebeis novas ordens do Governo Imperial ou de mim.

Os navios que capturardes seria bom mandal-os para a Bahia para lá serem adjudicados, e tambem todos os navios que forem encontrados commerciendo entre Portugal e Brasil com pavilhão de qualquer dessas Nações, e á chegada de taes presas na Bahia todos os officiaes e Maruja que não são necessarias ficarem n'elles, voltarão para o navio do vosso commando.

Sereis servido mais, mandar uma communicação individual de cada navio e da occasião em que foi tomado, vossos motivos para o tomar, com todos os papeis que achardes a bordo, acautelando-vos de sellar as escotilhas afim de prevenir difficuldades desnecessarias que possam surdir para a sua adjudicação legal: Bordo do Náo *Pedro Primeiro*, em frente a Pernambuco, 10 de Outubro de 1924. Assig. *Cochrane e Maranhão*. Snr. Capitão Hayden do Brigue *Pirajá*.

Em vista desta ordem, como apparecesse nas aguas de Pernambuco demandando o porto de Recife a escuna americana *Exchange*, mandou o commandante do *Pirajá* registal-a e verificando que procedia de Boston, trazendo para mais de 300 barris de polvora e que tal quantidade não era accusada em seu manifesto de sahida, o que fortificava a presumpção legal de ser embarcada e destinada a fins illicitos, que não podiam ser outros, que o de proporcionar aos republicanos os meios de se sustentarem, outro arbitrio não teve senão proceder contra a mesma; arrestou-a e mandou conduzi-la para a Bahia afim de ali conhecer perante o Juiz competente se estava nas condições de ser considerada preza, por fazer contrabando de guerra.

Julgado não precedente foi confirmado pelo Supremo Conselho do Almirantado, sendo responsaveis os capttores por perdas e damnos que se liquidassem na execução.

Contra tal sentença reclamou o commandante Hayden em outubro de 1826 em memorial dirigido ao imperador em o qual dizia que o processo havia sido instaurado sem procuração sua e «por consequinte sem ser parte no feito, achando-se elle ausente em serviço e commissão do Estado, é evidente por huma parte que segundo o Direito não pode prejudicar-lhe a Sentença proferida sem sua audiencia e convencimento, e da qual não teve noticia (o que não duvida jurar) se não agora, por occasião de regressar a esta Côte das differentes commissões em que tem estado successivamente empregado; e por outra parte, que compete ao Supremo o beneficio da restituição *in integrum* conforme ao disposto no § 3 Art. 1º do Alvará com força da lei de 21 de outubro de 1811, que declarou, ampliou e formou a verdadeira intelligencia da Ord. do Liv. 3 Pet. 10 § 3, Reclamando portanto o beneficio da referida restituição *in integrum* recorra ao Supp a V Magestade Imperial por este Supremo Conselho, autorisado pelo Decreto de 19 de Janeiro de 1803 para conhecer de todas as questões incidentes sobre materia de presas, segundo as circumstancias, de que forem acompanhadas, para que o admitta a embargar a Sentença de que se tracta, não obstante o lapso, visto que a mesma restituição se pode oppôr em todo o tempo. Dignando-se Vossa Magestade Imperial de Mandar que se recolha a Sentença exequenda, expedindo-se para esse fim Portaria ao Desembargador e Auditor Geral da Marinha, ou que este sobresteja na execução até a Decisão dos Embargos do Supp. áquem hé permitido socorrer-se por este meio, segundo o disposto em o Art. 10 do novissimo Decreto de 21 de Feve-

reiro de 1827, sendo certo que o Direito não consente que alguém seja condemnado ou infamado sem primeiro ser ouvido e convencido judicialmente, como claramente o estatue a Ord. do Liv. 2. Tit. 1 § 13. Pelo que respeitosa e submissamente. P. a Vossa Magestade Imperial se Digne deferir-lhe na forma requerida debaixo dos implorados benefícios. E. R. M. Assig. *Bartholomeu Hayden*.

Declarada a guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Prata seguiu o *Pirajá* para Montevideo.

Em 7 de Janeiro de 1826, tendo que regressar seu navio ao Rio de Janeiro afim de soffrer reparos, dizia o vice-almirante Rodrigo Lobo: d'aqui a oito ou dez dias deverá partir o bergantim *Pirajá* e novamente rogo a V. Ex. me queira mandal-o logo que esteja prompto com o Commandante que tem e este agora me assegura que chegou a essa Côte hum irmão d'elle, habil official de Marinha, o qual pedio demissão do serviço em Inglaterra, onde servia, para vir servir na Marinha do Imperio, e se for possível que S. M. I. o admitta ao serviço que me fosse mandado para o empregar aqui.

Desde 10 de Dezembro de 1825 que estava declarada a guerra; corsarios buenaienses aproveitando-se de cartas expedidas por aquelle governo e da pouca vigilancia exercida pelo Almirante Rodrigo Lobo, commandante de nossas forças navaes, ousadamente percorriam os mares á cata de boas presas offerecidas pelo nosso commercio marítimo, então prospero e abundante.

Mandado regressar o *Pirajá*, afim de incorporar-se á esquadra já na altura do Rio Grande do Sul, em 31 de Janeiro, encontrou-se com o corsario argentino *Libertad del Sud*, do commando de Diogo Velez. Com tal vigor se houve no ataque o Commandante Bartholomeu Hayden que depois de ligeiro, porém brioso combate, conseguiu aprisional-o, levando-o para Montevideo. Logo depois sahio para Maldonado afim de transportar diversas peças de artilharia que ali se achavam. Ali chegando teve que empregar força para retiral-as e transportal-as. Entrou novamente em Montevideo a 12 do mesmo mez. Em 14 de janeiro, o visconde da Laguna, que como Capitão General governava a Cisplatina, enviou ao visconde de Paranaguá, ministro da marinha um officio no qual dizia:

«Recollendo-se para essa Côte o Bergantim de Guerra *Pirajá* aproveito esta occasião para recomendar a V. Ex. o Capitão Tenente Bartholomeu Hayden, Commandante do mesmo Bergantim pelos distinctos serviços que tem prestado no Rio da Prata, removendo de Maldonado para esta Praça as Peças de Artilharia que ali se achavam, apreizando a escuna *Libertad del Sud* e finalmente desempenhando todas as commissões de que foi encarregado com actividade, zello e intelligencia, fazendo-se alem disso digno de consideração de V. Ex. pelas suas boas maneiras e excellente conducta.» Devido a estes serviços foi promovido ao posto de Capitão de fragata em 8 de maio, contando antiguidade de 31 de janeiro,

Tendo sido substituído o vice-almirante Rodrigo Lobo no commando de nossas forças no Rio da Prata em vista de sua pouca actividade e desacertos na campanha, pelo que foi mandado responder a conselho de guerra, a 21 de abril partio do Rio de Janeiro para Montevideo o almirante Rodrigo Pinto Guedes, futuro barão do Rio da Prata, nomeado successor d'aquelle.

Compunha-se a divisão das fragatas *Ipyranga*, capitanea *Paraguassú* e brigue *Pirajá*, ainda este sob o commando do capitão de fragata Bartholomeu Hayden. A 12 de maio chegavam em Montevideo e dous dias depois de reorganizada a esquadra, deu o almirante o commando da corveta *Liberal* de 22 canhões a este official: fazendo parte da 2ª divisão da esquadra, cujo commando foi dado ao capitão de mar e guerra James Norton, aquelle que se

tornou n'aquella campanha o mais infatigavel perseguidor de Guilherme Brown, o almirante contrario. Diante da valentia de Norton quebravam-se as ousadias de Brown. Já no dia 23 de maio começou James Norton a sua lide fazendo entrar em acção os navios de sua divisão, os quaes obrigaram os navios inimigos que procuravam sahir do porto de Buenos Ayres, a elle de novo regressar com a perda de seis mortos e 22 feridos, isto desde ás 5 horas da tarde até o pôr do sol. Infelizmente, devido ao calado não puderam as corvetas *Maria da Gloria*, *Itaparica* e *Liberal* continuar a caça como o fizeram os brigues *Caboclo*, *29 de Agosto* e *Independencia ou Morte*.

Dous dias depois, dentro do porto festejavam os inimigos a data de 25 de maio: a nossa 2ª divisão que desde a vespera, depois de ter comboiado alguns navios para a Colonia do Sacramento se achava fundeada a meio canal entre aquella praça e a Ensenada, suspendeo e pôz-se a cruzar, indo até em frente a Buenos Ayres. Vendo este desafio, quiz o almirante argentino que um triumpho de suas armas marcasse tambem a data festejada e por isso resolveo sahir á liça. Deu-se mal porém, porque em vez, teve de regressar ao porto levando mortos: um piloto, seis marinheiros e sete feridos.

Veio o dia 11 de Junho: o desejo de Norton de n'esse dia destruir o inimigo, não poude infelizmente ser realisado, porque demandando seus navios maior agua para se approximarem dos bancos em que se achava fundeado aquelle. Julgando a inutilidade do esforço, reunio suas forças e fundeou e depois de ter deliberado em conselho com Senna Pereira, Grenfell, Beaurepaire, Mariath e Hayden, todos de opinião que nada se podia fazer na posição que havia tomado o inimigo, retirou-se a esperar melhor oportunidade.

Não perdeu por esperar, pois decidio-se a acção no dia 30 de julho na altura de Punta de Lara, onde foi completamente destroçada a esquadra inimiga.

Arrastava-se a guerra. O nosso governo mais preocupado com a politica interna do que com a guerra em que estavamos empenhados não se movia em dar aos encarregados d'ella os elementos necessarios para prompta terminação. As mudanças ministeriaes constantes traziam ás operações as mesmas orientações dos partidos: se um determinava acção fio sentido de vigorosa offensiva seguia-se outro no pensamento do afrouxamento d'ellas. As alternativas, umas para impôr a paz, outras para conseguil-a por accordo, enfraqueciam o nosso prestigio e desgostavam os combatentes, pois tirava-lhes o estimulo; só faziam crescer o ardor do inimigo que não se cansava na busca de recursos, quer no Chile, quer nos Estados Unidos e na Inglaterra. Servia a guerra para os politicos nas duas casas do Parlamento fazerem a mais desapiedada critica ás operações. Tinha o imperador decahido do conceito popular e elle de sua parte assoberbado pelo amontoamento de escuras nuvens que eclypsavam o seu prestigio no paiz que havia adoptado como seu como tambem em Portugal, onde tinha o maximo interesse, por direitos de familia, só podia aspirar pela paz. Ao regressar do Rio Grande, para onde havia seguido afim de impulsionar as operações militares, de lá trouxe as bases para uma ruinosa á paz, fornecidas pelo ministro inglez que o havia seguido.

Continuou porém a guerra. Depois do momentaneo successo que teve o inimigo em Juncal, reanimaram-se as acções navaes.

Em 24 de março de 1827, tomou parte o capitão de fragata Hayden no combate empenhado pela nossa 2ª divisão em Quilmes, onde o inimigo teve sete mortos e dez feridos.

No dia 6 de abril no Monte Santiago, servio seu navio de capitanea ao bravo chefe Norton que n'elle por ordem do Almirante veio dirigir o combate contra o *Congresso*, *Republica* e *Independencia*, os quaes fustigados pelos nossos haviam procurado os bancos como refugio e onde haviam enclachado. Depois

de ter tomado parte no dia seguinte no desbarato do inimigo teve que retirar-se da acção por falta de munições e estar seu navio de agua aberta. Teve a gloria de contribuir para a derrocada do poder naval do inimigo, confessada do seguinte modo: «La gloria maritima de la Republica no quedó sepultada con los restos de su escuadra en el banco funesto del Monte Santiago».

Durante os concertos do seu navio esteve embarcado na fragata «Piranga», em 24 de abril de 1827

Depois deste desastre procurou o governo de Buenos Ayres fazer a paz; tendo porem seu emissario trazido do Rio de Janeiro as bases de um tratado que não agradou o partido da guerra, foi elle repellido e obrigado Bernardino Rivadavia, o principal instigador da guerra e irreconciliavel inimigo do Brasil, a abandonar o governo, convencido do seu erro. Continuou por isso a lucta.

Não foi este o ultimo combate em que tomou parte, pois, no dia 3 de junho perto da Ensenada entrou em acção contra uma divisão argentina, cuja capitanea era a «Ocho de Febrero», acção esta que se prolongou até o dia seguinte e ainda a 14 do mesmo mez, entrou na perseguição da mesma divisão que fustigada procurou o porto de Buenos Ayres.

Não se animando o inimigo a sahir do ancoradouro dos Pozos, onde havia entrado, resolveo o commandante da nossa divisão ir atacal-os dentro do porto.

Ao despontar do dia 1 de Fevereiro de 1828, suspendeo dos bancos de Santiago a nossa divisão constituida pela «Liberal», capitanea; brigues «Caboclo» e «Rio da Prata»; escunas «Grenfell», «D. Paula» e «1º de Dezembro» e aproveitando-se do crescimento das aguas velejou rumo de Buenos Ayres. Ao perceber o inimigo a nossa intenção, sem mais tempo a perder largou amarras por mão e foi buscar abrigo dentro dos baixios do porto nas barrancas do rio, onde os nossos pelo seu calado não podiam chegar. Canhoneados a distancia pelos de maior porte e de mais de perto pelas escunas, soffreram graves avarias. Obrigados a abandonar o porto em consequencia de vazar o maré, foram os nossos fundear no seu posto de observação e de bloqueio.

Com a partida para o Rio de Janeiro em 12 de Julho de 1828 dos generaes argentinos Thomaz Guido e Juan Ramon Balcarce como plenipotenciarios para negociarem a paz, as operações navaes até então limitadas á captura de corsarios que procuravam sahir ou entrar no estuario bloqueado, quasi que cessaram por completo.

Ratificada a convenção assignada no Rio de Janeiro foi feita a paz, a esquadra nacional que se achava fundeada em frente a Buenos Ayres composta da fragata «Nitherohy», capitanea, corvetas «Liberal» e «Dorrego», brigues «Rio da Prata», «Niger», «Pirajá», «Felix», «Caboclo», «Maranhão», «Constança», «D. Januaria», e «Dous de Julho», escunas «Itaparica», «Bella Maria», «D. Paula», «Rios» e «União» e canhoneira «19 de Dezembro», teve a alvitação nova da terminação da da guerra, pela escuna «Sarandi», que içando o nosso pavilhão deu uma salva de 21 tiros, sendo respondido pela «Nitherohy».

Em 27 de fevereiro de 1828 passou a embarcar na fragata «Imperatriz» e a 4 de abril sahia de Montevideo deixando o campo de acção onde a marinha, apesar de soffrer todas as consequencias de uma politica cujas ideas dispersivas enfraqueciam o fim almejado que era a grandeza nacional, coube cumprir o seu dever escrevendo brillantes paginas, infelizmente pouco conhecidas; dir-se-ia parecer mesmo que houve intento determinado em escurecel-as.

Emquanto os nossos antagonistas n'aquella dura campanha celebram com vadeiro carinho e ardor os feitos praticados pelos seus heroes, nós como que convencidos- de que fomos derrotados, deixamos esquecidas as datas que lembram os innumerados dos nossos.

Voltavam da guerra, aos poucos, os navios que ali haviam permanecido por longo tempo em uma labuta continua; eram recebidos, talvez com a mesma frieza como se fossem navios mercantes que acabavam de regressar ao porto determinado,

Era, no entretanto, cada um d'elles um pedaço da alma nacional cheia de vibrações pela grandeza do paiz; tinham conquistado glorias para a nação que os acolhia com indiferença sem igual, porque o chefe da nação se tinha divorciado della, e a lucta partidaria absorvia todos os sentimentos.

A lucta politica levada a um alto gráo de intransigencia, em dous campos oppostos aggrupára os espiritos: com a abdicação do primeiro imperador, em 7 de abril de 1831, epilogo della, nem assim se abrandaram os furores.

Não podia vibrar a alma nacional pelos feitos da marinha no Rio da Prata porque os chefes que a dirigiram era na maioria suspeitos ao sentimento nacional; a desconfiança de que não passavam de sustentadores do imperador, fazia emmudecer os preitos que lhes eram devidos, pelos feitos praticados.

De outro lado, aquelles que foram convidados para compartilhar de nossa sorte, os inglezes, tinham contra si a má vontade ostensiva dos adhesistas a quem não perdoavam o terem contribuido para que se firmasse a nossa nacionalidade.

Dahi a explicação de não ter sido aquilutado o serviço de nossa marinha n'aquella prolongada lucta.

Sem a menor preocupação em resolver problemas que diziam com o progresso da nação, produziram as luctas a estagnação agricola e industrial do paiz. A lei estabelecida de tudo importar e nada produzir imperava desde o tempo em que as entranhas da terra brasiliense mostraram os ricos veios auríferos n'ellas encravados e que chegaram até para que se enfeitasse Portugal com o titulo de *Fidelissimo*, e tivesse patriarchado comprado a Roma pela fabulosa somma de 429 mil contos.

Entregue o commercio aos mesmos que d'elle tinham o privilegio, não se procurou vasal-o em novos moldes; nunca se cuidou em desenvolver as riquezas do paiz pela construcção de vias de communicação, afin de assegurar uma perfeita circulação de sua producção dentro do seu territorio.

O unico meio de attrahir braços para a lavra dos campos, depois do desapparecimento da caça aos indigenas, era a de buscar africanos; entregue o arroteamento das terras a uma população que nunca teve mestres, pois n'esse ponto é ainda hoje Portugal o mais rotineiro no amanho d'ellas, além do que desde o começo prohibida de tirar proveito pelas draconianos alvarás que limitavam a producção e essa mesma sujeita a impostos de toda a especie, estarecia o Brasil.

Continuava o commercio de escravos e da Africa, *os negretros*, assim chamados os negociantes do vil trafico, abarrotavam os nossos mercados.

A Inglaterra que não via com bons olhos a acção do Brasil no Rio da Prata, onde ella havia naufragado, aproveitou-se da guerra para nos impôr sua vontade, que não mais era do que excluir-nos de todo e qualquer commercio, embora licito, na Africa, a exemplo do que havia praticado com os portugueses, para matar a nossa marinha mercante que se avolumava a olhos vistos.

De facto o tratado de Methuen, celebrado em 1703, o qual segundo exprime Karoll na sua "Historia dos tratados de paz", tornou os inglezes senhores da industria portugueza.

O tratado de 1810, porém, foi o *requiem* ao commercio e navegação de Portugal e incidio na do Brasil, porque por muito tempo seguiram os nossos politicos-politica de Portugal e não do Brasil.— Desde então Portugal e Brasil

não mais se rehabilitaram; a marinha mercante de ambos os paizes que fazia o intercurso entre o Brasil e Portugal, ou entre estes dous paizes e a Africa e a Asia, desapareceu por completo. As companhias de pesca de baleas que tanto floresceram nas nossas costas desde a Bahia até Santa Catharina foram totalmente anniquiladas.

Todos os males inherentes e consequentes do malfadado tratado de 1810 foram transmittidos ao nosso tratado de 1827. Ficamos inhibidos de alterar os direitos de importação que sobre as mercadorias inglezas eram de 15 %, enquanto as importadas em navios nacionaes pagavam 24 %: as taxas de ancoragem, baldeação e exportação continuavam iguaes para inglezes e nacionaes: em muitos ficavam privilegiados, como ter um Juizo privativo, isempção de recrutamento, de contribuições forçadas e de serviço de milicia, etc. Em vez, nossa produção era quasi prohibida nos portos inglezes: assim, enquanto o nosso assucar branco era taxado na Inglaterra a 23\$332 por arroba, o café 7\$680, nos cobrava a Allemanha 2\$212 e a Austria 1\$880 o primeiro e 2\$746 e 4\$386 respectivamente pelo segundo e do mesmo modo o fumo, a aguardente, o cacau, a sola, arroz, algodão, graxa etc.

Portugal, pelo artg 1º da convenção de 22 de Janeiro de 1815 e alvará de 26 de Junho de 1818 se obrigou a prohibir a seus subditos a compra de escravos ou traficar n'elles somente nas partes da Costa d'Africa ao norte do Equador.

Para a realisação desta prohibição celebrou com a Inglaterra a convenção de 8 de Julho de 1817, ficando por ella estabelecida as regras para o exercicio do direito de registro, de busca e apresamento e para julgamento das presas. Em tratado separado obrigou-se o governo a fixar o periodo em que cessaria totalmente o commercio de escravos em todos os seus dominios.

Senhora deste direito, a Inglaterra começou a agir de modo tal que eliminou o commercio portuguez da costa africana: pretendeo depois a perpetuidade de taes convenções e sendo-lhe negada, veio o celebre *bill* Palmerston que autorisava a certos navios britannicos a capturar em todos os mares as embarcações que com a bandeira portugueza se empregassem ou fossem suspeitas de se empregarem no commercio de escravos e aos tribunaes britannicos os julgarem, segundo as leis inglezas a propriedade e os subditos portuguezes n'elle encontrados.

No decurso do anno de 1821 e em principios de 1822 ainda eramos colonia, embarcações de filhos do Brasil foram aprehendidas por navios inglezes; assim o «Gavião», brigue pertencente a Elias Coelho Cintra, bergantim «Villa-Flôr» debaixo das baterias de Bissa; sumaca «Feliz Esperança» de Manoel José Freire de Carvalho; «Dez de Fevereiro», de D. Maria Victoria Carolina Cerqueira, todas embora julgadas más presas não foram indemnizados seus proprietarios. Chegou o cumulo, como aconteceu com a escuna «Saudade» de Wenceslão Miguel de Almeida, apresada a 25 de maio de 1822, como confessou o captor, como não tivesse escravos á bordo, ou prova clara e innegavel de entregar-se ao commercio de escravos, *para não perder tempo, metteo-lhe escravos á bordo!*

Proclamada a nossa independencia, havia cessado todo e qualquer compromisso com a Inglaterra a respeito do commercio de escravos; não obstante continuou ella a proceder do mesmo modo, a varejar, apresar e confiscar sem nenhum respeito á nossa soberania, em seu proveito.

Aproveitando-se das difficuldades em que nos achavamos com a lucta mantida em expulsar os portuguezes manteve-se o governo inglez na mesma campanha: assim foram mais capturados até 1826 os brigues «Cerqueira», «Activo» e «Perpetuo Defensor»; galeras: «S. Benedicto» e «Minerva»; sumacas «Cricoula»

e «Maria», todas julgadas más presas, excepto a ultima, ou relaxadas pelos proprios capttores, sem contudo serem os proprietarios indemnizados, apezar das reclamações.

Tendo rebentado a guerra entre o Brasil e as Provincias Unidas do Prata, dessa circumstancia ainda mais se aproveitou para conseguir a Convenção de 23 de novembro de 1826, pela qual ficaria prohibido aos subditos brasilienses o commercio de escravos ao norte do Equador, até o dia 23 de março de 1830, e depois deste dia, inteiramente vedado em quaesquer logares das costas Africanas, vigorando para isso as estipulações feitas com Portugal em 1815 e 1817.

Se não bastasse a lucta que sustentavam os nossos navios mercantes em todos os mares contra os corsarios de todas as nações, principalmente ingleses, americanos e francezes, todos com carta de marca concedidas pelo governo argentino e antes por Artigas, veio juntar-se para a derrocada do nosso commercio maritimo semellente tratado. Começou desde então uma verdadeira perseguição aos nossos navios, mais accentuada ainda devido ao bloqueio do Rio da Prata e consequente aprisionamento de navios ingleses, forçadores do mesmo.

Por se acharem ao norte do Equador, e os seus passaportes permittirem escalas, foram capturados, não obstante não terem contra si provas claras e innegaveis de se entregarem ao trafico illicito e achada de escravos a seu bordo na forma das Convenções, os seguintes navios; brigues «Venturoso», «Trajano», «Bahia» e «Andorinha»; escunas «Carioca», «Eclipse», «Tentadora», «Carlota», «Conceição», «Paquete do Rio», «Copisha», «Terceira Rosalia», «Estrella do Mar», «Sociedade» e «Ismenia». Por terem tenção de traficar a escuna «Esperança» e por estarem em porto não mencionado no passaporte, ou onde o commercio era prohibido a escuna «Independencia» e o brigue «Voador». A primeira destas ultimas era propriedade de José de Cerqueira Lima, apresada em 20 de janeiro de 1827, estava em reparos debaixo das baterias da fortaleza do Acará, por estar este porto ao norte do equador, embora sem haver prova de ter feito commercio illicito e condemnada. A captura e condemnação do hiate «Tres Amigos», pertencente a Joaquim José Teixeira deu-se por ter tido permissão de conduzir tres negros, pertencentes a subditos portuguezes de Angola para uma das ilhas do Cabo Verde e em vez, trazer tres negras em lugar d'aquelles!

Dentre as embarcações n'essa epoca capturadas, duas, a sumaca «S. João Voador» e escuna «Vencedora» foram julgadas más presas.

Pelo tratado referido, fazia parte a criação de commissões mixtas para julgamento das capturas, d'ahi a necessidade que tinha o Brasil de ter navios na costa d'Africa, e commissarios em Serra Leoa; foi então creada a estação naval cuja séde era em Angola.

Pelo Artigo 7 do regimento de taes commissões mixtas, no caso de condemnação de uma embarcação por viagem illicita, seriam declarados boa presa e seu casco e carga, eram em consequencia, vendidos a beneficio de ambas as partes contratantes. Pois bem, a Inglaterra á pretexto de despesas na repressão do trafico chamou a si todo o valor de cascos e cargas dos navios adjudicados pela commissão mixta da Serra Leoa. Os escravos eram alforriados e consignados ao Governo do paiz em que residia a commissão mixta que tivesse dado a sentença, para serem empregados durante 14 annos na qualidade de criados e trabalhadores livres. Querendo o nosso governo que os escravos que estavam a sua guarda fossem retirados do nosso territorio procurou convencionar, não só com a *Sociedade creadora da Liberia* o seu transporte para aquella colonia, mas ainda com o proprio governo inglez, afim de os admittir em Serra Leoa; foi demovido desse intento devido ás grandes despesas que era mister na Liberia; na Serra Leoa impuinha a Inglaterra ao Brasil o sustento d'elles.

As commissões mixtas de Serra Leoa, comquanto tivessem desde Junho de 1819 até o ultimo dia de dezembro de 1841 emancipado 59.737 escravos dos 447 navios condemnados durante este tempo, afóra mais de 250 capturados desde 1810 em diante, contra a letra das convenções, em que os subditos brasileiros eram interessados, não podendo supprir todas as colonias inglezas que lhe ficavam mais proximas de escravos, que eram obrigados ao trabalho durante os quatorze annos estabelecidos, determinou com approvação do governo inglez que os escravos transportados por navios portuguezes e que com semelhante clausula estivessem no Brasil fossem transportados para as suas colonias da Guyana e Trindade, emquanto obrigava as republicas limi-trophes a dar liberdade a todos que fugissem do nosso paiz.

No intuito de fazer com que os julgamentos tivessem lugar pelas commissões da Costa d'Africa e mais ainda de afugentar por completo o nosso commercio licito d'aquellas paragens, eram apresadas sob qualquer pretextos os navios que para lá se aventurassem. Assim em 1841 foram capturados e condemnados unicamente por indicios remotos dez navios: os brigues «Feliz Ventura» e «Orosimbo»; bergantins «Nova Inveja», «Firme» «D. Elisa»; escunas «Bellona» «Bomfim», «Julianna» e «Flór da America» e polaca «Nova Fortuna». Somente da Bahia de 1839 a 1841, sem motivo, foram apresados a barca «Augusta, os patachos «Sympathia», «Sociedade Feliz», «Conceição», «Golpinho», escuna «Callipso», polaca «Santo Antonio»; em 1844, a 23 de setembro escuna «Ave Maria», á pretexto de que a escotilha era grande, carregadas de generos licitos para a costa d'Africa: pelo mesmo foi aprisionado o hiate «Carolina», mestre José Bento da Silva e proprietario José Soares de Oliveira, tendo sahido da Bahia a 2 de novembro de 1844 e aprisionada, seguindo de S. Thomé para Principe, com escalas por ambos os portos; pelo brigue de guerra inglez «Seignet» a sotavento de Badagre a 27 de dezembro, a lancha «Cazuza»; em 1845 patacho «Esperança», lanchão «Diligencia», hiate «Vivo» e sumaca «Minerva» e o hiate «Raphael», todos empregados em commercio licito.

Pelo numero de capturas illegaes feitas durante os quinze annos decorridos de 1830 a 1840 é calculado em mais de 40.000 contos a perda soffrida pelo commercio em virtude das constantes violação das convenções pela Inglaterra.

Emquanto assim procedia, em março de 1845 desembarcava em Spanish Port, nas Antilhas, do navio inglez «Seneatur» uma partida de 154 negros que a titulo de emigrantes os delegados britannicos encarregados da compra do privilegio de exportar negros, enviavam para aquella possessão! Em 26 de julho desse anno era approvada o bill apresentado pelo Sr. Roberto Peel que sujeitava aos tribunaes inglezes os brasileiros que se entregassem ao trafico de escravatura considerado pela Inglaterra como crime de pirataria, *mas que em caso nenhum um subdito inglez poderia ser julgado por tribunal estrangeiro qualquer que fosse!*

Ha um facto que não pode ficar esquecido; foi um protesto contra o aprisionamento do navio «Felicidade da Bahia» capturado pela escuna de guerra ingleza «Wasp»; o commandante desta destacou para bordo della o guardamarinha Horner e oito praças afim de levar-a a Ascensão. Indignados os nossos, quando fôra das vistas da escuna, revoltaram-se e mataram todos os inglezes. Infelizmente foi represada pela escuna «Star» e denunciados por um infame companheiro Joaquim Antonio de Cerqueira. Confessaram o que haviam feito Francisco Ferreira dos Santos Serra, Diogo Majavel, Antonio Joaquim, José Maria Martins, Sebastião dos Santos, Manoel Antonio, José Alves, João Francisco, José Antonio e Florencio, os quaes foram condemnados a morte pelo tribunal de Exeter no dia 26 de setembro.

Para que conheçamos como procedeo a Inglaterra para comnosco, não satisfeita com o que havia praticado anteriormente, vamos sumariamente mencionar factos succedidos de 1841 em diante. Em 1841 o patacho «Castro»

foi apresado entre as ilhas Branca e Feia, na bahia de Santa Anna, ao entrar a enseada da Armação junto a terra. Dentro do porto da Bahia, antes de visitada pela Alfandega respectiva, pelo navio de guerra inglez «Racehorse» foi registrada a escuna brasileira «Amelia». Essa mesma escuna no anno seguinte foi abordada e registrada e soffreo minuciosa busca, no ancoradouro do Recife pelo navio de guerra «Wizard».

Diz o «Brasil» de 11 de novembro de 1845: Escaleres armados dentro do porto d'esta Côte, sahiram apoz o brigue «Dous Amigos», e o capturaram dentro do nosso territorio maritimo. Em varias epocas as costas e portos da Provincia do Rio de Janeiro têm sido policiadas pelos cruzeiros inglezes, e de exemplo sirvam os de S. João da Barra, e Ponta da Armação e outros, onde eram revistadas as pequenas embarcações e canoas que por ahi navegavam; produzindo assim grande terror e sobresaltos na população da mesma villa de S. João da Barra e nas de Villa Bella de Princeza, S. Sebastião, Ubatuba e outros a beira-mar.

O porto de Macahé tem sido tambem objecto dessa policia, chegando este procedimento ao ponto de um bote do brigue de guerra inglez «Patridge» intentar capturar o bergantim «Leopoldina», debaixo das baterias da fortaleza respectiva; e de, ao entrar da sua barra, ser capturado o brigue brasileiro «Relampago» pelo brigue de guerra «Delphim». O mesmo aconteceu com o «Saudade».

Debaixo das baterias da fortaleza de Sancta Cruz desta Côte, uma barca de vapor da estação ingleza registrou uma canoa, uma sumaca e obrigou na mesma occasião a atravessar um bergantim.

Em Ubatuba, o mesmo brigue de guerra «Delphim» registrou e capturou a barca «Maria Thereza». Na costa da Barra Falsa, em 1844, o brigue «Racer» capturou o brigue-escuna «Ventura» ou «Sooy» que tinha encalhado.

O mesmo teve lugar em 1841 com a barca brasileira «Constança» que estava fundeada na enseada da Armação.

Com escaleres armados penetram pelos nossos rios acima, com o fim de registrarem e capturarem nossos navios; entre outros factos vem em abono disto o succedido no rio Bertioga com o navio «Constante Amizade», contra o qual se dirigiram escaleres armados do navio de guerra «Curlew».

Não pararam ahi as violencias. Na ilha de Santa Anna, segundo o relatório do Ministro dos Negocios Estrangeiros, desembarcaram forças britannicaa capturando embarcações fundeadas, levando-as consigo para as colonias: na praia dos Buzios, quatro leguas distante do Cabo Frio uma embarcação de guerra inglesa desembarcou sua tripulação armada, não permittio que pessoa alguma chegasse ao lugar que esta occupou e capturou um navio que alli se achava com bandeira portugueza. Pelas tripulações dos navios de guerra «Clio», «Rose», «Fantome» e «Curlew» foram feitos desembarques em nossas costas e dado busca nas casas visinhas.

Uma outra violencia, digna de particular menção, é a que as forças maritimas britannicas praticam com os nossos navios: obrigam as tripulações a abandonal-os, ou tomem seus papeis. e os capturam como *bona piratorum*, e os sujeitam a decisão de seus tribunaes; do que ha um grande numero de exemplos, tres dos quaes ora referiremos.

A barca «Maria Thereza», sem ter o menor indicio contra si, foi capturada no porto de Ubatuba; e o seu captor pretendeo sujeitar o seu julgamento a um dos Vice Almirantados inglezes sob pretexto de não ter a dita embarcação papeis a seu bordo, com que legitimasse a sua nacionalidade, e não obstante provar de que pertencia ao Brasil, do que ainda pende reclamação.

As escunas brasileiras «Vencedora» ou «Tartaruga» e Anna e a barca «Constança» foram conduzidas para as colonias britannicas de Demerara e do Cabo da Boa Esperança, afim de serem pelos seus tribunaes senten iadas!! A barca «Constança» quando o nosso governo a reclamava, foi inesperadamente rebocada por um vapor, e comboiada por uma fragata e transportada para Demerara, sob pretexto de que, estando fundeado na Armação, onde foi capturada pelo brigue «Grecian», não se achou a seu bordo, nem bandeira, nem papeis. Esta barca, segundo o relatorio do proprio captor sobre a captura do patacho «Castro», pertencia ao cidadão Manoel Pinto da Fonseca.

Alem destes, muitos outros ha, especialmente apparecidos nos mares d'Africa! Uma serie de factos de outra natureza ainda temos a referir. Toma a dianteira o da existencia, depois do anno de 1836, de uma prisão ingleza, no nosso territorio maritimo, onde são calcados os subditos d'este Imperio! Fallamos da existencia do navio mercante «Nova Piedade», e da do de guerra «Crescent», estacionado n'este porto, servindo de presiganga! Nesta prisão têm estado, por não pequeno espaço de tempo, muitos dos nossos concidadãos. Entre outros, recordamo-nos agora dos nomes dos seguintes: José Lazaro de Oliveira, Agostinho Fernandes Catanho de Vasconcellos, commandante da escua «Tartaruga», o qual foi remettido debaixo de prisão para o Cabo da Boa Esperança e todos quantos compunham as tripulações dos navios apresados depois de certa epoca!

E' o que não fazem elles nos nossos portos? que de violencias não commettem? que maiores provas disso podem dar-se, do que a morte do infeliz João Soares de Bulhões que vinha de volta da ilha de Paquetá com sua familia, na barca de vapor «Especuladora»; o que teve lugar em abril de 1839 por um tiro disparado do brigue de guerra «Ganges» contra a referida barca?... O tiro disparado de bordo da Corveta «Orestes» sobre o vapor brasileiro «Paquete do Sul»; o tiro disparado da fragata «Stag» sobre um escravo de Boaventura José da Veiga, que por ella passava em uma fálua; os tiros disparados da lancha de um navio de guerra inglez sobre o brigue de guerra brasileiro «Tres de Maio», surto n'este porto, são provas mais que sufficientes do muito que temos soffrido da Inglaterra.

São tantas e de tão diversas qualidades as violencias que temos soffrido que custoso é capitular-as convenientemente; a relação que temos dado converia ainda addicionar alguns outros factos de que temos conhecimento; não o faremos porem, não tanto por amor da brevidade, como porque muitos d'elles tem feito o objecto de alguns escriptos, aos quaes ora remettemos o leitor. Um destes factos mais notaveis, referidos pelos deputados provinciaes Pereira da Silva e Dias da Motta na assemblea do Rio de Janeiro, e o da prisão de um guarda-livros de um negociante desta praça que assistia á descarga de certa porção de carvão feita por gente de uma embarcação de guerra ingleza no porto desta Côte. Outro é de um cutter de guerra inglez estar fundeado em dezembro de 1841, na ponta da Armação, registrando tudo que por alli passava. O do navio «Andorinha» sobre o qual o cruzeiro inglez deu caça dentro do nosso porto por varias vezes; e assim o de captura de embarcações de cabotagem que iam para Caravellas, Santos e Campos.»

Bello exemplo deu a população de Paranaguá quando n'aquelle porto entrou a corveta «Cormorant» de 200 homens, pois, da fortaleza da Barra fizeram-lhe disparos de bala que a attingiram fazendo pagar assim o seu atrevimento.

Sob o commando de Humbert o qual arditamente entrou n'aquelle porto no dia 29 de Junho de 1850 e foi fundear na ponta da Figueira, situada entre a ponta da Cruz e o porto do Allemão e logo foram arriados tres escaleres, os quaes tripulados e armados se dirigiram ao dito porto do Allemão onde se encon-

travam os brigues «Astro», «Sereia» e «D. Anna», ex «Lionidia, a barca «Rufino» e as galeras «Conclusão» e «Campeadora». Investiram sobre o «Anna», sobre o qual deram uma descarga e delle se apossaram; violaram as escotilhas que estavam lacradas pela Alfandega e logo depois passaram ao brigue «Sereia», varejando as demais embarcações nas quaes só encontravam viveres destinados ás respectivas tripulações. O capitão do brigue «Astro», o valente riograndense José Francisco do Nascimento, para livral-o de tal insulto, preferio abrir um rombo no costado e mettê-lo á pique do que permittir que em seu convez pizassem os inglezes.

Submergio-se o brigue em pouco tempo, ficando apenas com os topos do mastro a emergir das aguas.

Para mais diser do atrevimento do tal commandante, tendo ido as visitas da Alfandega e da Saude e passado junto do brigue «D. Anna», tripulado já por inglezes, intimaram a não atracar, dizendo de arma em punho: *Não atraquem! Não atraquem, se não querem morrer!* Em vista disto dirigio-se o escaler para a corveta, cujo commandante com toda a arrogancia disse: *«Venho á este porto arrestar as embarcações que se empregam no trafico illicito da costa d'Africa. Autorisado por meu almirante, não tenho que dar satisfação ás autoridades do paiz, e nem tão pouco á Alfandega».*

Tanto insulto exasperou os patriotas; capitaneados pelo destemido capitão do «Astro» e pelo do «Anna», o italiano Frangani, mais de vinte populares, reunidos ás guarnições dos navios apresados, seguiram para a fortaleza da Barra, onde communicaram o succedido ao commandante d'ella, o capitão Joaquim Pereira Barbosa. Este brioso official não deixou impune o atrevimento. Ao sahir a barra o «Cormorant» levando á reboque os dois brigues «Sereia» e «Leonidia», não attendendo á intimação da fortaleza, bem ao contrario fez-lhe fogo. Respondeo esta com vigor, matando-lhe um marinheiro e fazendo-lhe avarias na popa e em um escaler. Apesar disto sahio com os navios a corveta e foi fundear nas «Conchas» onde deitou fogo aos dous brigues. Seguiu para Cananéa donde despachou a barca para Santa Helena.

Os factos que apressadamente foram relatados serviram para mostrar aos nossos dirigentes que não é olhando para os interesses particulares que poderá progredir e ser respeitada a nação.

Empolgados os nossos politicos desde a independencia pela ascendencia que cada partido pretendia tomar, resultaram as perturbações que tanto agitaram as provincias e enfraqueceram o nosso organismo. A guerra contra as Provincias Unidas do Prata; a abdicção do primeiro Imperador, as revoltas no Pará, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Santa Catharina, Minas e S. Paulo, as questões referentes a regencia, o anniquilamento das forças armadas cuja voz perdeu-se depois da independencia, tudo concorreo para que fosse esquecida a nação. Um partido decididamente escravocrata, retrogrado por consequencia, consentia que os antigos commerciantes de escravos, na maioria portuguezes, continuassem o infame trafico, que desde muito faziam, trazendo das colonias africanas para o Brasil a mercadoria necessaria aos fazendeiros; outro contrario a tão infame commercio, apoiava as medidas postas em pratica pelos inglezes e só então quando viram o mal que a seus interesses trazia do que mesmo pelo feito á nossa soberania é que protestaram.

Em consequencia do tratado firmado com Inglaterra, como dissemos, tinha o nosso governo de manter navios de guerra á Costa africana para impedir o trafico de africanos; assim foi creada uma divisão naval, denominada de Costa de Leste, cuja séde era em Angola.

Para o commando d'esta divisão havia sido nomeado o capitão de mar e guerra Jâmes Thompson, o qual na fragata «Paraguassú», sob o commando do capitão de fragata Justino Xavier de Caatso, acompanhada pelo brigue

«15 de Agosto», sob o commando do Primeiro Tenente João Evangelista de Araujo Pitada, seguio a 29 de Dezenbro de 1827. Antes se lhe havia determinado a organização de comboios, para o que aquelle official desse as instrucções e signaes aos navios que deveriam compral-o e que na occasião eram os seguintes: galera «Imperador», bergantins «Triumpho», «Destino», «Triumphante», brigue escuna «Cotia». Haviam mais quatro navios que só mais tarde ficariam promptos.

James Thompson por não ter dado cabal desempenho á commissão que lhe fora confiada, foi por Decreto de 11 de Janeiro de 1828 demittido do serviço do Imperio, apesar de ter prestado bons serviços á causa da Independencia.

Para commandar então a divisão foi nomeado o capitão de fragata Bartholomeu Hayden por Aviso de 19 de maio de 1828, sendo então commandante da corveta «Animo Grande».

Ia assim a nossa esquadra fazer parte do Coffin Squadron (esquadra dos esquifes) assim denominados pelos inglezes os navios cruzadores encarregados da repressão do trafico naquellas regiões, principalmente em Serra Leoa, o tumulo do branco (white man's grave).

Em 22 de agosto de 1828, de bordo da corveta «Animo Grande» communicou o capitão de fragata Bartholomeu Hayden a sua chegada a Angola e assumido o commando da divisão: onde comprára 23 bois e mais supprimentos necessarios á guarnição; que no dia 15 do mesmo mez ao sahir á barra d'aquelle porto encontrára o brigue-escuna «Ismenia», do commando do 1º tenente Duarte Mez da Silva que chegára a Cabinda a 20; com satisfação a informava que tanto os officiaes como a guarnição estavam de perfeita saude, excepção do commissario que se havendo offerecido para ficar em terra encarregado dos mantimentos que foram desembarcados, apanhára febre.

«Que em consequencia das ultimas ordens recebidas, deixando o seu arbitrio a escolha da embarcação que deveria ficar, resolvera que fosse o brigue pelas razões seguintes: primeiro, por dispôr de coberta, o que não acontece com o brigue-escuna, e lhe parecer indispensavel para a saude da guarnição: segundo, por ser elle de mais força e apparecerem ali alguns piratas bem fornecidos, um dos quaes se bateo com o brigue e certamente teria sido apresado se não fosse melhor vela, restando-lhe comtudo a satisfação de que o brigue fizesse o seu dever salvando a galera «Cometa» que irremessivelmente seria tomada se lhe não tivesse valido a actividade do commandante e mais officiaes do brigue.

«Tinha noticia de que o tal pirata, poucos dias atraz, havia tomado um brigue americano em Loango; por isso tencionava logo que chegasse o brigue-escuna passar-se para o brigue e fazer-se de vela, examinando a costa e empregar as diligencias possiveis para encontral-o, o que de modo algum poderia fazer na corveta, não só por ser muito ronceira, como porque, sendo esta de maior força, mais conveniente seria para guardar o porto.

«Ainda que a corveta e brigue sejam de bastante força, dizia elle, e não obstante os esforços que pretenda fazer para a mais completa execução dos desejos e ordens de S. M. Imperial, comtudo, é de meu dever fazer saber a V. Ex.^a que estas não poderão ser executadas como desejo, emquanto não hajão aqui tres embarcações, todas boas de vela, sendo uma corveta e dous brigues, ou um brigue e uma escuna de força, que não devem estar muitos dias fundeadas, não só porque assim melhor protegem o commercio, como porque tambem é mais util para as suas equipagens; rogando comtudo a V. Ex.^a haja de perdoar-me por offerecer a minha opinião, visto que nenhum outro motivo pôde induzir-me a isso, senão o desejo de conservar a Dignidade da Corôa Imperial, e o interesse e Honra da Nação.

Communica ainda que fôra bem recebido pelo governador o Capitão General de Angola, Nicoláo de Abreu.

Tendo-se passado para o brigue «15 de Agosto», se achava no porto quando no dia 27 de agosto, em seu escaler chegou a bordo o capitão americano, vindo de Loango e annunciando-lhe haver visto o pirata na noute antecedente.

Fez-se de vela e para aquelle porto seguio onde chegou no dia seguinte, não mais o encontrando. Nesse mesmo dia pretendia sahir comboiando o brigue-escuna «Ismenia», o que faria até algumas leguas da Costa, dirigindo-se então para Ambris onde presumia encontrar o pirata; não o fez no emtretanto por se ter compadecido do triste estado em que ficou o commandante americano que sendo roubado de seu navio e de tudo que possuia, excepto alguns dentes de marfim que os tinha em terra, lhe haver pedido passagem para o Rio de Janeiro. Concedeo a passagem, levando elle o marfim, cento o setenta dentes, entre grandes e pequenos com a condicção do mesmo pagar os direitos aduaneiros devidos, submettendo-se a qualquer outra determinação do governo imperial.»

Conforme autorisação que tinha, aproveitou-se do pessoal do brigue americano e nomeou o piloto do mesmo, João Henrique Britton Cozzens, segundo tenente de commissão; para carpinteiro Miguel Molony e Pedro Holm para calafate.

O brigue escuna «Ismenia» havia chegado a Cabinda em 26 de Julho onde se achava o brigue «15 de Agosto», havendo a corveta «Animo Grande» sahido no dia 22 para Angola deixando á bordo do dito brigue as instruções seguintes :

«Em chegando a este Porto a Escuna «Ismenia», o brigue «15 de Agosto», de hoje a dez dias dará Comboy athe 50 leguas distante da Costa ás Embarcações que estiverem promptas para sahirem todo este mez, regreando n'este Porto com a maior diligencia, mas se tardar mais a Escuna que estes dias e se o Comboy não está prompto em este tempo, o brigue não largará fôra de vista deste Porto. até a chegada desta Corveta; se a Escuna chegar depois de 8 dias e antes de 15 dias, e o Comboy prompto para sair, o Snr. Commandante da Escuna «Ismenia» sahirá com elle, e lhe acompanhará até 50 leguas da Costa, deixando a bordo do Brigue «15 de Agosto» os officios e cartas e qualquer outra cousa para mim, como igualmente alguns homens doentes e inuteis para regreçar ao Rio de Janeiro, deixando tambem sua parte com o Estado exato do seu Navio, e va depois de largar o Comboy a Angola com a maior diligencia, mas se o Comboy não está prompto em este tempo e se o Comboy não quizer largar athe o Brigue estar prompto para lhe acompanhar ao Rio de Janeiro então a escuna deve ir a Angola bordejando.»

Ao ministro da marinha que era então o almirante Diogo Jorge de Brito, de bordo da fragata «Paraguassu», capitanea da divisão, remetteo em 13 de Junho de 1828, o capitão de fragata Justino Xavier de Castro, a parte do brigue «15 de Agosto», chegado de Angola, na qual lhe communicava que não se achando ali o consul, dirigio-se a Angelo Francisco Carneiro para receber os generos que em seu poder se achavam, o qual se excusou de fazer supprimentos. Encontrou felizmente José Liborio da Silva que se offereceo supprir a requisição feita ao consul. enviando logo parte d'ella, porem que nada mais daria sem saque de letra sobre o governo. Dizia mais que havia mudado a guarnição do brigue para que destructassem outros, de refresco, de carnes verdes com que foram ali municidados, e constava-lhe á custa no Capitão General, Nicoláo de Abreu Castello Branco, por não se achar para isso de accordo a Junta e que por essa razão, havia agradecido áquelle Capitão General «os obsequios que com tanta liberalidade se dignou prestar á guarnição do Brigue Quinze de Agosto.» O desgraçado estado de saude em que tenho a minha guarnição, me obriga a rogar a V. Ex. a continuação d'elles, certo de que mudei a guarnição d'elle, afim de gozarem outros, dos beneficios que resultou dos refrescos que V. Ex. tão benignamente lhes prestou».

Sobre os mantimentos trazidos pelo «15 de Agosto» dizia: o feijão que veio, acha-se incapaz; só a muita necessidade em que estamos pode fazer uzar d'elle. que depois de grande escolha coze-se e socca-se; da bolacha, chegou o resto da que se fez uso no Brigue, cuja está em tal estado, que não consentio o Cirurgião se desse aos doentes e ficão sendo municiaados das sete barricas e findas ellas não sei como me haverei, rodeado de tão tristes circumstancias: esta fragata acha-se com um mez de mantimentos para a Divisão: isto he, arros em lugar de bolacha, e farinha, que para a obter tenho feito troca em cabos, com os navios mercantes que daqui sahem, pois de outro modo me disião que não tinham se não para suas armações. O brigue «15 de Agosto» sahe amanhã a comboiar este brigue fora da costa e de lá seguirá a Angola; recebeo além do exposto, medicamentos que faltam a esta Divisão á vista da costa para me encontrar: mas passados os 15 dias de hoje o brigue e a Escuna não deverão arredar-se da vista deste porto. Bordo da Corveta «Animo Graude» surta em Cabinda 22 de Julho de 1828. Assig. *Bartholomeu Hayden*, Commandante da Divisão.

Recommendo aos Snrs. Commandantes estando tundeados, tentão boas vigilancias, e regeiras passadas sempre de noite. Assig. *Hayden*.

A escuna «Ismenia», conforme communicação de seu commando e 1º Tenente Duarte Martins da Silva chegara a 26 ao porto de Cabinda.

A fragata «Paraguassu», sahida de Cabinda 19 de Julho, sob o commando do capitão de fragata Justino Xavier, de Castro, a levando sessenta e seis doentes, dos quaes morrerão cinco em viagem, comboiava a galera «Novo Despique» e brigue «Novo Destino». Por ser muito ronceira a galera deu-lhe reboque e a largou a oito grãos a O. da Costa, no dia 24, e no seguinte vendo que o brigue o atrazava do mesmo modo procedeo, trazendo-o até o Rio de Janeiro, onde chegou a 2 de Agosto. Justamente a 2 de Agosto de Cabinda, de bordo do brigue «15 de Agosto», ao ministro da marinha communicava o 1º Tenente Felipe Marques de Figueiredo que tendo, zarpado aquella fragata para o Rio de Janeiro e no dia 22 a corveta «Animo Grande» para Angola, deixando-o no porto sem instrucções pelas quaes se poderia regular, Dizia: «como commante de navio de guerra sei de alguma fôrma o que deva fazer segundo o regulamento das mesmas Embarcações, porem tendente ao serviço das Divisões aqui estacionadas não sei o que hei de fazer; sendo o principal não saber as Embarcações que devem ser consideradas boas presas; finalmente Exm. Snr. não sei o fim para o que estou aqui ancorado; pelo Chefe de Divisão me não ter deixado instrucções, só as que me deixou são as que vão por copia na parte que vae junta a este com data de 28, cujo original he bem confuzo como farei ver a V. Ex. Deixou-me este brigue tripulado o peor possivel pois na minha guarnição não se achão senão creanças, pretos, e bem poucos marinheiros e alguns não são mais do que soldados sentenciados da Presinganga com o titulo de marinheiros; além disto acha-se, grande parte, para melhor dizer, todos escorbutados, havendo dias que custa se encontrar dez pessoas capazes de fazer serviço, sendo tudo gente da Fragata «Paraguassu» e supondo-lhe tudo isso deo a resposta que V. Ex. pode ver na 5ª observação da minha parte. Não consta haver na Costa novidade de Corsarios depois da tomada dos navios de Ambris: no dia 26 chegou a este porto a Escuna «Ismenia» deste dia para cá a minha guarnição tem adoecido mais, cuja razão não posso attribuir senão por ter aquecido muito o sol nestes dias, pois todos os meios tenho procurado para evitar a molestia, já com a limpeza do corpo, já com limpeza interna e externa do navio, refrescos, apezar de haver pouca ortalice por não ser tempo della; porem hoje já são menos os doentes pois só tenho nove e desses acabo de ser informado pelo cirurgião que nenhum de perigo por enquanto, e acresceto mais, terem doenças incuraveis n'esta Costa...».

Ao ministro da marinha chefe de esquadra Miguel de Souza Mello e Alvim em 15 de Novembro, de bordo da corveta «Animo Grande» communicou o Commandante Bartholomeu Hayden, que a galera «30 de Março» e o brigue «Amazonas», sahiriam no dia seguinte para o Rio de Janeiro e que nada houve quanto á Divisão, e não terem apparecido nem inimigos, nem piratas.

O brigue lhe havia trazido de Angola noticias bem desagradaveis, taes a de ter o Governador acclamado o infante D. Miguel, rei de Portugal, fazendo jurar-lhe fidelidade e de muito descontente ficar a cidade. Como não tivesse ordens, não podia tomar sobre si fazer cousa alguma, mas que no entretanto iria áquelle Porto a ver se se offercia algum insulto ao nosso Pavilhão (como alguns o possuíam) para n'esse caso dar toda a protecção que estivesse em seu poder. Estimaria que o ministro se lembrasse que só lhe faltavam dez dias para completar os seis mezes que sahio do Rio de Janeiro, que os seus mantimentos já iam diminuindo muito; que só os tinha até fim de Dezembro. Em Angola não havia carne salgada e que nada poderia contar d'aquella Praça pelas circumstancias de então

Tendo chegado a Angola em 25 de novembro, encontrou tudo da mesma forma. Communicou então que os nossos navios entravam e sahiam como sempre e que o Governador Capitão General, continuava offerecendo-lhe os serviços como d'antes.

Como se achasse com poucos mantimentos tratava de obtel-os, porem não havia carne salgada e duvidava muito que encontrasse bois.

Só tinha o brigue um mez de mantimentos e se pudesse conseguiria dous mezes mais. Lembrava ao Ministro que havia sahido do Rio de Janeiro com seis mezes de mantimentos para a corveta «Animo Grande»; dous para o brigue «15 de Agosto», e um para a Fragata «Paraguassu»; que esta levou a maior parte dos que lhe pertenciam que o brigue tem sido soccorrido por elle, todo o tempo; alem disso havia dado dous mezes de mantimentos á escuna «Ismenia» sem que para isto lhe tivesse vindo cousa alguma do Rio de Janeiro e sem que alli tivesse comprado mais do que alguma farinha de trigo, assucar, aguardente e carne fresca. Que tencionava na sua volta á Cabinda embarcar toda a gente doente e retirar-se deixando ali o brigue com a gente mais sã. Que tomava esta deliberação com menos cuidado, por estar certo de que havia de estar em caminho para ali outro navio para vendel-o; custava-lhe no entretanto deixar a Costa sem ordem positiva. porém as circumstancias assim o exigiam estando elle sempre prompto para servir tanto ali, como em qualquer outra porte em que S. Magestade o exija.

Em 22 de janeiro de 1829, portanto já terminada a guerra com as Províncias Unidas do Prata, ainda tinha a nossa marinha de haver-se com corsarios; communicou ao nosso governo o capitão de fragata Hayden, commandante da Divisão Naval que mantinhamos na Costa d'Africa para protecção do nosso commercio o que se segue: No dia 17 de tarde appareceu a sotavento deste Porto, hum Brigue- Escuna. que fez fogo a huma Lanxa e a obrigou a enca-lhar; estando já perto da noite julguei inutil o mandar atrás d'elle. A 19 de nanhan appareceu outra vez fundeado á distancia de dous tiros d'esta Corveta, mandei o Bergantin «Duqueza de Goyaz» a dar-lhe caça, o que fez. O resultado V. Ex. verá pela Copia da parte do Commandante (que faz os maiores elogios a conducta do 2º Tenente e o Piloto Cox); só tenho muito sentimento que se escapasse este Pirata. Estamos agora concertando as avarias do Bergantim, e como nem elle, nem o «15 de Agosto», estão promptos para sahir com o Comboy, deixo elles ambos cá e vou acompanhar o Comboy, a pólo fóra da Costa, por que julgo provavel que o Pirata está esperando por elle. Quando largar a companhia destes Brigues, tenho a intenção de hir a Angola e Ambriz, a dar Comboy aos navios de lá, a Cabinda ao mesmo tempo de precisar mantimentos para o mez de Fevereiro; se não tiver alguma noticia da Fragata que V. Ex. diz que vem.

Temos tido ainda poucos mortos e a lista dos doentes não he grande, mas he impossivel pintar a differença que existe na nossa gente agora para o que foi a 2 meses passados : e tudo isto para peor a respeito da saude : mas espero que os ares do mar contribuirão para restabelecellas. Deos Guarde a V. Ex. Bordo da Corveta «Animo Grande», surta em Cabinda 22 de janeiro de 1829 Ilmo. Ex. Snr. Miguel de Souza Mello e Alvim, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha. *Bartholomeu Hayden* C F. Commandante.

Copia : Tendo ante-hontem sahido d'este Porto por ordem de V. Snria. para dar cassa ao Brigue-Escuna que apparecia, continuando n'elle todo dia, tendo conhecido logo ser o navio de desconfiança e pela diligencia que fazia para se escapar, ás 6 h. içou a Bandeira Franceza no tópe grande e as 7h. 50m. emparelhei com elle, ficando eu a barlavento ao tiro de Pistolla, perguntei-lhe que navio era, d'onde vinha, respondendo-me que vinha de Martinica, e por seu turno me perguntou que Brigue era esse e tendo-lhe respondido que era o Brigue de S. M. I. «Duqueza de Goyaz», continuava com força de vella, mandei-lhe logo que atravessasse se o não fizesse que lhe faria fogo e como não fez caso da Ordem mandei fazer-lhe fogo com a baterie de E B, que então hera sotavento, sendo toda a carga empregada no costado e continuando o mesmo esteve por espaço de 10m. ou 12m. sem o fazer, n'esta occasião como eu tivesse diminuido de panno, seguio avante e virou de bordo ficando a meu barlavento, quando eu fiz o mesmo, e então principiou a fazer-me fogo com 2 morteiros de 24, seis peças de seis columbrinas; continuamos o combate athé ás 10hs, tempo em que para reparar a avaria que tinha recebido no apparelho e cabos de laborar, orcei todo deixando o inimigo para sotavento : ás 10h. 25 tornei a procurallo por sotavento porque conheci ser melhor de barlavento e d'este logar poder trabalhar melhor a minha artilharia, estando o vento fresco. e o Brigue muito leve, engagei o Combate de novo, e batemo-nos athé ás 11h. 45m, e então tendo toda a manobra e cabos do apparelho cortados e alguns vergueiros da Artilharia arrebatados do lado de E B que foi barlavento todo o tempo de combate. e temendo por desarvorar por ter as Enxarcias de Gavêa, e brandaes de juanete cortados, julguei conveniente evitar o combate, athé reparar a avaria para de novo o começar e isto executei orçando todo : porem o inimigo eludio minhas vistas, porque em quanto eu me preparava sobreveio um aguaceiro, passado o qual não o vi mais. Neste Combate morrerão dous marinheiros, partio um braço o Carpinteiro e ficou levemente ferido hum Soldado. A Guarda-nição deste Brigue não estava completa e tinha muita gente inutil e bisonha e se fosse melhor muito damno faria ao inimigo. Os officiaes comportarão-se bem, excepto o tenente João Anastacio Rodrigues que commandava a 2ª Brigada, o qual podia fazer mais do que fez. Deos Guarde a V. Sª. Bordo do Brigue «Duquesa de Goyaz», snrto em Cabinda 21 de janeiro de 1829. Ilm. Snrs. Capitão de Fragata Bartholomeu Hayden. *Carlos Watson* 1º Tenente, Commandante.

Dizia-se que o brigue era commandado por Fournier, que depois da guerra fora piratear contra o nosso commercio.

Em janeiro de 1829 a Divisão Naval de estação compunha-se da Corveta «Animo Grande. onde arvorava o seu pavilhão o capitão de fragata Hayden. Officiaes : 2ºs tenentes Miguel Cardim Heitor, João H. B. Cozzens e Julião Danter, Cirurgião Miguel Archanjo de Miranda; piloto Vicente Antonio dos Santos, voluntario Antonio José Simeão dos Reis : 1º tenente do exercito Francisco de Mello Fernando de Almeida. O seu estado effectivo era de 154 pessoas, prompts existiam 138.

«Brigue 15 de Agosto», Commannante 1º tenente Duarte Miranda da Silva: 2ºs tenentes Jasé Gualberto de Castro e José Pimenta. Commissario Antonio

Francisco da Costa Areas, escrivão Piloto Henrique José Soares: cirurgião Antonio José de Sá. Seu estado effectivo era de 100 pessoas. O navio estava em máo estado.

Brigue «Duqueza de Goyaz». Commandante 1º Tenente Carlos Watson: 2ºs tenentes Francisco Maria Goularte, David Toble e João Anastacio Rodrigues; Commissario João Carlos Corrêa Lemos Junior, escrivão Miquelino José da Cunha; piloto William Cox, cirurgião Antonio V. Ribeiro, voluntario Emílio Emiliano Goularte: tenente do exercito Antonio José Pinella. O estado effectivo era de 115 pessoas; promptos havia 102.

Da commissão em que se achava na Costa d'Africa regressou com parte de doente desembarcando em 18 de abril de 1829. Soffrendo as vicissitudes porque passaram o exercito e marinha anteriormente e posteriormente a abdicação de D. Pedro I, por aviso de 13 de Junho de 1835 foi nomeado para commandar a fragata «Imperatriz» que se achava no Recife.

No paquete «Leopoldina» tomou passagem, porem já havia partido d'aquelle porto aquelle navio para o Maranhão e depois para o Pará. Foi então nomeado pelo presidente de Pernambuco para commandar a expedição que seguiu no dia 3 de outubro para o Pará, conquistando o 2º batalhão de Pernambuco. Em chegando ao Pará por ordem do Commandante das forças navaes estacionadas n'aquelle porto assumio o commando da fragata «Camipista» em 15 de dezembro d'aquelle anno, ficando sem effeito o da «Imperatriz».

No Pará, onde desde a proclamação da independencia, em effervescencia se conservavam os animos, havia no dia 7 de Janeiro de 1835 rebentado forte revolução na respectiva Capital, sendo assassinados o presidente da provincia Bernardo Lobo de Souza, o commandante das armas, Joaquim José da Santiago e o commandante da força naval que então era o capitão tenente James Inglis, alem de outros. Foram aclamados pelos revolucionarios presidente, Felix Antonio Silva Clemente Malcher e commandante das armas Francisco Pedro Vinagre sobre a morte do digno official, morto por um individuo conhecido pelo alcunha de Domingos *Sapateiro* diremos: suspeitando desde muito do que ia acontecer, avisára o presidente e na noute d'aquelle dia o havia certificado pessoalmente do que havia, afim de que tomasse as providencias necessarias. Determinou, que em caso de qualquer movimento em terra, de bordo de seu navio largasse um escaler para buscal-o.

Logo que foram apercebidos de bordo que em terra davam-se factos anormaes largou o escaler ás ordens do commandante Inglis, indo á sua casa um marinheiro chamal-o, que era á travessa do *Passinho*, esquina da rua *Nova de Sant' Anna*. Com uma pistola carregada em cada mão dirigio-se o commandante Inglis para tomar o seu escaler, como diz Domingos Raiol, nos *Motins Politicos do Pará*: ninguem encontrando em caminho que lhe informasse sobre o que occorria, em chegando junto ao caes de embarque onde se achava o escaler e depois de ter n'elle embarcado, d'elle saltou dizendo: Pois hei de ir para bordo sem saber o que se passa em terra? Resoluto, tomou caminho pela travessa de *S. Matheus*, em direcção ao *Largo do Quartel*. Ao chegar ahi, lhe perguntou a patrulha, que estava na esquina: Quem vem lá? E' o commandante Inglis, respondeo elle.

Nem mais uma palavra teve tempo de proferir, pois o individuo citado que commandava a patrulha, deu-lhe certo tiro que o prostou em terra, onde foi deixado como morto. Recolhido a casa de Archibald Compbell, ali deu o ultimo suspiro.

Para desalojar os rebeldes que se achavam entrincheirados na villa da Vigia foi organisada uma expedição. Nas escunas «Rio da Prata» e «Bella Maria», barca «Jaguarahy» e varias lanchas foram embarcadas 230 praças do 2º batalhão de Pernambuco, 40 da brigada de marinha e 60 voluntarios: esta expedição foi confiada ao capitão de fragata Bartholomeu Hayden.

Partio a expedição do porto de Belem no dia 6 de fevereiro de 1836 e no dia 16 do mesmo mez, apesar de e' forçada resistencia foram batidos os revoltosos deixando em poder das forças legaes 8 mortos, 14 prisioneiros, 5 peças de artilharia e um barco, que foi armado em guerra.

Para reforçar esta expedição partio no dia 18 do mesmo mez da ilha de Tutuoca mais um contingente de 130 praças do 2º batalhão de Pernambuco, 30 de cavallaria e 50 voluntarios nos barcos «Cametaense» e «Dez de Fevereiro» assim denominado o hiate tomado os rebeldes, cujo commando fôra dado ao 2º tenente José Antonio de Siqueira.

Este reforço tinha por fim levar o ataque á villa do Porto Salvo e de Collares.

No dia 22 de fevereiro Bartholomeu Hayden resolveo atacar Collares-Sabia o chefe que os rebeldes em numero superior a 500 estavam bem fortificados. Determinou que as escunas «Rio da Prata» e «Bella Maria» e os barcos pequenos fundassem, a menos tiro de espingarda do povoado, de modo a proteger o desembarque e o ataque de flanco, levado a effeito por uma divisão de 200 homens.

Iniciado o bombardeio e effectuado o desembarque, com extremado denodo resistiram durante tres quartos de hora os *cabanos*, assim denominados os revoltosos. Não podendo por fim sustentar a posição, debandaram em busca das mattas.

Novas forças navaes ao mando do capitão de fragata Frederico Mariath, nomeado commandante d'ellas, compostas do patacho «Januaria», brigue-escuna «Dous de Março» e escunas «Pelotas», «19 de Outubro», «Porto Alegre» e «Rio Grandense», seguiram para o Pará. Na mesma occasião no «Januaria» ia de passagem o brigadeiro Soares de Andrea, nomeado presidente da Provincia e das forças em operações. Sua acção energica fez em pouco tempo, auxiliado pelos vasos ali estacionados, ter fim a revolta, depois de muitos combates travados.

Na corveta «Campista», para a qual havia passado a commandar, regressou o capitão de fragata Bartholomeu Hayden, desembarcando desse navio, por desarmamento d'elle, em 31 de outubro de 1836.

Por Decreto de 18 de fevereiro de 1837 foi promovido a Capitão de Mar e Guerra, contando porem antiguidade de 22 de outubro de 1836.

Por Aviso de 20 de agosto de 1839 teve licença para commandar a barca a vapor «Maranhense», pertencente a Companhia de Paquetes & Vapor, com a condição porem de se apresentar ao serviço logo que fosse chamado. Apresentou-se a 4 de junho de 1840.

Tendo o Decreto de 26 de março de 1840 dado ás Companhias Fixas de Marinheiros a denominação de Corpo de Imperiaes Marinheiros e ao respectivo commandante o de Commandante Superior, por nomeação e aviso de 17 de Agosto desse anno assumio o Commando d'aquelle Corpo e da fragata «Campista», onde se achava este quartellado.

No commando do Corpo e da fragata se conservou até abril do anno seguinte, conforme o aviso de 1 de abril do anno anterior.

O Decreto nº 260 de 1 de Dezembro de 1841 mandou organisar dentro de um anno o Quadro dos Officiaes do Exercito e da Armada: por este eram divididos os officiaes em quatro classes; officiaes effectivos, aggregados, avulsos e reformados, estabelecendo as clausulas a que deveriam obedecer para a classificação em cada uma dessas cathogorias. Por esta razão foi o capitão de mar e guerra Bartholomeu Hayden reformado no mesmo posto com o respectivo

soldo por Decreto de 2 de julho de 1842. Por Aviso de 23 de março do anno seguinte se lhe concedeo licença para empregar-se dentro ou fóra do Imperio, como lhe fosse fosse mais conveniente a bem de seus interesses.

Em virtude do Decreto de 21 de agosto de 1845 reverteo á primeira classe do Quadro da Armada.

Promovido a Chefe de Divisão graduado por Decreto de 14 de março de 1847 obteve por aviso de 17 de fevereiro de 1849 seis mezes de licença para ir a Europa, apresentando-se em tempo competente ao regressar. Pelo aviso de 7 de janeiro de 1851 foi nomeado Membro da Commissão de Armamento da Repartição de Marinha. Em 16 de abril desse anno apresentou carta de official da Ordem do Cruzeiro, passada a 21 de abril de 1826. Por aviso de 21 de janeiro de 1852 foi exonerado da commissão em que se achava. Apresentou certidão de casamento com D. Anna Alexandrina da Fonseca Costa em 2 de junho de 1829, de cujo consorcio houve cinco filhos, dos quaes quatro varões.

Por aviso de 26 de novembro de 1856 teve seis mezes de licença para tratamento de saude dentro do Imperio e por outro de 30 de junho do anno seguinte teve a de um anno para ir a Europa com o mesmo fim, seguindo a 17 de julho.

Não chegou infelizmente o prestimoso official a gozal-a porque a 17 de setembro daquelle anno veio a fallecer.

Victor de Santiago Subra

Chefe de Divisão

Filho de Miguel Subra e de d. Maria Subra nasceu em Perpignan (França) em Junho de 1799. Falleceu em Paris no dia 10 de Setembro de 1881.

No empenho de não esquecer aquelles que presurosos acudiram ao apello por nós feito, depois que nas margens do Ipyranga foi soltado o brado de nossa Independencia, para que no mar viessem partilhar da nossa boa sorte, destruindo o poder maritimo da ex-metropole, o maior obice ás nossas aspirações, vamos um a um rendendo o preito devido.

Com honra apparece nos annaes de nossa existencia politica Victor de Santiago Subra.

Para o Brasil veio em 1817 ainda muito joven, afim de dedicar-se ao commercio, trazendo comsigo attestados que muito o recommendavam; desde logo foi admittido como empregado da firma commercial franceza Suzan Vial Cia. estabelecida no Rio de Janeiro, firma essa que possuia uma succursal na então Villa-Rica, hoje Ouro Preto, em Minas Geraes.

Taes predicaos mostrou o joven Subra, que seus patrões, poucos mezes depois, o enviaram para dirigir a succursal, onde permaneceu durante tres annos. Tendo resolvido a citada firma liquidar seus negocios naquella provincia, antevendo o que se ia dar no Brasil com a retirada da familia real, regressou Subra para o Rio de Janeiro em 1821, matriculando-se na Academia de Marinha, funcconando então no mosteiro de S. Bento, afim de dedicar-se a vida maritima; deixando a Academia a ella voltou em 1823.

A effervencia que se produziu no espirito dos naturaes do paiz, anciosos por se constituirem em nação soberana, apaixonou de tal modo a todos quantos nelle habitavam que se tomou impossivel a quem quer que fosse deixar de nelle tomar parte. Levado pelo enthusiasmo como haviam feito muito de seus compatriotas, assim os Beaurepaire, Labatut, Escragnolle e outros, alistou-se Victor de Santiago Subra no grupo que mais trabalhava pela independencia.

Com febril enthusiasmo preparava-se a esquadra para fazer com que deixassem as tropas luitanas o porto da Bahia; a Lord Cochrane, vindo do Chile, a convite nosso com o titulo de 1.º Almirante, foi confiada a organização d'ella, com plenos poderes para contractar o pessoal conveniente afim de preencher os claros existentes, e afastar aquelle que não lhe merecesse confiança.

O contacto com o pessoal da esquadra, servio para mais inflamar o espirito de Subra que desde então não mais pensou senão em glorias militares. Sua aprimorada instrução, versado na lingua ingleza, já na portugueza, além da sua, attrahio a attenção do nosso almirante que reconhecendo nelle um elemento de valor o nomeou desde logo seu primenro secretario em 3 de abril

de 1823. Desde então dedicou-se Victor de Santiago Subra com fervor ao estudo da arte que vinha de abraçar, sem a menor lembrança das vantagens que poderia haver da carreira que vinha de abandonar.

Na esquadra seguiu para a Bahia e no combate travado com a esquadra portugueza houve-se com extraordinaria galhardia e no dia 2 de Julho, quando abateram bandeiras as tropas luzitanas ás nossas, foi dispensado Victor de Santiago Subra do cargo que exercia, para servir como Segundo Tenente de Commissão em a capitanea, que era a não "Pedro I". Entrára assim Santiago Subra para a nossa Marinha.

Na não capitanea seguiu para o Maranhão e lá como na Bahia seus serviços foram notorios. Em 6 de Agosto passou para o brigue "Maranhão", ex-"D. Miguel", navio esse apresado naquella provincia.

Havia chegado Lord Cochrane ao Maranhão no dia 26 de Julho e a 28 conseguia a adhesão da provincia á independencia e para completar a sua unidade despachou no brigue "Maranhão" o Capitão Tenente Grenfell para e Pará com instrucções para proceder no mesmo sentido, isto é proclamar a independencia naquella provincia.

No dia 6 de Agosto fez-se de vela o "Maranhão" para o porto de Belem tendo como immediato o Segundo Tenente Santiago Subra.

Chegado que foi no dia 10, tão bem se houve o capitão tenente Grenfell em executar os planos do nosso primeiro Almirante que, apesar da resistencia do commandante das armas, a junta do governo reconheceo a independencia do Brasil.

No dia 15 de Agosto tremulava em todas as fortalezas, navios e edificios publicos a nossa bandeira.

Como no Maranhão, quando descobriram os luzitanos que era imaginaria a existencia da esquadra que Grenfell annunciára estar á barra prompta a operar se não aceitassem a capitulação, encheram-se de odio contra o illustre official; desde então sua vida, como dos officiaes pereclitava.

Assim é que no dia 21 d'aquelle mez, quando o Commandante Grenfell á noite ia tomar seu escaler para se recolher á bordo, foi ferido traiçoeiramente pelas costas.

Havia alçado o collo a facção portugueza dirigida pelo ex-general das armas José Maria de Moura e Coronel do 1.º regimento João Pereira Villaça; com o auxilio da tropa pretendiam oppôr-se á independencia.

Presos ambos por ordem de Grenfell e recolhidos á bordo do "Maranhão" cessou momentaneamente a effervescencia, para mais forte explodir com a divisão do partido da independencia em duas facções: a dos moderados e dos exaltados. Não podiam estes perdoar aos portuguezes as affrontas anteriormente soffridas. Como chefe destes ultimos estava o conego Baptista Campos. A 15 de Outubro deu-se a explosão de um motim, o qual para seu apaziguamento muito contribuiu Grenfell. Continuando posteriormente, tomou então este energicas medidas mandando fuzilar alguns dos cabeças de motim e tambem prendendo o conego Baptista Campos, que quasi teve a mesma sorte na boca de um canhão. Recolhido ao "Maranhão" foi depois remettido para o Rio de Janeiro.

Muito auxiliou o Segundo Tenente Subra ao energico Commandante Grenfell n'essas conjecturas, elle a alma directora para dar luz áquelle chãos.

Dando conta do que se havia passado naquella provincia ao Almirante Lord Cochrane, sem esquecer os horrores praticados com os prisioneiros recolhidos ao brigue "Palhaço", classificando de *scena de horror o acontecido* terminava dizendo: Não me é possível acabar esta carta sem repetir a V. Ex. o quanto sou obrigado aos Officiaes e Gente que V. Ex. poz debaixo do meu commando, e aos senhores que voluntariamente se alinharam debaixo do Estandarte

Imperial, de cujos vae a lista. Deus Guarde V. Ex. Brigue "Maranhão", em 24 de Outubro de 1823. *João Pascoe Grenfell.*

Tendo tomado posse da fragata "Imperatriz" que estava em construcção no arsenal de Marinha, tratou de armá-la.

Os successos havidos na capital repercutiram no interior, onde o povo pôz-se de guarda, tanto mais que os portuguezes esperançados em novamente estabelecer o predomínio, tramavam abertamente.

Cametá havia dado o exemplo seguido por Ociras, Baião, Melgaço, Moju, Conde, Marajó, Mauná, Anapú, Igarapé-mirim, Béja, Abaeté, em reacção contra o predomínio portuguez, levando a excesso os seus zelos patrióticos.

Tendo a Junta Governativa pedido a Grenfell auxilio de navios e forças para restabelecer a ordem n'aquellas localidades, pôz este á disposição d'ella o 2.º Tenente Subrá, que tomou a si a organização de uma pequena esquadilha. No dia 3 de Outubro seguiu elle para Cametá na escuna "Andorinha" e mais a barca canhoneira n.º 2, guarnecida com 30 milicianos e 40 marinheiros, tendo como parlamentarios o Capitão Fernando Ferreira Ribeiro, e como Commandante das forças da expedição o Capitão Joaquim Jordão, official adhesista, para cortar as communicações dos revolucionarios entre si. Nas instrucções dadas a Subrá, ordenava a Junta "quando, porém, elles (rebeldes) insistam em sua rebeldia e não queiram reduzir-se aos termos em que forem intimados, V. Ex. se servirá usar da força, que toda fica á sua disposição, como as circumstancias o exigirem, até subjugar os rebeldes.

O Capitão em vez de procurar estabelecer a harmonia, ordenou ao Tenente Subrá que rompesse fogo de bala e metralha contra o povo de Cametá. Reunido este, vingou a affronta, atacando a força, desbarretando-a; ficou este official obrigado a manter-se sempre na defensiva.

Promovido a Segundo Tenente por decreto de 6 de Dezembro, contando antiguidade de 12 de Outubro, confirmou-se assim a promoção feita por Lord Cochrane; tanto Grenfell como Subrá foram promovidos na mesma data.

Tendo-se reaccendido a discórdia civil, em 19 de Janeiro de 1824, reunida a junta e presentes as principaes autoridades, e entre ellas Grenfell, foram discutidos os meios de debellar a revolta. Foi unanimemente deliberado, armar a tropa de linha, desarmada em 17 de Outubro anterior e estabelecer um cruzeiro de barcas e canoas artilhadas, no maior numero possível, afim de evitar que os faciosos de Cametá e de suas visinhanças passassem a hostilizar a ilha de Marajó, donde vinha o gado para abastecimento da cidade; proteger a navegação do interior e evitar que as canoas de carga fossem atacadas e ainda que taes embarcações fossem guarnecidas por tropa de linha, milicianos e marinheiros, para o que dispensaria o Commandante Grenfell os que pudessem, para não desgarnecer a cidade.

Para reforçar o bloqueio a cargo do Tenente Subrá desde Dezembro sahio uma frotilha de oito pequenas embarcações com 30 bocas de fogo e com tropa de desembarque.

Ao receberem as armas os soldados, insuflados pelo Major graduado Ignacio Pereira a deporem-se a junta, novas disposições para a revolta appareceram pelo que tomou providencias aquella pedindo a Grenfell que não se afastasse do porto com a "Imperatriz" e brigue "Maranhão".

Em 14 de Fevereiro assumio o Capitão Tenente Grenfell o commando da "Imperatriz", adquirindo na praça o massame necessario para armar a dita, visto o que antes havia sido enviado de Portugal, fôra preso, bem como o navio que o conduzia, de um corsario artiguenho.

Para o commando do "Maranhão" passou então o Primeiro Tenente Santiago Subrá.

No dia 3 de Maio deixou o Pará, onde apesar de todos os meios de conciliação empregados por Grenfell continuou a campear a anarchia, que foi até 1837. A 24 de Maio fundeava no Rio de Janeiro. Em 14 de Junho deixou o commando do brigue passando á embarcar na não "Pedro 1".

Em Pernambuco protestavam os brasileiros contra a politica recacionaria; por toda a parte lavrava o descontentamento.

As perseguições movidas á esquadra, o unico vehiculo que dispunha a nação para communicar-se com as longiquas provincias, tinham chegado ao auge. Os officiaes estrangeiros que a tripulavam eram empecilho á politica dos adheristas.

Desgostal-os e molestal-os por todos os meios era o recurso para que abandonassem os seus lugares, que seriam preenchidos pelos commodistas da occasião. Por falta de pagamento das presas que haviam feito, a maioria dos marinheiros empregados, havia abandonado o serviço, indo procurar em Buenos Ayres á bordo dos corsarios ali armados com a bandeira artiguenha a paga, á custa do nosso commercio maritimo, do que se lhes tinha promettido.

Lord Cochrane pessoalmente expôz ao Imperador o que se praticava, e o que se passava quando chamado para saber do estado dos navios, afim de organisar-se uma força naval para seguir para Pernambuco. Em vista do que, foi ordenado que se fizesse o pagamento ás guarnições. Regressaram então os marinheiros que desacomodados, ainda se achavam no Rio de Janeiro.

Prompto a esquadra, segundo suas instrucções, julgou o nosso 1.º Almirante que lhe competia a direcção dos meios a empregar para a pacificação de Pernambuco. Outras porém tinham sido dados ao brigadeiro Lima.

No dia 2 de Agosto zarpou o Almirante, levando com destino a Jareguá em Alagoas, um corpo expedicionario de 1200 homens: chegou a 13 e a 16 fez o desembarque em cujo serviço muito trabalhou o Tenente Santiago Subrá. A 18 já se achava em frente ao Recife.

Em chegando ao porto, preferio por meios suasorios, dissuadir os chefes republicanos de seu intento, aconselhando-os a se collocarem ao lado do Imperador afim de ajudal-o a defender-se da influencia de seus conselheiros adheristas. Improficuos foram seus esforços, pois estavam certos que todos os males vinham de D. Pedro, que no interesse pessoal, havia mudado de sua anterior politica nacionalista.

A dissolução do Constituinte, a prisão em 23 de Novembro ultimo e deporção de José Bonifacio de Andrade e Silva e de seus irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco, de Montesuma e outros, tinha sido o epilogo de primeira phase do caracter versatil daquelle imperante.

Deu Lord Cochrane oito dias para a capitulação; não dispondo porém de navios de pequeno calado para approximar-se da cidade e ter sobrevivendo forte temporal durante o qual perdeu a capitanea duas ancoras, resolveo ir a Bahia em demanda de outros recursos, donde regressou a 4 de Setembro, encontrando a cidade do Recife em poder das forças imperiaes.

De Pernambuco seguiu Lord Cochrane para o Maranhão.

Em 28 de Setembro passou o Segundo Tenente Subrá para a "Paraguassú" que havia chegado para reforçar o bloqueio.

Promovido a Primeiro Tenente por Decreto de 12 de Outubro de 1825, teve a medalha de guerra da Independencia creada em virtude das disposições dos decretos de 2 de Julho e 17 de Agosto deste mesmo anno.

Na fragata "Paraguassú" continuou o Primeiro Tenente Santiago Subrá até 17 de Janeiro de 1826, quando d'ella desembarcou.

Declarada a guerra ás Provincias Unidas do Prata em consequencia do auxilio que prestavam aos revolucionarios da provincia Cisplatina, insurgida devido a solercia de D. Alvaro de Macedo, que preferio vel-a entregue a outros a que continuasse incorporada ao Brasil.

Devido a substituição pelo Almirante Rodrigo Pinto Guedes, do Vice-Almirante Rodrigo Lobo por não ter correspondido ao que se esperava de suas qualidades como Commandante em Chefe das nossas forças navaes n'aquella campanha, por nomeação de 1 de Fevereiro de 1827 embarcou na fragata "Ipy-ranga" tendo sido seis dias depois, nomeado ajudante de ordens do novo Almirante e no dia 24 de Abril partia para o theatro da guerra. Arvorou a "Ipy-ranga" o pavilhão do Almirante. A 12 de Maio chegava a Montevidéo e desde então a sua actividade não teve descanso, pela direcção que o provecto chefe ás operações navaes. Começava a colher os fructos pelas successivas victorias alcançadas sobre o inimigo que agora não me mostrava tão audacioso. O espirito do novo chefe era o de atacar e não ficar inactivo a espera da ousadia inimiga.

Em principios de Agosto de 1827 sahiram do Chile a fragata "Isabel", de 62 portas com 500 praças de guarnição; corveta "Independencia", de 28 peças e "Chacabuco" de 20 peças em bateria e um rodizio que, se dizia, vinham em direitura ao Rio de Janeiro para bloquear este porto, afim de fazer com que levantassemos o bloqueio do Rio da Prata e que além destas haviam os argentinos comprado aos chilenos uma fragata de 48 e a não "Asia" que se achava no Pacifico.

No porto do Rio de Janeiro achava-se a não "Pedro I" em concertos e em estado de não poderem navegar as fragatas "Isabel", "Principe Imperial" e "D. Francisca". Muitas outras estavam no norte. Em vista do que resolveo o almirante Pinto Guedes deixar no bloqueio força sufficiente e vir até o Cabo-Frio, o que realisou em Outubro. Diz-se que este cruzeiro tinha tambem por fim limpar os mares de corsarios argentinos para não molestarem a viagem que hia fazer D. Pedro ao campo da guerra para animar as tropas terrestres.

O desastre acontecido aos navios vindos do Chile, quebrou em parte o animo do adversario que d'elle só aproveitou a "Chacabuco".

De nossa parte haviamos soffrido na Patagonia, perda dos navios mandados áquella região; com isso julgou o inimigo havermos ficado enfraquecidas. N'essa persuasão determinou o governo argentino que seu almirante sahisse com o "Republica" (capitanea), "Congresso", "Independencia" e "Sarandi", afim de juntar-se aos demais n'aquellas regiões, atacando a nossa esquadra e depredando o nosso commercio maritimo.

A 6 de Abril velejou dos Pozos o almirante Brown. Percebidos pelos nossos fez-se signal para perseguil-os o que foi logo executado; fustigados de perto pela divisão ao mando da commandante Norton vão encalhar no banco de Santiago, refugiando-se o "Congresso" na Enseada. A "Sarandi", nobremente veio fundear junto ao "Independencia" e "Republica". Não podendo os nossos navios se approximarem devido ao grande callado foram chamados outros de menor tonelagem e no dia 8 foi iniciado o combate, em o qual se tornou heroe o tenente Santiago Subrá. Resolvida a abordagem depois de muito canhoneados, largaram os escaleres, sendo o do ajudante de ordens do almirante um dos primeiros a approximar-se do inimigo para determinar a posição que cada um dos nossos navios deveria tomar. Uma bala argentina levou-lhe a prôa de sua pequena canoa. A's 4 horas cahia prisioneiro o "Republica", substituindo o Tenente Santiago Subrá a bandeira inimiga pela nossa, debaixo de estrepitosas vivas ao Brasil. Acutilada a guarnição inimiga pelos nossos parte d'ella, á nado salvou-se na "Sarandi". A mesma sorte teve o "Independencia", o qual foi incendiado devido ao seu estado.

Na "Sarandi", apesar de muito maltratado, escapou-se o Almirante Brown, ferido em uma côxa.

Nesse memoravel combate tivemos 8 mortos e 22 feridos; entre os primeiros o denodado Commandante do "29 de Agosto" o qual com o ventre

rasgado e o braço esquerdo arrancado por uma bala inimiga ainda assim teve o stocismo de dizer a seus commandados antes de expirar. *Isto não é nada vão continuando o fogo.*

O inimigo teve no "Republica" 3 mortos e 14 feridos; no "Independencia" 17 mortos e 26 feridos, "Sarandi" 5 mortos e 12 feridos; ao todo 25 mortos e 52 feridos e prisioneiros, 98 pessoas, entre officiaes e inferiores.

Para recompensal-o o Almirante por este glorioso feito, autorisado, como estava para faser promoções até o posto de capitão de fragata, em 12 de Outubro, promoveo-o ao posto de Capitão Tenente, promoção esta que foi confirmada por Decreto de 24 de Dezembro do mesmo anno. Para mais distinguil-o, ao Ministro da Marinha dirigio o seguinte officio: "Peço a V. Ex. que proponha a S. M. I. o meu ajudante, o Capitão Tenente Victor Santiago Subrá para ser condecorado com a imperial ordem do Cruzeiro. Não posso fazer elogio demasiado a este official. Deu o curso de mathematicas; falla e escreve bem o portuguez, inglez e francez; é muito estudioso de bellas-lettas com proveito. No dia 8 de Abril andou por bordo de todas as embarcações obrigando aos seus deveres os commandantes arredios; e nesse mesmo dia chegou a metralha dos navios inimigos á sua canôa; é muito intelligente de manobra, e mais que tudo para minha recommendação, uma incansavel actividade e zelo pelo serviço, sendo quasi o unico que tem feito a do estado-maior desta esquadra, desde que a commando".

Exonerado do cargo de ajudante d'ordens em 18 de Dezembro de 1828, desembarcou no dia seguinte.

A paz havia sido feita, n'ella interferindo o ministro inglez, ficando independente a Provincia Cuplatina. Maior interesse do que no Brasil tinha o Imperador no que se passava em Portugal, onde seu irmão D. Miguel, rompendo os compromissos de que logo que sua sobrinha D. Maria da Gloria herdeira do throno, em chegasse a maioridade, desposal-a e de governar constitucionalmente durante este interregno, declarou-se rei absoluto em Julho de 1828.

Terminada a guerra, seria contenda levantou-se entre o Almirante Pinto Guedes, já Barão do Rio da Prata e o Marquez de Queluz, em consequencia de discordar o Almirante do proceder daquelle ministro dos Estrangeiros, em principios de direito internacional. Cahira das graças e por isso mandado a Conselho de Guerra para responder, pelas perdas das expedições mandadas a Patagonia; pelo apresamento e destruição de navios que procuravão forçar o bloqueio, pelo abuso da faculdade que se lhe concedeo de fazer promoções.

Absolvido o Almirante Barão do Rio da Prata em 15 de Julho de 1829, pelo Conselho Superior Militar de Justiça, o Capitão Tenente Santiago Subrá pedio e obteve seis mezes de licença para tratar de sua saude em Montevideo, conforme o aviso de 18 de Novembro de 1829. Apresentou-se em 19 de Abril de 1830.

Por Decreto de 12 de Outubro de 1830 foi condecorado com o grão de Cavalleiro da Ordem do Cruzeiro.

A partida que D. Pedro, de accordo com a camarilha que o cercava, havia jogado, dia a dia, mais se voltava contra elle. Os nacionaes comprehendiam que delle nada mais havia a esperar.

A politica partidaria cada vez mais accessa, exigia medidas extremas. A penuria financeira tenha chegado ao auge.

Sobre o Thesouro Nacional recahiram as avultadas despezas em manter a guerra e o Throno de D. Maria da Gloria; reduzir tudo ao extremo era a grita dos representantes da nação; exercito e marinha iam soffrer o estado d'alma politico que abalava a nação inteira e que teve por epilogo a abdicação do imperador.

Teve a marinha no illustre Almirante Diogo Jorge de Brito, Ministro da Marinha um defensor. Em seu relatorio disse as verdades que seguem, mas que nunca foram tomadas a serio; perduram até hoje os mesmos sentimentos para com uma coporação que executou o pensamento daquelles que pensaram na nossa independencia e fez a nossa unidade.

"Talvez alguém pensasse que as avultadas despezas exigidas imperiosamente pelo violento estado de guerra deveriam cessar repentinamente com a apparição de paz, mas só quem não tiver a menor tintura da marcha dos negocios da publica administração, poderia nutrir tão fallivel, como lisongeira esperança.

Seria, com effeito, necessario que pudesse verificar-se os quesitos seguintes:

1º que todos os mantimentos e generos quaesquer, comprados para o sustento e custeio da esquadra, assim como os vencimentos dos officiaes, soldados e equipagens, e finalmente, a despeza extraordinaria de toda a especie estivesse, ao momento de publicar-se a paz, paga e satisfeita em dia.

2º que os navios da armada estivessem no mesmo momento em situação taes que pudessem ser desarmados, e suas guranções immediatamente despedidas, 3º que os corpos de exercito, que de todas as partes do Imperio se haviam movido para o extremo do sul, não tivessem de ser removidas ás novas posições que o Governo lhes destinasse; 4º e que, finalmente tivessemos de abandonar nas praças de Montevideo, Colonia e Ilha de Gorreti e o immenso material de artilharia, petrechos e munições de guerra, de que taes forças se achavam abastecidas pelo Imperio. Mas se *grandissima parte dos mantimentos e generos estavam a dever-se em Montevideo*, e que os credores da fazenda publica exigiram, com a noticia de paz, a liquidação e paga immediatamente de suas contas: pagamento que se effectuou pelo violento meio de letras de cambio, a ponto que só no mez a Novembro do anno p. p teve a Intendencia de marinha a pagar letras sacadas de Montevideo a enorme quantia de 278:000\$000 e assim proseguindo nos mezes subsequentes, com pequena diminuição á officialidade e *guarnição da esquadra do Rio da Prata, se devia dez e onze mezes de seus vencimentos e soldadas*; de sorte que quando desarmar qualquer destes navios, que é preciso fazer-lhe o seu ajuste de contas, tem a Fazenda a despender de um só jacto, os vencimentos de quasi um anno, se os navios da armada, que se achavam cruzando desde o Rio da Prata até o Amazonas, carecem premente espaço de tempo sufficiente para se recolherem a capital, se todo o material das praças da Cisplatina tem a recolher-se aos armazens desta Côte, se tem sido, e é ainda preciso transportar numerosos corpos de tropas de uns para outras partes do Imperio; se foi preciso conservar por mezes, depois da publicação de paz uma divisão naval no Rio da Prata; e ainda é preciso sustentar outra nos mares da Africa para defender o nosso expirante commercio naquella costa das continuas aggressões dos piratas que a infestam; se a viagem de Sra. Rainha de Portugal D. Maria II á Europa exige a presença de duas fragatas de 1ª ordem naquelle hemispherio, como se pudesse esperar subito e absoluta redução da despeza com a marinha.

Pelo contrario ella deveria crescer no 1º periodo depois da paz, em consequencia dos pagamentos da liquidação de contas pendentes durante a guerra.

Fallando o ministro sobre os officiaes dizia: "Seria não só julgar os fundamentos de grandeza nacional e destruir o mais vigoroso elemento da propriedade publica; mas tambem um exemplo terrivel de injustiça e de ingratidão para com os relevantes serviços com tanta constancia e denodo prestado á nação pelos nossos marinheiros durante a ultima guerra, que se delles só dependesse, outro fôra o resultado daquella fatal contenda; seria, digo, um terrivel exemplo de ingratidão nacional, entregar ao desprezo, ou abandono um tão benemerito, tão necessario e tão poderoso agente de força publica".

Da corveta "Regeneração", no Pará, passou para a fragata "Campista" em 11 de Janeiro de 1836, donde regressou à mesma corveta para commandal-a. Tendo adoecido passou para a corveta "Defensora" e desta para o paquete "Primeiro de Abril", para ser transportado ao Maranhão. Deste paquete passou para a fragata "Campista" e nesta seguiu para o Rio de Janeiro, onde se apresentou em 5 de Outubro de 1836.

No commando da "Regeração" tal foi o seu comportamento que o chefe João Taylor, em informação prestada ao Governo em 3 de Agosto de 1837 assignalou-o pelo denodo, pericia e coragem demonstradas. Por estes serviços foi promovido ao posto de Capitão de Fragata por Decreto de 15 de Setembro, contando porem antiguidade de 22 de Outubro de 1836, conforme determinou outro Decreto.

Tendo sido nomeado secretario da Comissão encarregada da reforma da Academia de Marinha, recusou-se por fazerem parte da mesma civis e officiaes professores de menor patente que a sua. Em vista do que, por aviso de 15 de Janeiro de 1839 foi reprehendido em Ordem do Dia, por se haver recusado com pretextos frivolos a servir o lugar de secretario da referida comissão". Desgostoso com isso, pediu licença para commandar navios mercantes. Por aviso de 25 de Novembro de 1839, esta lhe foi concedida com clausula de se achamado a serviço logo que assim mosse mister. Tomou o commando da "Paraense", navio da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor. Nesse navio, em constantes viagens do Rio de Janeiro ao Pará, permaneceu até 1840. Suas viagens se tornavam notaveis porque as fazia com quatro ou cinco dias menos que a dos outros e tão conhecedor era de nossa costa e portos que dispensava em todos elles os praticos. Ao deixar a Companhia dirigio-lhe a Directoria expressiva carta tributando-lhe os agradecimentos pelo bom desempenho dado às comissões.

Commandava a estação naval do Rio de Janeiro o chefe de divisão José Pereira Pinto, e tendo o Capitão de Fragata Santiago Subra deixado de prestar-lhe no mar a continencia devida, foi mandado publicar em virtude de aviso de 6 de Fevereiro de 1840, em Ordem do Dia, a reprehensão do seguinte theor: Reprehendido no Quartel General da Marinha, em presença do chefe de divisão José Pereira Pinto e outros officiaes pela falta de respeito e subordinação que praticou contra aquelle chefe de Divisão, ao encontral-o no mar com a sua insignia arvorada.

O character altivo deste official tinha lhe grangeado innumeras sympathias entre os seus companheiros, pois era franco, leal e não sabia bajular; tinha do mesmo modo attrahido da parte de outros, inimizades que o não perdoariam em qualquer oportunidade que se apresentasse. Assim a menor falta, tivesse ou não razão, era considerada motivo para uma accusação. Assim em obdiencia ao aviso de 2 de Setembro de 1840 se mandou proceder a Conselho de investigação, pelo seu comportamento, como commandante do "Paraense", para com o official de Registro de Fortaleza de Villegaignon. Foi o dito Conselho de parecer que não podia emittir sua opinião, por haver tão somente a parte dada pelo referido official de Registro.

Apresentou-se o Capitão de Fragata Santiago Subra da licença em 14 de Outubro de 1840.

Por aviso de 2 de Março de 1841 foi mandado responder a Conselho de Guerra por ter usado de expressões julgadas desrespeitosas e offensivas de que se servio em um requerimento, dirigido ao Governo Imperial contra o chefe de divisão, encarregado do Quartel General da Marinha, que era então, Joaquim Antonio do Couto. Condemnado por sentença do Conselho Supremo Militar e Justiça de 26 de Maio de 1841 a seis mezes de prisão, recolheu-se a Villegaignon em 7 de Junho. Por decreto de 18 de Julho foi-lhe perdoado o tempo que lhe faltava para o cumprimento da sentença.

Em consequencia da reforma por que passou a Marinha, cujos quadros soffreram diminuição, por decreto de 20 de Julho de 1842 foi o Capitão de Fragata Santiago Subra classificado na terceira classe, isto é, como avulso, pois havia o quadro dos effectivos, primeira classe, aggregados (segunda classe), terceira classe (avulsos) e finalmente quarta classe (reformados).

Em inacção ficou a nossa marinha enquanto o fermento anarchico em estado latente se apresentava. No serviço da esquadra fundeada no porto, permaneceu.

Em 8 de Outubro de 1834 foi mandado embarcar na fragata "Imperatriz" e nella seguiu para o norte, onde no Pará estava accessa a lucta, tendo á frente Malcher. Em chegando a Pernambuco, desembarcou o Capitão Tenente Santiago Subra em 8 de Janeiro de 1835, deu parte de doente e sem autorisação do Presidente da Provincia seguiu para o Rio de Janeiro, apresentando-se ao Quartel General em 9 de Fevereiro.

Em consequencia respondeo a Conselho de guerra, sendo absolvido por sentença do Concelho Supremo Tribunal Militar e de Justiça de 29 de Abril 1835. Nomeado para embarcar na corveta "Regeneração" por aviso de 5 de Maio de 1835, deu parte de doente. Em aviso de 13 de Julho se determinou que fosse effectuado o seu embarque n'aquella corveta; em consequencia do que seguiu para Pernambuco no paquete "Leopoldina" em 7 de Agosto do mencionado anno.

Por carta de naturalisação de 11 de Junho de 1833 havia obtido os foros de cidadão brasiliense.

Achava-se no commando das forças navaes em operações contra os rebeldes o chefe de divisão João Taylor. No dia 11 de Agosto haviam os *cabanos* atacado a cidade de Belem: apesar de nutrido fogo dos marinheiros desembarcados, voluntarios e soldados de linha, conseguiram os rebeldes se apossar de uma parte della, onde se entrincheiraram. No dia seguinte continuou o fogo entre elles. No dia 16, tendo atacado o arsenal de guerra, foram rechassados pelo fogo da "Campista" e da "Regeneração" e do de de uma corveta ingleza, collocadas no flanco esquerdo da cidade, e da fragata "Imperatriz" e de uma corveta luzitana, postadas no flanco opposto.

Embora morresse o cabecilha da revolta Eduardo Angelim, que foi substituto por seu irmão, com maior violencia se atiraram os "*cabanos*" á lucta, em consequencia da deserção de muitos voluntarios. Por fins resolveo o chefe Taylor abandonar a cidade, o que foi feito depois de retirados os feridos, familias e por fim as tropas com o presidente da provincia.

Em virtude do Decreto de 21 de Agosto de 1845, passou a pertencer a Primeira Classe do Quadro. Nomeado para commandar a barca a vapor "Correio Brasileiro" por aviso de 13 de Janeiro de 1847, nelle fez diversas viagens até que por desarmamento deixou-o em 16 de Junho do mesmo anno. Em consequencia do aviso de 18 Dezembro de 1848, tomou o commando da corveta "D Januaria", navio esse que passou mostra de armamento em 9 de Fevereiro de 1849. Nesce navio seguiu para o norte, onde se conservou no commando até 13 de Setembro desse anno, quando desembarcou na Bahia, apresentando-se ao Quartel General em 4 de Outubro.

Tendo sido preterido em promoções feitas, uma correspondencia vinda da Bahia e publicada no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, manifestava-se contra o acto. Servio tal assumpto para que um anonymo pelo "Correio Mercantil" de 10 de Agosto de 1853 despreciasse seus meritos, fazendo-lhes accusações. Não demorou a resposta, pois a 13 do mesmo, sem designar pessoa alguma, respondeo, sabendo naturalmente de quem partia a publicação, fez allusões ao procedimento pouco honroso tido pelo accusador no combate de Santiago, a quem elle signatario obrigára ao cumprimento do dever. Devido a publicação deste artigo, por aviso de 13 de Agosto foi mandado recolher preso

por oito dias á fortaleza de Villegaignon "por ter assignado um artigo no "Correio Mercantil" em que se nota a maior falta de respeito para com seus superiores".

A campanha, vinda desde pouco depois da independencia, contra os officiaes estrangeiros, provocada pelos adhésistas, continuava acirrada. Começadas contra Lord Cochrane e depois contra Grenfell, Taylor e outros, seguia seu caminho.

Tendo requerido que em seus assentamentos fossem mencionados o que constava de documentos que apresentou, por aviso de 29 de Maio de 1854 se lhe communicou que por Immediata Resolução de 20 do dito mez sobre Consulta do Conselho Supremo Militar e Justiça de 28 de Abril do mesmo anno, não houve por bem defferir sobre semelhantes petição. Conformando-se assim com o parecer do referido Conselho e determinado que no mesmo assentamento se declare que foi confirmado nos postos de Primeiro Tenente e Capitão Tenente a que o promoverão os Almirantes Lord Cochrane e Barão do Rio da Prata, em virtude das Cartas Imperiaes de 26 de Junho de 1823 e 10 de Abril de 1826.

Nomeado Capitão do porto de Paranaguá por decreto de 31 de Maio de 1855, para ali seguio, até que por decreto de 30 de Junho de 1860 foi exonerado. Apresentou-se ao Quartel General em 26 de Outubro seguinte. No anno seguinte, por decreto de 15 de Janeiro, foi nomeado capitão do porto do Espirito Santo: antes porem de seguir para tal commissão outra lhe foi dada, qual a de Director do Estabelecimento Naval de Itapura, por aviso de 13 de Março.

Antes de seguir para aquelle longiquo estabelecimento, nos confins da provincia de S. Paulo, quasi na embocadura do Tieté em substituição do Primeiro Tenente Mariano de Azevedo, teve a satisfação do que havia reclamado; isto é que constassem de seus assentamentos. Que na promoção ao posto de Primeiro Tenente fora feito pelo Almirante Lord Cochrane, commandante em chefe da Esquadra, na epoca da Independencia, para isso autorisado pela Carta Imperial de 26 de Junho de 1823, em remuneração dos relevantes serviços prestados por este official naquella campanha e pela pericia que desenvolvera no commando do brigue "Maranhão". Que a sua promoção ao posto de Capitão Tenente foi-lhe tambem conferida por feitos distinctos, pelo Barão do Rio da Prata, commandante da Esquadra em operações na guerra Cisplatina a qual se achava para o mesmo fim autorisado pela Carta Imperial de 11 de Abril de 1826. Que o brioso comportamento deste official merece uma menção honrosa deste ultimo Almirante, que em officio de 14 de Novembro de 1827 o recomendou á munificencia do Governo Imperial como digno de uma condecoração da Imperial Ordem do Cruzeiro pelos serviços prestados no combate de 8 de Abril do dito anno, em que no seu escaler percorria os navios da linha, debaixo do fogo inimigo para chamar a seus deveres alguns commandantes arreados; neste officio tambem menciona a sua incansavel actividade e zelo pelo serviço e bem assim suas habilitações theoricas; e pessoalmente, de uma informação exigida por aviso de 31 de Julho de 1837 ao Chefe de Esquadra João Taylor como commandante que havia sido das forças em operações na provincia do Pará, durante a epoca da revolução em que este official ali servira, consta, que se portará sempre com zelo, intelligencia e bravura, concorrendo efficazmente para a tomada de algumas villas occupadas pelos rebeldes; hem como para a apprehensão das embarcações dos mesmos rebeldes que tentavão illudir o bloqueio, conseguindo-se o completo mallogro de taes tentativas.

Para assumir a directoria do Estabelecimento Naval de Itapura seguio a 15 de Abril de 1861, onde chegou a 11 de Agosto e desde logo começou a empregar a sua actividade, mandando construir uma enfermaria, reconstruir um engenho de serrar madeiras, fazer plantações e reconstrução de um quartel e outros serviços. Circunstanciado relatorio apresentou sobre a navegação do rio Paraná, demonstrando que o local escolhido para o estabelecimento não

era o mais apropriado, pois o salto do rio impedira a navegação. Seus serviços ali foram reconhecidos, pois em carta de 25 de maio de 1862, o então Ministro da Marinha, o Almirante Joaquim José Ignacio, affirmava-lhe que a sua administração no Itapura havia sido illustrada, economica e moral.

Substituido por aviso de 30 de Julho de 1862, somente em Abril do anno seguinte deixou o cargo, visto ter-se demorado em S. Paulo o seu substituto. Para S. Paulo seguio afim de prestar contas de sua gestão, na Thesouraria finda a qual recolheo-se ao Rio de Janeiro, onde se apresentou em 13 de Junho de 1864.

Em nova campanha ia o Brasil empenhar-se, devido a invasão do nosso territorio pelas forças paraguayas. O aviso de 3 de Julho determinou que seguisse o Capitão de Fragata Santiago Subrá para a Esquadra em operações no Rio da Prata, afim de ali ser empregado conforme mais conviesse e julgasse o Vice Almirante commandante em chefe. o Almirante Barão de Tamandaré. No vapor "Mersey", a 7 do mesmo mez seguio, chegando a Buenos Aires a 13 apresentando-se á bordo do Capitanea, que era a corveta "Nitherohy", cujo commando assumio a 22, por nomeação do mesmo Vice Almirante, que de sobra o conhecia desde a lucta da independencia, pois ambos como *voluntarios* haviam embarcado na mesma epoca na não "Pedro I", em 1823 e depois na Cisplatina e no Pará.

Tendo o Almirante que seguir para Uruguayana, onde Estigania, general paraguayo se havia apoderado da villa, levando em sua companhia o general d. Bartholomeu Mitre, indo com os vapores *Onze de Junho*, *Iniciador*, nomeou o Capitão de Fragata Santiago Subra para acompanhá-lo como chefe do seu estado maior e commandante da 2ª Divisão Naval. No dia 10 de Agosto chegou ao acampamento em frente á villa. Nos vapores citados iam o 11º de infantaria brasileiro e o batalhão argentino "Santa Fé".

Com a chegada de D. Pedro II, ao acampamento cessaram as divergencias existentes entre os alliados, e nos dias 11 e 12 pelos Chefes das nações presentes e Generaes, fizeram-se varios reconhecimentos, tanto por terra com pelo rio para delinear o plano de ataque á praça sitiada.

Foi deliberado no dia 13, á bordo do "Onze de Junho", o ataque á praça depois da conferencia havia entre os Chefes das nações alliadas, estando presentes os principes Cond'Eu, que havia obtido o posto effectivo de Marechal do Exercito e pela mesma data 27 de Julho o Duque de Saxe o de Almirante effectivo, o Ministro da Guerra, o General Barão de Porto Alegre e o Almirante Visconde Tamandaré. Faziam parte da 2ª Divisão Naval as canhoneiras "Taquary" e "Tramandahy", vapores "União", "Onze de Junho" e "Uruguay" e dous lanchões artilhados "S. João" e "Garibaldi".

Terminada a campanha do Uruguay pela rendição do inimigo, seguio o Almirante Tamandaré para assumir o commando em chefe da nossas forças navaes e por nomeação do mesmo, de 17 de Novembro do mesmo anno, foi o Capitão de Fragata Santiago Subrá, assumir o commando de encouraçado "Brasil", nomeação essa approvada por aviso de 5 de Janeiro de 1866.

Na linha de frente estava o couraçado "Brasil" e ia demonstrar o Capitão de Fragata Santiago Subra o seu comportamento como official brioso que sempre fora. Em 23 de Março de 1866, tendo o Almirante Tamandaré e o General Mitre, á bordo do vapor "Cysne", acompanhados pelo encouraçado "Tamandaré" e canhoneiras "Beberibe" e "Henrique Martins" subido o rio Paraná, em reconhecimento até o passo do Jaguar, romperam o vapor paraguayo "Gualegeay" e uma chata que trouxera á reboque, vivo fogo contra os nossos navios, até que uma certa bala do "Brasil" afundou a dita chata retirando-se o vapor para detraz do forte de Itapirú.

No dia seguinte nova chata appareceu e novo fogo começou sendo disparados 20 tiros contra os nossos. A tarde recebeu do "Brasil" o vapor paraguayo uma bala na proa que obrigou a retirar-se. Ainda no dia 25 o mesmo duello continuou sendo então bombardeado o forte de Itapirú e assim no dia 26 em que pelo "Tamandaré" foi mettido á pique uma outra chata paraguaya.

No dia 28, com o "Bahia" e "Barroso" entrou o "Brasil" em novo bombardeio ao forte de Itapirú e contra uma outra chata trazida pelos paraguayos para o mesmo ponto em que tinham estado as dos dias anteriores. O "Barroso" nesse dia foi atingido por 20 ballas, que lhes causaram não pequenas depressões na couraça e puzeram seis homens fora do combate. O "Brasil" não perdeu um só homem, porem ficaram feridos levemente o chefe Alvim e seu secretario o 1º Tenente Foster Vidal e 2º Tenente Saturnino e um imperial marinho. O "Bahia" recebeu 39 ballas de calibre 58.

Em 16 de Abril, fazendo parte da 1ª divisão da esquadra, com o "Bahia" e canhoneiras "Parnahyba", "Mearim", "Greenhalgh" e "Chuy" foi fundear em linha parallela ao Itapirú na distancia de 50 braças parra proteger o desembarque do nosso exercito no territorio paraguay, rompendo o bombardeio contra Itapirú e assim no dia seguinte.

Em ordem do dia do Vice Almirante, sob n. 4 de 6 de Abril foi elogiado pela brilhante conducta que teve nos combates em que entrou o navio de seu commando, fazendo-se elle saliente no dia 28 de Março de 1867, pelo acerto e precisão das pontarias, com o que causou grandes estragos e perdas no inimigo, provando com isso a sua solicitude em exercitar seus artilheiros, e bem dirigil-os na acção. No navio de seu commando tomou parte no bombardeio feito pela esquadra sobre o Forte de Itapirú, chatas e acampamentos paraguayos.

Achando-se enfermo, determinou o almirante em 17 de maio que fosse transferido do commando do encouraçado "Brasil" para o da corveta "Nitherohy", afim de retirar-se do theatro da guerra para tratamento de sua saude. Em virtude dessa ordem deixou o commando no dia seguinte e seguiu para Buenos Ayres, onde a 24 do mesmo mez, assumio o commando da citada corveta.

Ao deixar o commando do encouraçado "Brasil", foi louvado pelos importantes serviços prestados durante a passagem do exercito alliado para o territorio inimigo, operação essa que é um dos serviços mais brilhantes executados pela nossa esquadra naquella campanha, pela ordem, organização e segurança com que foi feito.

Por ordem superior deixou o commando da corveta "Nitherohy" em 28 de Dezembro, assumindo o da corveta "Bahiana", em Montevideo em 1 de Janeiro do anno seguinte, seguindo posteriormente para Buenos Ayres, onde a 12 de Março seguinte deixou o seu commando, desembarcando logo depois, em consequencia de aggravar-se seus incommodos.

De passagem no transporte "S. José", sahido de Buenos Ayres a 25 de Abril, seguiu de Montevideo para o Rio de Janeiro, onde cinco dias depois chegou.

Promovido a Capitão de Mar e Guerra por Decreto de 29 de Dezembro de 1867, e condecorado com commenda da ordem de Christo sentindo que não podia continuar na actividade, em 12 de Janeiro requereu reforma no posto immediato, com o respectivo soldo, em remuneração dos serviços prestados ao Paiz, no espaço de 45 annos. Submettido a inspecção de saude declarou a junta medica achar impossibilitado de continuar no serviço activo da Armada, por ser maior de 65 annos e soffrer de catharro vesical, molestia chronica e incuravel.

No posto de Chefe de Divisão foi reformado por Decreto de 27 de Janeiro de 1868, indo viver em Friburgo.

Em Abril de 1874 teve licença de seis mezes para tratar de sua saude na Europa, donde regressou.

Em 10 de Março nova licença lhe foi concedida e justamente em Pariz, quando se aprestava para regressar ao Brasil, foi accomettido de uma con-

gestão pulmonar, vindo a fallecer a 10 de Setembro de 1881 quando terminava a sua licença, na idade de 82 annos.

Perdeo o Brasil um filho adoptivo que sempre o amou e defendeo. Disse d'elle o Marechal Henrique de Beaurepaire Bohan. "Sempre zeloso no cumprimento de seus deveres, amando de coração a patria adoptiva, sacrificando por ella seus interesses particulares, nunca recusou serviço algum, e muito menos aquelle em que havia perigo.

Nas suas relações pessoaes era um modelo de sinceridade para com seus amigos, e ninguem ha que tendo vivido na sua intimidade não deixou de reconhecer n'elle um cavalheiro bem intencionado e digno pela sua franquesa de bem merecida confiança.



João Pedro de Carvalho

Antonio Pedro de Carvalho

Vice Almirante Graduação

Filho do desembargador Antonio de Carvalho Fontes Henriques Pereira e de d. Anna Angelica Pereira de Carvalho, nasceu na villa do Celorico, na Beira, em 11 de Fevereiro de 1797. Falleceu no Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1864.

Na Academia de Marinha do Rio de Janeiro, onde se matriculou a 9 de Março de 1816, completou o curso mathematico e como *voluntario* foi mandado embarcar na corveta "Prinzeza Real" em 23 de Janeiro de 1819. Feita a viagem regularmentar por Decreto de 13 de Maio desse anno foi promovido ao posto de Segundo Tenente; continuando a servir á bordo do mesmo navio até Julho, quando por doente d'elle desembarcou. Em 1 de Dezembro embarcou no brigue "Ballão" e n'elle seguiu para Pernambuco, onde em 2 de Março de 1821 passou para a escuna "Afra", de cuja pouco depois desembarcou, sendo então nomeado para embarcar na charrua "Luiza" que se achava armada e n'ella regressou ao Rio de Janeiro, onde não mais se achava a familia real que havia regressado a Portugal.

Tendo D. João VI deixado no Brasil como regente seu primogenito D. Pedro, ia dar-se o desenlace ha tanto tempo almejado da separação da maior parte do reino portuguez. Levantou-se desde então o espirito brasiliense para cortar as peas por demais pesadas com que a metropole ferroeava a antiga colonia.

O General Avilez, commandante das tropas portuguezas no Rio de Janeiro, um dos coripeus das côrtes portuguezas, percebendo o vulto que tomava a corrente separatista e desconfiado de D. Pedro, levantou o brado de protesto, pondo-se á testa de suas forças; obrigou ao juramento da Constituição votada em Lisboa e exigio a demissão do Conde de Arcos, amigo de D. Pedro e consequente embarque do mesmo para a Europa e por fim a reunião de uma Junta governativa.

E enquanto no brigue "Treze de Maio", commandado pelo seu irmão o Primeiro Tenente Manoel Pedro de Carvalho, com sua familia se embarcava o Conde de Arcos, o Segundo Tenente Antonio Pedro de Carvalho punha-se ao lado dos brasilienses para a expulsão das tropas luzitanas, as quaes obrigadas pelos nacionaes e civis tiveram de capitular e seguir em transportes para Lisboa.

Em 1 de Agosto seguinte teve embarque na corveta "Maria da Gloria", navio esse que fez parte da divisão que sob o commando do chefe de divisão Rodrigo Antonio de Moraes de Lamare, deveria levar soccorros aos bahianos victimas das tropas que ás ordens do General Madeira occupavam a capital da Bahia.

As peripecias por que passou a expedição ao mando do chefe escolhido já foram relatadas em sua biographia; fructo de uma politica dubia, onde mais predominava o interesse particular sobrepujando por consequencia o da collectividade, fracassou por completo. Era que por meio de contemporisações e accommodações se pretendia resolver um facto sociologico; as consequencias em breve surgiram, e registra a nossa historia com que furia se desencadeiaram os odios que tantas victimas fizeram nas luctas provocadas entre nacionaes e adhesistas.

No intuito de obrigar a todos os officiaes que haviam adherido á causa do Brasil e que foram em grande numero, a se manifestarem publica e formalmente, havia determinado o ministro da Marinha que era o illustre filho do Brasil, chefe de divisão Luiz da Cunha Moreira, que o fizessem por escripto. Pelo theor seguinte se declarou o Segundo Tenente Pedro Antonio de Carvalho: "Em consequencia de ordem que recebi, tenho a honra de responder a V. Ex.^a que de muito bom grado adheri á santa e tão justa Causa do Imperio do Brasil, na qual empregarei sempre todos os meios que coadjuvarem para tão justo fim e me submetto a todas as reformas que houverem de fazer. Bordo da fragata "União", 14 de Janeiro de 1822.

Nessa fragata estava então embarcado desde 28 de Outubro anterior, tendo em 29 de Setembro regressado ao Rio de Janeiro.

Com a chegada ao Rio de Janeiro do Almirante Cochrane, convidado para assumir o commando de nossa esquadra, nova força naval foi preparada para tornar effectiva a expulsão dos portuguezes que continuavam afferrados na Bahia, no Maranhão e no Pará.

Na "Ipyranga", nome dado á "União", seguiu com a esquadra, cuja capitanea era a não "Pedro I". Tomou parte no combate travado em frente ao porto da Bahia a 4 de Maio e no qual se distinguiram seu navio e a "Nitheroy" pelo auxilio prestado á nossa capitanea.

Em 17 de Junho passou para a corveta "Maria da Gloria" que se achava em serviço de bloqueio ao porto da Bahia e sendo capturado o brigue "Cerceira", sahido daquelle porto destacou para seu bordo o Segundo Tenente Pedro de Carvalho. Como pertencesse o dito brigue ao subdito brasileiro José de Cerqueira Lima, ordenou o Almirante que fosse relevado, regressando então este official á "Paraguassú".

Enquanto seguia a nossa esquadra fustigando a inimiga que havia abandonado o porto e desfalcando-lhe o seu immenso comboio, teve ordem a "Paraguassú" para com a escuna "Carlota" e brigue "Rio da Prata" conservarem-se cruzando em frente ao porto.

Da "Paraguassú" passou o Segundo Tenente Pedro de Carvalho para commandar a presa "Conde de Peniche", da qual desembarcou em 11 de Outubro.

Promovido a Primeiro Tenente por Decreto de 2 de Janeiro de 1824, assumio o commando da barca canhoneira "Guaratiba" em 7 de Fevereiro, Em 15 de Junho passou a embarcar na corveta "Maceió".

Corria o anno de 1825: o rastilho de rebelião deixado por D. Alvaro de Macedo, commandante das tropas portuguezas que se achavam na Cisplatina e que foram á força obrigadas a deixar aquella parte integrante do Brasil, produzia o seu effeito, tanto mais que aquelle General entrando em accordo com o governo de Buenos Ayres, preferia entregal-a a estes do que ao Brasil.

Declarado pelo governo de Buenos Ayres por fim, que protegeria e auxiliaria os orientaes no seu movimento revolucionario, por ser aquelle territorio parte da confederação, teve o nosso governo de tomar medidas que deram em resultado a guerra contra aquella confederação.

No commando de nossas forças navaes foi posto o Vice-Almirante Rodrigo Lobo, tendo sob suas ordens as corvetas "Itaparica", "Liberal", "Macció", briges "Caboclo", "29 de Agosto", "Pirajá" e "Rio da Prata"; briges-escunas "D. Januaria" e "Pará", escunas "Liberdade do Sul", "Seis de Fevereiro", "Maria da Gloria" e "Alcantara". No rio Uruguay continuava a flotilha composta de velhos navios que não passavam de vetustos hiates, cujo melhor era a escuna "Oriental".

Na corveta "Macció" seguiu para o Rio da Prata o Segundo Tenente Antonio de Carvalho, onde passou a ter embarque na escuna "Oriental", donde tornou a "Macció".

Em Janeiro em serviço de bloqueio achava-se com os briges "Rio da Prata" e "29 de Agosto", brigue-escuna "Januaria" e a escuna "Liberdade do Sul" á entrada do porto de Buenos Ayres, vigiando a esquerda inimiga.

A 9 de Fevereiro partilhava do combate contra a esquadra inimiga que sahira a medir-se com a nossa.

Em 11 de Abril, tendo seguido de Montevidéo na escuna "D. Paula", do commando do Primeiro Tenente Antonio Leocadio de Oliveira, com despachos para a esquadra, foram avistados ao Sudoeste pela manhã, pela prôa, um brigue velejando para nordeste e a barlavento um outro, e uma escuna; era a divisão de Brown que o mesmo deixara a cruzar. Logo que foi reconhecida largou da escuna em um escaler para Montevidéo o Primeiro Tenente Antonio Pedro de Carvalho a comunicar o apparecimento do inimigo. Feito isto resolveram os officiaes offerecer combate ao inimigo. Assumindo a direcção da manobra o Primeiro Tenente Germano Maximo de Souza Aranha e durante quarenta e cinco minutos bateram-se galhardamente contra o brigue, obrigando-o a retirar-se. Continuou a escuna a desempenhar-se de sua commissão.

Nomeado commandante do brigue-escuna "Januaria" em 2 de Junho de 1826 passou a fazer parte da 3.^a divisão de nossa esquadra ao mando do Capitão de Fragata Senna Pereira.

Tendo o Almirante Pinto Guedes conhecimento dos movimentos do exercito argentino nas provincias de Corrientes e Entre Rios, e afim de impedir sua communicação com o territorio oriental, determinou a partida para o rio Uruguay da referida divisão composta na maioria de hiates, armados no Rio Grande do Sul e baptizados pomposamente com o nome de canhoneiras, armadas com um simples canhão. A capitanea era a escuna "Oriental" de 11 canhões; o "Januaria" tinha 11 e a "Bertioga" 8, as demais eram "D. Paula", "Liberdade do Sul", "Sete de Março", "Itapoan", "Brocoió", "Victoria da Colonia", "D. Sebastião", "Esperança", Camões, hiates "9 de Janeiro", "7 de Setembro", "12 de Outubro" e lancha "Atrevida".

Com o fito de ataca-la, partio Brown a 26 de Dezembro para o rio Uruguay, levando consigo o brigue "Balcarce" de 14 canhões, escunas "Sarandi", de 7 canhões, "Maldonado", de 8 canhões, "Union", de 10, sumacas "Uruguay", 7 e "Peça" de 2 canhões, alem de oito canhoneiras com peças de 18 e 24. No dia 29 chegou a bocca do Jaguar, no Rio Negro, proximo aos nossos navios e rompeo o fogo, sendo respondido com verdadeiro ardor. Não obtendo vantagem usou do estratagemas de enviar um parlamentar, intimando á rendição. Por não se ter apresentado o Capitão Cõe com as devidas formalidades foi feito prisioneiro.

Enfurecido Brown, apesar do pampeiro forte que soffrera rebocou as canhoneiras e abrio novamente fogo contra os nossos. Ainda desta vez não foi feliz pois teve que retirar-se em busca de mais elementos. Deixando o Capitão Espora no commando da sua esquadilha foi em pessoa buscar soccorros, antes porém mandou fortificar a parte mais estreita do rio, chamada Punta Gorda.

No dia 8 de Fevereiro de 1827, tentando Senna Pereira romper o bloqueio empenhou-se em combate que teve de ser suspenso devido ao pamepeiro que cahira. No dia seguinte deu-se o heroico combate sustentando briosamente a "Oriental", a "Bertioga" o maior embate e com elles a "Januaria" que pouco depois tendo perdido o mastarco do velacho, rendida a verga do traquete e cheia de rombos foi rebocada para fora do campo da luta e bem depressa abandonada.

E nosso desastre foi completo; Senna Pereira e Jorge Brown foram os heroes que salvaram a honra do nosso pavilhão merecendo dos proprios inimigos os mais sinceros preitos de admiração pela coragem com que se bateram até o final. Enquanto o commandante da esquadrilla communicou, pelo valor de sua heroicidade, animo a seus companheiros de gloria e de infortunio, continuou ufana a tremular na "Oriental" o nosso sagrado pavilhão: só foi arriado, isto mesmo por um estrangeiro quando aquelle jazia cahido em sua camara desaccordado ferido por metralha. Foi então seu navio abordado.

Na "Bertioga", o commandante Jorge Brown, do mesmo modo com suas proprias mãos pregara a bandeira para que ninguém ousasse arrial-a profanando assim o symbolo que deveria alentar todos os demais; ella cahio ao convez sómente quando uma bala derrubando o mastro que lhe cahio dentro do navio empachando-lhe a artilharia e impedindo-lhe a manobra.

Em outros pequenos navios deram-se lances que merecem louvores taes no "Sete de Março", cujo commandante attingido por uma bala que lhe partio a perna, só abandonou o posto depois de perder as forças e dar tres vivas ao imperador, entregando o commando ao seu immediato Tenente Nogueira que continuou a bater-se. A "Liberdade do Sul" e "Itapoan" foram incendiadas para que não cahissem em mãos do inimigo. A "Brocoió", "D. Paula" e "Victoria da Colonia" puderam alcançar Paranaguassú e evitar a abordagem.

Por intermedio do commandante da Praça da Colonia do Sacramento brigadeiro Manoel José Rodrigues, teve o nosso Almirante conhecimento do tal desastre nos seguintes termos: Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. O meu dever me impõe a dura obrigação de dar a V. Ex.^a a infausta noticia, de que hoje pelas 4 horas da manhã se apresentaram fugidos da escuna "Oriental" 8 marinheiros, que dizem que no dia 9 foi ferido o Capitão de Fragata Jacintho Roque e tomada a escuna, o brigue "Patacho" (era assim chamado o "D. Januaria") e barca "Bertioga", todos já arrombados e cheios d'agua, porque soffreram o fogo de 18 embarcações, e que os abandonaram os demais barcos retirando-se tres pelo Guaçu e os mais Uruguay acima; dos que seguiam para Guaçu a barca "Brocoió" voltando-lhe o vento, não podendo vencer, entregou-se; não se sabe o que terá succedido aos mais, porque ouviu-se muito fogo no dia 10, particularmente desde ás 8 horas da noite até a madrugada do dia 11 que parou.

Ao meio dia chegou a este porto o Commandante do brigue "Patacho" (mesma nota acima, do commando do Primeiro Tenente A. P. Carvalho) com toda a sua tripulação, que infelizmente confirmou tudo o que disseram os 8 marinheiros.

"Ao nascer do sol já tinham sahido os ditos marinheiros com um officio meu a avisar Mariath, e ás 8 1/2 da manhã enviei outro officio ao Capitão de Mar e Guerra Prytz, a quem amanhã se vae apresentar o Primeiro Tenente Carvalho para saber, se ha de vir reforçar os barcos de Mariath, ou o que deve fazer.

"Toda a marinagem elogia ao dito Carvalho, Jacyntho Roque e Commandante da "Bertioga" e as suas tripulações.

Tanto o referido Carvalho, como os marinheiros que chegaram pela manhã não encontraram Mariath, devendo-se presumir que elle está junto á Ilha do

Juncal, onde elles divisaram 8 barcos, um de tres páos, que suppuzeram ser o brigue-barca de Buenos Ayres, e barcos d'esta Esquadra, por ignorarem que Mariath se devia achar alli.

"As 20 espadas que V. Ex. me enviou dêi-as ao referido Primeiro Tenente Carvalho para armar a tropa de sua guarnição, 21 armas com bayoneta e bainhas, 21 patronas, 42 pederneiras, 1260 cartuchos e 21 talabartes.

O Sr. Tenente-Coronel Pinto emprestou 21 camisas e 11 pares de sapatos para a referida tropa; e o Sr. Major Cunha 21 camisas e 10 pares de sapatos.

"Se ainda ali estiver o Ex.^{mo} Sr. Almirante Barão do Rio da Prata, rogo a V. Ex. se digne fazel-o sciente desta catastrophe. Deus Guarde a V. Ex. Colonia do Sacramento, 12 de Fevereiro de 1827. Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Pedro Antonio Nunes. — *Manoel Jorge Rodrigues.*"

"Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Hoje pelas 8 horas da manhã fundeou neste Porto a Escuna de Antonio Leocadio ("D. Paula") e a barca de Velloso ("Victoria da Colonia"), que se retiraram pelo arroio da Tinta, vindo passar por Buenos Ayres.

"O Primeiro Tenente Aranha consultou os Commandantes sobre o que se devia deliberar, e estes eram de parecer que tomaram queimando as embarcações maiores porém que particularmente o Consul D. Romão influio, para que fossem para Guleguaychu que podia ser alli achassem hospitalidade, ainda mesmo não achando-a queimaram as embarcações e se entregaram prisioneiros; mas elles firmes no seu projecto quando se fizeram a vela o puzeram em pratica.

"Observaram que queimaram as 3 escunas "Itapuan", "Liberdade do Sul" e "Sete de Março", recebendo a gente para os 5 barcos que lhe ficaram, seguiram aquelle destino as 2 Barcas que tinham entrado para o Guacú com a "Brocoio" foram prisioneiros depois de todas fazerem resistencia. Luiz Cypriano morreo de um tiro de artilharia.

"Brown não passou do sitio do combate, mandou-os perseguir pela "Sarandy" e outros barcos pequenos de quem se defenderam até que voltaram.

"A narração que fazem os dois referidos Commandantes differe alguma cousa da do Primeiro Tenente Carvalho e sua tripulação, como é natural.

"Pela Escuna "Conceição", que vem a este Porto, soubemos pelo que disse o Guarda Marinha que veio a terra, que Martim Garcia está fortificada que "Oriental", "Patacho" e "Bertioga" já estavam ao pé da Ilha, segundo a observação que fez José Narciso. Deus Guarde a V. Ex. Colonia do Sacramento, 14 de Fevereiro de 1827. Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Pedro Antonio Nunes. — *Manoel José Rodrigues.*"

Ao Almirante, logo que chegou o Primeiro Tenente Pedro Antunes de Carvalho á Colonia do Livramento, communicou o seguinte:

"A's 11 horas e 30 minutos do dia 8 do presente, fundeou a 3.^a Divisão proximo do inimigo, defronte das Ilhas "Duas Irmãs por estar o vento bonança; e logo que o vento veio para SSE suspenderam tanto o Inimigo como a 3.^a Divisão e atacaram-se: este ataque durou 1 hora e 40 minutos, soffrendo o Inimigo alguns estragos e sobrevivendo vento forte de So fundearam.

"No dia seguinte empreheendeu o Inimigo novo ataque, começando as 8 horas e 20 minutos.

"O Commandante da 3.^a Divisão mandou orçar para o Inimigo e conservando o "Ló" sustentaram o fogo a Escuna "Oriental" e a Barca "Bertioga", os mais em vez de orçar arribaram.

"Duas horas depois o Brigue-Escuna do meu commando desarvorou do mastaréo do velacho, tendo tambem a verga do traquete rendida, foi preciso dar-lhe reboque para se retirar do combate."

"Nessa occasião, vindo Brown se approximando do Brigue-Escuna para tomal-o, mandei que a gente se salvasse na Lancha, continuando entretanto a fazer o fogo contra o Inimigo.

"Mandei immediatamente abrir os rombos que estavam tapados a fim do navio encher-se d'agua e ir ao fundo; mandei encravar as peças e lançar fogo no porão.

"Larguei então de bordo com a guarnição na Lancha e no Escaler e ganhei felizmente a boca do Guaçu e entrei na Colonia a 12 do corrente.

"A escuna "Oriental" e a "Bertioga" encalharam e foram abordadas e prisioneiros os officiaes, achando-se alguns feridos, inclusive o Commandante.

"Foram queimadas as escunas "Liberdade do Sul" e "Sete de Março" e poderam escapar a "D. Paula" e a "Victoria".

Mandado ao Rio de Janeiro na escuna "Lourença" apresentou-se ao Quartel General em 16 de Março e no dia seguinte nomeado para commandar a escuna "Dois de Junho".

Promovido no posto de Capitão-Tenente por Decreto de 12 de Outubro, em 3 de Fevereiro do anno seguinte passou a ter embarque na corveta "Nitheroy", tomando posteriormente o commando interino da mesma em 16 de Junho e o effectivo em 5 de Dezembro, para deixal-o por desarmamento do referido navio cinco dias depois.

Por nomeação de 2 de Janeiro de 1829 assumio o commando da corveta "Carioca", da qual desembarcou por desarmamento em sete de Agosto.

Por aviso de 5 de Abril de 1830 foi mandado a Bahia servir á bordo da não "Imperador do Brasil" ali construida, que havia sido lançada ao mar no dia 25 do mez anterior. Cinco annos antes havia sido batida a cayilha mestra e foi o ultimo deste typo construido entre nós.

Nomeado por Decreto de 12 de Junho Intendente de Marinha da provincia de Pernambuco, desembarcou da não em 3 de Agosto.

Achava-se o Capitão Tenente Antonio Pedro de Carvalho no exercicio do cargo quando em 15 de Novembro de 1831 deram-se na cidade do Recife subversões da ordem publica, devido aos factos politicos que tanto agitaram n'aquelle anno o nosso paiz. Naquelle dia reunidos na fortaleza de Cinco Pontas bandos de revolucionarios com o fim de atacar a cidade do Recife para que o presidente expulsasse diversos cidadãos de differentes classes, e caso não annuisse o governo, o fariam a viva força.

Tendo o presidente Francisco de Carvalho Paes de Andrade requisitado do Intendente de Marinha uma força para guardar a ponte de Santo Antonio, este dirigio-se ao commandante da estação naval que era o Capitão Tenente Pedro da Cunha, no que foi attendido. Assim desembarcadas forças do brigue "29 de Agosto", do brigue "Pirajá" e marinhagem do paquete "Imperial Pedro" e brigue "Atlanta" e "Bella Maria" as quaes reunidas a de terra fizeram com que depois de algum fogo a ordem se restabelecesse no dia 19.

Foram recebidos á bordo quatro officiaes de patente de diversos corpos e 14 officiaes de differentes officios mecanicos. Foi pela Regencia louvada a sua boa conducta.

De Pernambuco passou o Capitão Tenente Carvalho a occupar o mesmo cargo na Bahia, por Decreto de 30 de Agosto de 1832, vindo antes ao Rio de Janeiro. Antes teve no Recife que haver com os successos denominados *abrilada*. Dirigida pelo Tenente-Coronel Francisco José Martins e pelo major José Gabriel de Moraes Meyer, a frente do batalhão 53 e parte do 54, apoderaram-se no dia 14 de Abril de 1832 da fortaleza do Brum, cuja guarnição passou-se para os revoltosos e cortaram a ponte do Recife.

O Intendente de Marinha Capitão Tenente Carvalho ordenou no dia seguinte que a escuna "Rio da Prata" se postasse em frente a Alfandega e a barca "Pirajá" deironte do Arsenal. A's 2 horas romperam o fogo contra os facciosos que guarneciam o trapiche e o caes da mesma Alfandega.

Batidos nessa parte da cidade, foram-se entrincheirar no convento da Madre de Deus, continuando a hostilizar os navios.

A fortaleza de Brum que amanhecera com bandeira parlamentararia rendeo-se ás 8 horas. Batidos os revolucionarios debandaram. Durante o combate teve a "Rio da Prata" dous mortos e 12 feridos e a "Pirajá" um ferido.

Em consequencia da reforma das Intendencias de Marinha foi por Decreto de 11 de Janeiro de 1834 novamente nomeado Intendente de Marinha da Bahia por Decreto de 14 de Fevereiro.

No anno anterior a 26 de Abril pelas 4 horas e meia da tarde os presos politicos que se achavam recolhidos ao Forte do Mar, na Bahia, conseguindo a adhesão do destacamento que os guardava, revoltou-se, tomam conta de uma escuna e conservam-se hostis durante toda a noite. Pela manhã do dia seguinte içaram uma bandeira azul e branca e romperam fogo contra a cidade. A corveta "Regeneração", auxiliada por um batalhão de artilharia postado em frente a Sé e algumas peças collocadas na Intendencia de Marinha respondem ao bombardeio do forte, que continuou durante toda a noite prolongando-se pelo dia seguinte.

O presidente Pinheiro de Vasconcellos em sua parte official diz: "Incommodou-os o nosso fogo de tal sorte que apenas podiam carregar suas peças; uma bala da corveta lhes derrubou a desconhecida bandeira que elles chamavam federal...

"Perseguidos pelo nosso fogo, levantaram bandeira branca e pela bosina pediram para tratar com o governo; foi-lhes respondido que primeiro arvorassem a bandeira imperial, descarregassem as peças, voltando-as ás suas posições antigas, abrissem o portão da fortaleza e depositassem o armamento na rampa; responderam que a bandeira era federal, e que quanto ao mais que tinham de dirigir officios ao governo. Mandou-se continuar o fogo, que durou até ás duas horas da tarde, tempo em que pediram bandeira imperial allegando que a não tinham, o que reconhecendo-se que era pretexto para apoderarem-se de um bote e tentarem communicar-se de noite com a terra, não se lhes remetteu, dizendo-se-lhes que se rendessem depondo as armas; e porque não o fizessem, continuou o fogo. Então levantaram bandeira imperial, mas não quizeram depôr as armas. Sobrevindo a noute mandou-se multiplicar as rondas de escaleres, para evitar com elles toda a comunicação, o que, apesar de ser bem executado, assim mesmo receberam de terra, por uma canoa que foi apprehendida na volta, recommendação para se conservarem por mais dous dias ficando certos que entretanto reventaria a conspiração em terra.

No dia 29 os revoltosos, depois de novo bombardeio que começou ás 11 horas da manhã, entregaram-se.

Exonerado por Decreto de 6 de Julho de 1835, apresentou-se ao Quartel General da Marinha no Rio de Janeiro. Nomeado Inspector do Arsenal de Marinha de Pernambuco, para onde seguiu em 9 de Abril de 1836 no paquete "Primeiro de Abril", n'esse cargo se conservou de Agosto de 1837 quando por Decreto desta data foi exonerado, sendo então nomeado para commandar a divisão naval estacionada no Pará.

Promovido a Capitão de Fragata por Decreto de 7 de Setembro de 1837, contando antiguidade de 22 de Outubro de 1836, como determinou o Decreto de 15 de Setembro de 1837.

Pela resolução da consulta ao Conselho Supremo Militar de 27 de Fevereiro de 1838, contou antiguidade de praça desde 9 de Março de 1816, dia de sua matricula na Academia de Marinha.

Acabara no Pará de ser abafada a revolta que desde muito lavrava naquella provincia, desorganizando todo o seu mecanismo governativo. Para dirigir o Arsenal e pôl-o na devida ordem necessitava o governo de official energico, activo e de provadas qualidades administrativas, por essa razão foi escolhido o Capitão de Fragata Pedro de Carvalho, que deixou o commando da divisão naval, percebendo por Decreto de 2 de Outubro uma gratificação annual de 600\$000 em attenção ao estado da provincia e accrescimos de trabalhos n'aquella repartição. Deixou no entretanto de entrar em exercicio por haver pedido dispensa.

Do Pará seguiu para o Rio de Janeiro, onde apresentou-se com parte de doente em 30 de Maio de 1839. Em 15 de Julho apresentou-se para o serviço e por Decreto de 23 de Agosto foi nomeado Inspector do Arsenal de Marinha da Provincia do Rio Grande do Sul.

Desde 1835 que a lucta travada no Rio Grande caminhava sem solução. Responsaveis pela sua duração eram os partidos politicos que se succediam constantemente no governo da nação os quaes, no interesse proprio, deixaram que descambassem para outro fim a lucta da qual se aproveitavam os nossos inimigos eternos para nos enfraquecer e desmoralisar.

Havia sido repellido a acção benefica exercida pelo Capitão de Mar e Guerra Grenfell, commandante das nossas forças navaes n'aquella provincia, o qual depois de ter firmado o prestigio do governo, dominando por completo as aguas das lagoas dos Patos e Mirim e impondo a lei no littoral, procurou por meios suasorios e patrioticos chegar a termo da lucta entrando em accordo com os revolucionarios, no que estavam de parecer.

Persuadido como estava o illustre chefe, dizia francamente ao Ministro, de que sómente a razão, a justiça e a moderação poderiam reduzir aquelles homens á senda de seus deveres e não a violencia, a vingança e a illegalidade, levadas ao auge e com as quaes parecia-lhe estar o governo imperial identificado com semelhante administração que sómente servia para exasperar a provincia e aniquilar as ultimas sympathias que a uniam ao Imperio. Esta franca maneira de se externar desagradou os chefes governistas adeptos do absolutismo e tanto assim que chegaram a taxal-o de trahidor, pedindo sua cabeça. Teve razão o illustre chefe, pois mais tarde com concessões mais vergonhosas para o prestigio do governo imperial, teve-se que fazer a paz.

Estava o Arsenal de Porto Alegre em plena actividade, pois grande era o numero de navios ali existentes e necessitando de concertos. Teve portanto o Capitão de Fragata Pedro de Carvalho de desenvolver grande actividade.

Em recompensa a seus serviços prestados no Rio Grande foi nomeado official da Imperial Ordem do Cruzeiro em Setembro de 1840. Exonerado do cargo que exercia por Decreto de 17 de Dezembro desse mesmo anno, foi logo em seguida nomeado para o lugar de official adjunto da Contadoria Geral de Marinha, isto é, em 8 de Fevereiro de 1841, tendo regressado no vapor "Bahiana".

Para inspecionar os arsenaes do Pará e Maranhão foi nomeado por aviso de 9 de Dezembro de 1841, para cujas provincias seguiu.

Promovido ao posto de Capitão de Mar e Guerra por Decreto de 23 de Julho de 1842, continuou na commissão em que se achava, da qual regressou no paquete "Paraense" em 6 do mesmo mez de Julho.

Nomeado Ajudante de Ordens e Encarregado do Expediente do Quartel General da Marinha por aviso de 31 de Dezembro, sendo ministro da Marinha o Marquez de Paranaguá. Pouco tempo se demorou neste cargo pois por aviso de 13 de Maio de 1843 foi exonerado em consequencia de mudança ministerial.

Para commandar a Divisão Naval no Rio Grande do Sul foi nomeado logo depois de ter deixado o cargo que antes occupava, em cuja commissão se

manteve até 13 de Abril quando d'ella foi exonerado. Nella prestou bons serviços, pois ainda durava o movimento revolucionario que por tanto tempo ensanguentava a provincia.

De regresso foi nomeado em 6 de Junho para exercer novamente o cargo de Encarregado interino do Expediente do Quartel General e de Inspector do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Exonerado do primeiro dos cargos que exercicia por aviso de 5 de Julho, por Decreto de 5 de Agosto seguinte foi confirmado no de Inspector.

Promovido ao posto de Chefe de Divisão graduado por Decreto de 14 de Março de 1847, continuou no exercicio do cargo em que se achava, quando por Decreto de 14 de Março de 1849 foi promovido a Chefe de Divisão effectivo. Mandado submitter a conselho de investigação a vista de uma queixa dada contra elle pelo mestre da barca a vapor "Restauração", da Companhia de Nitheroy, foi o mesmo Conselho de parecer que nenhum fundamento tinha a dita queixa.

Exonerado do cargo de Inspector do Arsenal de Marinha no qual prestára bons serviços, foi nomeado para exercer o de Intendente de Marinha por Decreto de 21 de Maio, cargo que exerceo até 16 de Outubro de 1852, quando foi exonerado á pedido e continuando como membro da comissão encarregada do exame do armamento da Marinha.

Por Decreto de 22 de Junho de 1853 foi nomeado vogal do Conselho Supremo do Tribunal Militar.

Chefe de Esquadra por Decreto de 2 de Dezembro de 1854, foi nomeado em Janeiro do anno seguinte membro da comissão de exame de organização do pessoal e material da Armada, pertencente a 2.^a Secção.

Por carta regia de S. M. Fidelissima de 30 de Dezembro de 1850 foi nomeado commendador da ordem da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Merito pelos relevantes serviços que prestára na occasião do desarvoramento da não portugueza "Vasco da Gama" e importantes concertos que na qualidade de Inspector do Arsenal de Marinha prestou então. O facto foi o seguinte: No dia 6 de Março de 1850 uma forte tempestade que desabou de madrugada com violento tufão ao principio de NO e depois de SO apanhou a não "Vasco da Gama" á entrada da barra. Pela manhã foi avistada fundeada com toda a amarra fóra, *erguendo-se sobre as vagas alicrosas que batiam de enfiada*, e tendo-se arrebitado os cabrestos, gurupés e mastros perdera quasi todos os escaleres. Graças á valentia do Capitão de Mar e Guerra Joaquim Marques Lisboa (futuro Marquez de Tamandaré), que no vapor "D. Affonso" affrontou o mar, conseguindo passar-lhe um cabo de reboque, foi salva a não.

Por portaria de 17 de Outubro de 1852 teve licença para acceitar esta mercê.

Por aviso de 30 de Novembro de 1854 foi nomeado membro da comissão de assentamentos dos officiaes do Corpo da Armada e das classes annexas e no anno seguinte por Decreto de 1 de Agosto foi nomeado para commandante da Academia de Marinha e posteriormente em 26 de Maio de 1856, presidente da comissão encarregada de dar parecer sobre varios quesitos referentes a navios.

Nomeado Conselheiro de Guerra por Decreto de 3 de Fevereiro de 1857, continuou no cargo de commandante da Academia de Marinha, quando em Dezembro de 1857 teve licença para tratar de sua saude no Paraná e por continuar gravemente enfermo e não poder regressar, passou o commando da mesma ao Captão de Mar e Guerra Francisco José de Mello. Reassumio o cargo em 5 de Abril de 1858.

Tendo-se dado novo regulamento á Academia de Marinha na conformidade do que baixou com o Decreto de 1 de Maio desse anno, foi por Decreto de 26 da mesma data nomeado director da Escola de Marinha, assim denominada, cargo esse que exerceo até 15 de Abril de 1859, quando foi exonerado.

Nomeado por aviso de 28 de Novembro presidente da comissão de presas que tinha de distribuir a quantia votada pelo Parlamento para indemnização das presas feitas durante a guerra da Independencia e do Rio da Prata.

A 8 de Março de 1861 apresentou diploma de Conselheiro Professo da Ordem de S. Bento de Aviz, datada de 8 de Outubro de 1839; carta de Tença Annual de 120\$000 que lhe fôra concedida por Decreto de 1 de Agosto do mesmo anno e datada de 25 de Maio de 1840.

Por comunicação da Secretaria da Marinha de 17 de Agosto de 1861, consta ter-lhe sido concedido o titulo de Fidalgo Cavalleiro da Casa Imperial e a commenda da Ordem de S. Bento de Aviz, conforme requerera, á vista dos Decretos de 13 de Maio de 1839 e 20 de Abril de 1867.

Promovido a Vice-Almirante graduado por Decreto de 2 de Dezembro de 1862. Por ter sido dada por finda a comissão de distribuição de quotas relativas ás presas de que era presidente foi louvado em nome do imperador pelo bom desempenho das funcções de que fôra incumbido.

No dia 22 de Julho de 1864 falleceu no Rio de Janeiro o prestante official que tantos e bons serviços prestára a sua patria adoptiva.

Guilherme Eyre

Chefe de Divisão Graduado

*Nasceu na Inglaterra. Falleceu no Rio de Janeiro
em 13 de Novembro de 1850.*

A esquadra que o patriotismo brasiliense havia organizado para expellir de nossas plagas as tropas metropolitanas e correr das nossas costas as bellonaves que as mantinham, não dispunha de elemento nacional para guarnecel-a; d'ahi a necessidade de contractar officiaes estrangeiros, outros que não portuguezes, porque os adherentes, em maioria, só tiveram em mira o interesse pessoal e nenhum da nova nacionalidade que se levantava depois de tres seculos de soffrimentos e angustias.

Os antigos alvarás que prohibiam os filhos do paiz o exercicio da profissão maritima e a de armadores, calculadamente póstos em execução, tinham por fim suffocar, não o sentimento do seu valor como elemento de vitalidade, mas sim para que não se collocassem aquelles em pé de igualdade, nem concorressem no commercio maritimo com os filhos de além mar. A colonia existia para ser explorada de todos os modos, nunca porém para participar de proventos della hauridos. Assim ao dar-se a independencia, raros filhos do Brasil haviam logrado ter entrada na marinha de guerra, como na mercante. Reservados os logares para os nobres que na metropole faziam rondas palacianas, só a muita protecção poderia dar entrada na Academia de Marinha aos que viviam em longiquas terras.

Como Segundo Tenente de commissão, foi mandado embarcar na fragata *Real Carolina*, Guilherme Eyre, em 10 de Novembro de 1822, no mesmo dia em que eram distribuidas as bandeiras ás nossas tropas e navios, passando dous dias depois a ter embarque na *União*, fragata construida na Bahia e armada a 14 de Novembro de 1817 e que posteriormente chamou-se *Ipyranga*.

A 31 de Julho de 1821, a Banda Oriental, por unanimidade de votos fôra incorporada á Corôa de Portugal, com o nome de Provincia Cisplatina e a 5 de Agosto foi jurada fidelidade ao rei.

Proclamada a nossa independencia, a Junta Governativa por maioria recusou o decreto do Imperio mandando convocar as côrtes.

As tropas brasilienses commandadas pelo General Marques de Souza ás quaes adherio o brigadeiro Frederico Lecór, occuparam Canellones e Colonia do Sacramento, pondo em sitio as tropas portuguezas em Montevidéo, ás ordens de D. Alvaro de Macedo.

Reconhecendo d. Alvaro que sua proclamação feita em 22 de Junho, declarando que a Cisplatina era conquista portugueza e portanto não podia destacar-se da causa luitana, nenhum effeito produzia, pois na sua quasi totalidade a população se havia voltado para os brasilienses, e ainda mais, tendo D. Pedro determinado ao General Lecór que cumprisse suas ordens e desse baixa aos soldados e inferiores portuguezes que as reclamassem, declarou o General portuguez, que se achava prompto para embarcar para Lisboa com suas tropas, podendo ficar no Brasil aquelles que quizessem. Não passava de solercia tal resolução, pois preferio D. Alvaro entrar em accordo com o Governo Argentino para entregar-lhe a Cisplatina, ao em vez de cedel-a ao Brasil.

Para fazer o embarque de taes tropas ordenou o nosso Governo a partida de uma divisão, a primeira que arvorou o pendão de nossa nacionalidade, sob o mando do Capitão de Mar e Guerra David Jewett, composta das fragatas "União" e "Carolina" e corveta "Liberal" e esta divisão comboiaria os transportes "Bella Bonita", "Sete de Março", "Conde de Arcos", "General Lecór" e brigue "Ligure".

No dia 14 de Novembro suspenderam os navios e na capitanea seguiu Guilherme Eyre.

Devido ao facto de não estar de accordo o General Lecór, Capitão General da Cisplatina e com elle o Vice-Almirante Rodrigo Lobo, com o que pretendia executar o Capitão de Mar e Guerra David Jewett, fez-lhe este entrega dos transportes e regressou ao Rio de Janeiro conforme as instrucções que tinha.

Com febril afan se preparava a esquadra que deveria ir a Bahia expulsar as tropas luitanas que lá, no Maranhão e no Pará persistiam, protegidos por forças navaes.

Ao organisal-a Lord Cochrane passou o Tenente Eyre para a não "Pedro I", capitanea, em 27 de Abril. Pelas boas informações que delle dera o seu commandante foi promovido ao posto de Primeiro Tenente em 15 de Janeiro anterior, em attenção aos serviços prestados na expedição ao sul.

No combate travado contra a esquadra portugueza em frente a Bahia e em todos os feitos praticados pela "Pedro I", para a expulsão dos portuguezes da Bahia e Maranhão, portou-se com distincção o Primeiro Tenente Guilherme Eyre.

No Maranhão passou a commandar o brigue presa "Pombinho", em 19 de Setembro de 1823, navio esse mandado depois para o Rio de Janeiro. Passou ao commando da escuna "Pará" em 14 de Junho de 1824. Essa escuna era a antiga "Emilia", de 8 canhões, incorporada á nossa esquadra no Maranhão.

Na Bahia deixou o commando da escuna a 22 de Janeiro de 1825 e recolhido preso no Forte do Mar, sendo transferido no dia seguinte para a fragata "Nitherohy", onde se conservou preso até 8 de Abril, quando se lhe passou guia para seguir para o Rio de Janeiro. Submettido a Conselho de Guerra foi absolvido, por falta de provas, por sentença do Conselho Supremo Militar e de Justiça de 31 de Agosto de 1825.

Promovido ao posto de Capitão Tenente em 9 de Agosto, continuou no commando da escuna, até que em 16 de Setembro do anno seguinte embarcou na fragata "Thetis". Tinha relação este conselho com a lucta que sustentava Lord Cochrane com o nosso Governo, reclamando pelos direitos que lhe assistiam e aos seus officiaes.

O empenho dos adhesistas em desgostar os officiaes que haviam accedido ao nosso apello, era patenteado por todos os modos.

No extremo sul a discordia lançada por D. Alvaro entre brasilienses e orientaes, não evitada pela inercia do General Lecór, ia produzir os fructos tão almejados pelos argentinos.

Para pedir explicações áquelle Governo pelos auxilios dado aos revolucionarios orientaes foi mandada uma divisão ao mando do Vice-Almirante

Rodrigo Lobo e da qual fazia parte a fragata "Thetis". Em 12 de Novembro de 1825 passou para commandar o brigue "Independencia ou Morte".

Declarada a guerra em 10 de Dezembro de 1825 ficou seu navio pelo seu estado, a fazer parte da divisão de reserva no porto de Montevideo. Ao assumir a 12 de Maio de 1826 o Almirante Rodrigo Pinto Guedes o commando de nossa esquadra no Rio da Prata, em substituição ao Vice-Almirante Rodrigo Lobo, chamado afim de responder pelos erros commettidos na direcção da campanha, passou o Capitão Tenente Eyre, ao commando da corveta "Itaparica", de 20 canhões, fazendo parte da 1.ª divisão de bloqueio, que tinha por chefe o intemerato Capitão de Fragata James Norton.

Já a 23 de Maio teve occasião de entrar em fogo contra o inimigo. Nesse dia, pelas 2 horas da tarde foi avistada a esquadra inimiga sahindo do porto. Em demanda dos navios argentinos, sob o commando de Brown, suspenderam o snosos e tres horas depois rompia-se o fogo entre ambos. Como de costume, chegou-se Brown para junto dos bancos afim de atrahir os nossos navios de menor calado e livrar-se dos de maior. Apesar porém deste estratagemas, que já era tactica conhecida, a "Maria da Gloria", "Itaparica" embora arrastando o fundo, seguiram-lhe na pista, enquanto o "Independencia ou Morte" e "29 de Agosto" os alcançam mais de perto, fazendo-o recolher ao porto, levando seis mortos e 22 feridos.

Veio o dia 25 de Maio e querendo Brown festejar a data da independencia de sua patria adoptiva sahio com a corveta "25 de Mayo", brigues "Independencia", "Congreso" e "Balcarce" e escunas "Rio de la Prata" e "Sarandi"; á espera estavam a "Nitherohy", ao mando do bravo Norton, que fez signal á corveta "Itaparica", brigues "Caboclo", "Independencia ou Morte", escuna "Itaparica" que seguissem sua manobra atacando o inimigo. Enquanto a "Nitherohy" despejava contra a "25 de Mayo" uma banda e fazia o "Congreso" e escuna "Rio da Prata" arribarem, deixando a sua capitanea seguida apenas pelo "Balcarce" e "Sarandi", sujeita ao nosso fogo. Levaram os nossos inimigos um piloto e seis marinheiros mortos e sete feridos. Só tivemos avarias de pouca monta.

No dia 11 de Junho, o commandante Norton chefe da 2ª divisão de nossa esquadra fez signal á sua divisão e a 3ª commandada pelo Capitão de Fragata Senna Pereira, fundeada em Quilmes para suspenderem e dirigirem-se para "Pozos", que é uma parte do porto de Buenos Ayres, assim denominada, por existirem n'elles verdadeiros peráos e alfaques, isto é, bancos de profundidade desiguas. Por entre elles entrava-se para o porto por um canal de 3/4 de milhas, o qual distava da cidade tres e meia a quatro milhas ao nordeste e accessivel a navios de maior porte. Ladeavam este canal o banco de Camarones e o da Rada interior. Ahi em semi-circulo estavam os navios argentinos.

Apesar do pouco andar das canhoneiras da 3ª divisão, o que foi necessario mandar rebocar as mais ronceiras, ao meio dia estavam os nossos nas balizas interiores do dito canal. Apesar do empenho em chegar ao alcance do inimigo quasi todos os esforços se tornaram inuteis em consequencia da largura dos bancos que os separavam e de pouco alcance da artilharia. O povo de Buenos Ayres que acudira ás praias para contemplar o espectáculo daquelle ataque não sentiu o seu peso, devido ao grande calado dos nossos navios, impossibilitados por isso de maior approximação. Apesar disto a confusão foi tal entre elles que uma pequena escuna nossa a "Isabel Maria", tomada dois mezes antes, aproveitando-se della, velejou e foi apresentar-se em Montevideo no dia 13.

Nesse combate, logo em começo, passou o chefe Norton o seu pavilhão para bordo da "Itaparica", sob o commando de Eyre e n'ella continuou a atacar ao inimigo, até que não podendo mais approximar-se foi obrigado a virar de bordo; desta passou á escuna "D. Paula".

No combate iniciado a 29 de Julho e terminado a 30, em que foi batida a esquadra inimiga, tomou parte saliente Guilherme Eyre, e se não mais fez foi por ter seu navio desarvorado do mastaréu do velacho quando levava o ataque aos briges inimigos.

Ao empenhar-mo-nos nesta guerra, com muito acerto e razões chamava a atenção do governo o nosso consul em Buenos Ayres, o Capitão Tenente Falcão da Frota sobre a necessidade de tomarmos pé nos portos da Patagônia, pois n'elles faziam sua base de operações os corsarios sahidos de Buenos Ayres. Infelizmente as sensatas considerações feitas sobre o assumpto não foram tomadas em consideração pelo Vice Almirante Rodrigo Lobo, sempre vaidoso e enfatuado.

Ao conhecimento do Almirante Pinto Guedes chegaram informações de que no Rio Negro de Patagones, haviam feito os corsarios inimigos uma base de operações. Pelo interior faziam elles o transporte dos productos de suas presas, e no porto se achavam-se em reparos a "Chacabuco", do commando de Jorge Bvtnon, "Hijo de Julio", de Jacques Harris, "Hijo de Maio", de M. Bibois, "Oriental Argentino", de Pedro Doutant, sumacas "Bella Flor", apresada no dia 15 de Fevereiro de 1827 em frente a Imbituva, vinha da Bahia, pertencera a Manoel José de Campos Porto, negociante em Porto Alegre. "Chiquinha", sahida de Santos para o Rio Grande, apresada no dia 7 de Novembro de 1826 e "Imperatriz".

Para destruir ou apossar-se de taes navios resolveo o Almirante enviar áquella paragem uma expedição, para o que determinou a sahida do porto de Maldonado dos seguintes navios: corveta "Duqueza de Goyaz", capitanea, de 20 canhões, commandada pelo Capitão de Fragata James Shepheard; corveta "Itaparica", de 20 canhões, commandante Capitão Tenente Guilherme Eyre; brigue escuna "Escudeira", de 5 canhões, commandante 1º Tenente Luis Clemente Potier e escuna "Constança", de 6 canhões, commandada pelo Segundo Tenente Joaquim Marques de Lisboa, o futuro Marquez de Tamandaré. Ao todo dispunha esta expedição de 51 canhões e 654 homens de guarnição.

Chegados que foram os navios á barra do Rio Negro no dia 25 de Fevereiro, coube a "Constança", por ser de menor calado, explorar a costa. Tocados por vento favoravel, ás 9 horas do dia 27, investiram os nossos navios a barra e logo teve a "Escudeira" que fazia a vanguarda de responder ao nutrido fogo feito de um pequeno forte levantado á entrada. Seguiu-lhe a "Itaparica", que a todo o panno, firmando o nosso pavilhão ao primeiro tiro varreo a metralha o reducto argentino. Não coube sorte a "Duqueza de Goyaz", pois de maior calado, bateo em um escolho, onde encalhou. Apesar de soccorrida pela "Constança" que lhe salvou 280 homens, teve de ser abandonada com perda de 38 vidas. Nove dias depois, devido a um grande temporal, ficou completamente despedaçada.

Apesar disto, arrazado o forte entraram os nossos. Recolheram-se os inimigos para o interior chefiados pelo Coronel Pereyra, depois que o commandante do "Chacabuco" e dos demais corsarios com sua gente inutilmente tentaram abordar a "Constança" e depois de ter um pouco acima encalhado a "Itaparica" em perseguição do inimigo. Subiram a "Escudeira" e "Constança".

O commandante Shepheard na ignorancia dos elementos com que contavam os inimigos na villa del Carmen, acreditando nas informações de gente que deveria julgar suspeita, em vez de retirar-se, muito ao contrario, decido fazer um desembarque e por terra atacar a povoação, quando suas instrucções sómente determinavam o ataque e destruição dos corsarios.

Com a guarnição dos tres navios, cerca de 300 homens, organisou a expedição, deixando-os para isso quasi desguarnecidos, tanto assim que na "Constança", cujo commando foi entregue ao Segundo Tenente Joaquim José Ignacio só ficaram 16 homens, portanto á mercê de um golpe de audacia do inimigo.

Em demanda da povoação seguiram, sem o menor conhecimento da localidade. A 7 de Março pela madrugada deu-se o ataque.

Emquanto os argentinos apresentavam pela frente uma valente guerrilha com a qual desde logo a nossa força entrou a tirotear e outra se fazia forte no morro da Caballada, as cinco embarcações de que despunham começaram a vomitar fogo sobre os nossos.

A decepção de Shephard foi grande, porém irremediável e por maior fatalidade succumbio logo aos primeiros tiros. Reconhecendo o commandante Eyre o erro commettido com tal aventura e temendo pelo que poderia succeder aos navios, procurou fazer a retirada o mais breve possível antes que os navios inimigos atacassem as indefezas escunas e a corveta.

Já havia, porém o inimigo flanqueado a nossa força, interpondo-se entre ella e a margem, começando a hostilizar-nos pela retaguarda.

Diz o Capitão Tenente Lucas Boiteux: "Os nossos bravos marujos batiam-se com desusado denodo; mortos de sede e de cansaço e envoltos ainda em densa nuvem de pó e de fumaça, desprendida dos campos incendiados propositalmente pelo inimigo. Faziam honra à nossa nunca desmentida bravura os marujos de Eyre, combatendo como leões embravecidos no meio daquella verdadeira atmosphera infernal. Por fim, depois de uma lucta titanica de largas horas sem esperanças de reforços, renderam-se os brasilienses, tendo perdido na refrega 41 vidas.

Emquanto isto se dava em terra, eram os nossos navios, apesar de heroica resistencia de alguns, tomados um a um, atacados pelos cinco corsarios.

Toda a expedição ficou prisioneira. Duzentos marinheiros dos 579 existentes eram estrangeiros e foram alistados nas fileiras inimigas; os demais brasilienses, foram encarcerados e mettidos nos porões dos navios.

Dos brasilienses 93 foram embarcados no brigue "Anna", que comboiado pela "Chacabuco" e pela "Itaparica", já batizada com o nome de "Ituzaigó" deveriam ser conduzidos ao Rio Salado. Ao sahirem da barra, no dia 16 de Agosto revoltaram-se os nossos, capitaneados pelo indomito Segundo Tenente Marques de Lisboa; de accordo com Guilherme Eyre assenhoraram-se do navio e fizeram rumo de Montevidéo; apesar de perseguidos, lá se apresentaram a 29, levando a triste noticia do nosso desastre.

Sabedor por Eyre o Almirante Pinto Guedes, de que na bahia de S. Blas existiam diversos navios em fabrico e entre elles a galera portugueza "Condessa da Ponte", apresada pelo corsario "Oriental-Argentino" em Novembro do anno anterior, determinou que no commando de uma divisão naval seguisse para aquelle porto, afim de destruil-os e represar a galera.

Compunha-se a divisão da Corveta "Maceió", de 18 canhões, commandante Capitão Tenente Alex Reid e brigues "Independencia ou Morte", de 14 canhões, commandado pelo Capitão Tenente "Francisco Clare" e "Caboclo" de 12 canhões, do commando do Capitão Tenente Guilherme James Inglis. Essa expedição teve fim desastroso, como a primeira, perdendo-se a "Maceió" e o brigue "Independencia ou Morte"; á custo salvou-se o "Caboclo". A's primeiras noticias dava-se o Capitão de Fragata Eyre, já promovido a este posto por decreto de 12 de Outubro, como morto. Mais tarde recebeo o Almirante, escripto pelo proprio punho de Eyre, a seguinte communicação do presidio em que se achava.

"Buenos Ayres, Novembro 29, 1827.

"Excellentissimo. — Pelo Capitão Inglis do "Caboclo" V. Ex. terá tido noticia da desgraçada perda da Corveta brasileira "Maceió" e do brigue "Independencia", tudo pela inteira ignorancia dos praticos.

"Eu tenho de testemunhar a V. Ex. a minha grande magoa pela perda que o Brazil acaba de ter debaixo do meu commando e muito mais assim havendo eu recebido este commando da pessoa de V. Ex. e apezar de eu estar persuadido que por mais bem combinada que seja qualquer expedição contra qualquer lugar ou navio, quando acontece esta ficar frustrada por alguma causa.

infeliz ou imprevista, sempre a opinião se inclina a lançar parte da censura sobre o Commandante em chefe que a ordenou: todavia no caso presente é do meu dever segurar a V. Ex. que houve toda a precaução da minha parte para que a expedição tivesse um mais feliz resultado; o que V. Ex. reconhecerá pela seguinte narração.

"O Capitão Inglis terá informado a V. Ex. de todas as occurrencias prévias á esta infeliz perda e portanto nada direi sobre ellas e só sim relatarei os particulares desta desgraça.

No dia 20 sendo bom tempo, pela primeira vez depois que estávamos na costa, e havendo toda a probabilidade de continuação do mesmo bom tempo fiz força de vela para entrar na barra de S. Braz na conformidade da sua ordem de tomar ou destruir o "Condeça da Ponte"; quando nos achávamos a sete milhas da Ponta Rubia, tanto a corveta como o brigue "*Independencia*" tocaram no banco do Colorado, mas achando-se o mar macio e havendo boa brisa felizmente nos podemos safar sem experimentar prejuizo algum o que me fez perder toda a confiança no meu pratico e portanto formei a resolução de não fazer mais tentativa alguma para entrar, mas sim de voltar para V. Ex. e portanto passei logo a fazer signal para os Capitães do "*Caboclo*" e "*Independencia*" para os informar das minhas intenções, mas elles pareceram julgar que seria mais facil entrar.

"Na sua volta de bordo a *Independencia*" fez signal de querer fallar e o Capitão Clare chegou á falla e disse que tinha a bordo um pratico que se obrigava a perder a cabeça se elle nos não levasse para dentro, e a minha resposta foi que eu reflectiria sobre o caso e que me resolveria na seguinte manhã.

"Na madrugada de 21 eu fallei e disse-lhe que como elle tinha tão excellento pratico a bordo que suspendesse e fizesse proa que eu o seguiria na sua alheta e o "*Caboclo*" tambem, antes disso havia eu chamado o meu Pratico á minha camara e lhe havia perguntado se elle se atreveria a metter os navios dentro: que eu não desejava que elle fizesse a tentativa a menos que elle se sentisse perfeitamente capaz de a desempenhar e que eu muito preferia que elle dissesse que não podia.

"A sua resposta foi que não havia o menor risco e que elle podia metter os navios dentro sem o menor perigo: á vista disto bordejei; pouco depois, fiz signal para os navios se prepararem a fundear e pouco depois para dar fundo, o que nós fizemos em quatro braços d'agua.

"Fiz então signal para que o bote da *Independencia* viesse receber o meu Pratico para ir deitar uma boia ao Sul e pelo meio do baixo para depois entrar elle no canal para nos fazer signal para seguir ou bombordo, ou a estibordo ou de se fundear no caso de elle achar pouca agua.

"A baleeira foi a bordo do *Caboclo* e depois veio a meu bordo com os Capitães de ambos os Brigues para representar sobre a demora.

"Eu lhes disse que, eu não arriscaria a passagem até que estivessem postas as boias, depois do que me faria de vela.

"Despachei logo o meu Pratico na baleeira e mandei os Capitães para bordo dos seus navios em um dos meus botes pequenos; suspendi e naveguei com a proa para a Baleeira que já a este tempo tinha o signal em cima e tinha posto a sua boia depressa; nos fomos achando em pouca agua; quando a *Independencia* tocou estavamos em tres braços e na distancia de dois terços de cabo de estibordo daquelle Brigue mas alliviando para o vento sobre estibordo nós tambem toquemos; o bote com o pratico achava-se a uma milha e meia de distancia; elle tinha passado por cima do banco todo sem fazer sonda alguma e deitou a boia do outro lado do mesmo banco em seis braços d'agua.

"Immediatamente deitei fora o ferro para rebocar e espiar e quando estava a pique os oveins arreventaram.

"A isto mandei a lancha a bordo do *Caboclo* buscar o ferro pequeno e fui lá pessoalmente e intimei o Capitão Inglis que por fôrma nenhuma arriscasse o *Caboclo* e que se safasse mais para fóra em mais agua, visto que a maré não tardava a principiari a vasar.

"Passei depois para bordo da *Independencia* rever o estado em que ella estava.

"No tempo que cheguei a bordo da Corveta, a lancha tinha voltado com o ferro de espiar do *Caboclo*, tirei-o logo, mas a maré tendo vasado não havia possibilidade alguma de levantar sobre os escoveins até a proxima preamar; e eu sabia que se viesse mais vento ambas as embarcações tinham inevitavelmente de se perderem.

"Pelo que mandei chamar o Capitão da *Independencia* e lhe dei ordem para destruir a sua embarcação e para mandar a sua tripulação para bordo do *Caboclo*; a este momento fallou-se de bordo da *Independencia* para me dar parte que ella estava enchendo-se de agua e fazendo-se em pedaços.

"O Capitão Clare voltou ao seu navio; depois vi ambos os botes da *Independencia* cheios d'agua e andando para o lado do mar.

"Então embarquei-me em um bote pequeno e encontrei a minha lancha na qual me metti e fui para debaixo da poupa da *Independencia* afim de salvar o resto da equipagem e não tendo Official a bordo capaz de mandar em meu lugar e sabendo que a salvação da minha gente dependia inteiramente da conservação dos botes levei o Capitão Clare, seus Officiaes e quatorze homens de manobra e trouxe-os para a bordo da *Macció* julgando que seriam de grande utilidade para manter ordem a meu bordo e conservar a minha gente em seu juizo; mas poucos minutos depois que elles tinham estado a meu bordo o Capitão Clare com o resto dos seus Officiaes requereu que lhe fosse permittido de voltar para bordo do *Caboclo*, dizendo que me não podiam ser de utilidade alguma a bordo da Corveta.

"Eu disse-lhes que fossem e dei-lhes o cuter do navio mandando nelle ao mesmo tempo todos os Officiaes civis da Corveta.

"No bote do *Caboclo* mandei quantos braços inuteis eu tinha a bordo e que coubessem no bote; este bote nunca mais voltou. O melhor Cuter voltou mas desertou logo depois para o "Condeça da Ponte".

"Achei-me nesta circumstancia só com o bote pequeno e com a lancha, vento fraco de terra, o navio batendo muito em quanto que as ondas encostavam o navio á praia e as ondas o iam cobrindo.

"Eu tinha tres ancoras promptas para o caso em que a embarcação naddasse como unico expediente para a salvar.

"Pelas dez horas e meia mandei o pratico no bote pequeno para sondar entre nós e a praia; e no caso de não haver agua para o navio nadar era minha intenção procurar fazer jangadas a bordo para salvar a vida da gente da qual a maior parte a este tempo se achava perfeitamente embriagada apesar de todas as precauções que tinha tomado para o impedir.

"Pouco antes das onze desci para a camara para tomar algum refresco achando-me mui cansado e então ouvi rachar-se o cadastre e ficava sendo claro que não tardava a desmanchar-se.

"Immediatamente subi á tolda para ver se o Piloto voltava a achei que elle nem se quer tinha ido e que estava pela pópa fóra, preso a um cabo.

"Perguntei-lhe se elle tinha sondado, elle respondeu-me que sim a barlavento e que havia agua bastante, mas elle não sabia se havia fundo entre nós e a terra pelo que lhe ordenei que encostasse ao navio para eu ir com elle, mas quando eu estava embarcado elle saltou para fóra e a força das ondas empurrou o bote a alguma distancia do navio; elle estava cheio de agua, depois de esgotar fallei para o navio e disse ao Sr. Bernardino immediato

do navio que tivesse o Piloto prompto para elle embarcar quando eu encostasse, mas quando eu assim fiz tornou-se o bote a encher d'agua. Passando eu a bombordo chamei o bote que via pela nossa pópa para que nos viesse tomar.

"Julguei ser algum bote do "Caboclo" mas achei que era a Lancha que tinha desertado do navio cheia de soldados.

"Alcancei-a e tratei de me encostar, mas achei que descahiamos a cada momento em virtude da corrente forte que nos encostava ao Norte.

"Eu fallei-lhes e lhes disse que arriassem uma boia para mim, elles responderam-me que o navio se achava cheio de agua; eu não tinha pois alternativa alguma senão conservar a prôa da Lancha virada para as ondas durante toda a noite e no dia subsequente á 1 hora da tarde cheguei a bordo do "Condessa da Ponte". Soprava então o vento muito forte para se poder mandar auxilio algum á Corveta, mas pela noite adiante andaram dois botes que salvaram perto de trinta homens — outros escaparam nas pranchas do navio já com a luz do dia. — Em tudo se salvaram 83 pessoas.

"O "Independencia" fez-se em pedaços ás 9 horas da noite de 21 e a "Maceió" partio-se em duas metades na noite de 22.

"Depois de termos desembarcado removeram-nos para Patagonia, e poucos dias depois o Capitão Reid e eu fomos mandados a bordo da Escuna "Constança" e trazidos para aqui aonde fomos postos na cadeia publica junto com ladrões e matadores.

"Depois de 6 dias de prisão neste lugar propôz-se-nos dar nossa palavra de honra, no que não tive alternativa nenhuma senão accitar pois que para me servir das proprias expressões do Almirante Brown eu seria retido no mesmo lugar e vigiado com muito maior aperto caso eu recusasse a sua proposta.

"Acabei de dar a V. Ex. o mais fiel detalhe da perda da "Maceió" e do "Independencia", e julgo ser o dever que tenho com o serviço de informar a V. Ex. que o Capitão Inglis salvou o seu navio com toda a capacidade maritima e que a sua conducta como homem de mar e Official durante o nosso cruseiro me deu a maior satisfação.

"Com a conducta do Capitão Clare ao mesmo tempo tive toda a razão de estar satisfeito.

"Não posso todavia deixar de testemunhar sentimento pela confiança que elle tinha do seu Pratico que o induzio a insistir demasiadamente para que entrassemos na Bahia e bem assim que me tivesse depois deixado quando elle devera ter visto que nenhum Official tinha commigo capaz de me dar algum auxilio na desgraçada situação em que eu me via.

"Do Capitão Reid da "Maceió" tenho grande motivo de queixa; todavia eu me limitarei a relatar a V. Ex. que muito poucos dias depois que sahimos de Montevideo julguei ser do meu dever prendel-o em Nome de Sua Magestade por sua conducta insubordinada e voluntaria negligencia de ordens pelas quaes elle se mostrou totalmente incapaz do commando que se lhe confiou.

"A sua perfeita incapacidade para fazer cousa alguma a bem da salvação do navio ou das pessoas a bordo delle só de per si me induzio a ficar em vez de ir a bordo do "Caboclo".

"V. Ex. deve estar certo que eu nada tinha a esperar dos Patagões e que se eu tivera desembarcado sem achar por fortuna minha o "Condeça da Ponte" não pode haver a menor duvida que eu teria sido assassinado immediatamente.

"Concluindo pois, ainda espero que apezar do meu infortunio V. Ex. me fará justiça e que nada terei perdido na estimação de V. Ex. que eu tanto apreço.

"Tenho a honra de ser de V. Ex., etc. — *Guilherme Eyre*, Capitão de Fragata. — A. S. Ex. o Sr. Barão do Rio da Prata, etc..

"Relação nominal dos Officiaes, tropa, e marinhagem, pertencente á guarnição da Corveta "Maceió", que vieram de passagem no Bergantim "Caboclo".

Armada Imperial — 2.º Tenente Joaquim Marques Lisboa.

Imperial brigada. — 1.º Tenente Theotonio da Silva.

Cirurgião. — 2.º. Cirurgião de Navio Manoel José de Queiroga.

Fazenda. — Commissario João Antonio de Amorim, Escrivão José da Cunha Coutinho.

2.º batalhão de artilharia da marinha. — Anspeçada Candido Alexandrino. — Soldados, Loduvino dos Santos, Manoel da Purificação, Domingos José Francisco, José Corrêa de Lima, Joaquim Antonio Primeiro, João Rodrigues, Manoel José Simões.

Marinhagem. — 1.ª marinhheiros, José Antonio Rodrigues, George William, William Gould, Robert Brnon — Grumetes, José Fernandes, Manoel da Silva, Ignacio Xavier. — Creados, Leandro Antonio, Francisco José, Manoel Barbosa.

"Bordo do referido, surto á vista de Montevidéo, 28 de Outubro de 1827. — *Joaquim Marques Lisboa*, 2.º Tenente".

Tendo communicado ao Ministro da Marinha taes desastres o nosso Almirante, ás justas referencias sobre o desempenho respondeo:

Ilm. e Exm. Sr. — Com razão diz V. Ex. no Aviso de 3 do corrente, que Sua Magestade Imperial ficára summamente penalizado, notando á fatal infelicidade, com que se haviam mollogrado quantas expedições eu tenho emprendido, e confiado ao mando de outrem.

Desses successos só posso ser encrepado, ou por não ter ido nas expedições, ou por tê-las mandado sem motivo justo ou conveniente.

Antes dos acontecimentos, ninguém diria que eu devesse deixar a Esquadra e o serviço mais importante della para ir commandar as Escunas no Uruguay, duas corvetas e duas escunas ou uma Corveta e dois Brigues á Bahia de S. Braz. Suppor d'ante mão esta necessidade, seria ideia annexa á de commandar só marinhheiros mãos com patente de grandes graduações; e a maior parte por escolha em paizes estrangeiros. Vejamos a segunda parte, e só por ella deverei ser arguido.

Cartas do Visconde da Laguna e do Barão da Villa Bella exigindo a ida das pequenas embarcações ao Uruguay estão em meu poder. Recusações de ambas ás minhas exigências de tropa, quer para melhor armar as embarcações pedidas, quer para guarnecer a Ilha de Martin Garcia estão em meu poder. Da recusação de se me restituir a tropa tirada da Ilha, em que se me diz serem apenas cento e vinte e tantos homens; instancias minhas contentando-me com esses que sendo ali força sufficiente para impedir que os inimigos lá fossem, era de pouca importancia onde havia mais de mil; mas que nem assim o consegui; tenho documentos.

Ficam expostas as circumstancias da expedição do Uruguay; mandei uma força superior á dos inimigos, e commandada a Divisão pelo valoroso e honradissimo Capitão de Fragata Jacintho Roque de Senna Pereira; os inimigos aproveitando-se da nossa inacção foram tomar e guarnecer a Ilha, e metteram ao abrigo das baterias as suas embarcações.

Para as metter entre duas Divisões mandei Mariath com a Corveta "Maceió", os Brigues "Caboclo" e "Rio da Prata", a Escuna "Maria Thereza" (de 7 canhões por banda) e as Escunas "Providencia" e "Dous de Dezembro"; o pratico da "Maceió" offereceu-se a entrar com a Corveta pelo canal do Inferno, do lado opposto ás baterias, o que equivalia a entrarem todas as outras que demandavam menos agua; porém Mariath não passou; e o resultado é tão sabido como vergonhoso o motivo.

Entrará aqui culpa minha, á vista de todo este processo? Pois, as provas estão promptas.

"De Buenos Ayres veio-me certeza de estar a Corveta "Chacabuco" em querena, com a artilharia em terra, e que apenas havia alli um pequeno Corsario. O Capitão de Fragata Sheperd foi escolhido para ir a essa expedição, como bom Official; (e o era como Commandante de navio); levou os melhores Praticos que o Presidente informou como taes, dei-lhe duas Corvetas e duas Escunas de força; homens escolhidos para desembarque para tomarem e destruirerem a bateria da entrada, e poderem retirar-se a salvo, depois de queimarem a "Chacabuco", e tirarem ou queimarem as embarcações mercantes.

Eyre desembarcou, tomou a bateria, encravou as peças e queimou as carretas; porém Sheperd em lugar de ir para as tres embarcações que ainda tinhamos por ter perdido a Corveta "Duqueza de Goyaz" na barra, desembarcou e quiz ir á povoação; mataram-o antes de lá chegar, e como se distanciaram, quando quizeram recolher-se a bordo, acharam entre si e praia o pasto todo a arder, e viram-se obrigados a renderem-se prisioneiros.

"Este successo poz os do mar em tal estado que a "Itaparica" nem se defendeu: o Tenente Pecurario deu-se por doente, por uma leve ferida em um braço, recebida na entrada, e Carter que o substituiu, ficou espectador.

"Poutier valente como as armas, defendeu-se enquanto pôde; e se não quebrasse o rodizio da peça, não o tomariam; nem tambem se o soccorre a Escuna "Constança", onde Sheperd tinha posto o 2.º Tenente Joaquim José Ignacio, em lugar de Joaquim Marques Lisboa, que a commandou sempre bem.

"Se Sheperd cumprisse as instrucções que lhe dei, e cuidasse das operações do mar, em vez de ir á povoação, por ventura com sentido de lhe dar saque, a expedição tinha bom resultado, apezar da perda da Corveta: fez o que não devia, e tudo se perdeu.

"Quem dirá que a expedição não foi bem mandada, ou que não devia ir? Fogem 90 pessoas do Rio Negro, entre ellas vem Eyre, que me deu certeza de estarem os inimigos armando o navio "Condessa da Ponte" na Bahia de S. Braz, onde poderia estar mais um Brigue, que haviam tomado aos inglezes.

"Foi Eyre a terra informar-se dos melhores Praticos, trouxe os nomes, solicitei pelo Presidente o seu embarque, deixei passar o equinocio (fiz demorar a expedição para o Sul até 28 de Setembro, nada me esqueceu, mas nem tudo bastou) mandei uma Corveta, e dois Brigues, além dos Praticos levava optima carta, a barra tem ordinariamente de 5 a 6 braças d'agua, e a bahia de 15 a 18; dei ordem a Eyre (está vivo não ha de negal-o que desconfiasse dos Praticos, (sei agora que um delles até tem a familia na Patagonia: e são Montevideanos!) ou de máo exito por qualquer motivo, se retirasse a Montevideo: o resultado é já sabido.

"Que fatalidade! Ou melhor direi que desgraça commandar mãos pilotos e contramestres! Isto é que é uma verdade; porque esta expedição só dependia de conhecimentos de homem do mar. Todavia, os Commandantes que tenho actualmente tem a melhor qualidade para o serviço dentro do Rio da Prata: são valorosos, os inimigos já os reconhecem como taes, e não se lhes atrevem como tão facilmente em outro tempo: á força de escolha, cheguei ao acerto: porém ignoram o que é ser Official de Marinha de guerra; porque nunca tiveram tal escola: os estrangeiros eram do commercio, e os nossos não tem servido senão em navios separados, ou nesta Esquadra sempre dividida.

"Em Esquadra regular nenhum destes que conheço saberá executar a mais simples evolução: todavia estas reflexões não induzem a suppôr que dahi venha o máo resultado das expedições, a não entrar a falta de cumprimento das ordens nas duas ultimas: a primeira é de natureza mais vergonhosa, como constará pelos meus officios de então.

"Quem seria capaz de me defender bem se fosse accusado por não mandar alguma das tres expedições referidas! Não obstante estou prompto a confessar, e confesso, o que talvez ninguém ignore, que estou velho, que me faltas as forças e energia necessarias (e por ventura também conhecimentos sufficientes) para o bom desempenho de commissão de tamanha importancia.

"Bordo da Fragata "Principe Imperial", 23 de Dezembro de 1827. — Illm. e Exm. Sr. Diogo Jorge de Brito. — *Barão do Rio da Prata*".

"Illm. e Exm. Sr. — Lendo no Aviso que V. Ex. me dirigio em data de 3 do corrente, pois não permite o nosso estado que tenhamos mais perda, sem occasionar damno maior, *ao menos igual ao Inimigo*, farei algumas reflexões, que V. Ex. levará á soberana presença de Sua Magestade o Imperador, em contraposição á crença de não terem os inimigos sofrido prejuizos, quando são grandes os que tem tido, uns pelo tempo e outros por combates.

"Desde que eu cheguei ao Rio da Prata foi a força maritima dos inimigos, — a Fragata "Izabel" de 62 portas; as Corveta "Vinte e Cinco de Maio" de 32 peças, a "Independencia" de 28 e a Chacabuco" de 20 em bateria e uma em rodizio, e os Brigues "Independencia" de 24 peças, o "Republica" de 18 e o "Congresso" de 20. Nenhuma destas já tem o Governo de Buenos Ayres; á excepção da "Chacabuco" encalhada, sem poder sofrer concerto. Além destas perderam a Escuna "Rios" e duas Canhoneiras, e queimelhe na Bahía de S. Barombom o Brigue "Ururáu", a Galera "Santista", uma Sumaca, ou Brigue-Escuna, armado em corsario, que vinha defender as presas, o Brigue armado que o "Congresso" levava; e perderam depois de tomadas um quasi sem numero de presas, retomadas umas e queimadas outras.

"Mas sem metter estas em conta, fazendo-a só da perda das embarcações propriamente do Governo, ainda sem metter em linha de conta que qualquer perda para os inimigos é-lhes mais sensível que ao Brazil, o resultado será bem contra elles.

"Pois nem José Clemente, nem Cunha Mattos mostraram que alguma das referidas 10 embarcações, que os inimigos perderam desde Maio do anno passado até agora tinham sido brasileiras; não obstante affirmarem na Camara dos Deputados, que os inimigos tinham formado a sua Marinha da nossa, tendo antes disso só duas barcas velhas: que neguem o que deixo dito.

"Bordo da Fragata "Principe Imperial", 27 de Dezembro de 1827. — Illm. e Exm. Sr. Diogo Jorge de Brito. — *Barão do Rio da Prata*".

"Conforme a positiva recommendação de V. Ex. levei com especialidade ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador as reflexões mencionadas em seu officio n. 302, e o Mesmo Augusto Senhor me ordena certifique a V. Ex. que as expressões — pois não permite o nosso estado que tenhamos mais perda, sem occasionar damno maior ao menos igual ao Inimigo — lançados no Aviso de 3 de Dezembro ultimo nada tem de offensivos a V. Ex. e tão sómente se relativam ás expedições da Patagonia e Uruguay, em que nós perdemos tudo, e os inimigos quasi nada; mesmo na comparação em geral de reciprocos prejuizos navaes, ainda mal, que a balança está muito contra nós, porquanto a perda do Inimigo durante a presente guerra, segundo as reflexões de V. Ex. monta em 1 Fragata, 3 Corvetas, 3 Brigues, 1 Escuna e 2 Canhoneiras; e a nossa é, Fragata "Paula", Corvetas "Itaparica", "Diqueza de Goyaz", "Maceió", "Maria da Gloria", (que também como a "Chacabuco" incapaz de navegar) e "Gentil Americana", Brigues "Independencia ou Morte" e "Cacique", Brigue Escuna "Januaria", Escunas "Escudera", "Bertioga", "Paulistana", "Oriental", "Constança", e outras pequenas embarcações.

"Sua Magestade Imperial está firmemente capacitado que na guerra, as operações mais bem combinadas falham, por objectos puramente de detalhe, impossiveis de se prevenirem.

"Ultimamente, Sua Magestade Imperial não fundamentou o seu juízo em aerios, e vagos ditos de Clementes, nem Cunha Mattos, mas sim Faz a devida justiça e muito Aprecia o talento, saber e serviços de V. Ex.

"Deus Guarde a V. Ex.

"Palacio do Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 1828. — *Diogo Jorge de Brito*".

Remettido preso para Buenos Ayres foi recolhido a uma prisão entre vagabundos e assassinos. Sendo trocado por outro prisioneiro, sahio de Buenos Ayres em 14 de Junho de 1828 e apresentou-se quatro dias depois em Montevideo. No dia 22 desse mez, assumio o commando da fragata "Nitherohy", por ordem do Almirante Barão do Rio da Prata.

Pouco tinha a fazer a nossa esquadra bloqueadora, pois sómente corsarios esses mesmos em numero reduzido, se aventuravam a romper a muralha oposta em frente a Buenos Ayres. No dia 12 de Julho de 1828, haviam partido para o Rio de Janeiro os plenipotenciarios argentinos encarregados de negociar a paz, á instancias do Ministro inglez. A 27 de Agosto era assignada a convenção preliminar que deveria terminar a campanha; ratificada pelo Imperador em 30 do mesmo mez, o foi pelo Governador das Provincias Unidas, D. Manoel Dorrego em 29 de Setembro.

A esquadra nacional fundeada em frente de Buenos Ayres, cuja capitanea era a "Nitherohy", respondeo a salva de 21 tiros dada á nossa bandeira pela "Sarandi".

Da "Nitherohy" passou o Capitão de Fragata Guilherme Eyre para o commando da corveta "Liberal" em 4 de Setembro e em 30 do mesmo mez para a fragata "Ipiranga", em cujo navio regressou ao Rio de Janeiro, desembarcando em 27 de Outubro de 1828. Tendo regressado da Europa a fragata "Izabel", assumio o seu commando por nomeação de 16 de Novembro de 1829.

Occupado D. Pedro I com o esbulho que fizera seu irmão D. Miguel, á D. Maria da Gloria, do throno de Portugal, para garantir sua filha teve que mandar navios á Europa.

Não correndo bem os negocios em Portugal fez o Imperador sahir a fragata "Izabel" para a Inglaterra, levando o Marquez de Maceió, em missão especial. Depois de 50 dias de viagem, tendo encontrado a esquadra portugueza a bloquear a ilha Terceira, nos Açores, baluarte dos partidarios de D. Pedro.

Em seu regresso acompanhou a "Izabel" a fragata nacional "Imperatriz" que conduzia a segunda imperatriz do Brasil e a rainha de Portugal que não pudera tomar assento no throno de seu pae. A 16 de Outubro chegava ao Rio de Janeiro.

Coube ao Capitão de Fragata Guilherme Eyre, a commenda da Ordem Civil e Militar de Rosa creada por D. Pedro I, por decreto de 17 de Outubro de 1823, para perpetuar a memoria de seu consorcio.

Em 3 de Junho de 1830 desembarcou o Capitão de Fragata Guilherme Eyre, da fragata "Izabel".

No commando da corveta "D. Amelia", se achava por nomeação de 3 de Março de 1831, quando deu-se a abdicação de D. Pedro I a 7 de Abril e recolheu-se a bordo da não ingleza "Warspite", donde depois se transportou para a fragata franceza "Volage". No dia 13 seguiu para a Europa comboiada por outra da mesma nacionalidade "La Seyne".

Teve ordem o Capitão de Fragata Guilherme Eyre, de na sua corveta seguir taes navios até que deixassem as aguas brasileiras. Seu navio de muito menor porte, sem as qualidades nauticas daquelles, por mais força de vela que fizesse para acompanhar-as tornavam-se os esforços infructiferos e por isso

perdeu-os de vista. No fim de cinco dias regressou. Não o perdoaram os odios políticos e por isso foi preso e mandado a responder em Conselho de guerra pelo não cumprimento da comissão que lhe fôra ordenado. Condemnado a pena de não commandar por um anno e outro tanto tempo em não entrar em promoção foi a sentença.

Desgostoso, pediu licença de 18 mezes para ir a Inglaterra a qual lhe foi dada por aviso de 5 de Maio de 1823. Apresentou-se em 25 de Novembro de 1833.

No Pará imperava a anarchia devido as revoltas de Malcher e Vinagre. Em 3 de Abril de 1835 foi nomeado para assumir o commando da corveta "Defensora" ali estacionada, o que se deu em 19 de Junho, fazendo parte da divisão naval ao mando do chefe João Taylor, nomeado commandante das forças navaes em operações contra os rebeldes.

No dia seguinte assumio o da fragata "Imperatriz" capitanea.

Ao atacarem os *cabanos*, assim denominados os revolucionarios paraenses a capital da provincia, no dia 14 de Agosto de 1835, de bordo da fragata "Imperatriz" saltaram 30 praças, sob o commando do Capitão de Fragata Guilherme Eyre, e reunidas á gente do Capitão de Fragata Jorge Mawson, a 100 voluntarios e a alguns soldados de linha, marchou a enfrental-os pela estrada de Nazareth.

Apezar de nutrido fogo dos legalistas, apoderaram-se os rebeldes de uma parte da cidade e entrincheiraram-se em diversas casas.

Durante sete dias continuou a lucta sem decidida vantagem para qualquer dos lados. No dia 22 de Agosto, em reunião effectuada em palacio, e presentes os officiaes mais graduados do exercito e da armada, foi decidido o abandono da cidade, recolhendo-se autoridades e familias á bordo dos navios, pelas principaes razões de que se haviam armado cerca de 500 voluntarios, mas que não appareciam, e, a despeito das ordens, fugiam para o mar em montarias e canoas, levando o armamento; que apezar de encorajados pelos chefes taes voluntarios, não para entrar em fogo, mas para sustentarem os pontos tomados, apezar de commandados por officiaes de marinha e tropa, assim mesmo os desamparavam, de maneira que durante nove dias se esteve na alternativa de ganhar e perder posições; que as corvetas estrangeiras, uma portugueza e outra ingleza, que haviam desembarcado tropas para defesa de seus nacionaes, presenciando o escandalo e cobarde procedimento de taes voluntarios, tinham sustado o desembarque de suas forças, não devendo sacrificar-as enquanto aos proprios nacionaes não importava o estado da cidade.

Sentindo-se doente, desembarcou o Capitão de Fragata Eyre, no Pará em 16 de Setembro, apresentando-se no Rio de Janeiro em 26 de Dezembro daquelle anno. Mandado submeter a Conselho de guerra por aviso de 17 de Fevereiro de 1836, por ter deixado o commando do navio, foi por falta de provas absolvido em 8 de Junho de 1836, sendo julgada illibada a sua conducta militar.

Estacionado em Santa Catharina, devido aos successos que se davam no Rio Grande do Sul estava o brigue barca "Sete de Setembro" por aviso de 14 de Junho de 1873, n'elle seguio para o Rio Grande.

Promovido a Capitão de Mar e Guerra por Decreto de 7 de Setembro de 1837, contando porém, antiguidade de 22 de Outubro de 1836, em virtude do aviso de 21 de Novembro. Para tratar de sua saude fôra da Capital, obteve seis mezes de licença por aviso de 22 de Outubro de 1838. Continuando porém doente obteve prorrogação dessa licença por mais um anno. Em vista porem dos successos revolucionarios que traziam em aperturas o Governo, necessi-

tado de elementos militares para dominal-os, apresentou-se em 6 de Dezembro de 1839, desistindo do resto da licença em que se achava.

Em consequencia da reforma por que passou a marinha com a reorganização dos quadros, passou para a Segunda Classe, até que por Decreto de 16 de Março de 1847 foi promovido a Chefe de Divisão Graduado.

Não resistio muito mais o organismo do propecto official que tantos serviços nos prestou, mas tão pouco aquilatados pelo meio politico que na occasião predominava. No Hospital de Marinha do Rio de Janeiro expirou a 13 de Novembro de 1850.

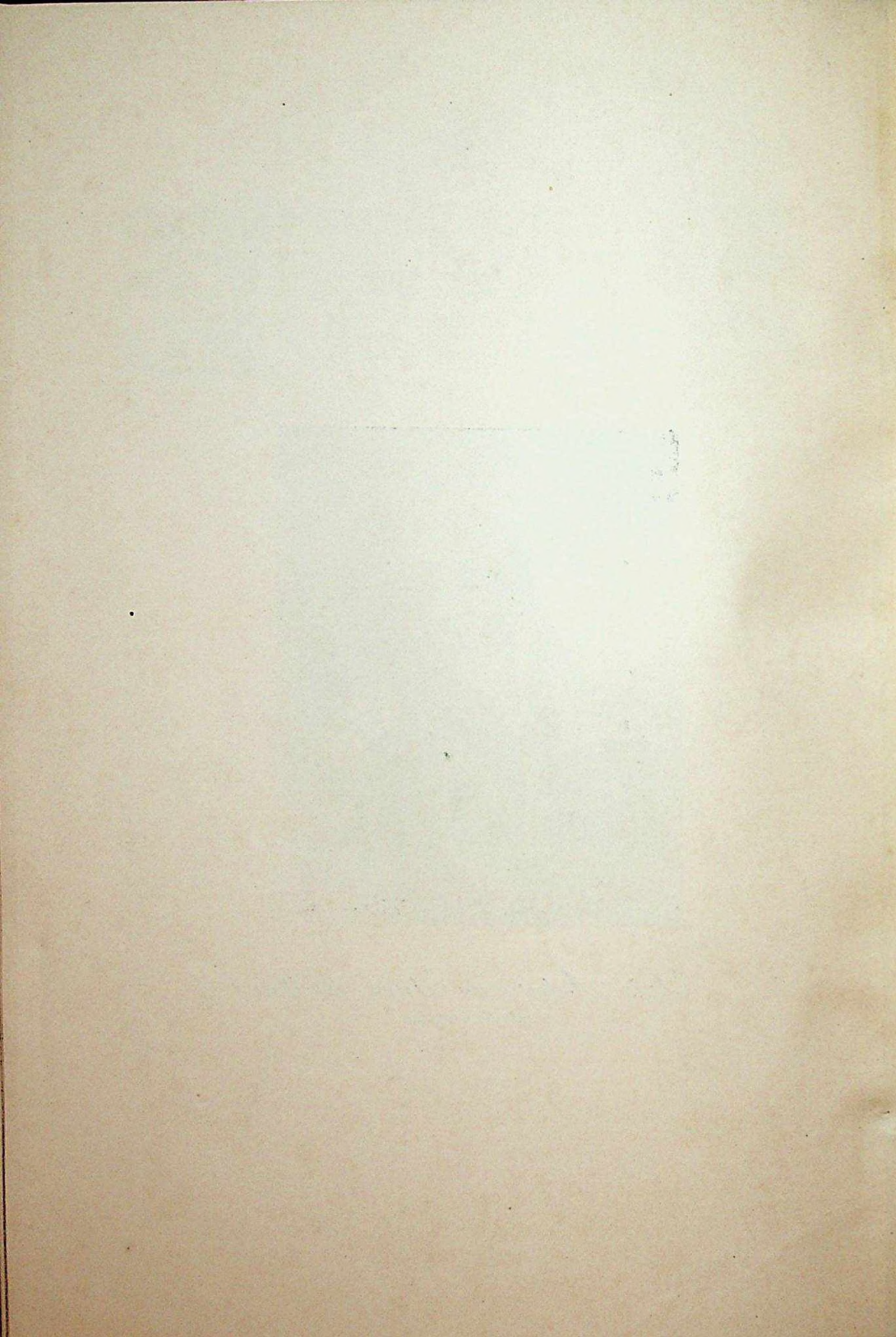
tado de elementos militares para dominal-os, apresentou-se em 6 de Dezembro de 1839, desistindo do resto da licença em que se achava.

Em consequencia da reforma por que passou a marinha com a reorganização dos quadros, passou para a Segunda Classe, até que por Decreto de 16 de Março de 1847 foi promovido a Chefe de Divisão Graduado.

Não resistio muito mais o organismo do provecto official que tantos serviços nos prestou, mas tão pouco aquilatados pelo meio politico que na occasião predominava. No Hospital de Marinha do Rio de Janeiro expirou a 13 de Novembro de 1850.



Luiz Antonio da Silva Beltrão
Chefe de Esquadra



Luiz Antonio da Silva Beltrão

Chefe de Divisão Graduado

Filho de Antonio Luiz da Silva Beltrão e D. Anna Thereza de Jesus, nasceu no Rio de Janeiro em 9 de Março de 1791. Falleceu em 31 de Julho de 1858.

Em Portugal para onde havia seguido afim de cursar a Academia de Marinha, obtivera a carta de Piloto Geral e já feito na vida do mar, á chamado dos filhos do paiz para que se congressam em torno do novo pendão que se arvorava na America do Sul, fazendo do Brasil uma nação, acudio pressuroso Luiz Antonio da Silva Beltrão, pedindo lugar entre concidadãos, deixando os liames materiaes que o prendiam a ex-metropole.

No posto de Segundo Tenente, por Decreto de 9 de Julho de 1823, foi admittido ao serviço da Armada e logo depois mandado embarcar no brigue *Cacique*.

Expulsas as tropas portuguezas do norte do Brasil, aferrados continuavam no extremo sul, na Provincia Cisplatina, onde D. Alvaro commandante d'ellas, a pretexto que aquelle territorio era conquista portugueza, não querendo entregar-o ao Brasil, entrou em relações com o governo das Provincias Unidas do Prata para esse fim. Esperava D. Alvaro o surto de sua solercia: deu-se a scisão entre os membros do Cabildo de Montevidéo, o que antes, quasi por unanimidade havia acceito a incorporação ao Brasil.

Para apertar, por mar, o cerco que mantinham nossas tropas ás portuguezas, partio para o Rio da Prata, a 12 de Agosto de 1823 uma divisão naval composta da corveta "*Liberal*" de 14 canhões, brigues "*Cacique*", "*Guarany*" e escunas "*Leopoldina*" e "*Sete de Fevereiro*".

D. Alvaro, por felonia, aproveitando-se da incuria demonstrada pelo brigadeiro Lecôr e vice almirante Rodrigo Lobo, que haviam adherido á nossa causa, organisou uma força naval com os transportes antes enviados áquellas autoridades para o transporte das tropas portuguezas, e com ella pretendeo fazer levantar o bloqueio que mantinhamos ao porto de Montevidéo, onde se achavam suas tropas encerradas.

No dia 21 de Outubro, seus navios: corveta "*Conde de Arcos*" de 26 canhões, "*General Lecôr*" de 16: brigue "*Liguri*" de 16 e escuna "*Maria Thereza*" de 14 canhões, largaram do porto com o fito de bater a nossa esquadilha de bloqueio, sob ás ordens do Capitão de Mar e Guerra Pedro Nunes, composta então dos navios citados e mais do brigue "*Real Pedro*" de 14 canhões e escuna "*Cossaka*" de 1 rodizio.

O brilhante combate que se travou, fazendo com que se recolhessem ao porto os navios luzitanos, levando á bordo seis mortos e dezoito feridos, fez com que D. Alvaro de Macedo se decidisse de vez a retirar-se com suas tropas para Lisboa.

Do brigue "Cacique", passou em 20 de Fevereiro de 1824 o Segundo Tenente Silva Beltrão para a escuna "Leopoldina" e nesse navio com o "Cacique" "Guarany" e "Rio da Prata", escoltou até o porto do Rio de Janeiro os nove navios mercantes em os quaes se embarcara a 8 de Março de 1826, a importuna Divisão de Voluntarios Reaes d'El Rei em caminho da Europa. Chegado que foi ao Rio de Janeiro, desembarcou a 22 de Abril. Em 11 de Julho foi nomeado para commandar a barca "Guaratiba", que fazia o serviço de vigia do porto. Em 10 de Dezembro passou ao commando da escuna "Providencia".

Promovido ao posto de Primeiro Tenente por Decreto de 9 de Agosto de 1824, no commando da escuna continuou até 7 de Fevereiro de 1825 quando, devido aos seus estudos especiaes e interessado o nosso governo em dotar os nossos arsenaes de melhoramentos outros que os não existentes, por Decreto de 25 do mesmo mez foi nomeado para ir a Europa visitar os estabelecimentos navaes e delles apresentar circumstanciados relatorios, tendo para isso os vencimentos de commandante de navio de guerra.

Este digno official logo ao entrar para a Marinha, teve alto gesto de patriotismo, declarando que contribuiria com meio soldo para os gastos da Nação até que fosse reconhecida a nossa independencia.

Na Europa, deu cabal desempenho a sua commissão não só visitando como estudando o desenvolvimento das construcções navaes, do que apresentou substancioso relatorio.

Por portaria de 3 de Junho de 1826 se communicou não dever este official continuar a contribuição de meio soldo, que graciosamente offertára e fôra acceita, até que se reconhecesse a independencia do Imperio.

De regresso da Europa apresentou-se em 23 de Outubro de 1828 tendo antes por portaria de 1 de Setembro, sido nomeado para uma commissão de serviço nacional em Montevidéo, referente ao transporte do material do arsenal ali montado para reparos de nossos navios, durante a guerra que vinha de terminar.

Promovido a Capitão Tenente por Decreto de 2 de Dezembro de 1828 teve embarque na fragata "D. Francisca", por aviso de 24 de Dezembro desse mesmo anno; como instructor fez viagem de instrucção com os guardas marinhas e desembarcou em 20 de Fevereiro do anno seguinte.

Seus meritos scientificos o punham em destaque, por essa razão foi, por aviso de 8 de Outubro de 1829, nomeado para ir examinar os observatorios de Paris e Brest e varios estabelecimentos de marinha.

Os factos que se desenvolviam em nosso paiz, onde as mudanças successivas de ministerios faziam com que não tivesse a administração uma sequencia natural, fizeram com que se prolongasse a commissão em que se achava o Capitão Tenente Beltrão.

Não sendo attendida a ordem que lhe foi remetida em 11 de Dezembro de 1830, mandou-se sustar por aviso de 23 de Novembro as vantagens que percebia por motivo da commissão em que se achava, visto haver excedido o praso que se lhe marcára.

Desse serviço apresentou relatorio que se encontra, bem como o anterior na Bibliotheca da Marinha.

Apresentou-se em 17 de Dezembro de 1832.

Nomeado para commandar o brigue "Imperial Pedro" por aviso de 22 de Maio de 1833, seguiu n'elle para a Bahia, onde se conservou, até que por aviso de 3 de Dezembro, lhe foi ordenado e se recolhesse ao Rio de Janeiro para responder em conselho de guerra por queixas contra elle feitas pelo Intendente de Marinha d'aquella provincia. Em 1 de Fevereiro de 1834 desembarcou e apresentou-se no Rio de Janeiro em 22 do mesmo mez.

Submettido a conselho em 7 de Março, foi condemnado a um mez de prisão a bordo de um navio de guerra o que se deu á bordo da não "Pedro |".

Por nomeação de 3 de Novembro de 1834 tomou a direcção dos trabalhos do dique da Ilha das Cobras, obra essa projectada em 1824 pelo ministro Francisco Villela Barbosa, depois marquez de Paranaguá. Iniciado no mesmo anno, com os presidiarios, em 1830 já se achava com 300 pés de comprimento e 60 de profundidade. Tres annos depois pararam completamente as obras. Coube então ao Capitão Tenente Beltrão continual-as, depois de ter demonstrado a sua extrema necessidade.

A mudança do ministerio fez com que novamente fossem paradas as obras que assim estiveram até 1846 e de novo continuadas até 1854. Só em 1861 é que foi inaugurado, depois do contracto feito em 1857 com o engenheiro Henrique Law, por 75.000 libras.

Nomeado inspector do Arsenal de Marinha do Pará por Decreto de 2 de Abril de 1835 para aquella provincia seguiu. Em vista do estado de anarchia em que se achava a provincia e por terem os revolucionarios se apossado da capital, pediu e obteve dispensa do commissão o que lhe foi concedida por Decreto de 7 de Novembro de 1836. Por ordem do presidente da Provincia embarcou na corveta "Regeneração" em 24 de Abril de 1837, della desembarcando por desarmamento no Rio de Janeiro em 5 de Setembro. Embora embarcado nesse navio, por nomeação de 1 de Julho de 1837, fez parte da commissão encarregada de inventariar das madeiras de construcção existentes nos armazens da Ilha das Cobras.

Por aviso de 8 de Outubro de 1838 foi encarregado da direcção dos trabalhos concernentes ao melhoramento do porto de Pernambuco, tomando o commando da barca de cavação e de todas as que se destinaram para o mesmo

Promovido a Capitão de Fragata por Decreto de 2 de Dezembro de 1839, contando antiguidade de 22 de Outubro de 1836, por não ter sido contemplado na promoção de 7 de Setembro de 1837, cotinuou na commissão em que se achava, até que por aviso de 4 de Novembro de 1840 foi nomeado para Director e Côte de madeiras de Cabo Frio.

Para examinar as condições do porto de Ubatuba e ainda conhecer de suas florestas para abastecimento de madeiras ao arsenal, foi por aviso de 7 de Dezembro daquelle anno para lá ir á bordo da escuna "Primeiro de Abril".

Capitão de Mar e Guerra por decreto de 3 de Julho de 1842, em 16 de Agosto seguinte nomeado Inspector do Arsenal de Marinha do Pará sendo exonerado do lugar que occupava. Pouco se demorou nesta commissão, pois tendo tomado posse em 3 de Dezembro, por Decreto de 13 de Fevereiro do anno seguinte, era d'elle exonerado. De regresso no vapor "Pernambucano" apresentou-se em 17 de Junho.

Desde muito que a vida do mar não mais attrahia o distincto official que em começo tanto brilho deu. Por aviso de 10 de Julho de 1844 foi nomeado membro da Commissão encarregada do armamento de Marinha e no anno seguinte para encarregado do exame das Derrotas dos navios da Armada.

Nomeado em 23 de Maio para encarregado de examinar e colligir, conjunctamente com outro official superior no archivo militar o que ali houvesse relativo ás mattas reservadas para o serviço publico e quaesquer outros objectos de interesse para a Marinha. Em Junho seguinte foram seus conhecimentos reclamados pelo director da Academia de Marinha, a quem se apresentou.

Em 16 de Março de 1848 apresentou a exposição que lhe foi incumbida pela Secretaria de Estado em 19 de Dezembro de 1844, sobre o melhor methodo para cortar madeiras, bem como o orçamento de despeza necessaria para o nivelamento da Ilha dos Ratos, depois Ilha Fiscal.

Não ficaram somente nestes serviços os prestados pelo Capitão de Mar e Guerra Silva Beltrão; foi incumbido pela Secretaria de Estado em 17 de Abril de 1848, de conjunctamente com outros officiaes examinar a fragata "Principe Imperial", se estava nos casos de ser aproveitada. Encarregado em 6 de Julho de informar minuciosa e circumstanciadamente sobre todos as madeiras existentes nos depositos pertencentes a Intendencia de Marinha do Rio de Janeiro e por aviso de 10 do mesmo coube-lhe o encargo de examinar e dar parecer sobre o projecto de docas apresentadas pelo engenheiro Belle para se construirem navios no Arsenal de Marinha.

Exonerado em 10 de Fevereiro de 1853 do cargo que exercia na commissão encarregada de exame de madeiras, continuou no exercicio da da anterior. Veio por fim o aviso de 11 de Janeiro de 1855 nomeal-o para membro da commissão de exame da organização do pessoal e material da Armada, ultima commissão que exerceo.

Chefe de Divisão graduado, por Decreto de 2 de Dezembro de 1856, não conseguiu a effectividade pois a 31 de Julho de 1858 fallecera.

Manoel Francisco da Costa Pereira

Chefe de Divisão

Filho de Francisco Antonio Pereira e D. Maria Clara Felicia, nasceu no Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1804. Falleceu na Bahia.

Sua passagem pela Academia de Marinha foi curta, pois devido aos seus conhecimentos theoricos, tendo assentado praça como aspirante a guarda-marinha em 29 de Outubro de 1822, concluiu seus estudos astronomicos em 2 de Novembro, sendo promovido a guarda-marinha em consequencia do determinado em aviso de 27 desse mesmo anno e em 2 de Dezembro seguinte embarcado na corveta "Maria da Gloria".

O delirio patriotico que se apossára dos filhos do Brasil para fazer a sua integral independencia não media sacrificios. Precisavámos de marinha e ella foi conseguida, se não com pessoal nacional, pois escasso era elle, appellando para outros paizes acudiram principalmente inglezes e francezes. Quanto ao material elle surgiu dos destroços dos navios imprestaveis deixados no Rio de Janeiro e pela acquisição de outros com o producto de subscripções realisadas no Rio de Janeiro, Santa Catharina, Sergipe e outras provincias alliviadas do jugo luitano.

Suppria a falta de numerario do thesouro a abnegação dos patriotas: uns offerecendo-se para concertos gratuitos dos navios: as senhoras fluminenses levando suas joias á imperatriz para com o producto dellas obter-se dinheiro e applical-o no compra de outros; era Felisberto Caldeira Brant Pontes, o futuro marquez de Barbacena, nosso agente junto ao governo inglez, dando cumprimento ás instrucções do grande filho do Brasil, José Bonifacio de Andrade e Silva sobre a compra de navios e engajamento de officiaes e marinheiros o qual dizia a seu compadre e amigo Marquez de Santo Amaro: "Jamais deixarei de fazer o sue couber em meus esforços a favor da prtria, e por isso sem soccorro do governo, despendendo o resto de minha pequena fortuna, e pedindo emprestimo aos meus amigos, mandei sete officiaes e 125 marinheiros em um navio, 45 mais em outro; 103 marinheiros e dous officiaes em outro, e estão a partir mais 164 marinheiros e 12 officiaes. Mandei mais dous navios carregados de artilharia e munições de guerra, e ha de largar outro com cabos para o Arsenal de Marinha".

Em Janeiro de 1823 regressava ao Rio de Janeiro a divisão mandada a Montevidéo sob o commando do Capitão de Mar e Guerra David Jewett, comboiando transportes nos quaes deveriam embarcar as tropas portuguezas existentes naquella praça e que se negavam a fazel-o e logo se preparou outra mais reforçada para levar outras em soccorro dos bahianos que procuravam expellil-as sob o mando do General Madeira, aferradas na capital da provincia.

Da Corveta "Maria da Gloria" passou em 15 de Janeiro para a fragata "Real Carolina", depois "Paraguassu", o guarda-marinha Costa Pereira e de regresso, teve para embarque a corveta "Liberal" em 28 de Março seguinte, depois de um cruzeiro de 44 dias.

A 30 de Março, recebia ordem Lord Cochrane, Primeiro Almirante de nossa esquadra e commandante em chefe das forças navaes, para que no dia seguinte se fizesse de vela, com os navios que desejasse, afim de pôr o porto da Bahia em rigoroso bloqueio, destruindo ou tomando as forças portuguezas que encontrasse e fazendo todos os damnos possiveis aos inimigos do Imperio.

A 3 de Abril faziam-se de vela a não "Pedro I", capitanea, fragata "Ipiranga", corvetas "Maria da Gloria" e "Liberdade", brigues "Guarani" e brigue escuna "Real Pedro", numerando estes navios 246 canhões e 1200 praças, incluindo a "Nitherohy" que depois se reunio á esquadra nas costas da Bahia para se haver com uma outra, organizada, e dispondo de uma não, de 88 canhões, dous fragatas, uma de 56 e outra de 44 canhões, tres corvetas, respectivamente de 26, 24 e 22; tres charruas, uma de 23 canhões e duas de 22; um brigue de 26 peças, um brigue de 18; uma escuna de 22 e finalmente uma sumaca de 6 canhões: ao todo 399 canhões e 2930 praças.

Nestes havia o desejo de anniquilar a nossa força naval, não só pelo esforço material, como pelo da insidia, que era o espirito dos marujos portuguezes que em grande numero guarneciam os nossos navios; haviam recebido a senha par não se baterem "*Portuguezes não se batem contra Portuguezes*".

Tanta certeza tinha disto o Almirante portuguez que antes da chegada de nossa esquadra a Bahia, dizia o General Madeira em proclamação: que bastaria ser batida a capitanea para que toda a esquadra se rendesse.

De facto no dia 4 de Maio deu-se o memoravel combate que assignalou a perda do predomínio no mar e por consequencia a derrota luzitana no territorio brasiliense. Apesar de não terem cumprido o seu dever a "Real Pedro", a "Liberal" e o "Guarany", que se tornaram meros espectadores da lucta, e cujo proceder estimulou os marujos portuguezes da "Pedro I" a se negarem a manobra e a fornecer cartuchos, ainda assim, a nossa capitanea, auxiliada pela "Nitheroy", "Maria da Gloria" e "Ypiranga", bastaram para a esquadra inimiga.

Foi assim, a contra-gosto, mudo esepetador na "Liberal" do brilhante feito de nossa esquadra o Guarda-Marinha Costa Pereira, como tambem deixou de tomar parte na perseguição do inimigo ao abandonar as nossas plagas. Regressou a "Liberal" ao Rio de Janeiro onde chegou a 17 de Julho.

Continuavam as tropas portuguezas a perpetuar-se em Montevideo, de intelligencia com o General Madeira na Bahia, agora mais fortalecidas pelo apresamento dos transportes mandados e postos sob a guarda do Vice-Almirante Rodrigo Lobo.

Para attender-se ao sul foi mandada uma divisão sob ás ordens do Capitão de Mar e Guerra Pedro Nunes, sahindo a 12 de Agosto o brigue "Cacique", de 18 canhões, commandante, Capitão Tenente Antonio Joaquim do Couto, a 14, a corveta "Liberal", de 24 peças, commandante Capitão Tenente Salema Garcão; a 16, o brigue "Guarany" de 16 canhões, commandado pelo Primeiro Tenente James Nicoll; escuna "Leopoldina", com 12 canhões, sob o commando do 1º Tenente Bibiano Francisco de Castro, escuna "Sete de Março", de um rodizio, ao mando do 2º Tenente Francisco de Paula Ozorio, e "Sete de Fevereiro". Na Colonia do Sacramento ás ordens do Rodrigo Lobo estavam e "Real Pedro" de 14 canhões, commandado pelo 1º Tenente João Guilherme, por acto de insubordinação, ficando naquella o immediato 2º Tenente Joaquim da Silva Lobão e escuna "Cossaka" de 1 rodizio, commandada pelo 2º Tenente Jacintho Alves Branco Muniz Barreto.

Batidos os portuguezes no dia 21 de Outubro, mesmo em frente de Montevideo, tiveram que entrar no porto completamente desmoralizados. A bordo da "Liberal", a capitanea de nossa divisão, teve ensejo o guarda marinha Costa Pereira de bater-se pela causa de sua patria.

Assignada a capitulação pelo chefe das tropas portuguezas, continuou a nossa esquadilha, composta da "Liberal", "Sete de Março", brigue "Real Pedro" e algumas barcas, estacionadas no rio Uruguay a constituir a nossa força naval n'aquelle extremo.

Promovido a 2º Tenente por decreto de 22 de Janeiro de 1824, continuou a bordo da "Liberal", então estacionada na Colonia do Sacramento.

Já lavrava a revolta na Cisplatina contra o nosso dominio devido a sizania lançada entre orientaes e brasilienses pelos argentinos com o auxilio do commandante das forças portuguezas.

A 15 de Maio, de 1825, graças ao seu estado de disciplina e organização escapou a "Liberal" de ser atacada por 15 baleiras e uma balandra sahidas de Buenos Ayres, com o fim de tentar se apoderar della. A' vigilancia do Tenente Costa Pereira deve-se a retirada dos atacantes.

Em Maio achava-se a "Liberal" na Colonia do Sacramento. Na tarde de 29 d'esse mez propoz o commandante desta corveta ao brigadeiro Manoel Jorge Rodrigues, commandante da praça, ir surprehender insurgentes que em numero de 250 se dizia, de cavallaria e que costumavam fazer ponto no Povo do Real, distante uma legua da praça. Tendo o brigadeiro accedido, forneceu-lhe um contingente de soldados, commandados pelos officiaes Antonio Jancinho da Costa Freire e Francisco Xavier Pereira de Souza. A meia noute embarcou-se o commandante Salema Garção, deixando o navio sob o commando do immediato 1º Tenente Pecurario, e embarcando-se em uma lancha armada com uma peça de calibre dois e quatro bacamartes e oito embarcações municiadas afim de proteger o embarque e desembarque além da munição necessaria, foram embarcados 25 soldados e um corneta e 64 praças de marinha da corveta "Liberal" e escuna "Maria Thereza". Desembarcada que foi a expedição na praia indicada pelo guia, coube ao 2º Tenente Manoel Francisco do Costa Pereira ficar no commando das embarcações, guarnecidas cada uma dellas por doze homens. Depois de uma marcha de uma milha, sendo antes avistava uma patrulha inimiga, chegou a expedição ao Povo Real: cercada algumas casas foram feitos oito prisioneiros.

A aberta protecção dispensada pelos argentinos aos orientaes levou o nosso governo a pedir explicações ao Governo das Provincias do Prata, por intermedio do Vice-Almirante Rodrigo Lobo, no commando de uma força naval. A 5 de Julho chegou o nosso Almirante a Buenos Ayres, na "Liberal", como capitanea.

Nada conseguindo o nosso almirante senão trocas de notas, deu por finda sua missão. Mais atrevido tornou-se o esforço em nos menoscar. Para dar fim aos insultos, foi finalmente adoptado o partido de guerra, declarada a 10 de Dezembro.

Por este tempo já usava o Tenente Costa Pereira da medalha da independencia, creada pelos decretos de 2 de Julho e 17 de Agosto.

A 8 de Fevereiro de 1826 assumia D. Bernardino Rivadavia a presidencia das Provincias Unidas do Prata, um dos mais encarniçados inimigos do Brasil e com quem se havia entendido D. Alvaro de Macedo para a entrega da Cisplatina; querendo elle iniciar seu governo com energica acção contra nós, com os recursos e apoio trazidos da Inglaterra, pois d'ali havia regressado, trazendo em sua companhia o tenente da Marinha ingleza Robert Ramsay, que pouco depois havia voltado para fazer acquisição de navios, canhões, munições de guerra e engajar guarnições. No commando da esquadra argentina estava Guilherme Brown, o mesmo que dez annos antes, occupando o lugar de commandante geral da marinha, accionista no armamento da fragata "Hercules" commandada por seu irmão Miguel Brown e bergantin "Trinidad", pelo capitão Walterio Dawis Cheity para fazerem o curso na costa do Pacifico, no dia 15 de Setembro, dia da sahida de taes navios, apresentou-se á bordo, sem conhecimento e licença do governo, e fez-se ao mar, indo fundear na Colonia. Apezar

de ser chamado ao dever e obediência de quem havia recebido innumeras provas de consideração, para o que se lhe invocava o credito do governo e seu proprio bom nome.

Nada tendo conseguido o govreno de seu cmissario, D. Nicolas Garcia para que "tomasse as medidas que lhe dictasse seu zelo, para compellir Brown a apresentar-se em Buenos Ayres, com as mencionadas embarcações" declarou em 23 de Setembro "que a conducta do coronel D. Guilherme Brown era desregrada, insubordinada e da inteira desapprovação do governo, considerando-o portanto, desde seu embarque, despojado do mando da Commandancia Geral da Marinha e de todo gozo de soldo, devendo, o Estado com toda a preferencia e sem a menor consideração do producto das primeiras presas que se introduzissem n'este porto, condemnadas como taes, em consequencia dos encargos que com elle tinha contrahido o dito Brown, segundo constava de sua carta de corso, em a qual se lançaria uma nota que fizesse referencia a tal acontecimento, fundado por objecto na autorisação que se lhe deu em 19 de Setembro attrahir a trazer sob a dependencia do governo, os navios que commandava e não expôr os fundos nacionaes invertidos n'ellas a violencia do character ativo do mencionado estrangeiro".

Tendo posteriormente se apresentado foi submettido a conselho de guerra e attendendo-se porem aos seus serviços anteriores fora reformado, gosando unicamente de fôro e uniforme em Setembro de 1819.

Este proceder tido para com Guilherme Brown é bem differente do havido entre nós para com Lord Cochrane. Não queremos com isto louvar o seu procedimento porém estudado, á luz serena da verdade e da justiça, o praticado contra elle, vê-se que houve demasiada razão para que fugisse da nórma regular de proceder. Sentenças iniquas trazem sempre consequencias funestas.

Compunha-se a nossa esquadra bloqueadora de tres corvetas, cuja capitanea era a *Liberal*, cinco brigues, um brigue-escuna, duas escunas, uma barca canhoneira, uma barca e uma lancha, numerando 158 canhões, enquanto a argentina apresentava-se com uma corveta, quatro brigues, duas escunas e doze barcas canhoneiras, montando 120 canhões, todos de maior alcance.

No dia 9 deu-se o primeiro encontro. A "*Liberal*" e a "*Itaparica*" como mais veleiras avisinharam-se do inimigo e abriram vivo fogo contra a "*25 de Maio*" capitanea inimiga e tres brigues. Vendo-se Brown isolado por não terem acudido suas canhoneiras poz-se em retirada.

A's 5 horas da tarde conseguiram os nossos acercar-se novamente do inimigo e até 6 1/2 a "*Liberal*" e o "*29 de Agosto*", cortando a prôa do "*25 de Mayo*" e do "*Congresso*" os castigam furiosamente.

Dando parte desse combate disse o commandante da "*Liberal*": julgo ocioso mencionar a V. Ex. a bravura e interesse com que se portaram todos meus officiaes, tanto de Patente como Inferiores e mais guarnição, pois que V. Ex. bem o presenciou, e melhor do que eu pôde dar o valor a tão relevante serviço, sendo muito digno de satisfação a V. Ev.* a bravura dos marinheiros e soldados, que debaixo do immenso fogo nunca cessaram de dar vivas ao nosso amavel Imperador.

De quarto das 4 ás 8 horas da manhã, estava o Segundo Tenente Costa Pereira ao iniciar o combate.

O nosso almiante, infelizmente não dispunha das qualidades exigidas para tal empreza. Contando 63 annos, não possuia aquella energia capaz de grandes lances ; e em toda a sua vida militar nunca dera provas de competencia. Depois desse combate, em o qual medio a força do inimigo, em vez de tirar partido d'elle, fraccionou sua esquadra, á espera que lhe mandassem fragatas, sem duvida improprias para a navegação do estuario. Cifrou-se em bloqueio inerte,

Para substituir o vice-almirante Rodrigo Lobo, foi nomeado o almirante Rodrigo Pinto Guedes, posteriormente barão do Rio da Prata, o qual em chegando ao theatro das operações, outra organização deu a esquadra com os navios trazidos por elle.

O Segundo Tenente Costa Pereira que depois do primeiro combate de 9 de Fevereiro, entrára no de 3 de Maio, tomou parte no de Pozas a 6 de junho; parte activa teve no de 29 de julho, em que foi destroçada a "25 de Mayo".

Em 21 de Fevereiro de 1827, por ordem do almirante, commandante da esquadra passou o Segundo Tenente Costa Pereira a commandar a escuna "D. Paula", fazendo parte da divisão commandada pelo Capitão Tenente João Antonio de Oliveira Bottas, o homem de antonomasia tão plebea e de acções tão fidalgas, e em 6 de Abril, no seu pequeno navio contribuiu para o aniquilamento da esquadra inimiga n'esse memoravel dia, no Monte Santiago.

De escuna "D. Paula" passou a embarcar na fragata "Imperatriz" em 29 de Agosto.

Promovido a Primeiro Tenente por decreto de 12 de Outubro de 1827.

Da "Imperatriz" desembarcou em 8 de Março de 1828. Para commandar o lugar "Beaurepaire" foi nomeado em 27 de Outubro desse mesmo anno.

Era esse navio o "Rio Ave" sequestrado ao governo de Pernambuco em 1824, nelle conservou-se fazendo diversas commissões pela costa até 19 de Agosto de 1830, quando, por desarmamento deixou o seu commando para assumir o da barca "Despique Paulistano", da qual desembarcou no Rio de Janeiro em 26 de Outubro. Por nomeação de 31 de Maio de 1831, tomou o commando da fragata *Imperatriz*, em desarmamento, passando em 9 de Outubro para o da corveta *Santa Cruz*, nas mesmas condições, até 24 de Novembro quando assumio o commando do paquete *Niger*, assim chamados os transportes á vela que regularmente faziam o serviço pela nossa costa. No commando desse navio permaneceu até 4 de Janeiro, quando desarmou no Pará. Teve licença de seis mezes para tratar de sua saude, em Fevereiro de 1834. Apresentou-se em 1 de Agosto e foi nomeado para embarcar na fragata *Príncipe Imperial* em 23 de Dezembro e em cujo navio permaneceu até 30 de Abril do anno seguinte, quando por doente desembarcou.

Na provincia do Pará campeava a anarchia, vinda pôde-se dizer o fermento desde a proclamação da independencia. Para de vez dominal-a tornou-se preciso a remessa de elementos mais poderosos dos que em particular eram enviados.

Na divisão organizada sob o mando do Capitão de Fragata Guilherme Mariath, que suspendeo a 31 de Dezembro de 1835, para operar n'aquella provincia, composta do patacho "Januaria", capitanea, na qual ia de passagem o brigadeiro Soares de Andrea, nomeado presidente da provincia; escunas "Pelotas", "Desenove de Outubro", "Porto Alegre" e "Rio Grandense", como commandante do brigue escuna "Dous de Março", seguiu o 1.º Tenente Costa Pereira, nomeado commandante delle desde 26 de Setembro desse anno. Em chegando ao Pará por ordem do commandante da Divisão Naval assumio em 27 de Fevereiro o commando da corveta "Regeneração", da qual tres dias depois desembarcou para servir de ajudante d'ordens do general presidente da dita Provincia.

Promovido aos posto de Capitão Tenente por decreto de 7 de Setembro de 1837, contando porém antiguidade de 12 de Outubro do anno anterior, foi dispensado do logar que exercia em Janeiro do anno seguinte, indo em 5 do mesmo mez, reassumir o commando do brigue-escuna "Dous de Março".

No anno seguinte, em 20 de Janeiro, foi exonerado do commando em consequencia de inspecção de saude a que foi submettido e mandado ficar depositado á bordo do hiate "Mundurucú", em 26 de Agosto, e deste para a corveta "Defensora", em 6 de Setembro, á espera de conducção para o Rio de Janeiro onde se apresentou em 21 de Janeiro de 1840 com parte de doente.

Nomeado para commandar o patacho "Argos", em 16 de Março n'elle se-guiu para o Rio da Prata, onde ao chegar se permittio que trocasse o commando pelo do brigue barca "29 de Agosto" que ali se achava, em virtude do aviso de 14 de Setembro. De regresso ao Rio de Janeiro no commando desse brigue barca desembarcou por doente em 19 de Janeiro de 1841 e tendo dado parte de prompto em 20 de Fevereiro ficou addido até que em 23 de Setembro foi nomeado para commandar a charrua "Carioca"; desse navio desembarcou, por desarmamento, em 27 de Maio de 1842.

Promovido a Capitão de Fragata por decreto de 3 de Julho de 1842 pelo aviso de 25 de Agosto do mesmo anno foi classificado na 1.ª classe dos officiaes da armada, pois n'esse anno deu-se a reorganisação dos respectivos quadros. Teve tres mezes de licença para restabelecer-se na Serra da Estrella. Por decreto de 22 de Novembro de 1842 foi nomeado cavalleiro da ordem de São Bento de Aviz. Da licença em cujo gozo se achava apresentou-se em 28 de Janeiro do anno seguinte.

Nomeado para commandar a corveta "Sete de Abril" em 10 de Outubro de 1844, deixou de assumir tal cargo em consequencia de ter adoecido.

A inactividade em que ficou a marinha pelas medidas tomadas que restringiram os quadros, tornando difficeis os accessos, fez com que muitos officiaes procurassem na marinha mercante compensações que de modo algum poderiam encontrar conservando-se inactivos á espera de claros nos respectivos quadros. Assim obteve permissão para commandar um dos vapores da Companhia Brasileira de Paquetes o que lhe foi concedido por aviso de 13 de Março de 1846.

Em consequencia da resolução da Consultã do Conselho Supremo Militar, contou tempo de serviço desde 1 de Março de 1821, por haver estudado com aproveitamento na Academia do Rio de Janeiro. Por doente deixou o serviço da Companhia Brasileira de Paquetes em 19 de Agosto de 1854 apresentando-se ao Quartel General.

Promovido a Capitão de Mar e Guerra graduado por decreto de 2 de Novembro de 1854, em 8 de Março do anno seguinte apresentou-se para o serviço e por aviso da mesma data nomeado para commandar interinamente o vapor "Pedro II", do qual desembarcou em 30 de Maio seguinte. Para commandar a corveta "D. Isabel" foi nomeado em 8 de Junho, de cujo cargo foi empossado em 19 de Julho seguinte.

Promovido a Capitão de Mar e Guerra effectivo por decreto de 2 de Dezembro de 1856, por aviso de 10 do mesmo mez foi nomeado para commandar o Batalhão Naval, cargo que exerceo até 29 de Maio de 1861, quando foi nomeado para Capitão do Porto de Santa Catharina. Em consequencia de haver pedido exoneração, por decreto de 27 de Setembro de 1864, deixou a Capitania do Porto em 1 de Setembro, apresentando o seu pedido de reforma do serviço da armada, a qual lhe foi concedida, por soffrer de uma hernia do lado direito e de hematuria dos paizes tropicaes. Reformado no posto de Chefe de Divisão por decreto de 4 de Novembro.

Embora reformado o prestante official, foi nomeado Inspector do Arsenal da Bahia por decreto de 19 de Setembro de 1867 cargo que exerceo até 10 de Agosto de 1869 e no vapor "Tocantins" veio d'aquella provincia para assumir o cargo de presidente da Commissão do Exame de Derrotas dos navios da Armada, o que realisou a 29 de Dezembro do mesmo anno.

Nomeado por aviso de 4 de Fevereiro de 1874 para exercer o cargo de Director do Hospital de Marinha do Rio de Janeiro foi a ultima commissão que desempenhou.

Na idade de 76 annos, falleceo na Bahia em 26 de Novembro de 1880, com a consciencia de ter bem servido á sua patria tendo concorrido para a sua independencia e unidade e ainda para que bem alto se levantasse o seu nome na lucta sustentada na guerra com as Provincias Unidas do Prata.



